

# A LÍNGUA ALÉM DAS PALAVRAS

TRAJETÓRIAS TEÓRICAS E ANALÍTICAS

João Benvindo de Moura • Maraisa Lopes  
Max Silva da Rocha • Patrícia Rodrigues Tomaz

**Organizadores**



**CCHL**  
CENTRO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E LETRAS  
TERESINA - PIAUÍ

**PPGEL**

Programa de pós-graduação em letras

**NEPAD**

Núcleo de Estudos e Pesquisas em  
Análise do Discurso



editora  
**PATHOS**

# A LÍNGUA ALÉM DAS PALAVRAS

TRAJETÓRIAS TEÓRICAS E ANALÍTICAS

João Benvindo de Moura • Maraisa Lopes  
Max Silva da Rocha • Patrícia Rodrigues Tomaz  
**Organizadores**

Teresina, 2024

 editora  
**PATHOS**

## Copyright © do autor

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

## FICHA CATALOGRÁFICA

M929l

Moura, João Benvindo de

A língua além das palavras: trajetórias teóricas e analíticas / organizadores:  
João Benvindo de Moura, Maraisa Lopes, Max Silva da Rocha, Patrícia  
Rodrigues Tomaz. – Teresina: Editora Pathos, 2024.

434p.

ISBN 978-65-85696-03-6.

1. Discurso. 2. Texto. 3. Língua. 4. Retórica. I. Título.

CDD 410

Capa usa elementos disponíveis em [Freepik.com](https://www.freepik.com)

### Diagramação, capa e projeto gráfico:

Vinícius Alves

### Conselho Editorial:

Argus Romero Abreu de Moraes (UFSJ); Bruna Toso Tavares (UEMG); Carlos Ângelo de Meneses Sousa (UCB); Edmilson José de Sá (UPE); Ida Lúcia Machado (UFMG); João Benvindo de Moura (UFPI); Ivanete Bernardino Soares (UFOP); Márcio Rogério de Oliveira Cano (UFLA); Max Silva da Rocha (UNEAL); Rony Peterson Gomes do Vale (UFV); Rosane Monnerat (UFF).

## Sumário

- 8** PREFÁCIO
- 10** A POLÊMICA DURANTE O “GRANDE DEBATE” NA CNN BRASIL ACERCA DO PROJETO ANTIABORTO  
Max Silva da Rocha (UFPI)  
Francisco Herbert da Silva (UFPI)
- 36** IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS E ETHOS NO DISCURSO POLÍTICO  
Flávia Cristina Pinto de Carvalho (CEFET-MG)
- 51** O MODO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO ENUNCIATIVO E OS DISPOSITIVOS DA LEI DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS  
Patrícia Rodrigues Tomaz (UFPI)  
Luis Felipe da Silva Castelo Branco (UFPI)  
João Benvindo de Moura (UFPI)
- 67** A FALTA DE EMPATIA PELO OLHAR DA ANÁLISE DO DISCURSO NO CONTO ILUSTRADO *ERNESTO*  
Felipe Ribeiro Campos (UFF)
- 83** *ETHÉ* EM (DIS)CURSO: A CONSTRUÇÃO DO CONTRATO DE CURA EM RELATOS DE UMA VÍTIMA DE JOÃO DE DEUS  
Jean Ignacio Lima (UFRJ)
- 99** O *ETHOS* NO PEDIDO DE DESCULPAS COMO ESTRATÉGIA DE CONVENCIMENTO  
Shélida da Silva dos Santos (UFRJ)
- 114** OS PROCESSOS DE QUALIFICAÇÃO NA ARGUMENTAÇÃO PROJETIVA EM CONTOS ILUSTRADOS: DA REPRESENTATIVIDADE NEGRA AO ANTIRRACISMO  
André Marques da Silva (UFF)

- 133** X-MEN: DIAS DE UM FUTURO ESQUECIDO – O ETHOS DA PERSONAGEM MÍSTICA E OS REFLEXOS DE UMA SOCIEDADE INTOLERANTE  
Flávio Passos Santana (UPE)  
Jhonny Stuart Boaventura Lima (UFS)
- 152** UM OLHAR SOBRE ASPECTOS RETÓRICOS EM VÍDEOS COMERCIAIS AUTOMOBILÍSTICOS NO YOUTUBE  
José Roberto da Silva Júnior (UFAL)  
Deywid Wagner de Melo (UFAL)
- 165** O PERCURSO HISTORIOGRÁFICO E INQUIETO DA ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA: ENTRE HERANÇAS, LEGADOS E RUPTURAS  
Francisca Mônica da Silva Santos (UFPI)
- 182** ANÁLISE SEMIÓTICA DA CONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO EM “O AVESSE DA PELE”, DE JEFERSON TENÓRIO  
Raimundo Isídio de Sousa (UESPI)  
Lígia Inês da Silva Nascimento (UESPI)
- 200** PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO DISCURSO DA PROPAGANDA POLÍTICA SOBRE MERCADO DE TRABALHO  
Josineide Soares da Silva (UFAL)  
Sóstenes Ericson (UFAL)
- 216** O DISCURSO DE AUTORIDADE E DE VIOLÊNCIA EM “TROPA DE ELITE” (2007) DE JOSÉ PADILHA  
Pâmela Tamires dos Santos (UESPI)  
Alan Lobo de Souza (UESPI)
- 234** ELEIÇÕES 2022: DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NAS NOTÍCIAS PUBLICADAS PELOS JORNAIS PIAUIENSES  
Jessica Thiana Vilarinda Borges (UFPI)  
Maraisa Lopes (UFPI)

- 252** **RELAÇÕES INTERTEXTUAIS EM TEXTOS PRODUZIDOS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**  
Francisca Silveline Pereira da Silva (UESPI)  
Franklin Oliveira Silva (UESPI)
- 267** **MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA DA MÍDIA PROGRESSISTA NO BRASIL: O DISCURSO EM PRÁTICAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS**  
Edjane Gomes de Assis (UFPB)
- 286** **REDAÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA RELAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO COMPLETO PUBLICADO EM ANAIS DE EVENTOS E DE SEUS RESUMOS**  
John Hélio Porangaba de Oliveira (UESPI)  
Bárbara Olímpia Ramos de Melo (UESPI)
- 304** **NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE PROFESSORES DA EJA: ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS FORMATIVAS**  
Allan de Andrade Linhares (UFPI)
- 322** **ANÁLISE DE GÊNEROS ACADÊMICOS: O RESUMO DE RELATÓRIO FINAL ENQUANTO PROPOSTA DE COMUNICAÇÃO ORAL EM EVENTO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**  
Genilda Vieira Rodrigues (UESPI)  
John Hélio Porangaba de Oliveira (UESPI/CAPES)
- 339** **NOVOS LETRAMENTOS NA CULTURA DE CONVERGÊNCIA: O NOVO *ETHOS* NA NARRATIVA TRANSMÍDIA DE *JURASSIC PARK***  
Anderson Alves da Silva Viveiros (UFPI)  
Naziozênio Antonio Lacerda (UFPI)
- 354** **A ESCRITA COLABORATIVA EM MURAI INTERATIVOS, NA PERSPECTIVA DOS NOVOS LETRAMENTOS**  
Lílian de Sousa Sena (UFPI)

**367** A DIDATIZAÇÃO DOS GÊNEROS ARGUMENTATIVOS EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO

Leonardo Soares do Nascimento Oliveira (UEMA)  
Antonio Artur Silva Cantuário (UESPI)

**383** LEVANTAMENTO DE PESQUISAS SOBRE A SEÇÃO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS DO GÊNERO DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Jó Gomes da Silva (UESPI)

**396** A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO CURSO DE LETRAS SOBRE PRÁTICAS DE LETRAMENTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Antonio Artur Silva Cantuário (UESPI)  
Verônica Maria Silva Cardoso (UEMA)

**409** *EXPLORANDO OS VALORES TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA ÁREA DE LETRAS EXPRESSO EM EDITAIS DE SELEÇÃO DE MESTRADO*

Carlos Eduardo Mourão da Rocha (UFPI)

**421** O CALDEIRÃO DAS ESTÓRIAS E O MODO DE ORGANIZAÇÃO ARGUMENTATIVO EM “ON FAIRY-STORIES” DE J. R. R. TOLKIEN

Nycolas Gustavo de Sousa Aires (UFPI)

## PREFÁCIO

Com imensa satisfação e sentimento de dever cumprido, apresentamos ao público em geral o registro escrito e devidamente publicado do I Colóquio Internacional sobre Argumentação, Retórica e Análise do Discurso (doravante, I CIARD). Este evento pioneiro, promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso (NEPAD/CNPq/UFPI) marcou um importante capítulo na história acadêmica da Universidade Federal do Piauí (UFPI), realizado entre os dias 8, 9 e 10 de abril de 2024, no *campus* Ministro Petrônio Portela, na cidade de Teresina, Piauí, Brasil, contando com quase 200 participantes.

Regido sob o tema “Sujeitos, Discursos e Pós-Verdade”, o I CIARD foi concebido como um espaço de reflexão e de distintos diálogos sobre questões que permeiam nossa sociedade contemporânea. Através de uma programação rica e diversificada, o evento proporcionou momentos significativos de partilha de conhecimentos nas áreas de Argumentação, Retórica, Análise do Discurso, além de outras teorias afins, promovendo discussões sólidas sobre as práticas sociais de construção de sentidos. Nosso objetivo não foi apenas consolidar este colóquio como uma referência no campo das teorias discursivas, mas também fomentar laços de cooperação nacional e internacional, ampliando o escopo dos estudos argumentativos, retóricos e discursivos da linguagem, bem como integrando outras áreas afins.

A realização do I CIARD foi possível graças ao apoio inestimável da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGEL) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e dos cursos de graduação em Letras: Francês, Inglês, Libras e Português. Juntos, criamos um ambiente de intensa representatividade, com a presença de estudantes, professores e pesquisadores de renome nacional e internacional que, de modo pungente, compartilharam saberes e, desse modo, promoveram novos conhecimentos.

Durante três dias intensos, a Universidade Federal do Piauí foi palco de um encontro vibrante e produtivo. Atividades culturais, conferências, mesas-redondas, minicursos, comunicações orais e exposições de pôsteres preencheram a agenda do evento, proporcionando aos participantes uma experiência rica e multifacetada. Este colóquio não apenas celebrou o conhecimento, mas também ofereceu um espaço para que alunos de graduação e pós-graduação de todo o país apresentassem seus trabalhos e pesquisas científicas, contribuindo de maneira significativa para a

comunidade acadêmica, fazendo avançar as pesquisas e os estudos em nossa área disciplinar. Foi um momento de muitos encontros e encantos acadêmicos.

É necessário destacar a gratidão a cada autor e autora que, gentilmente, cederam seus preciosos textos para que fosse possível realizar essa publicação tão imprescindível para todos nós que idealizamos e realizamos o I CIARD. Ninguém faz nada sozinho, uma vez que precisamos do outro para estabelecer acordos e, inclusive, a discordância. Por isso mesmo, o nosso evento contou com várias mãos que, unidas, conseguiram planejar e executar o nosso colóquio. Esta obra digital mostra a importância da realização de eventos dessa natureza. É uma produção que dissemina os saberes que foram construídos no processo da pesquisa acadêmica. Através do nosso evento internacional, tais estudos encontraram uma vitrine para que possam ser lidos, discutidos, citados, ampliados, refutados ou quaisquer outras ações, pois é necessário fazer avançar as pesquisas e os conhecimentos científicos que adquirimos.

Convidamos você, caro leitor e leitora, a revisitar conosco esses momentos marcantes e a se inspirar nas discussões e *insights* aqui registrados em 26 capítulos apresentados nesta obra, por meio da qual a busca pelo conhecimento e a troca de saberes se tornaram a marca de um evento inesquecível para todos nós. Que este volume seja um testemunho do compromisso e da dedicação de todos os envolvidos e sirva como um estímulo para futuras edições do CIARD, consolidando cada vez mais a importância dos estudos sobre argumentação, retórica e discurso no escopo das ciências da linguagem. Atualmente, esses estudos estão na moda e precisamos recrutar cada vez mais pessoas que queiram enveredar nessa seara discursiva.

A argumentação no discurso, por exemplo, vem encontrando seu lugar ao sol. A retórica está mais viva do que nunca. Entretanto, ainda é necessário cada vez mais estudos nessas áreas do conhecimento, a fim de mais bem organizar suas bases epistemológicas. Como disse o jovem profeta judeu da Palestina: “A seara é grande, mas os trabalhadores são poucos” (Mateus 9: 37). De nossa parte, lançamos esta contribuição em formato de livro digital e esperamos que ela possa, de alguma maneira, convencer, persuadir, modificar opiniões, orientar pensamentos. Se esse livro fizer isso ou pelos inquietar os leitores e as leitoras, terá logrado êxito.

Desejamos uma boa leitura!

João Benvindo de Moura (UFPI-PPGEL)

Maraisa Lopes (UFPI-PPGEL)

Max Silva da Rocha (UFPI-PPGEL)

Patrícia Rodrigues Tomaz (UFPI-PPGEL)

**Os organizadores**

# A POLÊMICA DURANTE O “GRANDE DEBATE” NA CNN BRASIL ACERCA DO PROJETO ANTIABORTO

Max Silva da Rocha (UFPI)

Francisco Herbert da Silva (UFPI)

## Considerações iniciais

Neste trabalho, orientamos os nossos olhares teóricos, metodológicos e analíticos a partir da retórica e da teoria da argumentação no discurso, explorando, sobretudo, os recursos persuasivos presentes em interações argumentativas polêmicas através de um debate televisivo veiculado na rede CNN Brasil e, em seguida, disponibilizado em seu canal do ecossistema digital YouTube. É nesse campo teórico que aventamos uma análise retórico-argumentativa.

Em se tratando do gênero debate, Costa (2014) apresenta alguns tipos específicos do citado gênero, tais como: a) debate de opinião de fundo controverso; b) debate deliberativo; c) debate para resoluções de problemas; e d) debate público regrado. Cada um desses tipos possui, distintamente, as suas especificidades estruturais, funcionais e composicionais.

Considerando o nosso material de análise, entendemos que se trata da primeira opção, isto é, de debate de opinião de fundo controverso, haja vista que “visa a compreensão de um assunto controverso [...], já que possui várias facetas ou permite várias posições e pode também influenciar a posição do outro, como também precisar/forjar ou transformar/modificar a própria opinião” (Costa, 2014, p. 95). É neste tipo de debate que acontece a instauração do dissenso e do desacordo acerca de uma questão sobremaneira controversa exposta socialmente.

De acordo com o pai da teoria semiolinguística, “a polêmica aparece, sobretudo, nos debates, pois os debatedores, que são também adversários, encontram-se em uma situação conflituosa uns em relação aos outros, cada qual negando os argumentos de seu oponente” (Charaudeau, 2018, p. 142). O confronto é o que rege a polêmica, por meio do qual pelo menos dois debatedores buscam

conquistar a adesão do auditório. Para isso, é necessário destruir os argumentos contrários e apresentar novos argumentos para que o público possa aderi-los.

Nessa direção, o nosso objetivo fulcral é descortinar as possíveis estratégias argumentativas utilizadas pelos debatedores Alexis Fonteyne e José Eduardo Cardoso durante suas intervenções no “Grande Debate” da CNN Brasil, realizado em 13 de junho de 2024. O tema em pauta foi o projeto antiaborto que, como acompanhamos na mídia em geral, despertou calorosas discussões e vários protestos pelo Brasil afora, tendo em vista as possíveis propostas inconstitucionais em desfavor das vítimas e em favor dos criminosos estupradores.

O deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL/RJ), que também é teólogo e pastor evangélico, foi o responsável por criar um projeto de lei (PL 1904/24) que objetiva punir severamente a mulher que cometer aborto após 22 semanas de gestação, mesmo em caso de estupro. A pena para isso, segundo a proposta, seria entre 6 a 20 anos de detenção, ou seja, bem maior do que para o estupro, que seria de 6 e 10 anos, podendo aumentar dependendo de cada caso específico. Outro ponto polêmico nesse mesmo projeto de lei é a equiparação do aborto com o homicídio. Esse evento deflagrador foi o que engatilhou essa celeuma polêmica instaurada no Brasil e que rendeu muito engajamento na grande mídia e nas redes sociais.

Existem outras pesquisas que já se debruçaram sobre programas de debate na rede CNN Brasil. Por exemplo, o trabalho de Azevedo, Gonçalves-Segundo e Piris (2021) investigou a argumentação erística nas interações digitais com uma temática sobre o uso da cloroquina e sua possível (in)eficácia. Esses pesquisadores, de forma pormenorizada, analisaram as interações argumentativas entre dois médicos que se posicionaram sobre o uso de tal medicamento. Além disso, os autores examinaram alguns comentários dos internautas que compunham o auditório virtual. Como resultados, por sinal, bastante expressivos, os autores constatam que os debates conflituosos se constituíram através de bolhas ideológicas que sustentavam os meios pelos quais o confronto e a polarização aconteciam no interior de práticas discursivas. Trata-se de uma pesquisa sobremaneira importante que contribui com a temática que vimos fomentando.

Em nosso estudo, para analisar as informações contidas no debate polêmico, precisamos proceder a algumas etapas importantes: primeiro, transcrevemos os dados, pois o texto é oral; segundo, identificamos e descrevemos as categorias argumentativas e retóricas encontradas; terceiro, apresentamos as nossas análises. Como categorias-chave, elencamos a tríade retórica *ethos*, *logos* e *pathos*, bem como a modalidade argumentativa polêmica e suas características basilares, a saber: choque de teses antagônicas, polarização social e a desqualificação do outro.

Para a construção deste trabalho, foi necessário dividi-lo em algumas partes, além das considerações iniciais, finais e referências. Na primeira, realizamos uma discussão acerca de temas sociais sensíveis que são encontrados no meio social. Na segunda, explicamos as características da polêmica enquanto modalidade

argumentativa do discurso. Na terceira, explicitamos, detalhadamente, o nosso percurso metodológico. Na quarta, apresentamos o nosso gesto de análise. Cada etapa foi decisiva na organização deste estudo. Assim, esperamos contribuir, de algum modo, com um entendimento mais consistente sobre as estratégias argumentativas que são mobilizadas no discurso com objetivos persuasivos.

### **Temas sociais sensíveis: instaurando conflitos**

Os temas sociais sensíveis permeiam as nossas vidas, nos movem e nos comovem acerca de modos de pensar e agir socialmente. Para fundamentar a nossa discussão sobre a ideia de tema social sensível, recorreremos ao recente estudo idealizado por Emediato (2023). Esse exímio pesquisador e analista do discurso tem, ao longo dos anos, produzido um grande volume de artigos, livros, capítulos, fazendo avançar, em nossa área disciplinar, os estudos do discurso. Acerca dessa temática mencionada, esse teórico apregoa a seguinte conceituação:

Um tema social sensível pode ser definido como uma questão de interesse público que se caracteriza por um grande potencial agonístico, pois evoca, em sua discussão, crenças cristalizadas e valores diversos, *sensivelmente* hierarquizados pelas comunidades discursivas. Essa característica faz do tema social sensível um indutor fundamental da polêmica pública e dos discursos polêmicos (Emediato, 2023, p. 20, grifo do autor).

Conforme o citado autor, não é qualquer tema que será considerado sensível. É preciso obter grande interesse público, conflitos, controvérsias, debates intensos. Com isso, a ideia de tema sensível, defende esse pesquisador, promove a indução à polêmica e aos discursos polêmicos. Salienta, ainda, que a questão da sensibilidade é cultural, uma vez que, por exemplo, a laicidade é mais sensível em países que estabeleceram muitos conflitos para obtê-la.

Além da laicidade, Emediato (2023) elenca uma lista com temas sensíveis a depender de uma determinada sociedade, tais como: racismo, aborto, violência contra as mulheres, direitos da comunidade homossexual, pena de morte, porte e venda de armas de fogo, o porte e a venda de entorpecentes, a maioria penal, entre outros. Como vemos, esse autor lista o aborto como um tema social sensível, justamente por este suscitar calorosos debates no Brasil e em outros países do mundo. Trata-se, dessa forma, de uma zona de polêmica que engatilha a batalha entre os proponentes e os adversários numa estreita interação de base agonística.

Na esteira do pensamento de Emediato (2023), os temas sensíveis implicam os sujeitos a partir de distintas maneiras. A principal delas, consoante esse autor, é a implicação axiológica, tendo em vista que faz circular na sociedade diferentes posições subjetivas, ideológicas e interpretativas. Os meios de comunicação de massa (sobretudo novas redes sociais) são os responsáveis diretos por veicular essas informações para o auditório. Nesse sentido, é preciso compreender que “os temas sensíveis engajam a sociedade em uma polêmica intensa e multilateral, cuja diversidade é, às vezes, dificilmente apreensível” (Emediato, 2023, p. 22).

Diante disso, os temas sensíveis que surgem em distintas práticas sociais da linguagem recobrem questões racionais, subjetivas e passionais. Por exemplo, se considerarmos as práticas do aborto como sendo procedimento cirúrgico a fim de eliminar um feto e interromper uma gravidez, estamos tratando de uma vertente racional, demonstrativa e lógica. Entretanto, se tomarmos essa discussão sobre o aborto a partir de valores religiosos, estamos inseridos em uma perspectiva subjetiva, que é axiológica. E se apresentarmos um ponto de vista com características afetivas, considerando a ideia de nos colocar no lugar do feto, da vida de um indefeso que é assassinado, estamos situados no campo das paixões (Emediato, 2023).

Existe, dessa maneira, uma razão sensível que é sustentada através de significações sociais imaginárias. Os valores, as crenças, os costumes, tudo isso contribui decisivamente para formar a base de um julgamento axiológico, subjetivo. Todavia, as questões emotivas são afloradas e, em certa medida, comovem e movem os sujeitos muito mais do que as influências ditas racionais. “A racionalidade não é uma exclusividade dos processos mentais lógicos, desprovidos das emoções. Ao contrário, os seres humanos são movidos por desejos, emoções e pulsões que orientam mais do que cálculos racionais e lógicos” (Emediato, 2023, p. 24).

Essa ideia, preconizada pelo autor mencionado, encontra respaldo desde os estudos impetrados por Aristóteles na célebre obra “Retórica”. O mestre grego destina o Livro II de sua obra ao exame das paixões que o orador busca despertar no auditório. Ele elenca pelo menos 14 paixões, a exemplo do amor, da compaixão, do ódio, da confiança, da indignação, da inveja, da emulação, do pudor, entre outras. Para Aristóteles (2011, p. 122), “as paixões (emoções) são as causas das mudanças nos nossos julgamentos e são acompanhadas por dor ou prazer”.

Séculos mais tarde, já no período romano, Marco Túlio Cícero, notável orador, também discorreu sobre esse ponto de vista, defendendo que a emoção persuade mais do que a razão. “É que os homens julgam muito mais por ódio, amor, desejo, cólera, dor, alegria, esperança, temor, perplexidade ou alguma outra excitação da mente do que pela verdade, uma prescrição, alguma norma legal, fórmula processual ou por leis” (Cícero, 2009, p. 221). Embora existam os argumentos racionais que convencem, persuadem, orientam e modificam crenças, opiniões, costumes e valores, as paixões são um poderoso arsenal persuasivo a serviço do orador.

Retomando Emediato (2023), ele preleciona que um estudo de base discursiva que investigue temas sensíveis precisa buscar, na medida do possível, a pluralidade que circunscreve e dá corpo às interações polêmicas presentes nos calorosos debates que encontramos em sociedade. É isso que almejamos fazer, razão por que lançaremos mão, no próximo tópico, do instrumental teórico e analítico da modalidade argumentativa polêmica. O que é polêmica? Quais são as suas características? De que maneira acontece? Essas perguntas serão respondidas consoante às discussões da teoria da argumentação no discurso.

## **Polêmica: uma modalidade argumentativa do discurso**

Logo de início, precisamos estabelecer algumas diferenças teóricas sobremaneira imprescindíveis. Polêmica, discurso polêmico e interações polêmicas não são a mesma coisa. A polêmica é uma modalidade argumentativa do discurso, que se nutre de pelo menos três traços: dicotomização, polarização e descrédito do adversário. “Uma polêmica é o conjunto das intervenções antagônicas sobre uma dada questão em um dado momento” (Amossy, 2017, p. 72). O discurso polêmico e as interações polêmicas “são as formas que as intervenções constitutivas da polêmica podem assumir” (Amossy, 2017, p. 72). Dessa maneira, percebemos que o conjunto de discursos e de interações agonísticas constroem a polêmica.

É na obra “Apologia da polêmica”, de Ruth Amossy, que encontramos os alicerces fundantes da polêmica enquanto modalidade argumentativa do discurso. Conforme preleciona essa pesquisadora, “nos dias de hoje, a polêmica tem visivelmente uma má reputação: atrai as críticas dos censores de todos os lados” (Amossy, 2017, p. 7). Quando se pensa em polêmica, parece mesmo que muitos sujeitos têm, em seu imaginário social, uma ideia cristalizada de algo danoso que deve ser rejeitado. Entretanto, a polêmica é, a todo momento, atualizada em nossa sociedade, sobretudo, em virtude do espaço digital e sua efervescência difusora.

A referida autora questiona acerca dos motivos que levam a polêmica a invadir os espaços públicos, já que ela seria algo a se rejeitar. Segundo Amossy (2017, p. 8), “estamos na sociedade do espetáculo: as polêmicas atraem porque são lúdicas – podemos contar os ataques que acontecem nelas e apontar os vencedores – e não porque elas nos façam refletir”. Chamar a atenção dos sujeitos é um dos principais objetivos da polêmica no espaço público. Nem sempre os assuntos mais sérios impressionam as pessoas. Entretanto, um tema sensível e polêmico demonstra possuir maior força para impactar as crenças e as opiniões das pessoas.

Em Amossy (2017), identificamos condições sobre o funcionamento e as funções que a polêmica exerce. Primeiro, a polêmica apresenta uma função, pois um fenômeno tão recorrente precisa preencher funções sociais sejam quais forem. Segundo, possui um funcionamento, uma vez que para compreender o papel desempenhado pela polêmica, é necessário verificar de perto como ela se constitui discursivamente. Terceiro, uma esfera democrática, tendo em vista que é nesse âmbito em que a polêmica pode se manifestar livremente aos olhos de todos.

A polêmica, enquanto modalidade argumentativa do discurso “preenche funções sociais importantes, precisamente em razão do que é em geral criticado nela: uma gestão verbal do conflito realizada sob o modo da dissensão” (Amossy, 2017, p. 12). A ideia de conflito ou de desacordo encontra um lugar de destaque, haja vista que o choque de opiniões antagônicas é, com efeito, o carro-chefe da modalidade polêmica. Trata-se, desse modo, de uma retórica do dissenso, pautada, sobretudo, na manutenção dos pontos de vista que são conflitantes.

Esse modo de pensar vai de encontro aos estudos retóricos mais antigos. Na retórica de base aristotélica e até mesmo perelmaniana, constatamos que a busca pelo acordo é a principal meta a ser perseguida pelo orador ante seu auditório. Já nessa perspectiva de modalidade argumentativa polêmica, percebemos que não há espaço para o acordo, já que o dissenso reina. “Trata-se de fazer justiça ao lugar de uma retórica do dissenso, isto é, a uma gestão do conflito de opinião sob o modo de dissidência, e não de uma busca do acordo” (Amossy, 2017, p. 41). Essa teórica postula uma nova teoria, apesar de ser vestida com uma roupagem retórica.

Nesse mesmo entendimento, a pesquisadora francesa enfatiza que para se ter, de fato, uma polêmica, é necessário que se tenha um assunto de interesse público, a fim de que ela não seja uma mera discussão ou uma disputa entre particulares. “A polêmica é, portanto, um debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios das sociedades mais ou menos importantes numa dada cultura” (Amossy, 2017, p. 49). A marca primeira da polêmica é uma oposição de discursos. E o antagonismo declarado em relação às opiniões apresentadas no seio de um confronto verbal é sua condição *sine qua non*.

Nesse mesmo pensamento, a citada autora apresenta três traços que caracterizam e descrevem a polêmica como uma modalidade argumentativa do discurso, a saber: a) dicotomização de teses; b) polarização social; c) desqualificação do adversário. Esses três aspectos se apresentam como imbricados e promovem a polêmica como interação fortemente agonística que atravessa os gêneros de discurso com dimensão ou visada argumentativa. Para um entendimento mais consistente, importa descrever e explicar cada traço desse.

A dicotomização de teses, no entendimento de Amossy (2017, p. 53), diz respeito a uma manifestação discursiva de base conflitual. “Pode-se, portanto, definir a polêmica como um choque de opiniões antagônicas, marcando o caráter constitutivo que desempenha nela o conflito”. É a forma de embate, de afrontamento brutal, de opiniões contraditórias que sedimenta a polêmica enquanto manifestação discursiva que se dá em interações. “Se há choque de opiniões contraditórias, é porque a oposição dos discursos, na polêmica, é o objeto de uma clara dicotomização na qual duas opções antitéticas se excluem mutuamente” (Amossy, 2017, p. 53). Todavia, essa dicotomização de teses não é absoluta, uma vez que é possível encontrar situações em que oposições se unem para deliberar algo comum a ambos os lados.

A polarização social, na esteira de Amossy (2017), situa e aponta os sujeitos envolvidos nas interações polêmicas. Para ela, existe um proponente, um oponente e um terceiro. O primeiro é o responsável por defender e lançar uma proposta; o segundo é opositor dessa posição levantada; e o terceiro é o ouvinte-espectador da confrontação. Para a autora, não se trata de pessoas, mas de papéis actanciais. Enquanto fenômeno retórico, a polarização “realiza reagrupamentos em campos diversos entre os participantes; ela não é de ordem puramente conceitual, mas social. A polarização não apresenta apenas uma divisão em branco/preto, direita/esquerda – ela põe também um ‘nós’ contra ‘eles’” (Amossy, 2017, p. 56). A polarização consiste em consolidar um campo de inimigos, caracteriza-se como fenômeno social.

A desqualificação do adversário, consoante preceitua Amossy (2017), tem como principal objetivo desacreditar tanto as teses contrárias quanto a própria pessoa que as sustenta. Nesse sentido, “o descrédito lançado sobre as pessoas anula a força de seus argumentos. Os ataques podem ser mais ou menos pronunciados, e a relação com o outro pode variar. Pode-se desqualificar uma tese adversária ao mesmo tempo em que se desqualificam seus defensores” (Amossy, 2017, p. 59-60). Assim sendo, a polêmica pode, em alguma medida, se expandir para uma discussão que paira sobre a violência verbal. Entretanto, a violência verbal se trata de um outro fenômeno muito mais intenso. Desqualificar o outro é uma forma de diminuí-lo na interação polêmica e se constitui como uma das principais estratégias argumentativas.

Esses traços apresentados servem como princípios fundamentais para se empreender uma análise argumentativa da polêmica no discurso. Servem, também, para destacar que a polêmica “é um instrumento de luta pelo qual cada um tenta fazer prevalecer suas formas de compreender e de ordenar uma sociedade para a qual são propostos modelos antagônicos e, às vezes, incompatíveis” (Amossy, 2017, p. 210). A seguir, apresentamos os nossos postulados metodológicos a fim de descrever os passos trilhados neste trabalho sobre a polêmica.

### **Considerações sobre o percurso metodológico**

O nosso trabalho está fundamentado em uma análise retórica e argumentativa, a partir da tríade aristotélica, bem como da modalidade argumentativa polêmica. No entendimento de Mateus (2018, p. 191), a análise retórica busca explicar de que maneira um texto ou um discurso almeja persuadir acerca da validade de seu ponto de vista. “Preocupa-se, assim, em identificar e investigar o modo como o orador comunica, e as estratégias por si empregues para conquistar a adesão do auditório, estabelecer as suas teses, justificá-las e persuadir a necessidade de aceitar aquilo que lhe é proposto”. É nesse âmbito que a retórica é a faculdade de encontrar os dispositivos argumentativos que são manifestados no discurso para persuadir o outro.

Já para Ferreira (2015, p. 59), quando procedemos a uma análise retórica, lançamos um olhar sobre o texto ou o discurso “em busca do que possui de persuasivo, enfim, em busca do material de construção retórica e, nesse sentido, é sempre possível destacar alguns aspectos em detrimento de outros, pois os textos, dotados de intencionalidade, apontam, durante a análise, para as intenções do autor”. Nesse sentido, verificamos que a análise retórica descortina não somente os procedimentos persuasivos, mas também os interesses discursivos dos oradores. Por assim dizer, esse tipo de análise é qualitativa, descritiva, explicativa e interpretativa.

Conforme pontua Leach (2002, p. 303), a análise retórica é uma arte interpretativa. Para esse autor, as provas *ethos*, *logos* e *pathos* são “ingredientes essenciais para explorar o contexto como um primeiro passo para a análise retórica. Eles fornecem formas de argumentação que estão presentes em diferentes tipos

de discurso persuasivo”. Todo discurso retórico tem um orador, um auditório e a própria argumentação. Entendemos que tais elementos são a base de toda análise retórica, pois é a partir deles que encontramos o fundamento persuasivo.

De acordo com Amossy (2020, p. 162), a análise argumentativa no discurso consiste “em analisar as modalidades segundo as quais esses raciocínios são levados para o discurso com o objetivo de agir sobre o alocutário, e em notar como os vícios de raciocínio são detectados em uma interação para melhor refutar as posições do adversário”. Neste caso específico, tomamos a polêmica como modalidade argumentativa, a fim de investigar as posições de proponente, oponente e terceiro durante interações expressivamente polêmicas. Por meio desse tipo de análise, é possível desvelar as estratégias persuasivas encenadas por oradores que digladiam na arena discursiva, estabelecendo o desacordo através do dissenso.

A partir desses princípios analíticos, investigamos duas interações polêmicas durante o programa “O grande debate” na rede CNN Brasil. Teve como evento deflagrador a seguinte pergunta: projeto antiaborto pode elevar a violência contra a mulher? A partir dessa questão, os debatedores apresentaram as suas argumentações favoráveis ou contrárias. É importante informar que, devido às limitações desse capítulo, não foi possível analisar o debate na íntegra. Assim sendo, extraímos apenas duas interações argumentativas encontradas no primeiro bloco, ou seja, ambas correspondem às primeiras participações dos debatedores nessa interação.

Seguindo o que rege a modalidade argumentativa polêmica, consideramos que o debatedor Alexis Fonteyne ocupa a função de proponente, pois defende o projeto antiaborto; o debatedor José Eduardo Cardoso ocupa o papel de oponente, tendo em vista ser contra o referido projeto; a opinião pública, ou seja, o auditório que acompanha o debate, ocupa o lugar de terceiro, aquele que é o alvo a ser influenciado pelos debatedores que digladiam. A seguir, colocamos uma captura da tela em que visualizamos os debatedores e o mediador.

**Figura 1:** Captura da tela do debate na CNN Brasil, em 13/06/2024.



O GRANDE DEBATE - 13/06/2024

**Fonte:** Canal da CNN Brasil no YouTube. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5dEcWKgWVG1s&t=707s&ab\\_channel=CNNBrasil](https://www.youtube.com/watch?v=5dEcWKgWVG1s&t=707s&ab_channel=CNNBrasil)

Ao lado esquerdo, temos o debatedor Alexis Fonteyne, que já ocupou o cargo de deputado federal por São Paulo; ao centro, vemos o jornalista Leandro Magalhães; ao lado direito, temos o debatedor José Eduardo Cardoso, que já foi ministro da justiça durante governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Em seguida, apresentamos as nossas análises dos atos polêmicos proferidos por esses debatedores em rede nacional de televisão.

### **Ato polêmico 1 – debatedor José Eduardo Cardoso**

Neste primeiro ato polêmico, o debatedor apresenta a sua argumentação inicial demonstrando que é contra o projeto antiaborto porque já existe uma lei em vigor sobre esse assunto. Além disso, acusa o referido projeto de ser uma proposta absurda que ataca os direitos das mulheres. É isso que podemos perceber nessas linhas a seguir:

Olá Leandro, olá Alexis! Eu não tenho dúvida que vai elevar é uma consolidação de uma prática que seria completamente absurda diante de uma compreensão mais adequada do que é o direito da mulher o que são os direitos humanos, explico porquê. Eu não estou dizendo aqui ou falando aqui do direito ao aborto livre. Não! Estou falando da forma com que hoje a legislação disciplina essa matéria. Essa matéria está disciplinada dessa forma desde 1940. Claro, o código penal ele tipifica o aborto como crime prevê duas hipóteses é em que nós temos situações de digamos um aborto legalmente admitido. A primeira delas era o chamado aborto humanitário que está previsto no artigo 1282 do Código Penal que ocorre quando a pessoa é engravidada em decorrência de um estupro. E o outro chamado de aborto terapêutico ou aborto necessário que é aquele previsto no artigo 1282 do Código Penal em que a pessoa diante do risco de vida pode optar por fazer o aborto. Ora o código penal não coloca nenhum prazo para isto absolutamente nenhum prazo. Às vezes, alguns juízes, sabe-se lá por que razões, possivelmente através da sua visão pessoal do problema, colocam prazos dos mais variados para autorizar um aborto nessas hipóteses e agora resolveu se fazer uma lei dizendo olha acima de 22 semanas é crime equivalente ao homicídio para esses dois casos inclusive.

Na introdução desse ato polêmico, o orador, inicialmente, cumprimenta o jornalista-mediador e o seu adversário, demonstrando respeito, polidez e cortesia. Em seguida, no papel de oponente, advoga que a aprovação do projeto antiaborto robustece ainda mais uma prática que anula o direito da mulher. Percebemos que o argumentador já lança a sua tese inicial, mostrando que não concorda com tal projeto. Ele fala, ainda, no direito da mulher e sobre os direitos humanos, como forma de ancorar a sua argumentação contrária ao referido projeto. O orador, estrategicamente, se apresenta com um *ethos* de defensor das mulheres que sofrem estupro e não têm os seus direitos resguardados, amparados por uma legislação que realmente possa proteger a vítima e não a punir severamente. O fio condutor que rege essa polêmica em tela é justamente o seguinte: delimitar um tempo para o aborto em decorrência de estupro, punir a mulher que abortar antes desse período e equiparar o aborto ao crime de homicídio.

Adiante, o orador esclarece para o seu auditório virtual que não está falando ou defendendo o aborto livre, que seria realizado por qualquer motivo banal ou por uma simples decisão de uma mulher. O discurso de negação é engatilhado como forma de preservar o *ethos* do orador, tendo em vista que muitas pessoas poderiam enxergá-lo como alguém que defende o aborto em qualquer circunstância. O argumentador nega isso e recorre ao argumento de autoridade para afirmar: “Estou falando da forma com que hoje a legislação disciplina essa matéria. Essa matéria está disciplinada dessa forma desde 1940”. Ora, como essa matéria já está legislada, então, não haveria a necessidade de torná-la mais rígida ainda, sobretudo, em desfavor das vítimas. Assim sendo, o orador menciona que desde 1940 já existe uma matéria sobre esse assunto. E mesmo assim, surge um projeto antiaborto que almeja, em última instância, infringir o direito das mulheres violentadas, impedindo-as de abortar após um período de 22 semanas. A instauração desse marco temporal é o que sustenta essa polêmica.

Ao continuar sua exposição, o debatedor, que se configura como o oponente da tese inicial sobre o projeto antiaborto, costura o seu raciocínio através de uma argumentação racional, uma vez que preleciona o fato de o código penal já tipificar o aborto como crime. Entretanto, segundo o orador, existem pelos menos duas situações em que o aborto é legalmente admitido. “A primeira delas era o chamado aborto humanitário que está previsto no artigo 1282 do Código Penal que ocorre quando a pessoa engravida em decorrência de um estupro”. O debatedor continua: “E o outro chamado de aborto terapêutico ou aborto necessário que é aquele previsto no artigo 1282 do Código Penal em que a pessoa diante do risco de vida pode optar por fazer o aborto”. Nesse momento, verificamos que o orador projeta um *ethos* de especialista jurídico, uma vez que demonstra possuir um sólido conhecimento nessa área específica.

Além disso, constatamos que o debatedor recorre, nesses mesmos excertos anteriores, ao argumento de definição, haja vista que apresenta e define os dois tipos de aborto que são admitidos legalmente no Brasil. Compreendemos que, por meio de uma função pedagógica, o argumentador, como se fosse um professor, explica para o seu auditório esses conceitos, a fim de que o público (o terceiro) concorde com o que está sendo anunciado. O argumento se apresenta dessa forma: já existe aborto legal no Brasil, logo não é necessário um projeto antiaborto como esse que é proposto pelo deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL/RJ).

A seguir, o argumentador enfatiza: “Ora o código penal não coloca nenhum prazo para isto absolutamente nenhum prazo”. Como verificamos, o orador refuta a tese contrária, pois consta no projeto antiaborto o prazo de 22 semanas. Ou seja, caso uma mulher sofra estupro, ela terá até esse período para realizar o aborto, entretanto, se o fizer após esse tempo, será punida severamente. O debatedor utiliza o argumento de contradição, pois mostra para o seu auditório que o código penal não determina prazo, mas o citado projeto determina. Isso, consoante o orador, não encontra respaldo jurídico, razão por que é falho, inconsistente. Novamente, o *ethos*

de especialista jurídico é formulado, criando uma imagem positiva para o orador que, de forma estratégica, investe contra o projeto antiaborto e, conseqüentemente, os seus defensores, representados, nesse debate, pelo proponente que defende a aprovação desse projeto.

No último momento desse ato polêmico, o argumentador traz à lume um raciocínio que escapa do campo da racionalidade e encontra guarida na da passionalidade. Ele salienta: “Às vezes, alguns juízes, sabe-se lá por que razões, possivelmente através da sua visão pessoal do problema, colocam prazos dos mais variados para autorizar um aborto nessas hipóteses e agora resolveu se fazer uma lei dizendo olha acima de 22 semanas é crime equivalente ao homicídio para esses dois casos inclusive”. Nesse excerto, o debatedor engendra um *ethos* de denunciante, ao informar que alguns juízes não agem com imparcialidade, mas sim por razões pessoais. No entanto, o orador não menciona o nome de nenhum juiz com tal prática. Além dessa construção da imagem de si, compreendemos que o orador busca suscitar a paixão da indignação no auditório. Indignação porque o projeto antiaborto busca desfazer a legislação vigente e conclama uma outra que, conforme esse oponente, é uma proposta absurda e inconsistente.

## **Ato polêmico 2 – debatedor José Eduardo Cardoso**

Neste segundo momento polêmico, o argumentador prefere trilhar um caminho mais passional, buscando comover os ânimos do seu auditório. Ele denuncia de que maneira está organizada a proposta do projeto antiaborto e conclama o seu auditório a ficar indignado.

Então, imagine a seguinte hipótese: uma mulher estuprada engravida, ela tem o direito legal ao aborto, só que por desinformação, por medo ou por demora da Justiça isso é muito comum ela não consegue viabilizar o seu estupro o seu aborto. Qual é o resultado? O resultado é que se passar as 22 semanas por esse projeto de lei ela vai ser criminosa e vai ser obrigada a ter o fruto de uma violência contra ela, sendo penalizada inclusive com pena acima do estupro daquele que a estuprou. O que está por trás disso? Sem sombra de dúvida eu tenho uma visão que por mais dimensões religiosas que possam existir eu respeito as visões religiosas passa por uma ideia de que a mulher ela serve para reproduzir. E mesmo quando ela é estuprada, mesmo quando ela corre risco de vida ela não tem direito a decidir sobre seu próprio corpo. Ela tem que conviver para o resto da vida com um filho oriundo de um estupro, ela tem que optar por abdicar da sua própria vida se ela correr risco porque senão ela é uma criminosa. Isso é de uma exacerbação total.

Ao continuar a sua argumentação, observamos que o orador apresenta para o seu auditório as inconsistências do projeto antiaborto. O argumentador pede que o auditório imagine uma situação. Para tanto, recorre ao argumento de analogia, uma vez que cria uma situação imaginária a fim de comover o auditório acerca de uma tese. Ele preleciona: “Então, imagine a seguinte hipótese: uma mulher estuprada engravida, ela tem o direito legal ao aborto, só que por desinformação,

por medo ou por demora da Justiça isso é muito comum ela não consegue viabilizar o seu estupro o seu aborto. Qual é o resultado?” Percebemos que o orador foge da racionalidade e agora apela para as paixões do auditório, buscando granjear-lhe a confiança nesse raciocínio. Também, lança uma pergunta retórica na qual busca engajar o seu auditório. A resposta não pode ser dada pelo outro, mas apenas pelo orador que a suscitou. Ele ainda comete um equívoco e se corrige, ao colocar a palavra estupro no lugar de aborto.

Para responder à pergunta retórica encenada nesse ato polêmico, o orador encaixa a seguinte sequência: “O resultado é que se passar as 22 semanas por esse projeto de lei ela vai ser criminosa e vai ser obrigada a ter o fruto de uma violência contra ela, sendo penalizada inclusive com pena acima do estupro daquele que a estuprou”. Entendemos que novamente o orador engendra um *ethos* de denunciante. Ele advoga que a mulher será criminosa, será obrigada a ter o filho, será penalizada com uma pena maior do que a do abusador. Nesse trecho, o argumentador estabelece um ataque que pretende desacreditar, diante da opinião pública, esse projeto antiaborto. Também é possível pensar na possibilidade de esse mesmo discurso desencadear paixões no auditório, a exemplo da indignação. Muitas pessoas poderão ficar indignadas com uma proposta dessa. Verificamos que o orador recorre ao argumento de definição, pois define o feto no ventre da vítima como “fruto de uma violência”.

Em seguida, o argumentador encaixa uma outra pergunta retórica. Ele questiona: “O que está por trás disso?”. Como sabemos, o auditório não tem como responder, mas apenas ser interpelado, engajado e influenciado por tal pergunta. Para responder, o orador ressalta: “Sem sombra de dúvida eu tenho uma visão que por mais dimensões religiosas que possam existir eu respeito as visões religiosas passa por uma ideia de que a mulher ela serve para reproduzir”. Através da polidez, de uma argumentação cautelosa e, ao mesmo tempo crítica, o orador formula um *ethos* de prudente, de alguém que mede as palavras ao enunciar, a fim de não se comprometer diante da opinião pública. Isso ocorre porque ele não ataca explicitamente as questões religiosas que estão postas implicitamente nesse projeto antiaborto.

Aliás, como já dissemos neste trabalho, o idealizador desse projeto é teólogo e pastor evangélico, além de ser um dos principais porta-vozes do pastor Silas Malafaia, cuja influência político-religiosa no Brasil é por demais expressiva. Outro aspecto é que o orador sabe do poder político da bancada evangélica no Brasil, talvez seja por isso que argumenta de modo prudente, polido, cauteloso. Todavia, arremata com teor crítico: “passa por uma ideia de que a mulher ela serve para reproduzir”. Com essa última asserção, o argumentador critica essa visão de mulher apenas como reprodutora, formulando, assim, um *ethos* de denunciante. Denuncia que essa compreensão é problemática. É justamente essa visão que acende o pavio de projetos como esse que causou uma rede acalorada de discussões e conflitos em diferentes escalas sociais.

Na parte final desse segundo ato polêmico, o *ethos* de denunciante é formulado com um tom mais severo pelo orador. Ele salienta: “E mesmo quando ela é estuprada, mesmo quando ela corre risco de vida ela não tem direito a decidir sobre seu próprio corpo. Ela tem que conviver para o resto da vida com um filho oriundo de um estupro, ela tem que optar por abdicar da sua própria vida se ela correr risco porque senão ela é uma criminosa. Isso é de uma exacerbação total”. O argumentador denuncia explicitamente as dificuldades sofridas pela mulher que é vítima de estupro. Segundo esse ponto de vista enunciado, essa mulher não tem direito sobre seu próprio corpo e tem que conviver com o filho fruto do estupro. Ela corre o risco de ser uma criminosa, consoante esse orador. Compreendemos que esses raciocínios constroem uma argumentação expressivamente passional, sobretudo, a partir da indignação.

O argumentador elabora esse trecho como forma de comover o auditório a fim de que possa ficar indignado em razão das punições em desfavor da mulher vítima de estupro. O orador, por meio do argumento de definição, classifica tais ações como “exacerbação total”. Ele ataca as ideias centrais do projeto antiaborto, mostrando o seu entendimento sobre essa matéria tão polêmica. Na função de oponente, o orador almeja desacreditar o auditório no sentido de tentar elucidar que tal projeto não pode ser aprovado porque não encontra sustentação para isso, elucidando o choque antagônico de teses. O raciocínio em tela tenta destruir a tese contrária, trilhando uma seara passional, pelo menos nesse momento do discurso. Parece mesmo que a passionalidade está mais manifestada do que a racionalidade nesse ato polêmico. Como sabemos, a passionalidade tem um maior poder de influência, que pode culminar na persuasão.

### **Ato polêmico 3 – debatedor José Eduardo Cardoso**

Neste terceiro ato polêmico, encontramos um posicionamento mais incisivo do argumentador. Ele tenta mostrar para a opinião pública que a mulher precisa ser tratada com dignidade enquanto ser humano. Além disso, faz uma comparação entre mulheres ricas e mulheres pobres sobre as condições de ambas para proceder ao aborto.

Eu noto eu não estou discutindo o direito ao aborto livre. Não! Eu estou discutindo os parâmetros que estão colocados por esta lei diante da legislação atual de 40 anos, é uma violência. Leandro, eu não posso obrigar uma mulher a ficar com um filho decorrente de um estupro e às vezes por culpa não dela, mas do estado que não autorizou a tempo essa possibilidade e se a situação da doença se verificou depois das 22 semanas? Ela não tem direito a optar? A mulher não é um aparelho de reprodução, a mulher é um ser humano e como tal tem que ser tratado e o princípio da dignidade da pessoa humana aponta para essa linha, por isso eu acho que esse projeto é absurdo não discutido e envolve passionalismo quando na verdade já como está é uma situação que poderia ser discutido avanços, mas piorar a questão de aborto que tem uma dimensão de saúde pública muito forte é inclusive, concluo Leandro, é uma questão de justiça

social porque as mulheres ricas fazem nas clínicas, nos hospitais sob segurança, mas as pobres não. As pobres vão ter que se colocar em certas situações e muitas vezes não conseguem acesso da justiça para garantir um direito que a lei lhe dá. Ou seja, é inaceitável sob vários aspectos esse projeto.

Neste outro ato de polêmica, o orador se engaja de forma mais crítica do que nos outros atos. Logo de início, ele encadeia a seguinte sequência: “Eu noto eu não estou discutindo o direito ao aborto livre. Não! Eu estou discutindo os parâmetros que estão colocados por esta lei diante da legislação atual de 40 anos, é uma violência”. Observamos que o discurso de negação volta à cena enunciativa como forma de blindar a imagem do orador. Negar que está discutindo o aborto livre é uma das formas de interpelar a opinião pública para que ela não enxergue o orador como alguém que apoia qualquer tipo de aborto. Esse debatedor elucida que o seu ponto de vista contrário é mesmo em torno do projeto antiaborto apresentado à Câmara Federal.

Em seguida, o debatedor apregoa um argumento de quantidade, ao mencionar que já existe uma “legislação atual de 40 anos”, razão por que não haveria a necessidade de tal mudança em algo que já está consolidado. Também lança um argumento de definição, ao dizer que a lei que se pretende instituir com o projeto antiaborto “é uma violência”. Essa violência é justamente em desfavor das vítimas e não dos abusadores. Classificar tal iniciativa de violência pode despertar no auditório a indignação e a cólera. O terceiro, ou seja, o conjunto de pessoas que acompanhou o debate ao vivo ou assistiu a reprise, poderá ser acometido por diferentes paixões que, quando despertadas, podem gerar sensações de dor ou alegria.

Nesse mesmo fragmento, compreendemos que o *ethos* de denunciante é formulado pelo debatedor, a fim de destruir a tese contrária como algo que não deve ser aprovado, considerando os vários aspectos inconsistentes já apresentados pelo orador. Denunciar tal problemática pode contribuir decisivamente para uma imagem positiva do argumentador, no sentido de que o auditório poderá enxergar que está diante de um homem que conhece e entende de assuntos jurídicos e que está apontando as inconsistências de um projeto que carrega em seu estofo jurídico um conjunto de pontos inconstitucionais que precisam e devem ser debatidos.

Ademais, o argumentador, mais uma vez, traz à discussão polêmica a ideia de que a mulher não é um aparelho de reprodução. Ele defende: “A mulher não é um aparelho de reprodução, a mulher é um ser humano e como tal tem que ser tratado e o princípio da dignidade da pessoa humana aponta para essa linha”. Com uma argumentação apresentada dessa maneira, observamos que o orador cria um *ethos* de defensor das mulheres, ao postular que elas não são um tipo de máquina, mas sim seres humanos que merecem ser tratados com dignidade. O orador almeja mesmo refutar uma ideia anterior, ou seja, como se o seu adversário defendesse essa crença que objetifica a mulher como máquina. O argumento que é posto nesse raciocínio se constitui através de um silogismo lógico apresentado do

seguinte modo: todo ser humano deve ser tratado com dignidade; a mulher é um ser humano; logo, deve ser tratada com dignidade. É um raciocínio indestrutível, uma vez as suas premissas estão estruturadas logicamente.

Ao complementar a sua resposta, o debatedor considera que o projeto antiaborto está envolvido de paixões. Ele preconiza o seguinte ponto de vista: “por isso eu acho que esse projeto é absurdo não discutido e envolve passionalismo quando na verdade já como está é uma situação que poderia ser discutido avanços, mas piorar a questão de aborto que tem uma dimensão de saúde pública muito forte”. Nessa sequência discursiva, o argumentador engendra o *ethos* de denunciante, pontuando que o projeto em pauta é “absurdo”, “não discutido”, “envolve passionalismo”. É dito que, se aprovado, haveria uma piora sobre a questão do aborto, já que não existe uma proposta efetiva de avanço, mas de retrocesso, segundo o debatedor. Por isso mesmo, tal projeto não merece ser aprovado, tendo em vista esse punhado de problemas.

Verificamos que, por meio do argumento de definição, o orador entende que tal projeto é um absurdo e que está recheado de paixões, emoções, ou seja, passionalismo, mas não de constitucionalidade jurídica, consoante esse entendimento do argumentador. Conceituar o projeto antiaborto com essas adjetivações desqualificadoras é uma estratégia que pretende fazer com que a opinião pública perceba que a citada proposta não deve ter a sua aprovação na Câmara Federal. Certamente, não há como saber quem foi convencido ou persuadido. Todavia, a argumentação lançada pelo debatedor em destaque tem o potencial de tocar, mover, comover, percorrendo a racionalidade e a emotividade de pessoas que tiveram acesso a esse debate.

No encerramento dessa intervenção do debatedor, notamos que ele postula que existe um problema de linha social em volta de tal proposta. Faz uma distinção entre mulheres ricas e pobres, explicando como acontece o aborto nessas duas esferas. Ele afirma: “é uma questão de justiça social porque as mulheres ricas fazem nas clínicas, nos hospitais sob segurança, mas as pobres não. As pobres vão ter que se colocar em certas situações e muitas vezes não conseguem acesso da justiça para garantir um direito que a lei lhe dá. Ou seja, é inaceitável sob vários aspectos esse projeto”. Outra vez, o *ethos* de denunciante é engatilhado pelo argumentador, tendo em vista a crítica contundente que lança nesse fragmento. Para ele, existe uma questão importante: a de justiça social. Enquanto mulheres ricas têm condições de pagar e fazer aborto em locais particulares, as mulheres pobres não têm, razão por que a lei precisa ser ajustada de outro modo mais justo e não com o projeto antiaborto preconizado por um parlamentar notavelmente signatário de ideias da extrema direita brasileira de vertente conservadora.

Também compreendemos que existe a constituição do *ethos* de defensor das mulheres, uma vez que o orador defende as mulheres de modo geral e as mais pobres de modo mais específico. Segundo esse debatedor, as mulheres mais pobres, em muitas situações, não conseguem ter acesso a um direito que a própria

lei concede. Isso denota que existe uma discrepância entre o direito e o acesso a ele. Não adianta ter um determinado direito e não conseguir acessá-lo, sobretudo, no momento quando mais se precisa dele. Essa argumentação revela, desse modo, um tom expressivamente passional, como se o orador quisesse despertar em seu auditório a indignação. Essa paixão poderá ser sentida porque as pessoas poderão enxergar aí os privilégios dos ricos em detrimento dos pobres acerca de um mesmo assunto com tema sensível. Implicitamente, o orador apregoa o argumento de regra de justiça, encadeado do seguinte modo: se as mulheres ricas têm o direito de fazer aborto (mesmo que seja pago), as mulheres pobres também devem ter as mesmas condições (mesmo que seja público). Neste caso, a classe social não deveria ser o principal empecilho para uma questão tão sensível, conforme defende o ponto de vista que é apresentado por esse argumentador em destaque.

### **Ato polêmico 1 – debatedor Alexis Fonteyne**

Neste primeiro ato polêmico, o debatedor aponta o seu posicionamento contrário à tese sobre a legalização do aborto após as 22 semanas de gestação. O debatedor, na função de proponente, pois é adepto de tal proposta, classifica esse tipo de aborto como assassinato.

Boa noite Leandro, boa noite Eduardo, boa noite audiência da CNN! Eu não vejo que possa aumentar a violência contra mulher eu tenho uma visão diametralmente oposta ao Ministro. Eu entendo que 22 semanas é tempo suficiente para tomar as decisões e não deixar evoluir um feto ou um ser que já tá com todo o seu sistema nervoso praticamente formado que já sente, que já tem emoções e aí aprova-se um procedimento que é um verdadeiro assassinato. Eu entendo que é um assassinato quando você começa a ter um procedimento desse a partir das 22 semanas. Vamos lembrar é que o Conselho Federal de Medicina ele é categoricamente contra esse tipo de procedimento tanto que foi a medida do Ministro Alexandre Moraes ao pedido do PSOL que anulasse essa resolução do Conselho Federal de Medicina, quer dizer Alexandre Moraes agora ele sabe mais do que Conselho Federal de Medicina né e vamos dizer que na legislação é óbvio que não vai ter o procedimento. E a ação não vai começar a botar procedimentos de medicina, mas eu entendo que nessas horas nas especializações quem entende mais é o conselho. E aí o conselho deveria ser respeitado. Não! Foi desrespeitado passou por cima e a Câmara dos Deputados deu resposta a isso.

Assim como o primeiro debatedor, esse inicia a sua intervenção polêmica no debate cumprimentando o jornalista-mediador, bem como o seu adversário, demonstrando cortesia. Entretanto, após isso, já encadeia o seu posicionamento contrário: “Eu não vejo que possa aumentar a violência contra mulher eu tenho uma visão diametralmente oposta ao Ministro”. Nesse fragmento, constatamos que o proponente busca refutar a argumentação do seu oponente, revelando, assim, a dicotomização de teses. Para isso, lança mão do argumento *ad hominem*, a fim de destruir o raciocínio posto acerca da possibilidade de aumentar a violência contra a mulher caso se aprove na Câmara Federal dos deputados o projeto antiaborto.

Em seguida, o orador explica de forma mais pormenorizada as motivações que o levaram a pensar desse modo contrário. “Eu entendo que 22 semanas é tempo suficiente para tomar as decisões e não deixar evoluir um feto ou um ser que já tá com todo o seu sistema nervoso praticamente formado que já sente, que já tem emoções e aí aprova-se um procedimento que é um verdadeiro assassinato”. Com esse ponto de vista, compreendemos que o argumentador engendra um *ethos de denunciante*, ao postular que o tempo estipulado no projeto antiaborto é suficiente para a mulher tomar decisões. Deixar evoluir o feto e depois querer retirá-lo, conforme o orador, “é um verdadeiro assassinato” e isso não pode ocorrer.

Através do argumento da definição, o argumentador classifica a prática do aborto após 22 semanas como um “verdadeiro assassinato”. Desse modo, pretende endossar mais ainda o entendimento que está prescrito no projeto antiaborto, ou seja, a tentativa de equiparar o aborto ao homicídio, com uma pena severa à mulher que realizar tal procedimento, após ultrapassar os cinco meses e meio de gestação. O debatedor se mostra como alguém que está denunciando uma prática que merece ser sancionada como crime, consoante está proposto no projeto.

Certamente, a nomeação do aborto como “verdadeiro assassinato” pode, de alguma maneira, suscitar diferentes paixões no auditório, entre elas, a indignação. Transmitir para a opinião pública que existe a tentativa de assassinato de um feto por uma mãe é algo que, potencialmente, pretende comover os ânimos do auditório para que fique indignado. A estratégia argumentativa segue, desse modo, uma linha expressivamente passional.

Consecutivamente, o argumentador segue formulando o seu raciocínio contra a tese que defende o aborto em caso de estupro sem delimitação de tempo. “Eu entendo que é um assassinato quando você começa a ter um procedimento desse a partir das 22 semanas”. Mais uma vez, o *ethos de denunciante* se faz presente. O orador almeja mostrar para a opinião pública uma possível gravidade nessa questão polêmica. Ao mesmo tempo, demonstra concordância com o projeto antiaborto e com o tempo estipulado para a realização do citado procedimento. Utiliza novamente a expressão “assassinato” para definir o aborto após as 22 semanas de gestação, objetivando, entre outras coisas, a impactar emocionalmente o seu auditório.

Em seguida, a argumentação desse debatedor encaminha-se para uma construção mais racional. Ele preleciona: “Vamos lembrar é que o Conselho Federal de Medicina ele é categoricamente contra esse tipo de procedimento tanto que foi a medida do Ministro Alexandre Moraes ao pedido do PSOL que anulasse essa resolução do Conselho Federal de Medicina”. Com efeito, o orador recorre ao argumento de autoridade, uma vez que cita o Conselho Federal de Medicina como um órgão que é contra o aborto após as 22 semanas e, por isso, traz à discussão uma voz autorizada constituída por uma opinião médica, portanto, científica.

O argumentador tenta explicar para a opinião pública que os médicos do Brasil são contrário à realização do aborto em caso de estupro após as 22 semanas.

Como se trata de um conselho, subentende-se que aí se tem uma voz coletiva. O orador revela, também, que o ministro Alexandre de Moraes atendeu ao pedido do PSOL e anulou a resolução do citado conselho sobre a estipulação do tempo permitido para o aborto. De forma crítica, o debatedor argumenta: “quer dizer Alexandre Moraes agora ele sabe mais do que Conselho Federal de Medicina né e vamos dizer que na legislação é óbvio que não vai ter o procedimento”.

Nesse fragmento, o debatedor formula o *ethos* de denunciante, ao pontuar que o ministro Moraes não poderia intervir nessa questão, pois os médicos já haviam decidido. Todavia, o Conselho Federal de Medicina lançou uma resolução, mas não tem efeito jurídico, pois tal conselho não legisla. Dessa forma, o orador cria uma imagem negativa do referido ministro e, ao mesmo tempo, silencia que tal resolução não tem nenhum valor jurídico sequer. Outra vez, entendemos que o debatedor parece querer despertar a indignação do auditório, desta vez, a fim de colocar a opinião pública contra o ministro Alexandre de Moraes como se este fosse o responsável direto por liberar o aborto em caso de estupro em qualquer período de tempo.

Ao final desse ato polêmico, o argumentador advoga que a opinião médica não foi considerada nesse processo. “E a ação não vai começar a botar procedimentos de medicina, mas eu entendo que nessas horas nas especializações quem entende mais é o conselho. E aí o conselho deveria ser respeitado. Não! Foi desrespeitado passou por cima e a Câmara dos Deputados deu resposta a isso”. O *ethos* de denunciante retorna à cena enunciativa. O debatedor denuncia que a opinião médica não será considerada nesse entendimento sobre o aborto. Mostra, também, que o ministro Moraes “passou por cima” e não respeitou o conselho.

Para frear esse processo, segundo o debatedor, “a Câmara dos Deputados deu a resposta”, isto é, um deputado criou o projeto antiaborto a fim de estipular, sobretudo, o prazo de 22 semanas e equiparar o aborto após esse período como homicídio. Além de promover uma dura pena à mulher que abortar e aliviar as consequências para o estuprador, uma vez que a pena para o criminoso permanece, nessa proposta, expressivamente menor do que para a vítima.

## **Ato polêmico 2 – debatedor Alexis Fonteyne**

Neste segundo momento polêmico, o argumentador realiza uma tentativa direta de destruir os argumentos lançados por seu adversário. Para tanto, advoga que o aborto após as 22 semanas é um tipo de assassinato de um ser vulnerável e indefeso e que a justiça é muito lenta para resolver questões que envolvem essa temática. Observamos isso a seguir:

Me causa estranheza falar em dignidade da pessoa humana num procedimento que é um verdadeiro assassinato, nós estamos falando de dois seres não estamos falando mais de um ser. Um ser totalmente vulnerável dentro do ventre da mãe e um outro ser que está tomando a sua decisão, aliás vamos lembrar que todo abortista um dia nasceu né, então

eu acho que é assim nós temos que levar em consideração seriamente isso, 22 semanas são cinco meses e meio tempo necessário para tomar decisões. O próprio Ministro José Eduardo falou assim a justiça é muito lenta então que se aprove uma aprovação tácita se a justiça não se move, a pessoa tem o direito de fazer esse procedimento independentemente de uma justiça que não anda né que ela não anda para muita coisa e nesse caso eu achava que ela tinha que ser muito rápida. Veja que a justiça muitas vezes é mais rápida para uma ação trabalhista do que para uma decisão como essa isso é inaceitável não é um defeito do estado que vai provocar uma situação como essa.

Ao iniciar esse segundo ato polêmico, o orador pretende refutar o argumento do seu adversário: “Me causa estranheza falar em dignidade da pessoa humana num procedimento que é um verdadeiro assassinato, nós estamos falando de dois seres não estamos falando mais de um ser”. Percebemos que o orador lança o argumento *ad hominem*, na busca de destruir o argumento contrário, antagônico. Apresenta para a opinião pública que a argumentação do seu adversário não é pertinente, pois trabalha com a ideia de apenas um ser, quando, na verdade, são dois seres, conforme esse raciocínio. Desse modo, o orador mobiliza-se para anular o ponto de vista adversário e apresentar a sua percepção como sendo a mais preferível, aceitável.

Ao prosseguir a sua exposição, o argumentador engatilha um discurso ancorado na passionalidade, buscando comover o auditório. Ele dramatiza: “Um ser totalmente vulnerável dentro do ventre da mãe e um outro ser que está tomando a sua decisão”. Nesse fragmento, podemos pensar no despertar das paixões da piedade e da indignação. A primeira porque o orador cria uma situação emotiva, para mostrar que um ser indefeso é alvo de um assassinato brutal ainda no ventre da mãe. Despertar a piedade no auditório é uma forma de conduzi-lo a um ponto de vista específico: não concorde com o aborto após as 22 semanas de gestação porque é uma forma de tirar a vida de um ser que já está em avançada formação.

A segunda ocorre porque o auditório poderá ficar indignado com a ideia de morte de um indefeso que não pode tomar decisões ainda, segundo postula o debatedor. Esses efeitos de sentido forjados no discurso trilham um caminho que pode impactar o auditório, fazendo-o experienciar diferentes sensações que causam dor. Estrategicamente, o orador recorre às paixões para impressionar a opinião pública, no sentido de que não compactue com o aborto nos moldes que seguimentos de esquerda (PSOL) desejam. Certamente, as paixões, quando afloradas, agem de modo a fazer com que as pessoas pensem e ajam de acordo com o que sentem. Dessa forma, como não temos uma teoria da recepção, podemos apenas falar em efeitos possíveis provocados em virtude da passionalidade empreendida no fio do discurso.

Nesses fragmentos apresentados, compreendemos que o orador constrói um *ethos* de defensor da vida, ou seja, de alguém que se mostra protetor da existência humana desde a concepção. Esse aspecto é corroborado com a seguinte

asserção: “aliás vamos lembrar que todo abortista um dia nasceu né, então eu acho que é assim nós temos que levar em consideração seriamente isso, 22 semanas são cinco meses e meio tempo necessário para tomar decisões”. Além de costurar esse argumento em prol da vida, o debatedor aplica o argumento de contradição, pois diz que “todo abortista um dia nasceu”, razão por que não deveria defender, por exemplo, o aborto, que, no entendimento desse orador, é um assassinato cruel.

Consecutivamente, o debatedor menciona o nome do seu adversário, buscando, mais uma vez, destruir o argumento divergente. “O próprio Ministro José Eduardo falou assim a justiça é muito lenta então que se aprove uma aprovação tácita se a justiça não se move, a pessoa tem o direito de fazer esse procedimento independentemente de uma justiça que não anda né que ela não anda para muita coisa e nesse caso eu achava que ela tinha que ser muito rápida”. Nesse fragmento, verificamos o uso do argumento *ad hominem*. O debatedor em tela utiliza a própria fala do adversário, na forma de discurso citado, para desqualificar o argumento sobre lentidão. Para esse orador, o fato de a justiça ser lenta não é razão suficiente para permitir o aborto após os cinco meses e meio de gestação. Na verdade, consoante esse discurso, é preciso que a lei seja mais rápida ou que se aplique uma outra forma de medida jurídica disponível.

Finalmente, no último trecho desse ato polêmico, o argumentador revela que existe uma inconsistência, pois a justiça é rápida para umas coisas e lenta para outras. Vemos isso no seguinte momento: “Veja que a justiça muitas vezes é mais rápida para uma ação trabalhista do que para uma decisão como essa isso é inaceitável não é um defeito do estado que vai provocar uma situação como essa”. Assim como no recorte anterior a esse, identificamos que o orador projeta um *ethos* de crítico, uma vez que tece uma crítica arrojada ao modo de agir da justiça em alguns casos. O argumentador transmite para o auditório uma imagem negativa do poder judiciário brasileiro, classificando-o como lento para decidir sobre questões voltadas à saúde.

Para esse debatedor, quando se trata de uma ação trabalhista, portanto, financeira, existe uma certa agilidade por parte da justiça brasileira. Porém, quando se trata de uma ação que envolve questões mais sensíveis como a temática do aborto, aí existe uma lentidão. Por isso, notamos que o orador lança mão do argumento da contradição. Como se houvesse uma discrepância entre ações da justiça brasileira quando toma decisões sobre determinados assuntos. Parece que o orador tenta, outra vez, despertar a indignação no auditório, visto que, por causa dessa demora em tomar decisões, é que se tem, por exemplo, abertura para liberar o aborto em caso de estupro após as 22 semanas, conforme o ponto de vista defendido por esse debatedor. Nesse sentido, a argumentação em tela advoga que não se pode, por questões de demora da justiça, autorizar o citado tipo de aborto. O efeito de sentido mobilizado é que é preciso agilidade da justiça e não a liberação de um ato que promove a morte de um feto.

### Ato polêmico 3 – debatedor Alexis Fonteyne

Neste terceiro ato polêmico, o debatedor busca mostrar a necessidade de existir uma formalização de ocorrência policial quando há o crime de estupro. Para ele, a vítima precisa denunciar o estupro, a fim de que ele seja punido. Além disso, o orador conceitua, outra vez, a prática de aborto após cinco meses e meio como verdadeiro assassinato.

Pessoas estupradas têm que ter assistência psicológica para tomar essa decisão eu entendo esse caso tá certo? Entendo que o aborto seria viável quando há o estupro, mas vamos lembrar que mesmo hoje o estupro, a pessoa estuprada, ela nem precisa ir numa delegacia fazer uma denúncia contra estupro, ela pode fazer uma autodeclaração com um encaminhamento médico e isso entra na justiça para pedir autorização o que eu também acho extremamente perigoso. Lógico, eu vivo numa esfera em que eu não consigo entender talvez a dimensão de uma comunidade onde as pessoas são estupradas pelo chefe do tráfico ou pessoas que elas têm até medo de denunciar, mas nós não podemos deixar os estuprores esses sim tão confortáveis porque eles estupro não tem talvez nem uma acusação contra eles e aquela que foi estuprada tem o direito de abortar, mas ela tem cinco meses e meio para tomar essa decisão porque tomar depois disso, na minha opinião, é um verdadeiro assassinato e cruel a forma da assistolia fetal ela é cruel.

Nesse último ato polêmico, o argumentador formula um raciocínio que avança a ideia de que ele é a favor de um tratamento psicológico para as vítimas. Também, mostra-se favorável ao aborto em caso de estupro, mas com a demarcação temporal. É encadeado o seguinte ponto de vista: “Pessoas estupradas têm que ter assistência psicológica para tomar essa decisão eu entendo esse caso tá certo? Entendo que o aborto seria viável quando há o estupro”. Inicialmente, o orador lança uma pergunta retórica, a fim de interpelar o seu auditório que, possivelmente, se encontra engajado nesse processo argumentativo e confia na credibilidade do enunciador. É construído, nessa sequência, um *ethos* de defensor das mulheres. O orador se apresenta como alguém que defende um tratamento psicológico para as vítimas e ainda revela que o aborto em caso de estupro é viável, porém obedecendo um limite de tempo.

Em seguida, esse debatedor traz, novamente, a constituição do *ethos* de denunciante, uma vez que se mostra discordante com o fato de que a mulher vítima de estupro não precisa formalizar uma denúncia contra o estupro. Ele ressalta: “mas vamos lembrar que mesmo hoje o estupro, a pessoa estuprada, ela nem precisa ir numa delegacia fazer uma denúncia contra estupro, ela pode fazer uma autodeclaração com um encaminhamento médico e isso entra na justiça para pedir autorização o que eu também acho extremamente perigoso”. Percebemos que o argumentador também encaixa um argumento de contradição. Como pode alguém ser vítima de estupro e não registrar esse episódio em uma delegacia? Por que não denunciar o criminoso? No entendimento do orador, isso é “extremamente perigoso”, pois o estupro fica livre, sem nenhuma acusação e não há a confirmação se tal aborto é mesmo fruto de crime.

Nessa toada, compreendemos que o argumentador busca comover o auditório, no sentido de fazer com que seja impactado com a paixão da indignação. Parece que o orador almeja que o auditório se sinta indignado com a ideia de que não existe uma denúncia da vítima em delegacia, o estuprador não é incriminado e o aborto é liberado com um aval médico e autorização da justiça. Constatamos, desse modo, que acionar a passionalidade é uma das estratégias desse orador, tendo em vista que as paixões são um reservatório persuasivo que conduz o outro a aceitar um raciocínio como verdadeiro, irrefutável. Conforme o discurso desse debatedor, notamos que ele deseja que o auditório não concorde com essa forma de realização de aborto, transmitindo a ideia de que isso é algo extremamente perigoso e deve ser evitado.

Mais à frente, o debatedor apresenta uma argumentação que gira em torno da autojustificação. É dito o seguinte: “Lógico, eu vivo numa esfera em que eu não consigo entender talvez a dimensão de uma comunidade onde as pessoas são estupradas pelo chefe do tráfico ou pessoas que elas têm até medo de denunciar”. Nesse fragmento, constatamos que o argumentador projeta um *ethos* de sincero. Informa que não tem um entendimento sobre a realidade encontrada nas comunidades onde o tráfico comanda; comunica que provavelmente as vítimas têm medo de denunciar os seus abusadores. A confissão do orador serve, nesse trecho, como forma de robustecer a sua credibilidade como um orador que reconhece as suas limitações em determinados assuntos. Todavia, isso não anula o posicionamento divergente que ele possui sobre a necessidade de denunciar o estuprador e de registrar uma ocorrência policial.

Isso é evidenciado no seguinte momento: “mas nós não podemos deixar os estupradores esses sim tão confortáveis porque eles estupram não tem talvez nem uma acusação contra eles e aquela que foi estuprada tem o direito de abortar”. Verificamos que, novamente, o *ethos* de denunciante é engatilhado nesse fragmento. O orador age de modo a explicar para o seu auditório que é necessário punir os estupradores. Porém, para que isso aconteça, é preciso existir a denúncia. A vítima carece ir até uma delegacia e formalizar o crime, denunciando o seu algoz. O argumento posto é o de contradição, pois permitir que os estupradores fiquem “tão confortáveis” e a vítima, sem denunciá-los tenha “o direito de abortar”, seria algo contraditório. Segundo o debatedor, o processo que deveria ocorrer deve seguir os critérios apresentados: ir até uma delegacia, denunciar o estuprador e se for realizar o aborto, que seja antes das 22 semanas, pois após isso é considerado um crime de assassinato contra um ser indefeso.

Vemos essa construção nesse recorte final: “mas ela tem cinco meses e meio para tomar essa decisão porque tomar depois disso, na minha opinião, é um verdadeiro assassinato e cruel a forma da assistolia fetal ela é cruel”. O *ethos* de denunciante é postulado nesse excerto, pois o orador nomeia a prática de aborto após cinco meses e meio de “verdadeiro assassinato”. É o argumento de definição que é engatilhado para conceituar tal prática de aborto. Passionalmente, o orador parece querer suscitar a indignação no auditório. Também define a assistolia fetal

como algo “cruel”. Essa argumentação em tela coloca no colo da vítima toda a responsabilidade no que concerne a tomar decisões. Se decidir abortar antes dos cinco meses e meio, estará ancorada na lei. Todavia, se o fizer depois desse período deverá ser presa, conforme preconiza o projeto antiaborto. A argumentação em tela trilha, com maior ênfase, um caminho passional, buscando emocionar o auditório, sobretudo, pretendendo causar-lhe dor. Quem fica indignado, revoltado, experencia uma sensação de angústia, de incerteza, provocando sensações de aflição.

## Considerações finais

A partir do instrumental teórico-analítico e metodológico da retórica e da argumentação no discurso, realizamos um estudo sobre uma temática sensível, objetivando descortinar as artimanhas persuasivas presentes em interações polêmicas de dois debatedores. Encontramos os dispositivos argumentativos que esses oradores utilizaram para tentar convencer, persuadir, orientar, influenciar e modificar opiniões, crenças e valores da opinião pública.

Com relação ao modo de argumentar do debatedor José Eduardo Cardoso, observamos, em nossas análises, que ele recorre a diferentes tipos de imagens de si, a exemplo de defensor das mulheres, especialista jurídico, denunciante e prudente. Entre esses traços mostrados no discurso, percebemos que o *ethos* de denunciante foi o mais recorrente na interação polêmica realizada por esse orador. Entendemos que isso aconteceu porque ele tentou mostrar para a opinião pública as fragilidades e inconsistências presentes no projeto antiaborto, como forma de fazer com que o auditório também não concordasse com tal projeto. O *ethos* de denunciante suscita uma valoração axiológica crível ao orador, haja vista que ele transmite para o seu auditório a ideia de que é uma pessoa que investigou, encontrou problemas e denunciou.

No tocante ao *logos*, o debatedor José Eduardo Cardoso utilizou os seguintes argumentos: negação, autoridade, definição, contradição, analogia, quantidade e regra de justiça. O argumento que foi mobilizado com maior frequência foi o de definição. Por meio dele, esse orador tentou conceituar o projeto antiaborto de maneira pejorativa, atacando e desqualificando as ideias que são prescritas nesse documento. A definição é um argumento potencialmente persuasivo e apresenta os significados dos fenômenos do mundo. Definir o projeto antiaborto como, por exemplo, absurdo ou exacerbação total, pode, de algum modo, conduzir a opinião pública para um entendimento que seja contrário ao projeto.

No que concerne ao *pathos*, constatamos que existiu uma tentativa explícita de comover os ânimos do auditório. Encontramos paixões como indignação, confiança e cólera. Como sabemos, em retórica, o apelo às paixões é um recurso sobremaneira persuasivo. Ciente disso, esse debatedor constrói a sua argumentação engendrando efeitos passionais. A indignação foi a que mais o orador buscou despertar. Parece que o objetivo principal era fazer com que o auditório ficasse indignado com um projeto que, conforme esse raciocínio, almeja punir a mulher vítima de estupro, caso ela realize o aborto após as 22 semanas de gestação.

Embora esse debatedor demonstre seu pensamento contrário ao projeto antiaborto, não encontramos, por exemplo, um ataque explícito ao seu adversário de debate como comumente acontece nesse tipo de interação. Ele nem sequer menciona o nome do adversário no decorrer da interação, apenas no cumprimento inicial. Outro aspecto que chama atenção é que mesmo existindo a polarização social, não há nenhuma menção explícita aos movimentos de direita e esquerda do Brasil. O orador concentra-se apenas em refutar as teses que são apresentadas no citado documento. Para tanto, inicia o seu discurso com um tom racional, mas em seguida encaixa um tom emocional e é este que concentra a maior parte de sua argumentação.

Com relação à argumentação do debatedor Alexis Fonteyne, percebemos uma construção do *ethos* fundamentada nas seguintes imagens de si: denunciante, defensor da vida, crítico, defensor das mulheres e sincero. De todas essas imagens que o orador construiu discursivamente, constatamos que a denunciante foi a que mais recorreu. Desse modo, o *ethos* de denunciante esteve presente com mais ênfase nas interações polêmicas dos dois debatedores, mas com intenções dicotômicas. Enquanto o primeiro denunciava que o projeto antiaborto criminaliza o direito das mulheres em abortar em caso de estupro, o segundo denunciava que tal prática é um verdadeiro assassinato. Assim, observamos o cotejamento do *ethos* de denunciante em dois polos discursivos antagônicos, servindo a diferentes intenções.

Acerca do *logos*, identificamos que esse debatedor recorre a uma série de argumentos, a saber: *ad hominem*, definição, autoridade e contradição. Diferentemente de seu adversário, o argumento de contradição foi o mais utilizado na interação polêmica desse proponente. Em vários momentos, observamos que o argumentador tem como principal objetivo mostrar à opinião pública que existem contradições na forma de tratar a questão do aborto em caso de estupro. Uma delas, como vimos, é justamente autorizar o procedimento após as 22 semanas, pois nesse período de tempo já existe um ser formado que está pronto para a vida e não deve ser assassinado. Para esse debatedor, é contraditório defender a vida da vítima e, ao mesmo tempo, a morte de um outro ser que já se encontra formado. O argumento em tela coloca um tom passional, perscrutando um caminho que tenta se mostrar como insustentável.

Quanto ao *pathos*, compreendemos que o discurso desse orador também percorre essa trilha que almeja comover o auditório. Algumas paixões são afloradas, tais como: indignação e piedade. Assim como seu adversário, esse argumentador lança mão, com maior destaque, da indignação. Busca, a todo instante, emocionar a opinião pública, no sentido de querer que fique indignada com a liberação do aborto em caso de estupro após cinco meses e meio. Para isso, classifica tal prática como crueldade e verdadeiro assassinato. Ou seja, palavras que podem impactar a sensibilidade daqueles que têm acesso a esse discurso. Embora exista argumentos de linha racional, a intervenção desse orador percorre, com mais ênfase, o terreno emocional.

Portanto, vimos uma polêmica em que o dissenso, o desacordo é o que engatilha os embates argumentativos entre os oradores destacados. Proponente e oponente lançaram suas argumentações em face de conquistar a adesão de um terceiro que acompanha a distância. O aborto é um tema sensível que consegue inquietar os ânimos das pessoas em nossa sociedade brasileira que, desde as eleições de 2018, encontra-se sobremaneira polarizada. Existe uma dicotomização de teses, com pontos de vista divergentes, antagônicos. Há, também, uma polarização de um “nós” contra “eles”. A desqualificação do outro ocorre mediante os intensos debates sobre tais questões. Entendemos que este trabalho mostrou, mesmo com um material limitado de análise, como acontece a retórica do dissenso manifestada discursivamente.

Esperamos que outros estudos possam ser realizados a fim de melhor entendimento dessas práticas de interações polêmicas acerca de temas sensíveis. A fim de concluir as nossas discussões, pelo menos aqui no presente trabalho, trazemos a seguinte citação que entendemos ser pertinente em nossa peroração: “Além de mascarar a realidade, em muitos casos, polêmicas públicas podem ser detonadas no intuito de suscitar emoções como medo e ódio, os quais, por sua vez, promovem a ambiência necessária ao caos” (Lima, 2023, p. 568).

## Referências

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Tradução de Rosalice Botelho Waquim Souza Pinto et al. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução de Angela M. S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2020.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PIRIS, Eduardo Lopes. Argumentação erística nas interações digitais: uma polêmica médica sobre a cloroquina no Debate 360 da CNN Brasil. **Revista de estudos da linguagem**, [S.l.], v. 29, n. 4, p. 2289-1333, July 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/18296>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CÍCERO. Do orador. Tradução de Adriano Scatolin. In: SCATOLIN, Adriano. **A invenção no Do orador de Cícero**: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 3. ed. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

EMEDIATO, Wander. Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis: princípios teórico-analíticos e estudos de casos. In: EMEDIATO, Wander. (org.). **Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2023.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise Retórica**. São Paulo: Contexto, 2015.

LEACH, Joan. Análise retórica. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

LIMA, Helcira Maria Rodrigues de. A propósito da noção de polêmica. In: LIMA, Helcira Maria Rodrigues de; COELHO, Maria Cecília de Miranda N. (orgs.). **Percursos retóricos: entre antigos e contemporâneos**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2023.

MATEUS, Samuel. **Introdução à retórica no séc. XXI**. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2018. Disponível em: [https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/201804271553-201807\\_introretorica\\_smateus.pdf](https://www.labcom.ubi.pt/ficheiros/201804271553-201807_introretorica_smateus.pdf). Acesso em: 10 de jun. 2024.

# IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS E ETHOS NO DISCURSO POLÍTICO

Flávia Cristina Pinto de Carvalho (CEFET-MG)

## Considerações iniciais

Ao iniciar um discurso, seja falado ou escrito, é preciso reunir naquele momento partes de uma bagagem que foi acumulada ao longo da vida e que segue sendo construída (ou reconstruída) todos os dias. Uma grande bagagem múltipla e variada que contém informações antigas, que nunca foram esquecidas, tão arraigadas que podem vir à tona de maneira súbita, de forma inconsciente, e muitas outras informações que chegam a todo momento a partir das situações vivenciadas.

Talvez por esse motivo iniciar um discurso sobre determinado tema pode ser algo bem simples ou se tornar tarefa complexa, já que exige de quem o faz organização, separação e escolha de como usar os conhecimentos adquiridos, que estão misturados com suas crenças e valores e com a cultura e imaginários da sociedade em que vive. O propósito de um discurso, portanto, está carregado das singularidades do sujeito e das pluralidades absorvidas dos imaginários sociais.

Pensando nisso, a proposta desse trabalho é analisar como os imaginários sociodiscursivos – definição trazida por Patrick Charaudeau (2018) - interferem no discurso político; como o sujeito político pode se utilizar desses imaginários para construir e apresentar seu *ethos* - sua imagem no discurso - e conquistar o público.

Nesse sentido, serão trazidos para o trabalho os discursos de três políticos que ocuparam (um deles ocupa) o cargo de presidente do Brasil. São eles: os ex-presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para realizar a análise proposta, destaquei o discurso de posse de cada um deles, pois, sendo aquele um momento de apresentação do eleito à sociedade, esse discurso poderia conter muito do que o presidente pretendia fazer ao longo do mandato e, portanto, trazer pistas do principal imaginário que o influenciou.

Contudo, além do conceito de imaginário sociodiscursivo, será também apresentada a definição de *ethos*, trazida por Maingueneau (2020), e sua relação com o “efeito de verdade”, perseguido no discurso político como estratégia de persuasão e de convencimento do público. Outro ponto que contribuirá com a análise proposta será perceber a relação entre o imaginário e a noção discursiva de ideologia apontada por Orlandi (1999).

## Imaginário social e discurso

Os discursos que cada pessoa elabora e enuncia rotineiramente em diferentes situações estão relacionados, de acordo com Patrick Charaudeau (2018, p. 206), a uma necessidade de materialização de tudo o que povoa a mente humana, de todos os “imaginários fragmentados, instáveis e essencializados” que perpassam todos os seres humanos, que contribuem com a construção da sua identidade e, conseqüentemente, com a construção da identidade de um coletivo de pessoas. Para o linguista, o “imaginário é efetivamente uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações” (CHARAUDEAU, 2018, p. 203).

Charaudeau (2018, p.203), então, propõe a integração desse imaginário às teorias da análise de discurso. Segundo ele, o imaginário é uma organização de saberes, uma demarcação de ideias que constrói a realidade, por meio de “enunciados languageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis”. Dessa forma, o autor chamará de “imaginários sociodiscursivos”, esses imaginários discursivos que circulam em um grupo social e se transformam em normas de referência.

O linguista afirma que os imaginários sociodiscursivos “dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais” (CHARAUDEAU, 2018, p. 207). Nesse espaço de interdiscursividade, então, vão sendo definidos comportamentos, ritos cotidianos, cerimônias religiosas, vão sendo construídas tradições, teorias científicas e políticas, vão sendo realizados manifestos literários e artísticos, criadas expressões languageiras, ditados populares e gírias, ou seja, vão sendo produzidos discursos que vão dando materialidade aos saberes e pensamentos que circulam na sociedade e que, conseqüentemente, moldam sua cultura.

Segundo Charaudeau (2018), é o imaginário sociodiscursivo que “mantém uma sociedade unida”, que “cimenta seu mundo de significações”.

O imaginário é uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, a qual, conforme dito, constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante. Ele resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações humanas, e se deposita na memória coletiva. Assim, o imaginário possui uma dupla função de criação de valores e de justificação da ação (CHARAUDEAU, 2017, p. 578).

Os discursos, contudo, se constroem na prática social e se sustentam na crença de um valor universal, mas sua significação depende do filtro que o contexto das relações coloca e do filtro particular de cada um. Dessa forma, a dimensão de todo imaginário é variável, depende da extensão do grupo e da construção coletiva.

## Imaginário social e ideologia

Para Eni Orlandi (1994), em todo e qualquer discurso enunciado por um sujeito está presente uma relação entre linguagem e ideologia. Construída em torno de valores e crenças de grupos sociais, a ideologia reflete um sistema de ideias e significações que interpretam a realidade, e é através da linguagem que ela pode ser materializada.

Segundo a autora, a constituição do sujeito se dá ideologicamente por “sua inscrição em uma formação discursiva”. No entanto, ela explica que essa é uma noção discursiva de ideologia. “O fato mesmo da interpretação, ou melhor, o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia” (ORLANDI, 2015, p.43).

Orlandi (1994) afirma, portanto, que a linguagem não pode deixar de ser considerada na constituição dos sujeitos e na produção de sentidos do mundo, e, dessa forma, o discurso deve ser decifrado como um processo social.

Isto quer dizer que o discurso supõe um sistema significante, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade já que sem história não há sentido, ou seja, é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique. Daí os efeitos entre locutores. E, em contrapartida, a dimensão simbólica dos fatos (ORLANDI, 1994, p. 52).

No trecho acima é possível perceber também a influência da história e dos mecanismos dos imaginários na fabricação dos discursos, o que Orlandi aponta como sendo a influência das exterioridades. Aliás, é olhando para a história que se percebe a força dos imaginários nas relações e transformações sociais, e que se nota como ocorreu a constituição da linguagem e da ideologia, durante o processo das interações do indivíduo - dele com ele mesmo e dele com o seu externo.

Necessariamente determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Há o primado do interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros e é daí que tiram sua identidade, sua realidade significativa. A interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais, eternas. É a ideologia que produz o efeito da evidência, e da unidade, sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos como “naturais” (ORLANDI, 1994, p. 56).

A força dos imaginários também é refletida no desejo de cada um em dar sentido à realidade que o rodeia. Orlandi (2015, p. 45) diz que diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, e que para constituir sentidos às coisas e também para se constituir, a ideologia é a estrutura. Dessa forma, ela afirma que “não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados” pela língua e com a história.

Para a autora (1994, p.56), “a ideologia é vista como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência”. Apreendido pelo discurso, o mundo é então destrinchado pela linguagem, e as relações e significações criadas a partir dela determinam imaginários sociais e a cultura de um povo. Assim, o sujeito só se constitui como sujeito dentro de uma sociedade e a sociedade constrói um imaginário a partir do reflexo do coletivo das individualidades, que está, normalmente, submetida a ideologia de um poder dominador.

Stuart Hall (2001), em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* - em que discute a “crise de identidade” dos sujeitos provocada pelas transformações da pós-modernidade - corrobora essa relação da linguagem com a construção do imaginário social, quando define a cultura nacional como sendo “um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2001, p.50).

Hall (2001, p.62), ao pensar as culturas nacionais, destaca-as como constituidoras de “um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade”, ressaltando que essas diferenças estão submetidas a todo momento a jogos de poder e contradições internas. No entanto, são as culturas nacionais que, segundo ele, costuram as diferenças para formar uma única identidade; e essas diferenças são consideradas categorias discursivas.

As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim, quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade (HALL, 2001, p. 65).

## **Imaginário sociodiscursivo e ethos**

Ao se analisar determinado discurso, de acordo com Dominique Maingueneau, deve-se levar em conta, além das características do enunciador e seu propósito ao enunciar, suas ligações com o contexto em que está inserido, a situação de comunicação em que o discurso foi enunciado e prestar atenção nas relações que ele estabelece com seus interlocutores. O linguista foi quem primeiro adotou o conceito de *ethos* na análise de discurso.

Maingueneau (2016), que retomou o termo *ethos* da retórica antiga, da trilogia aristotélica do discurso - que apresenta o *logos*, como o saber como argumento racional; *páthos*, o saber como afeto; e *ethos*, o saber como imagem de si -, trouxe para a análise de discurso a noção de um *ethos* discursivo, afirmando que o enunciador legitima seu dizer no discurso ao apresentar seu saber e seu caráter, por meio do tom de sua voz, de sua corporalidade, da escolha de um papel social e de um estatuto.

O *ethos* discursivo mantém relação estreita com a *imagem prévia* que o auditório pode ter do orador ou, pelo menos, com a ideia que este faz do modo como seus alocutários o percebem. A representação da pessoa do locutor anterior a sua tomada de turno - às vezes denominada **ethos prévio** ou **pré-discursivo** - está frequentemente no fundamento da imagem que ele constrói em seu discurso: com efeito, ele tenta consolidá-la, retificá-la, retrabalhá-la ou atenuá-la (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2016, p. 221).

Para Maingueneau, então, o *ethos* é a construção de uma imagem de si no discurso. É como o sujeito se apresenta na relação com outro sujeito, como ele se mostra em determinada situação de comunicação; como se apresenta em uma interação social. Por exemplo, quando o indivíduo vai realizar uma palestra sobre *marketing* político para um público de vereadores, ele, com certeza, precisará escolher uma vestimenta e vocabulário específicos, que atraia e crie conexão com o público; precisará demonstrar habilidade na fala e nas estratégias de persuasão e vai fazer de tudo para passar credibilidade aos ouvintes. No entanto, muito de seu caráter e características pessoais, que aparecem espontaneamente, vão também influenciar seu público.

Estudar o *ethos* é, na realidade, estudar a enunciação no seu conjunto, mas sob certo ângulo. É preciso ainda que esse ângulo seja pertinente, ofereça um ponto de observação interessante para destravar certas propriedades dos enunciados que nos proponhamos estudar (MAINGUENEAU, 2020, p. 8).

Também para Amossy (2016), ao construir uma imagem de si para se apresentar ao outro, o indivíduo não precisa falar explicitamente de suas características e de sua maneira de enxergar o mundo. “Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si” (AMOSSY, 2016, p.9).

Nesse sentido, ainda que o sujeito tenha uma intenção com seu discurso, queira transmitir alguma qualidade ou competência, sua apresentação ao outro certamente não vai estar totalmente sob seu controle. Para além das condições da recepção e das particularidades do receptor, há características do sujeito que discursa que são tão intrínsecas a sua personalidade que nem mesmo ele tem consciência delas em certo momento. “A apresentação de si não se limita a uma técnica apreendida, a um artifício: ela se efetua frequentemente, à revelia dos parceiros, nas trocas verbais mais corriqueiras e pessoais” (AMOSSY, 2016, p.9).

Na visão de Charaudeau (2018), o *ethos* discursivo está situado na aparência do ato de linguagem, no que o sujeito falante dá a entender e a ver. Dessa maneira, as representações que circulam nas interações de diferentes grupos sociais, configuradas pelos imaginários sociodiscursivos, interferem no *ethos* a ser mostrado.

O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2018, p. 115).

Nesse sentido, o *ethos* poderá variar dependendo do lugar que o indivíduo ocupar no ato comunicativo e do propósito na transmissão da informação. Ele também é visto de diferentes formas por diferentes públicos. As posições ocupadas na cadeia comunicativa interferem diretamente na interpretação do conteúdo recebido e repassado. Pensando no discurso político, foco deste trabalho, fará, portanto, diferença se o político está em campanha eleitoral ou já foi eleito; se está falando para um grupo de apoiadores ou para toda a nação; se está em um programa de televisão ou se está em um palanque no meio de uma praça.

No entanto, em geral, o objetivo do discurso político é parecer crível, é fazer com que o público acredite naquele dizer e no efeito de verdade que ele carrega de poder fazer. Além disso, o sujeito que discursa deve ter carisma para conquistar a empatia e a identificação do público.

Um locutor que intervém no campo político encontra-se diante de uma alternativa quando tem de aparecer em público: pode se apresentar como um profissional da vida política ou até mesmo se esforçar para mostrar um *ethos* tido como característico do grupo do qual ele se pretende o porta-voz. Numa situação dessas, a aparência física (o figurino, o penteado...) desempenha um papel fundamental, porque ela é relativamente independente do *ethos* implicado pelos textos (MAINGUENEAU, 2020, p. 96).

Aqui, vale destacar a divisão que Maingueneau (2020, p.25) faz com relação às dimensões do *ethos*. O autor ressalta três dimensões que se interagem: a categorial, a experiencial e a ideológica. Na dimensão categorial são considerados os papéis que os indivíduos representam na “cena de enunciação” e os estatutos extradiscursivos. Essa categoria refere-se às categorias sociais e culturais que moldam a identidade do orador. É a dimensão que liga o orador a uma determinada classe ou grupo social, influenciando a percepção do público.

No discurso político, podemos pensar no exemplo de um pronunciamento à nação. Além do discurso do presidente ser influenciado pela situação de comunicação, ou seja, pelo momento de tomada de posse no cargo de presidente, reflete também os extradiscursos que compõem o indivíduo, como, por exemplo, se ele é um pai de família, brasileiro, torneiro mecânico, empresário, etc.

A dimensão experiencial envolve a experiência pessoal e profissional do orador. Inclui os conhecimentos e habilidades adquiridos ao longo da vida, que conferem credibilidade ao discurso. Segundo Maingueneau, essa dimensão “recobre

as caracterizações sociopsicológicas estereotípicas: bom senso, agressividade, lentidão, estupidez, originalidade, mansidão...”.

Já a dimensão ideológica relaciona-se com os valores, crenças e ideologias que o orador representa. Esta dimensão é crucial para alinhar o discurso com as expectativas e valores do público. Refere-se, então, aos posicionamentos do indivíduo. Sobre o campo político o autor trouxe alguns exemplos: “feminista, esquerdista, conservador ou anticlerical...”.

Maingueneau (2020, p. 24) também afirma que “os locutores falam em função de normas prevaletentes na comunidade na qual eles se encontram, e essas normas implícitas provocam, inevitavelmente, o aparecimento de rotinas específicas”. E o aparecimento dessas rotinas, além de refletirem imaginários sociodiscursivos, contribuem com sua construção, um alimentando o outro, um provocando transformações no outro.

Com relação à influência dos imaginários no discurso, Charaudeau afirma que, no discurso político, há recorrentes imaginários sociodiscursivos que influenciam na maneira como os políticos se apresentam, como será apresentado a seguir, e que vão contribuir com esta análise.

## **Imaginário sociodiscursivo e discurso político**

Segundo Charaudeau (2018, p. 241), “a arte do discurso político é a arte de dirigir-se ao maior número de indivíduos para fazê-los aderir a valores comuns”. Para isso, o político utiliza-se de estratégias linguísticas e da sua corporalidade, seu modo de falar e de agir, para atrair as pessoas e fazer com que elas se identifiquem com o que é apresentado. Nesse sentido, levar em conta os possíveis imaginários sociais que permeiam a relação de seu público com a política poderá contribuir para que esse discurso faça sentido para ele.

Três tipos de imaginários sociodiscursivos são os “mais recorrentes e propícios a alimentar a dramaturgia política”, de acordo com Charaudeau (2018): o da tradição, o da modernidade e o da soberania popular. Neles estão reunidos valores bases para uma convivência em sociedade, como a liberdade, a justiça e a igualdade; valores que compõem a ideologia dos diferentes grupos sociais. Vale dizer que, apesar de serem universais, esses valores são significados e apropriados de maneiras distintas por cada pessoa e, por isso, não é tarefa simples defender a igualdade do coletivo, sem incluir o que representa igualdade para o “eu”.

O primeiro tipo de imaginário que Charaudeau (2018, p. 211) apresenta, o da tradição, é sustentado por discursos relacionados a um mundo passado; discursos que defendem uma época vivida pelos antepassados, quando um estado de pureza espiritual teria sido conhecido. Esses discursos pregam o retorno às origens para a recuperação de algo autêntico que teria se perdido.

Compreende-se que os discursos que sustentam esse imaginário tenham sido capazes de mobilizar as massas. Eles frequentemente convertem essa busca espiritual em cruzada armada e justificam não somente as guerras étnicas e os genocídios, mas igualmente os excessos cometidos nesses atos como sendo ‘sacrificiais’, necessários à consumação de uma purificação (CHARAUDEAU, 2018, p. 211).

Natureza, pureza, fidelidade e responsabilidade seriam virtudes recebidas, por tradição, de uma origem divina legítima, que não deve ser questionada. Aqui cabem discursos mais conservadores e relacionados a religiões.

O ex-presidente Jair Messias Bolsonaro é um exemplo de político que se ancorou no imaginário da tradição para atrair seu público e divulgar suas ideias. Em seu discurso de posse, no dia 1º de janeiro de 2019, por exemplo, Bolsonaro que trouxe para o seu governo o lema “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, deixou explícita sua fidelidade à religião que professa e à uma “soberania sagrada” que determinaria suas decisões e atitudes.

O político também deixou transparecer sua aversão às ideias de governos passados e a certas ideologias que avançaram nos últimos anos, e que, segundo ele, vão de encontro às crenças e valores éticos e morais, pregados por sua religião. Com discursos contra aquele outro “que viria destruir uma identidade” para ele sagrada, o ex-presidente se coloca em uma posição de porta-voz do divino, da pessoa que chegou para salvar o país e recobrar o caminho da ética e da moral, que tinham sido perdidas.

(...) É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto. (...) Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade. E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil. (...) Nossa preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa, e o nosso compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança. (...) Que Deus abençoe esta grande nação. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos. Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Só será vermelha se for preciso o nosso sangue para mantê-la verde e amarela (BOLSONARO, 2019).

Em seu primeiro discurso ao povo depois de eleito, Bolsonaro deixa evidente sua ideologia, a “imagem de si” que queria mostrar a todos e o principal imaginário que influenciaria seu mandato.

Contrário a esse imaginário sociodiscursivo de tradição, outro imaginário que perpassa constantemente o discurso político é o da modernidade. Indo contra o passado pregado pela tradição, este afirma que o tempo atual traz um “estado de

saber superior” e, portanto, deve-se valorizar todas as novidades emergentes, sem fixar-se em posicionamentos e situações já passadas.

Para Charaudeau, trata-se “de um conjunto de representações que os grupos sociais constroem a propósito da maneira como percebem ou julgam o seu instante presente, em comparação com o passado, atribuindo-lhe um valor positivo mesmo quando o criticam” (CHARAUDEAU, 2018, p. 216).

Esse discurso voltaria sua atenção para as criações humanas e não para as espirituais e utópicas, com destaque para ideologias relacionadas às mudanças econômicas e tecnológicas. Segundo Charaudeau, a questão que justifica a ausência do foco no abstrato é que “sonhar impediria de agir”.

Isso explica por que o imaginário da modernidade engendra discursos que celebram a *eficácia* da ação humana que torna os sonhos concretos e que resultaria da conjunção de uma competência e de uma vontade de agir: a competência como condição para que o homem aja de maneira eficaz, a vontade sem a qual nenhuma empresa pode obter sucesso (CHARAUDEAU, 2018, p. 216).

Como exemplo do discurso político presente nesse imaginário de modernidade, destaco trechos do discurso de posse do ex-presidente Michel Temer, durante pronunciamento à nação, no dia 31 de agosto de 2016, após decisão do Congresso Nacional pelo impeachment da, então, presidente Dilma Russel. Na ocasião, Temer destacou a importância de se investir no tempo presente, nas possibilidades advindas da modernidade, no papel que o Estado tem de intervir nas engrenagens que regulam o trabalho, na produção de riqueza e nas relações entre dominantes e dominados da sociedade.

Assumo a Presidência do Brasil, após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira. (...) Para garantir os atuais e gerar novos empregos, temos que modernizar a legislação trabalhista. A livre negociação é um avanço nessas relações. O Estado brasileiro precisa ser ágil. Precisa apoiar o trabalhador, o empreendedor e o produtor rural. Temos de adotar medidas que melhorem a qualidade dos serviços públicos e agilizem sua estrutura. (...) Presente e futuro nos desafiam. Não podemos olhar para frente com os olhos do passado. Meu único interesse, e que encaro como questão de honra, é entregar ao meu sucessor um país reconciliado, pacificado e em ritmo de crescimento. Um país que dê orgulho aos seus cidadãos. Reitero, portanto, meu compromisso de dialogar democraticamente com todos os setores da sociedade brasileira. Respeitarei a independência entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário (TEMER, 2016).

Temer, que assumiu a presidência após a cassação do mandato de Dilma, deixou transparecer um imaginário sociodiscursivo que representaria sua bandeira de mandato, reforçando o poder do agir humano capaz de mudar as situações, e não um poder divino. “(...) juntos, vamos fazer um Brasil muito melhor. Podem acreditar: quando o Brasil quer, o Brasil muda” (TEMER, 2016).

Segundo Charaudeau (2017),

o imaginário da Modernidade cria tanto valores negativos – quando, opondo-se àqueles da Tradição, estigmatiza a perda do peso da história, da herança do passado e dos benefícios da filiação – quanto valores positivos – quando, ligada ao Progresso, se define como um desafio permanente às leis da natureza e um aumento do bem-estar social através dos avanços tecnológicos (CHARAUDEAU, 2017, p. 578).

O terceiro grande tipo de imaginário do discurso político, destacado pelo autor, é o da soberania popular, que segue na direção do imaginário da modernidade, na medida em que, já não é o espiritual, mas o povo que é considerado a “entidade abstrata da razão”, que representa a “opinião coletiva consensual” com transcendência divina. O direito à identidade, o igualitarismo e a solidariedade são palavras-chave nos discursos relacionados a esse imaginário.

Isso faz com que, contrariamente ao imaginário da tradição, que propõe uma busca espiritual em direção a uma luz de origem, esse imaginário impõe uma luz pela vontade de um grupo, mesmo que este seja guiado por elites que se beneficiam dessa situação, pois a maioria jamais nasce espontaneamente. É preciso criar esta luz, investi-la de poder, para que ela possa tomar lugar desse terceiro mítico (CHARAUDEAU, 2018, p. 227).

Esse imaginário, de acordo com Charaudeau (2018, p. 227), reflete o mito da democracia, “onde o povo reina como responsável” pelo bem-estar social. E como exemplo de discurso que traz à tona o imaginário da soberania popular, pode-se destacar o pronunciamento do atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, ao tomar posse do seu terceiro mandato como chefe do Executivo, em janeiro de 2023.

Ao longo de toda a fala de Lula, é possível perceber um senso de responsabilidade direcionado aos cuidados com a “identidade coletiva”. Esse conceito, que pode variar dependendo da forma como a noção de comunidade é reconhecida pelos diferentes grupos, constitui o imaginário da soberania popular.

Ao utilizar palavras que destacam o combate à desigualdade, a promessa de um país mais justo e a luta pela garantia dos direitos de todos, o presidente reconhece o poder soberano do povo, refletido nas eleições, e o convoca para juntos promoverem a transformação necessária.

(...) A disputa eleitoral acabou. Repito o que disse no meu pronunciamento após a vitória em 30 de outubro, sobre a necessidade de unir o nosso país. Não existem dois brasis. Somos um único país, um único povo, uma grande nação. Somos todos brasileiros e brasileiras, e compartilhamos uma mesma virtude: nós não desistimos nunca. Foi para combater a desigualdade e suas sequelas que nós vencemos a eleição. E esta será a grande marca do nosso governo. Dessa luta fundamental surgirá um país transformado. Um país grande, próspero, forte e justo. Um país de todos, por todos e para todos. Um país generoso e solidário, que não deixará ninguém para trás. (...) Nesses últimos anos, vivemos, sem dúvida, um dos

piores períodos da nossa história. Uma era de sombras, de incertezas e de muito sofrimento. Mas esse pesadelo chegou ao fim, pelo **voto soberano**, na eleição mais importante desde a redemocratização do país. Uma eleição que demonstrou o compromisso do povo brasileiro com a democracia e suas instituições. Essa extraordinária vitória da democracia nos obriga a olhar para a frente e a esquecer nossas diferenças, que são muito menores que aquilo que nos une para sempre: o amor pelo Brasil e a **fé inquebrantável em nosso povo**. Agora, é hora de reacendermos a chama da esperança, da solidariedade e do amor ao próximo. (...) Precisamos, todos juntos, reconstruir e transformar o Brasil. Mas só reconstruiremos e transformaremos de fato este país se lutarmos com todas as forças contra tudo aquilo que o torna tão desigual. Essa tarefa não pode ser de apenas um presidente ou mesmo de um governo. É urgente e necessária a formação de uma frente ampla contra a desigualdade, que envolva a sociedade como um todo: trabalhadores, empresários, artistas, intelectuais, governadores, prefeitos, deputados, senadores, sindicatos, movimentos sociais, associações de classe, servidores públicos, profissionais liberais, líderes religiosos, cidadãos e cidadãs comuns. (SILVA, 2023, grifo nosso).

Contudo, independente do imaginário refletido nos discursos políticos enunciados, vale ressaltar que a busca do enunciador político é sempre pela “força de verdade”. “O discurso político pretende ser, em seu propósito, um discurso de verdade que diz qual é o sistema de valores em nome do qual deve se estabelecer o elo social que une essa diversidade” (CHARAUDEAU, 2018, p. 190).

Para além da credibilidade, essa força de verdade do discurso é o que trará ao político a superioridade perseguida sobre seus adversários e o que atrairá maior número de adeptos às ideias apresentadas. Contudo, a construção discursiva que visa a essa força de verdade busca conferir legitimidade e autoridade ao político. Quanto mais verossímil suas palavras parecerem, mais empatia e identificação provocará no público.

No espaço político, por exemplo, circulam imaginários sobre o comportamento que o político deve adotar, conforme a situação em que se encontre: campanha eleitoral, alocação televisiva, debate, reunião, etc., imaginários relativos aos *ethos* que ele deve construir para si em função de uma expectativa coletiva dos cidadãos, imaginários de opinião que sustentam os programas eleitorais, as profissões de fé ou os escritos analíticos (CHARAUDEAU, 2018, p. 207).

Dessa forma, no campo político, a “verdade” é frequentemente disputada. Diferentes atores políticos podem apresentar versões conflitantes da realidade, cada um buscando impor sua própria “força de verdade”. A força de verdade, segundo o autor, é também uma forma de ação simbólica. Ao apresentar algo como verdade, o político não apenas informa, mas também molda percepções e orienta comportamentos. É uma maneira de construir uma realidade social compartilhada.

Os três políticos citados utilizaram estratégias diferentes para a obtenção desse “efeito de verdade”, além do foco no imaginário social que mais corrobora sua ideologia. No discurso de Bolsonaro, foi possível perceber a busca pela credibilidade por meio de palavras que ratificaram a decisão do povo em votar nele.

(...) As eleições deram voz a quem não era ouvido. E a voz das ruas e das urnas foi muito clara. E eu estou aqui para responder e, mais uma vez, me comprometer com esse desejo de mudança. Também estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, se trabalharmos juntos, essa mudança será possível. Respeitando os princípios do Estado Democrático, guiados pela nossa Constituição e com Deus no coração, a partir de hoje vamos colocar em prática o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu. Vamos promover as transformações que o País precisa. (...) Graças a vocês eu fui eleito com a campanha mais barata da história. Graças a vocês conseguimos montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, formamos um time de ministros técnicos e capazes para transformar o nosso Brasil. Mas ainda há muitos desafios pela frente (Bolsonaro, 2018).

Já no discurso do presidente Lula a construção de credibilidade e legitimidade ocorreu de maneira mais incisiva com apontamentos do que ele sabe fazer, do que ele já fez e novamente fará. Sua maneira de citar os fatos e os feitos anteriores e suas promessas de realização neste atual governo foram apresentados com palavras carregadas de um “saber fazer”, como se ressaltassem uma verdade já conhecida por todos.

(...) Reassumo o compromisso de cuidar de todos os brasileiros e brasileiras, sobretudo daqueles que mais necessitam. De acabar outra vez com a fome neste país. De tirar o pobre da fila do osso para colocá-lo novamente no Orçamento. Temos um imenso legado, ainda vivo na memória de cada brasileiro e cada brasileira, beneficiário ou não das políticas públicas que fizeram uma revolução neste país. Mas não nos interessa viver do passado. Por isso, longe de qualquer saudosismo, nosso legado será sempre o espelho do futuro que vamos construir para este país. Em nossos governos, o Brasil conciliou crescimento econômico recorde com a maior inclusão social da história. E se tornou a sexta maior economia do mundo, ao mesmo tempo em que 36 milhões de brasileiras e brasileiros saíram da extrema pobreza. Geramos mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada e todos os direitos assegurados. Reajustamos o salário mínimo sempre acima de inflação. Batemos recorde de investimentos em educação – da creche à universidade –, para fazer do Brasil um exportador também de inteligência e conhecimento, e não apenas de commodities e matéria-prima. Nós mais que dobramos o número de estudantes no ensino superior, e abrimos as portas das universidades para a juventude pobre deste país. Jovens brancos, negros e indígenas, para quem o diploma universitário era um sonho inalcançável, tornaram-se doutores. Combatemos um dos grandes focos de desigualdade – o acesso à saúde. Porque o direito à vida não pode ser refém da quantidade de dinheiro que se tem no banco. Fizemos o Farmácia Popular, que forneceu medicamentos a quem mais precisava, e o Mais Médicos, que levou atendimento a cerca de 60 milhões de brasileiros e brasileiras, nas periferias das grandes cidades e nos pontos mais remotos do Brasil. Criamos o Brasil Sorridente, para cuidar da saúde bucal de todos os brasileiros e brasileiras. Fortalecemos o nosso Sistema Único de Saúde. E quero aproveitar para fazer um agradecimento especial aos profissionais do SUS, pela grandiosidade do trabalho durante a pandemia. Enfrentaram bravamente, ao mesmo tempo, um vírus letal e

um governo irresponsável e desumano. Nos nossos governos, investimos na agricultura familiar e nos pequenos e médios agricultores, responsáveis por 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa. E fizemos isso sem descuidar do agronegócio, que obteve investimentos e safras recordes, ano após ano. Tomamos medidas concretas para conter as mudanças climáticas, e reduzimos o desmatamento da Amazônia em mais de 80%. O Brasil consolidou-se como referência mundial no combate à desigualdade e à fome, e passou a ser internacionalmente respeitado, pela sua política externa ativa e ativa. Fomos capazes de realizar tudo isso cuidando com total responsabilidade das finanças do país. Nunca fomos irresponsáveis com o dinheiro público. Fizemos superávit fiscal todos os anos, eliminamos a dívida externa, acumulamos reservas de cerca de 370 bilhões de dólares e reduzimos a dívida interna a quase metade do que era anteriormente. Nos nossos governos, nunca houve nem haverá ganância alguma. Sempre investimos, e voltaremos a investir, em nosso bem mais precioso: o povo brasileiro (SILVA, 2023).

Em um contexto bem diferente dos outros dois, Temer, que era vice-presidente no governo Dilma Russef e que assumiu a presidência depois de um processo de impeachment, colocou o foco da força de verdade do seu discurso na decisão tomada pelo Congresso que fez com que ele estivesse ali e em algumas realizações do atual governo.

Assumo a Presidência do Brasil, após decisão democrática e transparente do Congresso Nacional. O momento é de esperança e de retomada da confiança no Brasil. A incerteza chegou ao fim. É hora de unir o país e colocar os interesses nacionais acima dos interesses de grupos. Esta é a nossa bandeira. (...) Já ampliamos os programas sociais. Aumentamos o valor do Bolsa Família. O Minha Casa Minha Vida foi revitalizado. E, ainda na área de habitação, dobramos o valor do financiamento para a classe média. Decidimos concluir mais de mil e quinhentas obras federais que e encontravam inacabadas (TEMER, 2016).

Também é importante ressaltar que, assim como a legitimidade do enunciador, sua credibilidade é resultado de uma construção do sujeito por meio do discurso; uma construção pré e pós discursiva; uma construção de uma imagem que, casada com suas palavras, segundo Charaudeau, pode tornar o sujeito *digno de crédito* para os outros. Sendo digno de crédito, o sujeito do discurso político poderá atrair o público que almeja, fazer com que ele se identifique com seu *ethos* e que seja persuadido a acreditar no seu poder de fazer.

## Considerações finais

Contudo, vale destacar que, apesar de cada um dos discursos citados, produtores de efeitos de verdade, se ancorarem, principalmente, em um destes três grandes imaginários sociodiscursivos: de tradição, de modernidade e de soberania popular, os outros dois também os perpassam simultaneamente, segundo Charaudeau. Além disso, o efeito de verdade pretendido pelo político ainda depende da interpretação de cada grupo social e das relações de poder atuantes.

De acordo com Charaudeau,

esses discursos criadores de imaginários se produzem, como já dito, dentro de um domínio de determinada prática social que desempenha um papel de filtro axiológico. Isso permite compreender que um mesmo imaginário possa receber um valor positivo ou negativo, dependendo do domínio de prática no qual se insere. Assim, o imaginário de Tradição será marcado de maneira positiva no domínio de prática religiosa e, por vezes, no da política, enquanto será marcado negativamente nos domínios econômico e tecnológico. Evidentemente, tomamos aqui o valor intrínseco dado ao imaginário e não a maneira com que é utilizado (CHARAUDEAU, 2017, p. 579).

É ainda importante salientar que “a mecânica das representações sociais”, presente nos discursos dos políticos, é capaz de gerar saberes que se estruturam em conhecimento e crenças, e “é a partir desses tipos de saberes, e sempre por meio da produção discursiva, que se organizam os sistemas de pensamento conforme os princípios de coerência que criam teorias, doutrinas ou opiniões” (CHARAUDEAU, 2017, p. 580).

Por fim, resalto as palavras de Orlandi sobre o efeito ideológico e discursivo que institui os sujeitos. “Nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente” (ORLANDI, 2015, 46).

## Referências

AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2016.

BOLSONARO, Jair. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial**. Brasília, 1º jan. 2019. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise de Discurso**. São Paulo: Contexto, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. 1ª. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos**. 1ª ed. Campinas: Pontes, 1994.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso do presidente Lula no Parlatório do Palácio do Planalto**. Brasília, 1º de jan. 2023. Disponível em <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-lula-no-parlatorio-do-palacio-do-planalto>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

TEMER, Michel. **Pronunciamento do Senhor do Presidente da República, Michel Temer - 31 de agosto de 2016**. Brasília, 31 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-do-senhor-do-presidente-da-republica-michel-temer-31-de-agosto-de-2016>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

# O MODO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO ENUNCIATIVO E OS DISPOSITIVOS DA LEI DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Patrícia Rodrigues Tomaz (UFPI)

Luis Felipe da Silva Castelo Branco (UFPI)

João Benvindo de Moura (UFPI)

## Introdução

Ao abordar a análise da linguagem por uma perspectiva semiolinguística em seu trabalho “Linguagem e discurso” (2016), Patrick Charaudeau desenvolveu um capítulo que trata das diferentes formas de organizar a matéria linguística, ou seja, dos dispositivos linguísticos que ele posteriormente identificou como *modos de organização do discurso* em sua obra “*Grammaire du sens et de l’expression*” (1992).

A propósito, foi publicada no Brasil uma síntese exemplar dessa seção da gramática no livro “Linguagem e Discurso: modos de organização”, lançado pela Editora Contexto, em 2008. Este livro é fruto de uma colaboração de tradução entre os grupos de pesquisa CIAD, do Rio de Janeiro, e NAD-UFMG, de Belo Horizonte. Importante destacar que não se trata de uma tradução completa da obra “*Grammaire du sens et de l’expression*”, a qual nunca foi integralmente traduzida. A obra brasileira reúne elementos da obra original de Patrick Charaudeau, “*Langage et Discours*”, de 1983 (Editora Hachette), e complementa com a seção da gramática referente aos Modos de Organização (Emediato, 2020).

Quanto à denominação da teoria, em “Semiolinguística”, o prefixo “sémio-” tem origem em “sémiosis”, indicando que a construção de significado e sua configuração ocorrem por meio de uma relação entre forma e sentido. Já o termo “-linguística” destaca que a forma de ação buscada pelo sujeito comunicante é principalmente constituída por elementos linguísticos provenientes das línguas naturais. Ademais, a Semiolinguística é intrínseca ao discurso, uma vez que a análise do texto deve considerar seu contexto discursivo, o qual inclui outros textos preexistentes que circulam na sociedade em geral ou em um determinado grupo social (Viegas, 2009).

Charaudeau esclarece, em “Linguagem e discurso”, que os dispositivos linguísticos, ou as formas de organizar a matéria linguística, são elementos formais e simbólicos presentes na competência linguística dos participantes em uma situação de comunicação linguística. Os envolvidos utilizam esses dispositivos para conceber e estruturar os acordos de comunicação e as estratégias discursivas.

Nesse sentido, a mediação como método alternativo de resolução de conflitos reflete uma busca por alternativas ao sistema judicial tradicional. Logo, a linguística estuda a linguagem em seus diversos aspectos, incluindo a comunicação verbal e não verbal. No contexto da mediação, a linguística pode analisar como as partes envolvidas se comunicam, quais estratégias linguísticas são usadas para solucionar as disputas e como a escolha das palavras afeta a resolução do conflito.

Ademais, no contexto da mediação, a análise do discurso pode investigar como os mediadores enunciam, como as partes expressam suas necessidades e como os acordos são negociados, já que a escolha de uma linguagem colaborativa, empática e não acusatória pode facilitar o consenso e resolver o conflito. Ainda, podemos examinar como o discurso é construído socialmente e como ele reflete relações de poder e identidade.

Nesse sentido, a linguística e a análise do discurso podem enriquecer nossa compreensão da mediação como um processo comunicativo, destacando como a linguagem influencia a resolução de conflitos e a construção de laços sociais. Do ponto de vista sociológico, essa mudança pode ser vista como uma resposta à necessidade de métodos mais ágeis e participativos na resolução de disputas. O procedimento promove a ideia de que as partes envolvidas podem colaborar para encontrar soluções, fortalecendo laços sociais e evitando litígios.

Assim sendo, a Lei de Mediação, ao oferecer uma alternativa ao sistema judicial tradicional, apresenta uma mudança nas instituições, como uma resposta à necessidade de adaptação, em que as abordagens devem ser mais flexíveis e participativas. Logo, a Lei de Mediação, como um gênero discursivo do domínio jurídico e um tipo de prática social comunicativa, envolve a interação entre sujeitos em contextos específicos. Ainda, a elaboração e aplicação de leis são práticas sociais que se manifestam por meio de textos legislativos (Brasil, 2015).

Nesse sentido, o discurso jurídico é uma atividade comunicativa que utiliza leis como instrumentos para regulamentar a vida em sociedade. A Lei de Mediação apresenta disposições legais que orientam a conduta das partes envolvidas, dos mediadores e até mesmo do Poder Judiciário. Ademais, apresenta argumentos que justificam a necessidade dessas normas.

## **A lei 13.140/2015 ou lei de mediação**

A Lei de Mediação, instituída em 2015, tem como objetivo incentivar a resolução consensual de conflitos, oferecendo meios alternativos para solucionar disputas de forma mais ágil e não litigiosa. Dessa forma, um terceiro imparcial, o mediador, facilita a comunicação entre as partes envolvidas para que cheguem a um acordo.

Nesse sentido, o procedimento de mediação se aplica em diversos setores, como conflitos cíveis, consumidores, empresariais e familiares, entre outros. Logo, a participação na mediação é voluntária para as partes envolvidas, podendo buscar ou recusar o procedimento. A Lei estabelece que todas as informações obtidas durante as sessões de mediação são confidenciais, salvo se houver ameaça iminente de crime.

Assim, caso as partes cheguem a um acordo, este poderá ser submetido à homologação judicial, conferindo-lhe eficácia legal, isto é, garantindo que as partes cumpram suas obrigações segundo os termos acordados durante o procedimento. É comum nos acordos extrajudiciais, ou seja, fora de um tribunal, para proporcionar segurança jurídica, serem facilmente reconhecidos e executados.

Desse modo, a Lei de Mediação representa um avanço significativo na promoção de métodos alternativos de resolução de conflitos no Brasil, oferecendo uma alternativa mais célere e menos adversarial em comparação aos processos judiciais tradicionais. Ela busca fomentar uma cultura de diálogo e cooperação na solução de disputas e incentiva a autonomia da vontade das partes na construção de soluções consensuais.

## **A lei como gênero textual e discursivo**

Conforme indicado por Charaudeau (2016), o texto representa a expressão concreta da representação de um ato comunicativo em uma situação específica, destinado a atender ao projeto de fala de um locutor específico. Nesse sentido, as intencionalidades das situações comunicativas e dos propósitos de fala se acumulam, e os textos que deles derivam exibem atributos que possibilitam sua categorização em gêneros textuais.

Sendo assim, um gênero é formado pelas características coletivas de um objeto, representando uma categoria à qual esse objeto pertence. Qualquer outro objeto que compartilhe dessas mesmas características será incluído na mesma categoria. Quando se trata de objetos que são textos, isso se refere a uma categoria textual ou a um gênero textual (Charaudeau, 2016).

No entanto, o linguista francês propõe que, ao desenvolvermos uma teoria sobre os gêneros, devemos levar em conta três aspectos: a) o contexto de construção de sentido do texto, que abrange a origem da produção, a recepção e o produto final; b) o nível de abrangência das características que definem a categoria textual, de modo que, quanto mais amplas forem, menos distintivas serão. Logo,

a título de exemplo, o autor menciona as funções da linguagem propostas por Jakobson<sup>1</sup> e c) o método de organização discursiva dos textos, que envolve a escolha entre o discurso como procedimento organizacional ou o discurso como texto configurado Charaudeau (2015).

No contexto jurídico brasileiro, a lei é uma norma ou regra estabelecida pelo poder legislativo, composto pelo Congresso Nacional, que inclui a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. A função principal das leis é regulamentar a convivência social, estabelecendo direitos, deveres e padrões de comportamento para os cidadãos. Elas são criadas por meio de um processo legislativo que envolve a apresentação de propostas, discussões, votações e, eventualmente, a sanção ou veto pelo Chefe do Poder Executivo.

As leis devem ser elaboradas e aplicadas de acordo com os princípios da Constituição Federal, que é a lei máxima do país, estabelecendo os fundamentos e diretrizes do ordenamento jurídico brasileiro. Ademais, leis possuem uma estrutura específica, com partes como preâmbulo, artigos, parágrafos, incisos, entre outros. Além disso, o vocabulário utilizado em leis é técnico e específico do campo jurídico.

Portanto, as leis são textos específicos (gênero textual) produzidos dentro do contexto jurídico que servem como instrumentos de comunicação (gênero discursivo) para estabelecer regras, normas e direitos. A linguagem jurídica, característica desse tipo de texto, é formal e técnica, e a estrutura da lei segue padrões estabelecidos para garantir clareza e precisão na comunicação de normas legais.

Ao analisarmos uma lei, é importante prestar atenção aos termos e estruturas utilizados para compreender a intencionalidade do legislador, a forma como o discurso é apresentado e os sentidos produzidos sobre aqueles aos quais a lei se aplica. Dessa forma, ao entrarmos em contato com uma lei, é indispensável levar em consideração o contexto específico e a linguagem utilizada nesse documento oficial. Logo, essa análise pode ajudar na compreensão, interpretação e aplicação adequada da Lei de Mediação de Conflitos, como veremos mais adiante.

## **Os modos de organização do discurso**

Conforme Charaudeau (2016), o discurso pode ser estruturado por meio de diferentes procedimentos discursivos, tais como enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo. Esses procedimentos estão vinculados à utilização e disposição de categorias linguísticas para atingir distintos objetivos em atos de comunicação presentes em diversas esferas da atividade humana e expressos através de variados gêneros textuais. Portanto, a organização de um gênero textual pode coincidir com um modo de estruturação, que pode se manifestar de maneira mais proeminente nesse gênero específico ou resultar da combinação de vários modos.

---

1 - Roman Jakobson, um linguista russo-americano, teorizou sobre as funções da linguagem como parte de sua contribuição para a linguística estruturalista. Em seu modelo, Jakobson identificou seis funções ou elementos principais da comunicação linguística, conhecidos como as “funções da linguagem”. Cada função destaca uma dimensão diferente da comunicação e enfatiza diferentes aspectos do processo comunicativo.

## **O modo enunciativo**

De acordo com Charaudeau (2016), o modo enunciativo está associado à forma como o falante atua na representação do ato comunicativo, considerando sua posição em relação ao interlocutor (comportamento alocutivo), seus pontos de vista (comportamento elocutivo) e sua interação com um terceiro (comportamento delocutivo). Ele argumenta que esses comportamentos são manifestados por meio de procedimentos de construção enunciativa de natureza linguística, os quais elucidam essas diferentes relações no ato de enunciação através de processos de modalização no discurso e procedimentos discursivos que “contribuem para evidenciar os demais modos de organização do discurso” (Charaudeau, 2016).

## **O modo descritivo**

Nas suas considerações, o linguista francês analisa que cada texto é diversificado na sua estrutura, dependendo tanto do contexto de comunicação em que está inserido quanto das várias formas de organização do discurso utilizadas na sua composição. Dessa forma, a abordagem do modo de organização descritivo deve considerar três níveis distintos: a situação de comunicação (levando em conta o contrato e o propósito do texto), o método intrínseco de organização do discurso e o tipo de texto. Ao combinar-se com a narração e a argumentação, a construção descritiva incorpora componentes fundamentais como denominar, localizar/situar e qualificar, os quais são independentes e inseparáveis (Charaudeau, 2016).

## **O modo narrativo**

Enquanto aborda o modo de organização narrativo, Charaudeau (2016) explora a ideia de que, para que uma narrativa ocorra, uma sequência de eventos deve ser situada em um contexto específico. Além disso, é fundamental que um “narrador”, motivado por intenções específicas, comunique de uma certa maneira uma representação da experiência do mundo a um destinatário. O autor destaca que o ato de “contar” (que ele prefere chamar de “narrar”) está em uma dinâmica entre realidade e ficção, uma vez que introduz um universo narrado que predomina sobre a outra realidade (já ocorrida), que passa a existir somente a partir desse universo. Outra tensão associada a esse ato envolve crenças e representações relacionadas ao mundo, ao ser humano e à verdade, já que esses conceitos imaginários estão simultaneamente ligados à singularidade do ser e à diversidade do mundo e do ser.

## **O modo argumentativo**

Charaudeau (2016) define a argumentação como uma relação triangular entre um sujeito argumentante (que deseja persuadir o outro a compartilhar determinada proposta), uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo dessa argumentação. Nesse sentido, argumentar é uma atividade discursiva na qual se busca uma racionalidade, ligada à experiência social e individual do sujeito e às operações

cognitivas que constroem um universo discursivo de explicação, e uma influência, que tende a levar o outro a aderir às mesmas propostas, num ideal de persuasão. Para o autor, a ordem do argumentativo permite construir argumentações por meio de razão demonstrativa (busca de relações de causalidade) e razão persuasiva (estabelecimento de provas com argumentos).

### Categorias enunciativas

Como mencionado anteriormente, na teoria semiolinguística, existem quatro modos distintos de estruturação do discurso, sendo que três deles - o narrativo, o descritivo e o argumentativo - são influenciados pelo modo de organização enunciativo do discurso, que serve de base para toda a organização do “mundo referencial” presente na comunicação linguística (Charaudeau, 2008, p.74). Enquanto os três primeiros modos estão voltados para a organização do ato comunicativo e linguístico, o modo enunciativo desempenha o papel de estabelecer a posição do locutor em relação ao interlocutor, a si mesmo e aos demais. Ele delinea a maneira como o EU se posiciona em relação ao TU, a si mesmo ou aos outros, ou seja, ao ELE(s) (Barbosa, 2020), como veremos a seguir.

**Tabela 1:** Procedimentos da construção enunciativa

COMPORTAMENTOS ENUNCIATIVOS	ESPECIFICAÇÕES ENUNCIATIVAS	CATEGORIAS DE LÍNGUA
<p><b>RELAÇÃO DE INFLUÊNCIA</b> (relação do locutor ao interlocutor) ⇒ <b>ALOCUTIVO</b></p>	<p><b>Relação de força</b> (locutor/interlocutor) + - Relação de pedido (locutor/interlocutor) - +</p>	<p>Interpelação Injunção Autorização Aviso Julgamento Sugestão Proposta Interrogação Petição</p>
<p><b>PONTO DE VISTA SOBRE O MUNDO</b> (relação do locutor consigo mesmo) ⇒ <b>ELOCUTIVO</b></p>	<p>Modo de saber Avaliação Motivação Engajamento Decisão</p>	<p>Constatação Saber/Ignorância Opinião Apreciação Obrigação Possibilidade Querer Promessa Aceitação/recusa Acordo/desacordo Declaração Proclamação</p>

COMPORTAMENTOS ENUNCIATIVOS	ESPECIFICAÇÕES ENUNCIATIVAS	CATEGORIAS DE LÍNGUA
<b>APAGAMENTO DO PONTO DE VISTA</b> (relação do locutor com um terceiro) ⇒ DELOCUTIVO	<b>como o mundo se impõe</b> <b>como o outro fala</b>	Asserção Discurso relatado

Fonte: Charaudeau (2016, p. 85).

## Dispositivos enunciativos da Lei de Mediação

Como vimos, na perspectiva da Teoria Semiolinguística (TS), o modo enunciativo envolve a organização e a ordenação de categorias linguísticas para esclarecer o ponto de vista do sujeito enunciador em relação às instâncias da comunicação. Essas instâncias fundamentam a definição das três modalidades do modo enunciativo: elocutiva, alocutiva e delocutiva. Logo, cada uma dessas modalidades corresponde a procedimentos linguísticos específicos que, por meio de estratégias modalizadoras, revelam as diferentes relações enunciativas do locutor com seu texto. Sendo assim, ao falar de si mesmo, o locutor usa a modalidade elocutiva; ao dirigir-se ao destinatário, utiliza a modalidade alocutiva; e ao expressar-se em terceira pessoa, de maneira mais objetiva, emprega a modalidade delocutiva.

## Discussão e análise

Conforme mencionado anteriormente, ao abordarmos o modo enunciativo de maneira ampla, estamos explorando o comportamento do sujeito falante em relação a outras pessoas, em relação a si mesmo e, na modalidade alocutiva, em relação ao interlocutor imediato, esteja ele presente ou ausente. Além disso, o modo elocutivo é o que se caracteriza pelo ponto de vista do sujeito enunciador sobre o mundo. As modalidades delocutivas (e objetivas) se encontram definidas no modo de organização enunciativo delocutivo.

Nosso *corpus* provém de um contexto institucional, resultado de um processo legislativo rigoroso e apresenta características textuais particulares. No entanto, esse rigor procedimental, aliado à formalidade do texto, não diminui a manifestação expressiva do sujeito discursivo, já que este não representa uma entidade sólida e única. Do ponto de vista da dinâmica interna do discurso, ocorre uma interação entre as instâncias enunciativas. Em um texto de lei, podemos encontrar indícios das modalidades alocutiva, elocutiva e delocutiva, embora esses termos específicos não sejam utilizados, como veremos a seguir.

*A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*

*Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública.*

*Parágrafo único. Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.*

A presença do MOD enunciativo pode ser observada na expressão “Faço (elocutivo) saber que o Congresso Nacional decreta (delocutivo) e eu sanciono (elocutivo) a seguinte Lei”. Nesse contexto, a Presidenta da República está informando e notificando a todos sobre o decreto legislativo do Congresso Nacional e sua sanção à lei. A elocução é clara na comunicação da ação executiva.

Identificamos a modalidade delocutiva na redação do artigo 1º em que a lei “dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública”. Logo, a linguagem está moldando e estruturando as disposições legais.

Dando continuidade, elementos da modalidade delocutiva estão presentes na definição de mediação apresentada no parágrafo único, em que se descreve que a mediação é a “atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia”. Assim, é apresentado como o processo de mediação afeta as partes envolvidas.

*Art. 2º A mediação será orientada pelos seguintes princípios:*

*I - imparcialidade do mediador;*

*II - isonomia entre as partes;*

*III - oralidade;*

*IV - informalidade;*

*V - autonomia da vontade das partes;*

*VI - busca do consenso;*

*VII - confidencialidade;*

*VIII - boa-fé.*

*§ 1º Na hipótese de existir previsão contratual de cláusula de mediação, as partes deverão comparecer à primeira reunião de mediação.*

*§ 2º Ninguém será obrigado a permanecer em procedimento de mediação.*

Nesse artigo, a modalidade delocutiva está presente na formulação do *caput* e seus parágrafos, pois se trata de uma norma legal que estabelece como a mediação deve ser conduzida. O uso de termos como “será orientada” indica uma imposição normativa (como o mundo se impõe), sugerindo uma atitude do legislador em orientar o comportamento dos envolvidos na mediação.

Ainda no que se refere à modalidade delocutiva, esta pode ser identificada nos enunciados que descrevem os princípios pelos quais a mediação será orientada. Os termos utilizados, como “imparcialidade do mediador”, “isonomia entre as partes”, expressam a escolha linguística específica de princípios e regras que orientam o procedimento de mediação.

Dando continuidade, a modalidade delocutiva está presente nos efeitos que a lei visa produzir. Por exemplo, o § 1º estabelece que, em caso de previsão contratual de cláusula de mediação, as partes devem comparecer à primeira reunião de mediação, indicando como o procedimento deve ser conduzido em determinadas circunstâncias contratuais. Já o § 2º destaca que ninguém será obrigado a permanecer em procedimento de mediação, indicando a liberdade das partes em participar ou não dessa sessão.

*Art. 3º Pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação.*

*§ 1º A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele.*

*§ 2º O consenso das partes envolvendo direitos indisponíveis, mas transigíveis, deve ser homologado em juízo, exigida a oitiva do Ministério Público.*

Nesse artigo, o emprego de tais marcas linguísticas nos permite inferir que a modalidade delocutiva está presente na formulação do artigo 3º, que estabelece normas e condições para o objeto da mediação. Por conseguinte, o legislador está indicando como a mediação deve ser aplicada em casos específicos de conflitos relacionados a direitos disponíveis ou indisponíveis<sup>2</sup> que admitam transação.

A modalidade delocutiva também é evidente nas expressões que descrevem possibilidades e limitações da mediação, como “Pode ser objeto de mediação”, “A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele”. Essas formulações orientam a aplicação prática da mediação, destacando as opções disponíveis para as partes envolvidas.

De maneira semelhante, ela é vista no § 2º, em que se estabelece o consenso das partes envolvendo direitos indisponíveis, mas transigíveis, que deve ser homologado em juízo, exigida a oitiva do Ministério Público. Isso indica a ação

<sup>2</sup> - Os conflitos envolvendo questões de família, ressalvados os casos de filiação, adoção, poder familiar, invalidez do matrimônio, ou questões ambientais, são exemplos de direitos, a princípio, indisponíveis, mas que são mediados com altas taxas de êxito e de efetividade.

resultante do consenso das partes, delineando como o procedimento deve ser conduzido para garantir validade e eficácia, em respeito ao princípio do devido processo legal<sup>3</sup>.

*Art. 4º O mediador será designado pelo tribunal ou escolhido pelas partes.*

*§ 1º O mediador conduzirá o procedimento de comunicação entre as partes, buscando o entendimento e o consenso e facilitando a resolução do conflito.*

*§ 2º Aos necessitados será assegurada a gratuidade da mediação.*

No que diz respeito ao comportamento alocutivo, está presente na formulação do artigo 4º, que estabelece como o mediador será designado. O legislador está indicando as opções disponíveis para a seleção do mediador, seja pela designação do tribunal ou escolha das partes. Isso representa uma relação de influência na relação do locutor ao interlocutor, numa ação normativa e direcional.

Como é possível observar, a modalidade elocutiva é evidente no § 1º, espaço em que se descreve o papel do mediador no procedimento de comunicação entre as partes, buscando entendimento, consenso e facilitando a resolução do conflito. Essas ações detalhadas orientam a prática da mediação, delineando como o mediador deve conduzir o processo, ou seja, de forma engajada.

De volta à modalidade delocutiva, ela está presente no § 2º, no qual se assegura a gratuidade da mediação para os necessitados. Essa ação indica o efeito desejado pela legislação, que é garantir a gratuidade para um grupo específico de pessoas, de forma assertiva, demonstrando como a legislação pretende garantir o acesso e as condições da mediação para esse grupo.

*Art. 5º Aplicam-se ao mediador as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz.*

*Parágrafo único. A pessoa designada para atuar como mediador tem o dever de revelar às partes, antes da aceitação da função, qualquer fato ou circunstância que possa suscitar dúvida justificada em relação à sua imparcialidade para mediar o conflito, oportunidade em que poderá ser recusado por qualquer delas.*

No trecho acima, a modalidade alocutiva está presente na formulação do artigo 5º: “*Aplicam-se ao mediador as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz.*”, que estabelece as regras e condições aplicáveis ao mediador. O legislador está indicando as regras que se aplicam ao mediador em relação a impedimento e suspeição, utilizando o poder normativo.

Identificamos o comportamento elocutivo no parágrafo único, onde se descreve o dever da pessoa designada como mediadora de revelar às partes

3 - Princípio no qual algum ato praticado por autoridade, para ser considerado válido, eficaz e completo, deve seguir todas as etapas previstas em lei.

qualquer fato ou circunstância que possa suscitar dúvida em relação à sua imparcialidade, como “*A pessoa designada para atuar como mediador tem o dever de revelar às partes...*”. Descreve o dever do mediador de revelar informações antes da aceitação da função.

Ainda nesse parágrafo, a modalidade delocutiva está presente, já que essa ação indica o efeito pretendido pela legislação, que é garantir a imparcialidade, transparência e a confiança nos atos do mediador. Essas ações orientam a prática do mediador, estabelecendo procedimentos específicos a serem seguidos.

*Art. 6º O mediador fica impedido, pelo prazo de um ano, contado do término da última audiência em que atuou, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.*

Como é possível notar, o legislador estabelece uma norma para o mediador ao declarar que ele fica impedido, pelo prazo de um ano, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes, após o término da última audiência. Logo, a alocação está presente na imposição de uma condição, aviso ou proibição. Na modalidade elocutiva, o artigo expressa o dever ou a obrigação que recai sobre o mediador. No comportamento delocutivo, o efeito desejado é impor e criar uma restrição de atuação para o mediador.

*Art. 7º O mediador não poderá atuar como árbitro nem funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a conflito em que tenha atuado como mediador.*

Nesse artigo, na modalidade alocutiva, o legislador estabelece uma proibição direta, ao declarar que o mediador não pode atuar como árbitro e nem funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a conflito em que tenha atuado como mediador. Na modalidade elocutiva, o artigo também expressa o dever ou a obrigação que recai sobre o mediador e, no comportamento delocutivo, a legislação também impõe e cria uma restrição de atuação para o mediador.

*Art. 8º O mediador e todos aqueles que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, são equiparados a servidor público, para os efeitos da legislação penal.*

Como vimos, no modo alocutivo, o legislador equipara o mediador e seus assessores a servidor público para os efeitos da legislação penal, quando no exercício de suas funções e em razão delas. Na modalidade elocutiva, o artigo expressa o dever ou a obrigação que recai sobre o mediador e seus assessores. No comportamento delocutivo, a legislação penal impõe e cria uma restrição de atuação para o mediador e seus assessores no exercício de suas funções.

*Art. 9º Poderá funcionar como mediador extrajudicial qualquer pessoa capaz que tenha a confiança das partes e seja capacitada para fazer mediação, independentemente de integrar qualquer tipo de conselho, entidade de classe ou associação, ou nele inscrever-se.*

No excerto acima, a modalidade alocutiva está presente no artigo ao estabelecer a norma que autoriza a atuação como mediador extrajudicial. Logo, a expressa permissão ou aceitação para que determinadas pessoas atuem indica um comportamento elocutivo. Assim, a legislação impõe que pessoas qualificadas e confiáveis atuem como mediadores extrajudiciais, num comportamento delocutivo.

*Art. 10. As partes poderão ser assistidas por advogados ou defensores públicos.*

*Parágrafo único. Comparecendo uma das partes acompanhada de advogado ou defensor público, o mediador suspenderá o procedimento, até que todas estejam devidamente assistidas.*

Nessa construção enunciativa, “As partes poderão ser assistidas por advogados ou defensores públicos.”, a modalidade alocutiva estabelece e autoriza a norma que possibilita a assistência legal às partes. Identificamos a modalidade elocutiva na expressa condição sob a qual o mediador deve suspender o procedimento, até que as partes estejam devidamente assistidas. Sendo assim, o comportamento delocutivo está na legislação que assegura que o procedimento seja suspenso até que todas as partes estejam devidamente assistidas.

*Art. 14. No início da primeira reunião de mediação, e sempre que julgar necessário, o mediador deverá alertar as partes acerca das regras de confidencialidade aplicáveis ao procedimento.*

No artigo acima, o legislador estabelece uma norma para o mediador e o autoriza, indicando o que ele deve fazer “sempre que julgar necessário”, configurando uma modalidade alocutiva. Dando continuidade, expressa a ação que o mediador é obrigado a realizar em “deverá alertar as partes” sobre as regras de confidencialidade, num comportamento elocutivo. Na modalidade elocutiva, a legislação impõe a garantia de que as partes sejam informadas sobre as regras de sigilo.

*Art. 15. A requerimento das partes ou do mediador, e com anuência daquelas, poderão ser admitidos outros mediadores para funcionarem no mesmo procedimento, quando isso for recomendável em razão da natureza e da complexidade do conflito.*

Esse artigo estabelece e autoriza, “quando isso for recomendável”, a admissão de outros mediadores em condições específicas, caracterizando uma

modalidade alocutiva. Ainda, expressa a possibilidade de admissão de “outros mediadores”, num comportamento elocutivo. No modo delocutivo, a lei impõe e é assertiva ao permitir a admissão de outros mediadores quando justificado pela natureza e complexidade do conflito.

*Art. 16. Ainda que haja processo arbitral ou judicial em curso, as partes poderão submeter-se à mediação, hipótese em que requererão ao juiz ou árbitro a suspensão do processo por prazo suficiente para a solução consensual do litígio.*

*§ 1º É irrecorrível a decisão que suspende o processo nos termos requeridos de comum acordo pelas partes.*

*§ 2º A suspensão do processo não obsta a concessão de medidas de urgência pelo juiz ou pelo árbitro.*

No *caput* do artigo, a lei autoriza as partes a se submeterem ao procedimento de mediação ainda que em meio a um processo em andamento, evidenciando o modo alocutivo. Em seguida, o modo elocutivo expressa a ação que as partes devem realizar, que é declarar e requerer ao juiz ou árbitro a suspensão do processo em curso. Na modalidade elocutiva, a lei impõe a suspensão do processo para permitir a busca por uma solução consensual para o conflito.

Como se vê, no § 1º há uma norma que estabelece (modo alocutivo) a irrecorribilidade para a decisão de suspensão do processo; expressa a ação que é irrecorrível, que é a decisão de suspensão, nos termos que as partes queriam (modo elocutivo) e o efeito desejado pelo legislador é a irrecorribilidade da decisão de suspensão nos termos acordados (modo delocutivo).

Analisando o § 2º, a norma que estabelece (comportamento alocutivo) a suspensão do processo não impede a concessão de medidas de urgência; em seguida, expressa a ação, que é de aceitação (modo elocutivo) da concessão de medidas de urgência pelo juiz ou pelo árbitro. Além disso, o que a lei impõe (modo delocutivo) é a não obstrução da concessão de medidas de urgência durante a suspensão do processo.

*Art. 17. Considera-se instituída a mediação na data para a qual for marcada a primeira reunião de mediação.*

*Parágrafo único. Enquanto transcorrer o procedimento de mediação, ficará suspenso o prazo prescricional.*

*Art. 18. Iniciada a mediação, as reuniões posteriores com a presença das partes somente poderão ser marcadas com a sua anuência.*

*Art. 19. No desempenho de sua função, o mediador poderá reunir-se com as partes, em conjunto ou separadamente, bem como solicitar das partes as informações que entender necessárias para facilitar o entendimento entre aquelas.*

Como é possível observar no artigo 17, a norma considera instituída a mediação na data da primeira reunião, bem como estabelece a suspensão do prazo prescricional durante o procedimento de mediação (modo alocutivo). No artigo 18, a ação somente poderá ser realizada com a anuência (aceitação/recusa) das partes, que é a marcação de reuniões posteriores, como no artigo 19, “em conjunto ou separadamente” com o mediador, configurando um comportamento elocutivo.

*Art. 20. O procedimento de mediação será encerrado com a lavratura do seu termo final, quando for celebrado acordo ou quando não se justificarem novos esforços para a obtenção de consenso, seja por declaração do mediador nesse sentido ou por manifestação de qualquer das partes.*

*Parágrafo único. O termo final de mediação, na hipótese de celebração de acordo, constitui título executivo extrajudicial e, quando homologado judicialmente, título executivo judicial.*

Em seguida, no artigo, 20, a lei impõe o encerramento do procedimento de mediação quando as condições mencionadas forem atendidas, num comportamento delocutivo. Ademais, o parágrafo único estabelece as consequências legais do termo final de mediação na hipótese de celebração de acordo (modalidade alocutiva); e a ação que resulta na declaração de constituição do título executivo judicial, indicando a modalidade elocutiva.

*Art. 21. O convite para iniciar o procedimento de mediação extrajudicial poderá ser feito por qualquer meio de comunicação e deverá estipular o escopo proposto para a negociação, a data e o local da primeira reunião.*

*Parágrafo único. O convite formulado por uma parte à outra considerarse-á rejeitado se não for respondido em até trinta dias da data de seu recebimento.*

De acordo com o *caput* do artigo 21, a norma autoriza o envio de um convite para iniciar o procedimento de mediação extrajudicial (comportamento alocutivo), indicando que pode ser feito por qualquer meio de comunicação e deve conter informações específicas. O parágrafo único expressa a ação que ocorrerá, que é considerar o convite como recusado, caso não seja respondido dentro do prazo estipulado (modalidade elocutiva).

Nossas análises permitiram identificar que a Lei de Mediação apresenta estrutura e organização por meio de sequências discursivas, em que o enunciador revela seu maior grau de engajamento ao tratar da norma, que segue uma orientação argumentativa e enunciativa, construída em função do propósito comunicativo do gênero lei.

## Considerações finais

Na análise, identificamos que os atos enunciativos de base, modalidades, correspondem a uma posição (e um comportamento) particular do locutor no ato de locução composto pela modalização, contribuindo para o fortalecimento da sua posição dentro da encenação, construindo sua identidade discursiva.

Nos trechos analisados, observamos que na organização do discurso enunciativo da Lei de Mediação, encontramos artigos que apresentam os três tipos de comportamento enunciativo: alocutivo, elocutivo e delocutivo, sendo o delocutivo o modo mais recorrente. Logo, a maneira como os enunciadores se posicionam é determinante para a atribuição de sentidos conferidos à esta estrutura composicional institucional.

Por fim, importa dizer que a pesquisa considera a Lei como gênero textual e discursivo como ponto de partida, a fim de compreender a posição dos sujeitos da linguagem e seu comportamento enunciativo, tendo por base a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, proposta por Patrick Charaudeau. Nessa direção, a partir de gêneros textuais e discursivos, pesquisas são desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso da Universidade Federal do Piauí.

## Referências

BARBOSA, Stener Carvalho Fernandes. **Análise de projetos de lei no Brasil:** o gênero textual projeto de lei (PL) e a “onda conservadora”. 2020. 173 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Azevedo, André Gomma de (org.). **Manual de mediação judicial**. 5. ed. Brasília: CNJ, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução 125/2010**. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, Conselho Nacional de Justiça, 2010a. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atosadm?documento=2579>. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, 2015b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13105.htm). Acesso em: 28 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. **Lei de Mediação**. Diário Oficial da União, Brasília, 2015c. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm). Acesso em: 28 de fevereiro de 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992. 927 pp. ISBN 2-01-016172-6.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. (Coordenação da equipe de tradução de Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado). 2ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

SOUZA, W. E. de . (2020). CHARAUDEAU, Patrick (1992). Grammaire du sens et de l'expression. **Revista Latinoamericana De Estudios Del Discurso**, 13(2), 129–132. Recuperado a partir de <https://periodicos.unb.br/index.php/raled/article/view/33397>

OLIVEIRA, F. de S.; OLIVEIRA, R. J. de. (2021). Um grito que soma: Uma análise semiolinguística da canção Maria da Vila Matilde. **Letrônica**, 14(4), e39736. <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2021.4.39736>.

VIEGAS, Ilana da Silva Rebello **Conteúdos de interpretar**: a leitura como passaporte para a interação com o mundo. Tese (Doutorado em Letras). Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.

# A FALTA DE EMPATIA PELO OLHAR DA ANÁLISE DO DISCURSO NO CONTO ILUSTRADO *ERNESTO*

Felipe Ribeiro Campos (UFF)

## Considerações iniciais

*Ernesto* é um monstro que sofre maus tratos de outros personagens, sendo constantemente excluído e deixado sozinho. Abordando temas considerados delicados na literatura infantil e juvenil, o livro, que aborda temas como preconceito e discriminação, é o objeto de análise deste artigo que tem como principal teoria a Semiologia e aporte teórico de alguns nomes reconhecidos em suas respectivas áreas: Patrick Charaudeau, Beatriz dos Santos Feres, Teresa Colomer, Martin Salisbury e Morag Styles, Vincent Jouve e Tomaz Tadeu da Silva.

## A literatura infantil e juvenil e a interação entre textos verbal e visual

Teresa Colomer (2017), em seu livro *Introdução à literatura infantil e juvenil atual*, levanta a questão acerca do que as pessoas pensam sobre a função da literatura infantil e juvenil: algumas entendem que os livros devam ensinar comportamentos, outras que os livros funcionam como ferramentas na escola para abordar esse ou aquele tema, enquanto um terceiro grupo vê como experiência artística ao alcance dos pequenos leitores. A pesquisadora ainda chama a atenção para esse condicionamento da literatura para crianças e jovens, pois ele guia, em tese, tanto as escolhas daqueles que produzem como as daqueles que compram os livros a fim de ofertá-los para as crianças ou os diversos mediadores de leitura, que apresentam as histórias em escolas, feiras ou bibliotecas.

A pesquisadora, no entanto, se posiciona e deixa claro que a literatura para crianças e jovens deve ser vista como literatura e não só iniciar o acesso ao imaginário coletivo, entendendo o termo “imaginário” como “o imenso repertório de imagens, símbolos e mitos que nós humanos utilizamos como fórmulas típicas de entender o mundo e as relações com as demais pessoas” (p. 20); como também desenvolver domínio da linguagem, ao aprender palavras que ajudam a descrever

ações, nomear sentimentos e o mundo ao redor, convenções do cotidiano e regras das histórias ficcionais, figuras de linguagem, o que dizer para conseguir o que quer e entender limites no jogo da comunicação no que se pode e não pode fazer; e, além disso, oferecer uma representação do mundo, mesmo perdendo cada vez mais o seu aspecto didático a fim de dar mais espaço para o viés literário, a literatura infantil ainda é um documento de como a sociedade deseja se ver, reproduzindo modelos, reivindicações sociais, relações de poder e outros assuntos que possam estar em pauta.

Ao analisar as ilustrações em livros infantis, Colomer (2017) aponta que estas obras podem ser o primeiro contato com a linguagem visual: “a forma, a textura, o traço, o ritmo, o cromatismo, as maneiras de usar a cor, para representar o volume ou a luz, a composição, a perspectiva etc.” (p. 268). A pesquisadora reconhece a tradição da ilustração, relacionada diretamente às artes pictóricas e visuais, trazendo para o conhecimento dos pequenos leitores trabalhos de profissionais que se inspiraram em correntes artísticas e se debruçam em técnicas que vão desde o lápis, passando por aquarela, tinta nanquim, guache, tinta acrílica, colagem e fotografia. Não podemos esquecer a técnica mista, que, como a denominação já expressa, constitui-se de duas ou mais técnicas usadas na mesma ilustração: lápis de cor e aquarela, colagem, guache e aquarela, nanquim e tinta acrílica... as combinações são infinitas.

Ainda lendo Colomer (2017), continuamos a análise sobre a “capacidade do texto e da imagem de oferecer informação através de seus próprios recursos se vê acrescida pelas possibilidades do contrato que estabelecem ambos os códigos” (p. 281). Quanto ao diálogo entre as duas linguagens e consequente interação, encontramos nas classificações da pesquisadora formas diferentes para que isso aconteça: um código preenche as lacunas do outro, em um movimento de complementaridade; um código contradiz o outro, e nessa tensão surge um novo significado por meio do embate das duas linguagens, os dois códigos têm narrativas paralelas, forçando o leitor a encontrar coerência, levantando hipóteses sobre a obra; as ilustrações fixam pontos-chave da narrativa; a ilustração sintetiza a informação em uma única imagem e ilustração desmente um texto clássico com novas informações.

Colomer (2017) se demora na observação da ilustração como elemento construtivo do livro infantil, pois, segundo ela, “a imagem pode confirmar, expandir, analisar, contradizer, resumir ou acrescentar novos significados àquele contado no texto” (p. 286). As ilustrações ampliam a história proposta pelo texto verbal, muitas vezes na estratégia de criação de histórias secundárias, ditando ritmo mais lento ou acelerado, determinando quando acontecimentos aparecerão na trama. Páginas duplas sugerem contemplação, enquanto diversas ilustrações pequenas dão a deixa para que a leitura seja mais rápida por demonstrar movimento, podem trabalhar a quebra de expectativa e ditam a duração das situações.

Martin Salisbury e Morag Styles (2013), na obra *Livro infantil ilustrado: a arte da narrativa visual*, afirmam que o livro ilustrado representa a arte gráfica narrativa e representacional, ou seja, que, na mesma obra, multimodal (ou “arte híbrida”, como os autores chamam), encontramos histórias com começo, meio e fim e todos os elementos que a classificam como narrativas (personagens, cenografia, clímax...), e tudo isso com o olhar do escritor e do ilustrador, que fazem um recorte do mundo bruto e o transformam na realidade da obra. Com qualidade literária e estética, muitas vezes buscando referências em movimentos artísticos e técnicas clássicas, “Os melhores livros ilustrados tornam-se pequenas galerias de arte atemporais em nossas casas — uma mistura de conceito, arte, design e produção, que gera prazer e estimula a imaginação de crianças e adultos” (SALISBURY; STYLES, 2013, p. 50). Esses livros abrem horizontes, dão acesso a novos mundos e são exemplos de beleza na forma de traços e cores.

Comunicando-se com o pensamento proposto por Colomer (2017) de que o livro ilustrado é um objeto de arte, temos o texto de Vincent Jouve (2012) em *Por que estudar literatura?*, que no início levanta questionamentos sobre como falamos acerca de arte, abarcando inclusive a arte literária. Por mais que defendamos a falta de função da arte, entendemos que ela, de alguma forma, passa por diversos crivos, debates que tomam como base a estética, para colocá-la em certos lugares, compartimentos, classificações. Estamos sempre esbarrando no que podemos chamar de “o paradoxo de arte que, embora não tendo utilidade prática, toca dimensões de existência tão fundamentais quanto a cultura, a educação ou a comunicação” (JOUVE, 2021, p. 11). O texto literário não possui função, não é utilitário, não tem a missão de ensinar algo, então o que Jouve comenta sobre o paradoxo da arte faz sentido. É importante mostrar que mesmo em um mundo que exige praticidade e funcionalidade em tudo e, conseqüentemente, resultados para que sejamos reconhecidos como casos de sucesso, ela, a arte, nos acompanha, conforta, faz pensar, traz para a luz temas escondidos, propõe conflitos, levanta discussões e, no mínimo, “apenas” entretém, nos tira por algumas horas do caos, nos faz ter esperança, dá fôlego para enfrentarmos situações complicadas.

Peter Hunt, ao defender os textos para pequenos leitores, aponta que a “literatura infantil — textos de qualquer tipo produzidos ou direcionados às crianças — é, potencialmente, de vital importância para o desenvolvimento literário e cultural de indivíduos e nações” (HUNT *In.*: BELMIRO; MARTINS, 2023, p. 19). O pesquisador ainda confirma que somos os livros lidos em nossa infância, e continua ao apontar o letramento literário como “capacidade de entender as nuances, as sutilezas, as implicações da linguagem (conotação)” (HUNT *In.*: BELMIRO; MARTINS, 2023, p. 19), dando autonomia para o indivíduo manipular a linguagem e, não o contrário. Continuando a leitura do texto de Hunt, encontramos uma crítica ao pensamento de que a literatura infantil não precisa ser levada a sério, já que seria algo “simples”. Felizmente, este pensamento tem mudado.

A imagem no papel dá conta de representar o mundo bruto (ainda que na não existência de uma figura monstruosa, algo que lembre o protagonista Ernesto, ainda assim qualquer pessoa tem repertório para identificar o desenho de um monstro), ao mesmo tempo que sugere novas visões para o mundo interpretado e criado para servir de cenografia para a história. A reinterpretação também é válida para personagens que surgem ao longo da história e para a cenografia com suas cores diferentes se formos comparar com as do mundo bruto e formas mais cartunescas. O leitor é conduzido pela proposta de mundo do autor (seja ele escritor ou ilustrador): “Na história em quadrinhos, a manipulação da leitura pode ser construída por meio de jogos de enquadramento, em que a imagem imaginada do conteúdo, quando manifestada, é exibida de acordo com o que, no cinema, chama-se movimento de câmera” (PIETROFORTE, 2007, P. 67). Mencionamos histórias em quadrinhos pois, apesar de não ter as mesmas estratégias que um livro ilustrado, os dois tipos de obras contam com a interação entre texto verbal e imagem visual.

Estes movimentos de câmera ou escolhas por diferentes ângulos repercutem em efeitos de sentido, pois “O que se pretende mostrar é que esse efeito de sentido não é efeito apenas ornamental, que torna a visão das imagens mais interessante, mas que há relação entre ele e categorias semânticas que dão forma ao conteúdo do texto” (PIETROFORTE, 2007, p. 77). No texto verbo-visual as palavras e as ilustrações trabalham juntos, interagem entre si, descrevendo e narrando elementos e acontecimentos da história. Organizando essas peças, o contador (ou contadores, se levarmos em consideração que uma pessoa escreveu e outra ilustrou), com intencionalidade de transmitir aquele recorte específico da realidade transformada pela história.

Patrick Charaudeau (2019) nos aponta alguns modos de organização referentes ao discurso, ou seja, características marcantes no texto quando pensamos na situação de comunicação, contexto do ato de comunicação, no ato de comunicar e sua finalidade. Dos modos de organização citados pelo pesquisador, os que mais nos interessam são os modos descritivo e narrativo: o primeiro corresponde aos procedimentos de classificação, descrição, nomeação, localização e qualificação; o segundo expõe a ordem dos acontecimentos desenvolvendo-os em um intervalo de tempo. Essas estratégias costumam ser analisadas no texto verbal, mas em se tratando de um *corpus* composto por um texto verbo-visual, a análise também dará conta da parcela visual.

Pensando nos leitores iniciantes e na importância da leitura literária para esse público, vemos que é “ao livro, à palavra escrita, que atribuímos a maior responsabilidade na formação da consciência de mundo das crianças e dos jovens” (COELHO, 2000, p. 15), mesmo lutando contra toda tecnologia e imediatismo proporcionados pelas redes sociais em que a informação é dada instantaneamente. A autora continua a classificar literatura como arte por ser “fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática, o imaginário e o real, os ideais e sua possível/impossível realização...” (COELHO, 2000, p 27).

Tão complexa quanto a condição humana, a literatura tem sido identificada como “um dinâmico processo de produção/recepção que, conscientemente ou não, se converte em favor de intervenção sociológica, ética ou política” (COELHO, 2000, p. 28). Conhecimento de mundo por meio “de uma relação que se estabelece entre o eu e o outro (tudo que não seja o próprio eu) que nasce a *consciência*, e desta resulta o conhecimento. E, porque a *consciência* nos leva ao *conhecimento*, ela se nos impõe como fator essencial da obra literária” (COELHO, 2000, p. 50). Ainda segundo a pesquisadora, cada ato de criação possui consciência de mundo que interfere, em menor ou maior grau, em sua execução. Relações entre autores e obra, obra e contexto histórico, espaço/tempo e intenção, sujeito que lê e a obra são importantes não apenas para o ato de leitura, mas para o estudo da arte que é a literatura.

### **Identidade e diferença / alteridade, preconceito e Semiologia**

Tomaz Tadeu da Silva (2020) no artigo “A produção social da identidade e da diferença”, que integra o livro *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*, comenta a necessidade de pensarmos em uma teoria sobre a produção da identidade e da diferença, na qual discutiríamos “as implicações políticas de conceitos como diferença, identidade, diversidade, alteridade” (p. 74) a fim de não apenas celebrar a diferença, mas problematizá-la.

Em uma primeira perspectiva, ainda segundo Silva, a identidade seria o *que EU sou* e a diferença o *que o OUTRO é*. Mesmo autorreferenciadas, identidade e diferença estão em dependência, pois uma só existe porque temos a outra: como exemplo, posso dizer que eu sou X porque não sou Y, Z, A, B nem C. Patrick Charaudeau (2009) aponta que identidade se estabelece na negação, no que o sujeito não é. Como a identidade é o ponto de partida, o que o sujeito é torna-se norma para ele. Identidade e diferença “não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social” (p. 76). “A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição — discursiva e linguística — está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas” (p. 81). Definindo o que seria identidade e marcando a diferença e como são produzidas as relações de poder: “incluir/excluir (‘estes pertencem, aqueles não’); demarcar fronteiras (‘nós e ‘eles’); classificar (‘bons e maus’); ‘puros e impuros’; ‘desenvolvidos e primitivos’, ‘racionais e irracionais’); normalizar (‘nós somos normais; eles são anormais’)” (p. 81-82).

“A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem este incluído e quem está excluído” (p. 82). Ao consultarmos o *Dicionário da Análise do Discurso* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020), vemos que o conceito de identidade está intimamente ligado aos conceitos de sujeito e alteridade, pois a primeira possibilita a existência do ser pensante, o “eu”, e a segunda aponta que não há consciência de si sem a consciência de que existe o outro, que é na diferença entre o “eu” e o “outro” que se constitui o sujeito. A identidade do sujeito se constitui de “identidade pessoal” — que se divide em “externa” (conjunto de traços que o

definem fisicamente e legitimidade) e “discursiva” (maneiras de utilização de modos de tomada de palavra e papéis enunciativos) — e “identidade de posicionamento”, “posição que o sujeito ocupa em um campo discursivo em relação aos sistemas de valor que aí circulam, não de forma absoluta, mas em função dos discursos que ele mesmo produz” (p. 267).

Voltando ao texto de Silva, o ato de problematizar as diferenças nos faz pensar no esquema de divisão → classificação → hierarquização de grupos e quem e em qual momento apontou que esse ou aquele seria inferior em comparação a outro. “Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças” (SILVA, 2020, p. 83). O autor ainda aponta o risco da normalização dessa hierarquização, que elege uma identidade como parâmetro (considerada a norma, o ideal), todas as outras são avaliadas a partir dela e o que sair do visto como correto e normal é desviante. Silva recorre a Butler (1999) para comentar que a produção de identidade é uma questão de performatividade, ou seja, nos utilizamos de proposições que de tanto serem ditas, se realizam ou são dadas como verdade. Dessa forma, usamos a linguagem repetidas vezes sobre algo ou característica de um grupo até que seja visto como realidade ou aceito pelo senso comum. A repetição, no entanto, deve ser questionada e interrompida quando traz em seu ato performativo uma representação negativa.

Talvez seja interessante abrir um espaço para discutir o que seriam os conceitos de *diferença* e de *alteridade* e se faz sentido em não pensar nas duas palavras como sinônimos. Segundo o dicionário Houaiss, diferença é “qualidade do que é diferente; o que distingue uma coisa de outra / falta de igualdade ou de semelhança / alteração digna de atenção, de reparo; modificação, transformação / característica do que é vário; diversidade, disparidade / falta de harmonia; divergência”; já alteridade é conceituada como “caráter ou estado do que é diferente, distinto, que é outro / o que torna uma coisa diferente de outra; próprio, particular / que se opõe à identidade; que enxerga o outro, como um ser distinto, diferente; originalidade”. Consideramos, a partir destas definições, que a *diferença* é perigosa, uma ameaça que precisa ser anulada; ao passo que a *alteridade* respeita a individualidade e o lugar do outro.

No desdobramento das discussões sobre identidade e diferença outros conceitos surgem a partir do momento em que discutimos como esses embates entre “iguais” e “diferentes” acontecem: temos o *preconceito*, “atitude negativa contra todos os membros de um grupo distinguível, baseada somente no pertencimento desses indivíduos a esse grupo” (ARONSON; ARONSON, 2023, p. 279), sendo, segundo os autores Elliot e Joshua Aronson, parte *cognitivo, emocional* e *comportamental*; ideias preconcebidas e disposição para comportamento excludente, causa e consequência de certos comportamentos. Como parte cognitiva, entende-se informações incorretas que podem ser modificadas; além da categorização, processo que separa coisas (e pessoas) em grupos por suas

características. Continuando a acompanhar o texto de Aronson e Aronson, vemos que, ao separar o mundo em categorias, fazemos uso do *estereótipo*, crença de que determinada característica de um grupo se aplica a todos os indivíduos que se encontram inseridos nele.

O artigo “Ovelhas, galinhas, coelhos e outras criaturas: os animais nos livros de literatura infantil”, que integra o livro *A diferença na literatura infantil: narrativas e leituras* (2012) aponta quatro formas de desfecho mais comuns para a situação de diferença: **reparação**, em que a diferença é de alguma forma resolvida e a personagem considerada igual aos outros; **compensação**, quando a diferença é vencida com muito esforço ou oferece uma capacidade especial que a coloca em segundo plano; **celebração**, com a diferença sendo encarada como algo vantajoso e divertido e **conscientização**, que demonstra a autoaceitação da diferença, em um discurso que se comunica com a autoajuda.

Sendo a diferença relativamente comum na literatura infantil e juvenil, se faz necessária esta reflexão sobre o tema, para que ele não seja tratado de forma rasa ou equivocada. Quanto mais especialistas no assunto forem consultados por produtores e pesquisadores, maiores chances de termos discussões que serão úteis na apresentação das obras para os leitores iniciantes.

## O monstro

Cohen (2000) analisa a figura do monstro, como produto criado pelas culturas, analisando como a sociedade lida com o tema ao longo do tempo a partir dos medos gerados por ela mesma. Para isso, estipula sete teses: o monstro, segundo a primeira tese de Cohen (2000, p. 26), é uma “corporificação de um certo momento cultural”; ele existe para ser lido, mas não entendido, pois está no lugar da incerteza. A segunda tese aponta que o monstro sempre volta em alguma roupagem levemente diferente. A terceira defende que o monstro não pode ser categorizado, pois seu corpo não se encaixa em nenhuma estrutura considerada natural dentro das leis da natureza. A quarta tese afirma que o corpo monstruoso é a extrapolação do que é considerado diferente, dessemelhante. A quinta propõe que o monstro também delimita o que é ou não moral, o que se deve ou não fazer, com possível castigo àqueles que cruzarem a linha. A sexta tese apresenta o conceito de que, ao mesmo tempo em que o monstro representa algo proibido, ele é atração, repulsa e desejo no mesmo ser: “Nós suspeitamos do monstro, nós o odiamos ao mesmo tempo que invejamos sua liberdade e, talvez, seu sublime desespero” (COHEN, 2000, p. 48). E a sétima tese defende que o monstro é sempre um devir: ao retornar diferente, mostra detalhes e conhecimento do local do qual foi expulso, indagando seus criadores sobre como é o conhecimento deles de mundo.

A literatura infantil e juvenil utiliza a figura do monstro como algo vilanesco e que precisa ser derrotado, mas por vezes é mostrada como um ser que não se encaixa em padrões estabelecidos e hostilizado, sendo uma maneira lúdica para falar sobre intolerância.

## **Teoria semiolinguística, modos de organização descritivo e narrativo, modo de organização narrativo**

A observação das escolhas estéticas feitas pelos autores pode ter como referência Charaudeau (2005), no texto em que comenta o processo de semiotização do mundo, existindo o primeiro passo, de transformação, que parte de um “mundo a significar” transformando-o um “mundo significado”. Este momento de transformação compreende quatro tipos de operações: identificação, a conceituação, nomeação e apreensão dos seres reais ou imaginários; qualificação, o entendimento e a identificação de propriedades e características dos seres; ação, pois estes seres agem e sofrem ações, dando-lhes razão de existir; e causalção, pois estes seres estão em uma cadeia de causalidade, uma sucessão dos fatos. Além deste “recorte” do mundo bruto, temos também a patemização, que é o conjunto de estratégias discursivas utilizado pelo(s) autor(es) para causar emoções no leitor.

Segundo a teoria do pesquisador Patrick Charaudeau, o processo de semiotização do mundo é uma via de mão dupla: o primeiro processo, o de transformação, parte de um “mundo a ser significado” e o transforma em um “mundo significado” sob a ação de um sujeito falante; já o segundo processo, o de transação, faz desse “mundo significado” objeto para o sujeito destinatário de acordo com a interação estabelecida. O processo de transformação se constitui de quatro tipos de operação: 1. Identificação, que conceitua e nomeia seres materiais ou fictícios, podendo falar sobre eles; 2. Qualificação, que atribui características que especificam estes seres; 3. Ação: já que estes seres agem e sofrem ações, dando-lhes razão de existência e 4. Causalidade: visto que estes seres estão inseridos em uma rede de causalidade, uma sucessão de fatos (CHARAUDEAU, 2005). Por sua vez, o processo de transação é realizado por meio de quatro princípios: 1. Da alteridade, pois entende que qualquer ato de fala é uma troca entre no mínimo dois sujeitos que se veem como semelhantes e diferentes, já que precisam de referências em comum e, ao mesmo tempo, se percebem e se identificam na alteridade; 2. Da relevância, o reconhecimento das referências entre as partes, sendo que o sujeito que comunica adequa o que está sendo falado a um contexto com uma finalidade, respeitando o contrato linguageiro; 3. De influência, pois a linguagem é utilizada para influenciar, sendo que o sujeito receptor sabe que é alvo que deve ser influenciado; e 4. Da regulação, que dá limite ao espaço das estratégias, dita regras, que garante pelo menos um entendimento mínimo, mesmo que a influência não seja alcançada (CHARAUDEAU, 2005).

Ainda inspirados pela teoria semiolinguística, analisaremos o modo de organização descritivo, que tem como característica a descrição, estática, sem tempo cronológico nem ações em cadeia, nomeando, localizando e qualificando seres: nomear é atribuir existência a qualquer tipo de ser, classificando-o, identificando-o a partir de códigos sociais; localizar ou situar é mostrar o local que um ser está no tempo e no espaço e a relação dele (do ser) com o lugar que está; e qualificar singulariza o ser, apontando características que lhe são próprias. Para resumir o

modo descritivo, pode-se dizer que ele “serve essencialmente *para construir uma imagem atemporal do mundo*” (CHARAUDEAU, 2019, p. 116). Descrever é um mecanismo que mantém seres, espaço e tempo fixos, informando (identificando, listando, apontando) características dos seres, então, com esta descrição, temos uma construção de mundo ora mais objetiva, ora mais subjetiva, mas que não deixa de ser um olhar que capta a “verdade” por meio da qualificação. *Nomear, localizar* ou *situar* e *qualificar* são **componentes** de organização descritiva, cada um com seus procedimentos linguísticos.

Os procedimentos para *nomear* são seis, sendo a) denominação, que identifica os seres por meio de nomes comuns ou nomes próprios; b) indeterminação, completamente oposta à anterior, denota atemporalidade, lugares não identificados e personagens sem nome; c) atualização ou concretização, evidencia e singulariza o ser por meio do uso de artigos; d) dependência, o uso de pronomes possessivos; e) designação, tipificação por meio de pronomes demonstrativos; f) quantificação, efeito de subjetividade com uso de quantificadores; e g) enumeração, lista de seres, qualidades, lugares e ações. Os procedimentos linguísticos para *localizar* ou *situar* são: a) precisão de da informação quanto ao espaço e ao tempo; e b) imprecisão do lugar e do tempo, deixando-os incertos ou sem identificação. Por fim, os procedimentos linguísticos para *qualificar* são: a) acumulação de detalhes e de precisões, uma vez que a visão (objetiva ou subjetiva) do mundo é construída pela descrição dos seres, desde o físico até o comportamento (no caso dos humanos); b) utilização de analogia, tendo a comparação entre seres e qualidades de âmbitos diferentes, podendo ser explícita (em correspondência direta) ou implícita, com utilização de figuras de linguagem que por vezes antropomorfizam seres não humanos (CHARAUDEAU, 2019).

Já no modo de organização narrativo — ao contrário do descritivo, em que o mundo significado basta na existência do “estar-aí” de maneira imutável — o mundo é significado de maneira contínua, com ações que se desencadeiam ao longo do tempo e do espaço. O modo narrativo possui uma estrutura lógica semantizada com construção de sucessão de ações e realização de representação do mundo respeitando a ordem começo / meio / fim. Os componentes da lógica narrativa são de três tipos: a) actantes, que desempenham papéis relacionados à ação da qual dependem; b) processos, que unem actantes entre si, dando orientação funcional à sua ação; e c) sequências, que integram processos e actantes em uma finalidade narrativa.

O conceito de actante encontrado no *Dicionário de análise do discurso* (2004), escrito por Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, não deve ser confundido com o de personagem. Os actantes são seres ou coisas participantes do processo, sendo classificados como agente (que executa a ação), objeto (que sofre a ação) e beneficiário (que se beneficia ou se prejudica com a ação). No entanto, em uma classificação proposta por Charaudeau (2019), temos o actante que age, ou seja, começa, é responsável, executa a ação; e o que *sofre* a ação, que recai sobre

ele, podendo recebê-la de forma mais ou menos passiva. Essa classificação possui outras classificações dentro dela, então se o actante age, ele pode ser um *agressor*, ou seja, que comete algum mal; pode ser um *benfeitor* que traz um benefício; ou um *aliado*, que se associa a outro actante para auxiliá-lo ou defendê-lo, seja agindo diretamente sobre o adversário de outro actante, seja agindo ao mesmo tempo que este; pode ser também um *oponente* que vai contra projetos e ações de outro actante; e um *retribuidor*, que dá a outro actante uma recompensa ou punição. Por outro lado, o actante que sofre ação pode ser uma *vítima* ou um *beneficiário*, sendo a vítima afetada negativamente pela ação de um outro e o *beneficiário* afetado positivamente pela ação de um outro actante. Se o actante vítima reage, ele o faz por *fuga* (evitando o confronto), *resposta* (age contra o agressor) ou *negociação* (na tentativa de neutralizar a agressão). Se o actante beneficiário reage, ele o faz por *retribuição* ou *recusa*. Assim, os tipos de qualificações dos actantes, segundo o pesquisador, podem ser *positivas* (prestígio, virtude, força, inteligência, destreza...) ou negativa (má reputação, vício, imbecilidade, estupidéz, inabilidade...).

Beatriz Feres (2023), ao comentar que na atualidade não há como dissociar o texto do contexto pois a análise literária não se apega apenas à materialidade do primeiro, defende que obras não “falam” apenas sobre elas mesmas, elas abordam também o mundo em que elas estão inseridas. Os textos não são somente representações descoladas no mundo, mas os constituem. A pesquisadora se apoia no olhar voltado para a poética e a ética dos contos ilustrados a princípio destinados a crianças e jovens para investigar obras que apresentam poeticidade e sensibilização: “Como será dito o *que é* dito em um conto ilustrado são dois aspectos que lidam diretamente com a poética do texto e com os imaginários de um grupo de indivíduos, que influem na ética social partilhada por ele” (FERES, 2023, p. 92-93).

Pensando por outro aspecto sobre a poética do texto, encontramos o conceito de texto *iconoliterário*, “unidade que não se resume à soma de duas linguagens” (FERES, 2023, p. 93), sendo resultado da junção dessas semioses algo totalmente novo que se apropria da semelhança com o mundo bruto para manifestar seu potencial artístico.

Esse conceito nos faz pensar em outro muito mencionado em pesquisas ultimamente, o conceito de *multimodalidade* que é a união de dois ou mais recursos. Temos como exemplos mais comuns palavras + design, palavras + imagens visuais, fala + gestos e símbolos matemáticos + letras (JEWITT; BEZEMER; O’HALLORAN, 2016). Gunther Kress, cujos estudos são centrados nas interações sociais pelo olhar multissemiótico, destaca que a

semiótica social procura estudar o fenômeno semiótico partindo da ideia de que os processos de produção e recepção dos sentidos só podem estar comprometidos tendo como ponto de partida a dimensão social e as lutas de poder que a caracterizam e que são refletidas nos eventos comunicativos (SOUZA; SANTOS; MENDES, 2021, p. 345).

Essa questão do social e das relações de poder encontra eco na pesquisa de Ruth Amossy, ao apontar que “o estereótipo desvalorizante aparece como um instrumento de legitimação em diversas situações de dominação” (2022, p. 53). Recuperaremos estes conceitos mais tarde e, certos de que a Teoria Semiolinguística não se esgota nas breves explicações das linhas acima, iremos nos concentrar no que será utilizado adiante na análise do livro já mencionado. Entendemos que não há hierarquia entre informações colocadas anteriormente neste artigo, mas que todas elas atuam juntas na leitura da obra.

### **A análise do corpus**

O material de divulgação do livro *Ernesto* (2016) — escrito por Blandina Franco e ilustrado por José Carlos Lollo —, encontrado no site da editora Companhia das letras, apresenta um resumo do que é a história: “O Ernesto é vítima de um verdadeiro disse-que-me-disse. Alguns acham que ele não é muito simpático, outros acham que ele se veste mal. E, no meio desses boatos todos, Ernesto acaba ficando sozinho, só porque ninguém consegue entendê-lo”. O texto da quarta capa fornece mais dicas sobre a história de Ernesto e uma reflexão sobre a leitura:

Dizem que este livro é esquisito, que ele tem a capa feia e que é melhor você não ler. Dizem que essa história é mentirosa, e que seu protagonista não é grande coisa. Eu não li ainda, mas todo mundo está falando coisas deste livro, então não vou ler e acho melhor você ficar longe dele também. O que você acha? Às vezes as pessoas dizem coisas sobre as outras sem nem saber direito o que estão dizendo. É o que acontece na vida do Ernesto: ninguém gosta dele, só porque ele não é igual a todo mundo. Nesta história você vai ver o que faz dele tão diferente e pensar: será que ele merece mesmo toda essa solidão? (texto de quarta capa, 2016)

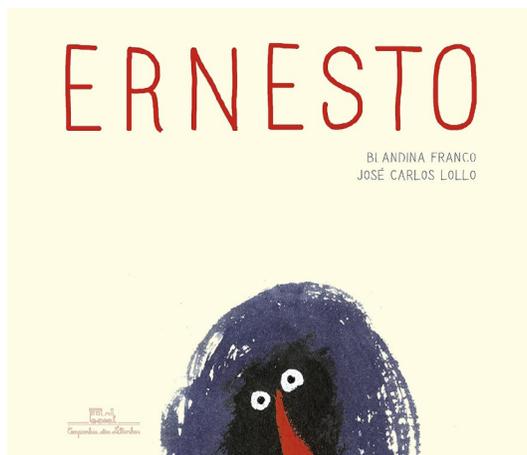
Começemos esta análise pelos elementos pré-textuais, pois eles nos ajudam na leitura, ou seja, como um *trailer* antes de assistirmos a um filme, os textos de divulgação no site e a quarta capa nos mostram o tom que o livro pretende ter e o estilo de história que vai contar. Já sabemos que aqueles que vivem próximos a Ernesto não gostam dele, colocam-no de lado, falam mal dele, e isso mantém o personagem na solidão de quem é incompreendido sem ao menos entender o porquê. O artigo definido “O” em “O Ernesto é vítima” singulariza ainda mais o personagem que já tem nome próprio (o livro não mostra as situações vividas por qualquer monstro, o monstro tem nome e é Ernesto) e a qualificação negativa “vítima” mostra que o actante sofre as ações, mas não dá resposta nem tem possibilidade de fugir delas. A expressão “disse-que-me-disse” mantém os autores dos comentários maldosos indefinidos, a ponto de nem sabermos quantos foram os responsáveis. Mais qualificações negativas muito subjetivas surgem com “não é muito simpático” e “se veste mal”, para mais adiante Ernesto ficar “sozinho”, como o texto enfatiza, “porque ninguém consegue entendê-lo”, mas a construção desta frase deixa um questionamento: ninguém consegue entender ou ninguém se importa com Ernesto? Faz parecer que o fragilizado monstro, que nada fez para

merecer este tipo de tratamento (como veremos na análise do miolo) dificulta a vida de seus agressores não sendo o que eles querem que ele seja, e isso daria permissão para a agressividade.

Agora analisaremos o texto da quarta capa, que usa o argumento da qualificação negativa para o próprio livro (o que não deixa de ser uma estratégia interessante), pois é exatamente o contrário do que se espera que qualquer texto faria. Esta autodepreciação vinda do texto capta a atenção do receptor e, quando ele reafirma o que dizem sobre ele, que é “esquisito”, que “tem a capa feia” e que “é melhor você não ler”, numa gradação de adjetivos que o classificam como péssima escolha para leitura, fornece pistas que a história como um todo seguirá o mesmo caminho. O narrador fica mais aparente em “não vou ler e acho melhor você ficar longe dele também”, adiantando que o pré-julgamento será algo recorrente na obra, mas, ao colocar em xeque a atitude dos outros personagens quanto à questão de Ernesto, ele, o narrador, o defende (ou dá a entender este posicionamento) ao terminar sua explanação com uma pergunta, se o monstro merecia mesmo tudo que acontece com ele. O narrador não coloca um ponto final, afastando-se de qualquer responsabilidade que poderia ter com o protagonista, e a deixa com o leitor, que será cobrado novamente mais adiante.

A capa simples de cor neutra tem como pontos de atenção o título em vermelho e a criatura meio escondida na parte de baixo. O personagem não aparece em sua totalidade e é uma mancha, um círculo azul (uma pincelada) que emoldura o rosto preto. Observamos o ser, não humano nem um animal antropomorfizado, mas que não causa tanta estranheza por reconhecermos dois olhos e um nariz, mesmo que exagerado. E essa é a capa, que vai contra a muitas outras que chamam a atenção pela abundância de elementos, cores e pistas sobre a história que será lida. Não é uma capa monótona, mas uma capa vazia que pode fazer referência ao cotidiano do monstro: vazia de amigos, de acolhimento, de sentido.

**Figura 1:** Capa do livro Ernesto



**Fonte:** FRANCO; LOLLO, 2016.

Quando Ernesto se apresenta na parcela verbal, acenando para o leitor, percebemos que ele é amigável e tímido. A ausência de cenário se confirma como um recurso dentro da história e a porta, elemento representado em poucas linhas, não totalmente aberta, nos dá a impressão que o monstro entrou aos pontos no recinto (Figura 2). Na parcela verbal, o trecho “Dizem que o Ernesto é muito calado” (FRANCO; LOLLO, 2016, p. 5), em que “calado” não é uma qualificação ruim, pois proporciona algumas interpretações. No entanto, a partir do momento que dizem “que ele tem a língua enrolada e não sabe falar direito com as pessoas” (FRANCO; LOLLO, 2016, p. 5) o fato de ser calado é “explicado” de uma maneira grosseira, com qualificações negativas, fazendo mau juízo de Ernesto, como se o monstro não fosse alguém agradável para conversar por conta da condição física da língua enrolada. Esta tática de sempre apontar algo negativo sobre Ernesto a partir de um olhar enviesado de cima pra baixo se torna o *modus operandi* de quem apresenta o protagonista aos leitores.

**Figura 2:** Ernesto



**Fonte:** FRANCO; LOLLO, 2016.

Ernesto, em outra ocasião, se olha no espelho ainda com sorriso no rosto (Figura 3), mas a parcela verbal se torna mais agressiva: “Dizem que Ernesto é feio.” (FRANCO; LOLLO, 2016, p. 7). Não há mais dúvidas de que Ernesto não é querido — pelo contrário, será atacado todo o tempo por conta da aversão ao diferente —, e como a indeterminação do sujeito em “dizem” não nos dá a mínima pista de quem acha o monstro feio, temos a impressão de que esses xingamentos vêm de todos os lados. A gradação de “feio” para “[dizem] Que ele tem a cara torta e dá medo nas pessoas.” (FRANCO; LOLLO, 2016, p. 7) qualifica Ernesto como assustador e disforme.

**Figura 3:** Ernesto e o espelho



*Fonte:* FRANCO; LOLLO, 2016.

O Ernesto (Figura 4), ainda segundo o narrador, “não se encaixa entre as outras pessoas” (FRANCO; LOLL, 2016, p.15), então na parcela visual ele aparentemente consegue fazer amizade com os animais.

**Figura 4:** Ernesto e um cão.



*Fonte:* FRANCO; LOLLO, 2016.

A imagem feita de Ernesto é a pior possível, pois o livro continua utilizando adjetivos desagradáveis para qualificá-lo como burro, bobo, esquisito e egoísta, e cada vez mais o monstro fica sem saber o que fazer, sem entender o porquê de tanta crueldade direcionada a ele. Não nos é oferecido final feliz, a história “termina” na metade do livro e depois vemos Ernesto solitário e triste, deitando-se enquanto uma lágrima escorre de seu rosto. Fica a sensação de que poderíamos ter feito algo pelo monstro, mas, invés disso, apenas observamos seu sofrimento. Se o livro tem uma mensagem direta, é a de não deixarmos acontecer com pessoas próximas o que vimos que Ernesto passou só, sem apoio.

## Considerações finais

Livros como *Ernesto* são muito importantes, porque mostram como o preconceito e a discriminação podem ser dolorosos. Vimos que diversos campos do conhecimento podem, em conjunto, discutir estes temas ainda considerados delicados. Os autores, utilizando a figura de um monstro que é rejeitado por seus pares, lançam mão de qualificações negativas ditas por sujeitos indeterminados na parcela verbal, ao passo que na parcela visual vemos Ernesto cada vez mais cabisbaixo, triste e sozinho. Com a coragem de entregar um final triste, o livro nos convida para a reflexão enquanto nos coloca em uma posição incômoda, ao lado do Ernesto, mas sem poder fazer muito por ele.

## Referências

AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg Pierrot. **Estereótipos e clichês**. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

ARONSON, Elliot; ARONSON, Joshua. **O animal social**. São Paulo: Goya, 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso *In*: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Orgs.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27., 2005, Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 3 de junho de 2024

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional *In*: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326., 2009, Disponível em: <https://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>. Acesso em: 3 de junho de 2024

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: Teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

COHEN, J.J. A cultura dos monstros: sete teses. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Pedagogia dos monstros – os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

COLOMER, Teresa. **Introdução à literatura infantil e juvenil atual**. São Paulo: Global, 2017

FERES, Beatriz. **O discurso amoroso na literatura infantil**. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

FRANCO, Blandina; LOLLO, José Carlos. Ernesto. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2016.

FREITAS, L.F.R.; SILVEIRA, R.M.H. Ovelhas, galinhas, coelhos e outras criaturas: os animais nos livros de literatura infantil. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (org.) **A diferença na literatura infantil**. São Paulo, Moderna: 2012. p. 65-85.

HUNT, Peter. Letramento, literatura e crianças. In.: BELMIRO, Celia Abicalil; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.) **Mediações de leitura literária**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

JEWITT, Carey; BEZEMER, Jeff; O'HALLORAN, Kay. **Introducing Multimodality**. Oxfordshire, Routledge, 2016.

JOUVE, Vincent. **Por que estudar literatura?** São Paulo: Parábola editorial, 2012.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. **Análise do texto visual: a construção da imagen**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SALISBURY, Martin; STYLES, Morag. **Livro infantil ilustrado: A arte da narrativa visual**. São Paulo: Rosari, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da sociedade e da diferença. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

SOUZA, Maria Medianeira; SANTOS, Roberto; MENDES, Wellington Vieira. Gunther Kress, ciência e multimodalidade: do mar ao sertão e do sertão ao mar. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 342-364, 2021. DOI: 10.26512/les.v22i1.37265. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/37265>. Acesso em: 3 jun. 2024

# **ETHÉ EM (DIS)CURSO: A CONSTRUÇÃO DO CONTRATO DE CURA EM RELATOS DE UMA VÍTIMA DE JOÃO DE DEUS**

Jean Ignacio Lima (UFRJ)

## **Introdução**

Inclinando-se à teoria Semiolinguística de Análise do Discurso (Charaudeau, 2019), este texto visa a analisar a construção do *ethos* prévio e do *ethos* discursivo de João de Deus, a partir do *ethos* atribuído em relato de uma de suas vítimas feito ao livro-reportagem “A Casa” (2020). Selecionam-se para a análise seqüências discursivas (SD), das quais três compõem um relato completo e integram o conjunto de *corpora* investigado na tese de doutorado que segue em curso na Universidade Federal do Rio de Janeiro<sup>4</sup>.

As SD analisadas compreendem um dos casos de abusos sexuais cometidos pelo médium brasileiro João de Deus durante os rituais de cura realizados na Casa – seu templo. De todos os crimes cometidos, investigam-se, especificamente, os abusos sexuais, pois eles se inscrevem em uma problemática histórica patriarcal segundo os sujeitos e seus papéis de gênero na sociedade. O médium abusava de suas pacientes/vítimas, levando-as a considerar percepções de violências como atos de cura, segundo ele, previstas no ritual.

Os esforços deste texto, ancorados na teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, encaminham-se a fim de mapear os mecanismos linguístico-discursivos, no processo de semiotização do mundo (Charaudeau, 2007), que indiciam a construção dos *ethé* no processo de influência exercido por João de Deus. Contudo, aqui, privilegia-se a voz do silenciado (Orlandi, 2007), lançando mão de uma análise a partir das noções de *ethos* em Maingueneau (2016, 2022) e em Charaudeau

4 - Ressalta-se, antecipadamente, que esta investigação foi publicada, de modo inédito, pela EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação – periódico da área de Letras e Linguística, em particular do campo da Argumentação. Além disso, o tema foi explorado também em dissertação de mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a partir do aporte teórico da Análise do Discurso Materialista (Pêcheux, 1990). Trata-se agora de uma nova filiação teórica de Análise do Discurso – a Semiolinguística – que orienta esta investigação em busca de novas perspectivas sobre as relações de poder entre médium-paciente nos casos de crimes de abusos sexuais de João de Deus.

(2018), mas, sobretudo, a partir da perspectiva de outrem, a do *ethos* atribuído pelo discurso citado em relato da vítima.

Considerando, então, a análise da construção do *ethos*, a partir da hipótese de sua configuração no ritual de cura de João de Deus pela perspectiva de outrem, intenciona-se identificar imaginários sociodiscursivos que estão na base da relação de força cuja formatação se dá em uma posição de dominação-exploração (Saffioti, 2015), engendrando saberes de crença (Charaudeau, 2018) que secundarizam a mulher no curso histórico de boa parte das sociedades.

## Pressupostos teórico-metodológicos

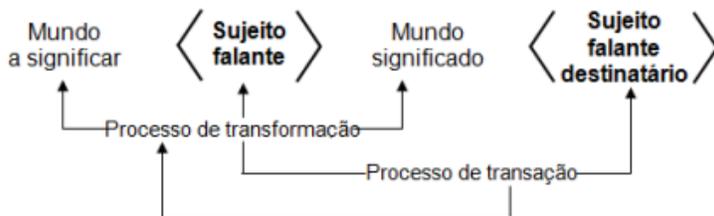
Aqui, mobilizam-se, de modo sucinto, três principais conceitos que serão mais bem aprofundados na tese em desenvolvimento: o de processo de semiotização do mundo (Charaudeau, 2007), o de imaginários sociodiscursivos (Charaudeau, 2017) e o de *ethos* (Maingueneau, 2016, 2022); (Charaudeau, 2018). Espera-se ofertar, na próxima seção, pela ótica da Análise Semiolinguística do Discurso, considerações que reflitam acerca dos resultados prévios de algumas das SD (sequência discursiva) presentes no conjunto de *corpora*.

A Semiolinguística de Patrick Charaudeau é uma teoria do discurso que se propõe a descrever os fenômenos da linguagem no âmbito da significação. Ela considera, portanto, a relação forma-sentido na constituição dos atos de linguagem de modo que, na forma, examina-se a materialidade linguageira dos atos e a maneira pela qual eles falam sobre o mundo; e no sentido, a função e a articulação entre os sujeitos da linguagem, cuja implicação da matéria linguageira é orientada por suas intencionalidades. Pode-se dizer, então, que o eixo da forma corresponde à instrumentalização linguageira; enquanto o eixo do sentido, às intencionalidades pelas quais as materialidades são atravessadas, deflagrando filiações discursivas desses sujeitos durante a comunicação.

Desse modo, Charaudeau (2019) propõe que o método semiolinguístico deve ser duplo, pois, pelas instâncias de transmissão, o ato de linguagem é percebido como um conjunto de atos significadores que “falam o mundo através das condições e da própria instância de sua transmissão. De onde se conclui que o Objeto do Conhecimento é o do que fala a linguagem através do como fala a linguagem” (Charaudeau, 2019, p. 20). Essa dupla articulação integra semioses, concomitantemente, uma constituindo a outra na construção de sentido.

É por esse processo duplo do método semiolinguístico que a semiotização do mundo ocorre. A troca linguageira entre os sujeitos é perpassada pela transformação da *realidade* em *real* significante, por meio dos imaginários sociodiscursivos mobilizados durante duas operações primordiais: a **transformação** e a **transação**. Conjuntamente, cada qual, em investigações forma-sentido, a partir dos mecanismos linguístico-discursivos da matéria linguageira, opera na construção de sentido. Vejamos:

### Quadro 1: O duplo processo de semiotização do mundo



Fonte: Charaudeau, 2007, p. 14

Convém considerar que o processo de semiotização do mundo esbarra nas noções de *realidade* e *real*. De acordo com Charaudeau, elas incidem sobre o signo na linguagem:

[...] “a realidade” corresponde ao mundo empírico através de sua fenomenalidade, como lugar a-significante (e ainda a-significado), impondo-se ao homem em seu estado bruto aguardando ser significada. Em oposição, “o real” refere-se ao mundo tal qual ele é construído e estruturado por atividade significante do homem por meio do exercício da linguagem em suas diversas operações de nomação dos seres do mundo, de caracterização de suas propriedades, de descrição de suas ações inseridas no tempo e no espaço e de explicação da causalidade dessas ações. (Charaudeau, 2017, p. 574).

O “mundo a significar” corresponde à *realidade* com a qual o sujeito se depara para então transformá-la em *real* significativa pelos signos convencionados por determinados grupos de falantes e em determinadas sociedades (Charaudeau, 2017). Assim, a materialidade linguística viabiliza possíveis reais, que são atravessados pela subjetividade do sujeito, e tornam-se objeto discursivo da troca linguageira.

Os princípios de **transação** comandam as operações de **transformação**. Eles sobredeterminam a passagem da *realidade* em *real*. Cada qual compreende princípios e operações específicas, as quais se descrevem adiante.

Na **transformação**, a *identificação* corresponde ao processo linguageiro de criar identidades nominais. Portanto, trata-se de nomeá-las para que se possa falar delas. A *qualificação* compreende a atribuição de características às identidades nominais; trata-se das identidades descritivas atribuídas aos seres. A *ação* relaciona-se às identidades narrativas dos seres, o que garante à encenação discursiva a sucessão dos atos de linguagem e, por fim, a *causação*, que está intimamente ligada à *ação*, de modo a motivá-la, pois toda *ação* é desencadeada por uma causa por parte do sujeito que a pratica.

Uma vez tornada matéria discursiva, a *realidade*, agora transformada em *real* subjetivo, em um “mundo significado”, sobre as determinações de certos princípios transacionais, torna-se, então, objeto de troca entre os sujeitos do ato de linguagem. A troca, a **transação**, incide sobre quatro princípios que se levam em conta pelos sujeitos de acordo com a intencionalidade de seu projeto de fala.

Esses princípios são os de *alteridade*, *pertinência*, *influência* e *regulação*. Na *alteridade*, o caráter empático da linguagem comparece fortemente. Os sujeitos precisam reconhecer-se como iguais e diferentes concomitantemente. Isso garante que o projeto de fala se construa sobre o público com mais eficácia, pois é preciso que o sujeito falante reconheça para quem e como se fala. A *pertinência* diz respeito à tematização, ao conteúdo informacional da troca linguageira propriamente. É um dos componentes que integram as restrições dos contratos de comunicação que imperam tacitamente sobre as encenações dos sujeitos, havendo, assim, a necessidade de nexos lógicos que se integrem ao contexto e à finalidade da troca entre os sujeitos.

Assim como na **transformação**, *ação* e *causação* são faces de uma mesma moeda, os princípios de *influência* e *regulação*, no processo de **transação**, estão estreitamente alinhados. Enquanto a *influência* compõe o processo ideacional do sujeito na troca, a *regulação* está relacionada às mobilizações linguístico-discursivas das quais o sujeito falante lança mão para efetivar suas visadas na encenação. Ou seja, a *influência* está para os ideais que regem o projeto de influência sobre o público, no espaço do fazer do ato de linguagem; bem como a *regulação* está para a enunciação, no espaço do dizer. Ambas são mecanismos que devem ser considerados pelos sujeitos durante a troca linguageira.

Durante o processo de **transação** no ato de linguagem, outros componentes discursivos englobam as semioses e a captação do público pelo sujeito: os imaginários sociodiscursivos e o *ethos* são dois desses componentes sobre os quais se discorre adiante brevemente.

Para tratar sobre os imaginários sociodiscursivos e o *ethos*, opta-se por ressaltar as principais características desses componentes discursivos. Pôde-se perceber que o quadro 1, de semiotização do mundo, apresenta a construção de sentido por sujeitos cuja subjetividade deflagra imaginários sociodiscursivos neste processo. Antes de entrar nessa seara, é preciso compreender que, ao cunhá-los, Patrick Charaudeau considerou a psicologia, bem como a mecânica das representações sociais de Moscovici (2007).

As representações sociais operam na construção de sentido de modo que o seu produto releva outro componente: os imaginários sociodiscursivos. “Nessa perspectiva, as representações sociais não são um subconjunto dos imaginários ou das ideologias como outros propõem (Boyer, 2003, p. 19), mas uma mecânica de engendramento dos saberes e dos imaginários” (Charaudeau, 2017, p. 576). Sendo assim, os sistemas de representação depositados na memória coletiva da sociedade “refletem e refratam imaginários, interpretando a realidade que nos cerca e mantendo com ela relações de simbolização, por um lado, e atribuindo-lhe significações, por outro” (Monnerat, 2012. P.308).

Os imaginários sociodiscursivos formatam a *realidade* em *real* significante pela intersubjetividade dos sujeitos no processo de semiotização do mundo. Eles são uma forma de apreensão do mundo cuja produção se dá na mecânica das

representações sociais (Moscovici, 2007). O imaginário “constrói a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos” (Charaudeau, 2017, p. 578). É comum que, neste alinhamento entre operação e produto, ambos se confundam. Segue um esquema no qual são elucidados:

**Quadro 2:** Representações e imaginários no processo de semiotização do mundo<sup>5</sup>



Fonte: Elaboração do autor

O esquema acima convida para a reflexão de que o processo de semiotização do mundo envolve tanto as representações sociais quanto os imaginários sociodiscursivos, cada qual mobilizado em um eixo determinado. Se, por um lado, a operação de simbolização – atravessada pelas representações sociais no percurso da **transformação** da *realidade* em *real* pela subjetividade do sujeito – emerge em um mundo linguístico; por outro, é pelos princípios de **transação** que a materialidade linguística é sobredeterminada, revelando a intencionalidade do sujeito na troca linguageira e tornando os imaginários sensíveis à fala.

Nesse sentido é que Charaudeau pondera a respeito do caráter social do imaginário, que é engendrado pela mecânica das representações, e a respeito do caráter discursivo, pois “o sintoma de um imaginário é a fala” (Charaudeau, 2017, p. 579). Assim, é pelo eixo da **transação**, na interenunciação dos sujeitos e parceiros da linguagem, que ele (o imaginário) se evidencia no discurso e orienta os dizeres que são materializados a partir das operações de **transformação**, sob o regimento dos princípios de **transação**.

Outro ponto importante sobre os imaginários sociodiscursivos diz respeito ao seu caráter.

Ele resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional através da intersubjetividade das relações humanas, e se deposita na memória coletiva. Assim, o imaginário possui uma dupla função de criação de valores e de justificação da ação. Por exemplo, o imaginário da Modernidade cria tanto valores negativos – quando, opondo-se àqueles da Tradição, estigmatiza a perda do peso da história, da herança do passado e dos benefícios da filiação – quanto valores positivos – quando, ligada

5 - Quadro desenvolvido após diálogos inspirados por curso ministrado pela profa. dra. Patrícia Ferreira Neves Ribeiro (UFF), na Universidade Federal Fluminense (2023).

ao Progresso, se define como um desafio permanente às leis da natureza e um aumento do bem-estar social através dos avanços tecnológicos. (Charaudeau, 2017, p. 578).

Os imaginários sociodiscursivos circulam no meio social de diversas formas e de maneira mais ou menos imutável. Charaudeau menciona um sentido de base, uma “espécie de núcleo semântico mais estável” (Charaudeau, 2018, p. 206). Isso não significa que os imaginários sempre serão o que são. Ato de resistências e lutas contra-hegemônicas são algumas das mobilizações sociodiscursivas que atualmente vão de encontro ao caráter nuclear dos imaginários e com vistas a desnaturalizar sentidos que circulam, como os de estereotipagem, por exemplo.

O imaginário é essencializante, então, pois não pode ser atestado quanto ao seu valor de verdade:

O imaginário não é nem verdadeiro nem falso. Ele é uma proposição de visão do mundo que se baseia nos saberes que constroem os sistemas de pensamento, os quais podem se excluir ou se sobrepor uns aos outros. Isso permite ao analista não ter que denunciar este ou aquele imaginário como falso. (Charaudeau, 2017, p. 587).

Diferentemente dos imaginários – que não são verdadeiros nem falsos, que sugerem proposições desnudas de verdades absolutas e cristalizam em sua base semântica saberes de conhecimento ou de crença –, os estereótipos, por sua vez, em maioria, são de base de crença e enunciam pelo menos uma verdade: o ponto de vista do enunciador a respeito de seu dizer.

Esse caráter essencializante presente nos imaginários, provido pelas representações sociais, segundo Charaudeau (2018), na ordem afetivo-racional da intersubjetividade das relações humanas, coincide, portanto, com a base de seus saberes: “Saberes de conhecimento e saberes de crença estruturam as representações sociais. Os primeiros, ao construírem representações classificatórias do mundo; os últimos, ao darem um tratamento axiológico às relações do homem com o mundo” (Charaudeau, 2018, p. 198-199).

Os imaginários também esbarram nas projeções dos *ethé* no ato de linguagem. Dentro da AD (Análise do Discurso), o *ethos* se inscreve em uma problemática persuasiva. Respaldação na concepção aristotélica que o concebe como um dos meios artísticos de prova na argumentação (Aristóteles, 2005), o *ethos* na AD é recrutado como um mecanismo de que o sujeito se vale na troca linguageira e cuja finalidade é exercer influência sobre o público a partir da imagem criada de si pelo discurso.

Os *ethé* são “demonstrações psicológicas que não correspondem ao estado psicológico real do orador ou ao do auditório, mas ao que o público crê que os outros têm em mente” (Charaudeau, 2018, p. 113).”. Eles exercem a função de corporificação de imaginários. Diante do caráter representacional do jogo de imagens instituído na interação cuja primazia é a influência que o locutor exerce sobre o público, os *ethé* são identificados a partir de duas grandes categorias que se desdobram: a de *ethos* de identificação e a de *ethos* de credibilidade.

Na categoria de identificação, o locutor convoca à enunciação projeções de imagens que lhe conferem influência sobre o público, mas também dispõe de certo conteúdo pré-enunciativo sobre o público antes mesmo da encenação discursiva: o *ethos* prévio já pré-estabelecido pelas representações que o interlocutor tem do sujeito a partir do imaginário social (Charaudeau, 2018). Em contrapartida, a categoria de credibilidade é concebida no dizer. É pela encenação discursiva entre os sujeitos que a enunciação monta ou remonta a imagens capazes de influenciar. O sujeito, neste espaço, é responsável por ser, fazer-se ou desfazer-se credível pelo seu ato enunciativo – o que confirmará a legitimidade das representações pré-estabelecidas pelo seu interlocutor (*ethos* de identificação) ou criará um novo conjunto representacional em que ele (o locutor) se reconstituirá na enunciação por imagens outras (*ethos* de credibilidade).

Maingueneau (2022), tecendo considerações acerca da aparente simplicidade da qual se reveste a noção de *ethos*, repensa-a de modo a implementá-la nos estudos de Análise do Discurso:

Um dos maiores obstáculos com que deparamos quando queremos trabalhar com a noção de *ethos* é o fato dela ser muito intuitiva. A ideia de que, ao falar, um locutor ativa em seus destinatários uma certa representação de si mesmo, procurando controlá-la, é particularmente simples, é até trivial. Portanto, com frequência somos tentados a recorrer a essa noção de *ethos*, dado que ela constitui uma dimensão de todo ato de enunciação. (Maingueneau, 2022, p. 12).

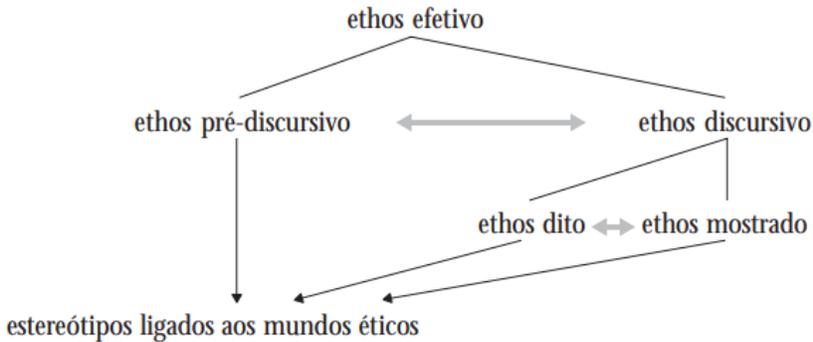
É justamente pela essência basilar desta noção que, grosso modo, concerne à imagem que o locutor constrói de si no discurso, que a Argumentação se empossa do *ethos* como objeto de estudo. Na troca comunicativa, o *ethos* se inscreve, então, em todo ato enunciativo, alimentando uma problemática de influência, na qual os interlocutores lançam mão de projeções para que determinada referência imagética ateste seu dizer: “o enunciador deve se conferir, e conferir ao seu destinatário, certo *status* para legitimar seu dizer: ele se outorga no discurso uma posição institucional e marca sua relação com um saber.” (Amossy, 2016, p. 16)<sup>6</sup>.

Maingueneau (2022, p. 18) atribui ao *ethos* um tom, um caráter e uma corporalidade. O tom recobre as manifestações do *ethos* no plano oral e escrito. Trata-se de traços sensíveis da vocalidade, na qual os tons se associam a um conjunto “de caracterização do corpo do enunciador (e bem entendido, não do corpo do locutor extradiscursivo), a um “fiador”, construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação”. O tom deflagra tanto a dimensão do caráter do orador, que corresponde aos atributos psicológicos, quanto a corporalidade, os traços físicos e vestimenta que influenciam no processo enunciativo. Nesse sentido, os traços são produtos de configurações de pré-enunciação e de enunciação em que tom, caráter e corporalidade são constituídos em *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo:

---

6 - Amossy parafraseando “Genèses du discours” (Maingueneau, 1984).

### Quadro 3: configuração dos *ethé*



Fonte: Maingueneau, 2022.

Em Maingueneau (2022), os *ethé* organizam-se sob dois eixos para a completude de sua efetivação em cena comunicativa. O *ethos*, então, constitui-se a partir de um conjunto de projeções imagéticas pré-enunciação – o que confere ao locutor certa vantagem no jogo de influência por sua legitimidade antes mesmo que seu dizer alcance crédito. Constitui-se também a partir da enunciação, cujas imagens em relevo no dizer comportam uma relação síncrona entre o que é dito e mostrado simultaneamente. Segundo esse esquema, a configuração do *ethos* efetivo está atravessada, ainda, pelos estereótipos ligados aos mundos éticos.

Não muito distante de Maingueneau (2022), Charaudeau (2018) inclina-se ao atravessamento dos *ethé* pelos imaginários sociodiscursivos. Os *ethé* corporificam os imaginários, e os estereótipos, por sua vez, segundo Charaudeau (2018), estão na base de alguns imaginários, nucleando sentidos de estereotipagem.

É importante ressaltar que, embora Charaudeau (2018) e Maingueneau (2022) partam dos estudos aristotélicos da retórica clássica (2005) para abordagens sobre o *ethos*, eles desprendem-se da relação que o *ethos* estabelece meramente com o discurso – com a sua emergência na enunciação. Desse modo, filiam-se também ao evento pré-enunciação – configurando o que é tratado a seguir a respeito da força do *ethos* prévio sobre o *ethos* discursivo no caso de abuso cometido pelo médium João de Deus, foco maior deste artigo.

Adiante, concentramo-nos, a partir do relato de uma vítima, na relação vítima-abusador, na qual o médium brasileiro João de Deus se insere, considerando seus crimes de abuso sexual.

### **Na voz de outrem, sou o que sou ou o que dizem que sou?**

A partir dos conceitos descritos anteriormente, recorre-se a três SD (sequência discursiva) para a oferta de um olhar – acerca da construção de sentido em relato de uma das vítimas de João de Deus – que demonstre os relevos das relações de força entre sujeitos historicamente pré-determinados segundo seus papéis de gênero.

A análise das sequências propostas, a seguir, parte de uma perspectiva atribuída – o *ethos* de outrem:

[...] acredito que poderíamos construir análises discursivas destinadas a elucidar os “ethé de outrem”, o que estenderia o *ethos* não apenas às imagens de si das instâncias de produção dos discursos abordados, **mas também às imagens de seres/coisas ou instituições tematizados por esses mesmos discursos**. O *ethos*, assim, não se resumiria, no plano teórico, ao conhecido jargão “imagens de si”, mas se estenderia também ao que poderíamos chamar de “imagens de outrem”. (Galinari, 2014, p. 65-66, grifo nosso).

Nessa perspectiva, resgata-se também o termo *ethos* atribuído (Charaudeau, 2018) que corporifica imaginários sociodiscursivos pela ótica do sujeito destinatário em relato posterior ao ato de linguagem com o sujeito locutor João de Deus. Adiante, verificam-se os mecanismos linguístico-discursivos que integram a semiose do relato da vítima de João de Deus, com vistas a evidenciar a relação de força que o *ethos* prévio de médium curandeiro de João de Deus exerce sobre seu *ethos* efetivo de abusador.

Mais uma vez, ratifica-se que este texto se limita à análise do *ethos* atribuído, ou seja, da discursividade emergente no relato pela perspectiva da vítima. Investigam-se, a seguir, pelo discurso citado (direto), os atos de linguagem da vítima pós-interação com o médium.

Depois que todas as outras foram atendidas, Ana entrou. Ele estava em pé e perguntou: “Por que você veio aqui, minha filha?” Dores no abdômen, ela disse. “Isso é porque seu corpo não pode ter menino. Você precisa tirar essa **coisa** de dentro de você. Essa **coisa**”, foi o diagnóstico.

## SD1

Na primeira SD, a vítima Ana relata a sua chegada à Casa (assim intitulado o santuário de João de Deus). No processo de *identificação*, o SN (sintagma nominal) “*seu corpo*” localiza o problema da vítima, e o SN “*minha filha*”, além de expor a legitimidade de João de Deus quanto à sua posição de médium curandeiro – aquele capaz de curar o que a medicina não alcança –, revela também traços do *ethos* prévio de chefe que “[...] requer propriedades que destacam essa relação de dependência, como uma imagem que é explicitamente oferecida ao cidadão. Ele se manifesta por meio de diversas figuras, de *guia*, de *soberano* e de *comandante* (Charaudeau, 2018, p. 154). Com essa idealização, alimentada por um *ethos* prévio, é que as vítimas chegavam a João de Deus.

Antes de mencionar os aspectos lidos das classes acionais do verbo dentro do sintagma verbal da SD2 que segue adiante, ressalta-se que, aqui, há certo afastamento da visão tradicional da GT (gramática tradicional) que percebe a identificação e qualificação como um componente nominal; e a ação e causação, como um verbal. Certamente, esses encaixamentos não dão conta de leituras outras que são possíveis. A Semântica Formal – que se interessa pela interface com

a sintaxe, examinando a composicionalidade e a construção de sentido no nível sentencial – observa que, além da questão argumental prevista no domínio verbal, também há a expressão de *eventualidades* pelas classes acionais dos verbos neste processo. Por essa ótica, abaixo, observam-se as sentenças na construção da *eventualidade* “abuso”.

Antes, vale esclarecer que o aspecto acional mencionado acima é dividido nas classes acionais de Vendler<sup>7</sup> (*Apud* Gomes; Mendes, 2018), separando as *eventualidades* em quatro tipos: os *estados*, as *atividades*, os *accomplishments* e os *achievements*, conforme a natureza da estrutura da cena descrita. Os estados são como retratos, fotogramas estáticos, em que não há mudança. Eles não trazem, portanto, um momento de princípio nem um de finalização para a *eventualidade* que descrevem: “*Eu gosto de jaca/ Eu moro em Santa Tereza*”. Os demais (*atividades*, *accomplishments* e *achievements*) são como cenas em curso, em que há pelo menos dois momentos diferentes, um antes e um depois. Tanto *atividades* quanto *accomplishments* são durativos: o momento do começo e do fim da *eventualidade* são distintos, e estão ordenados no tempo. *Achievements* começam e terminam instantaneamente. Em “*o avião decolou*”, a duração do evento começa e termina exatamente no momento em que a roda do avião deixa de tocar o chão para tocar o ar.

Uma das maneiras de distinguir *atividades* de *accomplishments* é pela homogeneidade/heterogeneidade. Se alguém dorme das 23h de terça até 5h de quarta, 23h-5h de sono é um intervalo em que a pessoa estava fazendo a mesma coisa. Já um *accomplishment* é uma sucessão de etapas distintas e ordenadas. Para fazer arroz, por exemplo, é preciso separar os ingredientes, colocá-los na panela, pôr no fogo etc. A ordem dos subeventos não é livre. Por exemplo, não se pode colocar no fogo antes de pôr água. Se o evento de preparação começou às 12h e acabou às 13h, o cozinheiro não fazia a mesma coisa a cada intervalo.

Na SD1, o sintagma verbal “*tirar essa coisa*” – além de narrativizar o ato de linguagem, descrevendo a *eventualidade* cuja sentença identifica o aspecto acional de tipo *achievement* – deflagra o seguinte processo instantâneo: retirada da coisa = cura (Vandler *Apud* Gomes; Mendes, 2018). Também se identificam, na SD1, em seus argumentos internos, o núcleo nominal “*coisa*”, bem como, na SD2 abaixo, o núcleo “*limpeza*”, ambos como diagnóstico e tratamento para vítima.

Faria então levantou e deu uma volta ao redor do corpo de Ana. Parou exatamente atrás dela e se aproximou. “Eu sentia a respiração dele, puxando e soltando o ar, na minha nuca.” Ele começou a passar a mão no seu ventre. “Eu achei que fosse um passe na região em que a doença estava.” Mas a mão dele desceu para a sua virilha. Deu a volta pela coxa e chegou até a nádega. “Ele apertava a minha bunda. Ele apertava com as duas mãos, uma de cada lado. As mãos dele eram grandes, pareciam maior do que de um homem normal.” Enquanto a violava, ele dizia: “É, você vai precisar de uma **limpeza**. De uma boa **limpeza**”.

7 - VENDLER, Zeno. “Verbs and Times”. *The Philosophical Review*, v. 66, n. 2, 1957.

## SD2

o que se esperaria da *eventualidade* “cura” como *atividade*, ou seja, uma ordem homogênea na sucessão dos fatos, é descrita pela não sucessão do esperado no ritual – o abuso. As sentenças que descrevem o ritual revelam a classe acional majoritariamente de tipo *accomplishment*, cenas distintas no aspecto esperado pelos verbos selecionados no ritual da atividade de cura: “*sentia a respiração*”, “*puxando e soltando o ar*”, “*desceu para a sua virilha*”.

Vale dizer que, no momento pré-ritual, o que começa como *achievement*, como uma proposta de cura instantânea somente com a retirada da “*coisa*”, reconfigura-se para *accomplishment* quando a intenção se subverte em abuso de modo a revelar que, durante os intervalos, o sujeito não realizava a mesma ação, mas outras diferentes que, em conjunto, narrativizavam o abuso. Essa mudança, em nível discursivo, também remonta ao jogo de imagens no ato de linguagem pré, durante e pós-ritual.

Embora os elementos linguístico-discursivos fornecessem pistas para questionamento da legitimidade de João de Deus, esta, porém, já está cristalizada no *ethos* prévio. A vítima, por vergonha ou medo, atravessada por fragilidades emocional, psicológica e até física, não identifica as pistas languageiras que colocam à prova a legitimidade do médium. Neste momento inicial, antes efetivamente do ritual de cura ocorrer, embora o ato de fala revele certo experimentalismo e diagnóstico precoce por parte do médium, o *ethos* prévio, no qual se ancora sua legitimidade, atribui-lhe confiança frente à vítima. Adiante, observa-se como os sintagmas verbais, no processo de semiotização que compreende a ação e *causação*, materializam um novo *ethos* (o *ethos* discursivo), desta vez, deflagrado durante o ritual de cura:

Faria então levantou e deu uma volta ao redor do corpo de Ana. Parou exatamente atrás dela e se aproximou. “Eu sentia a respiração dele, puxando e soltando o ar, na minha nuca.” Ele começou a passar a mão no seu ventre. “Eu achei que fosse um passe na região em que a doença estava.” Mas a mão dele desceu para a sua virilha. Deu a volta pela coxa e chegou até a nádega. “Ele apertava a minha bunda. Ele apertava com as duas mãos, uma de cada lado. As mãos dele eram grandes, pareciam maior do que de um homem normal.” Enquanto a violava, ele dizia: “É, você vai precisar de uma limpeza. De uma boa limpeza”.

## SD2

Nesse momento da SD2, com o ritual de cura em curso, o *ethos* prévio de médium curandeiro de João de Deus é sobreposto pelo *ethos* discursivo de abusador. Os sintagmas verbais “*sentia a respiração*”, “*puxando e soltando o ar*”, “*desceu para a sua virilha*”, “*deu a volta pela coxa*”, “*chegou até a nádega*”, “*apertava a minha bunda*”, além de conferir continuidade ao ato de linguagem, pela operação de ação, também remontam ao tom (Maingueneau, 2022) de uma identidade projetada pelo caráter de abusador de João de Deus: “*Ele apertava a minha bunda. Ele apertava com as duas mãos, uma de cada lado.*”.

A operação de *causação* fomenta a materialidade linguageira da operação de *ação* descrita durante o ritual e deflagra o *ethos* discursivo de abusador. É um tanto lógico pensar que a motivação (*causação*) para a *ação* marcada pelos sintagmas verbais está inscrita em um percurso social e histórico dos papéis de gênero. Embora o ato de fala configure um abuso durante o ritual, a relação de força que o *ethos* prévio exerce sobre o *ethos* discursivo impera durante o ritual de cura, levando a vítima a uma dupla forma de silêncio: o silenciamento durante o ritual e o silenciamento pós-ritual.

Em Orlandi (2007), silenciar não é calar, é significar:

[...] o silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito. [...] aponta-nos que o fora da linguagem não é o nada, mas ainda sentido. (Orlandi, 2007, p. 13).

Embora se trate do silêncio propriamente, o caso que este texto investiga debruça-se a evidenciar a discursividade do silenciamento emergente do relato da vítima, que se inscreve em uma violência de gênero. Esta, por sua vez

[...] teoricamente, engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens, uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de patriarcado, que, como o próprio nome indica, é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens. (Saffioti, 2015, p. 47).

O silenciamento demarca uma relação de poder instaurada por sujeitos historicamente pré-determinados, e ele se inscreve exatamente nesta relação de secundarização do feminino. A *causação* (Charaudeau, 2007) da encenação discursiva das SD, então, está inserida em uma problemática de dominação-exploração (Saffioti, 2015) de sujeitos segundo seus papéis de gênero pré-estabelecidos. O silêncio se configura no ritual de cura sob algumas formas:

(i) pela relação de força dos *ethé* antes, durante e depois do ritual de cura.

(ii) pela autocensura – a vítima omite para se autopreservar visto que o médium também ordenava homicídios<sup>8</sup>.

(iii) pelo medo apocalíptico (Charaudeau, 2022) – a vítima receava que a cura fosse desfeita, pois o médium a ameaçava caso os abusos fossem expostos.

---

8 - Seguem alguns links de notícias relacionadas a João de Deus sobre homicídios:

1 - <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/03/24/mulher-acusa-medium-joao-de-deus-de-tentar-mata-la-a-firos-diz-tv.htm>

2- <https://oglobo.globo.com/brasil/joao-de-deus-acusado-de-tentativa-de-assassinato-23547084>

3 - <https://www.metropoles.com/violencia-contr-a-mulher/joao-de-deus-nova-denuncia-inclui-homicidio-e-contrabando-de-uranio>

4 - <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/03/24/interna-brasil,745051/em-novas-denuncias-joao-de-deus-e-acusado-de-assassinato-e-trafico.shtml>

Além da vergonha e do medo de serem julgadas desfavoravelmente por uma sociedade que se acostumou a valorizar João de Deus em virtude do seu *ethos* médium/curandeiro, essas três formas de silenciamento, inscritas no discurso de encenação médium-paciente, revelam imaginários sobre o feminino com os quais a sociedade lida há bastante tempo. A historicidade constituinte dos papéis de gênero posiciona, ainda hoje, como no caso de João de Deus, a mulher como figura subalterna e objetificada. Acima de tudo, são postos sobre seus corpos valores e imposições como moeda de troca que discursiviza as formas de silenciamento acima, de modo a revelar que no caso de João de Deus: (i) a autoridade masculina é genuína no curso histórico, (ii) silenciar permitirá transitar, bem como (iii) permitirá a manutenção da cura alcançada. Todos esses imaginários constituem o silêncio, levando a vítima a uma i-lógica incontestável como evidenciam as sentenças da SD3 a seguir: “a gente faz cada coisa idiota na vida. [...] Eu acreditava que ia encontrar a cura lá”.

Ele então ficou frente a frente com ela. E colocou a mão em seu ombro, fazendo força para baixo. Ele queria que ela se ajoelhasse. Ela obedeceu. Ele abriu o zíper e tirou o pênis de dentro da calça. “Eu lembro de tudo. Eu lembro daquele pinto mole, nojento, cheio de pele. Eu lembro que a unha do dedão dele estava roxa, parecia que ia cair. E eu olhava para aquela unha enquanto ele colocou uma mão atrás da minha cabeça, e coma outra segurava o pau dele. O pau meio mole dele. E eu olhei para essa unha e foi o único lugar para onde eu olhei. Eu foquei nessa unha, como se fosse um jeito de... Sei lá, um jeito de fugir. Eu pensava em gritar, mas eu não consegui na hora, eu não tive força e...” Sua voz embargada pausa. E depois ela bufa uma vez só, como se fosse um pranto abortado logo no começo. “A gente faz cada coisa idiota na vida. Eu sei que vão pensar que eu sou uma idiota, mas na hora fazia sentido. Parecia que as coisas lá dentro não eram iguais às coisas lá fora. Eu acreditava que ia encontrar a cura lá”.

### SD3

Na SD3, ainda que fique evidente o valor descritivo do *ethos* de abusador a partir de alguns outros sintagmas verbais, bem como o “*segurava o pau mole dele*”, o momento pós-ritual traz consciência à vítima a respeito da influência sob a qual estava por meio do jogo de imagens no ato de linguagem: “*parecia que as coisas lá dentro não eram iguais às coisas lá fora*”.

A crença era alimentada pelo *ethos* prévio de João de Deus. A vítima chega à Casa com uma imagem pré-construída do médium até que, durante o abuso, esta mesma imagem a silenciava e, depois do abuso, o *ethos* efetivo de abusador a desanuviava: “*Eu acreditava que ia encontrar a cura lá*”. O ato de linguagem do ritual de cura instiga a formulação de uma hipótese de configuração dos *ethé* quanto à encenação médium-paciente:

#### Quadro 4: configuração dos *ethé* no ritual de cura<sup>9</sup>



Fonte: Elaboração do autor

As setas do esquema acima indicam a força que o *ethos* prévio e o *ethos* discursivo exercem um sobre o outro nas etapas do ritual. Nessa hipótese que vem se confirmando, segundo a análise linguístico-discursiva das SD, os *ethé* se configuram distintamente em três momentos conforme ilustrado acima.

(i) antes do ritual, o *ethos* prévio de médium curandeiro detém força na troca linguageira, o que não põe em conflito ou em dúvida a legitimidade do médium. (ii) durante o ritual, as setas que encobrem o *ethos* mostrado indicam seu silenciamento pela força exercida pelo *ethos* prévio do médium. Por fim, (iii) pós-ritual, as setas que partem do *ethos* efetivo de abusador e encobrem o *ethos* prévio demonstram o silenciamento em relação ao *ethos* prévio de João de Deus. Essa relação dos *ethé*, durante o ritual, apontam uma dinâmica em curso nos rituais de cura do médium.

### Considerações finais

Diante da investigação das SD (sequência discursiva) sobre o escopo dos pressupostos da Análise do Discurso de orientação Semiolinguística, pôde-se traçar caminhos pelos quais os próximos relatos, que compõem o *corpus* da tese de doutorado, poderão trilhar nos próximos passos da pesquisa.

O exame das sequências discursivas propiciou um comportamento que poderá ser padrão nos demais *corpora* que se analisam na tese de doutorado em andamento: pelo processo de semiotização do mundo (Charaudeau, 2019), o *ethos* prévio de João de Deus tende a ser deflagrado na composicionalidade dos sintagmas nominais no processo de identificação e na qualificação; enquanto o *ethos* efetivo de abusador, na dos sintagmas verbais, pelos processos de ação e causação. Considera-se que essa relação se concebe, pois o momento pré, durante e pós-ritual categoriza *ethé* que exercem mais ou menos força um sobre o outro.

Nessa mecânica organizacional dos *ethé*, também se pôde esclarecer imaginários sociodiscursivos engendrados nos silenciamentos presentes no ritual

9 - Quadro desenvolvido após diálogos inspirados por curso ministrado pela profa. dra. Patrícia Ferreira Neves Ribeiro (UFF), na Universidade Federal Fluminense (2023).

de cura. Os papéis de gênero se inscrevem na encenação discursiva pela força do dominador (Saffioti, 2015), pela possibilidade de trânsito e pela manutenção da cura alimentada pelo medo apocalíptico (Charaudeau, 2022) de retrocesso. São essas algumas das formas pelas quais o silêncio se discursiviza na troca linguageira.

Os mecanismos linguístico-discursivos investigados também orientam que as *eventualidades* dos verbos nas sentenças analisadas antes e durante o ritual podem ser conferidas aos demais relatos que integram a pesquisa. Percebeu-se, pela classe acional dos verbos das SD, que as sentenças de tipo *achievement* são previstas no momento pré-ritual – enquanto o *ethos* prévio não é posto em conflito com o *ethos* discursivo. No momento do ritual, o tipo *accomplishment* comparece, pois a ordenação lógica do que se espera como ato de cura é subvertido em abuso, levando o sujeito a realizar diferentes ações durante um evento que deveria ser homogêneo e, portanto, atividade, não *accomplishment*.

Os esforços agora se dirigem aos outros *corpora* que compõem a pesquisa de doutorado em andamento na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Espera-se investigar, pela encenação do ato de linguagem médium-paciente – que se reconfigura para abusador-vítima –, se os *ethé* em dis(curso) se configuram da mesma maneira das SD aqui analisadas, se são deflagrados nos mesmos eixos e categorias linguístico-discursivas no processo de semiotização do mundo (Charaudeau, 2007) e se discursivizam as mesmas formas de silêncio (Orlandi, 2007).

## Referências

AMOSSY, Ruth. O *ethos* na análise do discurso de Dominique Maingueneau. In: AMOSSY, Ruth. (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2016.

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2ª ed. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005 (Col. Biblioteca de Autores Clássicos).

CHARAUDEAU, Patrick. **A manipulação da verdade**: do triunfo da negação às sombras da pós-verdade. Tradução de Dóris de Arruda C. da Cunha; André Luís de Araújo. São Paulo: Contexto, 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In*: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. (Orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FELITTI, Chico. **A casa: a história da seita de João de Deus**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020.

GALINARI, M. M. Sobre ethos e AD: tour teórico, críticas, terminologias. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2014.

GOMES, A.P.Q.; MENDES, L.S. **Para conhecer semântica**. São Paulo: Contexto, 2018.

MAINGUENEAU, D. **Genèses du discours**. Liège: Mardaga, 1984.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. *In*: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2016.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. *In*: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2022.

MONNERAT, R. S. M. **As herdeiras de uma revolução**: imaginários sociodiscursivos e estereótipos. *In*: XVI Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2012. Rio de Janeiro. Almanaque CIFEFIL, 2012. v. 16. p. 303-316.

MOSCOVICI, Serge. O fenômeno das representações sociais. *In*: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2007.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

# O *ETHOS* NO PEDIDO DE DESCULPAS COMO ESTRATÉGIA DE CONVENCIMENTO

Shélida da Silva dos Santos (UFRJ)

## Considerações iniciais

Na sociedade do consumo, em que a espetacularização da vida é algo que não é percebido pela maioria das pessoas (Debord, 2007), o *ter* é mais importante que o *ser*. Aparentar ser o que não faz parte de sua essência como indivíduo, então, é algo normalizado, visto que é o passaporte para entrar de forma amistosa no meio social, sobretudo, nas redes sociais. Diante dessa realidade, mesmo que o pedido de desculpas público não necessariamente sinalize arrependimento por parte do ofensor, surge a pergunta: como uma pessoa famosa pode convencer os internautas da sua sinceridade no momento da retratação?

A fim de responder esse questionamento, o presente artigo pretende identificar estratégias linguístico-discursivas utilizadas em um pedido de desculpas do atleta brasileiro Neymar Jr. em sua conta do Instagram. Serão averiguados a situação de comunicação e os elementos sociais envolvidos na própria elaboração do texto, inclusive as escolhas lexicais que formam o constructo discursivo em que o pedido de desculpas está inserido.

O presente artigo, além da introdução, apresenta o eixo teórico que sustenta a análise do nosso objeto de pesquisa – Análise Semiociológica do Discurso. Serão considerados os conceitos de semiociologia do mundo (Charaudeau, 2007); o de imaginários sociodiscursivos (Charaudeau, 2022) para embasar as escolhas do sujeito para traduzir o mundo para o outro sujeito; e o conceito que rege toda a intenção comunicativa – o princípio de influência (Charaudeau, 2007). Também serão apresentados a organização linguística do discurso por meio do modo enunciativo (Charaudeau, 2019) e o conceito de *ethos* na visão grega antiga e na visão da Semiociologia (Aristóteles, 2005; Charaudeau, 2018), pois assim é possível compreender os artifícios de influência do locutor para como interlocutor. Em seguida, é justificado o enquadre do pedido de desculpas como um gênero do discurso a partir da visão bakhtiniana. Na penúltima parte, apresentamos a análise qualitativa do pedido de desculpas do Neymar. Para finalizar o texto, apresentamos as considerações finais e as referências.

## Eixos teóricos

### A tradução do mundo: o conceito de semiotização

O ser humano necessita estabelecer relações na sociedade e, para tal fim, utiliza a linguagem para traduzir o mundo, ou seja, semiotizá-lo e, só assim, entrar em contato com outro ser humano (Charaudeau, 2007). Dessa forma, a comunicação ocorre quando há o compartilhamento de uma visão a partir de signos comuns aos envolvidos na situação de comunicação, sempre com a intenção de sensibilizar, de alguma forma, o ouvinte.

Diante disso, cabe compreender o que é uma situação de comunicação e como é formada. De maneira geral, uma situação de comunicação é constituída por um contexto extralinguístico somado a um contexto intralinguístico, que implica na finalidade comunicativa, nos saberes compartilhados socialmente e na relação de poder, seja de legitimidade seja social, que cada interlocutor ocupa no momento da troca comunicativa. Essa troca não ocorre aleatoriamente, pois há coerções sociais compartilhadas que determinam como os agentes de fala podem se comportar, o conteúdo que pode ser expresso e a maneira como isso deve ser desenrolado. Em uma conferência acadêmica, por exemplo, as regras que ditam a situação de comunicação são distintas de uma conversa em família. Segundo Charaudeau & Maingueneau (2004), as condições postas pelo contrato de comunicação na situação comunicativa configuram o tipo de gênero discursivo:

Do ponto de vista do sujeito interpretante, é o que permite compreender, em parte, um ato de comunicação sem que se conheçam todos os detalhes: diante de um cartaz publicitário, compreende-se parte do que está em jogo mesmo antes que se saiba de qual publicidade se trata. Da mesma maneira, a teoria do contrato remete a uma teoria do gênero, pois pode-se dizer que o conjunto de coerções trazido pelo contrato é o que define um gênero do discurso. (p. 132)

Então, dentro de uma situação de comunicação, é necessário que o locutor transmita a sua mensagem a partir da sua filtragem das informações do mundo, ou seja, que ele efetue a semiotização. Esse processo ocorre por dois modos interdependentes:

a) Transformação: a partir de um “mundo a significar” o enunciador concebe um “mundo significado”. Neste momento, o ser comunicante interpreta a realidade, o mundo empírico e, por consequência, infunde o olhar com a sua subjetividade. O objeto final desse processo é o que Charaudeau chama de real.

b) Transação – o enunciador torna o “mundo significado”, o real, em um suporte de troca de informações com o seu destinatário, com o intuito de influenciá-lo. Neste processo acontece a comunicação entre os participantes, a enunciação de fato, ou seja, o discurso com todos os aparatos da língua (linguísticos) e de fora da língua (extralinguísticos).

Esses dois processos são ilustrados na imagem abaixo, representativa da semiótica do mundo:

Imagem 1: Processo de semiótica do mundo



Fonte: Charaudeau, 2007, p. 14

O processo de transformação, que corresponde à assimilação do mundo empírico pelo sujeito comunicante, é formado por quatro tipos de operações:

- Identificação: etapa em que o sujeito identifica, conceitua e nomeia os seres existentes no mundo, sejam do domínio do real, sejam do imaginário, o que permite discorrer sobre eles. A partir desse processo, esses objetos são reconhecidos como “identidades nominais”.
- Qualificação: momento em que os seres do mundo, após nominalizados, são separados em categorias. Para isso, são caracterizados, especificados e determinados, recebendo as propriedades que constituem os seres, diferenciando-os, aproximando-os. Nessa etapa, os objetos são transformados em “identidades descritivas”.
- Ação: fase em que os seres do mundo são relacionados aos enquadres de uma ação como agentes desencadeadores do ato ou como aqueles que recebem a ação. Nesse passo, esses elementos são formatados em “identidades narrativas”.
- Causação: estágio em que a sucessão de fatos, relacionados às ações sofridas e praticadas pelos elementos envolvidos, é identificada por causas que a acarretam e por consequências. Toda ação tem uma consequência, explicada pela relação de causa e efeito. Diante disso, a ação dos sujeitos é elucidada pelas “relações de causalidade”.

O processo de transação, por sua vez, é efetuado no circuito interno da situação comunicativa, no momento em que o sujeito de fala apresenta o seu “postulado de intencionalidade” ao sujeito destinatário. Esse processo é composto por quatro princípios: alteridade, pertinência, influência e regulação.

- Princípio de alteridade: determina a existência de, pelo menos, dois parceiros na situação de comunicação que se identificam como portadores de diferentes papéis na interação, ou seja, ocupam espaço assimétrico. Essa distinção de papéis permite a construção da identidade, uma vez que o “eu” (locutor) só tem consciência de si em contato com

o “tu” (interlocutor), que configura o não “eu”. Como foi apontado no Dicionário de Análise do Discurso:

Este princípio define o ato de linguagem como um ato de troca entre dois parceiros que são, no caso, o sujeito comunicante (eu) e o sujeito interpretante (tu). Eles se encontram em uma relação interacional não-simétrica, já que cada um deles desempenha um papel diferente: um, o da produção do sentido do ato de linguagem, o outro, o da interpretação do sentido desse ato. (Charaudeau & Maingueneau, 2004, p. 35)

O vínculo entre os dois seres se dá pela diferença – o outro é o que o eu não é e desempenha outro papel na situação de comunicação – e pela semelhança – o eu e o outro compartilham conhecimentos para estabelecerem uma relação e têm objetivos comuns no ato linguageiro. A conquista da legitimação do discurso do enunciador só é adquirida a partir do olhar do auditório.

- Princípio de pertinência: requer que os saberes expostos na situação comunicativa sejam compartilhados pelos atores no contexto linguageiro. Para atingir esse objetivo, é necessário compreender as regras do contrato que estão em jogo e fundamentar o conteúdo de forma coerente ao ambiente. Desse modo, o enunciador seleciona o que deve ser dito no contexto em que está inserido e que talvez atinja o público idealizado. Apesar disso, é importante frisar que não há garantia de que as ideias serão aceitas.
- Princípio de influência: implica a intenção de influenciar o outro no ato de linguagem. O sujeito não discursa gratuitamente, pois apresenta sempre a intenção de cativar seu alvo por meios que julga necessários, não necessariamente morais. O receptor, entretanto, tem conhecimento de que é visto como alguém que deve ser conquistado. Entra neste campo a problemática da influência, a qual é o principal objetivo da comunicação.
- Princípio de regulação: consiste na escolha das estratégias permitidas no ambiente sócio-linguageiro. Durante a interação, o enunciador manuseia os métodos de influência que julga efetivos no contexto e permite, ao mesmo tempo, que o interlocutor também o influencie. A troca de ideias, no entanto, exige uma postura que garanta a integridade física do outro, a fim de que não haja ruptura ou desentendimentos durante o ato de fala.

A semiotização do mundo é realizada a partir de conhecimentos subjetivos e compartilhados no meio social. Esse conteúdo virtual, chamado de imaginários sociodiscursivos, permite com que as pessoas compreendam a mensagem e formem grupos que compartilhem com um posicionamento específico. Veremos, agora, o conceito de imaginários.

## O conhecimento que compartilhamos: imaginários sociodiscursivos

Os imaginários sociais são crenças compartilhadas e aceitas por nichos de uma sociedade, inerente a qualquer estrato social. No plano da psicologia social, a investigação desses saberes que circulam entre os grupos foi definida como representações sociais. A necessidade de afirmar a existência e a individualidade ou traços semelhantes é encarado como fator desencadeador dessas representações:

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros...Eis por que as representações sociais são tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva.” (Jodelet, 2001, p. 17)

Com os estudos na área da psicologia sobre as representações sociais, Charaudeau (2018) propõe um diálogo entre as ciências sociais e a problemática da análise do discurso, com as diferentes visões ideológicas sobre a interpretação do mundo. O primeiro ponto de contato levantado é a necessidade de traduzir o mundo, torná-lo apreensível a partir dos valores culturais. O segundo ponto é a impossibilidade de conceber as representações sociais sem considerar uma teoria do sujeito, uma vez que a conceitualização do mundo é uma prática motivada pela troca com o outro, seja um sujeito individual, seja coletivo. O terceiro e último fator apontado pelo autor é a existência de nichos de julgamentos embasados por signos simbólicos ou saberes por parte de quem julga.

Esses saberes são construídos e representados pelo discurso, pois são “*maneiras de dizer* configuradas pela e dependentes da linguagem que ao mesmo tempo contribuem para construir sistemas de pensamento.” (Charaudeau, 2018, p. 197). Essa afirmativa reforça o olhar de Charaudeau (2022):

O saber se constrói por meio da linguagem, na e pela linguagem. Sabemos agora, na linhagem do estruturalismo saussuriano, completado pelo pragmatismo filosófico, que o pensamento não preexiste à linguagem, que ele não é apenas uma representação do mundo e que ele não depende apenas do sujeito que o expressa, ou seja, que ele não é o simples fato de um cogito, o que Denis Vernant chama de “ilusão do cartesianismo”. Ele propõe reescrever o “penso, logo existo” que nega a existência de outrem em “eu falo, eu sou aquele que fala”, pois “o ‘eu falo’ é sempre um ‘eu te falo’, mais precisamente, um ‘eu falo com, para e por ti’.” (p.23)

Esses saberes podem ser divididos em dois grupos: saberes de conhecimento e saberes de crença. Os saberes de conhecimento têm como objetivo analisar os fatos do mundo para estabelecer dogmas, como a matemática. Já os saberes de crença, em contraste com aqueles, dependem da enunciação pessoal, pois se trata de avaliar o mundo de forma subjetiva, como o que é bom para a sociedade e o que não o é.

Além dos saberes sociodiscursivos, o contexto intralinguístico da situação de comunicação requer o escopo linguístico organizado, que precisa ser orientado de acordo com a finalidade do ato comunicativo por meio dos modos de organização do discurso. Este conceito será explicitado na próxima seção.

## Como organizar linguisticamente o discurso?

O traço linguístico, para se manifestar no discurso, precisa ser formatado por meio dos modos de organização disponíveis para que a mensagem seja elaborada coerentemente e atinja a finalidade da situação de comunicação. De acordo com a Semiologia, os modos de organização do discurso “constituem os *princípios de organização* da matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: enunciar, descrever, contar, argumentar” (Charaudeau, 2019, p. 68).

Cada uma das categorias de modos de organização – descritivo, narrativo, argumentativo e enunciativo – apresenta suas especificidades que as caracterizam e as individualizam. O modo de organização descritivo é aquele responsável por identificar e qualificar os elementos presentes na mensagem de forma objetiva ou subjetiva. O modo narrativo fica incumbido de organizar a encenação a partir de uma sucessão de ações em um tempo e um lugar marcados. O modo argumentativo tem como princípio a exposição juntamente com a comprovação das afirmativas, das visões apresentadas de forma lógica.

O modo de organização enunciativo, por sua vez, é aquele que materializa a visão do sujeito falante na encenação, e, por isso, perpassa todos os outros modos, uma vez que a intencionalidade é um traço fundamental para qualquer ato comunicativo. O verbo *enunciar*, na perspectiva de Charaudeau (2019, p. 82), “se refere ao fenômeno que consiste em organizar as *categorias da língua*, ordenando-as de forma a que deem conta da posição que o sujeito falante ocupa em relação ao *interlocutor*, em relação ao *que ele diz* e em relação ao *que o outro diz*”. A partir disso, foram traçados três comportamentos (ou funções) do modo enunciativo:

a) *alocutivo*: que corresponde a uma relação de influência do locutor para com o auditório. O enunciador inicia um ato comunicativo e, com isso, impõe ao interlocutor uma reação.

Ademais, o enunciador ainda determina quais papéis linguageiros os atores deverão desempenhar na *mise-en-scène*. Esses papéis podem ilustrar uma relação de superioridade ou de inferioridade. A primeira situação confere ao falante uma situação de superioridade em relação ao público, configurando uma relação de força entre os participantes. São exemplos desse enquadre as modalidades de injunção e de interpelação. A segunda situação é marcada pela situação de inferioridade em que se coloca o falante em relação ao auditório, caracterizando uma solicitação para saber algo. São exemplos dessa configuração as modalidades de interrogação e de petição.

b) elocutivo: aquele que apresenta o ponto de vista do falante. O sujeito expõe o seu ponto de vista em relação ao mundo, o que Charaudeau chama de “propósito referencial”, a partir da modalização subjetiva, sem a implicação do interlocutor.

Esse comportamento pode ser concretizado por meio de algumas estratégias, como a expressão do seu conhecimento em relação a um propósito referencial, recorrendo à modalidade de constatação; e o modo que o sujeito julga o propósito enunciado, utilizando, para isso, a modalidade de opinião, por exemplo.

c) delocutivo: trata da reprodução do pensamento de outro sujeito. Neste enquadre, o sujeito retoma os propósitos e os textos de outro sujeito no ato de comunicação, dissociados, aparentemente, do ponto de vista do falante. Esse movimento pode ocorrer pela exposição do mundo como este se impõe, por meio da modalidade da opinião. Outra maneira de realização é através da apresentação da fala de si ou de outro locutor, por meio do discurso relatado. É importante frisar que, apesar do aparente apagamento do falante, há sempre marcas do ponto de vista do produtor do texto, o que reforça o pressuposto de que não há como conceber uma situação de comunicação sem um sujeito enunciativo, como proposto na teoria dos sujeitos sob a visão da Semiologia (Charaudeau, 2001).

### **A visão do *Ethos* no século XXI**

O conceito de *ethos* é discutido desde a Antiguidade Clássica e, no século XX, foi problematizada pela Análise do Discurso. Na visão de Aristóteles (2005), a imagem do orador é moldada no espaço do discurso. Dessa maneira, o locutor só se apresenta para o público durante o fazer discursivo, sem a possibilidade de julgamento prévio de sua imagem, ou seja, fora da situação discursiva. Essa visão foi ampliada por alguns estudiosos da língua (Maingueneau, 2008; Charaudeau, 2018), uma vez que considerou-se que a formatação da imagem do outro poderia acontecer fora do momento da enunciação, a partir dos conhecimentos prévios compartilhados socialmente.

*Ethos*, para Charaudeau, é o resultado da intersecção das inferências dos sujeitos pertencentes à determinada situação de comunicação. Depende da visão do sujeito locutor, que iniciará o diálogo respeitando as regras impostas pela situação de comunicação, e depende do ponto de vista do sujeito destinatário, já que a sua bagagem de conhecimentos auxiliará na leitura da representação do locutor. Sendo assim o *ethos*, portanto, constitui uma grande teia de elementos subjetivos e historicamente construídos de acordo com o meio social e o cultural.

O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: o olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe *a priori* do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem. (Charaudeau, 2018, p. 115)

Além da questão do imaginário que pré-constrói o conceito de quem fala, no momento da encenação comunicacional, o sujeito falante está ciente de que a sua postura intelectual diante do assunto que está sendo tratado e a sua postura física (gestual) reforçam o julgamento de legitimidade atribuído pelo público ouvinte. O sujeito falante necessita, portanto, fundamentar duas identidades: a social e a discursiva. No que tange à primeira, o direito à palavra é concedido por conta do papel social que lhe é disposto na situação de comunicação. Nesta circunstância, ao sujeito criam-se expectativas pré-estabelecidas socialmente para elaborar uma imagem psicológica. No que diz respeito à identidade discursiva, o sujeito escolherá as estratégias que desempenhará dentro das regras ditadas pela situação de comunicação. Isso implica, nessa conjuntura, que a imagem discursiva depende da vontade do enunciador.

Por outro lado, o falante tem como papel primordial elaborar o seu projeto de fala de acordo com os imaginários sociodiscursivos que maquiam o público esperado na encenação com as restrições que cabem no ambiente daquela situação. Desse modo, observa-se que não há passividade na relação entre o EU e o TU, uma vez que ambos tomam decisões, fazem avaliações sobre o texto. Assim, o Eu, apesar de sua intenção persuasiva, é ao mesmo tempo refém da influência do TU.

Não se pode dizer que existam marcas específicas do *ethos*. Tanto pelos diversos tipos de comportamento do sujeito (o tom da voz, os gestos e as maneiras de falar) quanto pelo conteúdo de suas propostas, ele mais transparece do que aparece. Não se pode separar o *ethos* das ideias, pois a maneira de apresentá-las tem o poder de construir imagens. (Charaudeau, 2018, p. 118)

Diferentemente do *pathos*, o *ethos* não é delimitado no texto com tanta precisão. Apesar das marcas linguísticas e extralinguísticas, os traços de caráter não aparecem nitidamente no discurso. O autor caracteriza o *ethos* como algo que se deixa atravessar por meio do seu comportamento e do conteúdo propagado na interação. Por este motivo, as ideias elaboradas no discurso auxiliam na construção de imagens pertencentes às representações sociais, o que enfatiza que as ideias são indissociáveis do *ethos*.

### **O pedido de desculpas é um gênero do discurso?**

Os estudos da linguagem têm a visão consolidada em relação dependência do conceito de gênero do discurso e às diversas interações sociais, já que os primeiros são constituídos pelos diferentes textos produzidos nas relações humanas. Segundo Bakhtin (2016), um gênero discursivo é determinado pelas expectativas comunicativas intrínsecas a cada esfera social – tais como a finalidade de situação comunicativa, intenções do locutor. Apesar de existirem múltiplas esferas comunicativas e, com isso, uma ampla demanda de especificidades de constructos linguísticos e discursivos para atenderem os desejos em jogo, há uma

recorrência que incide nessas produções. Dessa forma, os formatos dos gêneros se estabilizam e os temas também, por isso é possível agrupar os textos.

De acordo com Bakhtin (2016), os gêneros são formados por três elementos, os quais são conteúdo temático, estilo e construção composicional. O primeiro elemento compreende o domínio semântico do gênero, o que determina os recortes de assuntos possíveis para serem apresentados no texto. O segundo item, o estilo, apresenta as escolhas linguísticas do locutor e que são cabíveis na situação de comunicação. Assim, entra neste nicho a subjetividade do sujeito enunciador, uma vez que é responsável por fazer a filtragem das informações condensadas não âmbito dos imaginários sociodiscursivos e que o atravessam como um indivíduo social e único. Por fim, a construção composicional, terceiro e último traço composicional, configura a organização do gênero e determina os traços mais ou menos estáveis que formam o grupo de textos similares. Aqui são estabelecidas as regras os definem como semelhantes ou distintos.

Partindo das elucidações sobre o conceito exposto acima, o pedido de desculpas pode ser considerado um gênero do discurso. Primeiro porque é necessário haver uma motivação para desculpar-se, o sujeito reconhece que rompeu com um contrato social e, como consequência, acarretou algum desconforto com o outro. Então, o desejo de retratar-se é motivado pelo desejo de instaurar uma imagem positiva do ofensor. Esse enredo no cenário discursivo sofre a influência das escolhas do sujeito – o estilo. Por ser um texto mais maleável, possibilita uma interação verbal com uma dimensão formal ou informal, dependendo da especificidade da esfera discursiva em que circulará. Nas redes sociais, por exemplo, é notório que a escrita tende a ter um caráter informal, por conta da exigência da escrita rápida e da leitura dinâmica. Em relação à construção composicional que caracteriza o pedido de desculpas como um gênero, tem-se, expresso linguisticamente, a presença do verbo no presente e na primeira pessoa para indicar a tomada de consciência em relação ao desejo de desculpar-se, direta ou indiretamente. Diante do exposto, compreende-se que o pedido de desculpas configura-se como um gênero do discurso.

### **Análise qualitativa do pedido de desculpas**

Conforme explicitado na introdução deste capítulo, analisaremos qualitativamente um pedido de desculpas do jogador de futebol Neymar Jr., pessoa pública do cenário brasileiro conhecida internacionalmente. O viés metodológico utilizado será o da Análise Semiolinguística do Discurso. O *corpus* utilizado nesta investigação foi retirado da rede social Instagram, da conta do próprio atleta. A seguir, expomos o contexto motivador do pedido de desculpas gerado pelo jogador.

Neymar da Silva Santos Júnior, conhecido como Neymar Jr., é um atleta brasileiro conhecido internacionalmente pelo seu desempenho no futebol e pelas suas atitudes na vida privada, uma das quais é o foco neste trabalho. Em 2023, após surgirem boatos de que o jogador teria traído a até então namorada, Bruna

Biancardi – que na época estava grávida da segunda filha do jogador, Mavie –, nas mídias sociais (Pimenta, 2023; Arrudas, 2023; Queiroz, 2023), o jogador assumiu a traição em sua postagem de pedido de desculpas realizada em 20 de junho do mesmo ano, exposto no texto 1.

### Texto 1: Pedido de desculpas do jogador Neymar Jr.<sup>10</sup>



neymarjr • Bru

Faço isso por vocês dois ou duas e por sua família.

Justificar o injustificável. Não precisava. Mas eu preciso de você na NOSSA vida.

Vi o quanto você foi exposta, o quanto você sofreu com tudo isso e o quanto quer estar ao meu lado. E eu ao seu lado.

Errei.

Errei com vocês.

Arrisco dizer que erro todos os dias, dentro e fora dos campos. Só que os meus erros na vida pessoal resolvo em casa, na minha intimidade junto à minha família e meus amigos...

Tudo isso atingiu uma das pessoas mais especiais da minha vida. A mulher que sonhei seguir ao meu lado, mãe do meu filho(a). Atingiu a sua família, que hoje é a minha família. Atingiu a sua intimidade em um momento tão especial que é a maternidade.

Bru, já te pedi perdão pelos meus erros, pela exposição desnecessária, mas me sinto na obrigação de vir publicamente reafirmar isso. Se um assunto privado se tornou público, o pedido de perdão tem que ser público.

Não me imagino sem você.

Não sei se vamos dar certo, mas HOJE você é a certeza que eu quero tentar.

O nosso propósito prevalecerá, o nosso amor por nosso bebê vencerá, o nosso amor um pelo outro nos fortalecerá.

SEMPRE NÓS

Te amo ❤️

40 sem Ver tradução

**Fonte:** [https://www.instagram.com/p/CtwpGpfo\\_6p/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==](https://www.instagram.com/p/CtwpGpfo_6p/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==)

10 - Bru,

Faço isso por vocês dois ou duas e por sua família.

Justificar o injustificável. Não precisava. Mas eu preciso de você na NOSSA vida.

Vi o quanto você foi exposta, o quanto você sofreu com tudo isso e o quanto quer estar ao meu lado. E eu ao seu lado.

Errei.

Errei com vocês.

Arrisco dizer que erro todos os dias, dentro e fora dos campos. Só que os meus erros na vida pessoal resolvo em casa, na minha intimidade junto à minha família e meus amigos...

Tudo isso atingiu uma das pessoas mais especiais da minha vida. A mulher que sonhei seguir ao meu lado, mãe do meu filho(a). Atingiu a sua família, que hoje é a minha família. Atingiu a sua intimidade em um momento tão especial que é a maternidade.

Bru, já te pedi perdão pelos meus erros, pela exposição desnecessária, mas me sinto na obrigação de vir publicamente reafirmar isso. Se um assunto privado se tornou público, o pedido de perdão tem que ser público.

Não me imagino sem você.

Não sei se vamos dar certo, mas HOJE você é a certeza que eu quero tentar.

O nosso propósito prevalecerá, o nosso amor por nosso bebê vencerá, o nosso amor um pelo outro fortalecerá.

SEMPRE NÓS.

Te amo.

Para entender a motivação do jogador em elaborar o pedido de desculpas público, é preciso considerar a importância da imagem nas redes sociais para o engajamento midiático e manutenção dos patrocínios recebidos pelo atleta. A postagem de qualquer texto na rede social garante que seja acessado pelo maior número de pessoas e, conseqüentemente, atraia empresas com o interesse em divulgar seus produtos para o público que segue a página da celebridade em questão (Petrocchi, 2019; Como, 2024). Nessa cadeia gerada nas mídias sociais é colocada em prática o *princípio da influência* (Charaudeau, 2007), uma vez que as situações de comunicação são organizadas com vistas a colocar o desejo do sujeito enunciador em uma instância superior para interferir nas escolhas do público seguidor da página.

Posto isso, o pedido de desculpas do jogador Neymar em sua rede social é justificado pelo desejo de influenciar o seu público de seguidores e projetar uma imagem, ou melhor, um *ethos* de arrependimento. A quebra do contrato social em relação aos imaginários sociodiscursivos (Charaudeau, 2022) que seus patrocinadores e a maioria dos seus seguidores adotam como aceitável, distorce a imagem do jogador e, com isso, faz com que seu prestígio diminua o alcance. Para reatar a aceitação do público, é preciso se posicionar contra a infidelidade no namoro e a exposição sofrida por Bruna, o que reforça a dependência existente entre o EU (locutor) e o TU (interlocutor) para que haja a elaboração de uma figura arrependida e a maior probabilidade de aceitação da imagem projetada pelo locutor (Charaudeau, 2018).

Para organizar o texto, elaborado em primeira pessoa, foi selecionado o modo enunciativo (Charaudeau, 2019), materializando, assim, a visão do locutor na encenação. Os procedimentos linguísticos utilizados foram a modalidade elocutiva ao apresentar a opinião e o saber ou ignorância de suas atitudes; e a modalidade alocutiva pela categoria de petição/pedido.

O texto separado em três *ethé* apresentados pelo locutor que reforçam o *ethos* de arrependimento: de reconhecimento, de intimidade e de responsabilidade. Na imagem identificada como *ethos* de reconhecimento, o EU, papel social de Neymar como namorado e pai, ao assumir o erro, projeta uma imagem de um ser honesto, capaz de identificar as suas fragilidades e expô-las como prova de humildade (1a, 1b, 1c). Além disso, para reforçar a sua imagem positiva, enaltece as qualidades do TU, Bruna Biancardi (1d):

(1)

a. Justificar o injustificável. Não precisava. Mas eu preciso de você na NOSSA vida.

b. Errei.

Errei com vocês.

c. Brū, já te pedi perdão pelos meus erros, pela exposição desnecessária, mas me sinto na obrigação de vir publicamente reafirmar isso. Se um assunto privado se tornou público, o pedido de perdão tem que ser público.

d. Tudo isso atingiu uma das pessoas mais especiais da minha vida. A mulher que sonhei seguir ao meu lado, mãe do meu filho(a). Atingiu a sua família, que hoje é a minha família. Atingiu a sua intimidade em um momento tão especial que é a maternidade.

Nos exemplos em que o jogador, no papel de pai e namorado, assume o seu erro, elabora um texto apelativo. Na tentativa de reforçar a sua consideração pelo relacionamento, expressa explicitamente que falhou em (1b) e a sua afirmativa aparece espaçada no texto, o que a destaca. A sua falha não foi só com a Bruna, o “vocês” refere-se ao bebê e à família da namorada. Outro fator que reforça esse posicionamento é a presença do pronome possessivo “NOSSA” em caixa alta em (1a).

Em (1d), quando Neymar demonstra ter consciência de que foi irresponsável não só com a Bruna, mas com a família dela que ele considera como sua própria família. Por meio do processo de transformação (Charaudeau, 2007), o jogador qualifica a namorada como uma das pessoas mais especiais em sua vida; mulher que sonhou que estivesse ao seu lado e mãe de sua filha.

O segundo *ethos* expresso no texto que reforça a imagem de arrependimento é o *ethos* de intimidade. Nele, o EU utiliza expressões que demonstram proximidade com o TU e projeta uma imagem de afeto e carinho. Essa estratégia humaniza e sensibiliza não só o TU envolvido na situação comunicacional, mas todos as pessoas que terão acesso ao texto. Vejamos os exemplos em (2):

(2)

a. Bru,

b. Bru, já te pedi perdão pelos meus erros, pela exposição desnecessária

c. Não me imagino sem você.

Não sei se vamos dar certo, mas HOJE você é a certeza que eu quero tentar.

d. SEMPRE NÓS.

Te amo.

O traço de intimidade com o TU (interlocutor) é expresso logo na abertura do texto pelo vocativo “Bru” (2a, b), que demonstra uma aproximação existente entre os sujeitos envolvidos naquela situação comunicativa de forma carinhosa. Outros exemplos de *ethos* de intimidade aparecem no texto como forma de o locutor expressar o seu sentimento romântico para com o interlocutor, como em (2c,d).

Por fim, a imagem de responsabilidade é a terceira que constitui o *ethos* de arrependimento. O locutor expressa a sua consideração com os sentimentos das pessoas que constituem sua família e demonstra preocupação com o bem-estar de todos os que formam o seu núcleo de apoio, como exemplificado em (3).

(3)

a. Faço isso por vocês dois ou duas e por sua família.

b. Justificar o injustificável. Não precisava. Mas eu preciso de você na

NOSSA vida.

c. Vi o quanto você foi exposta, o quanto você sofreu com tudo isso e o quanto quer estar ao meu lado. E eu ao seu lado.

d. Atingiu a sua família, que hoje é a minha família. Atingiu a sua intimidade em um momento tão especial que é a maternidade.

e. O nosso propósito prevalecerá, o nosso amor por nosso bebê vencerá, o nosso amor um pelo outro fortalecerá.

Neymar expõe que o pedido de desculpas público foi elaborado em consideração à Bruna, à filha e à família dela (3a), não a ele propriamente falando, pois tem consciência da exposição sofrida pela namorada (3c) e, com isso, expressa que a prioridade é resguardar o sentimento de quem ele valoriza. Nomeia a sua atitude – traição – de “injustificável”, configurando a etapa de identificação no processo de semiotização do mundo (Charaudeau, 2007).

Outro ponto destacado no pedido de desculpas é a preocupação com a gravidez da Bruna, uma vez que a mulher tende a ficar mais sensível no período da gestação. Segundo o jogador, a maternidade é um período que deve ser respeitado, um “momento tão especial”. Para terminar, apresenta os seus planos futuros e o desejo de continuar a alimentar o futuro do casal (3e).

O fator tempo verbal também foi observado ao longo do texto como estratégia para o posicionamento do sujeito e, conseqüentemente, como uma expressão do *ethos*. As escolhas do tempo verbal no presente (faço, preciso, é, sei, arrisco, sinto, imagino) foram utilizadas para sentimentos latentes de valorização do TU, no caso, da Bruna, reforçando a postura de responsabilidade e de reconhecimento. Desse modo, enfatiza atitudes positivas. O tempo verbal no passado (precisava, vi, foi, errei...), por sua vez, reforça a conscientização do sujeito, Neymar, em relação às suas atitudes negativas. Nesta situação, há o reconhecimento do locutor das conseqüências acarretadas para o TU. Por último, o tempo verbal no futuro (prevalecerá, vencerá, fortalecerá) aponta expectativas positivas para o porvir, configurando, deste modo, uma postura esperançosa.

## Considerações finais

Neste trabalho, tentamos traçar uma investigação, com base na linha investigativa da Análise Semiolinguística do Discurso, sobre a expressão do *ethos* como uma forma de posicionamento do sujeito, e, conseqüentemente, de uma argumentação velada. Como o trabalho trata do texto de uma pessoa pública, é preciso considerar que o processo de refazimento da imagem do famoso perpassa pelos imaginários sociodiscursivos aceitos pelos fãs e pelas empresas que o patrocinam.

O *ethos* de arrependimento projetado no gênero pedido de desculpas analisado, cujo texto é do jogador Neymar Jr., apresenta um conjunto de *ethé* que reforça o posicionamento do sujeito/locutor. Foram encontrados três projeções –

ethos de reconhecimento, ethos de intimidade e ethos de responsabilidade – que sustentam não só a imagem de alguém que se arrepende, mas também de alguém que pretende manter o laço de fidelidade com os ofendidos - a namorada Bruna, a filha e família da namorada.

Ainda nas escolhas lexicais, os tempos verbais servem como estratégias no gênero em questão, porque podem reforçar a imagem projetada pelo locutor em relação à sua própria posição de arrependido e também podem funcionar como um meio de expressar a sua empatia como outro.

## Referências

ARISTÓTELES. Retórica. In: **Obras Completas de Aristóteles**. Coord. Antônio Pedro Mesquita. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005

ARRUDAS, Mariana. **Neymar já traiu Bruna Biancardi outra vez? Antes de infidelidade com blogueira, craque levantou rumores**. Caras. 19 jun. 2023. Disponível em: <https://caras.uol.com.br/atualidades/neymar-ja-traiu-bruna-biancardi-antes-de-confusao-com-blogueira-craque-ja-levantou-rumores.phtml> . Acesso em: 30 mai. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução e organização: Paulo Bezerra. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2016

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et al. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE / UFMG, 2001. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-teoria-os-sujeitos-da.html>. Acesso em: 11 de sete. de 2023

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 11-27. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em 18 jan. 2022.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. 2 ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **A manipulação da verdade: do triunfo da negação às sombras da pós-verdade**. São Paulo: Contexto, 2022.

COMO funciona o patrocínio publicitário? 1 fev. 2024. **Wonder.Legal**. Disponível em: <https://www.wonder.legal/br/guide/como-funciona-patrocínio-publicitário>. Acesso em: 09 jun. 2024.

DEBOURD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto. 2007.

DIAS, Leo. Urgente! Neymar é flagrado com mulheres em boate!. 18 jun. 2023. Instagram: **@fofocalizando**. Disponível em: Acesso em: 30 mai 2024.

JODELET, Denise (org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. Problemas do *ethos*. In: POSSENTI, Sírio; SILVA, Maria Cecília P.S.S. (orgs.). **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, parte II, p. 55 - 73.

PETROCCHI, Thiago. Entenda como funciona o Marketing de Patrocínio e saiba como gerar resultados com eventos. **Rockcontent**. 12 mar. 2019 Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/marketing-de-patrocínio/> Acesso em: 09 jun. 2024.

PIMENTA, Maria Luisa. Chocante! Prints comprometedores comprovam que Neymar traiu Bruna Biancardi, grávida, no Dia dos Namorados. **Purebreak**. 19 jun. 2023. Disponível em: <https://www.purebreak.com.br/noticias/chocante-prints-comprometedores-comprovam-que-neymar-traiu-bruna-biancardi-gravida-no-dia-dos-namorados/115924>. Acesso em: 30 mai. 2024.

QUEIROZ, Matheus. BOMBA: Neymar é acusado de trair Bruna Biancardi grávida na véspera do Dia dos Namorados. Detalhes da polêmica. **Purepeople**. 18 jun. 2023. Disponível em: [https://www.purepeople.com.br/noticia/neymar-e-acusado-de-trair-bruna-biancardi-gravida-detalhes-da-polemica\\_a379704/1](https://www.purepeople.com.br/noticia/neymar-e-acusado-de-trair-bruna-biancardi-gravida-detalhes-da-polemica_a379704/1). Acesso em: 30 mai. 2024.

# OS PROCESSOS DE QUALIFICAÇÃO NA ARGUMENTAÇÃO PROJETIVA EM CONTOS ILUSTRADOS: DA REPRESENTATIVIDADE NEGRA AO ANTIRRACISMO

André Marques da Silva (UFF)

## Considerações iniciais

Como principal leitura destinada a crianças e a adolescentes em idade de formação (dos 15 meses aos 13 anos de idade), a Literatura Infantil/juvenil pode atuar como um dos principais meios de (re)produção e manutenção de estereótipos raciais que circulam nos imaginários sociodiscursivos da população adulta do nosso país. Por essa razão, é importante olhar para a Literatura Infantil/juvenil com os óculos da decolonialidade, uma vez que suas bases estético-ideológicas, como todas as manifestações artístico-literárias em países colonizados, funcionam como espaços de inculcação de imaginários sociais do colonizador europeu, legitimando modos de ver/representar e pensar o mundo, a partir da ótica de grupos hegemônicos.

Fanon (2008: 33), que atribui uma importância fundamental ao fenômeno da linguagem, entende que “falar é absolutamente existir para o outro”. Nesse sentido, em um cenário de colonização, as relações intersubjetivas, em um contrato de comunicação, colocam em cena não apenas os sujeitos da linguagem e suas identidades sociais/raciais, mas a forma como existimos para os outros. Nesse ponto, devemos considerar a maneira como são representadas as identidades raciais, atravessadas por imaginários sociodiscursivos.

Fundamentados na Teoria Semiociuística de Análise do Discurso, buscamos desenvolver uma análise semiociuística sobre os processos de qualificação na argumentação projetiva em contos ilustrados destinados, prioritariamente, ao público infante/juvenil. Na esteira de Street (2014), entendemos que, por ser um bem cultural em que, historicamente, se representa o grupo racial hegemônico, analisar a representatividade negra na literatura infantil é uma forma de investigar

de que maneira o quadro de (in)visibilidade e (sub)representação tem sido (des)construído pelas instâncias de produção literária. A análise fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Semiolinguística, tendo como base os processos de identificação e qualificação, o contrato de comunicação, os imaginários sociodiscursivos, os modos de organização do discurso e a dimensão argumentativa do narrar.

Assim como Feres (2023), entendemos que contos ilustrados, em um cenário comprometido com o discurso amoroso, a partir de sua dimensão formativa, pode conscientizar/humanizar o público leitor, fazendo-o lidar com suas emoções/afetos e crenças/imaginários, mobilizando empatia, valorização e respeito às diferenças. Para analisar a semiose verbo-visual dos contos ilustrados e sua dimensão argumentativa, além da Semiolinguística, fundamentada em Charaudeau (2005; 2008) e Feres (2019; 2023), recorreremos a um aporte interdisciplinar com teóricos como Amossy (2020), Colomer (2017) e Fanon (2008), tendo como *corpus*, o conto ilustrado *Uma princesa nada boba* (Antonio, 2011).

A opção por um *corpus* constituído por um conto ilustrado se justifica por duas razões: a primeira é porque os contos ilustrados circulam em espaços sociais (escolas, bibliotecas e salas de leitura) de formação de leitores em sua fase inicial de socialização, período em que é fecunda a inculcação de saberes/imaginários, valores e crenças, podendo educar o leitor-mirim para o respeito às diferenças, para uma cidadania plena. A segunda é porque o conto ilustrado, como bem cultural, não constitui, exclusivamente, uma narrativa de caráter formativo, pois além de desenvolver a linguagem por meio de formas narrativas, pode levar leitor à fruição literária, ampliando assim sua visão/conhecimento de mundo, refinando o gosto pela leitura e ampliando seu repertório cultural. O *corpus* de análise foi selecionado em razão de um eixo temático: a representatividade negra e valorização da menina/mulher negra.

## A Teoria Semiolinguística

O quadro teórico em que se insere esta pesquisa é a Semiolinguística de Análise do Discurso, que surge na França na década de 1980, com as pesquisas de Patrick Charaudeau, da Universidade de Paris XIII. Na perspectiva teórico-metodológica de análise semiolinguística do discurso (AD), Charaudeau (2005, p. 11), entende que todo ato de linguagem constitui um duplo processo de semiotização do mundo - *transformação* e *transação* – engendrado pela enunciação de um sujeito-locutor (EUc) que, mediado por um contrato de comunicação/gênero do discurso, estabelece uma troca/interação languageira com um sujeito-interlocutor (TUi), responsável pela recepção/interpretação do texto.

O *processo de transformação* constitui a textualização da realidade/mundo físico a significar, usando uma língua ou outro elemento semiológico, operando com processos de i) identificação: que consiste em nomear/designar seres (identidades nominais) reais ou fictícios; ii) qualificação, que consiste em atribuir qualidades/

características aos seres nomeados (identidades descritivas); iii) localização, que consiste em designar espaço/lugar; iv) ação, que consiste em descrever processos e sequência de ações – concretas ou abstratas – entre enunciados dentro de um ato de linguagem/texto (identidades narrativas); e v) causalção, que consiste em estabelecer as relações semântico-discursivas de causalidade entre enunciados de maneira lógica ou por implicação.

O *processo de transação*, por sua vez, articulando os princípios de alteridade, pertinência, influência e regulação, promove a interação dos sujeitos do discurso numa troca linguageira intercomunicativa. Numa perspectiva interacional, o ato de linguagem coloca em cena, pelo menos, quatro sujeitos da linguagem: dois de natureza real (EUc/TUi) no quadro externo de comunicação; dois de natureza discursiva (EUe/TUd), no quadro interno da encenação. O EUc é a identidade real/social de um indivíduo (locutor), responsável pela produção do ato de linguagem; o TUi é a identidade real/social, indivíduo (interlocutor), responsável por interpretar o ato de linguagem. Esse quadro comunicacional produz um jogo de imagens entre os sujeitos. O EUc, ao produzir seu ato de linguagem, cria no enunciado imagens de si, *ethos* discursivo do EUe (eu-enunciador) e projeta uma imagem de seu interlocutor-alvo, TUd idealizado (tu-destinatário). O TUi-interpretante, por sua vez, também projeta no enunciador (EUe) uma carga de imagens possíveis (*ethos* prévio) a partir dos enunciados produzidos num *continuum* espaço-temporal. A Teoria Semiolinguística, na esteira do que postula Charaudeau (2001, 2008), constitui uma teoria dos sujeitos da linguagem, pois os sujeitos são responsáveis tanto pela produção, quanto pela interpretação dos atos linguageiros.

### Os Processos de Identificação-qualificação

Partimos do princípio de que os procedimentos de *identificação-qualificação* do ato de linguagem – mais do que *localizar, nomear e atribuir qualidades* – engendram processos de referência e argumentação projetiva na macroestrutura do conto ilustrado. O hipertexto verbo-visual, em contos ilustrados, pode mobilizar recursos linguístico-semiótico-discursivos que, numa espécie de *rede*, além da coerência global, veiculam saberes, imaginários e teses implícitas.

A operação de identificação é um procedimento linguístico – não arbitrário – que constitui o *componente nomear*, fazendo, pois, com que algo ou um ser, real ou imaginário, exista por meio de uma categoria nominal – nome próprio ou genérico. O locutor, servindo-se do acervo lexical de sua língua materna, pode nomear seres e coisas, selecionando desse acervo o item lexical que melhor se adapte à situação de comunicação e aos efeitos visados. Considerando apenas o signo verbal, o sujeito pode fazer as escolhas dos itens lexicais e organizá-los como constituintes dos sintagmas nominais em uma encenação descritiva. Se considerarmos a semiose visual, o processo de identificação consiste em apresentar, por imagens/ilustrações, com traços e contornos, os seres (identidades) reais ou fictícios, os lugares e os objetos, desenvolvidos por uma instância de produção (ilustrador, chargista, pintor, grafiteiro etc.).

O processo de qualificação, intimamente relacionado à nomeação é, para Charaudeau (2008), um procedimento linguageiro que consiste em atribuir características, propriedades e qualidades aos seres nomeados por categorias de palavras. O *sujeito descritor*, ao empreender o processo de qualificação, orienta-se por certa visão de mundo, saberes, valores e imaginários sociais, podendo, pois, projetar uma encenação descritiva mais objetiva – mobilizando imaginário de verdade, com consenso entre grupos sociais – ou de maneira mais subjetiva – recorrendo a uma visão/posição mais individual/particular, com saberes de crença, de opinião e juízos de valor que imprimem ao texto um nível maior de subjetividade.

O procedimento de qualificação, na constituição das relações entre termo *qualificante* e termo *qualificado*, é uma operação linguístico-discursiva com propriedades para construir objetos de discurso com dimensão argumentativa e/ou patêmica no processo de transformação do ato de linguagem. O processo de qualificação, que consiste em atribuir propriedades a um *ser* ou a uma *fazer*, além de seu potencial discursivo para evocar imaginários, pode construir uma rede de referentes mais ampla, compostas por sintagmas qualificantes. Nesse sentido, por ser a *qualificação* um procedimento ligado ao modo descritivo de organização do discurso – como o sujeito percebe e constrói a realidade – é possível ao sujeito locutor (EUc) empreender uma qualificação com projeção argumentativa.

Na *Gramática do sentido e da expressão (Grammaire du sens et de l'expression)*, Charaudeau (1992) concebe o processo de qualificação como um procedimento/operação linguística de ordem nocional que corresponde a uma função de expressão. Além da categoria dos *adjetivos* (esfera dos nomes), outras categorias de palavras podem engendrar procedimentos de qualificação, como os *advérbios* (na esfera dos verbos), os *verbos* (na esfera dos fazeres), com amplitudes para predicativos, complementos nominais, locuções adverbiais e orações adjetivas (adjuntas/disjuntas). Somam-se a isso os aspectos de objetividade e subjetividade, que podem ser obtidos pelo processo de qualificação, a relação direta ou indireta entre o termo qualificante e termo qualificado, a comparação, a metáfora e a pontuação. Considerando o processo semântico que corresponde à intencionalidade do sujeito falante, a depender dos meios linguísticos utilizados para expressá-lo, pode-se desencadear uma descrição patêmica/argumentativa à medida que o sujeito descritor vise a afetar emocionalmente seu interlocutor-leitor, orientando e/ou influenciando o sujeito a aderir a sua visão de mundo.

### **Uma princesa nada boba (2011)**

O conto ilustrado *Uma princesa nada boba*, obra escrita por Luiz Antonio e ilustrada por Biel Carpenter (2011), insere-se no quadro de obras de uma Literatura Infantil/juvenil de *representatividade negra*. A edição, com publicação após a lei 10.639/2003, apresenta elementos de uma vertente literária intitulada

*Literatura infantil afrocentrada*<sup>11</sup>, que coloca a criança negra como protagonista de histórias/obras destinadas ao público infantil/juvenil. Mais do que representar, o personagem negro é sujeito-protagonista de histórias em encenações e espaços que antes eram ocupados, exclusiva ou principalmente, por personagens brancos. A busca por representatividade negra na Literatura Infantil é um ato de resistência, um posicionamento artístico-literário, político-ideológico que se engaja numa proposta de produção literária antirracista, anti-hegemônica e decolonial. Analisemos, a seguir, o conto, que se enquadra no modelo de literatura afrocentrada, de representatividade.

**Figura 1**



*Fonte: Antonio (2011)*

A capa de um livro ilustrado estabelece o primeiro contato do leitor com a obra literária. Segundo Linden (2011), é o espaço das preocupações com as estratégias de *marketing* e o lugar determinante para se estabelecer o pacto de leitura. Para Nikolajeva e Scott (2011), a capa, como elemento paratextual do livro ilustrado, contribui para a construção de sentido, capaz de sugerir e/ou evocar pistas sobre o propósito comunicativo da obra.

A instância de produção compósita, ilustrador e escritor, constroem a capa do livro por meio da imagem/ilustração de uma menina e de um sintagma nominal. Numa articulação entre elementos multissemióticos e multimodais, a capa

11 - De acordo com Rosa (2023), a literatura afrocentrada promove a representatividade afetiva e efetiva de personagens negros, em ambientes de valorização de sua identidade racial.

engendra um *fazer saber*, um *fazer sentir* e um *fazer crer*, permitindo apreender a temática, a ilustração e o gênero discursivo, apresentando pistas ao leitor sobre sua forma e conteúdo. Na parcela verbal, a representação gráfica com letras amarelas dá nome à obra literária – **Uma princesa nada boba**. Na semiose visual, a ilustração, imagem em plano inteiro, apresenta uma menina que veste saia colorida, meias, blusa amarela de manga comprida e, em uma das mãos, um guarda-sol. Nada se revela dos traços identitários da menina.

Nos processos de identificação/qualificação, o título “Uma princesa” é a expressão nominal que insere o objeto de discurso no conto, termo que é reiterado ao longo da narrativa verbo-visual por outros processos de referência. O sintagma “nada boba” funciona como termo qualificante que atribui à princesa características/propriedades de ordem avaliativa. O título cria expectativas na instância de recepção e, em razão disso, o conto precisa mostrar (e provar) ao leitor as qualidades que tornam a menina *uma princesa “nada boba”*. É dotada de saber? É inteligente e perspicaz? É forte e independente? O referente visual (representação imagética da menina) e o referente verbal (uma princesa nada boba) orientam o leitor a fazer certas inferências, apostas, criar hipóteses, uma vez que no cotexto verbo-visual imagem e palavra estabelecem relações de complementaridade/contiguidade para a construção do sentido global da história.

O conto, como bem cultural, articula uma dimensão social (formativa) e literária (estética/fruição) para divertir e instruir, ética e moralmente o leitor em desenvolvimento. Com um *ethos* discursivo de obra literária comprometida com a temática racial e atenta à questão de gênero (valorização da menina mulher-negra), o conto influencia seu público leitor (TUi) não só a conhecer uma história, mas a valorizar os imaginários e saberes sobre a cultura e a identidade negra. A instância de produção, assim, orienta as expectativas de leitura (interpretação e compreensão) a partir de efeitos de sentido visado: *valorização da identidade negra, proposição de imaginários raciais positivos em torno da negritude, argumentação projetiva e teses antirracistas*.

A intersemiose do conto – imagem e palavra – articula na superfície das páginas duplas a parcela verbal, com uma narração/elocução de um narrador-personagem (narrador-homodiegético) que assume o ato de narrar/contar sua história, e a parcela visual, com ilustrações/representações delocutivas da menina-princesa e do espaço/ambiente onde se passa a história.

Segundo Charaudeau (2008), uma narrativa se constrói a partir de um processo de *abertura* (situação inicial), de *buscas* (conflitos) e de um *fechamento* (desfecho), seguindo uma configuração enunciativa que pode constituir um dispositivo comunicativo em primeira pessoa (elocução), projetando a figura de um narrador-personagem (homodiegético), ou em terceira pessoa (delocução), configurando um narrador-observador (heterodiegético) implícito. Numa cenografia enunciativa, a *princesa nada boba*, na maior parte da história, atua como sujeito-narrador (EUE), numa enunciação elocutiva, contanto a história a partir de suas

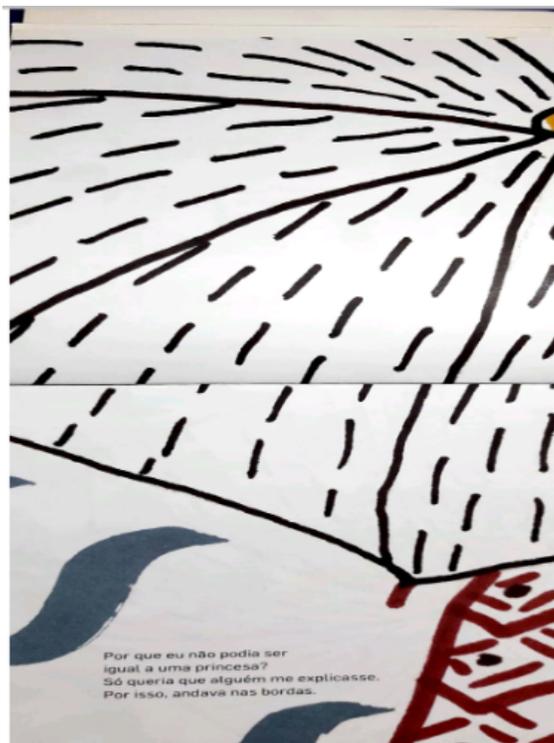
vivências/experiências emocionais de menina negra que, em razão do racismo estrutural, tem que lidar, muito precocemente, com situações de conflito interior como a aceitação/rejeição de sua identidade racial, o desejar/querer ser um tipo de princesa e a interdição/proibição por não se enquadrar no modelo “padrão” eurocêntrico.

Numa situação de *abertura*, articulando texto verbal e ilustrações, em páginas duplas verticais, a menina se indagava: “*Por que eu não podia ser igual a uma princesa?*”. Da **abertura** (questionamentos), passando pelas **buscas** (desejo de tornar-se princesa), em que se reiteram as perguntas feitas a si mesma, aos pais e à avó, chegando ao **fechamento**, quando se reconhece, enfim, como uma princesa nada boba, a menina faz uma travessia de autoconhecimento, de desconstrução de imaginários raciais eurocêtricos e de (re)conexão com sua ancestralidade. Nesse ponto, a história mostra como a personagem passa por um empoderamento que consiste em assumir a sua identidade negra (identidade real), o que se revela pela sequência de ilustrações que, a partir daí, mostra seus cabelos crespos, o rosto e seus traços de negritude (nariz, boca/lábios) e seu corpo negro (pernas e braços).

O conto é uma obra que questiona padrões estéticos hegemônicos, representações sociais e teses racistas por meio de uma argumentação projetiva/implícita. A narração desenvolvida em primeira pessoa revela como o racismo impacta negativamente a infância/vida de crianças negras que vivem em espaço hegemonicamente branco e seu impacto no ambiente familiar. As sequências de ações, que organizam e movimentam a lógica narrativa, denunciam uma estrutura racista em que a protagonista, uma menina negra, é um *actante-vítima* de um imaginário racista. O *actante-agressor*, nesse sentido, não é um personagem vilão/antagonista, mas um imaginário racial que se institucionaliza nas práticas sociais (vida escolar) e nas relações intersubjetivas, que têm efeitos na mente/cognição das personagens negra, refletindo na sua forma de ver, pensar e sentir o mundo. Esse imaginário racial, caudatário da colonialidade, é que instaura a lógica narrativa e orienta a *abertura* da história, as *buscas* (ações/fazeres) da personagem e seu *fechamento*.

A semiose verbo-visual (fig. 2) revela o mundo interior, as inquietações e os questionamentos que impactam física e emocionalmente a personagem negra, o que pode fazer o leitor – crítico ou mediador – inferir sobre as implicações sociais e as consequências psíquico-afetivas do racismo na vida de crianças negras. As memórias afetivas da menina (desejo, interdição e frustrações) são marcadas por experiências negativas na infância por ela não poder ser uma princesa. A instância de produção semiotiza na materialidade verbo-visual os efeitos do racismo, representando uma criança que se esconde “nas bordas” e não consegue lidar com o sentimento de rejeição/não aceitação de sua identidade racial na escola. Analise a seguir:

Figura 2



Fonte: Antonio (2011, s/p.)

**Parcela verbal:**

Por que eu não podia ser / igual a uma princesa?

Só queria que alguém me explicasse./ Por isso andava nas bordas.

Fonte: Antonio (2011, s/p.)

A sequência narrativa, nas oito primeiras páginas duplas, apresenta pouca variação na composição da parcela visual. O que muda, de fato, é o enquadramento da imagem. A cada passagem de página, movimento que configura uma passagem de tempo, o enquadramento da imagem se abre, permitindo captar na página, em um Plano Inteiro (PI), a imagem ampla da menina (da cabeça aos pés), numa reprodução quase estática/imóvel da personagem na borda do mar/praias. Essa estagnação da imagem, quase sempre no mesmo ponto-espço da página, pode sugerir a imobilidade causada pelo racismo.

A parcela visual (fig. 2) representa, em Plano Americano<sup>12</sup> (PA), uma figura parcial que só é possível relacionar à menina e/ou à *princesa nada boba* em razão do (re)conhecimento prévio de leitura da parcela verbal inscrita no título da capa. A

<sup>12</sup> - O Plano Americano (PA) enquadra um personagem da cabeça à altura do joelho, dando visibilidade à linha de cintura.

figura da menina, ocultada pela moldura/borda que delimita o campo visual, é uma estratégia de diagramação que cria um efeito de sentido na relação entre *campo* e *extracampo*, isto é, um efeito entre o que é revelado (campo) na imagem e o que fica de fora (extracampo). Na relação entre imagem e palavra, como se depreende na parcela verbo-visual, o enquadramento cria um efeito de sentido que é capaz de sugerir o estado de alma da menina que, ao ficar “nas bordas”, com guarda-sol e longas roupas, busca se esconder do mundo real porque não se enquadra, pelo imaginário branco ocidental, no ideal de princesa.

A indagação da menina, mais do que um *querer ser* princesa, revela uma interdição a que se submetem as crianças negras em uma sociedade estruturalmente racista. O arquétipo de princesa concebido pelo ocidente fundamenta-se em imaginários raciais que impõe o fenótipo eurocêntrico (branco, cabelos louros, olhos claros, nariz fino) como um padrão estético de princesa, preterindo estéticas/belezas de outros grupos étnico-raciais, que não se encaixariam no arquétipo de “beleza” europeia – construído e legitimado historicamente – pela colonialidade.

É preciso considerar que o referente “princesa”, consubstanciado ao letramento colonial, é um termo que evoca/carrega valores do homem branco ocidental. Desse modo, não pertencer a um grupo/identidade racial de “prestígio” pode levar o indivíduo a querer pertencer, como afirma Charaudeau (2015), não a sua identidade real, mas a uma identidade ideal (idealizada, imaginada), da qual não faz parte.

A narradora-personagem mostra sua dificuldade em se encaixar no modelo estético-padrão imposto por uma sociedade racialmente estruturada. A menina, que se chama Dandara, nome que revela sua origem/ancestralidade negra, passou a se identificar como Stephanie, fazendo questão de destacar o “P” e o “H” na grafia de seu nome. Essa atitude, somada ao ato de esconder seu corpo/pele com roupas e com o guarda-sol, revela uma negação de sua descendência africana e uma fuga de seu pertencimento racial em detrimento de uma identidade mais “americanizada”, ligada aos imaginários de branquitude.

Na obra *Torna-se negro*, a intelectual Neusa Santos Souza (2021) analisa histórias (depoimentos) de pessoas negras que, por ascenderem social e economicamente numa sociedade racialmente hierarquizada, são impactadas pelos efeitos psicológicos do racismo. A obra analisa as experiências de ser negro/negra em uma sociedade racista. A partir da leitura de Souza (2021), é possível refletir sobre os conflitos internos da menina Odara em sua vida escolar. O negro que ascende socialmente passa a conviver em espaços ocupados hegemonicamente por brancos, o que lhe impõe certas limitações, vedações e violências raciais. A vida escolar da menina negra é atravessada por uma tensão racial que indica uma latente hostilidade ou rejeição a sua identidade racial, o que faz a menina negra rejeitar sua ancestralidade/identidade racial, escondendo seu nome verdadeiro e sua pele negra com roupas compridas.

O imaginário de princesa materializado no discurso está associado, nesse sentido, a um tipo de beleza (branca), o que leva a personagem a uma espécie de busca/adequação aos imaginários de suas colegas brancas, como se observa no trecho seguinte.

**Parcela visual:** No campo visual, mostram-se apenas o guarda-sol e as pernas da menina, que está sentada à beira de uma praia. As pernas estão encobertas por uma meia longa.

**Parcela verbal:**

As aulas acabando. Rezei. Quero voltar para a escola com cabelo de princesa, rosto de princesa, roupa de princesa.

**Fonte:** Antonio (2011, s/p.)

A fala da personagem apresenta uma sequência de três locuções adverbiais de modo, modificando o sintagma oracional [quero voltar para a escola *com cabelo de princesa, (com) rosto de princesa, (com) roupa de princesa*]. O desejo de ter a aparência de um determinado tipo princesa é reiterado nessa parcela verbal. No conto, infere-se que o ambiente escolar, espaço de interação, de saberes e inculcação de imaginários, é um espaço onde as tensões raciais se acirram e se desdobram para uma questão de ordem estética, fazendo a menina negra se sentir triste e frustrada por não pertencer à identidade racial branca e, por isso, não poder ser uma princesa. Segundo Cavalleiro (2020), a escola é um dos primeiros espaços onde a criança negra é apresentada ao racismo e à discriminação racial. Esse comportamento denuncia como o racismo na infância pode desencadear sentimentos de autorrejeição, auto-ódio, depressão etc. Agora, analisemos o trecho abaixo:

**Parcela visual:** Enquadramento - Plano Inteiro (PI), mostrando uma menina de pé, segurando um guarda-sol, agora enquadrada sem recorte, ampliando o em torno a sua volta.

**Parcela verbal:**

Mas sempre chovia na minha cabeça.

E ela transbordava:

Por que eu não podia ser igual a uma princesa?

Cachinhos dourados.

Longos fios escorridos.

Narizinho pontudo.

**Fonte:** Antonio (2011, s/p.)

O enunciado que se constrói por meio de sintagmas nominais erige uma qualificação positiva do arquétipo/modelo de princesa europeia. Em países colonizados como o Brasil, desenvolveu-se o imaginário de que a estética aceitável/desejável é o fenótipo branco europeu, como se despreende da qualificação

estética: cachinhos dourados, nariz pontudo/fino etc. Esse imaginário, legitimado pela colonialidade, é um traço do racismo estrutural que avança em modelos sociais, cognitivos/psíquicos. A metáfora “*mas sempre chovia na minha cabeça*” indica a persistência desse imaginário na mente/cognição da personagem negra. O conto expõe e denuncia como a afetividade de meninas e meninos negros são atravessadas por imaginários raciais que negam sua humanidade, sua beleza, inteligência e sequestram sua subjetividade. Na imagem a seguir, pela primeira vez, a identidade racial da personagem é revelada na/pela parcela visual.

**Figura 3**



Ela percebeu. Na hora.  
Nem precisei não brincar com borboletas  
e não contar estrelas.  
Acho que falei com os olhos.  
Minha avó me deu um banho,  
cantando enquanto jogava água em mim.  
No balde, muitas folhas.  
A água tinha perfume e carinho.

*Fonte: Antonio (2011, s/p.)*

**Parcela verbal:**

Ela compreendeu na hora. Nem precisei não brincar com borboletas e não contar estrelas. Acho que falei com os olhos.

Minha vó me deu um banho cantando enquanto jogava água em mim. No balde, muitas folhas. A água tinha perfume e carinho.

*Fonte: Antonio (2011, s/p.)*

A ilustração permite depreender uma recategorização do referente visual, em que se percebem novos elementos significativos na representação icônica da personagem. A menina, agora, não usa mais meias longas para cobrir suas pernas, nem blusa com mangas compridas para cobrir seus braços, tampouco o guarda-sol para ocultar seu rosto negro do campo de visão. Essa recategorização imagética permite ao leitor, pelo campo visual, identificar seu pertencimento racial pela cor de suas pernas e de sua mão.

A parcela verbal, por sua vez, permite inferir que a menina-princesa e sua avó estabelecem uma conexão de afeto e ancestralidade. A visita ao sítio da avó, mais do que uma mudança de cenário (espaço/ambiente), estabelece um novo rumo para a narrativa. As sequências de ações evidenciam uma mudança de postura e de comportamento da menina em relação à percepção/aceitação de seu corpo e de sua identidade racial. O contato com a avó reestabelece as conexões afetivas e religiosas do imaginário africano. O banho com água e folhas é uma liturgia/ritual que conecta a menina aos Orixás, pedindo proteção e purificação do corpo e da alma. São imaginários religiosos da cultura afro-brasileira e das religiões de matriz africana que reconectam a vida de Odara a sua ancestralidade.

Em um trecho de diálogo entre as personagens, a menina questionava a avó: “Por que eu não podia ser igual a uma princesa?”. A avó, interlocutora atenta, percebendo a inquietação da menina perguntou que tipo de princesa ela queria ser. Ao questionar que tipo de princesa a neta queria ser, a avó desfaz a ideia de que só existe um padrão/tipo de princesa. As ações da avó constroem uma qualificação implícita a partir dos seus fazeres (dar banho de ervas, aconselhar, fazer rituais de purificação), revelando uma sabedoria ancestral (conhecimento de experiência) para lidar com um tema complexo como a autorrejeição e os efeitos psicológicos do racismo na infância de uma criança negra. Na figura (4), apresenta-se uma sequência de imagens que revelam o contato da menina com a natureza, com cultura africana que lhe reconecta com sua identidade racial.

**Figura 4**



*Fonte: Antonio (2011, s/p.)*

A menina parece ter se reencontrado consigo mesma ao se aproximar de sua origem/ancestralidade. A representação visual constitui uma sequência de imagens com recategorização do referente visual. Além da alternância de plano e enquadramento, de campo e extracampo, a ilustração mostra a mudança do aspecto visual da menina que não mais esconde seu corpo com as roupas. Há, pois, uma diversificação de roupa/indumentária que pode sugerir um novo estado de alma, mais eufórico e feliz. Saem a meia comprida e blusa de manga longa e entram um vestido branco e largo, uma saia mais curta, um *short* mais confortável. Essa mudança de visual está intrinsecamente ligada a processos internos (cognitivos e psíquicos) pelos quais passa a personagem na desconstrução de imaginários raciais negativos.

A cenografia verbo-visual apresenta o trajeto-destino percorrido até o rio, aonde, a pedido da avó, a menina foi levar as flores do banho como oferendas. Ali, ao ver sua imagem refletida na água do rio, a menina parece ter uma recaída e, novamente, se pergunta por que não poderia ser uma princesa. Aproxima-se dela uma mulher negra – figura feminina de muita beleza – com quem a menina conversa por algum tempo. A mulher, conhecendo o desejo/aspiração da menina, pergunta-lhe: “Que tipo de princesa você quer ser?”. Observe o trecho a seguir:

**Parcela visual:** em plano detalhe, semiotiza-se a imagem de uma mão/braço negro segurando um objeto: “abebé”, que é um espelho.

**Parcela verbal:**

Que tipo de princesa você quer ser?

Hã? De novo? E ela me mostrou.

- Veja aqui.

- No espelhinho?

- No abebé.

**Fonte:** Antonio (2011, s/p.)

A pergunta daquela mulher misteriosa pressupunha um saber prévio sobre sua busca por querer ser uma princesa. Ela, então, retoma a conversa e, como quem quer ensinar algo, entrega-lhe nas mãos um objeto – um abebé – e diz a ela: “veja aqui”. A menina, inadvertidamente, refere-se ao objeto como um espelho: “No espelhinho?” e, logo em seguida, é corrigida: “no abebé”. O abebé insere na narrativa um objeto de poder mágico ou divino que confere à narrativa uma dimensão do *mundo maravilhoso*. O leitor pode inferir, portanto, que a figura feminina que surge à beira do rio é uma divindade ou orixá que aparece para auxiliar a menina a resolver seu conflito interior. Trata-se de Oxum, rainha da água doce que representa a sabedoria e o poder feminino. Por meio do abebé, a menina vê passar diante de seus olhos a vida/história de identidades femininas – mulheres negras, divindades/orixás, e personalidades históricas –, projetando uma argumentação implícita que desconstrói a tese que fundamenta *uma história única*<sup>13</sup> sobre princesas brancas oriundas, exclusivamente, do continente europeu. Nessa projeção argumentativa, constrói-se uma asserção de partida – o continente africano também tem suas histórias de princesas, de heroínas, rainhas e deusas – que deve ser recuperada e valorizada em nossa história e cultura afro-brasileira, sob pena de se reproduzir a *história única* do colonizador que, neste caso, é a reprodução colonial de uma história que legitima a visão de “vencedores” e “vencidos”, de senhores brancos e negros escravizados.

Nesse sentido, retomando uma proposição de Santos (2020) sobre a sociologias das ausências, é preciso investigar e denunciar que, em nossa cultura, há obras literárias destinadas ao público leitor infantil que, ao valorizar apenas

<sup>13</sup> - Nesse contexto, como alerta Adichie (2019), os riscos de se reproduzir uma história única são de legitimar a história contada pela perspectiva do colonizador.

o imaginário ocidental do branco europeu colonizador, excluem, invisibilizam e desumanizam determinados grupos pertencentes a minorias raciais/sociais (africanas, indígenas, asiáticas etc.). Nos contos ilustrados produzidos no Brasil, por exemplo, há obras que ignoram a diversidade cultural e a pluralidade étnico-racial, ora invisibilizando negros e indígenas, ora sub-representando, com personagens construídos de forma caricata ou estereotipada. O referente abebé traz semas/significados da cultura africana. É o “espelho” que não deforma a imagem do negro.

**Parcela visual:** em plano médio curto, semiotiza-se a imagem de uma princesa de origem africana, representando a estética/beleza, opulência/riqueza e inteligência.

**Parcela verbal:**

Eram tantas. E quando aparecia uma delas no abebé, eu ouvia suas histórias na minha cabeça.

Elas eram diferentes das princesas que eu conhecia. Não só pelos cabelos, vestidos, castelos. Eram inteligentes. E nada bobas.

Antonio (2011)

Aqui o conto ilustrado começa verdadeiramente a entrar na sociologia das emergências, apresentando as princesas de origem africana que passam a compor, segundo Feres (2021) imaginários que implicam teses que desconstróem imaginários derogatórios e/ou estereótipos.

O conto uma princesa nada boba explora, a partir de categorias de palavras e imaginários religiosos (Oxum), a ancestralidade negra e suas raízes (ritos e celebrações), a avó que, como os *Griots*, corporifica o imaginário da ancestralidade do saber, que ensina, orienta os rumos a serem tomados pela neta. A tomada de consciência da menina que queria ser princesa acontece quando ela se reconecta com sua ancestralidade e com suas raízes religiosas, permitindo um rito de passagem de uma *menina desejosa* para uma menina *princesa nada boba*. Há aí a libertação de uma subjetividade antes sequestrada, refém de uma concepção ocidentalocêntrica de princesa. Uma tese que se constrói no desenvolvimento da argumentação implícita é a de que a menina (e/ou o leitor do conto) precisa ressignificar seu imaginário sobre princesas. Enquanto a menina (Odara) ou a leitora valorizar ou reconhecer apenas o modelo de princesa com a estética do colonizador europeu, jamais vai poder se sentir ou se identificar, de fato, com uma princesa, já que o modelo europeu representa apenas um dos diversos fenótipos de grupos humanos oriundos de outros países e continentes.

A menina observa que as princesas negras que se revelavam através do abebé eram diferentes não apenas pelo seu aspecto físico/fenótipo (cor, olhos, cabelos), nem pelo modo de se vestirem, tampouco pelo lugar onde ficavam seus castelos. As princesas negras não eram *nada bobas* porque eram mulheres fortes, inteligentes, belas, independentes e conscientes de suas ações, como Oyá, uma princesa, mulher guerreira e destemida, ou como Nzinga Mbandi, rainha que lutou

contra a invasão dos portugueses na África ou, ainda, como sua avó, princesa vinda da região de Ketu, que lutou contra o sistema de escravização na Bahia, organizando movimentos de resistência.

Após esse rito de passagem, vendo todas as princesas negras e suas histórias de luta e resistência, a menina se levanta, ativa e empoderada, e afirma: “Sou princesa.” A elocução que, enfim, autentica sua identificação-qualificação como “princesa” [predicado nominal + predicativo] confirma a tese de que toda menina negra pode ser também uma princesa, *uma princesa nada boba*, inteligente e bela. Essa proposição de verdade, regida por um ideal de persuasão, faz com que a narrativa produza nos leitores/leitoras uma emoção positiva, centrada em um *fazer sentir* e um *fazer crer* capaz de mudar imaginários raciais e pontos de vista sobre um *poder ser princesa*. Há, pois, uma tese implícita de que o negro precisa deixar de basear sua vida em parâmetros europeus. Dessa forma, após as férias, quando retorna à escola, a menina negra assume sua identidade racial e seu verdadeiro nome que revela sua ancestralidade – Odara, nome de princesa nada, nada boba.

### Argumentação projetiva

Numa perspectiva mais prototípica, a Semiolinguística apresenta a argumentação como uma totalidade que o modo argumentativo ajuda a construir. Para Charaudeau (2008), na lógica argumentativa, os procedimentos de organização se articulam em, pelo menos, três elementos: “*uma asserção de partida* (dado ou premissa), *uma asserção de chegada* (conclusão, resultado) e uma (ou várias) *asserção de passagem* que permite passar de uma para outra (inferência, prova e argumento)” (Charaudeau 2008: 209). Essa mecânica argumentativa é uma atividade linguageira que se constrói a partir de um modelo triangular, articulando *um sujeito argumentante*, *uma proposta sobre o mundo* e *um sujeito-alvo*. Para Charaudeau (2008), o *sujeito argumentante* deve-se engajar numa *proposição sobre o mundo (tese)*, seja para questionar/contestar a legitimidade de uma tese, seja para defendê-la, propondo assim um ideal de “verdade.

Amossy (2020) e Charaudeau (2008) compreendem que a argumentação é **uma atividade discursiva cujas categorias de língua podem ajudar a construir. Para o linguista, “a argumentação não se limita a uma sequência de frases ou de proposições ligadas por conectores lógicos”** (Charaudeau, 2008: 202, grifos do autor). Segundo ele, o aspecto argumentativo de um texto pode se encontrar frequentemente naquilo que está implícito, mas apreensível pelo discurso, não sendo, portando, veiculado exclusivamente por uma razão demonstrativa (esquema argumentativo) articulada por categorias de palavras e elementos lógico-filosóficos explícitos na tessitura material do texto.

Neste capítulo, queremos demonstrar que os contos ilustrados subsidiam uma argumentação implícita para a desconstrução do discurso racista em literatura destinada ao público infantil/juvenil. Feres (2023) entende que as variadas formas de resistência e de representatividade negra constroem no discurso uma maneira

de ver e (re)apresentar o mundo por uma perspectiva decolonial, antirracista. A argumentação implícita, com proposição antirracista, não está em um modelo/esquema em que se propõem ou se impõem teses e argumentos explícitos na tessitura de um texto por meio de uma razão demonstrativa, mas na dimensão argumentativa que, interdiscursivamente, mobiliza saberes de conhecimento, representações sociais e imaginários sociodiscursivos para desconstruir teses e argumentos que estão enraizadas no inconsciente coletivo. Entendemos, assim como Feres (2019), que “narrar convence, ainda que não seja por meio da imposição de ideias numa argumentação estrita, mas por meio de implícitos e de estratégias ligadas à narração” (Feres, 2019:19). Assim, um conto ilustrado pode constituir uma atitude de *narrar para convencer*, desde que exista um projeto do dizer desenvolvido pela instância de produção. Assim acontece quando em *Uma princesa nada boba*, Antonio (2011) procura influenciar/persuadir seu leitor (TUd) a mudar seu imaginário acerca da aparência/fenótipo das princesas, fundamentada em uma *história única* do colonizador europeu.

Desse modo, para que se instaure uma argumentação implícita ou explícita, é preciso observar se há um *sujeito argumentante* (EUc) que se engaje num projeto linguageiro, questionando, contestando ou corroborando a legitimidade de uma *proposição sobre o mundo*, desenvolver, pois, “um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade (quer seja própria ou universal, quer se trate de uma simples aceitabilidade ou de uma legitimidade)” destinada a um *sujeito-alvo* (TUi) a quem se quer influenciar/persuadir. Há, portanto, na argumentação um projeto de persuasão sobre um *sujeito-alvo*, a quem se deseja influenciar/captar. Considerando o conto ilustrado uma atividade linguageira com potencial de argumentação implícita/projetiva, é possível, projetando uma asserção de partida, asserção de passagem e asserção de chegada, construir o seguinte esquema:

*Asserção de partida*: as meninas negras não se sentem representadas pelo arquétipo de princesas construído e legitimado pelo ocidente europeu.

*Asserção de passagem 1*: não se pode conceber um único tipo ou padrão de representação de princesa;

*Asserção de passagem 2*: há outros tipos e representações de princesa, como as princesas negras do continente africano;

*Asserção de chegada*: meninas negras podem ser princesas porque existem princesas negras no continente africano.

O *sujeito argumentante*, EUc- identidade social/profissional de escritor, se engaja num ideal de persuasão para desconstruir imaginários sociodiscursivos e teses racistas. A obra apresenta um *questionamento/proposição sobre o mundo* – Por que uma menina negra não pode se sentir como uma princesa? O *sujeito-alvo idealizado* (TUd), nesse projeto de persuasão do conto ilustrado, é o público leitor infantil, em formação, e o leitor mediador a quem se deseja influenciar/mudar comportamentos e imaginários.

A obra, regida por uma lógica econômica e simbólica, buscou desconstruir imaginários raciais que colocam o modelo estético europeu como o padrão/modelo de princesas (cor, cabelo, olhos claros, nariz fino etc.). O conto, então, engendra em seu enredo problematizações sobre o mundo com proposições/teses implícitas, analisadas como *busca de persuasão* para a conscientização e afetamento do leitor na desconstrução de imaginários e estereótipos, a partir de uma argumentação projetiva, que se constrói pela encenação narrativa, nos processos de ação, identificação e qualificação:

- i) A desconstrução de um ideal único de princesa (branca), apresentando princesas negras históricas, descendentes de povos livres- reis, rainhas, príncipes.
- ii) A princesa, ao fim do conto, a partir de ações/comportamento, desconstrói teses e argumentos que fundamentam o racismo ético/estético (hierarquia de raças, padrão de beleza, estereótipos derogatórios);
- iii) Ruptura/superação dos efeitos do racismo sobre a cognição/dimensão psíquica da personagem: uma qualificação positiva, afeto, autoamor, pertencimento a uma identidade racial;
- iv) A ancestralidade é um fazer saber, fazer sentir e fazer crer na constituição de identidade negra livre, bela, potente;
- v) A família e as relações de afeto, a ética religiosa africana e contato com a natureza, a beleza estética do corpo negro (cabelos, olhos, pele);
- vi) A qualificação positiva da família negra por meio de seleção de metáforas e/ou comparações, adjetivos, predicativos que denotam poder econômico/estabilidade financeira.

### **Considerações finais**

Segundo Colomer (2007), em *Andar entre livros: a leitura literária na escola*, a literatura (infantil) ao longo dos séculos exerce na cultura letrada uma função de instruir moral e eticamente o público infantil constituído pelo leitor em processo de formação. Além de inculcar valores, normas/regras sociais e comportamentos, a nosso ver, essa literatura, de forma tácita ou patente, naturalizou nas representações os traços do grupo racial hegemônico. Numa sociedade letrada marcada pelo colonialismo europeu, é relevante apresentar obras que estabeleçam rupturas com o princípio de “uma história única” projetado pelo modelo colonial. Partimos da hipótese de que uma instância de produção (EUc), engajada com a prática do discurso amoroso, defendido por Feres (2023), pode, em seu projeto do dizer, materializar imaginários raciais positivos que valorizem a identidade negra, a infância/ adolescência de leitores negros em idade escolar.

Em *Uma princesa nada boba* (2011), obra alinhada às sociologias das emergências, a personagem negra, que se sentia impedida de ser *uma princesa* por não pertencer à identidade racial do modelo/arquétipo de princesa idealizado

pelas colegas de sua escola, só consegue se desvencilhar dessa interdição quando amplia seu imaginário social sobre princesas, percebendo que não existe uma história única sobre princesas no mundo. Essa tomada de consciência, que perfaz um rito de passagem dos imaginários sociais, cria na menina negra um sentimento de empoderamento, de autoestima e autoamor.

Em obras em que se percebe uma ética amorosa voltada para a desconstrução de preconceitos, injustiças sociais, desigualdades e racismo, a narrativa é altamente patêmica e coloca em cena elementos linguístico-discursivo que podem captar o leitor pela emoção (positiva), suscitando compaixão, empatia, respeito e um sentimento de “amorosidade” para com o próximo. Os efeitos de patemização mobilizados na narrativa verbo-visual podem, assim, suscitar no leitor um sentimento de indignação contra o racismo, fazendo-o (re)agir a favor da vítima diante de uma situação de discriminação racial e/ou sofrimento causado por racismo. A obra pode, portanto, provocar no leitor, de um lado, uma atitude de empatia e/ou identificação com a personagem negra e, de outro, uma atitude/reflexão antirracista, capaz de mudar imaginários raciais e questionar atitudes e comportamentos racistas.

Acreditamos que este trabalho pode contribuir para uma prática/mediação de leitura crítica, mais atenta e comprometida com uma educação antirracista, decolonial, visando a desconstruir um discurso de hierarquização racial (estética, ética) em contos ilustrados.

## Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2020.

ANTONIO, Luiz. Uma princesa nada boba. Ilust. Biel Carpenter. São Paulo: Cosacnayf, 2011.

CAVALLEIRO, Eliane. *do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, Graça Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco (ORGs). *Discurso e (Des)igualdade social*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.

\_\_\_\_\_. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo, MACHADO, Ida Lúcia e MELLO, Renato de. (Orgs). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2001.

\_\_\_\_\_. *Grammairedusens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

COLOMER, Teresa. *Introdução à literatura infantil e juvenil atual*. São Paulo: Global, 2017.

FANON, Franz. O negro e a linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFFBA, 2008. p. 33-52.

FERES, Beatriz. *Discurso amoroso na literatura infantil*. São Paulo: Contexto, 2023.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso amoroso em contos ilustrados: uma contribuição para a sociologia das emergências. *Gragoatá, Niterói*, v.26, n.56, p. 985-1017, 2021.

\_\_\_\_\_. (2019) *Só acredito lendo: resistência social em contos ilustrados para crianças*. *Revista Eletrônica De Estudos Integrados Em Discurso E Argumentação*, 19(2), 18-32. <https://doi.org/10.17648/eidea-19-v2-2348>.

KOCH, Ingedore. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. *Cadernos de estudos linguísticos*, nº 41. Campinas: IEL/Unicamp, jul./dez. 2001, pp. 75-89.

LINDEN, S.V. *Para ler o livro ilustrado*. Trad. Dorothée de Bruchard. São Paulo: Cosac Naify, 2011

NICOLAJEVA, M.; SCOTT, C. *Livro ilustrado: palavras e imagens*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ROSA, Sônia. *Literatura infantil afrocentrada e letramento racial: uma narrativa autobiográfica*. São Paulo: Jandaíra, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

STREET, Brian V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.

# ***X-MEN: DIAS DE UM FUTURO ESQUECIDO*** **– O ETHOS DA PERSONAGEM MÍSTICA** **E OS REFLEXOS DE UMA SOCIEDADE** **INTOLERANTE**

Flávio Passos Santana (UPE)  
Jhonny Stuart Boaventura Lima (UFS)

## **Introdução**

Este artigo é fruto de nosso trabalho de conclusão de curso e visa analisar o *ethos* da personagem Mística no filme *X-Men: Dias de um futuro esquecido* por meio do discurso apresentado acerca desta personagem. Para tanto, utilizaremos como base teórica os estudos da Retórica e Argumentação desenvolvidos em Mosca (2004), Ferreira (2015), Guimarães (2004) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), enfatizando a perspectiva do *ethos* de Amossy (2008) e Maingueneau (2008).

O filme aborda uma temática bastante relevante para os dias atuais, misturando a fantasia e um discurso bastante pertinente no que diz respeito ao preconceito e à intolerância sofridos por indivíduos que se distinguem do resto da sociedade por serem “diferentes”.

O interesse por essa pesquisa se deu a partir da afinidade desenvolvida ao longo do curso com a área da linguística, que possibilitou escolher e relacionar um *corpus* pelo qual possuímos um grande interesse. Tendo em vista o enredo do filme, foi possível trabalhar de forma ainda mais prazerosa e constante, o que possibilitou o desenvolvimento de um resultado satisfatório em nossa pesquisa.

Por conseguinte, essa pesquisa se faz válida para observar e enaltecer a relevância que as obras cinematográficas desempenham em seus telespectadores, independente do gênero. Alguns filmes, assim como o deste trabalho, têm como objetivo passar uma mensagem para comover o receptor da obra, evidenciando o forte poder de persuasão que nos influencia, projetando em nós a capacidade de reflexão.

## Para entender a Retórica

Em princípios de análise retórica, Ferreira (2015) aborda de forma breve e sucinta o conceito da retórica utilizando de textos curtos e simples para exemplificar o assunto, o autor faz análises breves, mas com informações a partir do conteúdo retórico para embasar sua descrição do *corpus* escolhido.

Ferreira (2015) busca integrar o leitor de forma simples, apresentado os conceitos da retórica, que possui uma linguagem fácil para a compreensão do leitor, abordando a interseção entre leitura e persuasão além de explorar como a compreensão da retórica, particularmente os princípios persuasivos, pode enriquecer a experiência de leitura e análise de diferentes textos.

Ferreira (2015) destaca que somos seres retóricos, o que significa que utilizamos a argumentação para persuadir e convencer. Ele ressalta que o discurso retórico busca persuadir, refletindo nossas crenças, nossos valores e nossas opiniões por meio da palavra. Nesse contexto, a leitura se torna uma ferramenta poderosa, pois ao nos expor a diversas ideias e perspectivas, ela pode influenciar nossa visão sobre determinados assuntos e ajudar a desenvolver habilidades de comunicação, argumentação e persuasão.

A retórica, pois, possui uma função hermenêutica que se encarrega da arte de interpretar textos [...] Cabe ao intérprete procurar entender como o orador mostra a realidade sob determinado ângulo, como se vale de recursos persuasivos, como constrói os argumentos, como celebra o casamento de seus interesses com os do auditório. (Ferreira, 2015, p. 51)

Assim, ele enfatiza que a palavra é um instrumento que revela nossas impressões sobre o mundo, nossos sentimentos, nossas convicções, nossas dúvidas, nossas paixões e nossas aspirações. Por meio da palavra, tentamos influenciar as pessoas, orientar seu pensamento e exercitar ou acalmar suas emoções para, por fim, guiar as suas ações.

No contexto da persuasão, Ferreira (2015) assim como Mosca (2004), destaca três ordens de finalidade: *docere* (ensinar, transmitir), *movere* (comover, atingir) e *delectare* (agradar e manter viva a intenção do auditório). Ele também explora técnicas argumentativas, tanto positivas (estabelecendo solidariedade entre teses) quanto negativas (abalando teses admitidas e opostas). A compreensão dessas estratégias é crucial para uma análise crítica e eficaz dos discursos e textos persuasivos.

O discurso persuasivo, aquele destinado a agir sobre os outros através do logos (palavra e razão), envolve a disposição que os ouvintes conferem aos que falam (ethos) e a reação a ser desencadeada nos que ouvem (pathos). Estes são os três elementos que irão figurar em todas as definições posteriores e que compreendem o instruir (*docere*), comover (*movere*) e o agradar (*delectare*). (Mosca, 2004, p. 22)

Ferreira (2015) e Mosca (2004) destacam a relevância de praticar a análise crítica de textos, identificar estratégias persuasivas empregadas pelo autor e avaliar a validade e pertinência das evidências apresentadas. Além disso, os estudiosos ressaltam a importância de considerar o público-alvo e adaptar a mensagem de acordo com suas necessidades e interesses.

Dessa forma, entende-se que todo discurso persuasivo que resulta no efeito de sentido, implica em atingir diretamente um público-alvo, através da utilização de elementos que constituem a retórica. Sendo assim, de acordo com Mosca (2004), a retórica, tanto para Aristóteles quanto para Perelman, está relacionada à teoria da persuasão por meio do discurso. Para Perelman, argumentação e retórica estão intrinsecamente ligadas, já que todo discurso depende de um público-alvo e toda argumentação tem elementos retóricos. Com isso, fica explícito que o discurso precisa de público, tanto quanto a argumentação necessita da retórica, sendo então necessária uma construção discursiva com base no *ethos*, *phatos* e *logos*.

A partir desta perspectiva, é notório a relevância de praticar a análise crítica de textos, identificar estratégias persuasivas empregadas pelo autor e avaliar a validade e pertinência das evidências apresentadas. Além disso, ressaltamos a importância de considerar o público-alvo e adaptar a mensagem de acordo com suas necessidades e seus interesses.

## **A origem da Retórica e os seus procedimentos**

Com base na doutrina aristotélica, Mosca (2004) evidencia, no que diz respeito à retórica, que a considera dentro “do domínio dos conhecimentos prováveis e não das certezas e das evidências, os quais caberiam aos raciocínios científicos e lógicos”, ou seja, a partir desse ponto, é possível afirmar que ao se tratar de argumentação retórica, os indivíduos se utilizam de artifícios para que seja possível desenvolverem técnicas a fim de executá-las no ato do diálogo. Ademais, ainda com base em Mosca (2004) “foi em Aristóteles que se encontrou a possibilidade de uma dialética entre verdade e aparência de verdade, ou seja, o verossímil, podendo-se falar mais propriamente em representação da verdade, que emerge do senso comum e que se corporifica nos discursos do homem” (Mosca, 2004, p. 21).

Além disso, essa autora pontua acerca dos gêneros discursivos básicos para a construção de um discurso persuasivo, tomando como base a antiga retórica, mas ressaltando também que estes gêneros se adequaram com o passar dos tempos de acordo com as necessidades que lhe foram impostas.

São eles: o discurso judiciário ou forense, o discurso deliberativo ou político e o discurso epidítico ou cerimonial. Os discursos podem apresentar lugares comuns (*Topoi*), o fundo lógico comum a todos os discursos inscritos numa mesma tradição cultural, e lugares próprios a cada um (*eidos*). (Mosca, 2004, p. 31)

Destaca-se também o papel da figura, que

[...] foi assumindo tão grande proporção que, em determinado período de sua história, a Retórica reduziu-se ao seu exclusivo estudo, sendo esta uma das razões do sentido restrito que passou a veicular e que a distanciou de sua aceção plena, apta a atender aos demais componentes envolvidos no discurso (Mosca, 2004, p. 34)

Desse modo, tendo a metáfora como uma de suas principais figuras, que segundo Mosca (2004, p. 35) foi definida por Aristóteles “como a capacidade de perceber semelhanças”, e que, embora tenha tomado um pouco da visibilidade no que diz respeito aos estudos da retórica, a metáfora se mostrou bastante eficaz “nos mais variados tipos de discurso, não só naqueles tidos como explicitamente persuasivos (político, publicitário, jornalístico e outros) como também nas formas mais sutis do discurso literário.” (Mosca, 2004, p.34).

Com base em Guimarães (2004), o recurso das figuras tende a gerar uma reação de “surpresa” no público, podendo também gerar ambiguidade da percepção do ouvinte. Deste modo, observa-se que a ordem a qual as figuras são empregadas não alteram o sentido do poder de persuasão, desde que o ouvinte seja acometido pelo discurso através do “efeito de persuasão”. Portanto, a argumentação é caracterizada, de acordo com Guimarães (2004, p. 146), como um conjunto de “técnicas discursivas visando a provocar ou a incrementar a adesão dos espíritos às teses apresentadas ao seu assentimento”.

Ademais, de acordo com Guimarães (2004), as figuras de retórica exemplificam um estilo de linguagem que não contradiz a linguagem cotidiana, mas se caracteriza como uma camada adicional de expressão. Ou seja, a linguagem atua como um reforço para o discurso, enriquecendo-o ao incorporar vários significados para cativar sua audiência, contribuindo tanto para a forma quanto para o conteúdo da comunicação.

Com base em Perelman, Guimarães (2004) pontua as figuras da retórica como, figuras de caracterização, de presença e de comunhão as quais de acordo com Perelman *apud* Guimarães (2004, p. 153)

Não designam gêneros dos quais certas figuras tradicionais seriam as espécies. Significam apenas que o efeito ou um dos efeitos de certas figuras é, dentro da apresentação dos dados, o de impor ou sugerir uma caracterização, o de aumentar a presença ou de realizar a comunhão com o auditório.

Ademais, Guimarães (2004) afirma que as figuras de presença conseguem aferir um sentimento presente tanto em quem o discursa, quanto em quem está no papel de ouvinte, se utilizando da repetição para “intensificar” o sentimento de ambos a partir da figura de presença.

Contudo, de acordo com Perelman *apud* Guimarães:

[...] as figuras de repetição levam a um efeito argumentativo mais complexo do que o de ressaltar a presença do objeto do discurso. Assim, pelo processo da reiteração, essas figuras podem sugerir, principalmente, distinções, o que ocorre, por exemplo, em expressões do tipo. (2004, p. 156.)

Partindo do princípio acerca dos estudos e análises referente à retórica, Mosca (2004) aborda em seus estudos uma perspectiva bastante relevante quanto ao que se entende sobre retórica e persuasão. Assim como o próprio título do livro sugere, a proposta é dar partida aos estudos, começando pela base, que seriam as “retóricas de ontem” e que permitissem aprimorar esse conhecimento, estudando as “retóricas de hoje”, dessa forma então, sendo possível observar as mudanças sofridas ao longo dos anos e aprimoramento de conceitos por meio de novas pesquisas e a obtenção de dados, sendo assim:

Essa é a razão pela qual se faz necessária a volta, sempre renovada, diretamente aos textos que deram origem aos desenvolvimentos posteriores, a fim de evitar interpretações cristalizadas ao longo das épocas. Não se pode também deixar de considerar que cada época faz a leitura dos fatos de acordo com o seu próprio modo de pensar, uma vez que eles comportam além daquilo que é dado, a maneira de os interpretar e de os comunicar. (Mosca, 2004, p. 19)

Contudo, Mosca (2004) afirma que todo discurso tem como base a argumentação, tendo em vista que, para todo argumento, se faz necessário aceitar que o receptor seja capaz de compreender e até mesmo contra-argumentar com o que lhe fora proposto, configurando, então, tal diálogo em uma discussão, o qual poderá se tratar de um mesmo interesse, ou até mesmo ideias opostas, fazendo com que estes busquem sempre defender o seu ponto de vista até chegarem a um denominador comum.

Sendo assim, é possível afirmar, de acordo com Guimarães (2004), que a argumentação projetada através do discurso não pretende produzir apenas a presença dele, mas também uma junção de “caracteres”, no que se refere a figura de comunhão com o auditório. Evidenciando ainda “entre as figuras de comunhão, o uso retórico da pressuposição” (Guimarães, 2004, p. 158), a partir da troca de pronomes os quais fazem com que o auditório se sinta mais próximo do discurso enunciado.

### **Ethos, pathos e logoi**

Guimarães (2004) ressalta as conhecidas operações da retórica, são elas: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *actio* e *memoria*. A *inventio* é posto como um exercício que visa o estudo e aprimoramento daquilo que quer ser dito; a *dispositio* consiste na organização do discurso; já a *elocutio* é descrita como a mais relevante das operações, sendo caracterizada pelo aprimoramento da “forma de dizer”. A *actio*

pode ser descrita como ação ou, mais precisamente, a representação corpórea do discurso. E, por fim, tem-se o recurso da *memoria*, essencial para o domínio e aprendizagem referente ao discurso. Ademais Guimarães (2004) afirma que “as figuras de retórica desempenham papel de relevância no processo argumentativo” e dessa maneira acabam contribuindo para estruturação do discurso. (Guimarães, 2004, p. 150)

Contudo, Guimarães (2004, p. 152) afirma que:

O artifício, enquanto tal, deve passar despercebido, não seu efeito sobre o leitor ou ouvinte. Daí todo o jogo de ocultamento e sugestões que se ia buscar nas figuras para, em tríplice estratégia, prender o interlocutor: por uma emoção suscitada – movere; por um conhecimento transmitido – docere; por um prazer oferecido – delectare.

Seguindo a perspectiva de Guimarães (2004), a partir das operações retóricas, tem-se o *ethos*, *pathos* e *logos*, conceitos desenvolvidos por Aristóteles (triângulo aristotélico) na Grécia Antiga para persuadir eficazmente por meio da comunicação. Em que o *ethos*, para Aristóteles refere-se à credibilidade, ética e autoridade do orador. Esse termo envolve a construção de uma imagem confiável e respeitável para ganhar a confiança do auditório.

O *pathos* apela às emoções e aos sentimentos da audiência. O foco central é criar uma conexão emocional entre o orador e o público; usando histórias, exemplos emocionais e linguagem que evoca emoções, o orador pode influenciar as atitudes e reações da audiência. O *pathos* é eficaz para motivar ação ou gerar empatia.

Já o *logos* envolve o uso da lógica, razão e argumentação sólida para persuadir. Os argumentos baseados em fatos, evidências, estatísticas e raciocínio lógico são usados para convencer a audiência. O público é persuadido pela força e clareza do argumento lógico apresentado.

Esses três elementos, quando utilizados juntos, ajudam a criar discursos persuasivos e convincentes. Muitas vezes, discursos bem-sucedidos incorporam uma mistura equilibrada de *ethos*, *pathos* e *logos* para atingir seus objetivos de persuasão. Nesse sentido, nosso trabalho parte da ideia defendida por Santana (2022), no sentido de que produções cinematográficas sempre levam em consideração o seu auditório para poder “vender” o seu produto de acordo com o que o seu público espera, por meio de um discurso de convencimento acerca do que é propagado no audiovisual.

## **O ethos como recurso analítico**

Amossy (2008) aborda a retórica de acordo com as diferentes formas da análise discursiva trazendo à tona uma discussão de uma nova perspectiva acerca das formas verbais de comunicação. Além disso, retrata a prática discursiva com base na teoria e suas mudanças a partir do envolvimento político social e das relações interpessoais.

Trata-se, de fato, de saber se o *ethos* é, como pretendia Aristóteles, a imagem de si construída no discurso ou, como entendiam os romanos, um dado preexistente que se apoia na autoridade individual e institucional do orador (a reputação de sua família, seu estatuto social, o que se sabe do seu modo de vida e etc.). (Amossy, 2008, p. 17.)

Essas imagens de si são influenciadas por diversos fatores, internos e externos, tais como a personalidade da pessoa, as suas crenças, os seus valores, as suas experiências de vida e o contexto social, assim como o âmbito o qual está inserido. Por exemplo, uma pessoa que se vê como confiante e assertiva pode transmitir essa imagem por meio de um discurso direto e objetivo, enquanto outra pessoa que se vê como tímida e insegura pode transmitir essa imagem por meio de um discurso mais hesitante e indireto.

Sendo assim, as imagens de si no discurso também podem ser moldadas pelo público a quem a pessoa está falando. Ou seja, uma pessoa pode apresentar uma imagem de si mais formal e profissional em um ambiente de trabalho, enquanto apresenta uma imagem mais descontraída e informal em um contexto informal, tal como uma roda de amigos.

Dessa forma “em termos mais pragmáticos, dir-se-ia que o *ethos* se desdobra no registro do “mostrado” e eventualmente, no “dito”. Sua eficácia decorre do fato de que envolve de alguma forma a enunciação sem ser explicitado no enunciado” (Maingueneau, 2008, p. 70). Desse modo, o *ethos* pode ser entendido como a imagem ou a credibilidade que um orador constrói de si por meio do seu discurso. É uma forma de persuasão construída, tendo como base a confiança que o ouvinte/público deposita no orador, em sua integridade, seu conhecimento e sua autoridade no assunto abordado. Portanto, a construção do *ethos* é importante para a eficácia do discurso, pois se a plateia não confiar no orador, será menos propensa a aceitar suas ideias e seus argumentos.

Por isso, pode-se afirmar que:

O *ethos* dito, além da figura do fiador e do antifiaador, pode também incidir sobre um conjunto de uma cena de fala, apresentada como um modelo ou um antimitelo da cena de discurso. Tal cena de fala pode ser chamada de cena validada, em que “validada” significa “já instalada na memória coletiva”, seja como antimitelo, seja como modelo valorizado. (Maingueneau, 2008, p. 80-81)

Por meio dessa perspectiva abordada por Maingueneau (2008), é possível afirmar que a fixação de tal imagem discursiva diante do público acontece devido ao fato deste possuir referências estereotipadas com relação ao simbolismo representado por obras de artes, que fazem transparecer as formas como as artes visuais se manifestam de acordo com o âmbito a qual está inserida, nesse caso específico, a enunciação do discurso.

A construção do *ethos*, então, é uma parte importante do processo de persuasão em um discurso. Visto que, se bem construído, o *ethos* pode

umentar a credibilidade do orador e tornar suas ideias e argumentos mais persuasivos para a audiência, assim como também a cenografia, de fato, contribui para essa performance.

Ademais, Maingueneau (2008) contextualiza acerca do papel essencial da corporalidade, afirmando que “ela é associada a uma compleição corporal, mas também a uma forma de vestir-se, de mover-se no espaço social” (Maingueneau, 2008, p. 72). Dessa forma, fica evidente o quanto o corpo, os gestos e as formas de se vestir se fazem necessários para a construção de um ethos, que fará com que o público-alvo se familiarize com o discurso construído pelo enunciador.

Sendo assim, pontua Maingueneau (2008):

A enunciação do texto confere uma corporalidade ao fiador, ela lhe dá um corpo. O co-enunciador incorpora, assimila um conjunto de esquemas que correspondem à maneira específica de relacionar-se com o mundo, habitando seu próprio corpo. Essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, da comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso. (Maingueneau, 2008, p. 73)

Portanto, o enunciador/orador, ao aderir a um discurso, precisa trazer para dentro de si o que a mensagem quer traduzir, fazendo com que ele incorpore o discurso, constituindo então um novo ser, mesmo que imaginário, configurando-se um personagem. Sendo assim, afirma Maingueneau (2008, p. 73), “longe de situar-se na nascente do texto, sopro iniciador relacionado à iniciação de uma consciência, o tom específico que torna possível a vocalidade constitui para nós uma dimensão que faz parte da identidade de um posicionamento discursivo”.

Assim, Maingueneau (2008, p. 75) estabelece que “na perspectiva da análise do discurso, não podemos, pois, contentar-nos, como a retórica tradicional, em fazer do ethos um meio de persuasão”. Dessa forma, Maingueneau (2008) afirma que o ethos não se faz apenas do discurso, mas que também se emprega de sua enunciação para que se torne válido, fazendo com que esta torne-se, de fato, pertinente em sua projeção discursiva. Além disso, Maingueneau (2008, p. 77) afirma que a cenografia contribui diretamente para a construção do *ethos* como um todo, de forma que:

Ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena de onde a fala emerge é precisamente a fala requerida para enunciar como convém, a política, a filosofia, a ciência (Maingueneau, 2008, p. 77)

Ademais, Haddad (2008) aborda o conceito de ethos prévio e ethos discursivo, no qual o conceito de ethos prévio se caracteriza pela “imagem preexistente do locutor” (Haddad, 2008, p.145) e o ethos discursivo seria a imagem construída pelo orador através do seu discurso. Ainda, afirma Haddad:

Se é verdade que os ouvintes atribuem grande importância à primeira impressão, é difícil “corrigi-la” para criar uma outra, mais favorável. Ora, o orador, ao pronunciar seu discurso argumentativo, levando em consideração a ideia que presumivelmente o auditório projeta dele. O ethos prévio ou pré-discursivo condiciona a construção do ethos discursivo e demanda a reelaboração dos estereótipos desfavoráveis que podem diminuir a eficácia do argumento. (Haddad, 2008, p. 148).

Contudo, é possível afirmar, de acordo com Haddad (2008), que o orador precisa “limpar” sua imagem pré-discursiva para que se construa um ethos com a capacidade de comover o ouvinte por meio do discurso. De igual modo, Amossy (2008) afirma que a imagem projetada pelo discurso do orador se faz necessária uma interação de emoções com a plateia, e estes, “indexem em representações partilhadas” (Amossy, 2008, p.125). Ou seja, o orador se utiliza de recursos do auditório, tal como a sua cultura para causar forte impressão, proporcionando então uma experiência única do ethos para cada indivíduo.

Assim a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica. Se se tratar de uma personalidade conhecida, ele será percebido por meio da imagem pública forjada pelas mídias. (Amossy, 2008, p.125-126)

Assim, Amossy (2008), ainda afirma que a construção de si no discurso é produzida por meio da adaptação que o orador constrói, se utilizando de recursos que este acredita estarem atrelados ao público o qual o discurso está direcionado. Podemos relacionar esse pensamento de Amossy (2008) com a nossa pesquisa, tendo em vista que a Marvel Entertainment, empresa responsável pela produção do filme em análise, já possui um ethos institucional marcado pelo seu reconhecimento internacional e o seu sucesso advém do conhecimento de seu auditório e em ser assertiva em suas produções, levando para os fãs da marca aquilo que eles esperam.

## **O gênero ficção e aventura**

O gênero de ficção e aventura é uma categoria literária que combina elementos imaginativos com narrativas repletas de ação e desafios. Nesse gênero, os protagonistas frequentemente se envolvem em jornadas emocionantes, enfrentando obstáculos, perigos e descobrindo mundos fantásticos. Essas histórias podem ocorrer em cenários futuristas, medievais, espaciais ou em qualquer ambiente imaginável, muitas vezes com elementos de tecnologia avançada, magia ou criaturas extraordinárias.

Os temas comuns incluem a exploração do desconhecido, a superação de adversidades, a busca por tesouros ou conhecimento e o crescimento pessoal dos personagens principais. Autores renomados, como J.R.R. Tolkien, Jules Verne e Arthur C. Clarke, contribuíram significativamente para o desenvolvimento desse gênero ao longo dos anos.

A ficção de aventura é amplamente apreciada por seu poder de transportar os leitores para mundos imaginários, oferecendo uma fuga emocionante da realidade e, ao mesmo tempo, explorando temas universais da condição humana, como coragem, amizade e a busca pelo desconhecido.

É possível afirmar, de acordo com Felizardo (2022), que a fórmula dos super-heróis nos cinemas, tem contemplado um espaço significativo no mercado cinematográfico, até mesmo em obras de qualidade duvidosa tais como “Demolidor - O Homem Sem Medo, Elektra, O Juiz (Dredd), Mulher-Gato, Spawn” dentre outros, que para época (anos 2000) podem ser considerados longas de sucesso, tendo em vista que o sucesso dos heróis no cinema estava apenas começando.

O filme que é objeto de análise deste trabalho, *X-Men: Dias de um futuro esquecido*, fora lançado em 2014 e é baseado nos personagens da Marvel Comics, especificamente na série *X-Men*. Dirigido por Bryan Singer, o filme combina elementos de ficção científica, ação e aventura, e é notável por unir o elenco da trilogia original de *X-Men* com novos personagens que retratam versões mais jovens do elenco original.

A trama do filme é inspirada na icônica história em quadrinhos de Chris Claremont e John Byrne, *Dias de um Futuro Esquecido*. O enredo se desenrola em dois períodos diferentes: um futuro distópico em que os mutantes são caçados por robôs Sentinelas e um passado no qual os *X-Men* tentam evitar esse futuro sombrio. O personagem Wolverine, interpretado por Hugh Jackman, é enviado de volta ao tempo para unir forças com os *X-Men* mais jovens, incluindo Professor Xavier (James McAvoy) e Magneto (Michael Fassbender), na tentativa de alterar o curso da história.

O filme é conhecido por seu elenco estelar, suas cenas de ação empolgantes e seu enredo complexo que lida com temas de escolhas, destino e convivência entre humanos e mutantes. *X-Men: Dias de um Futuro Esquecido* recebeu elogios da crítica e teve um bom desempenho nas bilheteiras, consolidando-se como um dos destaques da franquia *X-Men*. Além disso, ajudou a estabelecer a tendência de filmes de super-heróis que exploram viagens no tempo como parte fundamental da narrativa, trazendo em evidência super heróis com problemas humanos reais que “enfrentam problemas mundanos do que com superpoderosos de capa e cueca em cima da calça que vivem sem falhas. Eles continuam sendo mutantes, mas, acima de tudo, pessoas reais com dilemas humanos.”(Aliaga, 2020).

## **Dos quadrinhos para as telas: a ascensão dos heróis no cinema**

A ascensão dos super-heróis no cinema é uma tendência que se tornou proeminente nas últimas décadas. Esse fenômeno transformou os super-heróis em uma força dominante na indústria cinematográfica e teve um impacto significativo na cultura popular.

No início dos anos 2000, os primeiros filmes da trilogia *X-Men* e *Homem-Aranha* foram fundamentais para revitalizar o interesse em super-heróis no cinema. Eles provaram que histórias de super-heróis poderiam ser bem-sucedidas comercialmente e artisticamente.

Em meados dos anos 2000, a trilogia de Christopher Nolan sobre o Batman trouxe um tom mais realista e sombrio aos filmes de super-heróis. *O Cavaleiro das Trevas*, em particular, é amplamente considerado um dos melhores filmes de super-heróis de todos os tempos.

[...] não há como negar o momento. De 2005 para cá, com o surgimento de *Batman Begins*, as produções com personagens de quadrinhos começaram a alcançar outro patamar cinematográfico, tanto em termos de investimento, quanto de excelência em relação ao gênero. (FELIZARDO, 2022)

Já no fim da década de 2000, o lançamento de *Homem de Ferro* marcou o início do Universo Cinematográfico da Marvel (MCU), um universo interconectado de filmes de super-heróis. Tornando-se um fenômeno cultural, com uma série de filmes interligados que culminaram em eventos como *Os Vingadores* e *Vingadores: Ultimato*, que se tornaram sucesso nas bilheteiras mundiais, com rendimentos bilionários.

Uma das fórmulas para a ascensão dos super-heróis consiste na diversificação notável nos personagens e nas histórias contadas. Personagens como Pantera Negra, Capitã Marvel e Mulher-Maravilha protagonizaram filmes de grande sucesso, oferecendo representação e diversidade.

Além disso, Felizardo (2022) pontua que os avanços na tecnologia de efeitos visuais proporcionaram a criação de mundos e poderes super-humanos de maneira convincente, tornando possível adaptar histórias de super-heróis de maneira mais fiel aos quadrinhos, resultando em uma audiência global, que particularmente atrai os olhares de um público vasto. Além de impulsionar a indústria cinematográfica para a produção de mais filmes do gênero.

Com *X-Men* esse processo não foi diferente, mesmo com filmes de heróis já sendo laçados anteriormente, tais como *Superman*. De acordo com Aliaga (2020), o caminho para os mutantes tingirem o sucesso nos cinemas foi árduo, tendo seu roteiro reescrito diversas vezes até chegar em sua versão final que fora crucial para o sucesso do filme.

Com o sucesso dos filmes, os super-heróis também conquistaram espaço em plataformas de *streaming* com séries de TV de alta qualidade, como *Demolidor* e *WandaVision*, expandindo ainda mais o alcance desses personagens, uma expansão assídua que culminou na ideia de trazer personagens de diferentes filmes e séries para *crossovers*, em eventos eficazes para manter o interesse dos fãs e criar entusiasmo contínuo em torno do universo dos super-heróis.

## Procedimentos metodológicos

Levando em consideração a retórica e o poder de persuasão, esta pesquisa teve como objetivo a aplicação de estudos argumentativos e retóricos, para que se possa compreender o discurso propagado dentro da obra cinematográfica e a sua influência para com os seus telespectadores.

Para a construção do presente trabalho, foi utilizado o tipo de pesquisa bibliográfica, na qual foi levantada questões acerca do ethos para o estudo e análise do *corpus* escolhido. Com base nos estudos retóricos, foi possível adentrar a fundo a pesquisa para desenvolver e relacionar a teoria com a obra, possibilitando, por fim, uma maior compreensão do poder de persuasão configurado no ethos.

A partir de estudos teóricos realizados com base na Retórica e Argumentação, este trabalho realizou a análise discursiva com base no ethos da personagem Mística, do filme *X-Men: Dias de um futuro esquecido*, foi analisado o contexto narrativo no qual a personagem está inserida, além de identificar seus valores sociais para uma melhor observação da personagem como antagonista/protagonista.

A análise foi realizada por meio do discurso apresentado pela personagem e, também pelo, discurso emanado por personagens ligados diretamente à Mística, com trechos retirados das falas destes, a fim de observar a construção negativa da personagem que, no final da obra, devido a tomadas de decisões positivas, se tornou a salvadora do mundo, causando um grande impacto no desenrolar da trama.

Será considerado também o contexto histórico e cultural da personagem, tendo em vista que está possui uma carga emocional bastante relevante, o que pode ter desencadeado suas ações no enredo do filme.

## Entendendo o corpus

*X-Men: Dias de um Futuro Esquecido* é um filme de super-heróis lançado em 2014, dirigido por Bryan Singer e parte da franquia *X-Men*. A trama mescla elementos dos quadrinhos da Marvel, apresentando uma narrativa complexa que envolve viagem no tempo e a sobrevivência dos mutantes.

A narrativa alterna entre o presente sombrio e a missão no passado, explorando o dilema ético de alterar o curso do tempo e as suas consequências. O filme oferece ação intensa, interações entre os personagens, e uma visão provocadora sobre a natureza da identidade e das escolhas.

No desfecho, as ações no passado influenciam um futuro alternativo mais otimista, demonstrando a capacidade de mudança e redenção, mas também a persistência dos desafios que os mutantes enfrentam em sua busca por coexistência pacífica com os humanos. Além disso, apresenta um enredo complexo e multifacetado que explora temas como sobrevivência, redenção, escolhas e a capacidade de mudar o destino.

O filme começa em um futuro distópico, em que os mutantes enfrentam a extinção devido à ameaça das Sentinelas, poderosas máquinas desenvolvidas para caçar e eliminar mutantes. Esse cenário estabelece um contexto sombrio e desesperado. Para evitar esse futuro apocalíptico, Wolverine (Hugh Jackman) é enviado de volta ao ano de 1973, uma época crucial em que um evento desencadeou a criação das Sentinelas. A viagem no tempo introduz o conceito de que as ações no passado podem moldar o futuro, desencadeando uma narrativa intricada com duas linhas temporais.

Wolverine tem a tarefa de unir os jovens Charles Xavier (*James McAvoy*) e Magneto (*Michael Fassbender*) para evitar o assassinato de Bolívar Trask (*Peter Dinklage*) por Mística (*Jennifer Lawrence*). Esse assassinato levou ao desenvolvimento das Sentinelas, que desencadeou a guerra contra os mutantes. A missão é uma corrida contra o tempo para mudar o curso da história.

O filme explora os personagens principais, particularmente Wolverine, Mística, Charles Xavier e Magneto. Eles enfrentam dilemas éticos, desenvolvendo seus arcos de personagem enquanto lidam com suas próprias histórias pessoais e traumas.

O enredo aborda a natureza das escolhas e a possibilidade de redenção. Personagens que uma vez foram adversários encontram a chance de se redimir e trabalhar juntos para um futuro melhor. As ações no passado têm um impacto direto no futuro, demonstrando a importância das escolhas e como pequenas mudanças podem ter efeitos significativos ao longo do tempo.

O filme termina com um futuro alternativo mais positivo, mostrando que a união e a mudança podem levar a um mundo melhor, apesar dos desafios. O enredo complexo e bem estruturado oferece uma reflexão sobre o poder das escolhas e a importância de lutar por um futuro melhor, mesmo diante das adversidades.

## **Análise do ethos da personagem Mística**

O objetivo desta análise é focar na construção da personagem Mística (*Jennifer Lawrence*), identificando como foi construído o ethos da personagem e o seu desenrolar em todo o enredo, destacando a impressão que ela e os demais personagens causam por meio de seus discursos.

Mística, desde o princípio, é posta como vilã, tendo em vista o enredo do filme, o qual trata-se de um futuro distópico, o qual os mutantes estão quase extintos, devido à caça desenfreada destes, pelas sentinelas (robôs gigantes criados para caçar e exterminar toda e qualquer ameaça mutante) que só foram criados devido a uma ação da personagem Mística no passado, levando à morte do criador das sentinelas, Dr. Bolivar Trask (*Peter Dinklage*). Esta ação mostra para o governo a possível ameaça que os mutantes podem se tornar, tendo a necessidade, então, da criação do programa sentinela para neutralizar a ameaça.

A personagem Mística, cujo poder de mutação é a metamorfose, utiliza-se das suas habilidades para se disfarçar entre os humanos devido sua real aparência, azul e cabelos vermelhos. Por conta disso, fora muito perseguida desde a infância, o que acabou contribuindo para sua revolta pessoal contra os humanos.

**Fragmento 1:**

**Mas tudo começou naquele dia em 73, quando matou pela primeira vez, o dia em que ela se tornou a Mística. (Charles Xavier)**

A partir desta fala do professor Charles Xavier, infere-se que a personagem Mística se tornou uma espécie de vilã, que ao tentar lutar pelos direitos mutantes, acabou tomando decisões que implicam diretamente no enredo da história.

A personagem é retratada como uma mutante que luta pela liberdade e igualdade dos mutantes. Seu ethos é moldado pela sua experiência de discriminação e busca pela aceitação de sua identidade mutante, o que a leva a se envolver em ativismo e ações para proteger seu povo. Ela representa a luta pelos direitos dos mutantes e a resistência contra a opressão.

Portanto, observa-se, de acordo com Maingueneau (2008), que o ethos não é uma característica intrínseca ou estática, mas é construído socialmente e varia de acordo com o contexto, o discurso e a audiência. Ele propõe uma abordagem interdisciplinar para entender como o ethos é moldado pela interação entre as características do locutor, as normas culturais e a situação comunicativa.

Nesse caso, a partir de todo contexto abordado no filme em cima da personagem Mística, tem-se a caracterização da personagem como vilã, tendo em vista toda sua construção a partir da perspectiva de outros personagens, que é reforçada a partir das ações tomadas pela personagem durante todo o filme.

**Fragmento 2:**

**Me perdoa Mística, mas com você viva, nunca estaremos seguros. (Magneto)**

A partir desta indagação do personagem Magneto, é pressuposto de que Mística é um perigo para a raça mutante, ele tenta matá-la antes dela executar a ação que viria ser a causa de toda a extinção mutante, seguindo o enredo do filme e com base na viagem temporal abordada na trama; fazendo isso, o futuro seria alterado. Contudo, Magneto falha na tentativa e Mística consegue escapar podendo dar andamento ao seu plano de matar Trask.

Na cena a qual o fragmento 2 fora retirado, temos o encontro dos personagens com Mística, durante uma reunião para discutir a relevância do programa sentinela, ela encontrava-se disfarçada, devido sua capacidade de mudar de forma.

A partir disso e com base em Amossy (2008), a imagem discursiva da personagem passa a ser relevante, tendo em vista a sua personalidade, as suas crenças, seus valores e suas experiências de vida, carregando uma carga emocional de peso, tendo em vista toda a luta enfrentada pela personagem. Amossy

(2008) destaca, também, a importância do ethos, a credibilidade do orador na argumentação. Ela explora como a construção e a apresentação do ethos afetam a persuasão e a aceitação do discurso explorando como os estereótipos são usados na retórica para influenciar a opinião pública. Esses estereótipos são imagens predefinidas e simplificadas que criam expectativas e moldam a percepção dos discursos.

Assim, no que diz respeito à personagem Mística, seu ethos também é marcado por uma certa complexidade moral, sendo retratada como uma personagem ambígua, cujas motivações podem oscilar entre o ativismo pelos direitos dos mutantes e suas próprias ambições pessoais. Essa dualidade reflete sua luta interna entre seu desejo de igualdade para os mutantes e sua história de enfrentar adversidades.

**Fragmento 3:**

**Só porque alguém tropeça e perde o caminho, não quer dizer que se perdeu para sempre, às vezes, todos precisamos de uma pequena ajuda.  
(Charles Xavier)**

O professor Xavier, que está sem seus poderes, devido a um soro que neutraliza o gene mutante, de repente se vê perturbado quando o efeito do medicamento começa a passar. Por meio de uma conversa com Wolverine, o professor sente-se motivado a não voltar a usar o medicamento, possibilitando, então, que Xavier voltasse a usar seus poderes, conseguindo acessar a mente de Logan, e vislumbrar o futuro de onde ele veio.

Ao entrar em contato com a mente de Wolverine, o Charles do passado consegue comunicar-se com o Charles do futuro e, com pouca esperança de conseguir persuadir Mística a não matar Trask, recebe um conselho bastante promissor, que revela sua fé restaurada com o passar dos anos, tendo em vista que Xavier conviveu vários anos com a personagem Mística, a qual, a partir da sua percepção, é uma mulher determinada ao ponto de enfrentar a discriminação e buscar a igualdade entre humanos e mutantes.

Os argumentos utilizados nessa cena se mostram muito válidos, pois, de acordo com Ferreira (2015), induz o telespectador a uma sensação de afeto, tendo em vista que o ser humano é um ser retórico, capaz de ser persuadido, dando ênfase ao discurso do professor Xavier, e evidenciando o poder que as palavras possuem, influenciando as impressões causadas no público-alvo, além de fazer com que estes mudem de opinião.

É necessário reforçar que esse terceiro fragmento traz uma abordagem que leva não só o público, mas também os personagens à reflexão, tendo em vista que denota um argumento, fazendo com que a perspectiva relacionada às atitudes da personagem Mística sejam alteradas levando-os a considerar que segundas chances são possíveis.

**Fragmento 4:**

**Eu sei o que o Trask fez, mas matá-lo não vai trazê-los de volta, vai colocar você num caminho do qual não tem mais volta, um ciclo infinito de mortes, nós e eles, até que não reste mais nada, mas podemos impedir isso agora, você e eu, você só precisa vir para casa. (Charles Xavier)**

Em diálogo mental com a personagem Mística, o professor Xavier tenta convencê-la de não matar Trask, mas ela parece determinada, tendo em vista todo o sofrimento que a raça mutante vem sofrendo, além do preconceito sofrido por eles diante a sociedade, ou seja, o tempo todo tem-se uma antagonista que está apenas tentando enfrentar o preconceito para garantir seus direitos de viver em sociedade, independentemente de ser ou não um mutante.

Assim, na perspectiva de Maingueneau (2008), o ethos é um componente fundamental da retórica e da análise do discurso, permitindo compreender a construção da identidade discursiva e as estratégias de persuasão que os locutores utilizam para estabelecer uma relação eficaz com sua audiência. Isso evidencia a importância da imagem discursiva mostrada no filme, que também é marcada por um dilema interno, oscilando entre métodos mais pacíficos e violentos para alcançar seus objetivos de lutar pela causa mutante. Essa dualidade da Mística é resultado de experiências passadas, que moldaram sua visão sobre o mundo e como ela acredita que deve lutar pela causa mutante. O filme explora seu conflito entre a busca pela paz e a revolta contra a opressão, tornando-a uma personagem complexa com motivações profundas.

**Fragmento 5:**

**Raven, por favor me escute, foi nos dada uma segunda chance para definir quem somos, não faça isso. (Charles Xavier)**

Na tentativa de fazer Mística mudar de ideia, o professor Xavier entra em sua mente no momento em que ela se prepara para cometer as ações que vão acarretar no futuro o qual Wolverine está tentando impedir que aconteça, tal ação mostra que a personagem, mesmo com todos os conselhos no decorrer do filme, está determinada, mesmo sabendo das consequências.

Após essa comunicação entre os dois, tem-se o clímax do filme, o qual Magneto, levado pela ira e sede de evitar um futuro de mortes e perseguição, acaba mudando sua percepção e tenta ele mesmo matar Trask, desencadeando, no público, um tom de surpresa, trazendo uma certa ambiguidade dos fatos que aconteceram até o momento no enredo da história, fazendo com que o público tenha dúvidas de quem realmente é o vilão, enriquecendo o discurso do filme a fim de prender o público.

A metáfora, no filme, é frequentemente usada para descrever a luta dos mutantes como uma alegoria para diferentes questões sociais, como discriminação e tolerância. Tem-se, também, a presença de figuras como a alegoria direcionada para a luta pelos direitos das minorias, usando os mutantes como representação de grupos marginalizados.

#### **Fragmento 6:**

- Raven, por favor, não nos torne no inimigo hoje. (Charles Xavier)
- Olhe em volta Charles, nós já somos. (Raven Darkhölme)
- Nem todos nós, tudo que você fez até agora, foi salvar a vida desses homens, pode mostrar a eles um caminho melhor.
- Eu tentei controlar você desde o dia que nos conhecemos, e olha onde viemos parar? Raven, tudo o que acontecer agora está em suas mãos, eu tenho fé em você, Raven. (Charles Xavier)

Por fim, tem-se o diálogo final entre o professor Xavier e a Mística, que definirá todo o clímax do filme, determinando ou não se as atitudes tomadas pela personagem acarretarão no futuro com o qual os mutantes estão tentando evitar.

Como se pode ver, no fragmento 6 tem-se uma conversação entre Mística e Xavier, após esse diálogo, momento em que mostra a redenção de Mística, as palavras de Xavier tocam os seus sentimentos e a faz refletir sobre as consequências das suas atitudes importantes, ditas pelo professor. Mística, então, opta por não matar Trask, e no momento dessa decisão, tem-se a alteração do futuro, o qual os mutantes estavam tentando evitar.

Após todos os eventos do filme, a visão sobre Mística varia entre os personagens e a forma como ela é percebida. Alguns a veem como uma figura icônica e heroica por sua escolha de não assassinar Trask, que teria desencadeado a perseguição aos mutantes. Ela se torna uma inspiração para a unidade e a possibilidade de coexistência pacífica entre humanos e mutantes.

Por outro lado, há aqueles que ainda a temem, pois ela é uma mutante poderosa capaz de se disfarçar como qualquer pessoa. A confiança nela pode estar abalada devido às suas ações passadas. A ambiguidade e a complexidade de seu personagem continuam a influenciar as percepções dos mutantes e humanos em relação a ela, criando debates sobre sua verdadeira natureza e intenções.

Podemos dizer que *X-Men: Dias de um Futuro Esquecido* apresenta diversas metáforas que refletem questões sociais e políticas. Ainda, podemos pensar que a trama da viagem no tempo é uma metáfora para a ideia de que as ações do presente podem moldar o futuro, ressaltando a importância da responsabilidade e da colaboração para evitar consequências desastrosas.

Além disso, a situação dos mutantes sendo caçados e perseguidos pelos Sentinelas pode ser entendida como uma metáfora para a discriminação e a luta contra o preconceito vividos por grupos minoritários na sociedade. Os mutantes representam uma minoria marginalizada, e sua luta por igualdade e aceitação é um tema central do filme.

A dualidade entre Charles Xavier e Magneto simboliza, também, diferentes abordagens na luta pelos direitos e aceitação dos mutantes: a pacífica e a diplomática (Xavier) versus a confrontacional e a radical (Magneto). Essa dualidade reflete estratégias reais na busca por igualdade e justiça.

Portanto, talvez, podemos pensar que o filme usa o contexto mutante como uma metáfora para explorar questões de discriminação, escolhas morais, responsabilidade e os desafios de alcançar a coexistência pacífica em um mundo diversificado.

## **Considerações Finais**

Assim sendo, pudemos observar que a compreensão dos diversos discursos é facilitada pela aplicação da retórica e dos estudos contemporâneos sobre argumentação. Torna-se, desse modo, perceptível que a construção de um personagem se dá de acordo com o discurso emanado por este e por personagens que se vinculam à sua esfera de comunicação na trama.

Vale ressaltar que o ethos da personagem Mística é crítico, pois suas ações no passado têm um impacto direto no futuro distópico dos mutantes. Ela enfrenta a responsabilidade de suas escolhas e a oportunidade de redenção, representando a ideia de que as ações individuais têm consequências significativas para a coletividade. Em resumo, seu ethos é marcado por sua luta pela igualdade mutante, sua complexidade moral e a sua jornada para encontrar sua verdadeira identidade, tudo isso influenciando pelas suas escolhas e pelas ações que moldam o mundo ao seu redor.

Podemos dizer que analisar o ethos de um personagem em uma narrativa é fundamental para compreender suas características, seus valores, sua credibilidade e seu comportamento ético ao longo da história, ajudando a entender suas motivações, suas escolhas e suas interações com outros personagens. Isso contribuindo para uma compreensão mais profunda da narrativa.

Portanto, a análise do ethos em um personagem em uma análise fílmica é crucial para uma compreensão mais completa da narrativa, suas implicações éticas e seu contexto mais amplo, permitindo uma apreciação mais profunda das mensagens e do significado por trás da história contada. Visto que a análise fílmica desempenha um papel importante na compreensão e apreciação do cinema como forma de arte e meio de comunicação permitindo uma análise mais profunda dos personagens, suas motivações, arcos de personagens e relacionamentos interativos, bem como a evolução da trama ao longo do filme.

Além disso, permite analisar o filme dentro do contexto histórico e social em que foi produzido, identificando reflexos da sociedade, ideologias e movimentos artísticos da época, facilitando a análise do subtexto, das camadas de significado e das possíveis interpretações alegóricas, enriquecendo a compreensão da narrativa e das mensagens implícitas.

Por fim, salientamos a importância desta pesquisa para os estudos linguísticos, os quais na última década vem ganhando espaço análises discursivas voltadas para o universo do audiovisual de modo geral, como os trabalhos de Barros (2021), Jesus (2016), Santana (2016, 2017, 2022), dentre outros de igual relevância.

## Referências

- ALIAGA, Victor. **20 anos de X-men e da invasão de heróis no cinema**. Ign Brasil. 2020. Disponível em: <https://br.ign.com/x-men-2/83672/feature/20-anos-de-x-men-e-da-invasao-de-herois-no-cinema> . Acesso em: 04, set 2023.
- AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BARROS, Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto. **Os Vingadores: mobilização dos discursos da religião, do mito, da tecnologia, da história. Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 21, n. 1, p. 51-68, jan/abr, 2021.
- FELIZARDO, Rafael. **Por que filmes de super heróis vêm fazendo tanto sucesso?**. Adoro Cinema. Disponível em: [adorocinema.com/noticias/filmes/noticia-161946/](http://adorocinema.com/noticias/filmes/noticia-161946/) . Acesso em: 04, set 2023.
- FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. 1. Ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2015.
- GUIMARÃES, Elisa. Figuras de retóricas e argumentação. In: MOSCA, L. do L. S. (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 3. ed. São Paulo: Associação editorial Humanitas, 2004. P. 145 – 159.
- HADDAD, Galit. Ethos Prévio e ethos discursivo: o exemplo de Romain Rolland. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 145-165.
- JESUS, Nicaelle Viturino dos Santos de. **“O senhor dos anéis: a sociedade do anel”: entre os mitos e as relações de poder/saber**. Dissertação de Mestrado em Letras. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016, 118f.
- MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 69-92
- MATEUS, Samuel. **Introdução à Retórica no Séc. XXI**. Covilhã: Editora LabCom. IFP, 2018.
- MOSCA, L. do L. S. (Org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 3. ed. São Paulo: Associação editorial Humanitas, 2004.
- SANTANA, Flávio Passos **Curtindo o curta sergipano: um olhar semiótico sobre Xandrilá**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.
- SANTANA, Flávio Passos. **A Intertextualidade como estratégia argumentativa: as imagens discursivas dos realizadores do 1º Festival do M1nuto da UFS**. Tese de Doutorado em Letras. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2022, 176f.

# UM OLHAR SOBRE ASPECTOS RETÓRICOS EM VÍDEOS COMERCIAIS AUTOMOBILÍSTICOS NO *YOUTUBE*

José Roberto da Silva Júnior (UFAL)

Deywid Wagner de Melo (UFAL)

O presente trabalho trata de aspectos retóricos em vídeos de comerciais automobilísticos divulgados na internet na plataforma *Youtube*. O foco da análise são aspectos retóricos presentes nesses comerciais que são divulgados em diversos meios, do clássico, que é a TV, às redes sociais, nas quais, há uma exploração recorrente desses mecanismos para divulgar o produto, ou seja, apresentar positivamente os veículos.

O trabalho teve como principal objetivo analisar quais aspectos retóricos mais ocorrem em vídeos de comerciais de carros que buscam persuadir ou influenciar o consumidor para a compra. Esse estudo filia-se, metodologicamente, à perspectiva qualitativa, pois dá ênfase ao processo dos dados e não ao produto final.

A estrutura do capítulo segue dividida em alguns tópicos, iniciando com o tópico intitulado “A retórica: breves conceitos”, seguindo com os tópicos “Os atos de convencer e persuadir” e “Lugares de argumentação (qualidade, quantidade, ordem, essência, existência, pessoa) e sobre a tríade retórica (*logos, ethos e pathos*). Mais adiante, está o tópico intitulado “Caracterizações da pesquisa e Constituição do corpus”, depois seguem as “Análises” de dois vídeos de comerciais escolhidos.

Após as análises, são feitas algumas considerações finais que apresentam a discussão sobre o alcance do objetivo da pesquisa, respostas das questões norteadoras apresentadas na caracterização da pesquisa, finalizando, assim, com a contribuição de uma pesquisa dessa natureza.

## **A retórica: breves conceitos**

A retórica tem sido usada como uma ferramenta persuasiva desde a Grécia antiga e ao longo do tempo. Nos séculos XX e XXI, voltou a ganhar força com a massiva difusão das ferramentas de comunicação e a sua utilização para a promoção de produtos, serviços e marcas através da publicidade e promoção (Santos; Santee, 2010).

Aristóteles entendia a retórica como a capacidade de encontrar em cada caso o que é adequado para a persuasão, sendo, desde então, a retórica considerada um campo de conhecimento baseado no discurso. Supõe-se, portanto, que a retórica se utiliza de recursos para fornecer ao locutor os meios de explorá-los para obter o consentimento de quem ouve e/ou lê as proposições que lhe são apresentadas.

O discurso retórico não se limita à lógica da razão, da racionalidade e dos fatos. Ele vai além, criando efeito emocional, tentando transmitir diferentes aspectos da linguagem, significados que um determinado locutor pode (re)construir diante de seu auditório social. Para Melo (2009),

A retórica também pode ser definida, de acordo com Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005) como a arte de convencer e persuadir o outro por meio do discurso, levando-o a fazer suas inferências, iluminando-o, utilizando-se, para isso, da linguagem, pois as ações que visam obter a adesão sem o uso dos elementos linguísticos, como um carinho, um tato, fogem do âmbito da argumentação (Melo, 2009, p. 22).

Desse ponto de vista, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) falam que a retórica também pode ser definida como a arte de convencer e persuadir o outro por meio do discurso, fazendo-o tirar conclusões, esclarecendo-o, utilizando para isso a linguagem.

Segundo Abreu (2004), “convencer, etimologicamente, é vencer junto ao outro e não contra ele, e persuadir é falar à emoção do outro, estando sua origem ligada, à preposição “per”, que quer dizer “por meio de” e “Suada” - deusa grega da persuasão (Abreu, 2004, p. 25). Para o autor, convencer e persuadir são distintos, enquanto este se refere à emoção; aquele à razão.

Desse ponto de vista, segundo o autor, a persuasão significa etimologicamente ganhar com o outro, não contra ele, a persuasão fala do sentimento do outro, pois sua origem está relacionada à cultura mitológica grega. O autor entende que convencer e persuadir são diferentes, estando a persuasão relacionada ao sentimento e não à razão.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o ato de convencer dirige-se unicamente à razão, por meio de raciocínio lógico e provas objetivas e o ato de persuadir refere-se ao sentimento do(s) interlocutor (es), procurando atingir o caráter ideológico e subjetivo através de argumentos. Infere-se daí que o ato de convencer alude a certezas, enquanto o de persuadir alude a inferências (Melo, 2009, p. 24).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) entendem que o ato de persuasão está relacionado ao sentimento do(s) interlocutor (es), buscando-se atingir objetivos ideológicos e subjetivos, o ato de convencer está relacionado à razão, ao raciocínio lógico e às evidências objetivas. Segundo Melo (2009, p. 24), “A convicção e a persuasão, embora possam se separar, podem aparecer imbricadas, uma vez que se possa utilizar também, no início de uma organização, um caráter mais bem voltado para as certezas e depois tentar sensibilizar-se com o fato”

Desse ponto de vista, a convicção e a persuasão, embora sejam diferentes, podem apresentar-se interligadas, pois também é possível fazer uso da linguagem com um caráter mais racional no início da fala e depois seguir sendo mais sensível ao fato ao qual se refira. Entretanto, Reboul (2004) não faz distinção entre convencer e persuadir, argumentando que para a retórica é necessário fazer com que alguém acredite no que se argumenta para que se consiga adesão ao que se propõe, pois “levar alguém a fazer algo sem nisso crer não é retórico, pois, para sê-lo, é preciso levá-lo a fazer sim, mas que, para isso, antes ele deve ter crido” (Melo, 2009, p. 24-25).

## Os lugares da argumentação

Os lugares da argumentação referem-se aos *topoi* de Aristóteles, que são definidos como uma espécie de depósitos fictícios de argumentos. Abreu (2009) os classifica em seis tipos: qualidade, quantidade, ordem, essência, existência e pessoa.

Usando esses lugares retóricos, qualquer orador pode explorar a hierarquia de valores de qualquer Auditório e tentar aumentar a intensidade da adesão. Assim, segundo Ferreira (2015, p. 70), “esses locais estão à disposição do orador para gerar argumentos e assim conquistar determinada audiência”.

Portanto, todos esses lugares retóricos/argumentativos estão disponíveis para serem utilizados por todos os falantes para construir argumentos e assim aumentarem a intensidade do engajamento diante de um determinado auditório.

Melo (2009, p. 27) entende que “lugares de qualidade se atém ao que é raro, por isso valorizado, único, a exemplo da vida que cada ser humano possui que é apenas uma, a qual deve ser zelada”. Essa definição mostra que os lugares de qualidade apontam para o que é único como foi exemplificado com a vida de cada pessoa, que é uma só, que deve ser cuidada para saber vivê-la.

O lugar de qualidade também indica que uma coisa é melhor que outra porque tem mais recursos em comparação com outras. Assim, “o lugar de qualidade se contrapõe ao lugar de quantidade, pois contesta a virtude do número. Valoriza o único, o raro” (Abreu, 2009, p. 88).

Já os Lugares de quantidade levam em conta às razões quantitativas, tendo como exemplo, a vitória de uma eleição como de um Presidente do país, dada num sistema democrático, no qual vence aquele que obtiver maior número de votos (Melo, 2009, p. 26). Esses lugares quantitativos consideram, portanto, razões quantitativas, ou seja, é caracterizado pelo uso de formas numéricas, pois “um bem que serve a um número muito grande de pessoas tem mais valor do que um bem que serve apenas a um pequeno grupo. Um bem mais durável é superior a um bem menos durável e assim por diante” (Abreu, 2009, p. 85-86).

Segundo o autor, esses lugares de quantidade consideram proporções quantitativas, ou seja, são caracterizados pelo uso de formas numéricas, pois “um bem que atende a um número muito grande de pessoas tem mais valor do que um

bem que atende apenas a um pequeno grupo”. Com relação ao lugar da ordem, Melo (2009, p. 27) afirma que: “Lugares de ordem, que se relacionam com as causas sobre os efeitos, a superioridade do posterior sobre o anterior, dos princípios sobre as finalidades, exemplificados pelo primeiro beijo, pelo (a) primeiro(a) namorado(a)”.

Para o autor, os lugares de ordem são associados a causas sobre efeitos, de posteriores ou anteriores, a exemplo do primeiro beijo, do primeiro caso amoroso. O lugar de ordem é, nesse sentido, um lugar que apresenta uma série de fatos, ou seja, primeiro a causa e depois o efeito produzido por ela.

Com relação aos lugares da essência, Melo (2009, p. 27) aponta que “são relativos ao que se valoriza numa pessoa quanto à representação, bem caracterizado de uma essência, como num concurso de canto, que se reconheça num determinado candidato àquilo que seu júri julga essencial em um cantor, toda representatividade desejada para tal”.

Em se tratando das organizações comerciais, percebe-se que o lugar de essência está relacionado às marcas do produto mais famosas no mercado. Um lugar de essência é caracterizado por tudo o que vem das pessoas e das coisas que melhor representam a classe a que pertencem. Supõe-se, portanto, que: “o lugar de essência valoriza indivíduos como representantes bem caracterizados de uma essência” (Abreu, 2009, p. 93-94).

E os lugares do existente que dão preferência àquilo que já existe em detrimento daquilo que não existe” (Abreu, 2004, p. 92). Exemplificam-se pelos lucros esperados por uma empresa que será atingida no próximo semestre, cotejando-se com os que se têm agora (Melo, 2009).

O lugar da existência é baseado na superioridade da realidade sobre o que poderia acontecer. A partir dessa posição retórica, o orador tenta falar sobre a vida, experiências no aqui e agora. Por isso, “o lugar do existente dá preferência àquilo que já existe em detrimento daquilo que não existe” (Abreu, 2009, p. 95-96).

Com relação ao lugar da pessoa,

são aqueles relacionados ao que se refere às pessoas, priorizando-as sobre todas as coisas. Abreu (2004) cita como exemplo um político que argumenta que construirá escolas, praças; outro lhe contraporá afirmando que melhorará primeiramente os salários dos servidores, isto é, dará preferências ao ser humano às coisas materiais (Melo, 2009, p. 27).

O lugar da pessoa trata de avaliar a ação realizada pela pessoa ou mesmo cuidar da pessoa, ou seja, esse lugar retórico mostra boas condições voltadas para o bem-estar do homem. Diante disso, “o lugar de pessoa afirma a superioridade daquilo que está ligado às pessoas. Primeiro as pessoas, depois as coisas! É o slogan que materializa esse lugar” (Abreu, 2009, p. 94-95).

## A tríade *ethos*, *pathos* e *logos*

Os três componentes da persuasão combinam três posições complementares que afetam cada movimento argumentativo. Na realidade, o tipo de argumento usado também afeta a estrutura e a imagem do orador, a expressão de seus sentimentos e a capacidade de inflamar o público.

Nos anúncios de carros estudados, o *ethos* é caracterizado pela marca e/ou empresa que vende o produto. O *pathos* consiste no despertar de paixões. Finalmente, o *logos* é caracterizado por uma cadeia de argumentos destinados a persuadir os espectadores que visualizaram o anúncio.

O *logos* diz respeito ao próprio discurso retórico, no qual a contradição, a diferença são elementos importantes. No *logos*, cada orador usa uma série de argumentos para convencer o público. Ele forma os argumentos racionais da mensagem, como características do produto ou qualquer outro tipo de informação técnica, como preço, por exemplo.

Segundo Melo (2009, p. 10), o *logos* “está para a argumentação propriamente dita, havendo a ideia de que os dois primeiros (*ethos* e *pathos*) são relativos à afetividade, enquanto o último (*logos*) relaciona-se à racionalidade”.

De acordo com Eggs (2016), o lugar que engendra o *ethos* é o *logos*. Assim, o auditório (*pathos*) atribui ao *ethos* características que consideram coerentes. Este movimento influencia na forma em que o *pathos* recebe os argumentos.

Para Melo (2009, p. 24-25), *ethos* constitui “um caráter moral esperado que um orador tenha ou ao menos pareça ter”. “O orador deverá ter uma postura de simpatia, de sinceridade e de sensatez”. “O *ethos* é uma excelência que não tem objeto próprio, mas se liga à pessoa, à imagem que o orador passa de si mesmo, e que o torna exemplar aos olhos do auditório, que então se dispõe a ouvi-lo e a segui-lo” (Meyer, 2007, p. 34-35).

Diante disso, o *ethos* refere às virtudes, do caráter do orador, da imagem que o orador cria de si mesmo, gerando confiança para determinado público. Na publicidade, podemos entender o *ethos* sendo caracterizada em um anúncio, como um produto, uma marca ou mesmo uma pessoa que aparece em uma campanha. Isso porque, na publicidade, se desperta a admiração no auditório que, por sua vez, poderá aderir ao argumento apresentado.

Percebe-se que um orador pode convencer por meio do caráter moral, constituído pelo *ethos*. Isso é possível quando o auditório/público cria uma confiança sobre esse orador. Para isso, o discurso, mesmo que o *logos* não seja prova, deve criar para o público uma ideia de que o orador seja uma pessoa racional, virtuosa e benevolente.

Quanto ao *pathos*, segundo Melo (2009, p. 10), constitui-se “no campo das emoções, dos sentimentos que deverão ser despertados no auditório pelo orador, fazendo-se certo diálogo com a psicologia”. E, para Reboul (2004, p. 48), “O *pathos* é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso”.

Especialmente na publicidade, o objetivo não é apenas melhorar o público, mas também atrair sua atenção e lembrá-lo da mensagem. O anunciante deve buscar conscientemente a maior empatia possível pelo destinatário, e para isso deve antecipar seus desejos e “conversar” com o consumidor de forma usual.

Se o orador quiser ser persuasivo, ele deve tentar despertar sentimentos e emoções no seu discurso, o que possivelmente criará um viés favorável à tese que defende. Assim, o *pathos* refere-se ao “conjunto de valores implícitos das respostas fora de questão, que alimentam as indagações que um indivíduo considera como pertinentes” (Meyer, 2007, p. 39). Portanto, *pathos* é entendido como um meio de persuasão que se refere aos sentimentos humanos, paixões e emoções que surgem no público/auditório ao longo de uma exposição/discussão.

### **Caracterização da pesquisa e constituição do corpus**

Nesse tópico, tratamos da metodologia da pesquisa com a sua caracterização e constituição do corpus, anunciando, a seguir, as análises. Trata-se do resultado de uma pesquisa para um trabalho de conclusão de curso.

É uma pesquisa de abordagem qualitativa (Paiva, 2019), não apresenta hipótese prévia definida, pois o que importa é o processo da pesquisa e não apenas o produto, entre outras características de uma abordagem dessa natureza. Apresentam, nesse sentido, as seguintes questões norteadoras: Quais aspectos retóricos são mais recorrentes em vídeos de comerciais automobilísticos? E qual a função social da retórica nesses vídeos? A busca por essas respostas constitui o fazer deste trabalho.

O *corpus* deste trabalho foi constituído por 5 vídeos de comerciais automobilísticos disponibilizados na plataforma *Youtube* pelo acesso gratuito e acessível à população. Entre os cinco vídeos, foram escolhidos dois para uma análise mais concentrada, considerando os acessos de visualizações dos vídeos escolhidos nessa ocasião<sup>14</sup>.

#### Análises das propagandas

As análises, a seguir, tomam por base os lugares retóricos (lugar de ordem, lugar de quantidade, lugar do existente, lugar da essência, lugar de qualidade e lugar da pessoa) e a tríade retórica (*logos*, *ethos* e *pathos*) como meios de persuasão.

Em 2011, a Nissan lançou um comercial intitulado “Pôneis malditos”, no qual mostra um motorista com o carro na lama, e o narrador começa falando “você quer um carro que tenha cavalos ou pôneis?” Logo em seguida, quando o motorista abre o capô do carro, ele vê uma mini floresta com um carrossel bem no centro com 3 pôneis cantando uma famosa música que mais tarde viria ter bastante

---

14 - Comercial 1: Pôneis Malditos: <https://www.youtube.com/watch?v=BZ-rGoTOESE>;

Comercial 2: Civic Geração 10 - Emoções: <https://www.youtube.com/watch?v=vDBzPLIZMF4>;

Comercial 3: Jeep Renegade - Trilha de Dia dos Pais: <https://www.youtube.com/watch?v=IcIS02EnBxY>;

Comercial 4: Jeep Renegade - Adventure Intelligence: <https://www.youtube.com/watch?v=FR4vi4JEES8>;

Comercial 5: Honda WR-V 2021 - Conforto e Dirigibilidade: <https://www.youtube.com/watch?v=LrH3pt0IJGs>

sucesso com o público. O comercial segue apresentando imagens da picape Nissan Frontier mostrando o seu lado mais bruto, a força do seu motor com 172 cavalos de potência e a boa capacidade de enfrentar todos os obstáculos (logos), seja na lama ou na estrada.

**Figura 1:** Personagem e o pônei (2011)



*Fonte:* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BZ-rGoTOESE>

**Figura 2:** Frontier e mais detalhes (2011)



*Fonte:* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BZ-rGoTOESE>

O lugar retórico da qualidade (Abreu, 2009) indica que uma coisa é melhor que outra porque é rara, no caso em questão, porque tem mais recursos, isso quando houver comparação entre elas. Então se percebe que esse lugar retórico foi utilizado nessa propaganda, pois mostram as duas picapes, a do personagem que não tem muita funcionalidade e a picape que está sendo vendida que ao contrário da do personagem, ela tem um motor mais potente e aguenta estradas com bastante lama. Essas características entendidas como raras em carro projetam outro lugar, que é o do existente.

O lugar do existente apresenta-se na propaganda, pois o personagem do comercial acaba atolando o veículo, por conta que o carro dessa personagem tem “pôneis” no motor e não “cavalos”, assim, os problemas em relação ao carro do personagem realmente existem e que conseqüentemente acabam deixando-o no prejuízo, portanto o lugar do existente se realiza quando aponta a relação daquilo que tem e não tem. O carro da personagem tem pôneis e não cavalos.

No entanto, o que possivelmente ainda não existe na casa do personagem é a picape Nissan frontier. Observa-se que aquilo que existe (o carro com “pôneis” no motor) é superior ao que não existe ainda (picape Nissan frontier).

Outro lugar retórico que foi bastante explorado na propaganda foi o da quantidade, pois “o lugar de quantidade é caracterizado pelo uso de formas numéricas” (Abreu, 2009, p. 85-86). É aqui que um é mais valioso do que o outro por razões quantitativas.

O anunciante aponta uma série de elementos que compõem a picape Nissan frontier, “a força do seu motor com 172 cavalos de potência e a boa capacidade de enfrentar todos os obstáculos, seja na lama ou na estrada”. Percebe-se um grande quantitativo de elementos que constituem a anunciada picape. Além desses, com um quantitativo de elementos eficazes sobre a picape, as razões numéricas tornam-se persuasivas.

Na propaganda, também é possível notar muito a presença do logos, pois “deve poder expressar as perguntas e as respostas preservando sua diferença” (Meyer, 2007, p. 40). Cada orador usa uma série de argumentos para influenciar e persuadir o público.

No vídeo comercial, o anunciante se utiliza muito do logos quando fala as características da picape Nissan Frontier, “a força do seu motor com 172 cavalos de potência e a boa capacidade de enfrentar todos os obstáculos...”, mostrando que a picape frontier é bem mais potente que a picape do personagem, usando elementos como “pôneis” para se referir ao motor da picape do homem e “cavalos” para se referir à picape frontier, fazendo com que chame a atenção do espectador podendo persuadir o outro a comprar a picape Nissan Frontier.

O *ethos* é bastante destacado também na propaganda, pois o *ethos* é entendido como “um caráter moral esperado que um orador tenha ou ao menos pareça ter, o orador deverá ter uma postura de simpatia, sinceridade e de sensatez.” (Melo, 2009, p. 10).

Na propaganda, o narrador apresenta os recursos que compõem a picape frontier, mostrando que ela é uma picape forte de verdade (ao contrário da picape do personagem que acabou atolando na lama), com 172 cavalos e é mais forte da categoria (constituição do logos), e finaliza falando “a Nissan tem um jeito inovador de pensar na força, pense em nissan” (logos), mostrando simpatia e um efeito afetivo pretendido em relação a picape frontier, constituindo-se, assim, também, o *pathos* na propaganda, pois “é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso”, segundo Reboul (2004, p. 48).

Assim, o modo como o discurso foi colocado é estratégico e persuasivo porque desperta, no auditório, sentimentos, paixões (*pathos*), as quais propiciam a possibilidade de o espectador adquirir a picape Nissan Frontier.

## **Análise do Vídeo Comercial 2: Civic Geração 10 - Emoções**

Em 2016, a Honda lançou um comercial intitulado “Civic Geração 10 - Emoções”, a famosa valsa “Danúbio Azul” ganhou uma nova versão no comercial. A propaganda começa apresentando um artista recebendo um prêmio importante e todos da plateia o aplaudem, porém, quando o artista recebe o prêmio, ele começa a cantarolar a valsa “Danúbio Azul”, com um semblante triste, logo após aparece ele dirigindo o Civic geração 10 cantarolando a valsa “Danúbio Azul” com um semblante bem mais alegre do que quando recebeu o prêmio.

O comercial segue mostrando outro personagem que aparentemente está chegando do trabalho e é surpreendido com uma festa surpresa e começa a cantarolar a valsa com uma expressão triste e, em seguida, aparece dirigindo o Civic geração 10 da Honda cantarolando mais alegre e são mostrados mais detalhes do carro. Logo depois aparece outro personagem saltando de paraquedas e, enquanto está caindo, começa a bocejar (mostrando uma reação dele como se aquilo não fosse emocionante para ele), depois reaparece dirigindo o Civic geração 10 cantarolando a valsa bem mais alegre e mais detalhes do carro também são apresentados.

Posteriormente, surge outro personagem que está em um passeio de balão cantarolando sem emoção e com um semblante triste, mostrando a mesma valsa durante a propaganda inteira, logo, em seguida, aparece a personagem dirigindo o Civic geração 10, daí segue cantarolando mais alto a valsa com um semblante mais feliz e também são mostrados mais detalhes de dentro do carro.

Depois são apresentados os últimos personagens da propaganda, eles estão sentados e aparece uma estrela cadente no céu e eles acabam vendo-a e começam a cantarolar a valsa com uns aspectos tristes e cansados, sem delongas, o vídeo os mostra dirigindo o Civic geração 10 de forma mais alegres e cantarolando novamente a valsa.

Em seguida, o narrador do vídeo comercial fala que “ele [o carro] chegou para ser um de suas emoções”, e a propaganda finaliza apresentando todos os personagens dirigindo seus respectivos Civic geração 10, cantarolando a valsa com expressões de alegria no rosto por estarem dirigindo o carro anunciado no comercial.

**Figura 3:** Civic Geração 10 mostrado em várias cores (2011).



*Fonte:* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vDBzPLIZMF4>

**Figura 4:** Personagem feliz dirigindo o Civic Geração 10 (2011)



*Fonte:* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vDBzPLIZMF4>

O lugar retórico da qualidade (Abreu, 2009) indica que algo é melhor que outro pelos recursos mais raros que tem em comparação com outro. Percebe-se que esse lugar retórico foi utilizado, pois na propaganda se tem o Civic 10 como melhor carro de sua categoria e é um carro para pessoas que buscam emoção, pessoas que buscam um carro famoso que esteja no mercado, que proporcione aquilo que é raro que, no caso, é um carro oferecer, satisfatoriamente, prazer e emoção. Pode-se perceber, também que o lugar da qualidade se funde com o lugar do existente, pois prazer e emoção como algo raro que um carro possa oferecer isso passa a ser um diferencial de que esse sentimento despertado nos motoristas do carro em tela só existe com esse carro em especial e não com quaisquer outros automóveis.

Na propaganda é possível perceber também a presença do lugar de pessoa, pois, “o lugar de pessoa afirma a superioridade daquilo que está ligado às pessoas. Primeiro as pessoas, depois as coisas! é o slogan que materializa esse lugar” (Abreu, 2009, p. 94-95). No vídeo comercial, o anunciante apresenta vários casos de pessoas que estão infelizes com suas vidas, sejam elas recebendo um prêmio,

pulando de paraquedas, recebendo um aniversário surpresa, mais ficam alegres quando estão dirigindo o novo Civic Geração 10, e o narrador do comercial fala que o carro chegou para ser uma de suas novas emoções (já que os personagens estavam infelizes com suas vidas/rotinas), então se pode perceber que o anunciante intui priorizar a felicidade das pessoas, mas por meio do carro, ou seja, esse lugar retórico tende a mostrar melhores condições voltadas para o bem-estar dos personagens na propaganda.

O *pathos*, conseqüentemente, é constituído na propaganda, pois “é o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso”, segundo Reboul (2004, p. 48). Assim, o modo como o discurso foi colocado é estratégico e persuasivo porque desperta, no auditório, sentimentos, paixões (*pathos*), as quais propiciam a possibilidade de o espectador adquirir o Civic Geração 10.

O anunciante é colocado buscando a maior empatia possível pelos espectadores, mostrando que o carro chegou para ser uma de suas novas emoções, na propaganda também é apresentada uma nova versão da famosa valsa “Danúbio Azul”, e muitas pessoas por reconhecerem o som dessa valsa, vão se interessar mais em assistir o comercial.

E o anunciante fala que o carro é inesperado como você esperava, mostrando que os personagens/público procuram algo para satisfazer seus desejos, paixões e o Civic Geração 10 traz tudo o que ele propõe a ser, um carro que chegou para ser uma de suas novas emoções.

Por fim, o *ethos* é destacado na propaganda, pois o *ethos* é entendido como “um caráter moral esperado” que um orador tenha ou ao menos pareça ter, o orador deverá ter uma postura de simpatia, sinceridade e de sensatez.” (Melo, 2009, p.10), e marca Honda Civic projeta-se com credibilidade da sua imagem diante do seu auditório, possível consumidor.

Na propaganda, o narrador apresenta os recursos (*logos*) que compõem o Civic Geração 10, mostrando que ele é um carro para pessoas que buscam emoção, pessoas que buscam um carro famoso que esteja no mercado, e o narrador do comercial fala que o carro chegou para ser uma de suas novas emoções (já que os personagens estavam infelizes com suas vidas/rotinas). Percebe-se, assim, a imbricação dos três meios de persuasão: *pathos*, *ethos* e *logos*, destacando-se o *pathos* pelo vídeo automobilístico ser pautado na emoção e nos sentimentos.

## Considerações finais

Após as reflexões teóricas, por meio das análises, o objetivo deste trabalho foi analisar como os aspectos retóricos mais recorrentes, quais sejam: a tríade retórica e os lugares da argumentação, apresentaram-se no anúncio publicitário de vídeos de comerciais de automóveis. A partir da análise retórica, foi possível observar que os anunciantes utilizaram as duas categorias escolhidas (tríade

retórica: *ethos*, *logos* e *pathos*) e lugares da argumentação (lugar da ordem, da quantidade, do existente, da qualidade, da essência e da pessoa) para a organização e a realização da pesquisa.

Durante o estudo, foi possível perceber que a retórica é um recurso de estratégia discursiva amplamente utilizada na criação de uma mensagem persuasiva de comunicação de massa por meio de estilo e argumentação.

No que diz respeito à utilização da tríade retórica, concordamos com Meyer (2007), que explora a ideia de *ethos*, *pathos* e *logos*, que em conjunto contribuem para uma melhor compreensão dos discursos persuasivos. Além disso, as persuasões são como um tripé em que a existência de uma é a existência da outra (Meyer, 2007). Nos anúncios de carros estudados, a comunicação entre *ethos*, *pathos* e *logos* é necessária para adesão do público, criar uma imagem positiva do produto ou marca e vender motivos convincentes.

O *ethos* é caracterizado pela imagem da marca que vende o produto; *pathos* consiste nas emoções que podem ser despertadas em todos. Finalmente, o *logos* é caracterizado por uma cadeia de argumentos destinados a persuadir os espectadores que visualizam o anúncio para comprar o produto em questão.

A partir dos “lugares da argumentação” foi possível identificar o lugar da ordem, da quantidade, do existente, da essência e da pessoa. Nos dois anúncios analisados, há indícios da busca de lugares na elaboração (*inventio*) do discurso retórico, conforme Abreu (2009), e que foram levados em consideração. A utilização desses “lugares da argumentação”, aliados à “tríade retórica”, enfatiza o sentido persuasivo presente nos referidos vídeos.

Por fim, este trabalho teve como objetivo contribuir para a pesquisa sobre os aspectos retóricos de propagandas de automóveis veiculadas na internet por meio da plataforma *You-tube*. Essas análises apresentaram categorias retóricas como a “tríade retórica” e aos “lugares da argumentação” que são recursos utilizados, predominantemente, pelos anunciantes nas propagandas, em análise, dos vídeos de automóveis, respondendo assim às questões norteadoras da pesquisa que se referem a quais aspectos retóricos são mais recorrentes em vídeos de comerciais automobilísticos, bem como qual à função social da retórica nesse contexto que é de despertar para tais aspectos presentes em propagandas de um modo geral.

Diante do que foi analisado, pode-se dizer que os vídeos estudados de comerciais de automóveis fizeram uso de aspectos retóricos que visavam persuadir o público, apresentando uma função social da retórica, nessa ocasião, a de persuadir os usuários/compradores de carros, influenciando-os, de alguma forma, contribuindo, assim, esse trabalho para que sujeitos possam observar essas estratégias retóricas no momento que tiverem em suas práticas sociais capitalistas, para que possam fazer compras, sobretudo de algo que tem um valor alto como é um automóvel, considerando-se a realidade da população brasileira, de forma mais consciente, equilibrando os aspectos racionais e emocionais.

## Referências

- ABREU, Antônio Soares. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 7. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016
- FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2015.
- MELO, Deywid Wagner de. **Uma análise retórica do gênero discursivo oral defesa pública**. Maceió: Edufal, 2009.
- MEYER, Michel. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.
- PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **Manual de pesquisa em Estudos Linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019. 160 p
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SANTOS, G. F. C. dos; SANTEE, N. R. A linguagem retórica da propaganda: uma análise comparativa. **Comunicação & Informação**, Goiânia, GO, v. 13, n. 1, p.10-24, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/19283>>.
- ROCHA, Max Silva da; SANTOS, Maria Francisca Oliveira. Os argumentos quase lógicos e os lugares da argumentação no gênero propaganda oral radiofônica. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 196–217, 2020. DOI: 10.14393/DL40-v14n1a2020-7. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/47597>. Acesso em: 7 jan. 2024.

# O PERCURSO HISTORIOGRÁFICO E INQUIETO DA ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA: ENTRE HERANÇAS, LEGADOS E RUPTURAS

Francisca Mônica da Silva Santos (UFPI)

## Considerações iniciais

Conhecimento algum parte do zero, principalmente o conhecimento dito científico. É pretencioso pensar que o conhecimento se origina em algum lugar ou com alguém. Para o analista de discurso é necessário preservar tais pensamentos, tendo em vista que, na Análise de Discurso (doravante AD), o conhecimento não se dá de forma linear e nem acumulativa, mas sim por saltos e mudanças (Possenti, 2011), em outros termos, por continuidades e descontinuidades (Koerner, 2014). Nesse contexto, ao se produzir conhecimentos científicos, é necessário reconhecer que toda produção científica é lacunosa, e quando essas lacunas são encontradas, surge uma narrativa e as aponta, de forma a evidenciá-las e propor o surgimento de uma nova por meio de um rompimento conceitual, surge, assim, um novo olhar, e – talvez – uma nova teoria.

Com a AD não ocorreu de forma diferente, Pêcheux observou a ocorrência de falhas em áreas diversas, como a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo, bem como nas Ciências Sociais em geral (principalmente, na Psicologia Social). E foram as falhas observadas nessas áreas que propiciaram a consolidação do que hoje conhecemos por AD.

No entanto, no princípio da AD, também houve lacunas nas propostas pecheutianas, que foram resolvidas em trabalhos posteriores do próprio Pêcheux e de outros teóricos que se aventuraram na área e fora dela. Daí a AD ter passado por três fases (três épocas) ainda com Pêcheux vivo, na França. Por conseguinte, suas filiações teóricas seguiram em continuidade principalmente no Brasil, e estão em pleno desenvolvimento nos dias que seguem (destaque para os trabalhos de Eni P. Orlandi). Ambos os momentos (ou seja, as três fases com Pêcheux e a continuidade da AD no Brasil) são marcados por fortes conjunturas histórico-políticas,

principalmente na França com o reconhecimento dos partidos de esquerda após a Segunda Guerra Mundial. É desse contexto que decorre o ativismo político de Pêcheux e a influência política sobre suas teorias. No Brasil, o contexto era outro, vivia-se um momento obscuro, a Ditadura Militar.

Assim, a AD de Pêcheux, além de lacunas, contou com diversas inspirações, como foi o caso de Althusser para formular a respeito da ideologia, Marx no materialismo histórico, Lacan e Freud quanto à subjetividade do sujeito, Harris no que concerne aos efeitos de sentido (Maldidier, 2017), Saussure na língua como sistema e no que concerne a sua subjetividade, e Foucault em relação à posição do sujeito, às formações discursivas e ao arquivo. Seus empreendimentos transformaram a AD tanto em área quanto em disciplina de entremeio, pois contou com aspectos da Linguística, da História (precisamente do Materialismo Histórico) e da Psicanálise.

Nesse seguimento, Pêcheux se apoiou criticamente em trabalhos e teorias vigentes para formular o que seria uma nova epistemologia. Ao mencionarmos epistemologia, é interessante ressaltar que mais do que uma ciência, a AD é considerada uma epistemologia da ciência (Possenti, 2011). A AD tornou-se, assim, a grande epistemologia das descontinuidades, pois descontinuou com diversas noções, como as de: sujeito livre, linguagem transparente, situação, sentido restrito ao texto, enunciado, entre outras; e, com diversas áreas da própria Linguística, como a Pragmática, a Enunciação, a Semântica, entre outras. Nesse sentido, a AD fez de si uma teoria heterogênea, contando com contribuições de distintas áreas e no entremeio com outras, tornando-se o que é hoje.

Assim, tanto as falhas quanto as críticas são constitutivas da AD, de seu percurso. Constitutivas de sua história. É, nesse contexto, que nas linhas seguintes encontrar-se-á um percurso historiográfico da AD. Mas não a chamada de francesa, de anglo-saxã, de mexicana, mas a de filiação com Pêcheux, melhor dizendo, da **AD materialista**<sup>15</sup>.

---

15- É importante mencionar que a AD caracterizada nesses moldes por conta da forte ligação política de Pêcheux com as teorias marxistas e que foram base para a formulação da própria AD. Isto é, a base da AD é o estudo do discurso a partir de seu aspecto material, daí ser chamada de teoria objetiva da subjetividade, pois tende a olhar para a contradição que há nas realidades subjetivadas pelos sujeitos no contato com a objetividade do real. Contradição esta moldada pelo ideológico. É isso que irá moldar seus discursos e, principalmente, a relação do sujeito com o sentido. Sobre isso, Vinhas (2020) informa que “a própria designação de teoria materialista dos processos discursivos, empregada para se fazer referência à Análise de Discurso, já adianta o caráter basilar que a forma material possui na constituição do dispositivo teórico-analítico. Isso significa que sujeito e sentido se constituem a partir de uma forma de existência material, sendo a língua o principal lugar de materialização da ideologia” (Vinhas, 2020, p. 203).

## O que havia antes da consolidação da AD?

Antes da consolidação da AD, enquanto área, havia alguns estudos sob a denominação de discurso (no entanto, não era ainda o discurso conforme entendido pela AD). Desde a Antiguidade, trabalhavam-se as partes integrantes do “discurso”. Nesse caso, o discurso era entendido, restritamente, como o produto da escrita, a identificação de seus elementos, a composição de sentenças. Especificamente, era a classe de palavras, como hoje é conhecida. Colombat, Fournier e Puech (2017) dirão que, na Grécia, esses indícios era uma “pré-história” do saber linguístico, conforme o trecho a seguir:

A pré-história do pensamento linguístico no mundo grego se desenvolve segundo duas linhas de forças: 1) o desenvolvimento de ideias sobre os sentidos das palavras a partir de uma reflexão sobre o nome próprio, depois sobre um nome comum e a palavra; 2) a passagem de uma vista global sobre o discurso apreendido nas suas qualidades, para sua *análise*, isto é, a identificação dos elementos que o compõem. Esse desenvolvimento é percorrido por duas questões essenciais: a questão da denominação e a da relação da linguagem com a realidade (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 81).

Nas discussões de Colombat, Fournier e Puech (2017), é possível perceber que há, desde muito tempo, uma preocupação com a significação da linguagem (isto é, com a procura pelos sentidos das palavras) e com os elementos que irão compor o “discurso”, consoante apreendido na época. Outra preocupação presente no trecho, que se tornará muito cara à AD, é a da relação da linguagem com o real. Essa preocupação corrobora que desde essa época já se havia uma necessidade de estabelecer tal relação.

Seguindo com Colombat, Fournier e Puech (2017), os autores apontam que houve um interesse, desde o período arcaico, sobre a manifestação da língua no “discurso”, abundante nos poetas desse período: por exemplo, Homero ao caracterizar Ulisses, na *Ilíada*, o fez como persuasivo discursivamente, em que esse caráter persuasivo versava sob “a forma de imagens que qualificam um discurso enquanto ele oculta um poder: aquele de seduzir, convencer, agir sobre o outro, enganar eventualmente” (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 80). Há aqui indícios de uma noção de retórica (técnica de persuasão que se utiliza da fala para tal). Em relação ao “discurso” escrito, Colombat, Fournier e Puech (2017) demonstram que era caracterizado, quase findando o século VI a.C, como *Logos*, isto é, o discurso “em prosa”. No entanto, o termo passou por evoluções semânticas conforme os séculos se seguiam.

Dessa forma, estudiosos, como estoicos e gramáticos gregos, entenderam por “partes do discurso” as palavras (*lexis*, para alguns) organizadas por categorias, isso fez a noção do termo “palavra” perder o seu prestígio na época (Colombat; Fournier; Puech, 2017). Isso resultou na esquematização (ordenação) das “partes do discurso”, passando de apenas duas partes (como antes eram classificados os componentes do enunciado) para outras mais. Como, por exemplo, no capítulo XX

da Poética, no qual Aristóteles passa a considerar oito partes da *lexis*<sup>16</sup>, incluindo dentre elas três “partes do discurso” (no sentido de “classe de palavras”) como o nome, o verbo e a conjunção<sup>17</sup>, corroborado no trecho que segue:

Muito técnico, esse capítulo XX [...] é consagrado ao recorte da *lexis*, quer dizer, a língua visualizada sob o seu aspecto material [...], o que se pode denominar de significante. As unidades, as “partes” (“*meré*”) que compõem essa *lexis* são oito: elemento, sílaba, conjunção, articulação, nome, verbo, caso, enunciado. Elas são apresentadas de modo hierarquizado: Aristóteles parte dos elementos não significantes (a-sma), os quatro primeiros, e acrescenta aos três elementos significantes, nomes, verbos e enunciados, o “caso”, categoria à parte, que se insere entre verbos e enunciados (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 97).

Esse esquema de Aristóteles seguirá como um legado para os estoicos, que o ampliaram e o completaram posteriormente, haja vista que apenas algumas partes desse esquema aristotélico estão próximas de um sentido de “partes do discurso”. Porém, não no “sentido restrito e moderno dos sintagmas” (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 99).

Essas, no entanto, não foram as únicas investidas de Aristóteles na língua e no “discurso”, visto que trabalhou também com a retórica. Segundo Fuchs (1985), os elementos essenciais da retórica foram ensaiados primeiramente por Aristóteles no século IV a.C, seguindo em continuidade e descontinuidade ao longo dos séculos pós-aristotélicos.

A arte da retórica aristotélica estava ligada a técnicas de persuasão utilizadas por um sujeito falante que as adequava conforme os sujeitos interlocutores e as situações de quem as empregavam, utilizadas principalmente no meio jurídico, de forma a persuadir o auditório durante uma audição jurídica em que se tornam necessárias tais técnicas, conforme explicita Fuchs (1985) no trecho que segue logo abaixo:

Ela apresenta-se como arte, técnica de produção de discursos persuasivos em situação, cujo o modelo é o discurso jurídico. [...] Arte ou técnica, isto é, um conjunto de “receitas” dirigindo-se para um sujeito concebido como agente produtor, criador de discurso, e visando permitir-lhe persuadir, convencer seu auditório (assim, no discurso argumentativo jurídico, deve-se sustentar “a favor” ou “contra” uma certa causa, e tentar conquistar a adesão dos juízes). As receitas da produção de tais discursos são, por conseguinte, diversificadas segundo os sujeitos e as situações de produção (Fuchs, 1985, p. 111-112).

Como já foi mencionada anteriormente, a retórica de Aristóteles diz respeito a técnicas empregadas por meio da fala, em um diálogo, e não no meio escrito como passará a ser utilizada mais tarde por análises que envolvem o discurso.

16 - Em Aristóteles, a *lexis* é entendida como a língua encarada sob o seu aspecto material (Colombat; Fournier; Puech, 2017).

17 - Apesar de Colombat, Fournier e Puech (2017) ainda considerarem que a “articulação” pode também pretender o lugar de “parte do discurso”.

Nesse sentido, Fuchs (1985) compreende que a retórica, apesar de seu declínio e após a tentativa de ascensão (por volta do século XVIII), tem inspirado diversas teorias contemporâneas que tomam a linguagem, como o caso do que ela chamará de “teorias do discurso”<sup>18</sup>, nas perspectivas sociolinguísticas e/ou que envolvem a ideologia agregada à política (acredita-se aqui que a autora se referia a AD de Pêcheux com as contribuições obtidas a partir de Althusser, voltaremos a essa questão em momentos posteriores), de acordo com o trecho em seguida:

*As teorias do discurso retomam, em uma perspectiva sociolinguística ou ideológico-político, um certo número de conceitos aristotélicos como, por exemplo, os de “papel”, de “lugar” e de “imagem” (aos quais são anexados outros, que se inserem claramente na mesma perspectiva, como as noções de “máscara”, de “simulação”, de “convivência” etc.). Notar-se-á que esses empréstimos da retórica, ao nível da concepção teórica básica do discurso; aliam-se curiosamente, como recurso, na prática de análise, às técnicas linguísticas estruturalistas” [...], cuja inspiração teórica é, no entanto, muito distante da retórica (Fuchs, 1985, p. 113).*

Fuchs (1985) toca em termos caros para a AD, como “lugar” e “imagem”. Termos estes que ganharão uma nova roupagem com a perspectiva teórica em questão. “Lugar” passará a ser uma instância ocupada pelo sujeito para que o seu dizer se torne possível, no entanto, a forma como opera desse lugar não é transparente para si mesmo. Enquanto a “imagem” está intimamente ligada com o termo “relações imaginárias”, no qual o sujeito terá uma imagem formada de si, uma outra imagem formada do outro e esse outro terá uma imagem formada do sujeito, o que influenciará diretamente no discurso de ambos.

Enquanto que a AD de filiação de Maingueneau, que trabalhará mais fortemente com esses termos retóricos cunhados anteriormente por Aristóteles, se inspirará nos “pisteis”<sup>19</sup> (“provas” em português) – precisamente nos parâmetros “ethos”<sup>20</sup>, “pathos”<sup>21</sup> e “logos”<sup>22</sup> (FUCHS, 1985) –, para trabalhar o uso da “imagem” enquanto elemento de persuasão no discurso de um sujeito enunciador.

---

18 - Marcado entre aspas duplas por conta de, na AD, não se reconhecer a “teoria do discurso” como mais de uma, mas como uma teoria com linhas e filiações diversas.

19 - Uma das três partes persuasivas da retórica, juntamente com a “lexis” (elocução) e a “táxis” (disposição), as quais irão orientar o sujeito orador na produção de seu discurso.

Constituem uma espécie de inventário ou de relações imaginárias (mas não sentido “completo” utilizado hoje pela AD), nas quais o sujeito orador, do lugar que ocupa, projeta imagens do referente tomadas como estratégia argumentativa (Fuchs, 1985).

20 - Uma série de critérios (parâmetros) relacionadas ao sujeito orador, isto é, a imagem que faz de si, o papel e o lugar que a situação oratória (ou gênero) irá lhe atribuir (Fuchs, 1985).

21 - A imagem que o sujeito pretende expor ao seu referente por meio do discurso que adota, de modo a vislumbrar a forma como os seus argumentos serão recebidos de acordo com o papel e o lugar ocupados pelo referente (Fuchs, 1985).

22 - O conjunto de critérios relativos ao tema do discurso, que determinará quais argumentos utilizar, quais provas apresentará de acordo com a situação (Fuchs, 1985).

O “logos” de Aristóteles se diferencia do Logos apresentado mais acima nas discussões do texto de Colombat, Fournier e Puech (2017).

Outra questão cara e que Fuchs (1985) retoma é a relação da AD com o estruturalismo, principalmente o de filiação saussuriana no início do século XX. O “corte” causado pelo *Curso de Linguística Geral* (doravante CLG, que foi publicado em 1916 com contribuições póstumas de Saussure, por meio de anotações de suas aulas sobre as noções de signo, de língua e de valor etc.), cuja autoria se atribuiu a Saussure, consolida a Linguística como ciência autônoma da linguagem (chegando a ganhar o status de “ciência-piloto” dentre as Ciências Humanas). No CLG é delimitado o método e o objeto de estudo central, colocando em evidência dicotomias, e a mais importantes dentre elas: a dicotomia entre língua e fala. Língua passará a ser tratada como um sistema estrutural e como um fato social, na qual Saussure concentrará propositalmente seus esforços. Essa relação dicotômica, assim como o valor, a língua como sistêmica e social, o caso da metáfora, a noção de contradição, a relação língua e discurso, e um sujeito psicológico, consciente e livre, servirão de apoios críticos para a formulação da AD enquanto campo.

Além do estruturalismo saussuriano, há ainda outros estudos que podem se dizer “preliminares” (embora o caráter desses estudos seja assistemático, de épocas distintas e sob perspectivas diversas) no que concerne não ao discurso em si, mas da língua funcionando para a produção de sentidos, conforme interessa para a AD. É o caso M. Bréal no século XIX, anterior a Saussure, que com a sua semântica histórica, como dirá Orlandi (2020), já estudava o texto em sua materialidade linguística. Já posterior a Saussure, têm-se os formalistas russos, por volta dos anos 20-30 do século XX, nos estudos que focavam também a estrutura textual, e que já conjecturavam uma análise diferente da análise de conteúdo (Orlandi, 2020). Isto é, uma análise que não estaria à procura do que o texto significa, mas como ele significa. E é assim que fará a AD: o texto passará a ser concebido em sua discursividade.

Por conseguinte, Orlandi (2020) menciona o estruturalista norte-americano Zelling Harris que, por volta dos anos 50, rejeita a forma conteudista de análise do texto, pois encarava o texto como um alongamento da frase. A AD, no entanto, não reconhece o texto dessa forma. Foi Harris o primeiro a empregar o termo “análise do discurso” no seu artigo “Discourse Analysis”, de 1952 (Mazière, 2007), antes da consolidação do termo por volta de 1969. Em 1971, Harris retorna como inspiração para o método da AD (Maldidier, 2017). Ainda que, esclarece Maldidier (2017), não seja uma inspiração realizada de forma explícita.

Continuando no estruturalismo, Orlandi (2020) menciona M.A.K. Halliday, que descreveu o texto como unidade fundamental de análise sobre a linguagem, pensando na linguagem em uso. Porém, divergindo da AD, não considera a ideologia nem a materialidade da língua em tal forma de análise (Orlandi, 2020), se restringindo apenas na descrição.

As questões estruturalistas (primordialmente as saussurianas) serão retomadas mais à frente, quando forem expostas as rupturas promulgadas por Pêcheux, ocorrendo essa antecipação apenas em respeito à cronologia que se

pretende estabelecer nesse percurso. Nesse contexto, e em conformidade com o que foi discutido até aqui, percebe-se que havia noções de/do “discurso” que não são as mesmas do sentido dado nos termos pecheutianos, bem como de percepções sobre a língua já atuando para a produção de sentidos, assim como também noções estruturalistas que servirão de apoio para uma ruptura na formulação de uma teoria do discurso. Dessa maneira, tais noções ratificam que não havia uma total ausência de estudos sob a denominação de discurso (acontecendo em Pêcheux apenas uma reformulação de sentido) e de estudos antecedentes do que a AD sistematiza e descontinua em dado momento.

### **Preparação de terreno: Thomas Herbert e AAD-69**

A preparação de terreno para uma fissura teórica, que seria o prelúdio de uma AD, surge com Thomas Herbert, que se trata de um pseudônimo utilizado por Pêcheux para causar uma ruptura no campo ao qual estava filiado (isto é, o campo das Ciências Sociais, especialmente o da Psicologia Social) conforme sugere o título de seu primeiro trabalho “Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social” de 1966 (Henry, 1997). O filósofo assume tal denominação por conta de sua formação em filosofia e de seu ingresso no Laboratório de Psicologia Social, necessitando de um distanciamento, que funcionava, porém, como uma abertura para um instrumento científico das ciências sociais (que seria a *Análise Automática do Discurso* de 1969, ou simplesmente AAD-69).

Em seu primeiro texto, mais do que críticas ao fazer científico vigente na época e o apontamento de uma necessidade de ruptura na prática científica social, Herbert ([1966] 2011) tece reflexões que colocam em evidência uma abertura para uma ciência da ideologia, na qual concentrarão seus esforços no segundo artigo de 1968, assim como também engendra algumas noções que se tornarão basilares para a AD, ainda que esse engendramento caísse sobre outra área e não a respeito da linguagem, como, por exemplo, as noções embrionárias de: “condições de produção”<sup>23</sup> sociais<sup>24</sup> de uma sociedade dividida em classes<sup>25</sup>; ideologia como o “sempre-já-lá” e que dita o real; discurso como instrumento de prática política; esquecimento; sujeito recalcado, finito, livre e originário; e, ideologia como unidade “paradoxal do discurso fragmentado” (Herbert, 2011, p. 45).

O segundo artigo, segundo Henry (1997), é a “continuação” do primeiro, isto é, nele estão os resultados do artigo publicado em 1966. Herbert ([1968]1995) propõe uma teoria geral das ideologias, ao afirmar que “toda ciência é inicialmente ciência da ideologia com a qual ela se destaca” (HERBERT, 1995, p. 64). Essa

---

23 - Ainda que não agrupadas sob este nome e da maneira como Pêcheux exerce em trabalhos precedentes.

24 - Os termos que aparecem são: modo de produção, forças de produção e relações de produção. Estão relacionados com a organização do conjunto de instrumentos e forças produtivas e das relações sociais entre produtores, isto é, relacionados às práticas sociais (Herbert, 2011).

25 - A ideologia, segundo Herbert (2011) terá como função a de reconhecimento, ou seja, possibilita aos produtores reconhecerem o lugar que ocupam nas relações sociais de produção.

afirmação de Herbert (1995) reflete sobre a noção de descontinuidade e sobre o momento em que uma nova ciência é fundada, em que os instrumentos e as ferramentas são reinventados (essa reflexão moldará os trabalhos seguintes de Pêcheux, tendo em vista que momentos de descontinuidades se farão sempre presentes na AD pecheutiana). Eis aqui, para Henry (1997), o ponto de encontro entre os dois artigos e a obra da AAD-69: o instrumento que visava Pêcheux tinha de ser reinventado, não podia ser um a mais em meio aos outros, o seu instrumento deveria descontinuar com qualquer “empréstimo” para seu estabelecimento. Tal instrumento experimental era a AAD e sua intervenção teórica se centraria no discurso e na AD. É assim que Pêcheux lança em 1969 a AAD-69<sup>26</sup>. Sem mais Thomas Herbert, mas sob o nome de Michel Pêcheux.

A leitura desses textos de Thomas Herbert possibilita entender que a fissura teórica empenhada por Pêcheux não era desprovida de propósitos (Henry, 1997), mas sim uma prática estratégica para se compreender o objetivo do filósofo francês ao implantar a AAD-69.

Nesse contexto, em uma abordagem original, a AAD-69 choca ao colocar em destaque questões como a interpretação (retirando o caráter subjetivo da leitura) e o sentido. É, portanto, o momento inaugural, um objeto radical, novo e prototípico (Maldidier, 2017). E mesmo com diversas críticas, desempenha o papel de guia a uma teoria que ainda estaria por irromper: a “teoria do discurso” (pois, por mais que o termo não tenha sido mencionado explicitamente, na AAD-69 estarão ligados fios que constituem o discurso).

Com esse trabalho, Pêcheux abandona o que tinha proposto no segundo artigo publicado ainda sob o nome de Thomas Herbert, sobre uma teoria geral da ideologia, e, apesar de mencionar os termos ideologia e inconsciente, é a “teoria do discurso” que será introduzida a partir dele. Maldidier (2017) reitera que sobre essa teoria discursiva está reservada às últimas páginas da obra de apresentação do instrumento experimental de Pêcheux:

[...] o livro inteiro sugere o que é dito explicitamente nas últimas páginas: uma teoria do discurso é postulada, enquanto teoria geral da produção dos efeitos de sentidos, que não será nem o substituto de uma teoria da ideologia nem o de uma teoria geral da produção dos efeitos de sentido, que não será nem o substituto de uma teoria da ideologia nem o de uma teoria do inconsciente, mas poderá intervir no campo dessas teorias (Maldidier, 2017, p. 21-22).

De forma embrionária, se começa a delinear a teoria que terá como objeto o discurso, que terá relação com as noções de ideologia, de sujeito inconsciente, da produção e dos efeitos de sentidos. O objeto traçado por Pêcheux se configura como um espaço teórico em que a língua, a história e o sujeito são colocados em questão, sofrendo rupturas e reformulações teóricas.

---

26 - A obra foi o resultado da tese de doutorado de Pêcheux.

As reflexões realizadas por Pêcheux em 1969, ainda ocupando o lugar de filósofo e não de linguista, contribuiu, juntamente com Jean Dubois, para a instauração da disciplina “Análise do Discurso” (Maldidier, 2017), colocando ideias que se tornaram fundamentais, como as condições de produção<sup>27</sup>, as seqüências discursivas<sup>28</sup>, a superfície linguística<sup>29</sup> e o dispositivo analítico<sup>30</sup>. É, então, pensando que há variadas formas de significar e se significar que dará origem aos estudos em AD (Orlandi, 2020), especialmente enquanto disciplina.

A época da AAD-69 é o período que Pêcheux ([1983] 2014) chamou de AD-1. Isso quer dizer que a primeira fase da AD correspondeu aos moldes da maquinaria discursiva preconizada na obra de 1969. Dessa forma, a AAD-69 foi um projeto inaugural, um ensaio de uma “teoria do discurso” apoiado na informática e em ideias linguísticas, não isento de erros, mas, ainda assim, original e originária. Foi o pontapé crucial de Pêcheux para uma nova epistemologia.

### **A teoria materialista do discurso**

Para dar continuidade a uma “teoria do discurso”, Pêcheux precisou recorrer à linguística. A sua aproximação da linguística tem uma finalidade, que é melhorar o dispositivo da AAD-69, partindo da reflexão sobre o formal da língua e voltando a questões antes falhas no seu instrumento, como a enunciação. É assim que, entre os anos de 1970-1973, Pêcheux passou a ter contato com linguistas e produções linguísticas.

Maldidier (2017) informa que em 1971 ocorre uma aproximação com Haroche, resultando na publicação do texto “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso”, juntamente com Paul Henry. Esse texto marca a sua entrada polêmica na linguística e permite esclarecer o que havia ficado “vazio” no texto de 1969.

Apesar de já ter tratado um pouco sobre a questão do estruturalismo no texto de 1969, Pêcheux retorna e provoca novas reflexões sobre a linguística estruturalista de Saussure do CLG (acerca da ideia de contradição, da noção de fala e de sujeito individual), juntamente com reflexões sobre a semântica, mais especificamente do tratamento da linguística vigente quanto ao sentido (pois, para Pêcheux, a semântica seria o fio que mantém as significações de um texto ligadas às condições de sócio-históricas de produção). É na crítica das “semânticas linguísticas como lugares de recobrimento do corte saussuriano” (Maldidier, 2017, p. 33) que repousa a problemática do discurso e a ruptura que Pêcheux supõe.

No artigo em questão, Pêcheux propõe que os processos discursivos seriam pensados a partir do funcionamento autônomo das línguas, assim como

27 - São uma reformulação de “circunstâncias” em que ocorre o discurso, estaria ligada à exterioridade da linguagem (Maldidier, 2017).

28 - São “recortadas” pelas condições de produção, para a formação de um corpus de análise (Maldidier, 2017).

29 - O texto passará a ser tomado como superfície discursiva (Maldidier, 2017).

30 - O dispositivo analítico comporta a superfície linguística, feita de forma manual, e a deslinearização da sintaxe, realizada de forma automática (Maldidier, 2017).

trata também da contribuição do materialismo histórico quanto ao problema do subjetivismo do indivíduo e da primeira formulação do que seria a “teoria do discurso”, isto é, o conceito de formações ideológicas que comporta o de formações discursivas, que determina o que o sujeito pode e deve dizer, a partir da posição que ocupa e da conjuntura que está inscrito o seu dizer (Maldidier, 2017). Com isso, Maldidier (2017) diz que estava quase tudo em seu lugar para uma “teoria do discurso”.

No entanto, ainda faltavam “ligações” a fazer, tanto em relação à língua quanto à ideologia, para que se tornasse uma teoria mais profunda.

No que tange à língua, faltava algo que ligasse a “teoria do discurso” aos funcionamentos linguísticos. É assim que surge o termo pre-construído como reformulação do termo pressuposição dado por Paul Henry no texto “Do enunciado ao discurso: pressuposição e processo discursivo”, de 1974 (Maldidier, 2017). O termo chegou a ser utilizado por Culioli, mas recaía sobre uma acepção relacionada a sua teoria da *lexis*. Entretanto, o contato com Culioli – desde 1970 – ofereceu reflexões centrais para a AD, como a questão do interdiscurso (o pre-construído) e intradiscurso, das formações discursivas de determinação não linguísticas e do esquecimento (Maldidier, 2017).

É, para tanto, no grande momento de 1975 que a leitura de Althusser<sup>31</sup>, com seu artigo “Os aparelhos ideológicos de estado”, de 1970, permitirá o aprofundamento no que tange à ideologia. Pois Pêcheux, influenciado pela leitura de Althusser (1970) sobre a ideologia interpelar o sujeito em indivíduo (Althusser, 1970), evoca que as questões de evidência, como a evidência da linguagem e do sujeito, são o produto do funcionamento da ideologia. É nesses moldes, conforme Maldidier (2017), que Pêcheux tentará concluir não só uma “teoria do discurso”, mas uma “teoria *materialista* do discurso”.

## **Semântica e discurso: o grande momento da ad**

Desde a AAD-69, Pêcheux segue amadurecendo suas reflexões teóricas, é o que acontece com o artigo de 1971 e segue nos anos subsequentes. Em 1975, como mais um capítulo do amadurecimento de seu dispositivo e teoria, Pêcheux publica o artigo do número 37 da *Langages* e a obra *Semântica e Discurso*.

Em termos cronológicos, o artigo do número 37 da *Languages* foi publicado em março de 1975 sob o título “Atualizações e perspectivas a propósito da análise automática do discurso”. O artigo se trataria de uma nova versão da AAD de 1969 (só que desta vez da posição de linguista), ou, ainda, “a reescrita de todos os textos precedentes” (Maldidier, 2017, p. 41). Ele trazia intensamente as relações da AD e da “teoria do discurso”. Nesse trabalho, o quadro epistemológico no qual se debruça neste e nos trabalhos precedentes já estava marcado, ou seja: o materialismo histórico, a linguística, a teoria do discurso e a psicanálise (teoria da subjetividade).

31 - Maldidier (2017) demonstra que esse contato com o artigo de Althusser ocorre entre os anos de 1972-1974 (Maldidier, 2017).

Apesar de colocar reflexões cruciais para a AD (como, por exemplo, o discurso atrelado ao sujeito e ao sentido, já com o apoio em Althusser; a “teoria dos dois esquecimentos”<sup>32</sup>; a “ceva” das formações discursivas; a paráfrase e as famílias parafrásticas; a base da relação língua e discurso, ou seja, os processos discursivos; o pré-construído ligado à formação discursiva), o artigo em questão é apenas esboço (Maldidier, 2017).

É esse esboço que leva Pêcheux a sua célebre obra *Semântica e Discurso: uma afirmação do óbvio*, datada de maio de 1975. Esse livro é o “cruzamento de todos os caminhos de Michel Pêcheux” (Maldidier, 2017, p. 49). E, apesar do termo discurso não se encontrar no título original (*Les Vérités de la Palice*), se constitui a figura central da obra (ainda que a semântica seja o ponto de partida, assim como no artigo de 1971). É ele quem liga todos os fios que estavam soltos e que foram amadurecidos por Pêcheux ao longo de seus trabalhos. Ou seja, os fios “da linguística e da história, do sujeito e da ideologia, da ciência e da política” (Maldidier, 2017, p. 49).

A proximidade com Althusser e com seu artigo de 1970 colocará “diretamente a problemática de uma teoria materialista dos processos discursivos” (Maldidier, 2017, p. 54). Essa proximidade possibilitará colocar questões inesperadas para os linguistas da época (Maldidier, 2017), como: a interpelação, o assujeitamento, a evidência do sujeito e, por consequência, a do sentido. Essa evidência se opõe ao que Pêcheux chama de “caráter material do sentido” (Maldidier, 2017, p. 56). Isto é, o imaginário se opondo ao real. Eis a construção materialista tão almejada por Pêcheux.

No entanto, apesar da maioria dos conceitos já terem sido encontrados formando uma rede consistente, faltava ainda um conceito chave que dominaria a construção teórica: o interdiscurso. O termo estava presente desde a publicação da ADD-69 (Maldidier, 2017), denominado de o “já-lá”, o “já-dito”<sup>33</sup>. Ele permite reordenar e aprofundar os conceitos já trabalhados por Pêcheux (como o de formação discursiva, que proporciona o entendimento de relações de força e das condições sócio-históricas de produção), possibilitando o estabelecimento da “teoria do discurso”, que abrirá pistas para que se efetue a análise do discurso (Maldidier, 2017).

Nessa obra também está presente o termo intradiscurso<sup>34</sup>, que se dá na relação com o interdiscurso.

Assim, *Semântica e Discurso: uma afirmação do óbvio* é o grande momento, no qual estão ligados, organizados, ordenados os conceitos da “teoria do discurso” para uma AD, trabalhados de forma embrionária desde a ADD-69<sup>35</sup> e nos trabalhos

---

32 - A oposição entre ambos os esquecimentos marcaria, portanto, a busca pela relação da ideologia com o inconsciente.

33 - Termo citado desde o primeiro artigo de Tomas Herbert, o de 1966, sobre uma reflexão que ainda não se constituía em torno da linguagem, mas já estava presente de alguma forma.

34 - É o que se diz agora em relação ao que já foi dito e ao que se dirá depois.

35 - Apesar de que alguns termos já tenham sido mencionados por Thomas Herbert, porém, ainda não recaíam sobre uma reflexão da linguagem.

subsequentes até a chegada de maio de 1975. Ela passará a ser objeto de debate e de consultas em relação a uma teoria organizada dos conceitos principais e primordiais da AD. Em que “teoria do discurso” passará a ser tratada como fantasma, pois para Pêcheux a expressão é somente uma denominação global das questões por ele trabalhadas. Com informa Maldidier (2017), nessa obra, ele apresenta apenas “alguns elementos conceituais” (Maldidier, 2017).

Esse momento será caracterizado pelo próprio Pêcheux ([1983] 2014) como o segundo momento da AD, a segunda fase, a AD-2.

### **Materialidades discursivas: a despedida da “teoria do discurso”**

O ano de 1975 possibilitou o estabelecimento de um novo paradigma, por meio da grande fissura e da reviravolta causada na conjuntura teórica da época, conforme Thomas Herbert ([1968] 1995) já havia ensaiado sobre as rupturas em campos científicos. *Semântica e Discurso* foi o grande caso das rupturas. E esse processo de continuidade e descontinuidades fez parte de todo o processo de Pêcheux, como asseguram os seus textos<sup>36</sup>.

De 1976-1979 as inquietações de Pêcheux continuam, no entanto, Maldidier (2017) afirma que estão centradas na mais na política que no teórico. No texto “Remontemos de Foucault a Spinoza”, de 1977, estão feitas reflexões acerca da contradição e da formação discursiva que permitem compreender a não homogeneidade das formações ideológicas e discursivas, conforme afirma Maldidier (2017) ao dizer que “não mais do que a formação ideológica, a formação discursiva não pode ser pensada como um “bloco homogêneo”. Ela é “dividida”, não idêntica a si mesma” (Maldidier, 2017, p. 72-73). Essa afirmação desemboca na heterogeneidade das formações ideológicas e discursivas, visto que as palavras de um sujeito podem significar de forma diferente a depender da posição que ocupa e da formação discursiva em que está inscrito.

Já em 1978 na retificação “Só causa daquilo que falha”<sup>37</sup>, Pêcheux apresenta uma autocrítica sobre a questão do sujeito empreendido em *Semântica e Discurso*. Na obra de 1975, a interpelação ideológica que resulta no sujeito é apresentada como bem sucedida, isenta de falhas. No texto de 1978, Pêcheux demonstra que há falha no assujeitamento, na interpelação, porque o sujeito é um sujeito clivado. Esse empreendimento é feito do lado da psicanálise. Esse texto constitui o fechamento da obra *Semântica e Discurso*, constando como um anexo da obra, e abre para a terceira fase da AD.

Ainda em 1978, Jean-Marie Marandin defendeu sua tese, com Michel Pêcheux em sua banca, em que, tendo lido os textos pecheutianos precedentes, propõe questões que seriam trabalhadas futuramente: “ele fazia balançar o trabalho do interdiscurso para o intradiscurso e fazia emergir a questão da sequencialidade, o que se ia logo chamar de discursividade” (Maldidier, 2017, p. 82). No interior

36 - Cf. Pêcheux (1986).

37 - Retificação anexada à obra *Semântica e Discurso: uma afirmação do óbvio*.

conceitual da própria teoria discursiva, Marandin oferecia uma possibilidade de “relance teórico”. Por isso que o colóquio “Materialidades Discursivas” de abril de 1980, que abria a terceira fase, não era meramente casual, se tratava de fazer (re) mexer algo dentro do próprio cerne da AD.

Nesse contexto, o colóquio preparava a despedida da “teoria do discurso” e abria um espaço para outras disciplinas que também trabalhavam com o discurso. Com este evento, o que se procurava nos trabalhos anteriores a respeito da contradição marxista e das falhas da interpelação ideológica (ou seja, nos textos de 1977 e 1978), passava a se inscrever sob um novo termo: o da “heterogeneidade” (Maldidier, 2017). O colóquio, para Maldidier, “constituía, como sugeri, um sério *aggiornamento*. Era totalmente tomado em um processo de construção-reconstrução” (Maldidier, 2017, p. 84). E isso se deve aos contatos que foram proporcionados a Pêcheux, como, por exemplo, com Jean-Marie Maradin, Jacqueline Authier, Jean-Jacques Courtine. Todos empenhados em contribuir para a AD e, principalmente, para o evento que questionava criticamente a homogeneidade do discurso.

Jean-Jacques Courtine intervém no colóquio para contribuir acerca da noção de memória discursiva, coligando-a a outras noções, como o trecho a seguir de Maldidier (2017) demonstra: “o tema da memória, co-ligada no eixo vertical, à repetição, mas também ao esquecimento, ao apagamento e à denegação, será central” (Maldidier, 2017, p. 87) em trabalhos posteriores.

De um outro lado, a comunicação de Pêcheux intitulada “O enunciado: encaixe, articulação e desligação” anunciava outra iniciativa resultante do relacionamento do discurso com a linguística: a discursividade (Maldidier, 2017, p. 88).

O momento do colóquio compreende, portanto, o que Pêcheux ([1983] 2014) chama de AD-3, ou seja, a terceira fase da AD.

## **A disciplina de AD**

Após o colóquio de 1980 e o desfoque de confrontos entre tendências da AD caracterizada como francesa, as discussões a respeito do discurso seguiam por meio do projeto de pesquisa RCP (*Recherche Coopérative Programée*) ADELA (*Analyse de Discours et Lecture D'Archive*), com o tema central da leitura, em especial a leitura de arquivo.

Baseada no termo foucaultiano de “arquivo”, Maldidier (2017) dirá que essa leitura se diferenciava de qualquer outra, pois “ela representa a possibilidade de ler no “discursivo textual” os traços da memória histórica tomada no jogo da língua” (Maldidier, 2017, p. 102). Isso permitiu engendrar o que hoje se conhece por gestos de leitura.

No projeto da RCP, Pêcheux teve contato e parcerias com diversos outros teóricos, linguistas e não-linguistas de formação, mas que se inquietavam com a língua funcionando discursivamente. Tratava-se não mais de criticar a AD, mas

de reformular, desconstruir para que novas construções surjam, de acordo com Maldidier (2017) no fragmento: “Não era mais suficiente criticar a antiga análise do discurso, tornava-se necessário revisitar os conceitos e sua articulação com o dispositivo. Era preciso, da desconstrução, fazer surgir ‘alguns fragmentos de construções novas’” (Maldidier, 2017, p. 102). E assim se seguiu nos anos após 1980 nos trabalhos da RCP.

É nesse contexto que se consagra oficialmente a disciplina de AD no campo da linguística, no ano de 1983.

## O legado da AD

Légado e não herança, pois, “o presente de uma disciplina não herda o passado, mas constrói à sua maneira, num processo em que as dimensões epistemológica e institucional são indissociáveis” (Piovezani; Sargentini, 2020, p. 9). Assim, se deu continuidade aos estudos em AD, respeitando a historicidade da área. Ao menos na continuidade que se deu no Brasil. Enquanto que na França ocorreu de forma diferente.

Após dezembro de 1983, os trabalhos em AD sofreram uma certa baixa. Isso aconteceu por causa da morte de Michel Pêcheux que resultou no encerramento das atividades do grupo de RCP ADELA na França. Isso fez com que os estudiosos envolvidos no grupo realizassem seus intentos de forma particular, sem mais aquela coletividade instaurada por Pêcheux e que era característico de si, como o artigo de 1984<sup>38</sup>, publicado postumamente sob o título de “Análise do discurso na França”, um de seus últimos trabalhos com a participação de Jacques Guilhaumou, Denise Maldidier, Françoise Gadet, Bernard Conein e Jean-Marie Maradin.

Na França, os desdobramentos da AD que se filia a Pêcheux sofreram um certo silenciamento, uma “ciência” sem predecessor(res). Tal apagamento, dirão Piovezani e Sargentini (2020), é resultado de uma versão do que chamam de “endógena” e de um “anacronismo”, isto é, “a) as realizações da primeira geração são julgadas obsoletas e superadas pela segunda; b) a disciplinarização e a institucionalização de hoje são projetadas nas práticas teóricas de ontem” (Piovezani; Sargentini, 2020, p. 13). Essa prática da segunda geração da AD na França apaga/silencia, de certa forma, a força teórica da AD fundamentada em Pêcheux.

No Brasil, ocorre exatamente o contrário, fato que institucionaliza a continuidade dada em solo brasileiro. A chegada dos estudos em AD ocorreu em pleno governo ditatorial, em 1970. E, assim como na França na mesma época, os estudos se davam em fervorosos conflitos políticos, o comunismo fortemente marcado na França, enquanto que no Brasil a ditadura imperava.

A recepção positiva brasileira ao que vinha do solo francês se deu, conforme sugere Piovezani e Sargentini (2020), por conta dos hábitos – pode-se dizer fruto de uma memória discursiva de colonizado que habita, de certa forma, no brasileiro

38 - Tendo sido planejado ainda em 1982, na qual representava uma espécie de manifesto resultado da RCP ADELA (Maldidier, 2017). Publicado no *Buscila*.

(?) – de quase sempre voltar-se para as tendências europeias, sobretudo as francesas. O fato é que, apesar do cenário político brasileiro, a AD começou a ser estudada, resultando em orientações teóricas diversas pela diversidade de teorias que chegaram. Porém, só após o restauro da democracia por volta dos anos de 1980, que disciplina foi institucionalizada de fato.

O resultado dessa recepção está marcado pela forte (oni)presença de Pêcheux nos textos atuais que se denominam de filiação materialista, visto que Pêcheux “se trata da fonte de postulados fundamentais, de inspiração para avanços na teoria e ainda de legitimação institucional” (Piovezani; Sargentini, 2020, p. 12). As práticas dessa filiação da AD estão em forma de continuidade e reformulações nos trabalhos que no Brasil seguem constantes, repercutindo o princípio discursivo da relação da língua com a história, permitindo o desenvolvimento de: projetos, em especial o projeto “História das ideias linguísticas no Brasil”, desenvolvido de forma interinstitucional, sobretudo na Unicamp; e de grupos como o LABOR (Laboratório de Estudos do Discurso) da Ufscar e o GEADA (Grupo de Estudos de Análise do discurso de Araraquara), sediado na Unesp/Araraquara.

Nesse contexto, a AD no Brasil nutriu dos estudos vindos da França, e, sem deixar de nutrir-se dela, a nutre também com a diversidade de trabalhos produzidos desde a chegada da AD de filiação pecheutiana nas universidades brasileiras.

### **Considerações finais: a inquietação que lhe é histórica e atual**

Diante do que foi discutido nas seções anteriores, pode-se perceber que Pêcheux fez da AD e de sua história um empreendimento inquieto, que colocava mais questões do que respondia. Mas, apesar da inquietude que o rondava – e em torno da AD, obviamente –, usufruiu no seu percurso do apoio de outros estudiosos que, apaixonados pelo discurso, também compartilharam de suas inquietações, acreditando na AD e na sua história que se constituía desde 1969, com a ADD-69. Em toda a sua vida de pesquisador filósofo-linguista, não esqueceu da caminhada que o fazia retornar, sempre que julgava necessário, aos seus trabalhos precedentes, aos trabalhos que constituíam o percurso histórico da sua máquina de colocar questões: da AD.

Portanto, através da observação de alguns dos seus trabalhos que foram abordados aqui, vê-se que o seu legado para as gerações futuras de analistas do discurso é justamente a capacidade de inquietação, que lhe foi tão característica. Visto que inquietar-se é o primeiro passo para realizar uma análise discursiva. E esse sempre será o ponto de partida.

## Referências

- COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Marie; PUECH, Christian. **Uma história das ideias linguísticas**. Tradução de Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- FUCHS, Catherine. **As problemáticas enunciativas**: esboço de uma apresentação histórico e crítica. Trad. de Letícia M. Rezende. Alfa, São Paulo: 1985.
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). *In*: GADET, F.; HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. *In*: PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- HERBERT, Thomas. Observações para uma teoria geral das ideologias. **Revista Rua**, Campinas, n.1, 1995, p.63-89.
- MALDIDIER, Denise. **Inquietação do Discurso**: (Re) ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2017.
- MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- ORLANDI, Eni. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. *In*: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.). **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.
- ORLANDI, Eni. A Análise de Discurso é possível? *In*: **Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas, SP, n. 44, jul-dez/2019.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- PÊCHEUX, Angélique. Bibliographie des travaux de Michel Pêcheux. *In*: **Mots**, nº13, octobre 1986. Identités: Femme, Asie, Paris, Espagne, Algérie, Langue de bois, p. 125-200.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 2014a. p. 59-158.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio (1975). Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b.

PÊCHEUX, Michel. A análise do discurso: três épocas (1983). *In*: GADET, Françoise; HACK, Tony. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 311-319.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do discurso no Brasil. *In*: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Org). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2020.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. v. 3. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 353-389.

VINHAS, Luciana Iost. Materialidade Discursiva. *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. **Glossário de termos do discurso**. Campinas: Pontes, 2020.

# ANÁLISE SEMIÓTICA DA CONSTRUÇÃO DO PRECONCEITO EM “O AVESSE DA PELE”, DE JEFERSON TENÓRIO

Raimundo Isídio de Sousa (UESPI)  
Lígia Inês da Silva Nascimento (UESPI)

## Considerações iniciais

A sociedade brasileira reflete, em suas estruturas, as diversas consequências provenientes da utilização do sistema escravista, que perdurou por mais de três séculos no país, sendo abolida em 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel. Nesse contexto, a literatura afrobrasileira contemporânea surge como elemento primordial de denúncia da violência, do preconceito, do racismo e das desigualdades socioeconômicas enfrentadas pelos negros.

O presente artigo é um recorte do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e visa compreender como é construído o preconceito na obra “O Avesse da Pele”, de Jeferson Tenório. Em virtude da representatividade da obra e do cenário em ela se difunde, propusemos a seguinte questão: Como o preconceito está manifestado em “O avesso da pele”, do autor Jeferson Tenório?

A pesquisa restringe-se a analisar a primeira parte do livro, “A pele”, buscando investigar os discursos que marcam o preconceito em “O Avesse da pele”, de Jeferson Tenório, tendo como suporte teórico-metodológico a semiótica discursiva francesa. A pesquisa possui caráter descritivo e explicativo, tendo uma abordagem qualitativa, visto que analisa e descreve as relações entre as estruturas semânticas e sintáticas que criam os efeitos de sentido presentes na obra.

Tendo como fundamento os três níveis do percurso gerativo de sentido, ferramenta metodológica da Semiótica Discursiva Francesa, proposta por Algirdas Julien Greimas, em diálogo com outros autores, como Greimas (1975 e 2014), Greimas e Courtés (2016), Bertrand (2003 e 2016), Barros (2002, 2003 e 2005), Discini (2018) e Fiorin (1999, 2008 e 2017) e outros autores, este estudo busca identificar não só como os temas e as figuras se relacionam e contribuem para a construção do preconceito, mas também as oposições semânticas que circunscrevem as relações de base na obra, além de analisar as relações enunciativas entre os sujeitos e os efeitos de sentido produzidos.

Vale ressaltar que o presente trabalho se justifica pelo compartilhamento de experiências retratadas na obra e da preocupação da difusão da mesma narrativa na população negra que, mesmo crescendo cerca de 3,2% entre 2012 a 2022, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ainda lidera os *rankings* de homicídios no Brasil, de acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em 2023.

Além disso, apesar de ganhar o Prêmio Jabuti 2021 na categoria Romance Literário e ter grande reconhecimento crítico, “O Avesso da Pele” foi alvo de censura, em algumas instituições de ensino de estados brasileiros, como em Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Este livro foi aprovado, em 2022, pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC), e implementado em escolas públicas de nível médio.

Segundo a revista *Aventuras na História*, essa polêmica ocorreu no início de 2024, com o pronunciamento, disponível no [YouTube](#), da diretora da Escola Ernesto Alves, em Santa Cruz do Sul (RS), Janaina Venzon, que, por meio das redes sociais, se manifestou contra o uso do livro “O Avesso da Pele” nas salas de aula, alegando possuir linguagem inapropriada para os estudantes de ensino médio, além de solicitar o recolhimento de mais de 200 exemplares da obra, momento em que teceu críticas ao Ministério da Educação (MEC) por autorizar a integração do livro nas bibliotecas das redes de ensino.

De acordo com a revista *O Tempo*, o secretário da Educação do Estado do Paraná afirmou ser contra o uso do livro por romper com o Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo o apoio de pais e professores. Em contrapartida, de acordo com dados da *BookInfo*, divulgados pela revista *Veja*, as vendas do livro aumentaram cerca de 6.000% em decorrência da grande repercussão do caso na mídia.

Conforme a revista *Aventuras na História*, Jeferson Tenório e a editora Companhia das Letras repudiaram qualquer tipo de censura, visto que esse impacto negativo foi promovido pela extrema direita que propagou a desinformação na sociedade, por repassar a interpretação de trechos da obra de forma descontextualizada. Muitos professores, de diferentes níveis de ensino, se manifestaram em favor do uso do livro como, por exemplo, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por meio do site da própria instituição, além de outras instituições de pesquisa do Brasil. Após uma segunda análise, realizada por uma equipe técnica, composta de professores, mestre e doutores, a obra foi reintroduzida no ambiente escolar.

A censura sobre este livro gerou diversos debates sobre a liberdade de expressão, o acesso à cultura, o papel da literatura na abordagem de questões sociais e a posição da escola, no que se refere à mediação entre o conhecimento e a sociedade. Por retratar, de forma aberta, a realidade, é essencial a leitura da obra, a fim de promover a conscientização sobre o racismo que é visível na sociedade, principalmente nas relações íntimas interraciais, vistas como inapropriadas por alguns críticos do livro.

A discussão e a análise da obra, por meio da Semiótica Discursiva Francesa, apresentam uma perspectiva moderna e relevante para os estudos linguísticos e semióticos que englobam a literatura afro-brasileira contemporânea, visto que os poucos trabalhos encontrados nas plataformas digitais, como por exemplo o Google Acadêmico, não fazem estudar a obra à luz da teoria semiótica. Por isso, consideramos tratar-se de um estudo pioneiro.

No âmbito acadêmico, a pesquisa busca fomentar e enriquecer as discussões entre a teoria Semiótica Discursiva Francesa e o discurso literário, trazendo à luz ferramentas que são base para a análise e a compreensão do sentido, especialmente numa obra literária que aponta questões sociais e que suscita um envolvimento do leitor com a narrativa.

## **Semiótica discursiva francesa**

A Semiótica é uma disciplina que analisa a significação, apontando os processos de produção e a interpretação de textos verbais, visuais, gestuais e textos que mesclam diversas linguagens, como os textos sincréticos.

A Semiótica Discursiva Francesa, que tem como precursor o linguista Algirdas Julien Greimas, busca “explicar os sentidos do texto, isto é, o que diz e também, ou sobretudo, os mecanismos e os procedimentos que constroem os seus sentidos” (Barros, 2010, p. 187). De acordo Barros (2005), para a Semiótica, o texto pode ser concebido de duas formas: objeto de significação, que tem por finalidade examinar os mecanismos e os procedimentos que estruturam o texto; e como objeto de comunicação, em que o texto é “examinado em relação ao contexto sócio-histórico que o envolve e que, em última instância, lhe atribui sentido” (Barros, 2005, p. 12).

Segundo Fiorin (2008):

O texto pode ser abordado de dois pontos de vista complementares. De um lado, podem-se analisar os mecanismos sintáticos e semânticos responsáveis pela produção do sentido; de outro, pode-se compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos (Fiorin, 2008, p. 10).

Para analisar e explicar a relação desses procedimentos e mecanismos sintáticos e semânticos na produção de sentido, a Semiótica Discursiva Francesa desenvolveu um modelo organizado em três níveis: Fundamental, Narrativo e Discursivo, intitulado Percurso Gerativo de Sentido, que visa contribuir, de forma eficaz, para a produção e a interpretação de textos.

## **O percurso gerativo de sentido**

O percurso gerativo de sentido, também chamado de *percurso gerativo da significação*, por Jean-Marie Floch, “é uma representação dinâmica dessa produção de sentido; é a disposição ordenada das etapas sucessivas pelas quais passa a significação para se enriquecer” (Floch, 2001, p.15) e busca:

simular o processo de adensamento crescente do sentido, que vai de conteúdos estruturados simples e abstratamente, anteriores à sua expressão, até a complexidade e concretude do texto realmente manifestado numa dada linguagem ou num compósito de linguagens (Saraiva, 2017, p. 14).

Segundo Barros (2010), o percurso gerativo de sentido, necessário para os estudos semióticos, é dividido em três níveis: Fundamental, Narrativo e Discursivo. O Nível Fundamental, o mais simples e abstrato, apresenta as oposições semânticas essenciais na produção da significação. O Nível Narrativo expõe as transformações entre dois estados diferentes da narrativa. Um texto é considerado narrativa mínima quando ocorre apenas uma transformação, diferenciando o estado inicial do estado final. Já as narrativas complexas são constituídas de transformações. Em uma sequência canônica, estas são concebidas como: manipulação, competência, performance e sanção. O nível discursivo, por sua vez, tem por finalidade atribuir concretude às formas abstratas do nível narrativo.

De acordo com Barros (2005), o sentido do texto só é estabelecido e compreendido a partir das relações entre os níveis do percurso gerativo de sentido, mesmo que cada nível possa ser estudado e explicado por uma gramática autônoma, que leva em consideração fatores semânticos e sintáticos, como veremos a seguir.

## Nível fundamental

O nível fundamental, primeiro nível do percurso gerativo de sentido, abrange as categorias de oposição semântica, que são base para a produção de sentido dos textos. Segundo Fiorin (2008), os termos devem apresentar algo em comum para que se enquadrem na categoria de oposições semânticas e, assim, estabelecer uma diferença, como /vida/ versus /morte/, /liberdade/ versus /prisão/, entre outros.

Essas oposições podem ser observadas a partir do quadrado semiótico, que é

a representação visual da articulação lógica de uma categoria semântica qualquer. A estrutura elementar da significação, quando definida- num primeiro momento- como uma relação entre ao menos dois termos, repousa apenas sobre uma distinção de oposição que caracteriza o eixo paradigmático de linguagem: ela é, portanto, suficiente para constituir um paradigma composto de  $n$  termos, mas não permite por isso mesmo distinguir, no interior desse paradigma, categorias semânticas baseadas na isotopia (o “parentesco”) dos traços distintivos que nele podem ser reconhecidos. (Greimas e Courtés, 2020, p. 400). (grifo do autor).

A sintaxe do nível fundamental preconiza que as oposições abrangem dois processos: a afirmação e a negação. Uma categoria pode instituir duas relações: “a) afirmação de  $a$ , negação de  $a$ , afirmação de  $b$ ; b) afirmação de  $b$ , negação de  $b$ , afirmação de  $a$ ” (Fiorin, 2008, p. 23), ou seja, é necessário afirmar e negar o termo  $a$ , para alcançar o termo oposto  $b$ , e vice-versa.

Em uma oposição semântica, os termos opostos são denominados contrários e estabelecem relação de contrariedade como, por exemplo, /masculino/ versus /feminino/, que estão no domínio da /sexualidade/. Cada contrário, /masculino/ versus /feminino/, institui relação de contraditoriedade com os subcontrários, sendo estes, respectivamente, /não masculino/ e /não feminino/. Na perspectiva da sintaxe, o /não masculino/ é contraditório a /masculino/ e implica o /feminino/; já o /não feminino/ é contraditório a /masculino/ e implica o /feminino/. No quadro a seguir, é possível visualizar o quadrado semiótico entre a oposição /masculino/ versus /feminino/.

**Figura 1:** Quadrado semiótico /masculino/ versus /feminino/



Fonte: Floch (2001, p. 20).

De acordo com Fiorin (2008),

Pode-se, num primeiro momento, pensar que não há necessidade de distinguir as relações de contrariedade das de contraditoriedade. É preciso, no entanto, verificar que os termos que estão em relação de contraditoriedade definem-se pela presença e ausência de um dado traço: /masculinidade/ versus /não masculinidade/. Os termos em relação de contrariedade possuem um conteúdo positivo cada um. Assim, a feminilidade não é a ausência de masculinidade, mas é uma marca semântica específica (Fiorin, 2008, p. 22).

Vale ressaltar que, num dado texto, os elementos de uma dada categoria recebem qualificação semântica, podendo manifestar valor positivo (euforia) ou valor negativo (disforia). Esses valores não são atribuídos pelo sistema axiológico do leitor (Fiorin, 2008), mas sim pelo autor que, ao produzir um texto, organiza os elementos que compõem a oposição semântica e determina qual ponto defender.

Conforme o autor, a semântica e a sintaxe do nível fundamental, que constituem a primeira parte do percurso gerativo, são essenciais para a compreensão dos níveis mais simples e abstratos, pois buscam contribuir para os processos de produção, do funcionamento e da interpretação do discurso.

## Nível narrativo

Fiorin (2008) afirma que o primeiro ponto importante para compreender o nível narrativo, segundo nível do percurso gerativo de sentido, é entender que subjaz aos textos o princípio da narratividade, que envolve

o encadeamento ordenado das situações e das ações (dos estados e das transformações) que atravessa tanto as frases quanto os parágrafos, tanto os planos quanto as seqüências; é a versão dinamizada e “humanizada daquilo que se passa no nível profundo: as relações aí se tornam faltas ou perdas, aquisições ou ganhos; as transformações tornam-se performances; e os operadores destas transformações tornam-se sujeitos (Floch, 2001, p. 22).

Essas transformações ocorrem por meio dos termos das oposições semânticas fundamentais, que assumem valores a partir da relação entre os sujeitos, denominados actantes, por realizar ou sofrer uma ação (Greimas e Courtés, 1979, p. 12), e os objetos da narrativa. Conforme Barros (2002, p. 28), a narratividade parte de duas concepções: as transformações de estado, em que o sujeito age sobre os outros, podendo modificar o mundo ao seu redor; ou como sucessão de contratos e rupturas entre um destinador e um destinatário.

A sintaxe narrativa abriga dois tipos de enunciados elementares: enunciado de estado e enunciado de fazer. Fiorin (2008) apresenta que o primeiro tipo de enunciado corresponde à relação de junção entre o sujeito e o objeto. A junção é dividida em conjunção, quando o sujeito está em harmonia com o objeto; e a disjunção, quando o sujeito se encontra em divergência com o objeto. Já o segundo tipo de enunciado manifesta as transformações e as mudanças de estado que o sujeito sofre em relação ao objeto dentro da narrativa. O enunciado de estado e o enunciado de fazer constituem o programa narrativo, estrutura elementar de organização (Barros, 2005, p. 23), base da sintaxe narrativa.

De acordo com Fiorin (2008),

Os textos não são narrativas mínimas. Ao contrário, são narrativas complexas, em que uma série de enunciados de fazer e de ser (de estado) estão organizados hierarquicamente. Uma narrativa complexa estrutura-se numa seqüência canônica, que compreende quatro fases: a manipulação, a competência, a performance e a sanção (Fiorin, 2008, p. 29).

A manipulação ocorre quando um sujeito age sobre outro(s) sujeito(s) da narrativa, de forma a levá-lo (s) a um querer e/ou dever fazer. Fiorin (2008) descreve quatro tipos comuns de manipulação, sendo eles: **tentação**, quando o sujeito manipulador oferece ao manipulado uma recompensa, ou seja, um objeto de valor positivo; **intimidação**, quando o manipulador, para conseguir o que almeja, ameaça tomar ou restringir o acesso a um objeto de valor para o manipulado; **sedução**, quando o manipulador emprega juízo positivo sobre a competência do manipulado; **provocação**, quando o manipulador manifesta juízo negativo a respeito da competência do manipulado.

Na fase da competência, o sujeito da enunciação, estimulado por um querer e/ou dever fazer, assume a posição de um saber e/ou poder/fazer, realizando a transformação principal de narrativa. Com isso, considera-se que a competência é “o programa de doação de valores modais ao sujeito de estado, que se torna, com essa aquisição, capacitado para agir” (Barros, 2005, p. 29).

Essa transformação central da narrativa, ocasionada por um sujeito dotado de um saber e/ou poder/fazer (competência), é denominada de performance. Nessa etapa, o “sujeito que opera a transformação e o mesmo que entra em conjunção ou disjunção com um objeto podem ser distintos ou idênticos” (Fiorin, 2018, p. 31). Isso ocorre pelo fato de que os sujeitos ocupam diferentes papéis ao percorrer da narrativa, podendo entrar em conjunção ou disjunção com o objeto-valor.

Na fase final, a sanção, ocorre a confirmação de que houve a transformação da narrativa (performance), na qual “o sujeito da ação procura convencer o seu destinador de que cumpriu o contrato, fez o que dele se esperava e que merece, portanto, uma sanção ou julgamento positivo” (Barros, 2010, p. 192). Com isso, o destinador distribui recompensas ou punições, com base naquilo que julga ser o correto.

Barros (2005, p. 24) promove um modelo de Programa Narrativo (PN), elemento importante da sintaxe narrativa, que está estruturada da seguinte maneira:

**Figura 4:** Modelo de Programa Narrativo

$$PN = F[S1 \rightarrow (S2 \cap Ov)]$$

F = função  
 $\rightarrow$  = transformação  
 S1 = sujeito do fazer  
 S2 = sujeito do estado  
 $\cap$  = conjunção  
 Ov = objeto-valor

*Fonte:* Barros (2005, p. 24)

Com esse modelo, a autora explica que o sujeito do fazer (S1) exerce influência sobre o sujeito de estado (S2), podendo manifestar-se sobre este os quatro elementos da sequência canônica. Ao sujeito do fazer é garantido o poder de julgar os feitos do S2, o que contribui para a transformação da narrativa, pois ele “altera a junção do sujeito do estado com os valores e, portanto, o afeta” (Barros, 2001, p. 31). O sujeito de estado estabelece relação com o objeto-valor (Ov), podendo ser de conjunção ( $S \cap O$ ) ou disjunção ( $S \cup O$ ), lembrando que “a disjunção não é a ausência de relação, mas um modo de ser da relação conjunta” (Barros, 2005, p. 23).

A semântica narrativa estuda os valores presentes nos objetos. Uma narrativa pode apresentar dois tipos de objetos: modais e de valor. Segundo Fiorin (2008, p. 37), os objetos modais correspondem a um querer, um dever, um saber e um poder fazer, que são elementos importantes para que o sujeito possa realizar a performance da narrativa. Os objetos de valor são aqueles que

dão concretude ao sujeito para que este entre em conjunção ou disjunção com ele, assim, para realizar uma performance, o sujeito precisa de um objeto de valor para concretizar um objeto modal.

A sintaxe e a semântica narrativas buscam explicar as relações do homem na busca de valores de sentido, por meio dos contratos e dos conflitos com outros sujeitos presentes no discurso.

### Nível discursivo

No nível discursivo, último nível do percurso gerativo de sentido, ocorre o “enriquecimento” das estruturas abstratas do nível narrativo, pois estas ganham concretude ao serem adotadas pelo sujeito da enunciação, que estabelece relações de pessoa, de tempo, de espaço e de figura, transformando-se em discurso. Segundo Barros (2005),

O discurso nada mais é, portanto, que a narrativa ‘enriquecida’ por todas essas opções do sujeito da enunciação, que marcam os diferentes modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia. A análise discursiva opera, por conseguinte, sobre os mesmos elementos que a análise narrativa, mas retoma aspectos que tenham sido postos de lado, tais como as projeções da enunciação no enunciado, os recursos de persuasão utilizados pelo enunciador para manipular o enunciatário ou a cobertura figurativa dos conteúdos narrativos abstratos (Barros, 2005, p. 53).

De acordo com a autora, a sintaxe deste nível analisa as marcas da enunciação no enunciado por meio de três processos: actancial, que considera a pessoa do discurso; temporal, o tempo em que se passa as diferentes ações da enunciação; e espacial, o local em que as relações se desencadeiam. Com isso, são estabelecidos dois mecanismos: a debreagem e a embreagem.

A debreagem pode ser dividida em: enunciativa e enunciva. A debreagem enunciativa é o processo “em que se projeta no enunciado quer as pessoas (eu/tu), o tempo (agora) e o espaço (aqui) da enunciação” (Fiorin, 2008, p. 58). Já a debreagem enunciva, apresenta a pessoa (ele), o tempo (então) e o espaço (alhores) do enunciado. Fiorin (2008) afirma que “há três tipos de debreagens enunciativas e três de enuncivas: as de pessoa (actancial), as de espaço (espacial) e as de tempo (temporal)” (*Ibidem*, p. 58).

Os estudos dos mecanismos que compõem a debreagem são primordiais para compreender os efeitos de sentido instaurados no enunciado. Segundo Barros (2019), a utilização da debreagem enunciva (*ele-então-alhores*) causa o efeito de distanciamento da enunciação, promovendo a objetividade do enunciado, presente, por exemplo, em textos jornalísticos, que buscam manter a imparcialidade sobre a discussão dos assuntos abordados. Já em textos como a autobiografia, o uso da debreagem enunciativa cria o efeito de aproximação da enunciação, gerando a subjetividade. De acordo com Fiorin, isso acontece porque “na debreagem enunciativa, o eu coloca-se no interior do discurso, enquanto, na enunciva, ausenta-se dele” (*Ibidem*, p. 64).

Na embreagem, segundo mecanismo da sintaxe discursiva, “ocorre uma suspensão das oposições de pessoa, de tempo ou de espaço” (*Ibidem*, p. 74). Existem três tipos de embreagem: actancial, espacial e temporal. Na primeira fase, ocorre a substituição da primeira pessoa pela terceira pessoa do discurso, ou seja, emprega-se a terceira pessoa no lugar da primeira, por exemplo. Na fase espacial, o narrador substitui o *aí/aqui* por um *lá*, causando um efeito de neutralização do espaço de quem narra com o daquele para quem o texto é narrado. A etapa temporal, por exemplo, é “Quando se usa o presente no lugar do pretérito perfeito 2, o que se faz é aproximar o que se disse do momento da enunciação” (*Ibidem*, p. 74), possibilitando para o narrador reviver os acontecimentos.

A semântica discursiva apresenta um procedimento denominado de **isotopia**. Esse termo, oriundo da física e da química, em uma análise discursiva, “é a recorrência de um dado traço semântico ao longo de um texto” (*Ibidem*, p. 113), quer seja temático quer seja figurativo. A relação entre os elementos isotópicos além de promover a organização do discurso, também auxilia na coesão e coerência do texto.

Segundo Fiorin (2008),

A oposição entre tema e figura remete, em princípio, à oposição abstrato/concreto. No entanto, é preciso ter em mente que concreto e abstrato não são termos polares que se opõem de maneira absoluta, mas constituem um *continuum* em que se vai, de maneira gradual, do mais abstrato ao mais concreto (*Ibidem*, p. 91).

A figura é o termo que remete a algo presente no mundo natural, como o sol, a lua, as árvores, ou seja, “é todo conteúdo de qualquer língua natural ou de qualquer sistema de representação que tem um correspondente perceptível no mundo natural” (*Ibidem*, p. 91); enquanto o tema “é um investimento semântico, de natureza puramente conceptual, que não remete ao mundo natural” (*Ibidem*, p. 91), podendo ser liberdade, o amor, o orgulho, o preconceito etc.

A tematização é um procedimento que busca “formular os valores de modo abstrato e organizá-los em percursos” (*Ibidem*, p. 66). Para analisar os percursos temáticos, é necessário considerar “a organização dos percursos temáticos, em função da estruturação narrativa, subjacente, e as relações entre tematização e figurativização” (*Ibidem*, p. 67).

A tematização no discurso depende da transformação “dos sujeitos narrativos em atores que cumprem papéis temáticos e da determinação de coordenadas espaço-temporais para os percursos narrativos” (*Ibidem*, p. 67). Diante disso, Greimas e Courtés (1979) argumentam que a tematização abrange não só os sujeitos, mas também os objetos e as funções, ou ainda, os diferentes elementos que ajudam na estruturação da narrativa.

A tematização e a figurativização exercem diversas relações no discurso, podendo um mesmo texto apresentar diferentes temas representados por figuras distintas na narrativa. Esses procedimentos ajudam tanto na produção dos efeitos de

sentido do texto, sendo a tematização utilizada para apresentar uma “aproximação subjetiva ou de distanciamento objetivo da enunciação, em detrimento dos efeitos de realidade, que dependem mais fortemente dos procedimentos de figurativização” (Barros, 2005, p. 69), quanto para tornar o texto coerente.

## **Identidade *versus* alteridade**

O preconceito é um julgamento equivocado que o sujeito social tem sobre algo ou alguém. Esse prejulgamento está baseado nos estereótipos e generalizações construídas ao longo da história da formação da sociedade e determinam o modo de ser, de agir e de estar do sujeito no mundo.

O preconceito está percebido na obra por meio do universal semântico / identidade/ *versus* /alteridade/. Segundo o Dicionário de Semiótica, a identidade e a alteridade são tratadas como “[...] par é interdefinível pela relação de pressuposição recíproca, e é indispensável para fundamentar a estrutura elementar da significação” (Greimas; Courtés, 2008, p. 251), ou seja, um elemento depende do outro e pressupõe este, possibilitando compreender como os sentidos e os significados estão estruturados por meio do sistema semiótico.

Essa oposição, conforme os autores, [...] serve igualmente para designar o princípio de permanência que permite ao indivíduo continuar “o mesmo”, “persistir no seu ser”, ao longo de sua existência narrativa, apesar das modificações que provoca ou sofre [...] (*Ibidem*, p. 252).

A identidade refere-se às características, às crenças e aos valores que constroem dos sujeitos, determinando quem eles são. Em contrapartida, a alteridade, que é termo muito discutido nas ciências sociais, busca compreender as interações humanas dentro de um determinado espaço, consistindo na percepção do sujeito sobre o outro.

Para Landowski, “para que o mundo faça sentido e seja analisável enquanto tal, é preciso que ele nos apareça como um universo articulado [...]” (Landowski, 2002, p. 3), logo, para que as pessoas possam compreender o mundo a partir dos seus sentidos, a alteridade e a identidade não podem ser concebidas de maneira dissociada, visto que, o mundo está “[...] condenado, aparentemente, a só poder construir-se pela diferença, o sujeito tem a necessidade de um ele – dos “outros” (eles) – para chegar à existência semiótica” (*Ibidem*, p. 4).

Segundo Discini (2003), [...] essa imagem-fim, simulacro reflexivo, ou seja, imagem constituída do ator para si mesmo, é também um simulacro hétero-constituído, supondo a visão que tenho do *outro*, bem como a visão que penso que o *outro* tem de mim (Discini, 2003, p. 29).

A identidade e a alteridade são dois termos distintos e opostos, mas que coexistem. A imagem-fim de um sujeito é construída no meio social e se desenvolve por meio das percepções de si mesmo e das interações com o outro. Essa relação é primordial para entender como a visão do “outro” interfere nas interações

sociais, visto que, essa visão, por muitas vezes, está baseada pelas percepções já existentes e enraizadas na sociedade, gerando os estereótipos, generalizações e o preconceito, podendo impactar na construção da identidade do “eu”. A seguir, trataremos da apresentação do *corpus*.

### **Conhecendo o *corpus***

*O Avesso da pele*, publicado em 2020, estreado pela Companhia das Letras, é uma obra pertencente a literatura brasileira contemporânea, escrita por Jeferson Tenório, doutorando em Teoria da Literatura na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, que tem como tema central da narrativa o racismo.

Esta obra encontra-se dividida em quatro partes: *A pele*, *O Avesso*, *De volta a São Petersburgo* e *A barca*. A capa do livro é uma pintura de Antonio Obá, intitulada *Trampolim*, da série *Banhistas*, que apresenta um homem negro se preparando para o mergulho na piscina. A pintura representa uma metáfora da temática que será abordada na obra, sugerindo a busca do negro pela identidade, que ultrapassa a cor da pele.

A história retrata a pobreza, a violência e o preconceito vivenciados pelas pessoas negras não só em Porto Alegre, palco da narrativa. Este livro é narrado por Pedro, um jovem negro que tenta reconstruir a história e a memória do pai assassinado em uma abordagem policial.

Em *A pele*, Pedro recria a vida de Henrique, por meio dos objetos deixados espalhados no apartamento, abordando a experiência de crescer à mercê da pobreza e do preconceito nesta cidade. Após um aluno vomitar em sua blusa, Henrique relembra alguns infortúnios, como: a primeira crise de ansiedade; a úlcera no estômago que o impediu de servir no exército; a primeira endoscopia realizada sem anestesia; a vez em que foi agredido por populares e algemado depois de ser confundido com um bandido; a primeira vez que sofreu racismo e foi associado às drogas, a armas e à violência; e das vezes que ele e seu amigo Juarez iam à danceteria e tinham que escolher entre comer um cachorro quente ou pegar um ônibus para voltar para casa.

Com as aulas de Oliveira, poeta e professor negro de literatura, que no curso preparatório para o vestibular, abordava assuntos sobre Shakespeare e Ogum, Malcolm X, Martin Luther King, escravidão e a negritude, Henrique compreende o que é o racismo e o peso da pele negra na sociedade. Este conhecimento foi primordial para perceber que o racismo se desenvolve em diferentes áreas, até mesmo dentro das relações interracialis, em que o preconceito é mascarado e visto como um ato de diversão.

Em *O Avesso*, o autor apresenta a miséria e a violência em duas perspectivas diferentes: a da mulher negra, com Martha, mãe de Pedro; e a do homem negro, com Henrique, o pai. Martha teve a infância marcada pela morte dos pais, por seu relacionamento conturbado com Flora, filha de Madalena, sua mãe adotiva, e

pelas dificuldades financeiras enfrentadas pela família em Santa Catarina. Durante a juventude, além do assédio verbal sofrido nas ruas, Martha também vivencia a violência física e o racismo dentro do relacionamento com Vitinho, pois a família do rapaz a tratava como empregada doméstica e, por conta das drogas, Vitinho tornou-se agressivo. Para fugir dessa situação, Martha voltou para Porto Alegre.

Já a infância de Henrique, foi marcada pelo abandono do pai, pelos atos de crueldade ocasionados pelo racismo, em que as professoras da creche lhe negaram comida e prenderam os seus dedos na porta, a fim de verificar até onde aguentava a dor, e pela violência verbal e física presenciadas na casa da avó, onde o tio Zé Carlos, policial civil, após uma discussão por causa de uma traição, apontou uma arma para a esposa Sônia e atirou, mas a bala atingiu o assoalho, formando um buraco. Este foi um dos motivos que provocou a primeira crise de ansiedade.

Para evitar o sentimento de falta e abandono, mesmo após o divórcio dos pais, Pedro tenta se aproximar de seu pai e lhe pede conselhos amorosos. Neste momento, ele recorda um ensinamento que recebeu de Henrique ainda na infância:

É necessário preservar o avesso, você me disse. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo. E por mais que sua vida seja medida pela cor, por mais que suas atitudes e modos de viver estejam sob esse domínio, você, de alguma forma, tem de preservar algo que não se encaixa nisso, entende? Pois entre músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu, isolado e único. E é nesse lugar que estão os afetos. E são esses afetos que nos mantêm vivos (Tenório, 2020, p. 61).

A terceira parte, *De volta a São Petersburgo*, o narrador expõe o último ano da vida de Henrique, em que ministrava aulas nas turmas da EJA - Educação de Jovens e Adultos. Logo após ser abordado por policiais enquanto esperava uma carona para ir ao trabalho, o professor relata outras abordagens que vivenciou e que se justificavam apenas pela cor da pele: as três primeiras vezes aconteceram por ser um garoto negro e por estar em um bairro nobre da cidade esperando ou jogando bola com os amigos; a quarta, após uma noite na danceteria, ele e os demais foram revistados pela polícia e um rapaz negro foi agredido; a quinta, quando voltava para casa e o ônibus em que estava foi parado e só as pessoas negras eram obrigadas a descer e tudo o que Henrique queria era voltar a São Petersburgo, através da leitura do livro *Crime e Castigo*, mas foi olhado com discriminação pelas pessoas brancas que também estavam no coletivo.

As duas últimas abordagens foram as mais severas, já que a bolsa foi revirada e jogada no chão enquanto esperava o ônibus depois de passar a noite trabalhando em uma pizzaria e, quando os policiais levantaram e apontaram as armas para ele, foi confundido com um bandido em um parque, por estar usando uma jaqueta parecida com a do suspeito, mesmo que o suspeito não fosse negro e outros homens com a mesma jaqueta não foram abordados.

Por fim, em *A barca*, o narrador apresenta um policial que todas as noites apresenta um mesmo pesadelo: por causa de um barulho, acorda de madrugada, pega a arma e revista os cômodos, mas vê dois homens negros em cima do telhado do outro prédio e percebe que também há pessoas dentro da sua casa, onde sua família dorme. Mesmo com os pesadelos constantes, o policial entra na viatura, também conhecida como “barca”, e sai à procura do bandido que matou seu colega de trabalho. Nesse mesmo período, Henrique consegue envolver e fascinar seus alunos com os trechos do livro *Crime e Castigo*.

Após ministrar mais uma aula na EJA, Henrique, ainda entusiasmado com o progresso e interesse da turma, não percebe a aproximação da viatura e, ao tentar pegar o livro base de suas aulas, é alvejado e morto a tiros pela polícia, sem direito à defesa.

Com o assassinato do pai, Pedro reflete sobre a morte e de como ela rouba e destrói a realidade das pessoas, da impunidade no país e da luta constante do negro pela busca de aceitação na sociedade, chegando à conclusão de que as pessoas negras acabam se acostumando com o preconceito e a violência. Após terminar de contar a história de Henrique, que tinha por finalidade resgatar a memória e a identidade do pai, Pedro diz “Tenho Ogum em minhas mãos porque agora é a minha vez” (Tenório, 2020, p. 188), como forma de mostrar o início da busca pela sua própria subjetividade que ultrapassa a cor da pele.

### **“O avesso da pele” e as marcas do preconceito**

*O Avesso da pele* é um livro narrado por Pedro, filho de Henrique, que reconstrói a história do pai e toda sua luta por aceitação na sociedade. Durante a narrativa, Pedro dá voz aos interlocutores e interlocutários presentes no discurso, a fim de mostrar a visão do “outro” sobre Henrique, professor negro de uma escola pública de Porto Alegre, e sua busca na construção e preservação da identidade. O narrador, ora usa de breagem enunciativa ora de breagem enunciativa, como forma de estabelecer, respectivamente, um efeito de subjetividade e de objetividade.

No nível fundamental, do Percurso Gerativo de Sentido, a obra apresenta a oposição /identidade/ versus /alteridade/. A visão do “outro” está baseada nos estereótipos construídos pela sociedade sobre o negro, promovendo a formação do preconceito. Na primeira parte do livro, *A pele*, o preconceito é percebido em diversas áreas, principalmente, nos primeiros relacionamentos interraciais de Henrique, em que Pedro relata:

Acontece que, em pouco tempo, você não só passou a ser o negão da família, como também passou a ser uma espécie de para-raios de todas as imagens estereotipadas sobre os negros: pois disseram que você era mais resistente à dor, disseram que a pele negra custa a envelhecer, que você deveria saber sambar, que deveria gostar de pagode, que devia jogar bem futebol, que os negros são bons no atletismo (Tenório, 2020, p. 29).

Neste livro, a identidade e a alteridade estão sustentadas pela oposição fundamental /interioridade/ versus /exterioridade/, visto que a visão que o “outro” tem sobre o negro é justificada por algo exterior, ou seja, pela cor da pele. Já, na identidade, o negro tenta romper com o preconceito, preservando sua essência, que é algo interior, que transcende a cor da pele. Essa busca pelo “eu” remete ao próprio título do livro, *O Averso da pele*, uma vez que os valores do negro não podem ser criados, sentidos e mensurados pela cor da pele.

O preconceito também subjaz à oposição semântica /opressão/ versus /liberdade/. A sociedade apresentada no livro impõe limitações e restrições para o negro, privando-o da capacidade de ser, de estar e de agir de forma autônoma, sem a interferência externa do outro. Traduz-se semioticamente como se o negro quebrasse regras de um contrato social sob a perspectiva do olhar do homem branco. A opressão é manifestada de diversas formas na obra e, na parte *A pele*, Pedro apresenta o personagem Bruno, um empresário branco, que, ao explicar para Henrique o porquê de não gostar de negros, faz uma generalização sobre o negro relacionando-o a práticas ilícitas.

Depois, Bruno se ajeitou melhor na cadeira e justificou: *não gosto porque, quando eu tinha um sítio em Garibaldi, um casal de negros, que trabalhavam para mim como caseiros, me roubou. Levaram tudo que eu tinha na minha casa. Desde então, não confio mais em negros* (Tenório, 2020, p. 20).

No nível narrativo, Henrique, embora seja dotado de um “querer fazer”, encontra-se em disjunção com o objeto-valor (S U O). Por não ser reconhecido por seus valores, este sujeito é impedido de ter uma vida digna, pois ele vive numa sociedade que sanciona negativamente o negro. Durante o percorrer da narrativa, Henrique sofre com o preconceito, o racismo, a violência e a pobreza, alcançando diferentes esferas sociais, como a saúde, a educação, o meio de trabalho e também as suas relações afetivas.

No nível discursivo, os temas, em que os valores se manifestam de modo abstrato, são materializados sobre as figuras, termos que remetem ao mundo natural, e estas são percebidas a partir de traços presentes no discurso. Para marcar o preconceito, a obra apresenta o traço cromático, para diferenciar a branquitude, que possui valor eufórico (positivo), e a negritude, valor disfórico (negativo). Vale ressaltar que a obra não ratifica esses valores preconceituosos, mas promove uma reflexão no leitor sobre o papel, o lugar e a representação do negro na sociedade, manifestando a necessidade de mudança desses padrões, em que o negro é marginalizado e desvalorizado pela cor da pele.

Em *A pele*, Pedro dá voz aos vendedores, interlocutores do discurso que, ao notarem a presença do casal interracial composto por Henrique, um homem negro, e Juliana, uma mulher branca, manifestam a desvalorização do negro em relação ao branco, afirmando que: “Pois *uma branquinha daquelas com um neguinho desses, ha ha, não, não podia ser*” (*Ibidem*, p. 28), e a necessidade de aprovação do branco

para que o negro seja considerado bom para a sociedade, alegando que “*Uma mulher branca com um negro, ele deve ser um bom homem*” (*Ibidem*, p. 30).

A distinção entre a branquitude e a negritude é percebida também por meio do traço visual, principalmente, na sociedade, em que a cor da pele é base para criar e defender preconceitos e estereótipos. Em relação a Henrique, a negritude é elemento desencadeador que o faz perceber que certas “brincadeiras”, realizadas pela família da namorada, se tratavam de atos racistas. Em contrapartida, Juliana argumenta: “*Eles não são racistas, só não estudaram o que você estudou*” (*Ibidem*, p. 35), atenuando assim que o preconceito é oriundo apenas pela falta de conhecimento, o que reforça a falta de consciência do impacto da discriminação sofrida pelo outro.

Enquanto a cor da pele é uma característica concreta, visível e tangível, o avesso da pele é, ao contrário, algo abstrato, aquilo que não percebido de um determinado ângulo, ou construído no interior do próprio sujeito, como os sentimentos, as sensações, paixões e os afetos. No início da obra, Pedro expõe o pensamento de Juliana e Henrique sobre o racismo e o afeto, explicando que “*Vocês até chegaram a achar que o racismo não tinha nada a ver com o amor. O afeto transcende a cor da pele, vocês pensavam*” (*Ibidem*, p. 28). Esta assertiva sinalizam que os afetos superam os obstáculos produzidos pelo racismo. No entanto, no decorrer da narrativa, o racismo prevalece e corrompe os sentimentos mais puros.

Essa ideia também indica que o racismo só contaminaria os afetos de pessoas de diferentes raças, visto que uma delas não compreenderia os problemas ocasionados por questões raciais. Esse pensamento é desconstruído na narrativa, pois Henrique se relaciona com Martha, mulher negra e mãe de Pedro, e o racismo, que se manifesta de diferentes formas e independentemente das raças das pessoas envolvidas, permanece e o casal se divorcia. Isso evidencia que o preconceito e o racismo não são determinados pelos sentimentos e os afetos individuais do sujeito, mas podem influenciá-los.

A obra “*O Averso da pele*” retrata as várias facetas do preconceito e como ele se manifesta nas interações sociais e atingem os relacionamentos afetivos. Este livro instiga o leitor a refletir sobre a natureza do amor e do ódio e como essa relação interfere na construção do preconceito que percorre as camadas sociais, em que há o predomínio do privilégio do branco e, por consequência, a desvalorização do negro.

## Considerações finais

A obra, especialmente na parte designada *A pele*, apresenta marcas de preconceito em diversas esferas, tendo por base as oposições semânticas fundamentais do discurso representadas pelos pares /opressão/ *versus* /liberdade/ e /identidade/ *versus* /alteridade/. A imagem do negro é construída pelo que o outro (a alteridade) projeta e determina em relação ao negro. Os simulacros são construídos a partir de um formante cromático exterior – a cor negra – e não ao que lhe é interior ou ao que está avesso da/à pele – os sentimentos, os afetos, os valores etc. -. Esse modo de perceber o negro revela a posição que a sociedade tem em relação a ele, uma vez que a sanção prévia é justificativa pelo elemento tangível, a cor. Para tanto, utiliza a estratégia da naturalização das condições do negro e o efeito de generalização para ratificar a forma de ver, sentir e axiologizar o negro.

O negro é considerado semioticamente como um sujeito virtual, pois se encontra modalizado na esfera do *querer* e do *dever*, ou seja, em disjunção com os objetos-valores, mesmo buscando os valores eufóricos na sociedade. Na ótica do branco, o negro é um sujeito que rompe as regras e valores sociais, por isso os obstáculos para que não se torne um sujeito atualizado, modalizado pelo *poder* e *saber* e finalmente chegue a ser um sujeito realizado, condição necessária do fazer, de conseguir os objetos-valores que perseguem.

Destacamos ainda estratégias de atenuação do preconceito contra o negro quando determinados sujeitos realizam “brincadeiras” reforçando valores eufóricos dele, bem como quando justificam o preconceito atribuindo à falta de conhecimento formal/escolaridade do preconceituoso, entre outras formas.

Assim concebemos que a obra, ao mesmo tempo que destaca as marcas do preconceito, envolvendo o racismo, a violência, a pobreza, as relações afetivas etc., também projeta uma reflexão acerca do ódio que impera numa sociedade em que prepondera o lugar social do branco, razão pela qual a práxis enunciativa convocada pela obra denuncia uma construção socioideológica de uma imagem tonicamente estereotipada.

## Referências

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do discurso. *In*: José Luiz Fiorin (org.). **Introdução à linguística II**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 187-219.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria Semiótica Do Texto**. 4. ed. Editora Ática, São Paulo. 2005.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo, Humanitas, 2002.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso: Fundamentos semióticos**. 3. ed. – São Paulo: Humanitas / FLLCH / USP, 2001.
- CARNEIRO, Mariana. Após censura, vendas de ‘O Averso da Pele’ crescem mais de 6.000%. **Veja**. 15 mar 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/apos-censura-vendas-de-o-avesso-da-pele-crescem-mais-de-6000/>. Acesso em: 25 abr. 2024.
- DISCINI, Norma. **O estilo nos textos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2008, 2018.
- FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução à linguística-II: Princípios de análise**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- FLOCH, Jean-Marie. Alguns Conceitos Fundamentais em Semiótica Geral. *In*: FLOCH, Jean-Marie. **Documentos de estudo do Centro de Pesquisas Sociosemióticas**. São Paulo: Centro de Pesquisas Sociosemióticas, 2001, p. 9 – 29.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- GREIMAS, Algirdas. Julien; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. 2. ed. São Paulo: Contexto. 2020.
- LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro: Ensaio de sociosemiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

Leia trechos de 'O Averso da pele' que geraram processos e acusações de censura. **O TEMPO**. 18 mar 2024. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/entretenimento/leia-trechos-de-o-avesso-da-pele-que-geraram-protestos-e-acusacoes-de-censura-1.3350638>. Acesso em: 30 maio 2024.

LIBNI, Thais. 'O Averso da Pele': livro censurado retorna às bibliotecas de escolas públicas de MS. **G1**. 24 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/04/24/o-avesso-da-pele-livro-sobre-racismo-e-violencia-retorna-as-bibliotecas-de-escolas-publicas-de-ms.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2024.

LIVRO sobre racismo volta às escolas após ser censurado; relembre polêmica. **Splash**, São Paulo, 07 abr. 2024. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2024/04/07/livro-sobre-racismo-volta-a-escolas-apos-ser-censurado-relembre-polemica.htm>. Acesso em: 25 abr. 2024.

Manifesto dos professores de Literatura da UFRRJ contra a censura do livro "O avesso da pele", de Jeferson Tenório. **Portal UFRRJ**, Rio de Janeiro, 18 mar 2024. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/manifesto-dos-professores-de-literatura-da-ufrj-contr-a-censura-do-livro-o-avesso-da-pele-de-jeferson-tenorio/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

MOREIRA, Éric. O Averso da pele: conheça o livro que foi censurado no RS. **AH Aventuras na História**. Publicado em 06 mar 2024. Disponível em: <https://aventuras.nahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/o-avesso-da-pele-conheca-o-livro-que-foi-censurado-no-rs.phtml>. Acesso em: 25 abr. 2024.

POPULAÇÃO que se declara preta sobe para 10,6% em 2022, diz IBGE. **G1**. 16 jun 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/06/16/populacao-que-se-declara-preta-sobe-para-106percent-em-2022-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 14 fev 2024.

Portal Diaspora. Diretora critica livro "O Averso da Pele" alegando "vocabulários de baixo nível". **YouTube**. 7 mar 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ghMrITF9Wgw>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SARAIVA, José Américo Bezerra. Base Teórica. In: SARAIVA, José Américo Bezerra; LEITE, Ricardo Lopes. **Exercícios de semiótica discursiva**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017, p. 11 – 71.

TENÓRIO, Jeferson. **O Averso da Pele**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2020, 192 p.

# PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO DISCURSO DA PROPAGANDA POLÍTICA SOBRE MERCADO DE TRABALHO

Josineide Soares da Silva (UFAL)

Sóstenes Ericson (UFAL)

## Considerações iniciais

O discurso político é uma construção linguística que se manifesta em diferentes contextos, como debates, discursos públicos, mídia e documentos oficiais. Para Magalhães; Mariani (2010, p. 393), o ato de falar “implica incluir o lugar de onde se fala e a fala do Outro - lugar do simbólico -, mesmo que isso não seja transparente para o sujeito”. Conforme as referidas autoras, quando fala, “o sujeito não está em simbiose direta com o mundo”, uma vez que, “ao entrar a linguagem e ao estabelecer uma distância entre palavras e objetos”, essa separação se torna essencial para a construção da subjetividade.

De acordo com Zoppi-Fontana (2017), os processos de subjetivação são o modo como os indivíduos constroem sua identidade, valores, e subjetividades ao longo de tempo, sendo influenciados por diversos fatores sociais, culturais e individuais. Esses processos são complexos e envolvem a interação entre experiências pessoais, contextos sociais e narrativas culturais. Nessa perspectiva, a subjetivação é um processo contínuo e dinâmico, moldado por vivências, relações e sentidos atribuídos às experiências de vida.

Magalhães e Mariani (2010, p. 394-395) afirmam que “para haver sujeito, para haver inconsciente, é preciso passar pelos significantes desses primeiros outros, os quais, ocupando o lugar do Outro, transite as leis do simbólico”. Desse modo, imergindo como sujeitos, a nossa fala é influenciada pelo Outro, e, assim, a alteridade reside dentro de nós. Tendo em conta que a subjetividade se manifesta do acontecimento da linguagem no sujeito, esse acontecimento não apenas revela o que é visível e oculto, mas também influencia a repetição, o equívoco e a marcação da diferença. Além disso, regula a adaptação do sujeito à ordem cultural e social, por meio do mesmo simbólico que o constitui.

Na concepção de Bressanin (2018), a ideologia tende a naturalizar o que é constituído pela história, criando a ilusão de uma relação direta entre linguagem, pensamento e mundo. No entanto, ao interpretar, o sujeito é, constitutivamente, influenciado pelo inconsciente. Essa relação entre linguagem, interpretação e ideologia, atravessada pelo inconsciente, pode levar o sujeito a acreditar na completude e transparência de tudo que é lido, dito e significado.

Com base nesses pressupostos, em se tratando da propaganda governamental, interessa retomar o texto *Foi propaganda mesmo o que você disse?* no qual Pêcheux (2011), com base nas políticas propagandistas, explora elementos históricos e investiga práticas contraditórias que surgem em diferentes formas, durante o desenvolvimento do capitalismo. Por sua vez, em *Propaganda política e língua de Estado: Brasil um país de todos*, Orlandi (2012) aponta que há um efeito de sustentação na operação de uma evocação ambígua, que remete à língua do Estado por meio da propaganda.

Desse modo, a política do performativo se estabelece, tendo em conta que gestos e declarações substituem práticas concretas, evocando, simultaneamente, a noção de “cada um” e de “ninguém”. Nessa perspectiva, o presente texto tem por objetivo analisar os processos de subjetivação no discurso da propaganda política sobre mercado de trabalho, seguindo os pressupostos teórico-analíticos da Análise materialista do Discurso inaugurada por Michel Pêcheux, na França, e desenvolvida por Eni Orlandi, no Brasil.

Tendo em conta que este estudo se inscreve no âmbito de uma pesquisa doutoral em andamento, iremos nos debruçar, neste momento, sobre um *corpus* composto por duas sequências discursivas extraídas do *site* do Ministério do Trabalho e Emprego, no último ano do governo do, então, presidente Jair Messias Bolsonaro (2022) e do atual presidente, Luís Inácio Lula da Silva (2024). Inicialmente, trataremos dos dispositivos teóricos mobilizados a partir da relação constitutiva discurso e argumentação, ou melhor, da argumentação no discurso, em seguida, apresentaremos um gesto de interpretação a partir do qual daremos realce aos fundamentos teóricos materialistas sobre o trabalho.

## **A propósito da argumentação na perspectiva materialista do discurso**

Para Pêcheux (1995, p. 269), a sociedade é apreendida como um lugar de práxis, no qual o funcionamento conceptual deixa localmente circunscrito o sentido e a forma-sujeito do discurso, considerando que “nenhum sujeito é como tal portador da necessidade-pensada”. É por esta via que tomamos o processo argumentativo, numa perspectiva discursiva materialista, para tratar dos processos de subjetivação no discurso da propaganda política.

Pêcheux (1995) considera que as condições ideológicas e econômicas na reprodução e a transformação das relações de produção em uma sociedade referem-se às crenças, valores e ideias que moldam as práticas sociais, enquanto as determinações econômicas estão relacionadas aos fatores materiais e estruturais que influenciam a produção e a reprodução das relações sociais.

Para Pêcheux (1995, p. 144, grifo nosso), a ideologia “não se reproduz como uma forma geral de um *Zeitgeist* [espírito da época] que se imporia de maneira igual e homogênea à sociedade, como espaço anterior à luta de classes”. De fato, a instância ideológica existe enquanto formações ideológicas, que são práticas de lutas de classes sociais dentro da ideologia, sendo impossível atribuir a cada classe a sua ideologia. Conforme Pêcheux, “a ideologia dominante não se torna dominante pela graça do céu” (idem, *ibidem*), ou seja, os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) não são simplesmente a expressão da dominação da ideologia dominante, são o meio pelo qual essa ideologia é realizada e se torna dominante.

A partir de Louis Althusser, Pêcheux (1995) considera que os AIE não são meros instrumentos da classe dominante, nem simples máquinas ideológicas que reproduzem as relações de produção existentes. Isso não ocorre de forma isolada, pelo contrário, é palco de uma contínua e intensa luta de classes. Desse modo, “a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do ‘todo complexo com o dominante’ das formações ideológicas de uma formação social dada” (p. 147), uma vez que a estrutura não é nada além da contradição entre reprodução e transformação, que constitui a luta ideológica das classes sociais.

Compartilhamos com Zandwais (2019), o entendimento de que em “Foi Propaganda mesmo que você disse?”, Pêcheux (2011) põe em perspectiva a eficácia das ideologias de Estado. Para a referida autora, desde o início do desenvolvimento de uma sociedade industrial, nos Estados Unidos da América, “os interesses econômicos e pragmáticos acabaram por colocar em condições de hegemonia, na sociedade, determinadas formas de discurso mais ‘econômicas’, instantâneas e emocionais como a propaganda e o slogan, por exemplo” (p. 71). Assim,

tratava-se, portanto, de construir, através da propaganda, os alicerces para sustentar uma sociedade liberal que se erguia através de um incessante estímulo aos instintos primários e aos desejos de consumo em massa, buscando seduzir todas as classes produtoras, através de fórmulas estudadas e de repetições capazes de cristalizar-se na memória dos consumidores como necessidades e como desejos insaciáveis (Zandwais, 2019, p. 71).

Com base nesses pressupostos, interessa considerar a propaganda no âmbito do discurso político e o funcionamento argumentativo para produzir determinados efeitos de sentido. Para tanto, mobilizamos a relação entre linguagem, ideologia e poder, para pensar a propaganda política (distinta da propaganda eleitoral e da propaganda partidária), de uma perspectiva discursiva voltada ao Estado, especialmente no âmbito de determinados governos.

O discurso político é uma construção linguística que se manifesta em diferentes contextos, como debates, discursos públicos, mídia e documentos oficiais. De acordo com Courtine (2006, p. 68), “os discursos políticos enfrentam-se uns aos outros, entrando em contradições ideológicas que ao mesmo tempo

os unem e os dividem”, sendo preciso considerar, por consequência, que “todo discurso político deve ser pensado como uma unidade dividida, dentro de uma heterogeneidade em relação a si mesmo, que a análise do discurso político pode ser capaz de traçar” (Courtine, 2006, p. 68). Desse modo, o discurso político não se limita apenas às palavras; ele reflete as ideologias, valores culturais e relações de poder presentes na sociedade.

Em se tratando da produção de conhecimentos, esta consiste “na transformação de ‘matérias-primas’ ideológicas em objetividades materialistas através do desenvolvimento de ideologias novas e de formas novas da interpelação ideológica [...]” (Pêcheux, 1995, p. 270). Nesse sentido, a prática política do proletariado modifica-se ao transformar a luta já existente, em uma nova forma de luta, em vez de simplesmente cessá-la. Numa perspectiva materialista de classes sociais, consideramos que, pelo efeito ideológico, as relações de poder se materializam discursivamente, ganhando maior relevo nesta análise o modo como a propaganda política argumenta em prol de uma perspectiva “ideal” de sujeitos trabalhadores alinhados aos interesses de mercado.

De acordo com Orlandi (1998), algumas tendências consideram que o próprio ato de falar, por si só, é uma forma de argumentação, enquanto outras veem a argumentação como mero adorno do discurso, ocupando um lugar secundário e periférico. A autora refere que,

os processos argumentativos “desempenham um papel importante na articulação da linguagem com a ideologia e o político”, através de duas noções fundamentais: 1. A noção de antecipação sustentada pelo funcionamento das formações imaginárias (posições-sujeito); 2. A noção de esquecimento ligada ao interdiscurso (exterioridade discursiva), uma vez que cada indivíduo que fala vivência a perspectiva do ouvinte, partindo de sua própria posição como orador, que é moldada pelo intrincado jogo das construções imaginárias (Orlandi, 1998, p. 74).

Nesta perspectiva, a argumentação “é vista pelo/a analista de discurso considerando o processo histórico-discursivo em que as posições dos sujeitos são constituídas” (Orlandi (1998, p. 78), e isso implica que as intenções já foram estabelecidas no nível da construção do discurso, onde as posições do sujeito foram definidas por uma relação complexa e contraditória com a linguagem. Esse olhar busca compreender como os discursos se entrelaçam com contextos sociais, políticos e culturais, influenciando a construção das identidades individuais e coletivas. Assim, “as filiações ideológicas já estão definidas e o jogo de argumentação não troca as posições de sujeito, ao contrário, deriva desse jogo, o significa” (Orlandi, 1998, p. 78).

Em estudo sobre Semântica Discursiva e argumentação, Orlandi (2023, p. 20) afirma que “o elemento por excelência da argumentação não são as inflexões emotivas do discurso, mas as argumentações demonstrativas”, chamadas provas (*pisteis*). Por sua vez, os fatores fundamentais são:

O quem (orador) - o argumento (o assunto) - o para quem (ouvinte). O ouvinte determina a estrutura do discurso. Que pode ser deliberativo (futuro-aconselhar ou dissuadir: o útil/o nocivo: judiciário (passado-visam acusação ou defesa: o justo/o injusto) e epidídico (presente-louvar ou vituperar: espectador-juiz: o belo/o feio). As premissas retóricas são: prova, verossimilhança e indícios ou sinais (Orlandi, 2023, p. 21).

Conforme Orlandi (2023, p. 37), “existe outra via de se pensar a argumentação, essa outra via é a que produz uma mudança de terreno em direção ao campo da análise do discurso”, tratando-se da “argumentação no domínio dos processos de significação, como uma questão para a Semântica Discursiva”. Por conseguinte, referindo-se à estratégia argumentativa, Orlandi (2023) indica que o embate de significados impacta diretamente as construções discursivas.

Essas formações são as condições de produção em que as palavras se inscrevem para ganhar significado, reverberando na história, com o objetivo de destruir os sentidos que se opõem aos seus próprios. Consiste em um processo de silenciamento que, muitas vezes, ocorre por meio de censura, separando sujeitos e sentidos. No entanto, os agentes dessa guerra argumentativa trabalham ativamente os sentidos no processo discursivo, buscando substituir as formações discursivas que confrontam suas visões. Assim, almejam construir a dominância dos seus próprios sentidos nos processos de significação.

A disputa de significados tem como foco as formações discursivas que é onde as palavras se inscrevem, reverberando ao longo da história. De acordo com Orlandi (2023, p. 49), “como forma de argumentar procuram destruir os sentidos que os confrontam. Silenciam (processo de censura), pois separam sujeitos e sentidos”. Desse modo, a estratégia argumentativa consiste em destruir o argumento do oponente, com o objetivo de invalidá-lo ou enfraquecê-lo. Corresponde a um processo de exclusão do outro, por meio de (des)legitimação, silenciamento e (des)significação, tendo em conta que “pratica-se muito, na argumentação, a ‘comunicação negativa’, a que serve para (des)qualificar o outro, colocar opinião pública contra ele, no caso político, o outro é o comunista” (Orlandi, 2023, p. 50), não fazendo diferença o significado da palavra para a situação em questão.

Por sua vez, na batalha das palavras, essas se constituem em uma luta ideológica, permeada pelo poder, o poder dizer, ter o poder de nomeação, razão pela qual no ato de denominar, detentores do poder simbólico empregam a argumentação negativa como estratégia (Orlandi, 2023). Ainda de acordo com a referida autora, “o outro é sempre o ‘mau’, quando não o Mal. Na guerra ideológica a escolha entre o bem (a extrema-direita) e o Mal (a esquerda) tem aparecido até em outdoors” (idem, p. 50). Esses lugares públicos se tornam palanque para a disputa simbólica e a afirmação de identidades políticas.

Sendo assim, as mensagens veiculadas em sites oficiais não são apenas informativas, eles carregam consigo significados, valores e estratégias de (des) legitimação. Tornam-se parte da narrativa política, refletindo a intensidade da

batalha de ideias e a busca pela adesão e influência. Nesse sentido, Orlandi (2023, p. 82) considera que argumentação, “se funda no mecanismo de *antecipação* produzindo uma relação de sentidos em que se inscreve a *relação de forças* (o lugar de que significa, significa em seu poder)”, é como travar uma luta essencial de significados, envolvendo conceitos cruciais como liberdade de expressão, sistema, democracia, Constituição, liberdade e muitos outros.

Desse modo, consideramos que a propaganda política inscrita no âmbito governamental, em condições de produção objetivamente dadas, materializa discursos que pela argumentação produzem determinados sentidos, e não outros. Assim, tomamos a singularidade do mercado de trabalho no Brasil, para daí pensarmos os processos de subjetivação, em seus efeitos de sentido, tendo em conta a perspectiva de trabalhadores/as.

### **Processos de subjetivação no discurso da propaganda política sobre mercado de trabalho**

O processo de subjetivação é intricado e multifacetado, envolvendo a formação da subjetividade individual e coletiva. Cabe considerar que interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição. De acordo com Orlandi (2005, p. 107), “[...] uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processos simbólicos, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como na história, terá sua forma individual(izada) concreta”. Nesse sentido, a intersecção entre o inconsciente e a ideologia desempenha um papel fundamental na formação das subjetividades.

Ao tratar dos processos de subjetivação, Zoppi-Fontana (2017) retoma a reflexão sobre a noção de lugar de enunciação e sua inscrição no quadro teórico da Análise do Discurso filiada aos trabalhos de Michel Pêcheux, considerando que “trata-se de pensar a articulação entre os processos de subjetivação e as formas históricas de enunciação política, para melhor compreender a relação entre o discurso, a prática política e a constituição de novos sujeitos/movimentos sociais” (Zoppi-Fontana, 2017, p. 66), a exemplo das diversas designações relacionadas ao chamado “mundo do trabalho”.

Considerando o ano de 2022, observamos que o mercado de trabalho apontava taxa de desemprego para as mulheres de 9,6%. Posteriormente, no 4º trimestre de 2023, havia 8,1 milhões de desempregado/as (ou desocupado/as) no país, e uma taxa de desemprego de 7,4%. No entanto, é importante destacar que esses números não refletem apenas a falta de emprego, mas também a complexidade da interseccionalidade enfrentada, por exemplo, pelas mulheres negras (IBGE, 2024). Já no primeiro trimestre de 2024, encerrado em fevereiro desse ano, a taxa de desemprego para as mulheres diminuiu para 7,9%, atingindo o menor patamar em quase 10 anos. No Brasil, mulheres pretas ou pardas são as mais afetadas pelas desigualdades, principalmente no campo da educação, no mercado de trabalho, na renda e na representatividade política do que as mulheres brancas (IBGE, 2024).

No desenvolvimento de estratégias face ao desemprego de mulheres, Chai et al. (2023) afirmam que as mulheres negras enfrentam, ainda, a complexidade da interseccionalidade, em que a cor da pele não apenas simboliza, mas ativamente reforça as práticas de exclusão e discriminação. Para Cabral (2024, p. 386), essa realidade “é exacerbada pelo legado do patriarcado racista, enraizado na sociedade brasileira desde a era da escravidão, um período que terminou sem resolver adequadamente a questão da emancipação das populações vulneráveis”, com consequências que perduram até a atualidade.

Em relação ao (des)governo Bolsonaro (2019-2022), concordamos com Indursky (2020, p. 368), ao afirmar que “o capitão veio preencher um vazio de liderança e, assim, mais do que seu presidente, tornou-se seu ídolo”. Nesse contexto, conforme a referida autora, os *apoiadores* dele “trazem a língua fascista, e a práxis violenta, inscrevendo-se, desse modo, em uma mesma posição-sujeito de extrema-direita”, visto que, “a massa se dobra com submissão diante de uma autoridade forte” (Indursky, 2020, p. 369). Além disso,

Os apoiadores alavancaram, com seu poder econômico, o capitão à presidência e o mantêm lá. Eles se guardam cuidadosamente à sombra. Não é do seu interesse aparecer. Apoiaram antes e continuam a apoiar o tenente-capitão para que execute o trabalho de construção do Brasil, razão pela qual o elegeram, facultando-lhe, desse modo, apropriar-se de bens patrimoniais que pertencem a todos, assegurados pela constituição (Indursky, 2020, p. 369).

Quanto aos *seguidores*, diferentemente dos *apoiadores*, identificam-se plenamente com seu *ídolo*, “são extremamente visíveis e ruidosos, exibem-se vestidos de verde e amarelo, como torcedores brasileiros durante a copa do mundo, apropriam-se da bandeira do Brasil e a agitam, em suas manifestações, como se fosse a bandeira de seu clube” (idem, ibidem). Conforme a autora, esses apoiadores oferecem seu apoio e amor incondicionais ao seu ídolo.

Como efeito daquele (des)governo, a falta de trabalho para as mulheres se tornou uma questão ainda mais complexa e multifacetada. De fato, a busca de emprego já é desafiadora para muitas mulheres, especialmente aquelas que enfrentam barreiras adicionais, como a maternidade e a discriminação de gênero. Sob esse argumento, o governo Bolsonaro apresentou um projeto de lei que ampliaria a multa contra empresas que praticassem discriminação salarial contra mulheres, conforme ilustrado na Figura 1, a partir da qual extraímos a primeira sequência discursiva (SD) de análise.

**Figura 1:** Governo divulga novas medidas para inserir mulheres e jovens no mercado de trabalho



The image is a screenshot of the gov.br website. At the top, there is a navigation bar with the gov.br logo, the text 'Presidência da República', and several menu items: 'Órgãos do Governo', 'Acesso à Informação', 'Legislação', and 'Acessibilidade'. On the right side of the navigation bar, there is a button that says 'Entrar com o gov.br'. Below the navigation bar, there is a search bar with the placeholder text 'O que você procura?' and a magnifying glass icon. The main content area shows a breadcrumb trail: 'Assuntos e Conteúdos > Notícias > 2022 > Maio > Governo divulga novas medidas para inserir mulheres e jovens no mercado de trabalho'. Below the breadcrumb trail, there is a section header 'RENDA E OPORTUNIDADE' followed by the main title 'Governo divulga novas medidas para inserir mulheres e jovens no mercado de trabalho'. Underneath the title, it says 'A ação faz parte do Programa Renda e Oportunidade (PRO)'. At the bottom of the article preview, there is a publication date 'Publicado em 04/05/2022 18h57' and an update date 'Atualizado em 07/11/2022 16h56'. On the right side, there are social media sharing icons for Facebook, Twitter, LinkedIn, and WhatsApp.



**Fonte:** Governo divulga novas medidas para inserir mulheres e jovens no mercado de trabalho — Casa Civil ([www.gov.br](http://www.gov.br))

SD1: “Governo lança medidas para impulsionar a inserção e a manutenção de mulheres e jovens no emprego” (Ministério do Trabalho e Emprego, 2022).

A SD1 traz um excerto referente ao Programa de Renda e Oportunidades (PRO), lançado pelo Ministério do Trabalho e Previdência, do Governo Federal em 2022. Supostamente, trazendo para si a responsabilidade de contribuir com a diminuição do desemprego no país, “impulsionar a inserção e a manutenção” pressupõe, na perspectiva do (des)governo, a existência de medidas já adotadas com esta finalidade, o que parece não ter influenciado nos crescentes percentuais do desemprego no país. Por sua vez, na base do sintoma do referido lançamento, identificamos a necessidade de firmar nas palavras o que não está produzindo efeitos na prática ministerial.

Na perspectiva de Bourdieu (1989), com a articulação simbólico-político, o poder simbólico é uma força invisível que se manifesta por meio de símbolos, linguagens e representações. Está presente nas palavras, discursos e narrativas utilizadas pelos líderes políticos, na forma como comunicam suas ideias e produzem sentidos, influenciando a percepção pública e moldando a realidade política. Para isso, a mídia estatal tem desempenhado um papel fundamental na disseminação dos interesses dominantes, assim como as cerimônias, os lançamentos, os rituais e os símbolos como bandeiras e hinos, representando valores, poder e identidades.

Desse modo,

é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política na forma de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica), dando o esforço de sua própria força as relações de força que as fundamentam (Bourdieu, 1989, p. 12).

Nesse sentido, a violência simbólica é uma força que permeia todas as esferas da sociedade, moldando vidas e influenciando decisões importantes. É nesse espaço que os processos argumentativos assumem relevo, uma vez que a dominação ideológica precisa se apresentar como necessária, razão pela qual o aumento no desemprego produz em diversos segmentos da sociedade brasileira a necessidade de atuação do governo, assim como da implementação de políticas que, por vezes, tornam-se políticas de Estado. Mas cabe lembrar que é sobre uma base ostentatória e dissimulada que, segundo Guilbert, a forma racional assume seu aspecto de evidência de normalidade e só se pode aderir naturalmente a este discurso [neoliberal] devido ao “apelo às paixões” (Guilbert, 2020, p.46), que “é legitimado e modalizado pelo recurso à racionalidade” (Guilbert, 2020, p.46).

Por sua vez, do ponto de vista discursivo, a argumentação se funde no mecanismo de *antecipação*, “produzindo uma relação de sentidos em que se *inscreve a relação de forças* (o lugar de que significa, significa em seu poder)” (Orlandi, 2023, p. 82). Vê-se, então, que a sustentação da argumentação no mecanismo discursivo de antecipação ocorre por meio de relações imaginárias, referindo-se à imagem que se constrói da imagem que os outros têm de alguém ou de algo. Essa construção ocorre com base naquilo que o outro poderia interpretar e significar. Enquanto mecanismo de administrar, as interpretações são estruturadas ideologicamente, ou seja, são fundamentadas na ideologia.

“É pelo domínio de antecipação que buscamos um ‘sempre-já’” (Courtine, 2014, p. 113) do discurso, e, além disso, “acrescentemos que ao antecipar temos um ‘sempre-ainda’” (ibidem). De acordo com Courtine, então, consideramos que o dizer “Governo lança medidas” compõe na argumentação tanto o que se espera do (des)governo face ao aumento do desemprego (lançar “medidas para impulsionar a inserção e a manutenção de mulheres e jovens no emprego”), como também produz efeito de sua atuação diante da função social do Estado, tendo em conta as contradições do neoliberalismo no Brasil, a exemplo da dificuldade de acesso de um grande contingente de mulheres e jovens às políticas públicas, enquanto o mercado não pode prescindir de uma fatia dessa força de trabalho “excedente”.

## Figura 2 – Mulheres que Impulsionam



SD2: “Mulheres que Impulsionam: Mais equidade e diversidade no mundo do trabalho” (Ministério do Trabalho e Emprego, 2024).

Em condições de produção distintas, agora no governo Lula, a SD2 se inscreve no bojo de um conjunto de ações do Ministério do Trabalho e Emprego direcionadas especificamente às mulheres, trazendo um protagonismo feminino que não se observou na SD1 (“Governo lança medidas para impulsionar”). Aqui há também um pressuposto que sustenta a restritiva que diferencia as mulheres (“que Impulsionam”, grafado com primeira letra em caixa alta): trata-se da suposição de que já exista “equidade e diversidade no mundo do trabalho”, mas talvez não o suficiente, então o Governo Federal se coloca em prol da valoração das “Mulheres que Impulsionam”, apontando a finalidade das ações ministeriais: “Mais equidade e diversidade no mundo do trabalho”.

Conforme apontamos, a especificidade do público que se pretende alcançar com o conjunto das medidas do Ministério do Trabalho e Emprego parece resgatar o protagonismo de um grupo específico de mulheres que, uma vez assumindo posição no mercado de trabalho, ressignificam o discurso do empreendedorismo feminino sob o argumento da necessidade de “Mais equidade e diversidade no mundo do trabalho”, enquanto os interesses dominantes apontam para uma força de trabalho específica convocada a “impulsionar” alguns setores da economia, notadamente o setor de serviços.

Não raro, a sustentação de argumentos como o da isonomia salarial entre homens e mulheres, aqui relacionada ao princípio da equidade (em sua necessária distinção da igualdade), lança mão de pesquisas de órgãos especializados, para convencer os/as seus/suas interlocutores/as a se filiarem a uma dada formação ideológica. Vejamos, por exemplo, que o comumente citado 1º Relatório Nacional

de Transparência Salarial, realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2024), aponta que as mulheres recebem 19,4% a menos que os homens no Brasil, demonstrando que essa diferença varia conforme o grupo ocupacional, sendo ainda mais acentuada em cargos de dirigentes e gerentes.

Assim, em nome da eficácia da propaganda, das formas de circulação e de difusão de “incentivo e valorização das mulheres”, verifica-se a construção de formulações que procuram enaltecer e promover a atuação das mulheres em diversas áreas da sociedade. Desse modo, enquanto em SD1 “Governo lança medidas para impulsionar [...]”, tornando “mulheres e jovens” objeto da política ministerial endereçada ao mercado, em SD2 são as “Mulheres que Impulsionam” [o mercado], ao assumirem no “impulso” a posição-sujeito empreendedora, defendendo, a partir do argumento governamental, a necessidade de “Mais equidade e diversidade no mundo do trabalho”.

De acordo com Zandwais (2019, p. 78), “a propaganda de Estado atua como um apelo a uma pulsão que não poderia ter sido relegada a segundo plano pelos materialistas”. Ainda conforme a referida autora, o efeito da propaganda acontece quando um grande número de pessoas se reúne, e começa a sentir, pensar e agir de modo orquestrada. Desse modo, as pessoas se conectam umas às outras sob influência de políticos, tornando-se dependentes de um sentimento de contágio, tendo em conta que “tais ímpetos e ações poderiam ser metaforizados sob a modalidade de um culto “a personalidade, a cegueira de um líder” (Zandwais, 2019, p. 77).

Tendo por pressuposto a relação constitutiva e indissociável entre economia e política, em se tratando do trabalho, numa perspectiva ontológica, os sujeitos produzem em sociedade, não existindo isoladamente, pois são produto do meio social em que vivem, sendo este, para Marx (1983), o ponto de partida para uma análise na perspectiva do materialismo histórico. De acordo com o referido autor, “quanto mais remontamos na história, melhor aparece o indivíduo, e, portanto, também o indivíduo produtor, como dependente e fazendo parte de um todo mais amplo” (p. 238); sendo moldado pelas circunstâncias, pelas relações sociais e pela história. Nesse sentido, suas escolhas e ações são influenciadas pelas condições de produção.

Realçando a relação constitutiva entre linguagem, poder e ideologia, dialeticamente, remetemos tal relação à esfera econômica, em sua indissociabilidade com a esfera política. Nesse sentido, trata-se de compreender a produção em um grau determinado, em um nível específico de desenvolvimento social. Essa produção não se refere apenas à fabricação de bens materiais, mas também à produção de sujeitos sociais. Ao tratar da produção, Marx (1983, p. 239) afirma que “seria preciso ou seguir o processo de desenvolvimento em suas diferentes fases, ou declarar desde o primeiro momento que se trata de uma determinada época histórica, da produção burguesa moderna”, uma vez que existem dois pontos nos quais todos os economistas colocam sob sua rubrica:

1º - Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade. Nesse sentido, é tautologia dizer que a propriedade (apropriação) é uma condição da produção. 2º - Salvaguarda da propriedade etc. Quando se reduzem essas trivialidades a seu conteúdo real, elas expressam mais do que seus pregadores, isto é, que cada forma de produção cria suas relações de direito, suas formas de governo próprias (Marx, 1983, p 243).

De acordo com Marx (1983, p.243), “o direito do mais forte é também um direito, e que o direito do mais forte sobrevive ainda sob outras formas em seu *Estado de direito*”. Desse modo, “na produção, os membros da sociedade apropriam-se dos produtos das naturezas para as necessidades humanas”. Dessa forma, para Marx:

a produção dá aos objetos que correspondem às necessidades; a distribuição, os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual, e finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual e satisfazendo-a com o desfrute (Marx, 1989, p. 244).

Nessa perspectiva, o consumo é imediatamente um consumo duplo, subjetivo e objetivo. Além disso, cumpre destacar que, ao produzir, o sujeito desenvolve suas capacidades, gastando-a também, consumindo-a no próprio ato da produção, exatamente como a reprodução natural é uma espécie de consumo das forças vitais. Assim sendo, o ato de produzir está entrelaçado, formando uma função contínua entre o ser criativo e o objeto criado (Marx, 1983).

Nessa perspectiva, a população se torna uma ideia vaga, quando consideramos as diferentes classes que a constituem. Da mesma forma, torna-se uma expressão vazia quando negligenciamos os elementos fundamentais que a sustentam, como o trabalho assalariado, o capital, entre outros. Na sociedade burguesa, então, o capital perde seu significado sem o trabalho assalariado, sem valor, sem dinheiro, sem preço, e assim por diante (Marx, 1983).

Por esta razão, um fenômeno como o desemprego, uma vez desnaturalizado, precisa ser remetido da esfera da produção na qual reside o fundamento do antagonismo capital-trabalho, para as demais esferas que compõem o conjunto da sociedade. Nesse movimento dialético entre distintos complexos, a particularidade da linguagem/discurso assume condição essencial para a compreensão do modo como as lutas ideológicas de classes sociais antagonicas se materializam.

Por sua vez, do ponto de vista dos processos identitários e de subjetivação, interessa considerar “o Estado com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a formação sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação”, leia-se, “de individuação do sujeito na produção dos sentidos” (Zoppi-fontana, 2017, p.65). Trata-se, então, de considerar a base material dos processos de subjetivação, tendo

em conta não apenas as classes sociais em luta, como também a função social do Estado [burguês], numa sociedade de classes. Nesse sentido,

a prática política do proletariado rompe com o funcionamento espontâneo da forma-sujeito, na medida que as formas empírico-subjetivas da prática política torna-se matéria prima de uma transformação que, incide sobre o aparelho (jurídico-político) de Estado e os Aparelhos ideológicos. O trabalho desidentificador da ideologia proletária, parte integrante da prática política do proletariado, se desenvolve, paradoxalmente, através de novas identificações em que a interpelação funciona às avessas, isto é, em referência a “não-sujeitos” como a história, as massas, a classe operária e suas organizações (Pêcheux, 1995, p. 275).

Desse modo, a formulação de estratégias discursivo-argumentativas possibilita ao Estado neoliberal colaborar com as metas econômicas, valendo-se dos desejos de consumo tanto da classe ascendente quanto dos/as trabalhadores/as, espaço no qual situamos o “desejo” de impulsionar, de empreender. Assim,

[...] São colocados em destaque, nos discursos cotidiano, da rádio, dos jornais, e nos outdoors, apelos aos desejos dos consumidores, ao sentimento de falta, a relação de transferência, bem como o desejo de identificação das classes trabalhadoras com valores próprios das classes dominantes, fortalecendo, assim, o crescimento de uma sociedade alicerçada em relações de consumo, e, incentivando, ao mesmo tempo, os consumidores à competição e à sede de ascensão social de poder (Zandwais, 2017, p. 70).

Assumindo o desafio apontado por Orlandi (2023, p. 86), de que “é preciso atravessar o imaginário e buscar o real dos sentidos que trabalham nossa conjuntura histórica, sócio-política contemporânea”, consideramos que, em condições de produção distintas e com atravessamentos político-ideológicos orientados por perspectivas diferentes, os princípios neoliberais, assumidos pelo Estado brasileiro, orientam um funcionamento discursivo alinhado aos interesses dominantes, mesmo quando aparentemente se apresentam com uma roupagem progressista, interpelando determinados sujeitos a se identificarem com uma dada formação discursiva, a exemplo das “Mulheres que Impulsionam”.

De acordo com Orlandi (2023), o sentido se combate com sentidos, eles se entrelaçam, razão pela qual os dizeres “Governo lança medidas para impulsionar [...] /SD1” e “Mulheres que Impulsionam: [...]” /SD2, guardadas as devidas distinções, são parte de processos discursivos que dialogam, a seu modo, com interesses em comum (a necessidade do mercado de absorver uma força de trabalho específica), ainda que através de posições-sujeito distintas (Governo, mulheres, jovens, “Mulheres que Impulsionam”). Na concepção de Orlandi (2023), a argumentação “é um processo discursivo que se dá na instância das ‘coisas a saber’, que nos chegam não pelo conhecimento, mas por um saber que não se aprende, e funciona produzindo seus efeitos” (p. 87), cujos elementos asseguram a existência humana em um mundo no qual a linguagem é materialidade da ideologia.

Desse modo, o imaginário gera a ilusão subjetiva, moldando o próprio sujeito e se manifestando numa dada realidade objetiva, razão pela qual os processos de subjetivação são sempre historicamente condicionados pelo embate entre o simbólico e o político. Assim, “os discursos carregam uma polemização do estatuto significativo do real nos processos de significação” (Orlandi, 2023, p. 88), produzindo efeitos de sentido distintos a partir de dizeres que se constituem na incerteza, o que põe em perspectiva perguntas como “quem deve impulsionar?”, diante do percentual do desemprego, sobretudo de mulheres e jovens, ainda que, necessariamente, não se trate de impulsionar o mercado de trabalho aumentando o quantitativo de mulheres e jovens empregados, haja vista que no capitalismo o desemprego é estrutural e que a proposta do empreendedorismo não passa pelo vínculo formal de trabalho. Desse modo, nosso gesto de análise reforça o entendimento apresentado por Orlandi (2023), para quem uma argumentação objetiva, ao sustentar a inscrição do sujeito em uma formação discursiva, desloca sentidos e posições-sujeito, gerando uma mudança nos efeitos de sentido e nas suas conexões ideológicas.

### **Considerações Finais**

Neste estudo, analisamos os processos de subjetivação no discurso da propaganda política sobre mercado de trabalho, mobilizando dispositivos teórico-metodológicos da Análise materialista do Discurso. Demos realce a uma reflexão sobre os processos argumentativos no âmbito do Estado brasileiro, especialmente tratando da esfera governamental, tendo em conta dois momentos políticos distintos (2022 e 2024).

Demonstramos que a partir de dois pressupostos (há “inserção e a manutenção de mulheres e jovens no emprego” /SD1 e há “equidade e diversidade no mundo do trabalho”), a propaganda política utiliza o argumento da necessidade de “impulsionar” o primeiro pressuposto e de garantir “Mais” do segundo. Todavia, enquanto em SD1/2022 é o “Governo” quem “lança medidas”, em SD2/2024 são as “Mulheres que Impulsionam”. Um olhar superficial permite localizar, por um lado, um deslizamento da responsabilidade do Governo (SD1) para as mulheres (SD2), como também, por outro lado, um gesto de visibilidade das mulheres em condições de produção que favorecem a implantação/implementação de políticas progressistas, caso do atual Governo.

Todavia, para além da superfície discursiva, identificamos um funcionamento argumentativo alinhado aos interesses do mercado que, sob o ideário neoliberal, tem no Estado, em distintos momentos históricos (2022 e 2024), um espaço legítimo de formulação de políticas que atendam, de maneira pontual, à dinâmica do capital, quer impulsionando “a inserção e a manutenção de mulheres e jovens no emprego”, quer incentivando mulheres que impulsionam por “Mais equidade e diversidade no mundo do trabalho”. Tanto nos pressupostos, quanto nas necessidades forjadas a partir deles e reforçadas pelas estatísticas utilizadas conforme a conveniência,

o que se tem em perspectiva são as condições necessárias para o funcionamento da ideologia neoliberal nos processos de subjetivação, pelo efeito da identificação. Assim, consideramos que o funcionamento da argumentação no discurso em análise demonstra que o Estado não apenas governa, mas também constitui os sujeitos, influenciando suas crenças, comportamentos e filiações identitárias.

## Referências

BEHNKE, I. T. E. **Bolsonaro**: multar empresas por discriminação salarial pode piorar situação de mulheres. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/04/22/bolsonaro-fim-a-discriminacao-salarial-pode-piorar-situacao-de-mulheres.htm>>. Acesso em: 10 maio. 2024.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRESSANIN, J. A. Educação é a base: a discursividade da propaganda do governo federal. **Traços de Linguagem-Revista de Estudos Linguísticos**, v. 2, n. 1, 2018.

CABRAL, S. M. et al. Mulheres negras no mercado de trabalho: estudo de caso no Vale do Sinos/RS. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 17, n. 51, p. 379-404, 2024.

CHAI, C. G. et al. Intersectionalities of contemporary slavery of black women under decolonial thought: work, social determinants, and social inequalities. **Cadernos EBAPE.BR**, vol. 21, n. 3, 2023.

CONTEÚDO, E. **Bolsonaro**: fim à discriminação salarial pode piorar situação de mulheres. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Emprego/noticia/2021/04/pegn-bolsonaro-fim-a-discriminacao-salarial-pode-piorar-situacao-de-mulheres.html>>. Acesso em: 10 maio. 2024.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos/SP: EdufSCar, 2014.

COURTINE, J-J. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da vida pública. Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez (Org.). Revisão: Maria do Rosário Gregolin. São Carlos/SP: Claraluz, 2006.

CRUZ, A. C. S. **Mídia e Discurso**: a construção de sentidos. Marília/SP: Poiesis Editora, 2018.

GUILBERT, T. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2020.

INDURSKY, F. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 3, p.365-388, 2020. Disponível em: [//revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1730](http://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1730). Acesso em: 1 abr. 2024.

MAGALHÃES, B.; MARIANI, B. Processos de subjetivação e identificação: ideologia e inconsciente. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 10, p. 391-408, 2010.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

ORLANDI, E. de L. P. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum linguístico**, v. 1, n. 1, p. 73-81, 1998.

ORLANDI, E. de L. P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2 ed. Campinas/SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. 3. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2017.

**Painel de Indicadores (IBGE)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 4 abr. 2024.

PANDOLFI, D. **REPENSANDO o Estado Novo**. Dulce Pandolfi (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PÊCHEUX, M. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: **Análise de discurso**. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas/SP: Pontes, 2011, p.73-92.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas/SP: Pontes, 1995.

ZANDWAIS, A. Possíveis leituras de “Foi Propaganda Mesmo Que Você Disse?” de Michel Pêcheux, **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 14, n. 22, p. 67-79, jul-dez. 2019.

ZOPPI-FONTANA, M. G. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Revista Conexão Letras**, v. 12, n. 18, 2017.

# O DISCURSO DE AUTORIDADE E DE VIOLÊNCIA EM “TROPA DE ELITE” (2007) DE JOSÉ PADILHA

Pâmela Tamires dos Santos (UESPI)

Alan Lobo de Souza (UESPI)

## Considerações iniciais

“A minha cidade tem mais de 700 favelas, quase todas dominadas por traficantes armados até os dentes. É só nego de AR-15, Pistol Uzi, HK e por aí vai. No resto do mundo esse tipo de armamento é utilizado na guerra, aqui são as armas do crime. Um tiro de 762 atravessa um carro como se fosse papel e é burrice achar que numa cidade assim, os policiais vão subir favela só pra fazer valer lei. Policial tem família, amigo. Policial também tem medo de morrer.”

(Capitão Nascimento.)

“O meu nome é Capitão Nascimento, eu chefiava a equipe alfa do Bope. Eu já tava naquela guerra fazia tempo e tava começando a ficar cansado dela.”

(Capitão Nascimento.)

Durante muito tempo, a cidade do Rio de Janeiro serviu de inspiração para inúmeros artistas, sendo representada na música, no cinema e em pinturas. Os meios de comunicação, como a TV e o rádio, ajudaram a criar a imagem de “Cidade Maravilhosa”. Entretanto o diretor cinematográfico, José Padilha, em seus filmes “Tropa de Elite” (2007) e “Tropa de Elite II: O inimigo agora é outro” (2010), desconstrói essa imagem criada pela mídia através da narrativa vivenciada pelo personagem Capitão Nascimento, interpretado pelo ator Wagner Moura.

A primeira epígrafe que trazemos no início é a fala inicial do personagem na obra, em que ele retrata o contexto social e a imagem apresentada da cidade do Rio de Janeiro, onde toda a história se desenvolve, como uma cidade violenta e degradante. Embora se trate de uma obra ficcional<sup>39</sup>, através dessa fala produz o sentido de quão perigosa e desafiadora é a realidade da cidade e da sociedade, principalmente para as pessoas que moram nas comunidades tendo que conviver com a criminalidade e a violência.

39 - Apesar de ficcional, a obra compreende tentativas de reproduzir/descrever as notícias e narrativas que circulavam sobre a cidade do Rio de Janeiro, como exemplo podemos citar a terceira visita do Papa João Paulo II ao Brasil no ano de 1997 que é retratada na obra.

O personagem, representando o lugar social de um policial, portanto, a instância de proteção e repressão na sociedade (Althusser, 2002 [1970]), também expressa em sua fala o medo por parte dos policiais de morrer em algum confronto contra os criminosos, quando, já na segunda epígrafe, descreve o quão cansado e sobrecarregado se sente nessa “guerra”. A sensação de que descreve dessa realidade sendo ele policial de uma tropa de elite e lutando na linha de frente contra o crime, é de constante estresse, perigo e violência.

Dessa maneira, a obra de José Padilha narra a história de Roberto Nascimento, sendo o personagem um Capitão, como já mencionado, de uma tropa de elite da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro prestes a se aposentar e em busca de um substituto para o seu posto, que se vê impossibilitado de ausentar-se de seu posto, quando escalado para liderar uma missão com o intuito de “apaziguar” a comunidade que receberá a visita do Papa João Paulo II.

Em uma das missões, a equipe do personagem é acionada para salvar policiais em um tiroteio no Morro da Babilônia, e é durante o resgate e o combate que os personagens aspirantes, Neto e Matias, são introduzidos na história e na vida do personagem. Os aspirantes, impressionados com a eficiência de trabalho da tropa, decidem se inscrever e participar do curso de formação, um teste extremamente árduo e conseguem a aprovação, ganhando as graças do personagem Capitão Nascimento. É durante essas cenas que a conduta do personagem Capitão Nascimento começa a chamar a atenção, pois, do início até o fim da obra, é o único responsável por narrar os fatos ali expostos. Sua conduta em alguns momentos passa a ser questionável, pois como alguém tão preocupado em combater o crime e agir de maneira “correta” do ponto de vista social, pode também agir de maneira tão hostil? A mesma violência e injustiça que combate e tanto condena é muitas vezes o estímulo que motiva a sua conduta.

É compreensível, de fato, que o contexto social e político da cidade do Rio de Janeiro, assim como o cenário caótico e a posição de trabalho do personagem central da narrativa influenciam diretamente nos efeitos de sentido produzidos pela conduta violenta e especialmente os discursos que atravessam as falas do personagem. Sendo este o objetivo desta pesquisa, que é compreender como o lugar social e as condições de produção do personagem Capitão Nascimento, são fundamentais na constituição dos discursos que atravessam a sua fala, analisando a opacidade em torno da significação do discurso de autoridade e de violência que são reproduzidos pelo personagem protagonista.

Dessa maneira, a adaptação cinematográfica “Tropa de Elite” é uma obra de grande repercussão na sociedade brasileira do início dos anos 2000, registrando uma das maiores bilheterias da época, realçou posicionamentos distintos na sociedade e um nível de popularidade que ainda hoje circula a partir de algumas frases destacadas ditas por personagens marcantes, como: “Pede pra sair!”, “Bota na conta do Papa!”, “Missão dada é missão cumprida!”, “Não vai subir ninguém!”, “Boa 06!” etc.

Além dessas frases destacadas, é interessante mencionar que algumas eram técnicas (utilizadas em operações ou para se referir aos parceiros e superiores no ambiente de trabalho) e estavam presentes somente na conversa e no cotidiano de um determinado grupo social, os agentes de segurança pública. Contudo, graças à difusão do filme, entrou no vocabulário popular. É graças a essa popularidade, sustentada por vezes pela maneira como os discursos violentos são articulados por um certo humor, e a incrível quantidade de frases prontas que “Tropa de Elite” ganhou as graças do público e por esta razão o discurso de autoridade e de violência e o contexto ali apresentado passou a ser visto como algo “normal”. E é esta a questão que se impõe, pois o autoritarismo e a violência são, na maioria das vezes, interpretados socialmente como uma atitude ou reação, pois do ponto de vista de um discurso de uma lógica social saudável, não existiria justificativa para a truculência e assassinatos por parte das instâncias de proteção do próprio Estado. É sobre esse funcionamento discursivo aqui problematizado que sublinhamos a necessidade de analisá-lo.

Na relação entre o simbólico ambiente caótico e os comportamentos violentos vividos e produzidos pelo personagem Capitão Nascimento, vemos a produção dos efeitos de sentido relacionados diretamente com as condições históricas que o possibilitam, afinal o contexto sócio-histórico e ideológico são fatores fundamentais na construção da conduta e discurso do personagem. A posição e as vivências que o personagem narra, funcionam a partir dos discursos produzidos na sociedade em que vive, fazendo com que o próprio personagem odeie a criminalidade. Logo, o personagem não criou esse discurso, ele apenas reproduz, já que este circula na memória social.

Portanto, para a compreensão da temática e do *corpus* aqui trabalhados, serão analisados sob a ótica da AD materialista, que pode ser compreendida como um instrumento capaz de analisar os discursos considerados em sua historicidade. Tendo em vista que a AD permite-nos entender o funcionamento do discurso de autoridade e de violência e a maneira como este é construído na adaptação cinematográfica, permitindo descrever alguns dos discursos que atravessam o filme, a fim de problematizá-los e compreender como estes determinam os efeitos de sentido que a obra produz.

### **Tropa de elite: discursos e condições de produção**

Foi significativo o sucesso de “Tropa de Elite” e a sua importância para o cinema nacional: a obra foi vencedora de inúmeros prêmios nacionais e internacionais, entre eles o Urso de Ouro no Festival de Berlim (2008) e o Grande Prêmio Vivo do Cinema Brasileiro (2008). O longa-metragem ganhou as graças e críticas do público e da mídia internacional por tratar de temáticas relacionadas à segurança pública, especificamente da cidade do Rio de Janeiro em meio ao cenário de criminalidade e por retratar cenas de violência.

Ademais, a adaptação de Padilha, teve como inspiração o best-seller *Elite da Tropa* (2006), livro de autoria de Luiz Eduardo Soares (antropólogo e cientista político); André Batista (Coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro e ex-combatente do BOPE) e Rodrigo Pimentel (ex-militar da Polícia Militar do Rio de Janeiro e ex-combatente do BOPE), este último serviu de inspiração para a criação do personagem Capitão Nascimento e também contribuiu para a produção do roteiro, que foi desenvolvido por José Padilha e pelo roteirista e escritor Bráulio Mantovani famoso pela adaptação do roteiro do filme “Cidade de Deus” (2002) e “Última Parada 174” (2008).

Na relação da obra literária com a adaptação cinematográfica, embora aquela seja a fonte de inspiração do diretor para o longa metragem, o que observa-se é que as obras apresentam diferenças e similaridades em alguns pontos. Enquanto a obra de Soares, Batista e Pimentel (2006) traz relatos (similares a crônicas, com narrativas curtas e detalhadas) baseados nas experiências pessoais dos autores e ex-combatentes, o filme dá voz a um único narrador e personagem, Roberto Nascimento, que só existe no longa-metragem. Assim, grosso modo, as experiências reais descritas e os inúmeros relatos de violência vivenciados pelos autores no livro, são utilizados na composição dos personagens principais e fictícios da trama cinematográfica, neste caso, Capitão Nascimento, André Matias e Neto.

Dessa maneira, as condições de produção (o contexto sócio-histórico e ideológico) do Rio de Janeiro, serviram para situar a narrativa apresentada no longa-metragem, por essa razão a maneira como o BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais), a Polícia Militar convencional e o cenário de criminalidade foram abordadas na adaptação para que parecesse o mais verossímil com a realidade da cidade que é palco destes eventos, realizando uma imitação dos acontecimentos e do cenário político de sua época. Uma vez que a trama desenvolve-se, especificamente no ano de 1997, na gestão do então governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (1995-1999), que no mesmo ano recebe a visita do Papa João Paulo II, arco que é abordado no filme, sendo o BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) responsável por fazer a segurança do Papa e que tinha a incumbência de, em seis meses antes da chegada do reverendo, “apaziguar”, por meio de incursões diárias durante semanas<sup>40</sup>, a favela Morro do Turano, local onde o chefe da Igreja Católica seria recebido. Logo, é importante sublinhar que a história do filme se passa 10 anos antes de seu lançamento em 2007, relatando as experiências vivenciadas pelos ex-combatentes durante o período que fizeram parte desta tropa de elite.

Além, as condições de produção da cidade do Rio de Janeiro, proporcionaram uma coincidência interessante entre o longa-metragem e o contexto da cidade, tendo em vista que, em 2007, enquanto o filme era assistido nos cinemas, bem

---

40 - Essa informação foi dita por Rodrigo Pimentel durante sua participação no Flow Podcast em 12/01/2023.

recebido pelo público e atacado pela mídia internacional<sup>41</sup>, o cenário político e social do Rio de Janeiro passava por um momento delicado de sua história: devido o crescente número de assassinatos, surgiram ondas de protestos pela paz, organizados pela ONG Rio da Paz com o intuito de chamar a atenção das autoridades (especificamente das autoridades de segurança pública) para a violência, a impunidade e o alto número de homicídios no estado, especificamente nas áreas de favela. Os protestos realizados ganharam notoriedade, tomando proporções a nível nacional, ocasionando em manifestações em diferentes regiões e estados do Brasil.<sup>42</sup>

Há outra coincidência: enquanto as manifestações aconteciam com passeatas, entrega de manifestos ao comandante-geral da Polícia Militar e repúdios liderados por artistas, em um arco do filme, também acontecia uma manifestação contra a violência. A única diferença é que essa é ridicularizada pelo personagem Capitão Nascimento, e invadida pelo personagem André Matias que agride e ofende os manifestantes. Com efeito, a situação não acontece à toa, pois Padilha explora ao longo do filme as razões que fazem o personagem tomar essa atitude. Pois um dos personagens que participa da manifestação foi um dos responsáveis por montar uma emboscada para o assassinato do personagem Matias, todavia, quem foi vítima dessa artimanha foi o personagem Neto, amigo e companheiro de profissão de André Matias. Dessa maneira, Matias, acaba descobrindo e vai atrás do culpado, que é agredido e xingado enquanto manifestava pela paz. A cena, aparentemente caiu nas graças do público, quando o personagem André Matias em um momento de indignação, diz aos manifestantes “Bando de burguês safado!”, cena que acabou virando meme nas redes sociais.

Assim, a adaptação de Padilha, por tratar de temáticas que trazem para o enredo questões sociais e políticas, desde sua data de lançamento, serve de objeto de análise e discussão em inúmeras áreas, podendo citar, por exemplo, no campo do Direito, o ensaio intitulado “Direito, linguagem e a cultura ética e jurídica: o ‘pede para sair’ do Capitão Nascimento” (2011), de Germano Schwartz. Outro caso, na área de Comunicação e Cultura, há o artigo “Violência e cinema: um olhar sobre o caso brasileiro hoje” (2008), do crítico literário Márcio Selligmann-Silva. Na área das Ciências Sociais, não passa despercebido o artigo “Tropa de elite: perigosas ambiguidades” (2013), de Paulo Menezes. Na área de Psicanálise e Cinema, há o artigo “Mal-estar, violência e cinema: um olhar psicanalítico”, (2011) de Siméa Paula Carvalho Ceballos. Por fim, na área de AD, há recente dissertação de mestrado “Capitão Nascimento e os Direitos Humanos: a construção do Ethos policial a partir de Tropa de Elite” (2019), de Demétrios Wagner Cavalcanti da Silva.

---

41 - Na Revista “Variety”, ao comentar sobre Tropa de Elite, o jornalista Jay Weissberg escreveu que a obra é uma: “monótona celebração da violência, um filme de recrutamento para fascistas brutamontes”. Enquanto o jornal alemão Tagesspiegel, escreveu que: “qualquer nuance argumentativa se perde porque Padilha deu ao filme um estilo hiperativo para mostrar o caos urbano. No bombardeio de cortes e tons bombásticos não resta nem um minuto ao espectador para a reflexão. O diretor de 40 anos estudou em Oxford, mas inteligente o seu filme não é”.

42 - Será possível encontrar informações mais detalhes na matéria “Relembre manifestações pela paz em 2007” pelo site Extra-Online da revista O Globo em 15/06/2007.

Tropa de Elite é um longa-metragem que aborda em sua narrativa um enredo baseado em contextos de um período específico da história da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, apesar dos inúmeros acontecimentos e mudanças ocorridos no espaço de tempo entre a publicização do filme e a atualidade desta pesquisa, a temática aparenta ser atual e atrativa a diferentes recortes e campos de pesquisa, tendo em vista que a maioria dos problemas destacados por José Padilha em sua adaptação ainda estão presentes nos noticiários sobre a violência e incursões policiais no Rio de Janeiro. A criminalidade, a truculência das autoridades governamentais e o eterno ciclo vicioso de violência produzido ainda são agravantes da realidade dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, especificamente, os moradores das comunidades. Logo, devido à atemporalidade da obra, o repertório temático e de sua notável repercussão na sociedade, consideramos “Tropa de Elite” um material que merece nossa atenção.

### **Análise do Discurso: particularidades do corpus**

A AD materialista tem por objetivo analisar e compreender as motivações históricas, bem como os limites da produção dos discursos em diferentes materialidades. Para tanto, a fim de analisarmos o funcionamento dos discursos de autoridade e de violência, bem como os sentidos produzidos pelo personagem principal da adaptação cinematográfica, no primeiro momento é necessário levar em consideração o aspecto histórico, neste caso o contexto sócio-histórico e ideológico do Rio de Janeiro, cidade onde a trama desenvolve-se e onde são retratadas as narrativas do personagem Capitão Nascimento, levando em consideração seu papel dentro deste contexto, sendo ele um policial militar do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) batalhão reconhecido pela sua eficiente de trabalho, ou seja, pelos atos de violência realizados em incursões em áreas de favela. Assim recorrendo à descrição das condições de produção que determinam os sentidos produzidos na obra e estabelecem uma relação com o já-dito, com o interdiscurso.

Sobre o conceito de *condições de produção*, Eni Puccinelli Orlandi (2012) sublinha que:

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. (2012, p. 30).

No que diz respeito as condições de produção, compreendemos que faz referência à relação dos sujeitos em sua relação com à situação/contexto situacional e o histórico, “cenário” em que estão inseridos, determinando assim o funcionamento discursivo e o próprio dizer dos sujeitos envolvidos. Já o conceito inseparável deste é o de *interdiscurso* ou *memória discursiva*, que, em Michel Pêcheux (1999) pode ser definida como:

estruturação da materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética de repetição e regularização: a memória discursiva seria aquilo que face, a um texto surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os 'implícitos' de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação do legível. (1999, p. 52).

Acrescentamos a essa definição, outra, de Orlandi (2012): “o que chamamos de memória discursiva: é o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada palavra”. (2012, p.31). Assim, a memória discursiva, para a AD materialista é o que possibilita a repetição de determinados discursos, responsável por manter o que compreendemos por *regularidade discursiva*, uma vez que a regularidade só é suscitada através da repetição de algo conhecido e internalizado na memória social, ou seja, um já-dito.

Para entender o funcionamento da ideologia, recorreremos a Louis Althusser e sua obra intitulada “Aparelhos Ideológicos de Estado” (2022, [1970]) (doravante AIE) em que o teórico apresenta o modo como os AIE funcionam por meio dos Aparelhos Repressores do Estado (doravante ARE). De acordo com Althusser (2022, [1970]), os AIE, levando em consideração a teoria marxista, possuem distinção dos ARE, visto que “o aparelho de Estado (AE) compreende o governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc., que constituem o que chamaremos, a partir de agora, de aparelho repressivo do Estado”. (2022, [1970], p.74).

A definição de ARE e sua função em sociedade seria para o autor a parte relacionada à repressão através da violência, sendo as instituições destacadas como a polícia e o Exército os exemplos mais precisos da maneira como esses aparelhos são estabelecidos dentro da sociedade, diferente dos AIE que operam através da ideologia interpelando os sujeitos. No longa-metragem de José Padilha, observamos que o BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) é quem exerce o papel de ARE, tendo em vista que os combatentes funcionam através da repressão e violência, nas áreas que o Estado determina, ou seja, nas áreas em que o Estado considera a necessidade de truculência como resposta imediata, e na obra cinematográfica essas áreas são as favelas, que por anos tiveram sua história e moradores colocados a margem da sociedade.

Logo, esses serão os conceitos fundamentais da AD materialista que serão mobilizados durante a análise – embora não sejam os únicos –, a fim de relacionar o que é linguístico e extralinguístico, possibilitando considerar como os sentidos são historicizados na/pela língua e no simbólico.

## **Entre o verbal e o não verbal**

A linguagem, por ser utilizada como meio de comunicação e principal instrumento de interação, quando verbalizada (portanto deixando de lado a sua manifestação não-verbal), é entendida frequentemente como capaz de representar

o sentido em toda a sua completude, em sua totalidade. Tal compreensão aparenta não ser discutível ou objeto de questionamento para grande parte dos indivíduos em uma sociedade fora dos muros do ambiente acadêmico – embora se possa encontrar esse comportamento também nos cursos de letras quando os discentes ainda estão nos primeiros anos de estudo.

Se recorremos à obra *Curso de linguística geral* (1916), de Ferdinand de Saussure, ao entender a língua como objeto imanente, em que tudo que é extralinguístico deve ser desconsiderado – pois tudo o que é necessário para entender a língua já está presente em sua estrutura –, essa concepção de linguagem talvez faça sentido. Todavia, graças aos estudos discursivos, que têm o *sentido* e o movimento de *interpretação* como problemas a se questionar, com a AD, foi possível repensar essa concepção da linguagem, visto que a língua por si, ou seja, nela e por ela mesma, como materialidade é opaca e incompleta, como já defendeu Pêcheux (1975). Isso porque a linguagem verbal não necessariamente “materializa” pensamentos, mas possibilita a promoção de sentidos que não estão ligados às palavras; isto é, a linguagem não seria um código a ser decifrado pelo outro no momento de interlocução.

Dito isso, o verbal e o não verbal passam a ser observados de modo imbricados (Lagazzi, 2009) em sua relação, pois o sujeito ao entrar em contato com textos que trazem em sua estrutura imagens com o intuito de “completar” seu sentido ou até como efeito narrativo, formula gestos de interpretação a partir de seu imaginário, que retoma a algo internalizado em sua memória. Além disso, essa relação entre o verbal e o não verbal, permite um direcionamento visual guiando a uma sequência narrativa, permitindo formulações e diferentes interpretações, pois se um texto sendo apenas verbal por vezes é capaz de gerar inúmeras interpretações, imagine um texto que apresenta em sua estrutura aspectos verbais e não verbais, que relacionam a produção/relação como defendem Caroline Fernandes e Maria Cristina Leandro Ferreira “da sintaxe visual e sintaxe narrativa” (2013, p. 2).

Ao ler um texto com esta estrutura, o leitor abandona o mecanismo tradicional de leitura, ou seja, frase por frase e passar de páginas. A leitura neste tipo de texto não é limitada, é um ponto ou flecha de acordo com Caroline Fernandes e Maria Cristina Leandro Ferreira para chamar atenção para diferentes formulações. Logo é essa “flecha” que atinge o olhar do sujeito e seria o objeto que transpassa suas formulações, como defendem Caroline Fernandes e Maria Cristina Leandro Ferreira:

Essa flecha no olhar que transpassa o sujeito é o ‘*punctum*’, descoberto por Barthes (1984) ao estudar fotografia, em sua obra *A câmera clara*. O *punctum* de que trata Barthes (ibidem) é o ponto de imagem que toca o sujeito, que direciona o seu olhar. Sendo particular, é diferente para cada leitor. O *punctum* pode servir de ‘ponto de ancoragem’ para a leitura é direcionar o sentido para as outras imagens da sequência narrativa. (2013, p. 3)

De fato, cada sujeito, ao entrar em contato com este tipo de texto, a cada leitura, poderá ter diferentes entendimentos sobre um mesmo “assunto” ou tema. Por exemplo, um texto que traz em sua estrutura uma imagem de uma paisagem ou bioma pegando fogo pode produzir diferentes interpretações, afinal, durante a leitura, o conhecimento de mundo é suscitado, ou seja, o imaginário desse sujeito-leitor terá como base sua memória discursiva (sócio-histórica), formulando, assim, diferentes sentidos. Como exemplo as próprias autoras destacam as leituras do livro do *Mestre Vitalino* (2000), de André Neves, que traz aspectos da estética do Nordeste brasileiro, uma imagem com características de um ambiente árido e seco, similar ao bioma da caatinga. Todavia, por mais que esse cenário pareça típico de uma região do Brasil, o sujeito-leitor, ao acessar o imaginário, formula além do que a imagem “propõe”, como afirmam Caroline Fernandes e Maria Cristina Leandro Ferreira:

A imagem das crianças atravessando o que parece ser um muro leva o sujeito a imaginar a travessia da fronteira entre o México e Estados Unidos. Essa relação entre os significantes visuais dá sentido ao fato de estarem andando pelo deserto: trata-se de imigrantes cujo objetivo seria ingressar ilegalmente em um país. Faz ressoar na ‘memória do visível’ a fronteira murada entre México e EUA. (2013, p.4)

Nesse caso, o sujeito-leitor desenvolve inúmeras interpretações, mas não descarta as outras possibilidades de formulação, pois uma interpretação dá espaço para outra interpretação, preenchendo o espaço e completando os vazios daquela narrativa, lançando através de um *punctum* um novo ponto de vista. Ademais, é importante descartar que as interpretações são possíveis, de acordo com Tânia Conceição Clemente de Souza, graças à relação estabelecida e os aspectos sociais entre aquele que produz o texto e quem o lê, neste caso sujeito-autor e sujeito-espectador. Ao analisar uma imagem, um elemento não-verbal como materialidade discursiva, é preciso levar em consideração o viés ideológico e social, não limitando-se a sua segmentação. Assim, ao analisar uma imagem, e observar seus elementos (implícitos) inseridos no recorte, pode-se afirmar que são utilizados como mecanismos para a antecipação da interpretação do sujeito e o desenvolvimento da narrativa, como destaca Souza: “São elementos implícitos que funcionam como índices, antecipando o desenrolar do enredo” (2015, p. 74.), fazendo com que seja o sujeito-leitor o responsável por criar diferentes formulações através de seu imaginário.

Afinal, todo gesto de interpretação precisa estar inserido na memória para que assim seja suscitado, pois como sublinham Cristiane Maria Megid e Ana Paula Lemos Capellani: “gestos de interpretação que são compulsórios, mas não aleatórios. Somos impelidos a interpretar a todo momento, mas nem toda leitura/ interpretação é possível. Ela deve estar inscrita a uma memória – interdiscurso - que a torne dizível, possível e passível de fazer sentido” (2007, p. 29). Logo, as memórias suscitadas só foram possíveis de acessar devido ao imaginário do sujeito-

leitor, o que possibilita assim inúmeras interpretações, pois apesar do texto possuir os mesmos elementos verbais e não verbais, os sujeitos não são os mesmos. Afinal, a AD materialista defende que, devido à opacidade da língua, os sentidos não são óbvios, mas moventes. Logo, os sentidos não são um conceito preciso, pois o que pode ter uma significação em uma cultura de um país, pode não ter a mesma significação em outro. Assim, os sentidos são permitidos devido às formulações.

Devido essa opacidade da língua, os textos que possuem características verbais e não verbais devem ser observados na indissociabilidade dessas características, a fim de tornar possível observar a contradição, as incompletudes e as lacunas que produzem. Assim, se a unidade textual apresenta brechas, será através dos gestos de interpretação que a incompletude será “preenchida”, como defende Lagazzi: “Não temos materialidades que se completam, mas que se relacionam pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude da outra” (2009, p. 68). Logo, relacionando uma materialidade a outra, novos sentidos são formulados.

### **Opacidade e efeitos de sentido**

Ao analisar um objeto de estudo que possui em sua forma diferentes materialidades, é necessário entender que tanto os elementos verbais quanto os visuais e sonoros permitem ao leitor/espectador inúmeras interpretações. Quando esse objeto de estudo é uma produção de caráter cinematográfico (documentário, entrevista, matéria jornalística e/ou adaptação cinematográfica), é necessário analisar a maneira como os sentidos são produzidos na imbricação dessas diferentes materialidades, e não considerando que uma sobrepõe a outra, como sublinha Lagazzi (2009).

Por esta razão, as cenas ou sequências discursivas (SD)<sup>43</sup> do filme foram escolhidas para esta análise levando em consideração as regularidades discursivas e simbólicas que a obra cinematográfica produz. Dito isso, analisaremos algumas cenas do longa-metragem “Tropa de Elite” (2007), para entender o funcionamento dos discursos de autoridade e de violência a partir do que é vivenciado e narrado pelo protagonista a partir das seguintes sequências discursivas (SD).

---

43 - Entendemos Sequência Discursiva como descrito por Rogério Modesto e Alan Lobo de Souza (2019) sendo a materialização não estanque de um discurso, isto é, a materialidade do interdiscurso processada no eixo da formulação, o intradiscurso – em nosso caso, em meio ao processamento do verbal, das imagens e do sonoro.

(SD1)



(Tropa de Elite, 2007. José Padilha)

A cena em questão ocorre no início do filme, momento em que os combatentes do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais), em duas viaturas, são encaminhados para atender uma ocorrência, um tiroteio entre a Polícia Militar do Rio de Janeiro e os criminosos em um baile funk no Morro da Babilônia. Nesse momento, começa a narrativa do protagonista, Capitão Nascimento, em que ele realiza uma breve apresentação de si (“O meu nome é Capitão Nascimento, eu chefiava a equipe alfa do Bope. Eu já tava naquela guerra fazia tempo e tava começando a ficar cansado dela.”) seguida de uma contextualização do batalhão de que faz parte – ambas não são registradas na SD, mas que estão presentes na epígrafe situada no início deste artigo.

Em seguida, sua fala é centrada no símbolo da viatura (também presente na boina do personagem), uma faca cravada em uma caveira com uma feição diferente (como se a sobrelance estivesse cerrada), acionando memórias de medo e intimidação, além de duas armas atravessadas dentro de um círculo vermelho em um espaço preto, símbolo especificamente associado ao BOPE. Todavia, o símbolo sofreu uma alteração: o símbolo utilizado no longa-metragem possui uma diferença do utilizado pelo batalhão, pois enquanto no filme a faca é cravada na caveira de baixo para cima, no símbolo real a faca é cravada de cima para baixo – provavelmente uma tentativa de inibir processos quanto ao uso da imagem do BOPE<sup>44</sup>.

44 - Os Comandos, tropa de elite das forças armadas, por exemplo, possui como símbolo, assim como o BOPE, uma faca cravada em uma caveira. Logo, esse símbolo não é de exclusividade deste último.

Ademais, a cena em destaque chama atenção tanto pela frase proferida pelo protagonista, ao dizer que o símbolo representa o que acontece na favela (“Nosso símbolo mostra o que acontece quando a gente entra na favela”) quanto pelo jogo de imagens, ao destacar que a farda utilizada pelos combatentes é preta em vez de azul (“E a nossa farda não é azul, parceiro. É preta.”). Neste último, podemos recorrer às seguintes paráfrases (Orlandi, 2015) (em número de três, mas que não são estanques nem únicas possíveis):

Por sermos de uma tropa de elite, nossa farda não é igual a dos policiais convencionais da Polícia Militar.

A nossa farda é preta, para diferenciar a função de trabalho entre os policiais convencionais da Polícia Militar.

A nossa farda é preta porque é do BOPE, a tropa de elite da Polícia Militar.

Sendo assim, de diferentes modos a frase proferida pelo protagonista é reescrita, neste caso, fazendo uso como destaca Orlandi (1998, p. 14) do “mesmo e o diferente”, no caso da paráfrase e polissemia, definidas por Orlandi como “em termos discursivos teríamos na paráfrase a reiteração do mesmo. Na polissemia, a produção de diferença.” (1998, p. 15), possibilitando na repetição e diferenciação das frases, a formulação de novos sentidos ou um retorno a significação atribuída a frase dita pelo protagonista.

No final da cena, inicia-se um trecho da música “Tropa de Elite”, de autoria da banda Tihuana, que diz “Tropa de Elite osso duro de roer, pega um e pega geral, também vai pegar você”, compondo a materialidade, na medida em que a canção está imbricada com o que já havia sido narrado pelo personagem sobre o que é o BOPE nos minutos iniciais do filme. Dessa maneira, impõe-se a seguinte pergunta: que sentidos são mobilizados durante essa cena?

Historicamente o símbolo do BOPE, de acordo com o senso comum militar, tem como um dos significados a “vitória sobre a morte”, como afirma o sociólogo e bacharel em Segurança Pública, Fábio Gomes de França:

Pelo que se sabe, após a capitulação da Alemanha para as forças aliadas aos Comandos, que era uma força especial britânica cujo símbolo era um punhal ladeado por asas com a frase “Who dares wins” (“Quem ousa vence!”), invadiram um dos quartéis-generais dos Totenkopf. (COTTA, 2014). Existia um crânio sobre a mesa do comandante alemão, de modo que, “para sacralizar a vitória da vida e da liberdade sobre a morte (representada pelos campos de concentração nazista) um soldado Comandos teria cravado seu punhal sobre o crânio e desse ato surgiu a expressão “Vitória sobre a Morte!”” (COTTA, 2014, p. 372). Essa história acabou sendo absorvida pelo senso comum militar e é usualmente utilizada como explicação para a origem do símbolo da faca na caveira. (2021, p. 106-107)

Contudo, embora coerente e possível, nem sempre esse é o sentido atribuído a esta materialidade, na medida em que esta historiciza diferentes memórias. Não por acaso, devido às inúmeras operações em áreas de favela e às mortes resultantes

de suas atividades, o símbolo acabou recebendo uma conotação negativa<sup>45</sup>, por conta da truculência do batalhão. Interfere ainda nesta compreensão a cor preta do fardamento<sup>46</sup>, sublinhada pelo protagonista, sendo a marca registrada do batalhão, e que serve para diferenciar os chamados “caveiras<sup>47</sup>” dos policiais convencionais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

As materialidades presentes nesta cena, de maneira imbricada, permitem ao espectador mobilizar a memória discursiva, neste caso, o conhecimento acerca das operações policiais em favelas e entender qual a significação atribuída à fala do protagonista, o que possibilita a produção dos efeitos de sentido, como o *efeito de luto*, que associaria a cor preta à lamentação da morte (de um policial em batalha?), ou um *efeito de intimidação*, nesse caso associado à morte daqueles que se opõem ao estado, ao BOPE.

Ambos os casos são sustentados pelos dizeres do próprio personagem na SD1, quando este afirmar que “Nosso símbolo mostra o que acontece quando a gente entra na favela”, que, mais uma vez, em um exercício parafrástico, obtemos as seguintes possibilidades do dizer, entre outras formulações:

“O símbolo da caveira, juntamente com a cor preta e as armas, remete à morte, de modo que todos sabem o que acontece quando entramos na favela”.

“A caveira representa o que acontece quando nossa tropa entra na favela”.

“O nosso símbolo serve para intimidar e mostrar nossa praticidade nas operações”.

Outra cena do filme de Padilha chama atenção, neste caso, sem a presença da materialidade verbal. Entretanto, o desenvolvimento da cena explora o não-verbal nos gestos praticados pelos personagens e a música.

---

45 - Em “Tropa de Elite 2: O inimigo agora é outro” (2010), José Padilha aborda acerca da conotação negativa do símbolo, quando destaca a frase proferida pelo personagem Fraga: “Ter uma polícia cujo símbolo é uma caveira? Ter uma polícia cujo símbolo é a morte? Eu acho inexplicável, seu Governador!”

46 - A repercussão negativa entre as autoridades parece ser observada, na medida em que o uniforme sofreu alterações e atualmente nas operações os combatentes não utilizam a farda preta, mas uma farda verde camuflada como é descrita na matéria da revista Época: “O uso da farda verde com camuflado digitalizado (com estampa formada por pequenos pixels quadrados onde o verde se sobrepõe ao marrom e ao preto) foi adotado pela primeira vez nesta segunda-feira justamente porque a região de favelas é cercada por muita floresta, onde foram encontrados acampamentos de criminosos” (ÉPOCA, 2015).

47 - Nome atribuído a quem realiza e passa por todas as etapas do curso de Operações Especiais.

(SD2)



*(Tropa de Elite, 2007. José Padilha)*

A cena em questão acontece durante a primeira incursão ao Morro do Turano. Para entender do que se trata, é necessário retornar a momentos antes dessa cena, quando é realizada uma reunião entre os oficiais e soldados do batalhão com o intuito de “apaziguar” a situação – como afirma um dos próprios personagens – no morro uma vez que estava prevista a chegada do Papa João Paulo II a cidade do Rio de Janeiro. O chefe da Igreja Católica dormiria na casa do Arcebispo (localizada no Morro do Turano) e, para isso, o governador, temendo que o Papa fosse vítima de algum ato de violência, ordena que o batalhão faça incursões no Morro.

A incursão acontece contra a vontade do protagonista, que, devido ao nascimento do filho e a necessidade de um substituto, encontra-se em constante estresse. Não por acaso, no início dessa cena, é utilizada uma música de tensão e o foco é lançado no personagem que tem um ataque de pânico e precisa se recompor para dar continuidade à operação. O desenvolvimento acontece com o personagem “recuperando a postura” e indo ao encontro dos companheiros.

O foco é lançado nos personagens, três especificamente, incluindo o protagonista, e em suas expressões faciais, tendo em vista que, não podem verbalizar nenhuma palavra para não chamarem a atenção dos criminosos e dos demais envolvidos no contexto. Sendo assim, a expressividade dos olhares e a maneira como o protagonista mantém os lábios cerrados simbolizam o nível de complexidade e a pressão sentida para que a execução da tarefa fosse a mais precisa possível. O cenário também nos chama atenção, visto que na cena os combatentes adentram a comunidade a noite, de maneira estratégica, utilizando dos elementos da própria para realizar a operação, ou seja, fazendo uso do efeito surpresa, da pouca iluminação proporcionada pelas luzes amarelas e das construções como muros, vielas e escadas de concreto.

Em seguida, um dos combatentes descreve, por meio de gestos, a quantidade e nível de armamento utilizado pelos criminosos, quando o foco da câmera é lançado no protagonista, que, visivelmente irritado, responde, através de gestos (passando a mão no pescoço), como é mostrado na imagem em destaque, ordenando a execução dos criminosos. Após o “ato de confirmação” do Capitão Nascimento, os três combatentes saem de onde estavam escondidos e disparos são feitos em direção aos criminosos, que são mortos.

O gesto realizado pelo protagonista caracteriza uma autorização, tendo em vista que representa simbolicamente uma ordem de execução. A cena mobiliza a memória no ato desta formulação, como defende Lagazzi (2021), ao afirmar que “a memória discursiva e a formulação se entrecruzam visualmente” (2021, p. 5892), possibilitando a produção dos efeitos de sentidos. Na SD2, os gestos, em meio as feições tensas e o ambiente de penumbra, produzem um *efeito de execução* produzido pela matriz de sentido em torno das paráfrases da ordem de “apaziguamento” imposta pelos comandantes do BOPE ao informarem ao Capitão Nascimento da sua tarefa no morro.

Esse efeito de sentido é associado à memória acionada na SD2 por meio do gesto de passar o braço em sentido horizontal no pescoço como um gesto de execução. Quando o combatente gesticula com o protagonista, que responde passando a mão no pescoço, faz alusão à memória de decapitação e/ou enforcamento, à morte, à execução, amparado por uma imposição do Estado, particularidade que situa a memória em torno do gesto no lugar e época em que se processa: não uma guerra em seu sentido estrito, mas uma guerra sustentada por diferentes narrativas. Tais gestos de interpretação puderam ser acionados pelo sujeito-expectador, sobretudo em virtude do modo como a obra circulou no cenário brasileiro e, sobretudo, mundial, como descrevemos anteriormente.

## Considerações finais

Na relação indissociável entre os elementos verbais e audiovisuais do longa-metragem, elementos que compõem tal materialidade, investimos no objetivo central desta análise: compreender como se dá o funcionamento dos discursos de autoridade e de violência na obra, circunscrito às participações do personagem-narrador, Capitão Nascimento. Ao descrever a maneira como o personagem se posiciona em relação a sua prática policial, considerando o lugar social que ocupa e às condições de produção em torno da cidade em que se encontra, fatores fundamentais na construção dos discursos que atravessam as falas, os comportamentos e os gestos do protagonista, consideramos a obra em sua opacidade.

Dito isso, na primeira sequência discursiva (SD1), concluímos que as diferentes materialidades da cena estão imbricadas com a fala do protagonista (“Nosso símbolo mostra o que acontece quando a gente entra na favela. E a nossa farda não é azul, parceiro. É preta”). Fazendo uso da paráfrase, investimos na compreensão da opacidade em torno dessa fala, efeitos de sentido que chamamos,

em caráter ilustrativo que a análise impõe, de *efeito de luto* e *efeito de intimidação*, devido à **imbricação de elementos** verbais e não-verbais em torno do material, como a cor preta do fardamento destacado pelo protagonista e o símbolo (a caveira, faca e armas) utilizado pela tropa.

Em seguida, na segunda sequência discursiva (SD2), analisando uma cena que traz em seu desenvolvimento a presença da materialidade não-verbal, consideramos não apenas os gestos dos personagens, mas também os efeitos sonoros/musicais, a pouca iluminação da luz amarela e os sons dos disparos das armas. Esse gesto de análise permitiu compreender o processamento do interdiscurso e a consequente interpretação acerca do gesto utilizado como resposta do Capitão Nascimento à solicitação dos seus superiores, na medida em que o ato ou código de passar a mão no pescoço faz alusão à morte, à execução, gesto esse que chamamos de *efeito de execução*, tendo em vista que, após o gesto, disparos são realizados e os seus oponentes são mortos pelos integrantes do BOPE.

Por fim, consideramos que Tropa de Elite (2007) é um objeto de estudo que, tratado enquanto uma materialidade histórica, oferece um espaço de compreensão do processo discursivo que dá corpo às significações que circulam sobre a obra, sobretudo em torno da polêmica que mobilizou dentro e fora do Brasil. Portanto, os recursos utilizadas para a realização desta análise, foram possíveis através dos estudos de nomes consagrados da **área** de Análise do Discurso de orientação materialista, sendo o foco lançado na relação entre o verbal e o não verbal, ou seja, na maneira como as diferentes materialidades presentes no longa-metragem de José de Padilha, poderiam ser analisadas de maneira imbricada e que possíveis efeitos de sentidos seriam mobilizados.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. – 14. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022 [1970].

CARNAVAL, Marcelo. **Relembre manifestações pela paz em 2007**. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/relembre-manifestacoes-pela-paz-em-2007-685662.html>. Acesso em: 28/02/2024.

CAPELLANI, Ana Paula Lemos; MEGID, Cristiane Maria. **Mas... O que não é possível?** Efeitos das posições dos sujeitos em A Vida é Bela. In: BOLOGNINI, C. Z. (Org.). Discurso e Ensino: o cinema na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p. 29-35.

CEBALLOS, Siméa Paula Carvalho. **Mal-estar, violência e cinema: um olhar psicanalítico**. Revista Memento. 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/279677085\\_MALESTAR\\_VIOLENCIA\\_E\\_CINEMA\\_um\\_olhar\\_psicanalitico](https://www.researchgate.net/publication/279677085_MALESTAR_VIOLENCIA_E_CINEMA_um_olhar_psicanalitico). Acesso em: 03/04/2024.

FRANÇA, Fábio Gomes de. **“É faca na caveira”**: a identidade simbólica de tropas de operações especiais no Brasil. 2021. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/640073266/E-faca-na-caveira-a-identidade-simbolica-de-tropas-de-operacoes-policiais-especiais-no-Brasil>. Acesso em: 24/03/2024

FERNANDES, Caroline. FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Entre o ver e o ler**: Gestos de leitura da materialidade visual implicando outros gestos de ensino. 2013. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/SIMPOSIOS> <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead>. Acesso em 31/10/2023.

GOMIDE, Raphael. **Bope estreia farda verde camuflada em substituição à preta**: Novo uniforme dá mais proteção a policiais e responde a migração de traficantes para área de matas. Época, 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/06/bope-estrela-farda-verde-camuflada-em-substituicao-preta.html>. Acesso em: 27/03/2024.

LAGAZZI, Suzy. **O recorte significativo na memória**. Apresentação no III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2007. In: O Discurso na Contemporaneidade. Materialidades e Fronteiras. F. Indursky, M. C. L. Ferreira & S. Mittmann (orgs.). São Carlos: Claraluz, 2009.

LAGAZZI, Suzy. **A imagem em sua potência de captura simbólica**. Revista Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 18, p. 5890-5902, jun. 2021.

MAGALHÃES-RÜETHER, Graça. **Na imprensa mundial, ‘Tropa de elite’ divide crítica e equipe não teme lançamento em outros países**. 2008. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/na-imprensa-mundial-tropa-de-elite-divide-critica-equipe-nao-teme-lancamento-em-outros-paises-3633147>. Acesso em: 28/02/2024.

MENEZES, Paulo Roberto Arruda de. **Tropa de elite**: perigosas ambiguidades. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. fe 2013, n. 81, p. 63-75, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000100005>. Acesso em: 03/04/2024.

MODESTO, Rogério; SOUZA, Alan Lobo. **“Dois gestos de leitura em História das Ideias Linguísticas**: a ortografia e o dicionário em pauta”. In: Macabéa: Revista Eletrônica do NETLLI. V. 8, n. 2, jul-dez, 2019, p. 213-236.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Paráfrase e polissemia**: a fluidez nos limites do simbólico. **RUA**, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 9–20, 2015. DOI: 10.20396/rua.v4i1.8640626. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626>. Acesso em: 26 mar. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 10. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. In: ACHARD, P. et al. (Org) Papel da memória. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

SILVA, Demétrios Wagner Cavalcanti da. **“Capitão Nascimento” e os Direitos Humanos**: a construção do Ethos policial a partir de Tropa de Elite. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34223>. Acesso em: 03/04/2024.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente de. **A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação**. RUA, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 65–94, 2015. DOI: 10.20396/rua.v7i1.8640721. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640721>. Acesso em: 7/02/2024.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Violência e cinema**: um olhar sobre o caso brasileiro hoje. Comunicação & Cultura, n.º 5, 2008, pp. 95-108.

SCHWARTZ, Germano André Doederlein. **Direito, Linguagem e a Cultura Ética e Jurídica**: o “Pede para Sair” do Capitão Nascimento. Revista de Estudos Criminais, v. 40, p. 9-20, 2011.

**Tropa de Elite**. Direção: José Padilha. Produção: José Padilha; Marcos Prado. Distribuidora: Universal Pictures do Brasil, 2007.

# ELEIÇÕES 2022: DA PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NAS NOTÍCIAS PUBLICADAS PELOS JORNAIS PIAUIENSES

Jessica Thiana Vilarinda Borges (UFPI)

Maraisa Lopes (UFPI)

A mídia tem se tornado muito presente no meio social, seja para que os sujeitos se considerem informados pelas notícias, seja para a interação pessoal, o trabalho ou para se distrair. A presença constante e a rapidez com que as informações circulam potencializam a possibilidade de que Fake News e formulações desrespeitosas e preconceituosas cheguem aos usuários e estes as consomem sem um movimento mais crítico de leitura.

Temas socialmente relevantes acabam sendo compartilhados por canais diferentes, com novos formatos, e, nessa esfera, temos visto os jornais buscando novos meios de partilhar notícias. É sabido que o jornal há muito tempo é um meio de comunicação bastante utilizado pelo público que gosta de “estar por dentro dos assuntos” e, com o advento da internet, o acesso ao texto do jornal foi bastante ampliado entre os usuários. Momentos que impactam a sociedade são assuntos recorrentes em todas as mídias. As eleições não poderiam deixar de figurar entre eles. Nosso interesse sobre os materiais jornalísticos que circularam em tempos de eleição se amplia na medida em que vivemos um processo de polarização fortíssimo em nossa sociedade.

Isto posto, direcionamos nosso olhar para as publicações durante o período das eleições para presidente ocorridas em 2022, objetivando descrever e interpretar as regularidades e os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso jornalístico, além de compreender os funcionamentos encerrados nos exemplares textuais selecionados, bem como a produção de sentidos acerca desse acontecimento socialmente relevante.

Pensando na gama de temáticas que poderiam ser tratadas em notícias jornalísticas durante o período eleitoral, assim como considerando nossa área de formação, fizemos um primeiro recorte: interessam-nos os dizeres sobre a pessoa com deficiência durante esse período.

O preconceito e a exclusão da pessoa com deficiência são percebidos ao longo da história. Nas civilizações antigas, a crueldade e o desprezo contra esses indivíduos eram praticados diariamente. Muitos foram mortos, queimados, outros abandonados pela família, ou deixados em casas de asilo, sem amparo nenhum, pois a sociedade os discriminava e apoiava tais atos. Com passar do tempo, políticas públicas foram sendo pensadas em prol dessas pessoas, leis foram criadas, bem como instituições que têm em seu bojo a luta por melhores condições de existência para os sujeitos com deficiência. É desafiador a inclusão da pessoa com deficiência nos mais diversos espaços sociais, seja no ambiente de trabalho, nas escolas, nas universidades, nos hospitais, no meio político e demais espaços públicos.

Geralmente as pessoas com deficiência acabam vivendo à margem da sociedade, e no que se refere à política, elas não são incluídas como deveriam de fato ser, por exemplo: nos debates políticos, elas são pouco mencionadas, isso quando são. Se analisarmos dados, segundo o IBGE (2022), no Brasil, há cerca de 18,6 milhões de pessoas, de 2 anos ou mais, que se reconhecem como pessoa com deficiência, chegando a 8,6% da população, número que acaba tornando mais complexa a inclusão dessas pessoas em espaços diversos. Outro fato a ser observado é que apenas 29,2% das pessoas com deficiência estão no mercado de trabalho, enquanto 66,4% das pessoas sem deficiência o fazem. Algo que também demanda observação é a escolaridade das pessoas com deficiência, pois, segundo o IBGE (2010), cerca de 67,6% das pessoas com deficiência não têm instrução ou não concluíram o ensino médio, e, apenas 5% conseguem concluir o ensino superior. Esses números só comprovam o quanto nosso sistema tem excluído as pessoas com deficiência, não proporcionando políticas públicas que permitam a participação das pessoas com deficiência em uma sociedade economicamente ativa e de conhecimento.

Essa exclusão acontece em vários ambientes, mesmo com a Lei 13.146/2015, que assegura a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, encontramos barreiras, sejam elas no ambiente inadequado para recebê-las ou em desfalques no atendimento ou no ensino. Esses indivíduos têm lutado há tempos contra o desrespeito e a falta de acessibilidade nos espaços sociais. Ainda que com muita dificuldade, esse público tem conseguido ocupar espaços que anteriormente lhes eram negados. Por isso, parece-nos relevante observar como esses sujeitos, suas demandas e conquistas têm sido abordadas na mídia, principalmente, em um período tão salutar como o eleitoral.

Para viabilizar nossas compreensões, selecionamos a Análise de Discurso como perspectiva teórico-metodológica, pois essa nos permite compreender a relação entre língua, sociedade e história. Os discursos que circulam no meio social estão cheios de sentidos, vinculados a outros discursos que foram ditos em momentos diferentes na história, que são retomados em outras produções. Pêcheux (1995) diz que o discurso sempre retorna a outro discurso e o que vai mudar são as condições de produção, o aqui e o agora do discurso e suas filiações sócio-histórico-

políticas. Assim, propomo-nos a uma leitura que se desloque do conteúdo, pois assumimos o discurso jornalístico como uma modalidade de discurso sobre, que torna objeto aquilo sobre o que se fala e nos lançamos à análise.

### **Perspectiva teórico-metodológica**

De acordo com Marques (2011), a Análise de Discurso é um campo de pesquisas que não possui uma metodologia pronta para buscar compreender como os sentidos estão sendo produzidos pelos objetos simbólicos. Uma vez filiada a uma perspectiva discursiva de trabalho com a linguagem, considerando os postulados de Pêcheux e Orlandi, nos colocamos frente a um batimento que não nos permite delimitar, *a priori*, o modo de trabalho com o objeto de pesquisa, muito embora, não haja, sob esse viés, análise sem mediação teórica, já que o analista deve se colocar numa posição deslocada que o permita compreender o processo de produção dos sentidos e suas condições, e é justamente a perspectiva teórico-metodológica assumida que vai determinar o dispositivo analítico, pois ela orienta o analista em como observar o funcionamento discursivo.

Assim, “a metodologia da análise do discurso existe, mas não para, está em suspenso, em movimento (de) pendendo como o pêndulo relativizando os olhares sobre o mesmo objeto” (Petri, 2013, p.41-42). Esse movimento pendular sobre o qual nos referimos tem um ponto de partida que Petri (2013) chama de inércia, em que ocorre o encontro entre o analista, o arquivo e a teoria. Desta forma, “essa inércia funciona como um ponto de partida de referência, lugar de significados estabilizados na forma do já-dito, enquanto noções básicas que sustentam uma teoria” (Petri, 2013, p.42). O já-dito se refere a algo que conseguimos identificar na história. Cabe aqui dizer que esse movimento não tem um ponto x de início, o qual possamos determinar como ponto de partida de fato, pois esse movimento pode partir da ida da teoria para a análise ou vice-versa. De acordo com Petri (2013):

Talvez possamos dizer que é no movimento de ir e vir (da teoria para a análise e/ou vice-versa) que o pêndulo agita os processos de produção de sentidos sobre o corpus, movimentando a contemplação que estagnaria o analista e, conseqüentemente, o movimento de análise (Petri, 2013, p.42).

A AD não visa a uma verdade ocultada por trás dos textos, para ela, há formas/gestos de interpretação que vão permitindo a construção de um dispositivo teórico-analítico. E os mecanismos da interpretação fazem parte do processo de significação. Orlandi (2015) pontua que a constituição do dispositivo de análise que trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação, que fuja da literalidade do sentido, da onipotência do sujeito, que atravesse o efeito de transparência da linguagem e que direcione para a opacidade da linguagem, o descentramento do sujeito e busque compreender o efeito metafórico se coloca como primordial.

Na AD, o que se espera do analista é que ele “atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito”

(Orlandi, 2015, p.59), investindo na “opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico” (Orlandi, 2015, p.59).

Assim, a constituição de um dispositivo de análise que trabalhe a relação descrição/ interpretação, atravessando a evidência de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito e remetendo à opacidade da linguagem, ao descentramento do sujeito e ao efeito metafórico (entendido aqui como efeito de transferência, tomada de uma palavra por outra) é, de fato, basilar para nossas análises, mas condiciona-se ao trabalho efetivo com os exemplares textuais. Além disso, podemos citar Dias (2015), ao falar a respeito de trabalhos que estão sendo desenvolvidos na Análise do Discurso voltados para o digital, ou seja, a Análise de Discurso Digital, cuja constituição do corpus é feita a partir da internet ou até outros meios que estão ligadas a ela, o que se aplica ao nosso trabalho. Dias (2015) traz em seu texto “Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus”, uma perspectiva de Paveau (2014), quando ela trata do discurso digital produzidos na internet, destacando algumas questões que precisamos nos atentar, tais como: temporalidade, instabilidade do arquivo, dimensões e heterogeneidade do arquivo, autoria e leitura dispersiva, dado que um material na internet pode estar sujeito a mudanças/edições, além de trabalhar com a memória discursiva, o equívoco.

Orlandi (2015) assevera que o processo de análise tem início pelo estabelecimento do corpus e se organiza perante o material e a pergunta que a norteia. Para este projeto, tomamos como arquivo as notícias publicadas, nos jornais piauienses, no período de eleições 2022, que tratem da pessoa com deficiência. Recortamos essa esfera temática para focalizarmos uma questão que se relaciona à nossa área de formação e optamos por trabalhar com os jornais piauienses para observar como são formulados e como circulam os sentidos sobre o sujeito com deficiência na cidade em que atuamos acadêmica e profissionalmente.

Para constituir nosso material de análise, inicialmente fizemos uma pesquisa geral no Google, em que buscamos por publicações feitas pelos jornais do Piauí, utilizando como palavras-chaves “eleições 2022” e “pessoa com deficiência”, mas percebemos que precisaríamos especificar mais as entradas, pois o material encontrado não era especificamente só dos jornais do Piauí, mas mais gerais. Num segundo momento, partimos para uma pesquisa em todos os jornais do Piauí, com as mesmas entradas, mas não tivemos resultados satisfatórios, o que nos fez decidir pela abertura de todas as matérias do mês de junho até outubro, selecionando as publicações que mencionavam a pessoa com deficiência. Em um terceiro momento, fizemos uma primeira análise do material, recortando apenas as publicações que nos interessavam.

## Nosso movimento teórico

Compreender o que é a Análise de Discurso nos permite tomá-la como um dispositivo teórico-analítico que nos possibilita analisar, interpretar e compreender a relação entre língua, sociedade e história, tal como os diferentes sentidos que são produzidos pelos mais variados discursos que circulam em nossa sociedade.

A Análise de Discurso teve início na França, na década de 60, com Michel Pêcheux, que se inquietou com os estudos que eram produzidos nas Ciências Sociais naquele período, e buscou compreender seu funcionamento de outra maneira, não aceitando os conceitos já estabelecidos nos estudos das Ciências Humanas e Sociais, questionando-os.

Orlandi (2015, p.14) explica que “essa nova forma de conhecimento coloca questões para a linguística, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo que coloca questões para as Ciências Sociais, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam”. Por isso, a AD se constitui no entremeio entre três áreas, a linguística, o marxismo e a psicanálise. Isso não significa que a AD é interdisciplinar, já que não se trata de uma junção das três áreas, mas como já dito, as áreas são colocadas em questionamento, proporcionando uma reflexão, ao mesmo tempo em que se reformulam conceitos já postos e busca-se teorizar a AD, fazendo com que os estudos discursivos pensassem o sentido no tempo e no espaço das práticas do homem, pensando o sujeito de outra forma e não como o centro, dando abertura para a língua e não trabalhando ela por ela mesma, ou seja, fechada (Orlandi, 2015).

As contribuições de Pêcheux foram bastante valiosas. Em 1969, ele publicou uma obra chamada “Análise Automática do Discurso”, dando início à teorização sobre a AD e apresentando seu objeto de estudo: o discurso. O autor produziu outras obras, tendo sua produção interrompida por sua prematura morte em 1983. No Brasil, Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi tem desenvolvido um grande trabalho e contribuído bastante para o desenvolvimento da AD. Diante disso, a autora entende que:

A Análise de Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura (Orlandi, 2015, p. 25).

Compreender como esse objeto simbólico faz sentido requer trabalharmos com a linguagem na sua historicidade, buscando compreender como determinado objeto significa dependendo da condição de produção em que se situa. A autora diz que a AD toma a linguagem como uma mediação necessária entre o homem e o social natural, essa mediação é essencial para o desenvolvimento do ser humano, já que ele precisa da linguagem para significar e se significar. Como diz Pêcheux, “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (Pêcheux, 1975 *apud* Orlandi,

2015, p.15). O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. É no discurso que percebemos a relação entre língua e ideologia e como ela produz sentido para os sujeitos. A existência do ser humano produz sentidos, sua convivência no mundo significa. As palavras significam tanto pela língua como pela história.

É interessante afirmarmos que a AD não trabalha com a língua enquanto um sistema idealizado, “mas com língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade” (Orlandi, 2015, p.14).

Considerando que a AD trabalha com o discurso, com a palavra em movimento, Orlandi (2015, p.13) destaca que: “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Diante disso, entendemos que estudar o discurso é sair de um enquadramento restrito e dar espaço para o exterior, a historicidade. Observar o sujeito se comunicando é perceber os sentidos fazendo efeito de diferentes formas, pois eles vão se constituindo de acordo com as condições de produção e com as posições a partir das quais são enunciados.

De acordo com Orlandi (2015), se relacionarmos o ser humano à sua historicidade, levando em conta os processos e as condições de produção da linguagem, e como o sujeito se relaciona com a língua para produzir o dizer, é possível perceber as regularidades e os deslizamentos da linguagem, mas para isso deve-se relacionar a linguagem à sua exterioridade, já que a língua não é transparente.

Logo, a linguagem serve tanto para traçar uma comunicação, como não. Os efeitos de sentidos produzidos entre as pessoas são variados, pois “o discurso é o efeito de sentidos entre os locutores” (Orlandi, 2015, p.20). Entretanto, a linguagem só faz sentido porque se faz presente na história, ou seja, o dizível entre os locutores só faz sentido porque a memória discursiva/interdiscurso/ o dito se relaciona com as condições de produção/o que está em jogo, o aqui, o agora e o que já foi falado em outro momento. Orlandi (2015) expõe que todo dizer se encontra numa articulação com dois eixos, sendo o da memória/interdiscurso e o da atualidade/intradiscurso.

Sendo assim, “nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionamento linguístico ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos” (Orlandi, 2015, p.20). Tanto a língua quanto o discurso estão sujeitos a algo, pois dependendo das condições postas, possibilidades de sentidos se apresentam.

Orlandi (2015, p.28) aponta que “os dizeres não são como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como diz”. Esses efeitos de sentidos podem mudar dependendo de quem diz, como diz e de onde diz, e fazer uma relação entre esses dizeres e sua exterioridade é uma

forma de analisar, daí, teremos as condições de produção. Esses sentidos têm relação com o que foi dito agora, mas que já foi dito em outro lugar, evidenciando também ditos que não são expostos, ou que poderiam ter sido ditos e não foram, que são trabalhados na AD, tanto pela memória/ interdiscurso quanto pelo silêncio. Orlandi (2015) entende por interdiscurso:

aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (Orlandi, 2015, p.30).

Isto posto, há uma relação entre o já-dito e o que está sendo dito, ou ainda, entre o interdiscurso e o intradiscurso. Courtine (1984) explica esses dois conceitos como o primeiro sendo representado como um eixo vertical, que representa todos os dizeres já ditos e os que foram esquecidos que permitirão a formulação do dizível. Ou seja, tudo que já foi falado e esquecido determina o que falamos. E o segundo, tido como eixo horizontal, é o que falamos naquele momento, a partir da condição dada. A AD considera que todo funcionamento da linguagem se apoia em dois processos: paráfrase e polissemia, no limite entre o mesmo e o diferente.

No que tange às condições de produção, Orlandi (2015) destaca que as circunstâncias da enunciação são consideradas como o contexto imediato, que guardam relação com algo mais amplo, o contexto sócio-histórico e ideológico. Essas condições de produção afetam os sujeitos em suas posições por meio das formações imaginárias, pois

não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser socialmente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas- os lugares dos sujeitos- para as posições dos sujeitos no discurso (ORLANDI, 2015, p.38).

O sujeito ao se posicionar discursivamente se coloca em posição de dizer x ou y, de ter seu discurso significado a partir das imagens que temos dos sujeitos com quem se fala e sobre o que se fala. O lugar a partir do qual se fala produz sentidos distintos, por exemplo: um professor falando, em uma situação de sala de aula, produz efeito de autoridade sobre o que se fala. Pêcheux (1995) indica que as palavras podem mudar de acordo com quem as proclama:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc. [...], não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. [...] Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam (Pêcheux, 1995, p. 160).

As posições ideológicas determinam o que será produzido e os sentidos podem ser diferentes dependendo de quem e de que lugar o produz. O “que quer dizer que elas (as palavras) adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (Pêcheux, 1995, p. 160). Esses sujeitos ao enunciarem estão se inscrevendo em uma determinada formação discursiva que vai determinar o que deve ou não ser dito. Orlandi (2015, p.41) argumenta que “A formação discursiva, se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja-, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada- determina o que pode e deve ser dito”.

Diante disso, é interessante falarmos que o discurso produz sentido porque o que as pessoas falam se inscreve em uma formação discursiva, as palavras por si só não têm sentido, elas precisam estar inscritas em uma dada formação discursiva, só então lhes são atribuídos sentidos, sendo que a mesmas palavras pode ter significado diferente devido às distintas FDs.

As palavras não possuem o mesmo sentido. De acordo com Orlandi (2017), o sentido não é exato, o que se fala aqui/agora pode significar outra coisa em momentos diferentes. Sujeitos podem se expressar usando as mesmas palavras, mas o sentido pode ser distinto dadas as condições de produção, uma vez que “os sujeitos, individuados, inscrevem-se em algumas, e não outras formações discursivas, identificando-se assim com certos sentidos, determinados pela relação com a ideologia, que resulta em determinadas posições-sujeito” (Orlandi, 2017, p.207). Ressalta-se que, ao se inscreverem nessas formações discursivas, os sujeitos ocupam um certo lugar, o qual determina o que pode e deve ser dito, e como as palavras não possuem sentido nelas mesmas, precisam estar inseridas em FDs.

A memória é um recurso fundamental para o analista, pois

é analisado o modo como a memória se diz-narratividade- que podemos compreender como ela funciona na produção de sentidos para e pelos sujeitos, em condições determinadas. o que nos leva a dizer que nem há este exato, em termos de sentidos e de constituição dos sujeitos (Orlandi, 2017, p.207).

A forma como se produz o dizer sobre algo pode produzir efeitos de sentidos diferentes, não há algo da ordem do exato. O que falamos já foi falado, em outro momento, em uma determinada condição. Analisar e compreender como os discursos ditos por outros sujeitos em momentos diferentes significam e relacioná-los ao momento atual é fundamental para que se perceba como, dependendo das condições que são dadas, o sentido pode se constituir de um modo diferente. Lembrando-se, ainda, de até mesmo o que não é dito pode significar.

É interessante e bem explicativo quando Orlandi (2017) usa um exemplo da mídia, mais especificamente da TV Globo, para explicar sobre narratividade e denominação. Nesse exemplo, uma jornalista diz: “os vândalos se infiltraram e

depredaram os carros em concessionárias”, outra forma de intervenção “jovens que estavam na manifestação depredaram carros em concessionárias” (Orlandi, 2017, p.227), ao se utilizar ou denominar as palavras “vândalos e manifestantes”, produzem-se sentidos diferentes. O pré-construído faz essa distinção entre essas duas palavras, há duas formações discursivas em jogo e, logo, memórias discursivas/interdiscurso com diferentes funcionamentos.

Quando o sujeito nomeia algo, de já, se tem um significado, produz-se um sentido, sentido esse que se liga a uma determinada formação discursiva. De acordo com Costa (2012):

Ao denominar, um processo de significação é instaurado e posto em movimento sob determinadas condições de produção. Nesse processo, o nome recorta uma região do interdiscurso que faz com que, ao denominar, se signifique, se produza sentido e esse se instale em uma formação discursiva. A denominação é, pois, também parte da construção discursiva dos referentes (Costa, 2012, p.134).

Salutar é notar que a denominação dada em uma determinada condição remete ao interdiscurso, aquilo que já foi dito, e se inscreve em uma formação discursiva, podendo produzir sentidos distintos. Além de fazer parte da construção discursiva do sujeito, pensando nisso, a forma como nomeamos um grupo de pessoas, ou uma comunidade ou até mesmo um indivíduo, diz muito. Costa (2012) diz que o sujeito:

denomina e é denominado em um espaço material político-simbólico, um espaço que também é físico, concreto, territorial, geográfico, urbano, estereotipado, ou seja, composto por suas dimensões reais e imaginárias (Costa, 2012, p.134).

E esses espaços são possibilidades de interpretação, pois ao mesmo tempo em que o indivíduo denomina ele é denominado, ou seja, voltamos novamente para uma formação discursiva, o lugar que o sujeito ocupa, dependendo desse lugar, posições são postas em funcionamento. Costa (2012, p.135) afirma que “ao se denominar um espaço ou um sujeito, aquele que dá nome se posiciona discursivamente em relação a ambos na produção de significação, inscrevendo-se em uma ou outra formação discursiva, apagando um ou outro sentido”. E essa denominação é considerada como uma marca na construção discursiva do referente no processo de significação (Orlandi, 2017), pois é a partir do nomear que um sentido é construído.

### **Nosso movimento analítico**

Para início das análises, é interessante observarmos as condições de produção do acontecimento que selecionamos. Em 2022, as eleições ocorreram, com programas eleitorais e o pleito, no período de julho a outubro. Nesse período, são divulgadas algumas informações/notícias relacionadas às eleições nos jornais.

Por ser nossa área de interesse, buscamos compreender como a pessoa com deficiência foi abordada durante esse período eleitoral. Percebemos que algumas formulações se encaixam em uma formação discursiva capacitista e outras em uma formação discursiva<sup>48</sup> inclusiva ainda que apontando limitações. Para o movimento analítico, selecionamos algumas formulações que circularam nos jornais piauienses:

### **Quadro 1:** Formulações acerca da pessoa com deficiência

#### **Jornal Meio Norte**

“A transferência temporária para outra seção eleitoral é facultada aos presos provisórios e aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa em unidades de internação; aos integrantes das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal, das polícias civis e militares; e às equipes do Corpo de Bombeiros e de guardas municipais que estiverem em serviço por ocasião das eleições. Vale também para juízes eleitorais, servidores da Justiça Eleitoral e promotores eleitorais, além de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

No caso de eleitores com deficiência ou com mobilidade reduzida, 14.001 pediram para votar no primeiro turno em uma seção especial com acessibilidade.

Vale também para juízes eleitorais, servidores da Justiça Eleitoral e promotores eleitorais, além de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.”

*Fonte: Meio Norte (2022)*

Nesse recorte de uma matéria do jornal Meio Norte que fala a respeito da transferência de seção eleitoral para algumas pessoas, dentre elas as com deficiência, observamos que no enunciado “no caso de eleitores com deficiência ou com mobilidade reduzida, 14.001 pediram para votar no primeiro turno em uma seção especial com acessibilidade” indica-se que 14.001 pessoas pediram para votar no primeiro turno em uma seção especial e nos perguntamos sobre as demais, que não fizeram a solicitação. Onde elas teriam votado? É algo a se pensar. Será que essas pessoas conseguiram votar? Houve acessibilidade? E sim, como foi essa acessibilidade? O que nos é possível compreender é que apenas parte dos sujeitos com deficiência puderam realizar seu direito? Algo que demanda nosso olhar é o fato de que as pessoas sem deficiência têm a liberdade de ir e vir aos seus locais de votação de origem, sem ter de, de repente, percorrer longas distâncias para exercer seu direito, o que nos parece interdito aos sujeitos com deficiência.

O direito ao voto está garantido pelo Art. 14, da Constituição Federal de 1988. Entretanto, podemos observar a negligência quanto a ter urnas e salas preparadas para receber o público com deficiência. É preciso que nos questionemos se houve a presença de intérpretes e outras pessoas para prestar assistência a esse público? No trecho acima, notamos que não há nenhum detalhamento que nos permita compreender mais amplamente como fora esse processo.

48 - Nomeamos aqui as formulações discursivas apenas para fins didáticos.

Na mesma esteira, temos as formulações do jornal Portal do Dia:

### **Quadro 2:** Formulações acerca da pessoa com deficiência

Portal do Dia

Os eleitores piauienses com deficiência ou com mobilidade reduzida já podem solicitar junto à Justiça Eleitoral a transferência para uma seção especial com acessibilidade. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no Piauí, dos 2.573.810 eleitores aptos a votar, 20.149 do eleitorado possui alguma deficiência.

As seções especiais são espaços adaptados para oferecer fácil acesso e maior comodidade e segurança no momento do voto. No Estado, dos 20.149 dos eleitores com deficiência ou com mobilidade reduzida, 5.075 (25,19%) possuem deficiência de locomoção; 4.554 (22,6%) possuem deficiência visual; 2.276 (11,3%) possuem deficiência auditiva; 612 (3,04%), possuem dificuldade para o exercício do voto e 7.632 (37,88%) outros.

Para as pessoas com deficiência visual, além do sistema Braille e da identificação da tecla 5 no centro dos teclados da urna eletrônica, também são disponibilizados, nas seções eleitorais, fones de ouvido para que eleitoras e eleitores cegos/cegas ou com baixa visão recebam sinais sonoros com a indicação do número escolhido e o retorno do nome da candidata ou do candidato em voz sintetizada.

*Fonte: Lopes (2022)*

Nessa formulação do jornal Portal do Dia, temos o enunciado “Os eleitores piauienses com deficiência ou com mobilidade reduzida já podem solicitar junto à Justiça Eleitoral a transferência para uma seção especial com acessibilidade. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no Piauí, dos 2.573.810 eleitores aptos a votar, 20.149 do eleitorado possui alguma deficiência”. Ainda sobre essa alteração do local de votação, nos questionamos por que as pessoas com deficiência precisam solicitar uma transferência para salas com acessibilidade já que em todas as salas em que houvesse uma pessoa surda, por exemplo, a acessibilidade linguística deveria ser garantida? Essa necessidade de alteração do local de votação produz como efeito a segregação dos sujeitos com deficiência.

Enunciando diferentemente do jornal Meio Norte, o Portal do Dia acaba trazendo mais detalhes sobre as salas em que as pessoas com deficiência poderiam votar: “As seções especiais são espaços adaptados para oferecer fácil acesso e maior comodidade e segurança no momento do voto. No Estado, dos 20.149 dos eleitores com deficiência ou com mobilidade reduzida, 5.075 (25,19%) possuem deficiência de locomoção; 4.554 (22,6%) possuem deficiência visual; 2.276 (11,3%) possuem deficiência auditiva; 612 (3,04%), possuem dificuldade para o exercício do voto e 7.632 (37,88%) outros”. Cumpre-nos indagar se esses espaços são adaptados para todos os tipos de deficiência?

Remetendo ao trecho exposto no quadro 2, vemos que a informação que “Para as pessoas com deficiência visual, além do sistema Braille e da identificação da tecla 5 no centro dos teclados da urna eletrônica, também são disponibilizados, nas seções eleitorais, fones de ouvido para que eleitoras e eleitores cegos/cegas ou com baixa visão recebam sinais sonoros com a indicação do número escolhido e o retorno do nome da candidata ou do candidato em voz sintetizada”. Os surdos e as adaptações necessárias para eles não são citados, o que não nos permite saber se houve, por exemplo, a presença de intérpretes de língua de sinais nesses espaços.

### **Quadro 3:** Formulações acerca da pessoa com deficiência

Jornal Meio Norte

“No caso de eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida, a pessoa pode contar com o auxílio de uma pessoa de sua escolha para votar, mesmo que isso não tenha sido solicitado antes do dia da votação.

De acordo com o TSE, a eleitora ou eleitor cego pode receber orientações dos mesários sobre o uso do sistema de áudio disponível na urna eletrônica, com fone de ouvido descartável oferecido pela Justiça Eleitoral.

Neste ano, há urnas que possuem legenda em libras, para auxiliar o voto de quem possui deficiência auditiva”.

*Fonte: Meio Norte (2022)*

O recorte presente no quadro 3 nos parece trazer um discurso capacitista, que acaba significando a pessoa com deficiência como incapacitada, inviabilizando o seu papel ou até mesmo supondo que eles não “conseguem” fazer ou concluir qualquer atividade. Ao enunciar que a pessoa com deficiência pode levar alguém para lhe auxiliar, percebemos a filiação desse discurso a uma formação discursiva que vê o sujeito deficiente como alguém que não consegue desenvolver habilidades e precisa de ajuda, ou seja, que precisa estar sempre acompanhado por alguém para lhe “auxiliar/ajudar”, como se precisasse de um facilitador para sua vida. Ainda nesse trecho, lemos que “eleitora ou eleitor cego pode receber orientações dos mesários sobre o uso do sistema de áudio disponível na urna eletrônica, com fone de ouvido descartável oferecido pela Justiça Eleitoral. Neste ano, há urnas que possuem legenda em libras, para auxiliar o voto de quem possui deficiência auditiva”, ou seja, ao sujeito cego está garantida a informação técnica dos mesários, o que não necessariamente poderá ocorrer com um surdo, se não houver intérprete em seu local de votação.

Na mesma linha temos o jornal Cidade Verde com a formulação:

#### Quadro 4: Formulações acerca da pessoa com deficiência

Cidade verde

Eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida poderão contar com a ajuda de uma pessoa de sua escolha na hora da votação, mesmo que não tenham solicitado antecipadamente à juíza ou ao juiz eleitoral.

A urna em 2022 terá ainda legenda em Libras para o eleitorado com deficiência auditiva. Para as pessoas com deficiência visual, além do sistema Braille e da identificação da tecla 5 nos teclados do aparelho, também são disponibilizados nas seções eleitorais fones de ouvido para que eleitores cegos ou com baixa visão recebam sinais sonoros com a indicação do número escolhido e o retorno do nome da candidata ou do candidato em voz sintetizada.

A sintetização de voz, recurso voltado para eleitores com deficiência visual, foi aprimorada para as eleições do próximo ano. Além de melhorias na qualidade geral do áudio, agora serão falados os nomes de suplentes e vices. E, para maior fidelidade na fala dos nomes dos concorrentes, agora também será possível cadastrar um nome fonético.

*Fonte: Andrade (2022)*

Essa formulação do jornal Cidade Verde “Eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida poderão contar com a ajuda de uma pessoa de sua escolha na hora da votação, mesmo que não tenham solicitado antecipadamente à juíza ou ao juiz eleitoral” também se encaixa em um discurso capacitista, que significa a pessoa com deficiência como um indivíduo que não consegue realizar algo sozinho, sempre precisando de alguém para ajudá-lo. Ainda nesse recorte, reconhece-se a importância da tecnologia na inclusão dos sujeitos com deficiência, mencionando que haveria legenda em libras, braille, fones de ouvido para pessoas cegas ou com baixa visão, entre outros recursos, produzindo como efeito o fato de que a urna estaria adaptada para esses sujeitos enquanto os espaços poderiam não estar, busca-se um discurso inclusivo, mas este vem cheio de limitações.

Ainda no mesmo viés, temos mais uma vez a produção discursiva do jornal Meio Norte:

## Quadro 5: Formulações acerca da pessoa com deficiênciaFonte: CARDOSO (2022)

### Cidade verde

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou a candidatura de 475 pessoas com deficiência que vão concorrer a um cargo público nas eleições de outubro. O número representa 1,6% do total de 28.644 pedidos de registros de candidatura.

Dos candidatos com deficiência, a maioria (53,69%) possui alguma deficiência física. Em seguida, vêm os candidatos com deficiência visual (23,58%) e auditiva (11,58%), outras deficiências (8,42%) e autismo (2,74%). Para a Câmara dos Deputados, concorrem 161 pessoas com deficiência. Ou seja, 35% dos candidatos com deficiência disputam uma vaga na Câmara. Os dados sobre candidaturas com deficiência começaram a ser contabilizados a partir de 2020. Assim, estas são as primeiras eleições de nível federal a contar com esse tipo de informação.

No caso de um candidato surdo, a documentação pode ser repassada ao candidato por escrito, mas ele precisaria de um intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para ser entendido. “Se não, ele não tem como fazer sua comunicação de campanha e nem de relacionamento com os dirigentes do partido, porque normalmente as pessoas não usam Libras”, afirma ainda Ewelín. Já a candidatura da pessoa com deficiência física esbarra na falta de acessibilidade das cidades brasileiras: escadas, calçadas esburacadas, inexistência de banheiros acessíveis, elementos necessários para que uma campanha seja feita de forma adequada e digna. Por esses motivos, Ewelín Canizares defende um financiamento estipulado da campanha de pessoas com deficiência, que muitas vezes são de baixa renda e possuem gastos altos com medicamentos e adaptações. Ela também defende cotas de vagas, com paridade de gênero.

*Fonte: Andrade (2022)*

O jornal Meio Norte enuncia que “O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou a candidatura de 475 pessoas com deficiência que vão concorrer a um cargo público nas eleições de outubro. O número representa 1,6% do total de 28.644 pedidos de registros de candidatura”. É interessante atentarmos para o número de candidatos com deficiência que querem ocupar um cargo político, mas como seria o ambiente em que eles estariam inseridos se eleitos? “Dos candidatos com deficiência, a maioria (53,69%) possui alguma deficiência física. Em seguida, vêm os candidatos com deficiência visual (23,58%) e auditiva (11,58%), outras deficiências (8,42%) e autismo (2,74%). Para a Câmara dos Deputados, concorrem 161 pessoas com deficiência. Ou seja, 35% dos candidatos com deficiência disputam uma vaga na Câmara. Os dados sobre candidaturas com deficiência começaram a ser contabilizados a partir de 2020. Assim, estas são as primeiras eleições de nível federal a contar com esse tipo de informação”. Dado o maior número de pessoas com deficiência física, o jornal opta por destacar a falta de acessibilidade arquitetônica que afeta tais possíveis candidatos, afirmando que

“a candidatura da pessoa com deficiência física esbarra na falta de acessibilidade das cidades brasileiras: escadas, calçadas esburacadas, inexistência de banheiros acessíveis, elementos necessários para que uma campanha seja feita de forma adequada e digna. Por esses motivos, Ewelin Canizares defende um financiamento estipulado da campanha de pessoas com deficiência, que muitas vezes são de baixa renda e possuem gastos altos com medicamentos e adaptações. Ela também defende cotas de vagas, com paridade de gênero”.

O jornal traz a voz de Ewelin Canizares para dizer sobre a necessidade de um financiamento voltado para esse grupo, remontando a uma memória que trata da luta de grupos minorizados para terem percentuais de inscrição estabelecidos e garantidos por lei para as eleições, tal qual a luta travada pelas mulheres. Aponta-se ainda, mais uma vez na voz de Ewelin, que “No caso de um candidato surdo, a documentação pode ser repassada ao candidato por escrito, mas ele precisaria de um intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para ser entendido. Se não, ele não tem como fazer sua comunicação de campanha e nem de relacionamento com os dirigentes do partido, porque normalmente as pessoas não usam Libras”. Esse enunciado ressalta a necessidade da presença de um intérprete, a qual nem sempre é disponibilizada.

No quadro 6, apresentamos mais uma formulação do jornal Cidade Verde:

#### **Quadro 6:** Formulações acerca da pessoa com deficiência

Cidade verde

Uma das escolas privadas da capital, o Lerote abrigou 15 seções eleitorais neste pleito. A estrutura contou com acessibilidade e elevadores para Pessoas com Deficiência (PCD). Também podem ser verificados santinhos de candidatos derramados pelas proximidades do colégio.

*Fonte: Andrade (2022)*

No enunciado publicado pelo jornal Cidade Verde “Uma das escolas privadas da capital, o Lerote abrigou 15 seções eleitorais neste pleito. A estrutura contou com acessibilidade e elevadores para Pessoas com Deficiência (PCD)”, observa-se que a indicação de que o espaço teria acessibilidade arquitetônica, mas não há indicação sobre outras práticas acessíveis. Há de se destacar que o jornal indica que é “uma das escolas privadas”, o que nos faz refletir se em espaços públicos haveria essa possibilidade de acessibilidade arquitetônica.

Por fim, remontamos a uma formulação do jornal Portal do Dia, no quadro 7:

## Quadro 7: Formulações acerca da pessoa com deficiência

Portal do dia

O cidadão que não votar em três eleições consecutivas, não justificar nem quitar a multa devida terá a inscrição cancelada. A regra não se aplica a eleitores com voto facultativo (analfabetos, maiores de 16 e menores de 18 anos e maiores de 70 anos) e às pessoas com deficiência física ou mental que torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das obrigações eleitorais, conforme determina a Resolução TSE nº 23.659/2021.

*Fonte: CRUZ, 2022.*

Na formulação “A regra não se aplica a eleitores com voto facultativo (analfabetos, maiores de 16 e menores de 18 anos e maiores de 70 anos) e às pessoas com deficiência física ou mental que torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das obrigações eleitorais”, percebemos que outras deficiências como, por exemplo, a surdez ou a deficiência visual não se encaixam nessa regra. Há a produção de um efeito de sentido de graus de “seriedade” de deficiências, como se apenas aos sujeitos com deficiências físicas e mentais estivesse garantida a compreensão de que haveria um motivo justo para ele não comparecer à votação, negando-se essa possibilidade às demais pessoas com deficiências.

### Um fecho aberto

Buscamos neste trabalho analisar a produção de sentidos acerca da pessoa com deficiência nas notícias publicadas nos jornais piauienses durante as eleições de 2022, pois cremos ser de suma importância observar como essas pessoas têm sido significadas através desses canais de informações que circulam em meio a um público muito significativo.

Na primeira etapa da pesquisa, buscamos fazer uma leitura dos postulados de Pêcheux e Orlandi sobre a Análise de Discurso, pois a base teórica é essencial para a construção de um dispositivo, visto que há uma relação entre a teoria e o objeto analisado.

Na segunda etapa, concluímos a constituição do corpus e partimos para nossas análises. Notamos que os jornais piauienses acabam por reproduzir discursos capacitistas, em que a pessoa com deficiência é sempre significada por limitações, precisando de ajuda para realizar uma atividade.

Compreendemos também que sempre que se trata da acessibilidade, se faz com superficialidade. Há maior destaque para algumas deficiências e a crítica à falta de acessibilidade em todos os espaços eleitorais só é feita a partir de um discurso citado, em que se traz a voz de uma pessoa com deficiência para que ela seja responsabilizada pelos apontamos sobre a problemática da acessibilidade.

## Referências

ANDRADE, Renato. *Pode usar “cola” e cuidado com fake news; tire suas dúvidas sobre votação.* Cidade verde, 2022. Disponível em: < *Pode usar “cola” e cuidado com fake news; tire suas dúvidas sobre votação - Cidadeverde.com*> Acesso em 27 de agosto de 2023

ANDRADE, Renato. *Eleitores falam sobre votação tranquila e sem fake news na hora de usar a urna.* Cidade verde, 2022. Disponível em: <*Eleitores falam sobre votação tranquila e sem fake news na hora de usar a urna - Cidadeverde.com*> Acesso em: 27 de agosto de 2023

CARDOSO, Isabel. Eleições 2022: TSE registra 475 candidatos com deficiência em todo o Brasil, Meio norte, 2022. Disponível em:< *Eleições: 474 candidatos com deficiência são registrados no TSE | Eleições | MEIO NORTE* > Acesso em: 27 de agosto de 2022

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <*CD2010\_CGP\_Religi\_Def.indd (ibge.gov.br)*> Acessado em: 14 de março de 2023

COSTA, Greciely Cristina da. Denominação: um percurso de sentidos entre espaços e sujeitos. RUA [online]. n.18. Vol.1, 2012.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <*https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/constituicao-federal/1988/constituicao-federal-de-1988*> Acesso em: 23 de agosto de 2023.

CRUZ, Tarcio. Eleitores têm até 9 de janeiro para justificar ausência no 2º turno das Eleições 2022. Portal do dia, 2022. Disponível em: <*https://www.portalodia.com/noticias/politica/eleitores-tem-ate-9-de-janeiro-para-justificar-ausencia-no-2o-turno-das-eleicoes-2022-396257.html*> Acesso em: 27 de agosto de 2022

DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus, 2015. Disponível em:< *Análise do discurso digital-CRISTIANE DIAS.pdf*> Acesso em: 26 de agosto de 2023

Eleições 2022: faltando 50 dias, veja o que pode ou não no dia da votação. **Meio norte**, 2023. Disponível em:< *Eleições 2022: veja o que pode ou não no dia da votação | Eleições | MEIO NORTE*> Acesso em: 27 de agosto de 2022.

LOPES, Isabela. Piauí: eleitores com deficiência podem pedir a transferência de seção. Portal do dia, 2022. Disponível em:< *Piauí: eleitores com deficiência podem pedir a transferência de seção - Piauí - Portal O Dia*> Acesso em: 27 de agosto de 2023

MARQUES, W. Metodologia de Pesquisa em Análise do Discurso Face aos Novos Suportes Midiáticos. **Domínios de Lingu@gem**. Revista Eletrônica de Linguística. Volume 5, n.1, 1º Semestre 2011.

Mais de 300 mil eleitores brasileiros votarão em trânsito no primeiro turno. **Meio norte**,2022. Disponível em: < [Mais de 330 mil eleitores brasileiros votarão em trânsito | Eleições | MEIO NORTE](#)> Acessado em: 27 de agosto de 2022.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12.ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni P. **EU, TU, ELE - Discurso e real da história**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PETRI, Verli. Dias, Cristiane. **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: [ed.da](#) UFSM,2013.

Pesquisa Nacional de Saúde: 2019: ciclos de vida: Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 139p. disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101846.pdf>> Acessado em: 07 de maio de 23

# RELAÇÕES INTERTEXTUAIS EM TEXTOS PRODUZIDOS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Francisca Silveline Pereira da Silva (UESPI)  
Franklin Oliveira Silva (UESPI)

## Considerações iniciais

Com a modernização da escrita e a ascensão da tecnologia, diversas formas de comunicação surgiram e se renovam constantemente. Temos como exemplo o diálogo entre homem e máquina que se assemelha à interação humana, com o uso dos chatbots que são programas de computador projetados para automatizar tarefas repetitivas. Eles podem conversar com os usuários para tomar decisões relacionadas a compras em sites ou agendar exames, por exemplo. Alguns bots possuem, inclusive, um alto nível de inteligência e capacidade de diálogo (Bradesco, 2024).

A Inteligência Artificial (IA) deixou de ser um assunto comentado apenas em filmes de ficção científica e passou a fazer parte da nossa sociedade, sem que percebêssemos. A IA pode ser considerada como um sistema inteligente que amplia a eficácia de uma determinada tarefa (Russel & Norvig, 2009), e por esta razão, ela difere-se de outras tecnologias presentes em nosso cotidiano, pois possui um processamento autônomo e automatizado de realização das atividades.

Entre outras tarefas que a IA já é capaz de realizar, o que nos chama a atenção é a produção de textos cada vez mais parecidos com os produzidos por humanos. Em sua “elaboração”, a máquina recupera informações disponíveis em rede e gera textos para responder a comandos dados pelo usuário. Ao abordarmos os textos, devemos considerar que eles não são fenômenos isolados, eles se conectam entre si e remetem uns aos outros, formando relações intertextuais. Temos aí o fenômeno

da intertextualidade que é o diálogo entre vários textos já existentes. Koch, Bentes e Cavalcante (2008, p. 09) reafirmam essa ideia mencionando que: “Um texto (enunciado) não existe nem pode ser avaliado e/ ou compreendidos isoladamente: ele está sempre em diálogo com outros textos.”

Neste cenário, este trabalho pretende analisar a intertextualidade em textos “criados” por Inteligência Artificial Generativa. Esta pesquisa em andamento faz parte do projeto de pesquisa intitulado Inteligência Artificial e Produção de textos, e foi motivada pela escassez de trabalhos realizados envolvendo IA e Linguística Textual, além da crescente utilização de ferramentas de Inteligência Artificial na produção de textos, inclusive em textos acadêmicos, além da necessidade de refletir sobre os impactos que isso pode trazer para a escrita acadêmica.

Analisamos, neste artigo, uma redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) produzida a partir de comandos dados ao ChatGPT, um chatbot que gera conversas e textos de forma instantânea semelhantes aos textos escritos por humanos (Rudolph et al, 2023), vem causando bastante dúvida e impacto na academia, envolvendo questões desde autoridade do texto, ao uso para fins acadêmicos.

Essa pesquisa se baseia em autores como Marcuschi (2008), Koch (2018), (2021), Cavalcante (2022), Bentes (2007), Carvalho (2018) para discussão sobre texto e intertextualidade. Salvagno et al. (2023), Cope et al. (2020), Rudolph et al. (2023), Giannini (2023) para discussão sobre Inteligência Artificial e ChatGPT; além de outros autores que também foram fundamentais para a pesquisa.

A metodologia empregada trata-se de uma pesquisa qualitativa, documental e descritiva. Os exemplares dos textos serão selecionados e coletados para o corpus da pesquisa, a amostragem será formada a partir de prints da página do ChatGPT, com base nos comandos fornecidos pelos autores da pesquisa. Ressaltamos que este trabalho se trata de uma dissertação em andamento, portanto, as análises são resultados preliminares.

## Trajatória da Intertextualidade

Um dos principais teóricos que iniciou os estudos a respeito da natureza dialógica da linguagem, Mikhail Bakhtin, ajudou na compreensão do fenômeno da intertextualidade. As ideias conceituais de intertextualidade surgiram no Círculo de Bakhtin, decorrentes da influência de um texto sobre outro, funcionando como uma ponte entre obras e textos previamente escritos, criando novos diálogos. Levando em conta a interação social de interação da linguagem, a intertextualidade trata-se do diálogo entre textos, discursos e o contexto em que ocorre. Sobre isso, Blikstein (2003, apud Barros e Fiorin, 2023) menciona que:

“[...] O discurso, seja qual for, nunca é totalmente autônomo. Superado por toda uma intertextualidade, o discurso não é falado por uma única voz, mas por muitas vozes, geradoras de muitos textos que se entrecruzam no tempo e no espaço.” BLIKSTEIN 2003, p. 05)

O autor afirma que o discurso não é independente, mas está sempre influenciado por outros discursos. Isto é, um discurso incorpora diversas vozes e ideias anteriores, de diferentes contextos. Assim também acontece com os textos: eles são influenciados por outros textos que o precedem.

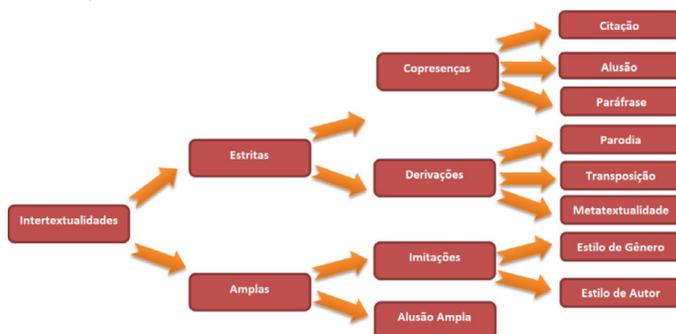
Julia Kristeva (1974), com seus estudos pioneiros sobre intertextualidade na área da literatura, considera esse fenômeno quando um texto incorpora e altera outros textos para a construção de um novo. Para a autora, a intertextualidade pode ser vista como um tipo de colagem e reestruturação de citações de textos que já existiram. Essa perspectiva revolucionou a análise literária e linguística, permitindo uma compreensão mais profunda de como os textos dialogam com suas influências, contextos históricos e culturais. Passamos a ver o texto não mais como apenas a união de parágrafos e frases independentes, mas como algo dotado de sentido que dependeu de outros textos para existir, ou os livros literários como obras isoladas, mas como um conjunto de textos interligados, que depende de vários outros textos, obras e vivências pré-existentes.

Mais recentemente, Cavalcante *et al.* (2022, p.377) apontam que a definição trabalhada da intertextualidade é tratada como “um fenômeno comprovável por evidências nos textos e (gêneros) e nas possíveis relações entre eles.” Isto refere-se às evidências presentes nos textos, que apontam a presença da intertextualidade, identificando e categorizando manifestações de intertextualidade presente nos textos que lemos e encontramos diariamente em nosso cotidiano.

Koch, Bentes e Cavalcante (2008, p.09) afirmam que “um texto (enunciado) não existe nem pode ser avaliado e/ ou compreendidos isoladamente: ele está sempre em diálogo com outros textos.” Isto é, todo texto parte da influência de textos anteriores, seja por meio de citação, paráfrase, alusão ou mesmo por referências indiretas. Além disso, a interpretação de um texto parte de um contexto cultural em que o indivíduo está inserido, sendo interpretado com base nas suas experiências.

Para compreender a intertextualidade, Ana Paula de Carvalho (2018) propôs uma abordagem inovadora que começa com a reflexão do diálogo intertextual entre textos específicos e entre padrões de gêneros e traços estilísticos. Diferenciando a intertextualidade em estritas e amplas, essa divisão trouxe grandes contribuições para a Linguística Textual, pois Carvalho (2018) ajudou a esclarecer como as marcas de intertextualidade se apresentam e como podem ser classificadas, conforme podemos observar no quadro abaixo:

## Quadro 1: Intertextualidade estritas e amplas



Fonte: Carvalho (2018)

Conforme podemos observar a autora Carvalho (2018) faz essa divisão, abordando que as intertextualidades amplas são:

Dadas pela retomada não de um texto específico em outro, mas por uma marcação menos facilmente apreensível, porque mais difusa e relativa a conjuntos de textos, verificada por indícios atinentes à forma composicional de um padrão de gênero; ao estilo de um autor deduzido de vários de seus textos ou a uma temática particular divulgada por diversos textos” (CARVALHO, 2018, p. 81).

Sua identificação ocorre por meio de traços mais sutis, pois ela não se apresenta claramente e nem sempre será fácil a sua identificação, pois pode apresentar um texto desconhecido, fora do contexto do leitor.

Já as intertextualidades estritas são divididas em duas: por copresença que é a “relação de inserção efetiva de partes de um texto em outro” (Carvalho, 2018, p.85) e por derivações que se caracterizam “pela alteração em um texto específico, de forma que se modifique algum aspecto (forma, estilo ou conteúdo), sem que se percam elementos essenciais (semânticos) do texto-fonte” (Carvalho, 2018, p.85).

O texto se entrelaça com outros textos e acontecimentos, ao ser selecionados textos aleatórios ou não para compor a “memória” do ChatGPT, entender como ele expõe essa intertextualidade, é nossa intenção ao longo do trabalho.

## Inteligência Artificial e Educação

Apesar de parecer novidade, a IA sempre foi pesquisada e debatida. O que observamos é que antes não havia tanto investimento, o que dificultava sua expansão. Mas, após o chamado “inverno da Inteligência Artificial”<sup>49</sup>, a partir dos anos 90 começaram a acontecer maiores investimentos e avanços sobre esses estudos, resultando em uma grande modernização das tecnologias digitais. Assim, percebemos que: “Antigos conceitos precisam ser conceitualizados para refletir as

49 - Durante as décadas de 70 e 80 pouco avanço foi observado a respeito da IA, sem muitas novidades para a área. Por isso, o período foi chamado de “inverno da Inteligência Artificial” Fonte: <https://industrial.ai/blog/historia-da-inteligencia-artificial>

novas tendências e [...] ajustar-se aos deslocamentos semânticos que o cenário da cibercultura tem impulsionado (HOLANDA e PFEIFFER, 2023, p.19).” Como percebemos as autoras destacam que no mundo da ciência e da pesquisa novas expressões vêm surgindo como “ciberfilosofia”, epistemologia androide, filosofia da inteligência artificial, dentre outras.

À vista disso, o uso da Inteligência Artificial na produção de textos, incluindo textos acadêmicos vem sendo bastante discutido. De acordo com Cope *et al.* (2020) o termo Inteligência Artificial, também abreviado por (IA), foi pronunciado pela primeira vez em 1956, pelo cientista John McCarthy em um congresso na Universidade de Dartmouth, esse mesmo cientista em seu grupo de estudos definiu o termo como sendo a forma de uma máquina adotar comportamentos classificados como super inteligentes caso fossem executados por pessoas.

Além disso, outro cientista a ser mencionado é Alan Turing (1950), que refletia sobre Inteligência Artificial em seus trabalhos e foi o idealizador de um desafio denominado “Teste de Turing” que analisava se uma pessoa conseguiria distinguir se estava teclando com um computador ou com um ser humano, e apresentou como resultados algumas pessoas não distinguindo. Sua pesquisa inclusive foi retratada em um filme chamado “O jogo da Imitação” e ganhou vários Oscars em 2015.

A partir dessas reflexões em 2021 surge o ChatGPT, desenvolvido pela OpenAI, é um tipo de software de Inteligência Artificial (IA) generativa projetado para simular conversas com usuários humanos. É definido por Salvagno *et al.* (2023) como um:

Chatbot Generative Pre-trained Transformer (ChatGPT), desenvolvido pela OpenAI, é um tipo de software de Inteligência Artificial (IA) projetado para simular conversas com usuários humanos. Este chatbot funciona por meio de algoritmos programados para entender entradas de linguagem natural e responder com respostas apropriadas, pré-escritas ou recém-geradas pela IA. (Salvagno *et al.* 2023, p.01)

O ChatGPT é um chatbot projetado para conversar com humanos e resolver tarefas complexas. Rudolph *et al.* (2023, p. 03) define que o chatbot nada mais é que “um aplicativo de software baseado em inteligência artificial que pode se envolver em conversas semelhantes às humanas. Assim, o chatbot ChatGPT funciona por meio de algoritmos programados para entender entradas de linguagem natural e responder com respostas apropriadas, pré-escritas ou recém-geradas pela IA. (Salvagno *et al.* 2023, p.01)

Moschovakis (2001) define algoritmos como máquinas e modelos matemáticos de computadores que rastreiam comportamentos, ações, modelando implementações, e categorizando algo.

O ChatGPT faz parte do processamento de linguagem natural (PLN). Zadeh, (2004, p.75) explica que: “O PLN fornece um sistema de precisão de proposições

expressas em uma linguagem natural através da tradução para a linguagem de restrição generalizada [...]” Isso auxilia para que a máquina tenha um aprendizado mais rápido e mais aprofundado. Ou seja, os chatbots são programas focados em aprender cada vez mais e armazenar milhares de informações, identificando padrões nas perguntas para oferecer cada vez respostas mais precisas.

Em termos educacionais, há debates sobre a produção de gêneros textuais, a cocriação e a ética na escrita por IA. Assim, é comum para algumas pessoas utilizarem diariamente textos produzidos por máquinas. Entretanto, Cope *et al.* (2020, p. 17) ressalta que “ainda precisamos do pensamento e da ação humana”. O pensamento crítico e experiências vivenciadas por meio de relações intertextuais é algo meramente humano.

Battes *et al.* (2020 n.p) nos traz a reflexão que a IA na educação pode transformar práticas e experiências de alunos e professores. Assim, uma ferramenta que simplifique e auxilie o ensino auxilia a educação e seria mais produtivo do que tratá-la como uma adversária, visto que a tendência da proibição é gerar ainda mais curiosidade, o que não seria uma ideia esperada na sala de aula. Valente (2018) reitera esse posicionamento mostrando que:

O aluno já não é mais o mesmo e não atua como antes. Ele não lê mais em material impresso e prefere ler nas telas. Quando solicitado a fazer uma pesquisa, provavelmente vai utilizar um sistema de busca como o Google ou os sistemas de acesso às bases de dados digitais (VALENTE, 2018, p. 17).

O comportamento dos alunos mudou significativamente devido às inovações tecnológicas, mudando a forma como os alunos interagem com o conhecimento e realizam suas atividades acadêmicas. Os usuários de sites e IA ‘s fornecem à plataforma ou ao chatbot comandos específicos (prompt) descrevendo o que desejam e a partir desses prompts a IA gera a resposta. Destacamos que quanto maior o número de informações e detalhes no prompt sobre o assunto fornecido à máquina, maior as chances de receber uma resposta mais sólida.

Mesmo sendo uma ferramenta que pode auxiliar na escrita, Dwivedi *et al.* aponta que:

A ausência de originalidade, detectada durante minha própria experiência de geração de redação com ChatGPT e expressa também por Cave, talvez seja um aspecto sem importância para algumas tarefas rotineiras de geração de software, mas torna-se claramente de suma importância na escrita criativa.” (Dwivedi *et al.*, 2023, p. 05)

O autor se refere a uma própria experiência que ele teve ao pedir ao ChatGPT que produzisse um ensaio sobre as relações entre “big data” e “gestão da inovação”, e sobre o caso que ele traz em seu artigo que um dos fãs do compositor Nick Cave pediu ao ChatGPT que escrevesse uma música com o seu estilo. E os dois exemplos foram decepcionantes, pois não indicou autenticidade e criticidade na produção. O que nos leva a questionarmos a escolha das palavras pelo Chat, isto é, ele se

vale de outros textos para a elaboração, mas sem uma originalidade, se valendo dos aspectos intertextuais, e identificarmos quais tipos de intertextualidade ele apresenta em suas produções pode nos ajudar a uma melhor compreensão do site.

## Metodologia

Este artigo trata-se de uma pesquisa documental e descritiva, tendo em vista que ela se realiza por meio de textos que estão disponíveis na internet e não foram necessárias a participação de sujeitos, além disso, a pesquisa é qualitativa, e como toda pesquisa necessita de fontes primárias para a fundamentação teórica, trata-se também de uma revisão bibliográfica.

A execução deste trabalho se deu a partir da fundamentação teórica baseada nos pressupostos teóricos sobre intertextualidade, com base nas principais ideias de Kristeva (1974), passando pelas contribuições de Koch (2004); Koch, Bentes e Cavalcante (2007), Genette (2010), Cavalcante et al. (2022), apresentando o percurso histórico e avanço apresentado por reformulações da teoria conforme a pesquisa de grande valia proposta por Carvalho (2018). A noção e definição de Inteligência Artificial se baseia em Cope et al. (2020), Sullivan (2023), Rudolph et al. (2023), a respeito da IA no contexto educacional trazemos contribuições apresentadas por Battes et al. (2020), além de outros autores que contribuíram significativamente para a realização do trabalho.

Isto posto, o *corpus* desta pesquisa foi coletado em abril de 2024 e é composto por uma redação do Enem produzida no ChatGPT - versão 3.5, IA e que pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <https://chat.openai.com/>. O comando (prompt) foi fornecido pelos autores ao *chatbot* e elaborado a partir do tema disponibilizado no ano de 2023 e disponível publicamente em plataformas digitais. A amostra se deu a partir de prints da página do site.

Para realizarmos as análises, utilizamos o modelo da Ana Paula Carvalho (2018). Optamos por escolher esse modelo, por se tratar de um modelo que abrange desde os textos verbais aos textos multissemióticos. Ao analisarmos os textos do *corpus*. Consideramos o prompt, o texto completo gerado e as relações intertextuais encontradas no *corpus*.

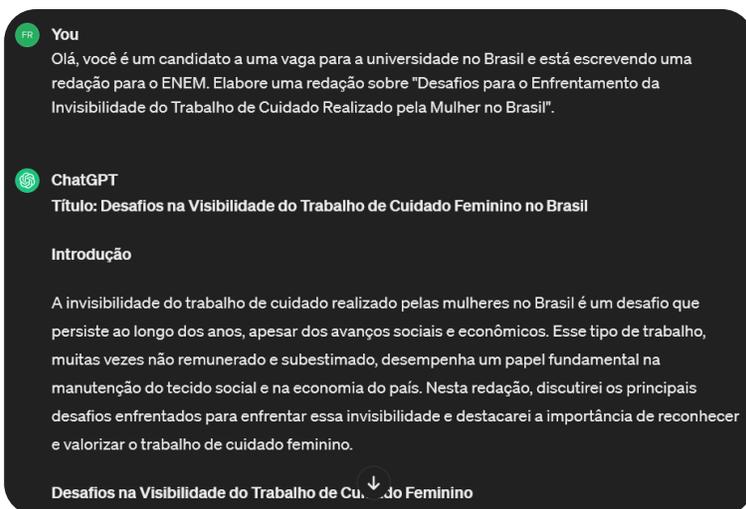
## Análises e Resultados

Fornecemos o seguinte prompt na primeira produção da redação do Enem:

- Olá, você é um candidato a uma vaga para a universidade no Brasil e está escrevendo uma redação para o ENEM. Elabore uma redação sobre "Desafios para o Enfrentamento da Invisibilidade do Trabalho de Cuidado Realizado pela Mulher no Brasil".

E obtivemos a seguinte resposta:

**Figura 1: 1º Redação**



Fonte: <https://chat.openai.com/>

## Quadro 2 -Redação na íntegra

### **Título: Desafios na Visibilidade do Trabalho de Cuidado Feminino no Brasil**

#### **Introdução**

A invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres no Brasil é um desafio que persiste ao longo dos anos, apesar dos avanços sociais e econômicos. Esse tipo de trabalho, muitas vezes não remunerado e subestimado, desempenha um papel fundamental na manutenção do tecido social e na economia do país. Nesta redação, discutirei os principais desafios enfrentados para enfrentar essa invisibilidade e destacarei a importância de reconhecer e valorizar o trabalho de cuidado feminino.

#### **Desafios na Visibilidade do Trabalho de Cuidado Feminino**

Um dos principais desafios é a naturalização do papel da mulher como cuidadora. Desde cedo, as meninas são socializadas para assumir responsabilidades domésticas e de cuidado, enquanto os meninos são encorajados a buscar outros tipos de atividades. Essa divisão de papéis perpetua a ideia de que o trabalho de cuidado é inerente à feminilidade, tornando-o menos valorizado e reconhecido.

Além disso, a falta de políticas públicas adequadas contribui para a invisibilidade do trabalho de cuidado. A ausência de creches e serviços de cuidado infantil acessíveis e de qualidade, por exemplo, coloca uma carga desproporcional sobre as mulheres, que muitas vezes são forçadas a deixar de trabalhar ou a reduzir suas horas de trabalho para cuidar de suas famílias. Isso resulta em menor participação das mulheres no mercado de trabalho formal e em menos oportunidades de ascensão profissional.

Outro desafio é a falta de reconhecimento econômico do trabalho de cuidado não remunerado. Esse tipo de trabalho inclui tarefas como limpeza, cozinha, cuidado de crianças, idosos e pessoas com deficiência, e é essencial para o funcionamento da sociedade. No entanto, como não é realizado no âmbito do mercado formal, não é contabilizado nos indicadores econômicos tradicionais, o que leva a uma subestimação de seu valor.

#### **Importância do Reconhecimento e Valorização do Trabalho de Cuidado Feminino**

Reconhecer e valorizar o trabalho de cuidado feminino é fundamental para promover a igualdade de gênero e construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Isso envolve a redistribuição do trabalho de cuidado entre homens e mulheres, bem como o reconhecimento do valor econômico e social desse trabalho.

Ao valorizar o trabalho de cuidado, podemos contribuir para a diminuição das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, promovendo a participação econômica das mulheres e garantindo que elas tenham oportunidades iguais de desenvolvimento profissional e pessoal. Além disso, o reconhecimento do trabalho de cuidado pode contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade social, uma vez que muitas mulheres que realizam esse tipo de trabalho estão em situação de vulnerabilidade econômica.

#### **Conclusão**

Em suma, os desafios para enfrentar a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres no Brasil são significativos, mas não insuperáveis. É fundamental implementar políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e o reconhecimento do valor do trabalho de cuidado, bem como desafiar as normas de gênero que perpetuam a divisão desigual do trabalho. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual o trabalho de cuidado seja verdadeiramente valorizado e reconhecido.

*Fonte: Texto gerado pelo ChatGPT*

Destacamos que todas as informações da figura 1 apresentam-se exatamente como o site gerou, incluindo negritos, espaçamentos, pontuação etc. Seguindo com as nossas análises, notamos que com o uso do 1º Prompt, o ChatGPT retextualiza o tema, criando um título, o que não é obrigatório na redação do ENEM. Já sobre os tipos de intertextualidades são apresentadas de forma ampla, sem muitas marcas da fonte, observamos a própria estrutura esperada para um texto dissertativo argumentativo: introdução, desenvolvimento e conclusão. Essa relação e replicação de uma estrutura bastante conhecida é considerada como um tipo de intertextualidade ampla.

Com relação à intertextualidade restrita, não verificamos referências diretas, citações, ou alusões explícitas a obras ou autoras específicas, por exemplo. Dialogando com o Chatgpt, enviamos um segundo prompt:

“- Ok! Reescreva o texto acrescentando intertextualidade.”

**Figura 2: 2º Redação**



Fonte: <https://chat.openai.com/>

## Quadro 3 Redação na íntegra

### **Título: Desafios na Visibilidade do Trabalho de Cuidado Feminino no Brasil**

#### **Introdução**

A invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres no Brasil ecoa as palavras de Simone de Beauvoir quando afirmava que “o destino das mulheres tem sido definido pelos homens, para seu próprio benefício”. Este é um desafio persistente, enraizado na história e na cultura, que apesar dos avanços sociais e econômicos, ainda não foi plenamente superado. Nesta redação, mergulharei nos principais desafios que enfrentamos para reconhecer e valorizar o trabalho de cuidado feminino, buscando inspiração na voz de pensadoras como Beauvoir e outras referências literárias e filosóficas.

#### **Desafios na Visibilidade do Trabalho de Cuidado Feminino**

A invisibilidade do trabalho de cuidado feminino é um desafio profundamente arraigado na sociedade brasileira, lembrando-nos das narrativas de Carolina Maria de Jesus, que retratou a realidade das mulheres negras e pobres em suas obras. Uma das barreiras mais

significativas é a naturalização do papel da mulher como cuidadora, uma construção social que ecoa os escritos de Virginia Woolf sobre o “teto de vidro”, que aprisiona as mulheres em papéis domésticos. Essa divisão de papéis perpetua a ideia de que o trabalho de cuidado é inerente à feminilidade, marginalizando-o e subvalorizando-o.

Além disso, a ausência de políticas públicas adequadas reflete a negligência do Estado em relação ao trabalho de cuidado, uma questão que ecoa as críticas de bell hooks sobre a falta de justiça social para as mulheres. A escassez de creches e serviços de cuidado infantil acessíveis e de qualidade coloca uma carga desproporcional sobre as mulheres, remetendo-nos às lutas feministas de Angela Davis pela equidade e justiça. Essa falta de suporte governamental resulta em menor participação das mulheres no mercado de trabalho formal e em menos oportunidades de ascensão profissional.

Outro desafio é a falta de reconhecimento econômico do trabalho de cuidado não remunerado, uma problemática que ecoa os debates sobre a economia feminista liderados por acadêmicas como Marilyn Waring. Esse tipo de trabalho é essencial para o funcionamento da sociedade, mas como não é realizado no âmbito do mercado formal, não é contabilizado nos indicadores econômicos tradicionais. Assim, o trabalho de cuidado é subestimado e frequentemente invisibilizado.

#### **Importância do Reconhecimento e Valorização do Trabalho de Cuidado Feminino**

Reconhecer e valorizar o trabalho de cuidado feminino é essencial para promover a igualdade de gênero e construir uma sociedade mais justa e inclusiva, ecoando os ideais de igualdade de Simone de Beauvoir e outras feministas pioneiras. Isso implica na redistribuição do trabalho de cuidado entre homens e mulheres, conforme proposto por Adrienne Rich em seus ensaios sobre maternidade e feminismo, e no reconhecimento do valor econômico e social desse trabalho.

Ao valorizar o trabalho de cuidado, podemos contribuir para a diminuição das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, promovendo a participação econômica das mulheres e garantindo que elas tenham oportunidades iguais de desenvolvimento profissional e pessoal. Além disso, o reconhecimento do trabalho de cuidado pode contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade social, uma vez que muitas mulheres que realizam esse tipo de trabalho estão em situação de vulnerabilidade econômica.

#### **Conclusão**

Em conclusão, os desafios para enfrentar a invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres no Brasil são complexos e multifacetados, ecoando as vozes de diversas pensadoras e ativistas ao longo da história. No entanto, é fundamental que continuemos a lutar por políticas públicas inclusivas e por uma mudança cultural que valorize e reconheça o trabalho de cuidado feminino. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as formas de trabalho sejam dignamente reconhecidas e valorizadas.

**Fonte:** Texto gerado pelo ChatGPT

Com o uso do 2º Prompt percebemos que o chatbot obedece ao comando e traz ao texto com referências femininas como Simone de Beauvoir, Carolina Maria de Jesus, Virginia Woolf, bell hooks, Angela Davis e Marilyn Waring. Além disso, o texto foi elaborado com um acréscimo de uma citação direta: “o destino das mulheres tem sido definido pelos homens, para seu próprio benefício”. O ChatGPT traz também uma expressão destacada: “teto de vidro”. Esta é uma metáfora usada para representar uma barreira invisível que impede que um determinado grupo demográfico (geralmente aplicado a mulheres) ultrapasse um certo nível na hierarquia de instituições.

A redação utiliza alguns tipos de intertextualidade escritas para construir um argumento mais fundamentado sobre a invisibilidade do trabalho de cuidado feminino, trazendo pensadoras feministas para sustentar os parágrafos. Apresenta ainda uma alusão ao contexto social de obras, como “Quarto de Despejo”.

Outro aspecto intertextual que impressiona é a capacidade de imitação do gênero solicitado. A estrutura argumentativa da redação deve ser, portanto, considerada como uma marca intertextual ampla de imitação de estilo do gênero dissertativo-argumentativo.

### **Considerações finais**

Para a conclusão deste artigo, notamos que quanto mais informações são fornecidas ao ChatGPT por meio do Prompt, melhor será a resposta gerada. Também foi possível identificar diferenças significativas quanto ao uso da intertextualidade nos dois textos, comparando a primeira redação com a segunda, notamos algumas diferenças como a ausência de intertextualidade restrita na primeira redação e o uso de citação e referências na reelaboração do texto com o novo comando.

Observamos a similaridade do texto produzido pelo ChatGPT com os textos redigidos por candidatos ao ENEM, especialmente quanto à estrutura e quanto à forma de resgatar o “repertório cultural”, o que nesse caso confirma a importância do usuário da IA na condução de comandos dados à máquina para alcançar o resultado desejado.

Por fim, acreditamos que o objetivo do trabalho foi alcançado, além de trazer uma reflexão crítica sobre o uso da inteligência artificial e a importância de nos valermos da intertextualidade, proporcionando uma visão fundamentada sobre a técnica na escrita acadêmica e produção textual.

Esta experiência nos revela várias possibilidades de utilizar essa tecnologia em favor da escrita de alunos que estão aprendendo a elaborar seus textos dissertativos-argumentativos. Uma dessas possibilidades seria a oportunidade de criticar os textos elaborados por máquinas, considerando as competências exigidas no ENEM, especialmente quanto ao repertório sociocultural, o que está diretamente relacionado ao fenômeno da intertextualidade.

Outra possibilidade é levar os alunos a exercitarem o olhar crítico sob o texto gerado pelo ChatGPT em relação ao próprio gênero e sua estrutura. Assim, com o uso desta ferramenta, eles podem desenvolver seus textos a partir de ideias discutidas em grupo, com o professor, e com o uso desta tecnologia.

## Referências

BARROS, Diana Luz Pessoa de. FIORIN, José Luiz. **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: em torno de Bakhtin**. 2º reimpressão - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo., 2003.

BATES, Tony. COBO, Cristóbal. MARIÑO, Olga. WHEELER, Steve. **A inteligência artificial pode transformar o ensino superior?**. Int J Educ Technol High Educ 17, 42 (2020). <https://doi.org/10.1186/s41239-020-00218-x>.

BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. **Linguística Textual: conceitos e aplicações**. 1º ed. - Campinas, SP. Pontes Editores, 2022.

COPE, Bill. KALANTZI, Maria. DUANE, Sears Smith. **Education 2.0: Artificial Intelligence and the End of the Test**. 2020, disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/339344386\\_Artificial\\_intelligence\\_for\\_education\\_Knowledge\\_and\\_its\\_assessment\\_in\\_AI-enabled\\_learning\\_ecologies](https://www.researchgate.net/publication/339344386_Artificial_intelligence_for_education_Knowledge_and_its_assessment_in_AI-enabled_learning_ecologies)

DWIVEDI, Yogesh K. Et al. **So what if ChatGPT wrote it?" Multidisciplinary perspectives on opportunities, challenges and implications of generative conversational AI for research, practice and policy**. International Journal of Information Management 71 (2023) 102642.

FUNDAÇÃO BRADESCO, Curso Inteligência Artificial e o Novo Contexto da Cultura Digital, disponível em: <https://www.ev.org.br/cursos>.

GARCÍA, André Luiz Ming. **O livro ilustrado de conto de fadas metatextual e metaficcional como reinvenção do conto Chapeuzinho Vermelho dos Irmãos Grimm**, Pandaemonium, São Paulo, v. 23, n. 40, mai.-ago. 2020, p. 63-89. <https://doi.org/10.11606/1982-8837234063>.

GIANNINI, Stefania. **Generative AI and the future of education**. Published in 2023 by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07, France. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385877>. Acesso em 27/10/2023, às 14:46.

HOLANDA, Giovanni M. de; PFEIFFER, Claudia RC. **Sentimento da Inteligência Artificial: novas tecnologias, antigos conceitos**. v. 1. Campinas: Pontes Editores, 2023.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros textuais & ensino*. 2º ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MOSCHOVAKIS, Yiannis N. **O que é um algoritmo?**. *Matemática ilimitada* - 2001, p. 919-936, 2001.

KRISTEVA, J. **História da linguagem**. São Paulo, Editora 70 Edições, 1974.

LEE, Kai - Fu. **Inteligência Artificial: como os robôs estão mudando o mundo, a forma como amamos, nos relacionamos, trabalhamos e vivemos**. [recurso eletrônico] tradução Marcelo Barbão - 1 ed. - Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

OLIVEIRA, Flávia Cristina Cândido de. CAVALCANTE, M. M. **Um estudo sobre a caracterização do gênero redação do Enem**. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/17042>, 2016.

ROBIN K. Colina. **O que é um algoritmo**. *Filós. Tecnologia*. **29**, 35–59 (2016). <https://doi.org/10.1007/s13347-014-0184-5>.

RODRIGUES, K. S.; RODRIGUES, O. S. **A inteligência artificial na educação: os desafios do ChatGPT**. *Texto Livre*, Belo Horizonte-MG, v. 16, p. e45997, 2023. DOI: 10.1590/1983-3652.2023.45997. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/45997>. Acesso em: 10 nov. 2023.

RUDOLPH, Jürgen, TAN, Samson, TAN, Shannon. **ChatGPT: Bullshit spewer or the end of traditional assessments in higher education**. Vol.6 No.1 (2023) *Journal of Applied Learning & Teaching* SSN :2591-801X Content Available at :<http://journals.sfu.ca/jalt/index.php/jalt/index>.

SULLIVAN, Miriam. KELLY, Andrew. MCLAUGHLAN, Paul. **ChatGPT in higher education: Considerations for academic integrity and student learning**. *Journal of Applied Learning & Teaching*, Vol.6 No.1 (2023), ISSN : 2591-801X. Content Available at : <http://journals.sfu.ca/jalt/index.php/jalt/index>.

TURING, Alan. **Computing Machinery and Intelligence**. *Mind*, vol. LIX, n. 236, p. 433-460, 1950.

XAVIER, A. C. **Hipertexto e intertextualidade**. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 44, p. 283–290, 2011. DOI: 10.20396/cel.v44i0.8637082. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637082>. Acesso em: 7 dez. 2023.

ZADEH, Los Angeles (2004). **Linguagem Natural Precisa (PNL)**. *Revista AI*, 25 (3), 74. <https://doi.org/10.1609/aimag.v25i3.1778>

SALVAGNO, Michele. TACCONE, Fabio Silvio. GERLI, Alberto Giovanni. **Can artificial intelligence help for scientific writing?** *BMC - Part Of Springer Nature*, 2023. <https://doi.org/10.1186/s13054-023-04380-2>

KARNAL, Leandro. Prazer, Karnal, Canal Oficial Youtube. **Leandro Karnal desafia o ChatGPT** 09/03/2023. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=OONpZy0sTqo&ab\\_channel=Prazer%2CKarnal-CanalOficialdeLeandroKarnal](https://www.youtube.com/watch?v=OONpZy0sTqo&ab_channel=Prazer%2CKarnal-CanalOficialdeLeandroKarnal).

KOCH, I.G.V. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo; Contexto, 2009.

VALENTE, J. **Inovação nos processos de ensino e de aprendizagem: o papel das tecnologias digitais**. In: Valente, J. A.; Freire, F.-M. -P.; Arantes, F. L., (org.). Tecnologia e educação: passado, presente e o que está por vir. Campinas: NIED/Unicamp, 2018. p. 17-41.

# MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA DA MÍDIA PROGRESSISTA NO BRASIL: O DISCURSO EM PRÁTICAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS

Edjane Gomes de Assis (UFPB)

## Introdução

A história da imprensa no Brasil é marcada por profundos embates que foram significativos em regimes autoritários como os chamados Anos de chumbo vivenciados na Ditadura Militar. Embora tenhamos conhecimento de grupos de comunicação que colaboraram com o regime, havia também uma imprensa alternativa que mesmo sofrendo perseguições violentas, atuava denunciando os abusos típicos de regimes totalitários, utilizando as mais diversas estratégias possíveis naquela conjuntura. Ainda no século XIX, em pleno regime de escravidão, apareceram algumas figuras que atuaram numa chamada imprensa abolicionista. Destaque para: André Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama, Quintino de Lacerda, Francisco José do Nascimento (o Dragão do Mar). E os periódicos: *A Redenção* (1887 e 1899), *a Cidade do Rio* (1887), *a Gazeta da Tarde* (1880). As publicações já significam o avanço para o processo abolicionista, mesmo que tenhamos consciência de que a “escravidão” ainda vigora por outros meios. Isto nos convoca a pensar que nos momentos mais hostis da história do Brasil, mesmo com o total cerceamento dos direitos civis, sempre havia sujeitos que atuaram na resistência.

Promover este exercício de rememoração de nossa história é necessário para que possamos entender nosso lugar na sociedade contemporânea, sobretudo enquanto analistas do discurso. Nos dias atuais, nos questionamos se ainda temos uma imprensa de resistência ou estamos presos aos dispositivos de poder utilizados por uma mídia que funciona como porta-voz de uma política neoliberal com ampla difusão do capitalismo.

A abertura do processo democrático viabilizado pela luta da sociedade civil organizada, responsável por significativas transformações e configurações,

promoveu uma redemocratização da imprensa brasileira. Uma imprensa que representa o povo e não mais a burguesia escravocrata. Com o desenvolvimento tecnológico surgiram diferentes portais de notícias que, de alguma forma, funcionaram como lugares de escuta de um povo que nunca teve voz na sociedade. Hoje é visível o crescimento de veículos de comunicação que se posicionam como mídia progressista. Com a descentralização da informação o público tem a oportunidade de conhecer outras versões dos fatos de modo mais aprofundado.

Os veículos que se identificam como progressistas vão atender um público cada vez mais crítico e que se inquieta com as “verdades” ditas em outras mídias. Dentre tantos veículos que se apresentam desta forma, temos o grupo Brasil 247 considerado, conforme pesquisa recente da FGV<sup>50</sup>, como o site mais influente por aqueles que se identificam com ideologias progressistas.

Com base nestas observações, à luz dos pressupostos da Análise do Discurso, na esteira de alguns teóricos como Pêcheux, Foucault, Courtine, Gregolin, dentre outros, e entendendo que “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2000, p.8-9), nosso artigo objetiva analisar uma matéria publicada no Portal Brasil247<sup>51</sup> que denuncia uma ameaça sofrida pela Deputada Federal do PSOL, Sâmia Bonfim.

Constantemente interrompida em seus momentos de fala no parlamento e sofrendo intensas perseguições devido às posições que defende, a deputada Sâmia Bomfim é alvo de discursos misóginos por se contrapor aos projetos da extrema direita a exemplo de sua atuação da CPI do MST quando em vários momentos de fala teve seu microfone fechado e sofreu preconceitos - uma agressão direta ao seu corpo e sua condição de mulher.

Neste ano de 2024 por se posicionar contra o genocídio em Gaza numa retaliação do governo de Israel aos atos terroristas do Hamas, a deputada passou a receber ameaças de grupos extremistas. Uma delas chegou por e-mail (retratada na matéria do Brasil 247), e traz em sua materialidade, discursos de extermínio que ameaçaram a integridade física da deputada.

Com base nestas discussões preliminares, nosso artigo procura refletir sobre a estratégia discursiva utilizada na matéria do Brasil 247 por funcionar, na esfera midiática, como um dispositivo disciplinar capaz de promover efeitos de sentido no imaginário do leitor/internauta. A reportagem evidencia, assim, a resistência feminina da deputada Sâmia em um ambiente político majoritariamente masculino como o cenário da Câmara Federal.

---

50 - Disponível em: <https://www.brasil247.com/midia/pesquisa-fgv-aponta-brasil-247-como-um-dos-maiores-sites-do-pais-e-o-mais-influente-entre-o-publico-progressista>. Acesso em 30/04/2024.

51 - Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/inimigos-do-sionismo-devem-morrer-samia-bonfim-e-ameaca-cada-e-aciona-lewandowski-por-investigacao> Acesso em 30/04/2024.

Como forma de sistematização para melhor orientação do leitor, nosso artigo está organizado da seguinte forma: Na primeira seção temos nossa *Introdução* em que trazemos uma breve contextualização e apresentação do tema. Em, *Discursos extremistas em práticas contemporâneas*, nossa segunda seção, tratamos de discutir sobre uma mazela social que tem avançado de modo significativo nos últimos anos: a disseminação de discursos de ódio no cenário nacional e internacional. Em, *Mídia progressista e produção de sentido*, propomos uma problematização sobre a participação atuante da mídia progressista, a exemplo do Brasil 247, enquanto uma outra alternativa de veiculação das informações por propor um maior aprofundamento dos acontecimentos. *Dispositivo de análise e movimentos de resistência*, é nossa quarta seção. Aqui evidenciamos a figura feminina (representada pela deputada Sâmia Bomfim) enquanto uma voz ativa que tem resistido em defesa das minorias e preservação das garantias constitucionais. E ainda, como a mídia progressista atuou na contramão da extrema direita em amplificar a voz da deputada e com isso, atua também estabelecendo movimento de resistência. Nas *Considerações Finais* fizemos uma retrospectiva dos principais aspectos abordados, seguindo de nossas *Referências* em que estão registradas nossas fontes consultadas.

## **Discursos extremistas em práticas contemporâneas**

Vivenciamos uma época em que os modos de interação se diversificam e se metamorfoseiam a cada instante. Distante daquela concepção meramente funcionalista (na concepção de Roma Jakobson) em que o processo de comunicação estava circunscrito aos elementos que se integram para transmitir informações, entendemos a necessidade de rupturas e o deslocamento da análise para a dimensão discursiva da linguagem.

Neste sentido, as contribuições do teórico francês Michel Pêcheux articulador da Análise do Discurso (AD), apontam para a noção de *condições de produção* do dizer, pois o discurso “Não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B. (...). Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas. (Pêcheux, 2010, p.82). A compreensão de Pêcheux vai ao encontro dos princípios da filosofia da linguagem proposto desde a Antiguidade Clássica quando os filósofos já entendiam que a linguagem deveria ser estudada como um elemento para além da transmissão de ideias, mas para a projeção dos valores de verdade e questionamento do real.

Vale mencionar aqui nestas investigações filosóficas os estudos da Retórica enquanto a arte de saber argumentar e convencer e que ressurgiu de modo incisivo na confluência discursiva de nossa contemporaneidade. Vivemos tentando convencer alguém. E com a revolução tecnológica a linguagem aparece constituída de elementos simbólicos cada vez mais sedutores e convincentes. Utilizar as palavras certas e em dadas condições de produção configura uma fórmula eficaz

para conquistar mentes e corações de uma sociedade cada vez mais carente, cada vez mais ansiosa, cada vez mais imediatista. E é mediante esta fórmula já utilizada na dimensão política, religiosa, midiática e tantas outras instâncias de poder, que ressurgem discursos com potencial de destruição do ordenamento social e implementação de regimes totalitários.

Nos últimos anos temos assistido a um acelerado avanço da extrema direita tanto no âmbito nacional como internacional. Discursos de ódio contra minorias em um frontal ataque às diversidades, são alimentados diariamente pelas redes sociais – um ecossistema digital que, se utilizada em mãos erradas, funciona como uma verdadeira máquina de destruição em massa. E é neste mercado financiado pela dor alimentado por likes para validar o tão sonhado engajamento, que as pessoas estão sendo julgadas sem cometerem crimes e constrangidas por defenderem suas convicções. Mulheres, LGBTQIAP+, negros, indígenas e tantos outros sujeitos são alvos constantes destas perseguições. E quando tais sujeitos ocupam lugares de poder, os extremismos ressurgem com maior truculência e vão sofrer as penalidades destes “tribunais virtuais”.

Ao longo de seus estudos sobre o poder, o teórico Michel Foucault, um filósofo amplamente estudado pelos analistas do discurso, observa como a sociedade funciona através de dispositivos de vigilância e punição. Quando estuda a história da loucura estabelecendo um recorte desde a Idade Média à modernidade, por exemplo, problematiza como o saber científico voltado para os estudos da mente e seus modos comportamentais (dispositivos teóricos da Psicologia, Psiquiatria, Medicina) foi instrumentalizado para a instauração de uma política de higienização social. Para Foucault, cabe ao analista do discurso problematizar não mais a verdade, mas os regimes de verdade. As rupturas necessárias com o estruturalismo tradicional implicam, primordialmente, em direcionar o olhar para o cerne da questão, ou seja, empreender um método arqueogenealógico dos enunciados, tendo em vista que a genealogia consiste em

um acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e utilização deste saber nas táticas atuais. (...) Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. (Foucault, 2005, p.171).

A Análise do Discurso vai ao encontro de aspectos epistemológicos que os estudos linguísticos em seu caráter estrutural voltado para o sistema frasal, não são mais suficientes para entender a dimensão da linguagem. Para tanto, é preciso estabelecer um movimento de reconfiguração de um outro objeto: o discurso.

Quanto ao redimensionamento de análise acerca dos procedimentos de controle do dizer e entendendo que o poder compreende uma *relação de forças*, citemos como exemplo o discurso político por compreender um terreno fértil

para o cultivo de ideologias que tanto podem incluir como excluir os sujeitos. E quando fazemos um recorte deste discurso político para a noção de gênero determinado pela figura feminina, detectamos que os mecanismos de punição se instrumentalizam de forma substancial, pois “em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também é a interdição”. (Foucault, 2000, p.9).

No cenário político brasileiro, conflitos e disputas constantes fazem parte da realidade de personalidades públicas, sobretudo quando estamos falando de mulheres parlamentares que se posicionam como progressistas e são filiadas à partidos de esquerda. Numa sociedade de visibilidades como a nossa em que as sessões públicas são transmitidas em tempo real, temos a oportunidade de assistir às discussões e perseguições sofridas pelas parlamentares e seus desdobramentos em outras telas, quando são editadas para viralizarem nas redes sociais.

É neste território insalubre que encontramos figuras políticas como as deputadas Sâmia Bomfim, Talíria Petrone, Eliziane Gama, Jandira Feghali e tantas outras mulheres que atuam nesta relação de forças, lutando contra os machismos e neofascismos vigentes neste espaço de poder. Ao tempo em que suas falas são recortadas/entrecortadas com o objetivo de apresentar os modos de resistência das parlamentares de esquerda são também utilizadas pelos opositores para promover um efeito de negatividade perante o público.

As “milícias digitais”<sup>52</sup> funcionam de modo dinâmico seguindo o ritmo efêmero do universo cibernético, com o objetivo de disseminar discursos excludentes e exterminar quem pensa diferente. Nesta construção ideológica beligerante não há espaço para o contraditório; há um levante de bandeiras que defendem misoginia com a exclusão de grupos minoritários e tantas outras práticas nefastas. Os discursos extremistas se disseminam de modo acelerado porque encontram neste universo tecnológico um modo propício para estabelecer a o caminho para a massificação de seus ideais. Há neste panoptismo (tecnologia de vigilância) estratégias voltadas para a promoção de efeitos de sentido, pois

A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 1970, p.8-9).

Uma pesquisa desenvolvida entre 2015 e 2022 pela antropóloga Adriana Dias (falecida em 2023) detectou mais de 500 (quinhentas) células neonazistas no Brasil que avançaram com maior intensidade na época do governo Bolsonaro. No momento de coleta de dados a pesquisadora Adriana Dias se deparou com uma carta publicada em um dos grupos neonazistas, escrita por Jair Bolsonaro elogiando

52 - Expressão utilizada pelo ministro Alexandre de Moraes. Por ocupar desde 2022 a presidência do Supremo Tribunal Eleitoral e estar à frente dos processos que envolvem os ataques aos prédios públicos de 08 de janeiro de 2023, e ainda, por se posicionar contra a proliferação de fake news e massificação dos discursos de ódio nas redes sociais, o ministro Alexandre de Moraes é alvo de ataques dos extremistas, bem como de empresários donos de chamadas Big Techs (especialmente Elon Musk dono da rede social X (ex-Twitter)).

os movimentos ideológicos dos partícipes deste grupo. Pelo teor da pesquisa, e por ser mulher, a antropóloga conviveu diariamente com ataques e inúmeras ameaças de morte. Os dados coletados pela pesquisadora e outras fontes de pesquisa sobre o tema serviram de base para a produção de um relatório, apresentado neste ano de 2024, pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) à Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>53</sup>. O relatório objetivou denunciar, e ao mesmo tempo, buscar formas de dirimir o aumento dos crimes de ódio no Brasil e a proliferação de células terroristas.

O poder legislativo atual está constituído por figuras polêmicas que se identificam como “da direita conservadora”. No entanto, suas ações pautadas no fundamentalismo religioso num ataque direto à democracia e estabelecimento de regimes de exclusão, os identificam como partícipes da extrema direita no Brasil. A aproximação destes parlamentares com campanhas armamentistas, difusão do negacionismo científico (como vivenciados na pandemia de Covid-19), discurso desenvolvimentista com a defesa da dominação de territórios resultando em genocídio de indígenas, dentre outras estratégias de segregação e regimes de exclusão, são apenas algumas práticas que identificam este parlamento como um dos piores desde a abertura da democracia no país.

É inegável que a política da morte (necropolítica)<sup>54</sup> sempre esteve presente cultivando suas raízes em nossa sociedade. Os longos séculos de escravização dos povos originários, e logo após, com os povos sequestrados advindos do continente africano, nos explicam a permanência da política de extermínio e sua materialização nos discursos de nossa contemporaneidade. Como não tivemos o que chamamos de justiça de transição, ou seja, nunca houve a devida punição para quem escravizou ou dominou o país durante regimes totalitários, estamos sujeitos a conviver continuamente com ataques à democracia e outras ações que configuram uma naturalização da dor como forma de punição.

A consulta pública presidencial de 2018 que elegeu Jair Bolsonaro, um político que sempre se orgulhou em defender pautas ditatoriais, colocou uma lente de aumento em uma sociedade que até então não convivíamos tão proximamente. Desde a eleição deste parlamentar até os dias atuais, as famílias brasileiras encontram-se divididas e constantemente em conflito, instaurou-se um clima de intolerância disseminado em várias partes do país.

Ainda enquanto deputado federal, Jair Bolsonaro exibia na porta de seu gabinete, em Brasília, a imagem de um cãozinho “simpático” segurando um osso ao lado da frase: “Quem procura osso é cachorro”. Sem a contextualização da mensagem, sem nosso conhecimento acerca das condições de produção que

53 - Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-04/conselho-leva-onu-aler-ta-sobre-avanco-do-neonazismo-no-brasil#:~:text=A%20pesquisa%20da%20antrop%C3%B3loga%20Adriana,todas%20as%20regi%C3%B5es%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em 30/04/2024.

54 - Conceito articulado por Achille Mbembe Intelectual camaronês cuja obra se destaca pela análise das formas de politização que cultivam o extermínio e o apagamento das individualidades do outro. Recebe influência de teóricos que pensam sobre o poder, a exemplo de Michel Foucault, mas, sobretudo, do pesquisador *Frantz Fanon* que se dedicou ao estudo sobre os genocídio e o processos colonialistas.

motivaram este texto constituído de simbologias, podemos inadvertidamente entendê-la como algo ingênuo. Contudo, esta materialidade discursiva traz um humor sádico, pois busca ironizar as investigações sobre os corpos dos desaparecidos políticos da ditadura militar no Brasil (1964-1985) - uma das ações da Comissão da Verdade constituída no governo de Dilma Rousseff – que também foi torturada pela ditadura.

Na espetacularização do terror utilizada durante a votação pelo impeachment da presidente Dilma, transmitida em tempo real, o então deputado Jair Bolsonaro dedica seu voto ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra – conhecido como um dos mais sádicos que a Ditadura Militar fabricou. O voto do deputado funcionou novamente como um ato de tortura por acionar o personagem histórico responsável pela tortura da então estudante Dilma Rousseff. Na campanha presidencial, bem como na atualidade, ainda é comum ver o rosto do Brilhante Ustra estampado em camisetas de parlamentares e simpatizantes de Jair Bolsonaro.

O assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro, é mais uma amostra de como estas ações extremistas deixam rastros de destruição pelo caminho. E não podemos deixar de referendar os atos terroristas em Brasília por ocasião da nomeação do presidente Lula, e logo após sua posse, com as invasões aos prédios públicos no 08 de janeiro de 2023 em Brasília quando, mais uma vez, nossa democracia foi atacada. Com os olhos voltados para os Estados Unidos, país que faz apologia à cultura armamentista, os extremistas brasileiros tentaram imitar a invasão ao Capitólio ocorrido em 6 de janeiro de 2021.

Rememorar estes episódios é essencial para que nos situemos sobre o nosso cenário político que se encontra constituído por figuras públicas que se orgulham das ideologias extremistas que defendem. Contudo, a divulgação e massificação de discursos advindos da extrema direita não compreende uma realidade presente apenas em nosso país.

Há uma onda crescente de grupos organizados com potencial financeiro capaz de eleger ditadores e simpatizantes das ideias nazistas. Na América do Sul, especialmente na Argentina, a extrema direita ganha com a eleição de Javier Milei – um político que na campanha defendia medidas polêmicas, como por exemplo, a venda de órgãos. Na Itália, em 2022, vence a candidata extremista Geórgia Meloni, seguindo de Viktor Orbán, presidente da Hungria que vem se elegendo desde 1998. Os extremistas seguem vencendo também em Portugal através de André Ventura, eleito em 2024.

O que aproxima estas figuras políticas mesmo em diferentes continentes são as pautas que fundamentam suas agendas, tais como: política anti-imigração, fundamentalismo religioso, perseguição à diversidade sexual e grupos minoritários, desenvolvimento econômico de viés neoliberal com defesa do Estado mínimo e vínculos estreitos com empresas armamentistas e financiadoras de guerras que alimentam as grandes potências internacionais.

Assim, a pauta que domina as agendas atuais daqueles que se identificam como mantenedores da democracia e respeito aos direitos humanos, consiste em pensar estratégias para impedir que a extrema direita avance ainda mais. Esta tarefa é pensada também pelas mídias progressistas, em detrimento de veículos que embora não se considerem difusores destas ideias fascistas, deixam implicitamente em sua formação discursiva movimentos que os posicionam, de alguma forma, como partícipes também desta política da morte. O não falar, o não se aprofundar em questões sensíveis em defesa dos menos favorecidos também revela uma convivência com os postulados da extrema direita, pois “de um ponto de vista discursivo, sempre se problematizaram as conduções ideológicas do jornalismo, seja por silenciamentos, seja por diferentes pesos e medidas ou pelo uso da linguagem”. (Sargentini e Carvalho, 2021, p. 77). São estas atitudes que merecem ser problematizadas.

Vale ressaltar que os partícipes deste extremismo não irão se considerar como neonazistas ou neofascistas, pois vão se definir como democratas e mantenedores da ordem social. Contudo, enquanto analistas do discurso nos cabe investigar como seus discursos produzem sentido; analisar, portanto, as possibilidades deste dizer. Deste modo, é necessário observar o papel da mídia progressista em propor uma outra perspectiva das informações.

### **Mídia progressista e produção de sentido**

Documentar os acontecimentos sempre compreendeu uma necessidade dos sujeitos ao longo da história. Neste sentido, os jornalistas, ao atuarem como sujeitos mediadores entre o fato e o público, se encarregaram em registrar a história a partir de seu lugar e posição na sociedade em conformidade com as condições de produção impostas. A mídia, por compreender uma instância ideológica, sempre exerceu um papel importante na sociedade, tanto contribuindo para seu desenvolvimento, como também, propiciando um retrocesso com a sistematização de instauração de regimes totalitários. Sobre o caráter ideológico da mídia, Gregolin faz a seguinte observação:

Como construtora de imagens simbólicas a mídia participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros. Dessa percepção vem a visualização do sujeito como parte de uma coletividade. (Gregolin, 2003, p.97).

Há neste processo de construção de sentido uma constante luta pelas mentes e corações dos sujeitos. Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, nossa carta magna, que oficializou a ruptura da Ditadura Militar e abertura da democracia, indagamos se, de fato, podemos considerar que temos uma imprensa que responde pelos interesses da sociedade conforme regem os princípios e códigos de ética do jornalismo. Os últimos acontecimentos políticos que culminaram na prisão de Luís Inácio Lula da Silva nos mostraram como a chamada

grande imprensa (representadas por alguns veículos como Folha de São Paulo, Veja, Estadão, Grupo Globo dentre outros) cumpriu um papel determinante em não apurar os fatos, ao tempo em que serviu de porta-voz para a operação lava jato – responsável indiretamente pela vitória do extremista de direita, Jair Bolsonaro.

Em *Microfísica do Poder* (2005) quando questionado sobre os mecanismos de vigilância como o projeto arquitetônico de Bentham, Foucault focaliza os *media* como:

Uma materialidade que obedece aos mecanismos de economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e televisão. (...) Estes media seriam necessariamente comandos por interesses econômico-políticos. (...) No fundo, foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda esta política do olhar. (Foucault, 2005, p.224).

Do outro lado da trincheira, nos deparamos com uma imprensa progressista<sup>55</sup> que propiciou uma contraofensiva dando voz aos silenciados. Quando falamos em mídia progressista (ou mídia independente, mídia alternativa), precisamos estar cientes de que não estamos falando de algo novo. A história da Ditadura Militar no Brasil nos conta sobre o importante papel da Imprensa Alternativa nos enfrentamentos e entraves pela conquista e legitimação dos direitos da sociedade civil ao longo da história nacional. Seja funcionando na clandestinidade, com edições limitadas e com pouca circulação devido às condições de produção impostas naquela conjuntura, seja de forma explícita atuando na linha de frente dos comitês de luta, a mídia de contraposição foi definidora nas mudanças sociais.

Com o objetivo de dar voz às demandas de uma sociedade que precisa ser escutada e seguindo as tendências emergenciais da contemporaneidade, o jornalismo também foi obrigado a se reinventar, conquistando a audiência de sujeitos que não se veem mais representados pelos veículos já tradicionais na imprensa brasileira. Destaque para alguns veículos portais que se identificam como progressistas, tais como: *Brasil 247*, *Diário do Centro do Mundo*, *Revista Fórum* e *GGN* que além dos sites estão também em plataformas do Youtube, X, Instagram, Facebook.

Embora pautados predominantemente em temas da política nacional e internacional, há uma diversidade de assuntos redimensionados nestes canais de informação. Direcionando os holofotes para a agenda global, em contraponto aos discursos fascistas, temos nos veículos citados aqui, uma profunda e consistente análise sobre acontecimentos político-econômicos, como a cobertura do conflito em Gaza, por exemplo. Na mídia progressista, diferentemente da imprensa neoliberal,

---

55 - Não há um consenso sobre a nomenclatura utilizada para esta imprensa que se coloca como oposição. Alguns a nomeiam de *imprensa progressista*, *de esquerda*, *alternativa*, *independente*, etc. Resolvemos adotar a nomenclatura - *imprensa progressista* – por configurar o grupo de veículos que se opõem às ideias conservadoras de modelos de sociedade que foram impostos pela tradição colonizadora e aristocrática. A mídia progressista busca ampliar o debate e abrir espaço para as vozes minoritárias que, a rigor, não seriam ouvidas nos grandes salões midiáticos.

que cultiva relações de proximidade com ideais estadunidenses, temos uma cobertura que procura aprofundar as questões históricas, evidenciando o processo de colonização e dominação como fortalecimento das oligarquias capitalistas.

Desde o golpe contra a presidenta Dilma, passando pela prisão do presidente Lula, sua liberdade e chegada novamente à presidência da República, estes veículos de informação operaram como historiadores do instante através de regimes de verdade, documentando os acontecimentos. Por cumprir uma função em direção à preservação da democracia e garantia dos direitos civis, os movimentos discursivos desta mídia necessitam de uma dimensão analítica, pois nos convidam repensar em novas formas de resistências frente aos modelos já preestabelecidos pela chamada imprensa tradicional neoliberal.

Na era da chamada pós-verdade, as evidências científicas e o compromisso com a fidelidade e apuração dos fatos parecem não fazer mais sentido. Por isso, as mídias de informação são verdadeiras panópticos da atualidade, mas estão também sujeitas à constante vigilância. Os modos de discursivização destes veículos progressistas merecem ser problematizados como forma de historicização do nosso país e sua relação com nosso tempo presente dominado pela tecnologia, pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (Foucault, 2000, p.10). É nestes, e por meios destes veículos, que podemos ver uma mulher trans como âncora de um jornal; em que parlamentares de esquerda podem falar sem serem interrompidas; em que a mãe preta da favela que teve seu filho adolescente morto pela polícia terá voz e poderá demonstrar sua indignação. Pelas lentes desta mídia progressista somos convidados a questionar, juntamente com os analistas, os danos causados pela indústria bélica enquanto uma política genocida que tem como principais vítimas mulheres e crianças.

Como veículo que atua enquanto formador de opinião e se posiciona como crítico à imprensa de filiação neoliberal, destacamos o portal Brasil 247 ([www.brasil247.com.br](http://www.brasil247.com.br)) fundado pelo jornalista Leonardo Atuch. Com slogan: “O que acontece. Por que acontece. 24 horas por dia. 7 dias por semana”, o grupo 247, se apresenta da seguinte forma:

O Brasil 247 é um dos maiores sites de notícias do Brasil e defende a democracia plena, ideais progressistas, valores humanistas, o desenvolvimento da economia nacional, o multilateralismo na política externa e a informação como um direito de todos os cidadãos.

(Disponível em <https://www.brasil247.com.br>).

Observamos que o veículo se posiciona como progressista e mantenedor da democracia. Em pesquisa da Fundação Getúlio Vargas foi considerado como o portal mais acessado por sujeitos que se identificam como de filiação esquerda. E também em 2024 foi vencedor do Prêmio iBest considerado como melhor canal de política do Brasil no voto popular como destaca a matéria a seguir:

## Figura 1: Brasil 247 recebe prêmio iBest



**Fonte:** Disponível em: <https://www.brasil247.com/midia/brasil-247-vence-o-premio-ibest-como-melhor-canal-de-politica-do-brasil-no-voto-popular>

O Prêmio iBest é dado para profissionais ou empresas que se destacam em plataformas digitais. A votação é popular e é utilizada para impulsionar os conteúdos. Segundo define o site do prêmio:

Ao ser eleito como vencedor, ou mesmo Top3, Top10 ou Top20, a iniciativa ganha um selo de certificação outorgado não somente pelo iBest, mas principalmente por todo o mercado. E esta certificação cria uma visibilidade e diferenciação ímpar para todos que a recebem: uma oportunidade de visibilidade e reconhecimento para todos os participantes e finalistas. Ele impulsiona carreiras e negócios, apresentando e certificando grandes talentos e reafirmando aqueles que já são os maiores do Brasil. (Disponível em: <https://premioibest.com/o-premio/>).

A premiação de um portal progressista de esquerda demonstra o avanço da democratização da imprensa brasileira que vem se intensificando nos últimos anos. Uma imprensa dominada por grandes grupos que respondem por ideologias neoliberais (pautadas na privatização e estado mínimo) agora precisa dividir os holofotes com outros veículos que embora não dispõem de recursos financeiros como a *Folha de São Paulo*, *Portal G1*, dentre outros, ainda assim conseguem produzir conteúdos sobre a realidade social.

O Brasil 247 está em várias plataformas digitais e é composto por um grupo de profissionais advindos de grandes empresas tradicionais que dominaram a imprensa nacional por longas décadas servindo para sedimentar valores autoritários como na época da Ditadura Militar do Brasil.

Como o Diário do Centro do Mundo (DCM), Instituto Conhecimento Liberta (ICL), Jornal GGN (Grupo Gente Nova) e outros veículos progressistas, o Brasil 247 imprime também uma nova forma de fazer jornalismo em dar voz às menores estabelecendo uma crítica às informações dados pelos veículos neoliberais. Os veículos que se identificam como progressistas propõem uma série de rupturas com a história linear em oportunizar que sejam contadas outras histórias feitas por aqueles que sempre forma silenciados.

## **Dispositivo de análise e movimentos de resistência**

Como vimos, o estudo de Foucault se destaca por promover uma série de rupturas com os postulados científicos tidos como verdades absolutas. Para tanto, observa o processo sócio histórico como possibilidade do dizer. Dentre tais observações temos sua análise do poder que desvinculada da concepção de Estado como um norteador da sociedade, mas sim para as relações de poder. O poder é dinâmico e circular que age através de dispositivos.

Meu objetivo é examinar as diferentes maneiras pelas quais o discurso cumpre uma função dentro de um sistema estratégico onde o poder está implicado e pelo qual funciona. O poder não está, pois, fora do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, **um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder.** (Foucault, 2003, p. 253). (Grifos nossos).

Ao lado desta noção de dispositivo que age por meio de discursos, há, igualmente, a noção de resistência, em detrimento da concepção de assujeitamento, pois “onde há poder, há resistência e, sem dúvida, esta nunca é exterior ao próprio poder. (Foucault, 2005, p.105). O teórico faz uma ressalva para que não se confunda resistência com reação. A resistência implica em uma estratégia elaborada e não simplesmente um ato instantâneo ou momentâneo. Em uma sociedade que cultiva valores democráticos os mecanismos de resistência devem funcionar para a manutenção da própria ordem social. Pensando assim, os modos de resistência são inúmeros e infinitos de acordo com o próprio dinamismo da sociedade.

O discurso jornalístico compreende (ou deveria compreender) um espaço de resistência. A reportagem selecionada em nossa análise foi publicada em 23 de fevereiro de 2024<sup>56</sup> e trata sobre o registro do Boletim de Ocorrência registrado pela Deputada Federal do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) eleita por São Paulo, Sâmia Bomfim, após ameaças sofridas em relação ao seu posicionamento contrário ao genocídio que vem ocorrendo na Faixa de Gaza.

O PSOL é um partido de esquerda constituído por parlamentares que se destacam pela forma como enfrentam a extrema direita naquele espaço caótico da política brasileira. As mulheres parlamentares são as que mais sofrem perseguições e estão sujeitas cotidianamente aos abusos de seus oponentes. Como amostra

56 - Disponível em <https://www.brasil247.com/brasil/inimigos-do-sionismo-devem-morrer-samia-bomfim-e-amea-cada-e-aciona-lewandowski-por-investigaca> Acesso em 20 de março de 2023.

da violência política contra as mulheres parlamentares de esquerda, é inevitável citar novamente o crime contra a vereadora do PSOL, Marielle Franco, assassinada juntamente com seu motorista, Anderson Gomes, por sempre ter se colocado na linha de frente desta trincheira política.

As redes sociais estão repletas de “cortes” que mostram os ataques sofridos predominantemente por suas deputadas e suas reações à cultura machista que vigora naquele espaço de conflitos. Dentre alguns momentos de destaque da deputada Sâmia temos sua atuação no plenário e nas diversas seções da Câmara quando, mesmo sofrendo várias formas de cerceamento da fala, a deputada se manteve fiel aos seus ideais. Sua voz representa a voz de tantas mulheres que são vítimas de violência política no Brasil.

Sâmia Bomfim é formada em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). É esposa do também deputado federal Glauber Braga (PSOL) com quem tem um filho. Em 2023 seu irmão, Diego Ralf Bomfim (35 anos), um jovem médico fisioterapeuta, foi assassinado juntamente com mais 2 (dois) colegas, pela milícia do Rio de Janeiro. Conforme investigação policial seu colega foi confundido com um traficante.

O tema sobre o conflito na Faixa de Gaza, gerador das ameaças à deputada é complexo, e por ser assim, tem gerado discussões e análises profundas de especialistas em mais diversas áreas, especialmente professores de relações internacionais, historiadores e cientistas políticos. Em 7 de outubro de 2023, em uma ação coordenada, vários homens armados, identificados como um grupo de resistência palestina – Hamas - invadem áreas públicas e colônias agrícolas de Israel deixando várias mortes e sequestros de homens, mulheres e crianças (ainda bebês). Até o momento foram libertados alguns reféns em troca de prisioneiros palestinos que estavam sob o controle de Israel há vários meses e até anos.

A retaliação ao Hamas veio de modo instantâneo e desproporcional: Bombardeios em prédios civis (como hospitais) e acampamentos de refugiados palestinos, tem vitimado inúmeras pessoas, em sua maioria, como em toda guerra, mulheres (muitas grávidas) e crianças (muitos bebês recém-nascidos). Quando o conflito chegou aos 175 dias o Ministério da Saúde em Gaza e o exército israelita já contavam mais de 32 mil mortos. Contudo, reproduzindo a velha máxima de que “numa guerra a primeira vítima é a verdade”, bem sabemos, enquanto analistas do discurso, que os números certamente são bem maiores. O bombardeio em alvos civis, especialmente em hospitais e prédios em que funcionavam ONGs de ajuda humanitária, são tratados por críticos e especialistas em relações internacionais como crimes de guerra. O que levou a África do Sul, em janeiro de 2024, a formalizar uma denúncia à Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia<sup>57</sup>. O documento acusa Israel de genocídio e pede o cessar-fogo. O documento traz uma ampla investigação sobre as mortes e mostra que o povo palestino vem sendo dizimado há 76 anos.

57 - Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/11/africa-do-sul-acusa-israel-formalmente-de-genocidio-e-pede-fim-de-operacoes-militares-no-primeiro-dia-de-julgamento-em-haia>. Acesso em 06/05/2024.

Cita o trabalho de seu maior líder, Nelson Mandela, e rememora outros genocídios recorrentes em outras partes do mundo, especialmente no continente africano.

Na era da informação em tempo real, o conflito em Gaza é considerado como o primeiro mais televisionado e transmitido nas redes sociais<sup>58</sup>. Cenas de crianças mortas ou agonizando em camas de hospitais destruídos, e muitas vezes, sendo amputadas sem anestesia, tem causado comoção no público e motivado uma série de protestos pelo mundo. Manifestações em frente às universidades estadunidenses, bem como em outros países da Europa têm se multiplicado. Os jovens pedem o cessar-fogo e criticam governos que alimentam a indústria bélica e colaboram com o genocídio. Jornalistas que reproduzem as fontes advindas do governo de Israel sem dar destaque para as vítimas, não escapam também da crítica e indignação destes jovens.

Neste contexto sócio histórico, a deputada Sâmia Bomfim, a exemplo de outras figuras públicas, tem se posicionado contra as atrocidades cometidas pelo governo de Israel, mas não desconsidera os ataques do Hamas. Pela coragem de criticar a política da morte, a parlamentar recebeu um e-mail intitulado, "Os inimigos do sionismo devem morrer e você é um deles". A matéria publicada no portal Brasil 247 aparece com os seguintes enunciados:

**Figura 2:** Matéria sobre a ameaça à Sâmia Bomfim



**Fonte:** Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/inimigos-do-sionismo-devem-morrer-samia-bomfim-e-ameacada-e-aciona-lewandowski-por-investigacao>

As estratégias de resistência da mídia progressista está presente em seu processo de discursivização: A imagem da deputada aparece posicionada ao centro da página, captada em um lugar de poder representada por meio de jogos simbólicos: faixa com as cores da bandeira do Brasil (verde e amarelo) atrás,

58 - Em maio de 2024 o governo de Israel proíbe a presença da empresa de comunicação Al Jazeera (com sede no Catar). A ação foi vista como crime de liberdade de imprensa.

lembrando nossos símbolos nacionais, juntamente com um quadro que sugere ser algum diploma ou documento oficial que foi emoldurado; a utilização do microfone ligado, numa referência à luz vermelha acesa; um blazer e blusa preta sugerindo formalidade. Tais elementos simbólicos produzem um sentido de positividade sobre a imagem da deputada do PSOL.

A reportagem destaca o texto ameaçador do e-mail:

O e-mail “os inimigos do sionismo devem morrer e você é um deles” foi enviado na quarta-feira (21) e fala em **exterminar aqueles que vivem na Cisjordânia e na Faixa de Gaza**. O texto ainda afirma que a deputada e outras autoridades que apoiam os palestinos estão **“com os dias contados”**. **“Traidores se preparem”**, diz a mensagem. O texto ainda faz menção a possíveis ataques terroristas em São Paulo e no Rio de Janeiro, alertando para que locais “com alta concentração” de muçulmanos sejam evitados **“pois em breve faremos uma nova nakba [catástrofe, em árabe]”**. **Palestinos estão pra Israel assim como negros, índios e nordestinos estão pro sul do Brasil: são subhumanos [sic], raça inferior e insetos que devem ser eliminados. Vamos erradicar a presença dos insetos palestinos, muçulmanos e cristãos de Gaza e de Judeia e Samaria e faremos a Grande Israel. Ninguém vai nos impedir”**, diz o conteúdo do e-mail. No texto, o criminoso destacou o apoio de Jair Bolsonaro (PL) e dos deputados federais Carla Zambelli (PL-SP) e Nikolas Ferreira (PL-MG) ao Estado de Israel que, liderado por Benjamin Netanyahu, deveria ajudar a derrubar o presidente Lula (PT). (Disponível em [www.brasil.com.br](http://www.brasil.com.br)). (Grifos nossos).

O debate sobre os massacres na Faixa de Gaza acionou uma discussão histórica acerca do sionismo e a dominação territorial. Há uma crítica sobre a ocupação de Israel em territórios já estabelecidos pela ONU como pertencentes aos palestinos. O Governo brasileiro defende o a formação de dois estados e não a dominação total de Israel.

O sionismo é uma ideologia política difundida em algumas vertentes religiosas, especialmente em denominações neopentecostais por projetarem seus fundamentos na *Teologia do Domínio* – que se fundamenta na figura do rei Davi considerado o ungido de Deus. Sendo assim, sua descendência é vista como “o povo eleito” e desta forma, são considerados como os verdadeiros donos daquela terra. Este movimento discursivo é constituído de elementos simbólicos. Há uma estética peculiar que materializa tal ideologia dos adeptos deste movimento religioso: vestimentas dos membros da igreja que estão repletas de referência aos uniformes camuflados do exército; músicas que lembram as marchas que trazem letras sempre voltadas para derrotar o inimigo e uma base voltada para o Velho Testamento.

O discurso religioso é instrumentalizado pela extrema direita para justificar as “operações militares” do exército de Israel. Contudo, este modelo de discursivização não é um consenso no diverso mundo evangélico, nem mesmo entre sujeitos que seguem o judaísmo, a exemplo do cientista político, fundador do portal Ópera

Mundi, Breno Altman, que tece uma crítica contundente em relação ao sionismo presente em sua recente obra, “Contra o sionismo: retrato de uma doutrina colonial e racista”, publicado pela Editora Alameda.

O e-mail direcionado para a deputada Sâmia nos direciona para um movimento de atualização da memória por trazer jogos de similitudes com o discurso nazista em considerar os palestinos como raça inferior:

Palestinos estão pra Israel assim como negros, índios e nordestinos estão pro sul do Brasil: são subhumanos [sic], raça inferior e insetos que devem ser eliminados. Vamos erradicar a presença dos insetos palestinos, muçulmanos e cristãos de Gaza e de Judeia e Samaria e faremos a Grande Israel. Ninguém vai nos impedir”. (Disponível em [www.brasil247.com.br](http://www.brasil247.com.br)).

O teor beligerante do discurso comprova os dados coletados na pesquisa realizada pela pesquisadora Adriana Dias, já mencionada neste artigo, em que há hoje no Brasil inúmeras células nazistas que se escondem no anonimato das redes. Há nesta estratégia, a tentativa de implantar a sensação de medo. Em *História das emoções*, no artigo, “O medo na era da ansiedade”, o teórico Courtine (2020, p. 424), problematiza o medo enquanto um dispositivo de controle:

Nos regimes enunciativos mais comuns dos discursos em que se materializam os medos contemporâneos, o que reina é a confusão dos tempos, dos lugares, dos objetos, dos perigos imaginários e dos riscos reais. Esses discursos se baseiam, por outro lado, em um dispositivo discursivo singular. Sabemos perfeitamente a quem esse discurso se dirige, quem ele interpela – todos nós, individual e coletivamente.

O discurso da extrema direita que se inspira em elementos históricos utilizados no nazismo e outros regimes totalitários, se mantém através do medo como uma estratégia de manutenção do poder, pois

À medida que os perigos se tornaram planetários, o medo tornou-se global e sua natureza parece ter mudado ao longo do caminho: um estado permanente de ansiedade individual e coletiva parece ter colonizado as mentes e as sociedades no Ocidente. (Courtine, 2020, p.426).

Os medos sempre existiram na história das civilizações. Ao passo em que se diversificam as formas de dominação, se intensificam também outras formas de resistência como o Boletim de Ocorrência dirigido para o Ministro da Justiça Ricardo Lewandowski. A denúncia funciona como estratégia de defesa e preservação da integridade física. Na reportagem do Brasil 247, aparecem os seguintes enunciados que justificam a petição feita pela deputada Sâmia:

No ofício enviado ao Ministério da Justiça, comandado por Ricardo Lewandowski, Sâmia diz que a mensagem apresenta teor xenofóbico e criminoso e aponta para fóruns anônimos de ódio da deep web como fontes das ameaças. “Como se sabe, muitos grupos criminosos se organizam de maneira descentralizada e utilizam-se de artifícios digitais

que dificultam o rastreamento e a origem das mensagens, sendo comum o uso de servidores localizados em outros países para obstaculizar as investigações conduzidas por autoridades brasileiras. Não obstante o oferecimento da devida notícia-crime à Polícia Federal, serve o presente [ofício] para solicitar vossa atenção para a tomada de providências deste ministério junto a órgãos e autoridades nacionais e de outros países”. (Disponível em [www.brasil247.com.br](http://www.brasil247.com.br)).

O texto dialoga com as discussões que apresentamos no início deste artigo: o avanço da extrema direita atuando por meio de diferentes formas como na *deep web*, um sintoma de nossa contemporaneidade. As redes configuram um território não visível aos navegadores da internet e por isso é amplamente utilizado por criminosos que se sentem “livres” por conta do anonimato, mas que podem ser rastreados e não escapam do rigor da lei.

O espaço online em que está publicada a reportagem permite a massificação e circulação do discurso e funciona como um movimento de resistência. E por se identificar como mídia progressista, o Brasil 247 entra também na linha de frente contra os crimes da extrema direita no país. Mostra, assim, que a deputada Sâmia Bonfim, bem como outras parlamentares que se sentem ameaçadas, terão espaço neste periódico evidenciando que nossa democracia está consolidada, mas que é necessário manter o olhar vigilante no intuito de inibir o avanço dos extremistas.

### **Considerações Finais**

Embora a notícia sobre as ameaças sofridas pela deputada Sâmia tenha sido veiculada em outros canais de informação, o Brasil 247 e outros veículos que se identificam como progressistas, deram destaque ao acontecimento (ameaças de morte). Atuaram, deste modo, em defesa da democracia e estabelecendo também uma reflexão sobre a dor seletiva da mídia neoliberal acerca do massacre em Gaza.

Ao passo que avança a extrema direita veiculando discursos de ódio com teor nazista, avançam também os dispositivos que visam inibir as práticas beligerantes do neofascismo no Brasil. Para além do fato noticiado, o Brasil 247 funciona neste espaço de poder que é a mídia, se subjetivando como um movimento de resistência em dar a voz à deputada, apontando e problematizando a violência política, especialmente quando quem está em evidência é uma mulher de esquerda que defende pautas feministas.

Um país como o nosso marcado por um longo processo de escravização e tempos posteriores, com a consolidação da democracia, ainda convive com o temor sobre a volta de um passado hostil dominado pela dor. Por isso, há uma eterna necessidade de vigilância como manutenção da democracia. O Brasil 247 aparece, portanto, com mais um canal de resistência frente ao avanço da extrema direita no Brasil e no mundo.

## Referências

ADAMOR, Julio. África do Sul acusa Israel formalmente de genocídio e pede fim de operações militares no primeiro dia de julgamento em Haia. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/01/11/africa-do-sul-acusa-israel-formalmente-de-genocidio-e-pede-fim-de-operacoes-militares-no-primeiro-dia-de-julgamento-em-haia>. Acesso em 06/05/2024.

BRASIL 247. Inimigos do sionismo devem morrer. Sâmia Bomfim é ameaçada e aciona-Lewandowski por investigação. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/inimigos-do-sionismo-devem-morrer-samia-bomfim-e-ameacada-e-aciona-lewandowski-por-investigacao>. Acesso em 02/04/2024.

\_\_\_\_\_. Brasil 247 vence o prêmio ibest como melhor canal de política no voto popular. Disponível em: <https://www.brasil247.com/midia/brasil-247-vence-o-premio-ibest-como-melhor-canal-de-politica-do-brasil-no-voto-popular>. Acesso em 06/05/2024.

\_\_\_\_\_. Pesquisa FGV aponta Brasil 247 como um dos maiores sites do País e o mais influente entre o público progressista. Disponível em: [https://www.brasil247.com/midia/pesquisa-fgv-aponta-brasil-247-como-um-dos-maiores-sites-do-pais-e-o-mais-influente-entre-o-publico-progressista#google\\_vignette](https://www.brasil247.com/midia/pesquisa-fgv-aponta-brasil-247-como-um-dos-maiores-sites-do-pais-e-o-mais-influente-entre-o-publico-progressista#google_vignette). Acesso em 30/04/2024.

COURTINE, J.J. O medo na era da ansiedade. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (organizadores). *História das emoções*: 3. Do final do século XIX até hoje. Tradução de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. (p.417-441).

CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice, PIOVEZANI, Carlos. (organizadores) 1ed. *Discurso e (pós)verdade*. São Paulo: Parábola, 2021

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. *Diálogo sobre o poder: Ditos e escritos. Estratégias, Poder-Saber*. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6ed. São Paulo, Edições Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani (et al). 3ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.) *Discurso e mídia – a cultura do espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003.

RODRIGUES, Léo. Conselho leva à ONU alerta sobre avanço do neonazismo no Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-04/conselho-leva-onu-alerta-sobre-avanco-do-neonazismo-no-brasil#:~:text=A%20pesquisa%20da%20antrop%C3%B3loga%20Adriana,todas%20as%20regi%C3%B5es%20do%20pa%C3%ADs>. Acesso em 30/04/2024.

PRÊMIO IBEST. Disponível em: <https://premioibest.com/o-premio/>. Acesso em 06/05/2024.

# REDAÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA RELAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO COMPLETO PUBLICADO EM ANAIS DE EVENTOS E DE SEUS RESUMOS

John Hélio Porangaba de Oliveira (UESPI)

Bárbara Olímpia Ramos de Melo (UESPI)

## Introdução

A escrita acadêmica é uma prática comunicativa essencial e complexa nos cursos de graduação e de pós-graduação, sendo realizada por meio de gêneros específicos. No contexto dos anais de eventos acadêmicos, a análise da macroestrutura do trabalho completo e da organização retórica do resumo é fundamental para compreender as práticas de escrita e/ou redação<sup>59</sup> na academia. A estrutura IMRD (Introdução, Métodos, Resultados e Discussão) tem sido amplamente adotada como um padrão para a organização de artigos científicos, facilitando a comunicação e a compreensão dos estudos (Cáceres et al., 2011). No entanto, a aplicação dessa estrutura pode variar significativamente entre o trabalho completo e o resumo, especialmente em áreas como letras e linguística.

Estudos anteriores, como os de Swales (1990) e Bezerra (2022), destacam a importância da análise de gêneros na compreensão das práticas de escrita acadêmica partindo de uma compreensão processual do contexto para o texto. Swales (1990) define gênero como uma classe de eventos comunicativos que compartilham um conjunto de propósitos comunicativos. A estrutura IMRD, originada no início do século XX, padroniza a apresentação dos trabalhos científicos, facilitando a comunicação e compreensão dos estudos. Essa estrutura, porém, é

59 - Quando nos referimos a palavra “redação acadêmica”, devemos entender que estas convergem com o pressuposto de “escrita acadêmica” na formalidade e no propósito de comunicar conhecimento científico. No entanto, devemos perceber que há divergência na ênfase. Enquanto a primeira foca no processo de composição textual, a segunda abrange a prática geral de produzir textos acadêmicos. Desse modo, daremos maior ênfase descritiva às palavras “escrita acadêmica” porque estamos situando um conhecimento de prática mais geral em gêneros específicos.

muito geral para os fins de uma publicação, como destaca Wu (2011), e muito restritiva em termos de descrição da realidade dinâmica do gênero artigo científico, conforme demonstrado em Bezerra (2022). Os autores não negam a importância da estrutura IMRD, eles discutem a evolução e flexibilidade da estrutura IMRD, evidenciando uma realidade mais complexa na escrita acadêmica contemporânea.

Apesar da padronização proposta pela estrutura IMRD, observa-se uma complexa variedade na organização do trabalho completo e do seu resumo, especialmente em áreas como letras e linguística. Essa variação pode dificultar a compreensão e a comunicação dos estudos, evidenciando a necessidade de uma análise mais detalhada dessas estruturas. Assim, nos questionamos: de que modo a organização estrutural do trabalho completo e do seu resumo se compara à macroestrutura IMRD? e qual é a relação entre essa macroestrutura IMRD e a organização retórica na análise de gêneros, seguindo o pressuposto de Swales (1990)?

Dado o exposto, temos o objetivo de analisar comparativamente a organização estrutural do trabalho completo e do seu resumo em letras e linguística, focando na relação com a macroestrutura IMRD. Especificamente, vamos descrever a estrutura das partes constituintes do trabalho completo em letras e linguística; descrever os movimentos retóricos presentes nos resumos dos trabalhos completos; analisar comparativamente os elementos estruturais do trabalho completo e do resumo, identificando as principais diferenças e semelhanças; e discutir a relação entre a macroestrutura IMRD e a organização retórica na análise de gêneros.

Para realizar o presente objetivo, a pesquisa está organizada em três tópicos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro tópico, apresentamos a fundamentação teórica, tecendo uma discussão acerca da estrutura IMRD e a análise de gêneros, com base em estudos de Swales (1990), Wu (2011) e Bezerra (2022). No segundo tópico, situamos a organização da metodologia e os procedimentos de coleta e análise do *corpus* de estudo. No terceiro tópico, por fim, descrevemos o resultado das análises, informando e interpretando a descrição estrutural das partes constituintes do trabalho completo e do resumo, bem como a análise comparativa dos elementos estruturais.

## **Do termo “estrutura” aos referentes IMRD e organização retórica de gêneros acadêmicos**

O artigo científico ou de pesquisa refere-se a um produto escrito publicado em revistas, periódicos etc., apresentando resultados de investigação conduzida por pesquisadores em um determinado campo específico da ciência ou área disciplinar. O objetivo principal do artigo científico cumpre o papel de comunicar os novos conhecimentos adquiridos durante o processo de pesquisa, reportando uma configuração estrutural e retórica em seções informativas como: introdução, metodologia, resultados, discussão e conclusões. Para serem aceitos e publicados, esses trabalhos, que denominamos “artigo científico ou de pesquisa”, geralmente,

passam por revisão por pares antes de serem aceitos para publicação, garantindo assim sua credibilidade e confiabilidade (Bazerman, 1988; Swales, 1990; Swales; Feak, 2012; Silva, 2022; Lêdo; Bezerra; Pimentel, 2023).

Na construção do conhecimento acerca de estudos de gêneros específicos do contexto acadêmico, o artigo científico ou de pesquisa se constitui enquanto resultado de um processo que interage com múltiplos propósitos comunicativos socialmente convencionados e de vivência “em situações tipificadas e recorrentes, cumprindo propósitos comunicativos característicos” (Lêdo; Bezerra; Pimentel, 2023, p. 4). Desse modo, sua produção escrita se desenvolveu em termos de estrutura organizacional do conhecimento. Evoluindo do gênero carta, descrito em Bazerman (1988), ele passa a ser organizado na compreensão macroestrutural denominada IMRD e sua variação estrutural em diferentes estudos, como destacado em Biasi-Rodrigues (1998) e em Wu (2011).

A macroestrutura IMRD, em observação para o gênero artigo, tem sua importância de modo distinto quando olhamos para as singularidades das áreas disciplinares, no entanto, em termos de escrita acadêmica, o conhecimento geral e interdisciplinar a inclui em sua compreensão como referência para a categorização do discurso acadêmico (Costa, 2012). Posteriormente, nós temos os estudos de gêneros específicos com uma classificação da estrutura denominada “organização retórica”, abrangendo uma compreensão processual de propósitos comunicativos, conforme fundamentação original em Swales (1981; 1990; 2004).

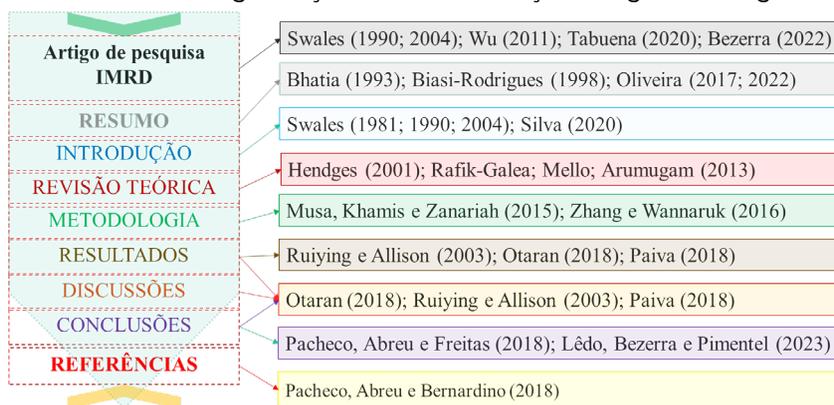
Diante do exposto, tem-se a necessário de compreender que a distinção entre redação acadêmica e escrita acadêmica é crucial para entender as nuances da produção textual no contexto acadêmico. Enquanto a redação acadêmica se refere ao ato de escrever textos acadêmicos, focando na clareza, coesão e coerência, a escrita acadêmica abrange um espectro mais amplo, incluindo práticas de leitura, interpretação e análise crítica. A estrutura IMRD e a organização retórica são elementos centrais que orientam essas práticas, proporcionando um framework que facilita a comunicação científica e a compreensão dos estudos. No entanto, a aplicação dessas estruturas pode variar conforme o contexto disciplinar e os objetivos específicos de cada pesquisa, refletindo as particularidades de cada área do conhecimento.

Além disso, a análise das diferenças terminológicas entre redação acadêmica e escrita acadêmica revela a importância de considerar os processos e práticas de produção textual. A redação acadêmica envolve habilidades específicas de organização e apresentação de ideias, enquanto a escrita acadêmica engloba um conjunto mais amplo de competências, incluindo a capacidade de interpretar e criticar textos, bem como de situar a produção textual dentro de um contexto acadêmico e disciplinar em que os gêneros são nomeados e reconhecidos em suas singularidades. A compreensão dessas diferenças é fundamental para a formação de pesquisadores e estudantes, pois permite uma abordagem mais holística e

integrada da produção científica, considerando tanto os aspectos retóricos quanto os processos de escrita e os gêneros específicos envolvidos.

Em um breve levantamento da literatura sobre o gênero artigo científico, encontramos distintas observações centradas nas suas seções macroestruturais IMRD, destacando sua variação reconhecida em Biasi-Rodrigues (1998), Swales (1990; 2004), Wu (2011), Bezerra (2022), dentre outros. Para demonstrar esse levantamento, de maneira holística, destacamos a observação dos estudos de artigo científico centrado em suas seções na Figura 1 a seguir.

**Figura 1:** Estudos da organização retórica das seções do gênero artigo científico



**Fonte:** Elaboração nossa<sup>60</sup>.

Nesta ilustração podemos visualizar não apenas a variável das partes constituintes do artigo científico, mas uma referência para estudos prévios que partem da caracterização do gênero específico para uma seção em particular. Há casos em que o estudo se prolonga para mais de uma seção como em Ruiying e Allison (2003), Pacheco, Abreu e Bernardino (2018), dentre outros que não foram incluídos nessa figura.

Passaremos a focar no resumo enquanto uma parte constituinte do gênero artigo científico, ora visto como resumo acadêmico informativo (também chamado *abstract*), de modo geral, ora descrito como resumo de artigo científico, de modo específicos. Esse resumo específico, que também é um gênero, tem uma referência basilar nos estudos de Bhatia (1993, p. 78) ao desenvolver um olhar para sua organização retórica que informa “o que o autor fez” (introdução do propósito), “como o autor fez” (descrição da metodologia), “o que o autor encontrou” (síntese dos resultados) e “o que o autor concluiu” (apresentação das conclusões). Embora o autor desenvolva apenas a sumarização temática do artigo científico, Carvalho (2010), com base em diversos outros estudos posteriores a Bhatia, apresenta uma organização desse gênero resumo em movimentos e estratégias retóricas. Sua projeção ampliada referencia Bhatia (1993). Embora não seja bem verdade que seja tal qual Bhatia formulou, entendemos que Carvalho (2010) reconstrói

60 - As obras foram registra no tópico/seção de referências.

o entendimento da organização retórica na perspectiva de análise de gêneros, demonstrando a explicitude discursiva e informativa do resumo de artigo científico em movimento retórico – MR e estratégia retórica – ER, conforme quadro a seguir.

**Quadro 1:** Padrão descritivo da organização retórica dos resumos de artigos científico

INTRODUZIR O PROPÓSITO (MR 1)
ER 1: Indicando a intenção do autor e/ ou
ER 2: Levantando a hipótese e/ ou
ER 3: Apontando os objetivos e/ ou
ER 4: Apresentando o problema a ser solucionado
DESCRVER A METODOLOGIA (MR 2)
ER 1: Apresentando o quadro teórico-metodológico adotado e/ ou
ER 2: Incluindo informações sobre o <i>corpus</i> e/ ou
ER 3: Descrevendo os procedimentos ou métodos utilizados e/ ou
ER 4: Indicando o escopo da pesquisa
SINETIZAR OS RESULTADOS (MR 3)
ER 1: Apontando observações sobre os dados analisados e/ ou
ER 2: Apresentando os resultados encontrados e/ ou
ER 3: Sugerindo soluções para o problema (caso tenha sido apontado no MR)
APRESENTAR AS CONCLUSÕES (MR 4)
ER 1: Interpretando os resultados e/ ou
ER 2: Apontando inferências sobre os resultados e/ ou
ER 3: Indicando implicações acerca dos resultados obtidos e/ ou
ER 4: Apontando aplicações dos resultados obtidos

**Fonte:** Carvalho (2010, p. 118), adaptação nossa a partir de Oliveira (2022, p. 248).

Ao centrarmos na especificidade da análise de gêneros, observamos que há uma variável nos propósitos comunicativos relacionado ao contexto de publicação, circulação, área disciplinar e metodologia de pesquisa. As análises de gêneros centrada na abordagem do ESP, conforme estudos de Bezerra (2006; 2017), Bhatia (2009), Oliveira (2017; 2022), Oliveira e Bezerra (2021), Oliveira e Melo (2024 [no prelo]), por um lado, observam a regularidade do propósito comunicativo geral do artigo científico como apresentar resultado de pesquisa e do resumo como resumir. Por outro lado, observam a variação dos propósitos comunicativos específicos do gênero artigo científicos centrados em problema relevante, metodologia de pesquisa, revisão de literatura, exposição de dados experimentais ou empírico – qualitativos, e do gênero resumo em relação ao que nomeia o texto e a situação

informativa que são fontes daquilo o que se resume, bem como o contexto de circulação e alvo da produção, etc. À essa variação pelos propósitos específicos, chamamos de colônia de gêneros, conforme referências anteriormente indicadas. Ao observarmos a especificidade de cada gênero, vimos no Quadro 1 o padrão descritivo da organização retórica dos resumos de artigos científico referenciado em Carvalho (2010) como sendo de Bhatia (1993). A seguir, apresentamos o Quadro 2 situando um novo padrão descritivo, agora centrado no resumo de trabalho completo, desenvolvido por Oliveira e Bezerra (2021).

**Quadro 2:** Organização retórica de resumo de trabalho completo

<b>MR 1: INTRODUIZIR O PROPÓSITO</b>
ER1: Apresentando informações contextuais da pesquisa e/ ou
ER2: Apresentando o objeto de estudo e/ ou
ER3: Indicando a intenção do autor e/ ou
ER4: Apontando os objetivos
<b>MR 2: DESCERVER A METODOLOGIA</b>
ER1: Apresentando o quadro teórico-metodológico e/ ou
ER2: Descrevendo os fundamentos teóricos e/ ou
ER3: Incluindo informações sobre o <i>corpus</i> e/ ou
ER4: Descrevendo os procedimentos ou métodos e/ ou
ER5: Indicando o escopo da pesquisa
<b>MR 3: SINTETIZAR OS RESULTADOS</b>
ER1: Apontando observações sobre os dados analisados e/ ou
ER2: Apresentando os resultados
<b>MR 4: APRESENTAR AS CONCLUSÕES</b>
ER1: Interpretando os resultados e/ ou
ER2: Apontando inferências sobre os resultados

*Fonte:* Oliveira e Bezerra (2021, p. 787), adaptação de Oliveira (2022, p. 252)

Partindo desse exposto e centralidade no contexto de eventos acadêmicos, nós temos os gêneros trabalho completo, publicado em anais de evento (congresso, simpósio, colóquio, etc.), e o resumo desse trabalho completo, conforme organização retórica exposta neste Quadro 2, acima. Ambos os gêneros específicos constituem o objeto de estudo dessa pesquisa centrado na análise da organização estrutural do trabalho completo e do seu resumo. Para o desenvolvimento do estudo desses dois gêneros, nos apoiamos em Bezerra (2022, p. 187-189) que apresenta uma organização estrutural de artigos científicos em linguística, focado na observação dos itens: título; autoria; resumo; palavras-chave; introdução; tópicos teóricos 1, 2, 3, n...; metodologia; resultados/discussão; considerações finais; e referências.

A importância deste estudo está centrada na compreensão do termo “estrutura” que nos permite alcançar uma compreensão processual e referência para as discussões de estudos de gêneros e sua organização retórica. A construção de sentido apreende desde a macroestrutura do trabalho completo e do seu resumo até a mesoestrutura em MR (movimentos retóricos) realizadas pelas microestruturas em ER (estratégias retóricas). Vemos essa importância ao retomarmos os postulados de Thomas Khun (2013)<sup>61</sup> que define ciência como uma comunidade de praticantes compartilhando um conjunto específico de conceitos, teorias, métodos, problemas e soluções para esses problemas. Nesse sentido, nosso trabalho consiste em ampliar compartilhar uma compreensão de IMRD e organização retórica dos gêneros trabalho completo e seu resumo dentro desse quadro de referências existente.

Retomamos esse exposto que amplia este tópico teórico porque temos um processo histórico de desenvolvimento do conhecimento não uniforme e muito heterogêneo acerca da perspectiva da macroestrutura IMRD na escrita de artigo científico e da perspectiva da organização retórica dessa escrita como gênero específico. Nos apoiamos em Khun (2013) para refletir que as diferentes perspectivas nos permitem visualizar coisas diferentes ao olharmos para o mesmo objeto. E, se podemos usar diferentes perspectivas, podemos ampliar nosso campo de percepção entendendo o gênero no sentido macroestrutural, pela variação IMRD, como contexto da parte que se analisa na perspectiva da organização retórica, baseada em Swales (1990; 2004) que analisa uma parte ou seção do gênero específico. Bezerra (2022) verificou que algumas seções como a metodologia e a discussão, por exemplo, podem vir imbricadas e diluídas em outras seções do artigo científico. Desse modo, compreender do contexto (expectativa) da macroestrutura do gênero à organização retórica de suas partes pode nos mostrar novos insights de interpretação do mesmo objeto de estudo, tanto de maneira ampla quando de maneira focal.

Sustentamos esse exposto verificando o saber acerca de “estrutura” em Khun (2013) em que o autor atribui nome para cada nó da estrutura, como podemos ver na referência do artigo científico na perspectiva do IMRD (Introdução, Método, Resultado e Discussão) e da organização retórica da seção em MR (movimentos retóricos) e ER (estratégias retóricas). E isso ainda tem um ponto interativo com a teoria rizomática de Deleuze e Guattari (1995) em que a estrutura como desempenho/performance constitui “um mapa de múltiplas entradas com dinâmica e mudança a cada momento de observação e análise, implicando compreender a realidade como ela é” (Oliveira, 2023, p. 101)

O entendimento que referencia o IMRD e a organização retórica do gênero como modelo estrutural constituem aforismos que enunciam um princípio de compreensão, mas não tem um equilíbrio com a realidade. Desse modo, estamos

61 - O livro “A Estrutura das Revoluções Científicas” (*The Structure of Scientific Revolutions*) foi publicado primeiramente como monografia na Enciclopédia Internacional da Ciência Unificada, depois como livro pela editora da Universidade de Chicago no ano de 1962.

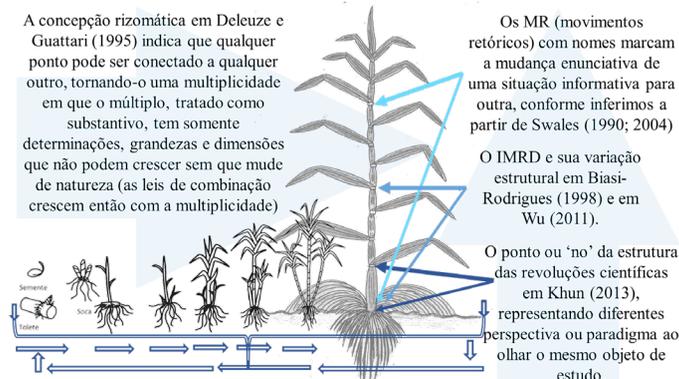
tomando a referência de rizoma porque ele “não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo. Ele é estranho a qualquer ideia de eixo genético ou de estrutura profunda” (Deleuze; Guattari, 1995, p. 19). Ou seja, o gênero artigo científico e o resumo, por exemplo, não podem ser definidos por uma macroestrutura IMRD e ou uma organização retórica definida.

Os exemplares de um mesmo gênero podem e vão ter sua semelhança em propósitos comunicativos gerais, mas vão ser sempre estranhos quanto aos propósitos comunicativos específicos. Assim, podemos inferir, por meio de experiências de leitura teórica e vivência na prática, que quanto mais estudamos o mesmo objeto de estudo (da escrita acadêmica) em situações distintas de produção e recepção, autoria e recepção, mais sua macroestrutura IMRD e organização retórica se mostram dualmente aplicável e distintas, movimentando a constante necessidade e importância de mais estudos para o ensino e a pesquisa. Ao reportar a concepção rizomática em Deleuze e Guattari (1995), Oliveira desenvolve a interpretação na citação a seguir.

A concepção rizomática constitui o entendimento de um fenômeno por características ou princípios de conexão, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura assignificante, cartografia e decalcomania. Ao buscar a compreensão de um fenômeno é necessário ponderação e prudência como critério para a experimentação, administrando relações e inter-relações de práticas e saberes que influenciam ou restringem a realidade em observação. No rizoma, qualquer ponto pode ser conectado a qualquer outro, tornando-o uma multiplicidade em que o múltiplo, tratado como substantivo, tem “somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade)” (Oliveira, 2023, p. 101).

Essa compreensão exposta ilumina os achados de Bezerra (2022) acerca da análise da organização estrutural de artigos científicos em linguística. Esta citação enuncia o entendimento de que as informações em alguns dos movimentos retóricos ou seções do artigo de pesquisa podem ser conectados a qualquer outro. Conforme podemos representar na ilustração da cana de açúcar, a seguir, devemos entender que o rizoma se baseia na ideia do crescimento orgânico e não linear do conhecimento, sendo comparado com um sistema radicular ou rizoma, onde todas as partes estão interconectadas sem uma hierarquia fixa.

## Figura 2: Percepção de “ponto” ou “no” do IMRD e da organização retórica de gêneros



Fonte: Elaboração nossa.

Para compreensão do estudo de gêneros em relação com esta ilustração, o segredo não está no exemplar da cana de açúcar, enquanto planta, no modo como ele se apresenta distribuído em partes. O segredo está no “ponto” ou “no” que representa a unidade e a diversidade, o múltiplo, tratado como determinação, grandeza e dimensão informativa comunicativa. Cada referência teórica mobilizada na construção desta ilustração representa uma dinâmica adaptativa em que o “ponto” ou “no” sinaliza uma separação, como vemos, e ao mesmo tempo aponta para determinação, grandeza e dimensão de uma constante orientação para a distinção entre perspectiva e realidade. A cada vez que olhamos para um semelhante exemplar ou objeto de estudo, podemos verificar que não é o mesmo, pois se trata de uma variação.

Essa fundamentação teórica ora apresentada aborda a importância da estrutura IMRD e a organização retórica dos gêneros acadêmicos, destacando como essas estruturas são essenciais para a comunicação científica eficaz. A análise da macroestrutura IMRD e das variações retóricas em diferentes disciplinas permite uma compreensão mais profunda dos propósitos comunicativos dos textos acadêmicos, conforme discutido por autores como Bazerman (1988), Swales (1990) e Bezerra (2022). A perspectiva rizomática de Deleuze e Guattari (1995) é utilizada para ilustrar a natureza dinâmica e interconectada do conhecimento, sugerindo que a estrutura dos artigos científicos e seus resumos não é fixa, mas adaptativa e multifacetada. Assim, o estudo proposto neste trabalho explora as complexidades estruturais e retóricas, contribuindo para o ensino e a pesquisa escrita em redação acadêmica.

## Metodologia de estudo e procedimentos de coleta, organização e análise

A metodologia adotada é baseada nos estudos de gênero acadêmicos de referência sociorretórica, com pesquisa empírica, descritiva e analítica, de natureza qualitativa. Ao seguirmos a perspectiva do *English for Specific Purposes* – ESP, adotamos diferentes bases teóricas para olharmos de modo analítico comparativo a organização estrutural do trabalho completo e do seu resumo em letras e linguística, focando na relação com a macroestrutura IMRD.

A coleta do *corpus* procedeu com a escolha do livro 002<sup>62</sup>, um dos cinco livros que constitui os anais de trabalho completo do X Simpósio Internacional de Gêneros Textuais – X SIGET 2019, realizado em Córdoba, na Argentina, publicados no ano de 2020. O referido livro, que compõe os anais, contém um total de 23 trabalhos completos, sendo 11 em língua portuguesa e 12 em língua espanhola. Aleatoriamente e escritos em português, coletamos quatro exemplares de trabalhos completos com seus respectivos resumos.

Após a coleta separamos os dois gêneros, que se identificam em trabalhos completos e resumos de trabalho completo. Para análise, iniciamos com a descrição partindo do geral para o específico, destacando aquilo que os nomeia os contextos. Em seguida, identificamos a indicação estrutural das partes ou seções constituintes de cada um dos quatro trabalhos completos. Em sequência, descrevemos a estrutura dos exemplares de resumo de trabalho completo, combinando o referente IMRD com a organização retórica do referido gênero em Oliveira e Bezerra (2021), marcando apenas os movimentos retóricos em MR1: introduzir o propósito; MR2: descrever a metodologia; MR3: sintetizar os resultados; e MR4: apresentar conclusões. Comparamos os elementos estruturais em ambos os gêneros e, por fim, interpretamos os resultados.

### Descrição da análise comparativa da relação estrutural do trabalho completo e de seus resumos

A análise partiu da identificação dos contextos e dos nomes dos gêneros. Verificamos as orientações adaptativas de escrita acadêmica empreendidas pelo X SIGET. Desse modo, elaboramos o quadro informativo a seguir. O objetivo ilustrativo do quadro é perceber aspectos gerais e específicos do que pode ser pertinente ao entendimento das características de multiplicidade em determinações, grandezas e dimensões da construção de sentido. Essas características mudam de natureza nas referências de generalidade e de especificidade, embora mantenham relação.

---

62 - BRUNEL MATIAS, Richard. Géneros textuales/discursivos académicos: X SIGET – Simposio Internacional de Estudios sobre Géneros Textuales: géneros textuales/discursivos, prácticas de lenguaje y voces del sur en diálogo / Richard Brunel Matias; Vera Lúcia Lopes Cristovão; Gouvêa Eliane Lousada. - 1a ed adaptada. - Córdoba: Fl copias, 2020. Disponível em: <https://rdu.unc.edu.ar/handle/11086/16801> acesso em 28/03/2024.

### Quadro 3: Registo de generalidade e especificidade informativa de contexto e gênero

<b>CONTEXTO CULTURAL – COMUNIDADE DISCURSIVA ACADÊMICA</b>	
<b>Cultura disciplinar</b>	
Linguística e literatura	
<b>Variedade disciplinar</b>	
Estudos de gênero	
<b>CONTEXTO SOCIAL DE PRÁTICA GERAL DE PRODUZIR TEXTOS ACADÊMICOS</b>	
SIGET 2019: Livro 02 – anais do publicados em 2020	
Evento acadêmico em território internacional	
<b>DOBRA DE CONTEXTO ORIENTACIONAL DO X SIGET 2019</b>	
<b>Global</b>	<b>Focal/Local</b>
Córdoba - Argentina	Brasil
APA	ABNT
Língua espanhola	Língua portuguesa
<b>Varição do gênero</b>	
Artigo científico	Trabalho completo
Resumo de artigo científico	Resumo de trabalho completo
<b>Organização retórica</b>	
Organização estrutural do trabalho	Unidades de conteúdo informacional realizado por tópicos temático discursivos

**Fonte:** Elaboração nossa.

Neste quadro, podemos observar um movimento processual que parte do contexto cultural acadêmico, percorrendo o disciplinar e tópico de estudo, centrado em gêneros, para o contexto de prática em evento acadêmico, subdividido em dimensões mais gerais ao abranger outros idiomas além da dimensão local do Brasil. Esse olhar nos mostra uma variedade e uma especificidade normativa e orientacional da prática de escrita acadêmica. Para efeito comparativo e amplo entendimento, utilizamos a identificação de variação de gêneros artigo científico e trabalho completo, bem como resumo de artigo científico e resumo de trabalho completo. Verificamos nos materiais orientacionais da produção escrita que há uma forte ênfase na organização estrutural marcada em título, autores, resumo e palavras-chave, *abstract* e *key words*, introdução, fundamentação teórica, metodologia, resultados, discussões e conclusões.

Embora isso seja uma perspectiva orientacional do X SIGET, a realidade da redação acadêmica, de modo processual, apresenta uma dinâmica interação na construção de sentido da prática de escrita acadêmica. Deixamos de fora da descrição analítica dos trabalhos completos o título, autor(es), resumo e palavras-chave, *abstract* e *key words*, bem como as referências, pois todas essas partes estavam presentes na composição dos trabalhos. Vejamos no quadro a seguir a realidade informativa da organização estrutural dos quatro exemplares de trabalho completo analisados.

#### Quadro 4: Descrição da estrutura organizacional do trabalho completo

Trabalho Completo 1	Trabalho Completo 2	Trabalho Completo 3	Trabalho Completo 4
<b>Introdução.</b> Introdução	<b>Introdução.</b> Introdução	<b>Introdução.</b> Considerações iniciais	<b>Introdução.</b> Introdução
<b>Fundamentação</b> 1. Concepção sociorretórica + 2. O gênero resumo e os resumos de IC	<b>Fundamentação</b> 1. Letramentos e gêneros textuais	<b>Fundamentação</b> 1. Letramentos e gêneros acadêmicos + 2. Modelos de pedagogias de gêneros e cultura disciplinar	<b>Fundamentação</b> ?
<b>Metodologia.</b> ?	<b>Metodologia.</b> Aspectos metodológicos	<b>Metodologia.</b> ?	<b>Metodologia.</b> Ensino e aquisição de gêneros: percursos metodológicos (veio após a introdução)
<b>Resultado.</b> Resultados e discussão	<b>Resultado.</b> A organização retórica do gênero ep (enunciado de problema)	<b>Resultado.</b> Analisando uma experiência de ensino de gêneros: a resenha acadêmica	<b>Resultado.</b> 1. Caminhos de realização do gênero dossiê de aprendizagem + 2. Descrição textual-discursiva + 3. tipificação do gênero
<b>Discussão</b> ?	<b>Discussão</b> ?	<b>Discussão</b> Etapas da escrita e análise da produção dos estudantes	<b>Discussão</b> 1. A narrativa de si: representações sobre a posição de leitor e Produtor de textos acadêmicos no diário de aprendizagem + 2. Movimentos recorrentes no gênero dossiê de aprendizagem
<b>Conclusão</b> Considerações finais	<b>Conclusão</b> Considerações finais	<b>Conclusão</b> Considerações finais	<b>Conclusão</b> Considerações finais

*Fonte: Elaboração nossa.*

Como podemos perceber, cada trabalho completo recebeu uma organização estrutural diferente. Dos quatro exemplares analisados, a nomenclatura para a seção de introdução variou em apenas um deles. A seção de fundamentação teórica apresentou uma dinâmica na redação acadêmica: o primeiro exemplar continha duas seções para a mesma temática, o segundo exemplar tinha uma seção, o terceiro também duas, e o quarto exemplar não possuía nenhuma seção marcada. A seção de metodologia apareceu marcada no segundo e no quarto exemplares, mas não foi marcada no primeiro nem no terceiro. A seção de resultados foi contemplada em todos os quatro exemplares do gênero trabalho completo, sendo dividida em três seções no quarto exemplar, enquanto no primeiro exemplar a nomenclatura utilizada foi “resultados e discussões”. A seção de discussão foi marcada apenas nos exemplares três e quatro, com o quarto exemplar dividido em duas seções. Por fim, a seção de conclusão foi marcada com a nomenclatura “considerações finais” em todos os exemplares.

Verificamos nos documentos orientacionais da ABNT (NBR 6022/2018) que a nomenclatura dos títulos das seções ou elementos estruturais fica a critério do autor. Nesse sentido, podemos perceber que a marcação da estrutura constitui somente determinações, grandezas e dimensões enunciativas. As seções de introdução e conclusão ocorreram regularmente com uma certa padronização. Na leitura integral dos exemplares, verificamos que a ausência de algumas seções foi registrada em conexão com outras seções. No quarto exemplar, a seção de fundamentação teórica foi desenvolvida dentro da seção de metodologia, contendo uma temática enunciativa com título descrevendo a fundamentação e subtítulo descrevendo a metodologia. Em relação à seção de metodologia, no primeiro exemplar, a seção foi desenvolvida de modo interconectado com a seção de introdução, e no terceiro exemplar, a seção foi desenvolvida no início da seção de resultados. A seção de discussão, nos dois primeiros exemplares, foi tratada

interativamente na seção de descrição dos resultados, como podemos perceber explicitamente na marcação enunciativa da temática apenas no primeiro exemplar. Já nos exemplares três e quatro, a marcação da seção de discussão foi registrada, contendo variação: no terceiro exemplar, ocorreu apenas uma vez, enquanto no quarto exemplar, a seção foi marcada duas vezes.

No quadro a seguir apresentamos a descrição da estrutura das partes constituintes do gênero resumo de trabalho completo, sinalizando com apenas um sim para a ocorrência e um não para os elementos informativos sem registro enunciativamente identificados. A numeração dos exemplares mantém relação de referência direta com os exemplares do gênero trabalho completo analisados. A cor da fonte em diferentes cores marca uma orientação para perceber como registramos a observação informativa na análise textual dos exemplares, conforme apresentaremos em sequência.

**Quadro 5:** Descrição da estrutura organizacional do resumo de trabalho completo

Resumo de Trabalho Completo 1	Resumo de Trabalho Completo 2	Resumo de Trabalho Completo 3	Resumo de Trabalho Completo 4
<b>Introdução</b> • Sim	<b>Introdução</b> • Sim	<b>Introdução</b> • Sim	<b>Introdução</b> • Sim
<b>Metodologia</b> • Sim	<b>Metodologia</b> • Sim	<b>Metodologia</b> • Sim	<b>Metodologia</b> • Sim
<b>Resultado</b> • Sim	<b>Resultado</b> • Sim	<b>Resultado</b> • Sim	<b>Resultado</b> • Sim
<b>Discussão</b> • Não	<b>Discussão</b> • Não	<b>Discussão</b> • Não	<b>Discussão</b> • Não
<b>Conclusão</b> • Não	<b>Conclusão</b> • Não	<b>Conclusão</b> • Sim	<b>Conclusão</b> • Sim

*Fonte: Elaboração nossa.*

Neste quadro, podemos verificar que a ocorrência sumariada das seções de Introdução, Metodologia, Resultado e Conclusão constituem compreensão para a estrutura organizacional do resumo de trabalho completo. As cores das palavras indicam as informações conforme estão enunciadas. Vejamos na imagem a seguir como registramos a informação a cada momento que ela muda dentro corpo textual do resumo de trabalho completo número 3. Destacamos MR 1 como contexto teórico da pesquisa, MR 2 como propósito da pesquisa, MR3 como metodologia, MR 4 como resultado e MR5 como conclusão.

**Imagem 1:** Exemplificação de marcações analíticas no resumo de trabalho completo

REFLEXÕES SOBRE ENSINO DE GÊNEROS: A RESENHA ACADÊMICA EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS

**Autoria**

I  
M  
R  
D  
C

**RESUMO**

MR1: Considerando a perspectiva das pedagogias de gênero, MR2: o objetivo deste estudo é relatar uma experiência de ensino explícito do gênero resenha acadêmica realizada com estudantes do curso de Licenciatura em Letras. No que se refere ao Letramento acadêmico, MR3: o estudo está ancorado nas contribuições de Street (2014); quanto às concepções de gêneros que subjazem as perspectivas de ensino, nos pautamos nas contribuições dos Estudos Retóricos de Gêneros (FREEDMAN, 2003; DEVITT, 2004; 2009) e do Inglês para Fins Específicos (SWALES, 1990; 2004). Para a análise, tomamos como parâmetro o modelo utilizado por Bezerra (2009), que compara resenhas de estudantes e de especialistas. MR4: Os resultados sugerem que os estudantes incorporam progressivamente as sugestões dadas pela professora, MR5 podendo ser reconhecidos avanços significativos entre a primeira e a última versão de seus trabalhos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teorias de Gêneros; Letramento Acadêmico; Culturas Disciplinares; Resenha Acadêmica

*Fonte: Elaboração nossa.*

Essa imagem constitui uma codificação para leitura analítica das informações, sinalizando tanto a relação com o IMRD quanto com a organização retórica de gêneros em MR e ER. Embora tenhamos registrado a primeira linha do resumo como MR1, pode-se inferir que se trata tanto de uma referência de apresentação do trabalho quanto do quadro teórico-metodológico. Já o MR5, conforme identificamos como conclusão, também sinaliza para uma discussão. Registramos como tal em termos de experiência prévia associada com relação às descrições de padrões informativos em Oliveira e Bezerra (2021), enquanto possível de interpretação. No entanto, ao retomar a orientação rizomática de Deleuze e Guattari (1995), não podemos justificar a percepção informativa por nenhum modelo estrutural ou gerativo, pois o modo como lemos é uma inferência genérica desligada de marcas linguísticas e indicativa do que descrevemos como conclusão.

A análise revelou que a macroestrutura do trabalho completo difere significativamente de exemplar para exemplar. Isso também ocorre no registro sintético e na percepção sumariada daquilo que podemos destacar como organização retórica do resumo de trabalho completo. Enquanto o trabalho completo segue uma estrutura mais detalhada e complexa em sua dinâmica de expressão informativa, o resumo tende a sintetizar as informações de forma muito mais concisa. Isso sobre o resumo pode ser descrito no sentido de que as informações constitutivas de determinações, grandezas e dimensões enunciativas são distribuídas de modo sintético.

Podemos inferir que a organização estrutural do trabalho completo e do seu resumo, escrito pelo mesmo autor/produtor, mantém relação com o IMRD. No entanto, sua marcação em seções temáticas não pode ser justificada de modo explícito como modelo estrutural. Os elementos informativos podem se desenvolver de maneira interconectada em uma multiplicidade informativa: um ponto se conecta com outros; as informações se misturam em uma complexa construção de sentido na maneira como o produtor compreende e realiza a comunicação.

Os resultados indicam que a organização estrutural em IMRD é mais perceptível nos resumos do que nos trabalhos completos. Nos trabalhos completos, há uma maior flexibilidade e adaptação da estrutura IMRD para atender às necessidades específicas de comunicação do estudo, enquanto que no resumo a brevidade informativa pode registrar as marcas estruturais de modo mais perceptível como indicada na Imagem 1.

A inserção de metodologias na introdução ou a combinação de resultados com discussão são adaptações que atendem à complexidade dos estudos atuais, sem abandonar a essência da comunicação clara e objetiva proposta pela IMRD. Essa interação constitui implicações para o ensino e a pesquisa em escrita acadêmica, destacando a necessidade de compreensões centradas em MR e ER para resolver o problema do silenciamento discursivo daquilo o que se informa em determinadas dimensões comunicativas.

## Conclusão

Neste estudo, apresentamos uma análise comparativa da organização estrutural do trabalho completo e do seu resumo. Ao focarmos na relação macroestrutural IMRD, percebemos que há uma evolução e flexibilidade estrutural. Acreditamos que isso seja resultado das necessidades de comunicação, evidenciando uma realidade mais complexa na escrita acadêmica. A inserção de distintas orientações teóricas nos mostra a realidade complexa dos gêneros e amplia nossa compreensão acerca do assunto, permitindo contribuir com o conhecimento científico.

A análise comparativa da relação estrutural entre o trabalho completo e seus resumos revelou diferenças significativas na macroestrutura de cada exemplar. Observou-se que, enquanto o trabalho completo adota uma estrutura detalhada e complexa, o resumo tende a sintetizar as informações de forma mais concisa. Essa síntese distribui as informações constitutivas de determinações, grandezas e dimensões comunicativas de modo sintético, facilitando a compreensão rápida e objetiva do conteúdo principal do trabalho.

Podemos concluir que a organização estrutural do trabalho completo e do seu resumo mantém uma relação com a estrutura IMRD. No entanto, a marcação em seções temáticas não pode ser justificada de modo explícito como um modelo estrutural, em que é possível ser visto de um modo rígido. Os elementos informativos podem se desenvolver de maneira interconectada, criando uma multiplicidade informativa onde um ponto se conecta com outros. Essa flexibilidade estrutural evidencia a necessidade de uma análise detalhada e adaptativa das práticas de escrita acadêmica, especialmente em áreas como letras e linguística.

Relacionando com a ABNT NBR 6028: 2021, o resumo é o gênero que mais apreende a significação do IMRD, pois este apresenta “finalidades, metodologia, resultados e conclusões do documento”. Isso é diferente da NBR 6022/2018, acerca da documentação e informação de trabalhos completos porque o gênero atende a determinações, grandezas e dimensões comunicativas mais complexas que não podem ser restritas em estruturas definitivas.

Concluimos que há uma complexa variedade de interpretação que distancia a organização do trabalho completo e do seu resumo pelo mesmo autor. A estrutura IMRD, embora padronizada, permite adaptações que refletem a dinâmica da pesquisa científica e a necessidade de abordagens que contemplem a complexidade e a interdisciplinaridade dos estudos contemporâneos.

Com esse conhecimento sobre o assunto da organização estrutural dos gêneros trabalho completo e seu resumo, nomeado como resumo de trabalho completo, esperamos contribuir para uma melhor compreensão das práticas de escrita acadêmica em letras e linguística, oferecendo insights valiosos para pesquisadores e estudantes dessa área.

## Referências

- ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6022**: Informação e documentação – Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.
- ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6028**: Informação e documentação — Resumo, resenha e resensão — Apresentação. Rio de Janeiro, p. 7, 2021.
- BAZERMAN, Charles. **Shaping written knowledge**: the genre and activity of the experimental article in science. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- BEZERRA, Benedito G. **O gênero como ele é (e como não é)**. São Paulo: Parábola 2022.
- BEZERRA, Benedito Gomes. **O gênero como ele é (e como não é)**. São Paulo: Parábola 2022.
- BHATIA, Vijay K. Análise de gêneros hoje. Tradução de Benedito Gomes Bezerra. In: BEZERRA, Benedito, G.; BIASI-RODRIGUES, Bernadete; CAVALCANTE, Mônica M. (Orgs). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, p. 159-196, 2009.
- BHATIA, Vijay K. **Worlds of written discourse**: a genre-based view. London: Continuum, 2004.
- BHATIA, Vijay. K. **Analysing Genre**: language use in professional settings. New York: Long-man, 1993.
- BIASI-RODRIGUES, Bernadete. **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. 1998. 307 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-graduação em Letras/Linguística, Florianópolis (SC), 1998.
- CÁCERES, Ana M. et al. Redação científica e a qualidade dos artigos: em busca de maior impacto. **Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, 2011, 23 (4), p. 401-406.
- CARVALHO, Flaviane F. Padrões de organização textual e lexicogramatical do gênero acadêmico resumo de tese: um estudo de caso. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, 2010, v.49, n.1, p. 115-128.
- COSTA, Raquel L. S. A organização retórica do gênero artigo experimental em comunidades disciplinares distintas. **Entrepalavras**, Fortaleza - ano 2, 2012, v.2, n.2, p. 126-146.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **MIL PLATÔS**: Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, [Les Éditions de Minuit, Paris 1980] Volume único [PDF – 2021], 1995.

HENDGES, Graciela R. **Novos contextos, novos gêneros**: A seção de revisão da literatura em artigos acadêmicos eletrônicos. 2001. 138 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, 2001.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 12ª ed., 2013.

LÊDO, Amanda C. O.; BEZERRA, Benedito G.; PIMENTEL, Renato L. Estratégias retóricas em uso na seção de considerações finais de artigos em linguística. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, 2023, v. 23, p. 1-21.

MORALES, Rodrigo C. Discourse features of methodology sections of research articles in high-impact and non-high-impact applied linguistics journals. **Asian Journal of English Language Studies (AJELS)** Volume, 2016, 80.

MUSA, Nurul F.; KHAMIS, Noorli; ZANARIAH, Jano. The structure of method section in engineering research articles. **Asian Social Science**, 2015, 11.17, p. 74.

OLIVEIRA, John H. P. Abordagens de estudos de gêneros: o resumo e sua importância para o ensino e a pesquisa na universidade. In: ROCHA, Max; PAIVA, Maria Margarete de; MOURA, João Benvindo de; PIANCÓ, Emanuelle M. S.; SILVA, Natália L. da. (Orgs.). **Entre língua, o texto e o discurso**. Teresina-PI: Editora Pathos, [ISBN: 978-65-85696-00-5], p. 98-117, 2023.

OLIVEIRA, John H. P. MELO, Bárbara O. R. Trabalho completo no âmbito acadêmico: uma análise baseada no conceito de colônia de gêneros. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, no prelo [em análise], 2024.

OLIVEIRA, John H. P.; BEZERRA, Benedito G. Gêneros de resumo em eventos acadêmicos: inter-relações textuais e contextuais. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, 2021, v. 60, p. 776-790.

OLIVEIRA, John H. P. **O gênero resumo**: agrupamentos, relações e inter-relações contextuais nos eventos acadêmicos. 2022. 569 f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife – PE, 2022a.

OLIVEIRA, John H. P. **Análise de gêneros em contextos específicos**: Organização retórica e construção de sentidos no resumo de comunicação para eventos acadêmicos. 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife – PE, 2017.

OTARAN, Maíra S. **Análise de gênero das seções de resultados e de discussão de artigos acadêmicos experimentais da agronomia**. 2018. 99 f. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2018.

PACHECO, Jorge T. S.; ABREU, Nícollas O.; BERNARDINO, Cibele G. Culturas disciplinares: influências na produção do gênero artigo acadêmico. **Revista linguagem em foco**, 2018, 10.1, p. 71-71.

PACHECO, Jorge T. S.; BERNARDINO, Cibele G.; FREITAS, Tatiane L. Um estudo sociorretórico da seção de Conclusão em artigos originais da cultura disciplinar da área de Nutrição. **Revista Entrepalavras, Fortaleza**, 2018, v. 8, n. 1, p. 119-139.

PAIVA, Francisco J. O. Um estudo retórico de seções de análise e discussão de resultados em artigos acadêmicos escritos por estudantes do curso de letras. **Língu@ Nostr@**, 2018, 6.1, p. 113-133.

RAFIK-GALEA, Shameem; MELLO, Geraldine; ARUMUGAM, Nalini. Genre Analysis of the Literature Review Section in Hospitality and Management Research Articles. **Pertanika Journal of Social Sciences & Humanities**, 2013, 21 (2), p. 817-838.

RUIYING, Yang; ALLISON, Desmond. Research articles in applied linguistics: Moving from results to conclusions. **English for specific purposes**, 2003, 22.4, p. 365-385.

SILVA, Iraci N. **Análise sociorretórica de introduções de artigos científicos no quadro dos letramentos acadêmicos de graduandos pibidianos em três áreas disciplinares**. 223 f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife – PE, 2020.

SWALES, John M. **Genre Analysis: English in academic and research settings**. Nova York: Cambridge University Press, 1990.

SWALES, John M. **Research Genres: Explorations and Applications**. Cambridge: University Press, 2004.

SWALES, John M.; FEAK, Cristine B. **Academic Writing for Graduate Students**, Edition: Essential Skills and Tasks. Michigan ELT, 3rd Edition, 2012.

SWALES, John. M. **Aspects of article introductions**. Aston ESP Research Report 1. Language Studies Unit, 1981.

TABUENA, Almighty C. Students' perception in the implementation of the IMRaD structure approach and its implications on the research writing process. **International Journal of Research Studies in Education**, 2020, 9.7, p. 55-65.

WU, Jianguo. Improving the writing of research papers: IMRAD and beyond. **Landscape Ecol**, 2011. 26, p. 1345-1349.

ZHANG, Baoya; WANNARUK, Anchalee. Rhetorical Structure of Education Research Article Methods Sections. **PASAA: Journal of Language Teaching and Learning in Thailand**, 2016, 51, p 155-184.

# NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE PROFESSORES DA EJA: ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS FORMATIVAS

Allan de Andrade Linhares (UFPI)

## Considerações iniciais

O universo do trajeto de vida e de leitura do professor repercute sobre sua prática de ensino de leitura. A pessoa não vive nem se faz sozinha e sua trajetória tem uma implicação histórica e social, ou seja, sua forma de ser e estar no mundo tem a ver com as condições contextuais e existenciais que marcam toda a sua vida.

Ao narrar o presente, o narrador distancia-se do momento narrado, interpretando a si mesmo, e, a partir do presente, pode (re) configurar o passado e o futuro, ou seja, as narrativas oportunizam a quem narra pensar o passado, buscando perceber o que pensava quando o vivenciou. Esse poder de formação da biograficidade possibilita ao narrador refletir sobre sua trajetória formativa como uma ocasião para aprendizagem a partir das relações com o outro (heterobiografia) e consigo mesmo (autobiografia) e com —[...] um novo olhar sobre o seu passado e sobre suas origens, projetar ou sonhar um outro futuro, se biografar novamente (Delory-momberger, 2006, p. 366).

O objeto de estudo desta pesquisa são os processos formativos do aprendente-ensinante<sup>63</sup> de leitura da EJA revelados a partir de suas narrativas orais de vida e de formação, motivada pela seguinte questão-norteadora: Como se dá o ensino de leitura na perspectiva dos discursos produzidos por meio dos relatos de vida e de formação de ensinantes-aprendentes de EJA de escolas públicas

63 - Palma e Turazza (2014), apoiadas em estudo da psicopedagoga argentina Alicia Fernández, definem este termo como uma nova postura assumida pelo aluno no processo de ensino e aprendizagem. O aluno, nesse processo, assume um papel ativo, pois, além de construir novos conhecimentos, está apto a ensinar ao seu professor e aos seus colegas de classe. Para Fernández (2001 apud PALMA; TURAZZA, 2014, p. 29), —Os termos ensinante e aprendente não são equivalentes a aluno e professor. Estes últimos fazem referência a lugares objetivos em um dispositivo pedagógico, enquanto aqueles indicam um modo subjetivo de situar-se. Esse posicionamento, embora relacionado com as experiências que o meio provê ao sujeito, não está determinado por elas. Palma e Turazza esclarecem que o uso desse termo marca uma nova postura ao aluno, o qual se torna responsável pelo seu aprendizado. O professor seria, agora, o ensinante-aprendente, aquele que, na postura defendida pela ED, é responsável por orientar e mediar a aprendizagem, mas também aprende com os seus estudantes no decorrer desse processo. Indicarei, neste relatório de tese, o termo aprendente-ensinante como ApEn e ensinante aprendente como EnAp.

municipais de Parnaíba-PI? Para responder à questão norteadora, foi traçado o seguinte objetivo: Investigar as concepções e práticas de leitura, discursivamente construídas, nos relatos de vida e de formação do ensinante-aprendente para desenvolver o ensino de leitura.

Foi realizada uma pesquisa narrativa, com abordagem qualitativa, dialogando com autores como Ferrarotti (1988), Clandinin e Connelly (2011), Suárez (2008), Josso (2004, 2010), entre outros. Esses autores defendem que a narrativa centrada nos percursos formativos possibilita potencializar o caráter formador deste processo. O estudo das traduções discursivas, interesse das narrativas, permite-nos depreender das trajetórias de vida aspectos históricos, sociais, cognitivos, institucionais da formação e da profissionalização docente. Para a realização da pesquisa, colaboraram três ensinantes-aprendentes de escolas de 4º ciclo de EJA do município de Parnaíba-PI. Procedemos à produção das narrativas orais a fim de prover um desvelamento do oculto do discurso delas, como foi constituída a sua história de vida, a de leitura e a de formação. Os dados produzidos foram analisados à luz do referencial teórico das experiências formadoras e das narrativas, além do arcabouço da Educação Linguística.

Este capítulo encontra-se dividido em duas seções: a primeira dedica-se à concepção do caráter formativo desempenhado pelas narrativas autobiográficas. Para discursivamente refletir sobre a forma como o EnAp pratica o ensino de leitura, é necessário prover um desvelamento do oculto do discurso dele, como foi constituída a sua história de vida, a de leitura e a de profissão, pois entendemos que essas histórias fazem parte do processo de formação docente e representam as ideologias e a prática discursiva que o EnAp tem de leitura e ensino de leitura. A segunda seção volta-se para a análise das experiências formadoras e das narrativas autobiográficas, organizados em quatro eixos de análise e seus respectivos indicadores: São eles: 1) Narrativas sobre as primeiras influências para a aprendizagem: lembranças que as EnAp trazem consigo; 2) Narrativas de formação: a escola e a universidade como espaços formativos; 3) Narrativas de experiências docentes: a prática como fonte de aprendizagem.

## **A pesquisa narrativa: um referencial teórico-metodológico**

Para a realização deste estudo, entendemos que a pesquisa de cunho qualitativo, centrada na história de vida docente, emerge como fonte fértil para o (re) pensar a formação docente, utilizando as narrativas de vida e de formação como instrumento teórico-metodológico com o intuito de compreender as experiências de formação como um segmento da vida do professor durante seu projeto de formação. As autobiografias são uma forma de escrever a vida e a profissão, devendo estar ligadas às narrativas, dentro do contexto do escrever sobre a vida. Além disso, são cada vez mais apropriadas, posto que, proporcionam ao professor a possibilidade de “[...] encontrar seu lugar na história coletiva; ele retorna a si mesmo para definir suas próprias marcas e fazer sua própria história” (Delory-momberger, 2006, p.106).

A abordagem qualitativa constrói-se com base no paradigma interpretativista e dedica-se à interpretação das ações sociais. Tal paradigma entende que não há como observar o mundo independentemente das práticas sociais e significados vigentes. (Bortoni Ricardo, 2008). A capacidade de compreensão daquele que pesquisa, enraíza-se em seus próprios significados, pois esse sujeito não é relator passivo, porém um agente ativo.

Essa abordagem possibilita uma compreensão do real, traduzido e exposto em cada discurso dos interlocutores, revelando-nos, assim, o modo de trabalhar, crenças, valores, atitudes, impressões, sentimentos, convicções, experiências de vida, saberes e saber fazer de cada docente. Todos esses aspectos, na verdade, formarão o arcabouço fático que nos impulsionou a escolher a abordagem qualitativa.

A história de vida configura-se como abordagem qualitativa que encaminha o pesquisador para colher o ponto de vista do sujeito, que transmite, através de suas narrativas, a descrição de suas impressões e significações do mundo, experimentadas no cotidiano, refletindo sobre sua vida, desvelando a prática socialmente reproduzida no contexto onde atua como indivíduo e como ser social e histórico.

Ao proferir seus relatos, os falantes/escritores inscrevem suas singularidades de vida e fazem refletir as relações sociais e a coletividade na qual foi construída sua vida, sua história. Demartini (2008, p. 45) destaca que “os sujeitos constituem-se na diversidade e é na diversidade de situações/experiências que as relações ocorrem no campo educacional, não se podendo excluir qualquer elemento da trama que o constitui”.

A formação do professor tem sido, nos últimos anos, um campo fértil para a alavancada que se teve nas pesquisas autobiográficas, por se acreditar que onde está a história de vida do professor está, também, o nível da sua contribuição como pessoa e como educador.

Etimologicamente, narrar vem do verbo latino *narrare*, que significa contar, relatar. Na Língua Portuguesa, os verbos contar e relatar, ou seja, narrar, demandam, simultaneamente, um objeto direto e um objeto indireto, pois quem conta/narra/relata, sempre conta/narra/relata alguma coisa para alguém. Narrar tem, portanto, essa interface essencial: toda narrativa deve ser lida ou contada por alguém para alguém.

Clandinin e Connelly (2011) compreendem a narrativa não apenas como meio para a compreensão da experiência, mas também como meio para a aprendizagem humana. Por isso, narrar experiências é muito mais que contar histórias, implica sempre acrescentar uma pitada de subjetividade às histórias narradas.

Escrever sobre a vida tem muitos rótulos: retratos, memórias, histórias de vida, estudos de caso, biografias, jornais, diários, entre outros; cada um com suas perspectivas e diferenças. No entanto, se, por um lado, o escopo da biografia é sempre a vida do sujeito, por outro, as forças propulsoras das biografias são sempre

as memórias, imortalizadas pelas lembranças, próprias ou do(s) outro(s). Por isso, no que tange às biografias, cabe à memória colocar o sujeito em contato com suas lembranças para, assim, evocar as suas recordações-referências.

Segundo Abrahão (2004, p. 202-203):

Produzir pesquisa (auto) biográfica significa utilizar-se do exercício da memória como condição sine qua non. **A memória é o elemento chave do trabalho com pesquisa (auto) biográfica** [...] Esta é componente essencial na característica do (a) narrador (a) na construção/reconstrução de sua subjetividade. Esta também é componente essencial com que o pesquisador trabalha para poder (re) construir elementos de análise que possam auxiliá-lo na compreensão do seu objeto de estudo (grifo nosso).

Assim, o que lembramos e contamos, e os modos pelos quais fazemos isso, são expressões de construções pessoais ou coletivas determinadas pela memória, acionadas para (re) construir imagens, acontecimentos e experiências, produtoras de sentido à pessoa que se dispõe ao exercício de historiar-se e/ou historiar o outro. Nesse contexto, a memória, assim como a experiência, emergem como princípios basilares e norteadores das biografias.

Diante disso, é fácil compreender o status que as pesquisas com biografias alcançou nas mais diversas áreas de conhecimento, a saber: Educação, Psicologia, História, Sociologia, Filosofia, Antropologia, Linguística e Literatura nas últimas décadas. De acordo com Nóvoa (2010), a gênese da utilização de pesquisas biográficas é a insatisfação das Ciências Sociais em relação ao tipo de saber produzido até então e a necessidade de uma renovação dos modos de conhecimento científico produzido. Nóvoa e Finger (2010, p. 23) afirmam que a esse tipo de pesquisa deve ser “[...] concedida uma atenção muito particular e um grande respeito pelos processos das pessoas que se formam: nisso reside uma das suas principais qualidades”. O centro da pesquisa biográfica é, portanto, o ser humano que, ao narrar-se, olha para sua própria história, resignificando seus pensamentos, suas experiências, suas vivências e aprendizagens, atribuindo-lhes assim novas formas de pensar, sentir e agir.

As pesquisas qualitativas desenvolvidas no Brasil, no campo da educação, destacam, entre outras perspectivas, as teorizações sobre o uso da abordagem autobiográfica no processo de desvelamento das mais variadas e diferenciadas nuances da profissão docente: uma nova epistemologia de formação docente. Destacamos aqui algumas teses: Cunha (2014), Pena (2010), Souza (2004). Na área de Linguagem, destacam-se os estudos de Ramos (2009), Cordeiro (2007), Barreto (2006), Lontra (2006), Guedes-Pinto (2002), Moraes (2000) e os trabalhos publicados nos diferentes Congressos de Leitura do Brasil (COLE). O interesse pela leitura como objeto de investigação, tem crescido, nos últimos vinte anos, no Brasil. Contudo, somente a partir da década de 1990, pesquisadores de campos diversos – Biblioteconomia, Pedagogia, Psicologia, Educação, Linguística, Letras, Comunicação, entre outros, vêm produzindo um conjunto de reflexões sobre

leitura por meio de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, em caráter multidisciplinar ou interdisciplinar, utilizando depoimentos autobiográficos de professores, tomando a memória docente como fundamento de formação.

Delory-Momberger (2006) denomina esse aspecto epistemológico de biograficidade como a capacidade que a pessoa tem de biografar-se, ou seja, de narrar seu próprio percurso de formação, de organizar e reorganizar a memória das experiências vividas, fazendo uma releitura de sua trajetória formativa. Desse modo, biografia e formação estão interconectadas, configurando-se, nas palavras da pesquisadora “[...] como duas faces de uma mesma iniciativa: aquela que faz do ator biográfico um contínuo educador de si mesmo” (p. 12).

Ao narrar, no presente, o narrador distancia-se do momento narrado, interpretando a si mesmo, e, a partir do presente, pode (re) configurar o passado e o futuro, ou seja, as narrativas oportunizam a quem narra pensar o passado, buscando perceber o que pensava quando o vivenciou. Esse poder de formação da biograficidade possibilita ao narrador refletir sobre sua trajetória formativa como uma ocasião para aprendizagem a partir das relações com o outro (heterobiografia) e consigo mesmo (autobiografia) e com “[...] um novo olhar sobre o seu passado e sobre suas origens, projetar ou sonhar um outro futuro, se biografar novamente” (Delory-Momberger, 2006, p. 366). Ao perceber-se o narrador tem, portanto, a possibilidade de olhar, de conhecer e de agir com outras perspectivas.

Segundo Goodson (2000, p. 75), as pesquisas autobiográficas “[...] podem ajudar-nos a ver o indivíduo em relação à história do seu tempo, permitindo-nos encarar a intersecção da história de vida com a história da sociedade”. O foco desse tipo de pesquisa é o ser humano em seu contexto histórico, destacando-o como sujeito ativo no processo histórico e cultural. Por isso, permite ao pesquisador adentrar o universo pessoal/singular do sujeito, simultaneamente um universo social/coletivo, visto que são inseparáveis e estão interrelacionados, a fim de conhecer/compreender não apenas as ações e reflexões que constituíram sua trajetória de vida, mas também as suas formas de pensar, sentir e agir.

Essa é a perspectiva de pesquisa, nomeada por Suárez (2008, p. 103) de pesquisa-ação formação, “[...] orientada para reconstruir, tornar públicos e interpretar os sentidos e significações que os docentes produzem e põem em jogo quando escrevem, leem, refletem e conversam, entre colegas, sobre suas próprias práticas educativas”. Esse tipo de pesquisa, portanto, revela as trajetórias de vida, formadas por narrativas que possibilitam a autocompreensão e o conhecimento de si próprio para aqueles que constroem as suas narrativas, pois caminha em direção a um mergulho interno, ampliando o processo de autoconhecimento de todos e de cada um que com ela se envolve.

A pesquisa autobiográfica constitui-se, portanto, um caminho que oferece possibilidades para que o professor em formação possa vislumbrar, desvendar, analisar, refletir, destacar e registrar as marcas que contribuíram para sua formação pessoal e profissional. Para isso, deve considerar a pergunta: “o que aconteceu para

que eu viesse a ter as ideias que eu tenho hoje?” (Josso, 2004, p. 143) como mola propulsora para produzir sua autobiografia. Os pesquisadores transcendem o que o colaborador pensa do passado, para concentrarem-se em conhecer/compreender como construiu seu mundo, seus pensamentos, suas emoções; enfim seu modo de ser e de estar no mundo, pois “[...] no passado não há somente as coisas que ocorreram, há também todo o potencial que cada indivíduo tem para prosseguir a sua existência de futuro” (Josso, 2004, p. 16).

Os estudos de pesquisadores como Goodson (2000, 2005), Cunha (1997), Connelly e Clandinin (2004), Josso (2004, 2010), entre outros, confirmam que contar/ouvir/escrever narrativas autobiográficas oportuniza aos docentes momentos de reflexão, que podem ajudar em sua própria formação e na dos outros sujeitos envolvidos no processo. Em virtude disso, as pesquisas autobiográficas com e sobre professores enfocam aspectos importantes da educação formal, em particular a vida cotidiana, a aprendizagem da profissão, os ciclos da carreira docente, os pensamentos dos professores e o desenvolvimento profissional docente.

A ascensão de estudos balizados pelas narrativas autobiográficas tem contribuído para o rompimento da clássica separação entre pesquisador e pesquisado, uma vez que, consoante o paradigma positivista, o primeiro é considerado/denominado sujeito enquanto o segundo é considerado/denominado objeto da pesquisa. Nas pesquisas autobiográficas, “o processo de condução da investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos [...]” (Bogdan; Biklen, 1994, p. 51), posto que, nessa modalidade de pesquisa, ambos são sujeitos do processo, colaboradores que, com papéis diferenciados, coadunam-se tanto na perspectiva da investigação quanto da formação, porque conhecer, ler, ouvir a vida do outro é um modo de formação.

Com esse rompimento epistemológico, o pesquisador deixa de ser apenas o condutor do processo para assumir o papel de parceiro, de acompanhante, de ouvinte e até mesmo de confidente. Utilizar as narrativas como estratégias para a produção de dados não é simplesmente recolher materiais biográficos diferentes, mas sim participar das memórias elaboradas para atender às necessidades de pesquisador. Por isso, o estudo autobiográfico é uma construção da qual o próprio investigador participa ativamente. Nessa perspectiva, o caminhar para si também traz consigo a dimensão do caminhar com o outro.

Está claro, portanto, o princípio da implicação do sujeito em seu próprio processo formativo da pesquisa autobiográfica, visto que potencializa a (auto) formação da pessoa envolvida na medida em que proporciona o alargamento dos horizontes sobre o seu percurso de vida, pois provoca mudanças no modo como os sujeitos compreendem a si próprios e aos outros.

Nessa perspectiva, a pesquisa autobiográfica deve favorecer a utilização de estratégias que permitam ao professor tornar-se o sujeito do seu processo de formação. É nessa retomada da subjetividade docente que reside uma das muitas potencialidades desse tipo de pesquisa, uma vez que, nas palavras de

Passeggi (2008, p. 5), a pesquisa autobiográfica na Educação “amplia e produz conhecimento sobre a pessoa em formação, as suas relações com territórios e tempos de aprendizagem e seus modos de ser, de fazer e de biografar resistências e pertencimentos”. Revela, portanto, a valorização da pessoa do professor, não apenas na dimensão pessoal, social e profissional, mas também nos processos de investigação a fim de desvelar, compreender e quiçá solucionar os problemas relacionados ao sistema escolar e seus protagonistas.

### **Narrativas sobre as primeiras influências para a aprendizagem: lembranças que as ENAp trazem consigo**

Aprender é um processo dinâmico e aberto, diretamente relacionado às experiências marcantes vivenciadas pelo aprendiz durante sua vida (Cunha, 2014). Os fragmentos das narrativas revelaram os modos de ser e estar no mundo das colaboradoras articulados às aprendizagens adquiridas ao longo de suas trajetórias formativas a partir das falas de si. São recortes que trazem não apenas fatos marcantes de sua formação na infância vivenciados, especialmente no seio familiar, mas também as reflexões provocadas pelo/no processo de rememoração.

Neste texto, fizemos um recorte de uma pesquisa bem densa sobre as narrativas de vida e de formação de docentes, que contou com a participação de três colaboradoras. Apresentaremos aqui a contribuição de apenas uma delas.

***EnAp:** Sou de uma família MUITO humilde, nascida no interior. Passamos por muitas necessidades e eu sempre tive o desejo de mudar de vida. Nós éramos seis filhos e eu, como a filha mais velha, sempre ajudei minha mãe nas atividades do lar. Sempre frequentamos a igreja porque meus pais eram muito religiosos e também, acredito eu, que eles gostavam que eu ajudasse a professora de catecismo nas aulas para aprender com ela. Eles não estudaram muito e mal sabiam assinar o nome, mas eram pessoas que falavam bem. As atividades da igreja ajudavam nisso. Eu era muito cobrada por eles a crescer na vida e continuar nos estudos porque queriam que eu tivesse o que eles não tiveram oportunidade. Para que isso acontecesse, eu precisaria me ESFORÇAR! A minha professora de catecismo me ajudou muito a ter os primeiros contatos com a leitura porque eu era interessada e ficava com ela depois da aula. Quase sempre ela lia algum texto comigo e aquilo me motivava muito a querer aprender.*

A docente iniciou a sua narrativa enfatizando que adveio de um contexto familiar humilde, o qual serviu de impulso para mudar de vida. Esse fato já foi apresentado nas análises das narrativas das duas outras colaboradoras como um aspecto determinante para construir a educação como um ideal para a mudança de vida.

Esclareceu que os pais eram muito religiosos e frequentadores da igreja. Além da religiosidade, os pais tinham o desejo de aproximá-la da professora de catecismo que era vista como referência de sabedoria e incentivo para que ela prosseguisse nos estudos. Tal professora foi responsável, também, pelos seus

primeiros contatos com a leitura, os quais serviram de motivação para ascender nos estudos e, possivelmente, o seu ingresso na docência. Como seus pais mal sabiam assinar o nome, aproximá-la da professora de catecismo garantiria à menina contato com a leitura, mesmo que em situações mais esporádicas.

Ela relatou que os pais não tiveram a oportunidade de estudar, mas falavam bem e isso se devia aos contatos estabelecidos com as leituras da igreja. Para Tfouni (2010), as pessoas com baixo grau de escolaridade e de analfabetas, quando em contato com textos literários, mesmo nunca os tendo lidos, desenvolvem um conhecimento letrado sofisticado. No caso dos pais da colaboradora, há marcas de um discurso oral perpassado por características do discurso escrito escutado nas leituras da igreja, ou seja, “[...] que a função-autor não é prerrogativa possível apenas para aqueles que aprendem a ler e escrever, mas, antes, é uma função ligada a um tipo de discurso – isto é, o discurso letrado” (p. 47). Esse discurso, por ser social e historicamente constituído, pode estar acessível àqueles que dominam o código escrito.

O desejo de mudar de vida, marcado por ela no início da narrativa, provavelmente, tem relação com a influência dos pais: Eu era muito cobrada por eles a crescer na vida e continuar nos estudos porque queriam que eu tivesse o que eles não tiveram oportunidade. Nesse trecho, fica marcada a cobrança que, a meu ver, servia como uma força que os pais empregavam para que isso se tornasse realidade. O discurso da família repercute, haja vista que ela sinalizou: Para que isso acontecesse, eu precisaria me ESFORÇAR. A narrativa assevera a ideia de que ser uma pessoa bem sucedida está atrelada ao esforço e à disposição individual para superar a condição histórica de inferioridade (Ferreira, 2000). É perceptível o quanto esse sentimento de superação e de perfeição, estimulados cotidianamente em seio familiar, exerceram acentuada influência no comportamento.

A narrativa da colaboradora destaca fatores impactantes, internos e externos, ao ambiente familiar, como, por exemplo, o contexto familiar no qual cada um foi criado e educado, a escolaridade dos pais, a valorização da escolarização pela família, a preocupação com os valores internalizados, a ausência ou a presença de contato com a leitura e as razões disso, o incentivo aos estudos e a participação efetiva na vida dos filhos como basilares para a construção de uma identidade pessoal digna e sólida (Cunha, 2014). Vigotsky (1998) já afirmava que a educação recebida pela família, pela escola e pela sociedade tem uma função muito importante na constituição dos sujeitos. Ainda segundo o autor, a forma como os pais concebem a educação e criam os seus filhos interfere no desenvolvimento de cada sujeito e traz consequências diretas no comportamento realizado na escola.

Nas palavras de Dominicé (1988 apud Cunha, 2014, p. 146), “[...] aquilo que cada um se torna é atravessado pela presença de todos aqueles que se recorda”. Portanto, as vivências no ambiente familiar são fontes férteis para a produção de lembranças e memórias.

A escola, além da família, também favorece, estimula e proporciona aprendizagens às crianças e aos jovens para se tornarem cidadãos críticos, produtivos e participativos. A família cumpre a tarefa de ensinar comportamentos, atitudes, hábitos e valores socialmente aceitos. A escola, por sua vez, cumpre a tarefa de favorecer, fomentar e proporcionar a aprendizagem de outros tipos de conhecimentos, ampliando, assim, as possibilidades de convivência social.

Considerando isso, apresento, no eixo que segue, as narrativas referentes às experiências das colaboradoras no meio escolar e no espaço universitário.

### **Narrativas de formação: a escola e a universidade como espaços formativos**

É no espaço da escola e da universidade que os indivíduos passam grande parte de sua infância, toda sua adolescência e o início de sua juventude. Segundo Tardif (2002, p. 68) grande parte dos docentes sabe muito sobre “o ensino, sobre os papéis do professor e sobre como ensinar”; pois essas referências “provêm de sua própria história de vida, principalmente de sua socialização enquanto alunos”.

A base de conhecimentos da EnAp é influenciada, portanto, pelas experiências vivenciadas ao longo de suas trajetórias de formação, sejam elas escolares e/ou acadêmicas. Enquanto classe profissional, apenas os professores têm esse privilégio, pois atuam no ambiente no qual passaram grande parte de sua vida e que, por isso, têm muita familiaridade e intimidade com ele. A escola e a universidade são palco de muitas histórias, logo conhecer essas narrativas pode colaborar para a compreensão das interações entre seus principais atores, ApEn e EnAp.

Na sequência, os trechos das narrativas revelaram as aprendizagens da docência adquiridas pela colaboradora ao longo de sua trajetória educativa, escolar e acadêmica, referenciados suas falas. São fragmentos que trazem em sua essência não apenas as experiências vivenciadas por elas e marcantes para sua formação pessoal e profissional, mas também a dimensão formativa de cada uma delas para a construção de sua trajetória formativa antes do ingresso na EJA como docentes.

### **Narrativas sobre as aprendizagens na Educação Básica**

Os estudos que versam sobre as narrativas autobiográficas de professores, tomam as referências à escola como importante espaço de formação, normalmente, associados à socialização e à afetividade. A instituição escolar é o primeiro espaço social de convívio com outras pessoas que não são da família. É na escola que acontecem as primeiras aproximações do futuro-professor com o ambiente educacional formal. As narrativas docentes acerca de suas vidas escolares contribuem, portanto, para a compreensão das experiências humanas vivenciadas no contexto escolar, revelando que ele, de fato, ocupa um lugar especial e único na vida do ser humano.

A respeito disso, a EnAp narrou:

**EnAp:** *Minha época de alfabetização foi maravilhosa. Eu tive professoras muito boas e que me ajudaram a ler bem rápido. A maioria dessas professoras eram cursistas do curso Normal e substituíam as minhas professoras titulares. Elas eram muito comprometidas e usavam muitos recursos didáticos que nos ajudavam a aprender. Eu sempre admirei o trabalho desenvolvido pelas alfabetizadoras e isso me fez escolher fazer o curso Normal [fazendo referência à Escola de Normalistas]. O meu ensino fundamental foi também muito bom, mas eu não li muito coisa não. Quando eu entrei no ensino médio sofri muito com as disciplinas de cálculo porque eu não tinha muita base e tirei muita nota baixa em Português porque decorar as regras da gramática era muito complicado para mim, a professora só copiava as regras no quadro e as repetia para incentivar a memorização. Era recorrente nas provas a presença de questões em que a gente precisava mostrar domínio das regras gramaticais. Outro ponto complicado era entender aqueles textos longos que apareciam nas provas. Para mim era muito difícil! Eu saí do ensino médio e fui fazer Curso Normal e, depois, Pedagogia. Lá eu tive muitas bases para a docência e, depois que terminei, comecei a dar aula para crianças, meu grande amor. Eu sempre achei que um bom alfabetizador precisava saber muito de Português e, por isso, eu procurei fazer a seleção para o PARFOR de Letras/Português. Já estou quase no final do curso e tenho aprendido muita teoria importante.*

A docente elogiou o trabalho de suas professoras da Educação Infantil. Relatou que a ajudaram a ler bem rápido, mas não fez alusão a nenhuma estratégia eleita por elas. Esclareceu que essas professoras eram cursistas da Escola Normal e substituíam as suas professoras titulares. De acordo com a colaboradora, o grande diferencial entre as professoras-titulares e as estagiárias era a utilização dos recursos didáticos como ferramentas para facilitar o processo ensino-aprendizagem, gerando, assim, interesse, motivação e maior integração entre professores e alunos. É possível perceber o quanto essa prática diferenciada marcou a colaboradora, já que, segundo ela, **Eu sempre admirei o trabalho desenvolvido pelas alfabetizadoras e isso me fez escolher fazer o curso Normal.** A EnAp viu, nas práticas eleitas pelas estagiárias, inspiração para a sua prática docente, as quais divergiriam daquelas eleitas por suas professoras. É possível perceber que a reflexão sobre as práticas adotadas pelos professores na Educação Básica levaram-na a criticar e até mesmo a negar essas práticas tradicionais, motivando-a a adotar práticas diferenciadas em sua atuação profissional.

Concordo com Castoldi e Polinarski (2006) quando esclarecem que a valorização e utilização desses recursos emergem como uma alternativa importante para preencher as lacunas deixadas pelo ensino tradicional na formação do aluno, além de estimular a participação discente com a exposição dos conteúdos de forma diferenciada. Contudo, apesar desses benefícios muitos professores se recusam a utilizá-los, como foi o caso das professoras-titulares citadas pela colaboradora.

A respeito do Ensino Fundamental, a colaboradora disse que foi muito bom, embora tenha declarado não ter lido muita coisa. Imagino que o ensino proporcionado nessa etapa não foi muito significativo, haja vista que a colaboradora não refletiu sobre nenhum momento.

A entrada no Ensino Médio é sempre muito desafiadora e, nosso caso dessa colaboradora, a ausência de bases anteriores lhe trouxeram muitas dificuldades para acompanhar algumas disciplinas, como foi relatada a dificuldade com as disciplinas de cálculo. Além das disciplinas de cálculo, avaliou negativamente o ensino de Português, o qual tinha como objeto as análises metalinguísticas.

A professora aludiu às provas da referida disciplina que priorizavam a memorização de regras. A crítica ao ensino tradicional é marcada pelo artificialismo, pela descontextualização e pela gramatiquice (Perini, 2000; Bagno, 2007; Faraco, 2006; Brito, 1997; dentre outros). É importante refletir, porém, sobre o fato de a professora criticar o ensino embasado no tradicionalismo, porém não apontou saídas para as práticas criticadas. O simples acesso às críticas, advindas de falas soltas ou do senso comum, em relação à gramática não basta para que os professores desenvolvam uma nova forma de mediar a teoria linguística e a prática pedagógica. É interesse desta pesquisa observar as possíveis influências para a prioridade ou não desse ensino tradicional nas aulas das colaboradoras e observar as possíveis influências para a ausência de estratégias mais produtivas para o ensino de leitura. Entendo que, hoje, a EnAp consegue negar o ensino de regras gramaticais isoladas com base em um senso comum que, também, nega-o, mas não teve possibilidades teóricas e metodológicas para fazê-lo diferente em sua prática.

A colaboradora, também, teceu críticas aos textos longos que apareciam nas provas, avaliando-os negativamente em virtude da extensão. Provavelmente, as questões propostas para o estudo do texto não permitiam aos discentes desvendarem os vários implícitos presentes no texto, criar sentidos, dialogar com essa produção escrita. Não é o fato de o texto ser longo que torna, necessariamente, a atividade enfadonha, pois o texto longo pode ser desafiador e ajudar a romper com o universo de expectativas dos discentes.

A colaboradora contou, ainda, que sua escolha pelo curso Normal e/ou pela Pedagogia lhe trouxe a possibilidade de aprender bases para o exercício da docência, as quais não foram discriminadas. Não foi possível saber se ela se referia a bases teóricas e/ou metodológicas. Esclareceu que a Educação Infantil é o seu grande amor, o que pode ser indício da pouca intimidade com o público de EJA como constatado nas aulas observadas.

No final da narrativa, esclareceu que a opção pelo curso de Letras, que está em curso, deveu-se ao fato de entender que um bom alfabetizador precisa saber muito de Português. Esse motivo a levou a optar pelo PARFOR. Esclareço que a professora ministrava aulas, no turno da manhã, para a educação infantil e, no turno noturno, aulas de Português para a EJA. Na sua narrativa fez alusão apenas à necessidade de se qualificar para ministrar aulas com mais qualidade

para as crianças, contudo, mesmo já ministrando aulas de Português ainda sem a qualificação acadêmica que lhe conferisse autonomia, não tratou da necessidade de se qualificar para ministrar aulas para os alunos da EJA. Segundo ela, o curso de Letras tem lhe trazido muitos encaminhamentos teóricos.

O ingresso na docência da EnAp foi motivado por experiências do contexto familiar, pois a professora de catecismo, provavelmente, foi uma referência para ela, haja vista que a iniciou nos primeiros contatos com a leitura. Os pais da colaboradora e, inevitavelmente, ela viam a referida professora como uma figura de conhecimento, cujos ensinamentos a levariam a crescer na vida, desejo de seus pais. A escolha de uma profissão é influenciada tanto por fatores psicológicos e/ou comportamentais quanto sociais e/ou culturais. Por isso, nesse momento de suas vidas, “[...] os jovens são fortemente influenciados por sentimentos confusos, não são apenas seus, mas também de seus familiares e amigos” (Levenfus; Nunes, 2002 apud Cunha, 2014, p. 157). Além das influências do contexto familiar, as professoras substitutas da educação infantil lhe despertaram o desejo de ser professora e desenvolver um trabalho semelhante ao delas.

A educação formal apreendida por cada uma das colaboradoras foi influenciada por fatores variados, especialmente de ordem familiar, relacionados tanto ao nível de renda da família e da escolaridade dos pais quanto à qualidade da educação oferecida pela escola frequentada. As suas recordações escolares permitem aprofundar, com um olhar do presente, a vida escolar, as mudanças ocorridas ao longo dos anos e o contexto de cada época, bem como cada experiência narrada afetou suas constituições pessoais, acadêmicas e profissionais, pois “ao narrar as histórias, reafirmam-nas, modificam-nas e criam novas histórias” (Connelly; Clandinin, 2000, p. 26), porque, quando organizaram suas lembranças para narrarem suas memórias, as EnAp reconstruíram suas experiências, o que lhes oportunizou refletir e compreender suas próprias ações.

Além das escolas regulares, a universidade também é reconhecida como importante local de formação docente. A respeito disso, no indicador seguinte, as colaboradoras da pesquisa narraram como foi o ingresso de cada uma delas no Ensino Superior e a influência que esse espaço formativo trouxe para a formação teórico-metodológica para o ensino de Leitura.

## **Narrativas sobre as aprendizagens no Ensino Superior**

O ingresso no Ensino Superior marca o início da profissionalização para a docência. É uma etapa fundamental para a aquisição não apenas de conhecimentos e saberes teórico-metodológicos da profissão, mas também de modelos didático-metodológicos de ensino e aprendizagem. É o primeiro contato com a profissão como futuro profissional, sendo assim um momento ímpar da trajetória formativa docente. É inegável a contribuição da formação inicial para a aprendizagem da docência e o desenvolvimento profissional dos futuros EnAp.

Acerca disso, a colaboradora narrou:

**EnAp:** (...) a vivência de uma acadêmica do curso de Letras é aquele estudo de algumas ... de alguns teóricos como Wanderley Geraldi, Magda Soares que têm as suas estratégias específicas, mas que na verdade nenhum deles trabalha a questão da educação de jovens e adultos. Então, **a dificuldade que nós sentimos hoje ... para aplicar essas técnicas na nossa realidade é bem grande. Os professores deveriam ter realizado mais discussões de como nós poderíamos trabalhar leitura na prática de sala de aula.** (...) voltando par a nossa realidade (...). Os nossos alunos, eles já trazem uma leitura porque são adultos, têm uma vida profissional, têm uma vida emocional que interfere muito nesse processo. Então **nós não fomos, na universidade, treinados para essa realidade.** Talvez nós tenhamos sido treinados pra uma leitura mais direcionada, e **isso a gente não pode realizar na educação de jovens e adultos.** Os fundamentos, aqueles dos teóricos, é o que tentamos aplicar, mas, assim, fugimos muito daquelas regrinhas porque **a realidade da educação de jovens e adultos é BEM diferente.** Eu, **como professora de Língua Portuguesa, eu procuro todos os meios possíveis para aproximá-los da leitura, inclusive trazendo... textos deles que falem muita da vida, do cotidiano, trabalho muito com crônicas pra tentar fazer essa aproximação.** Tento também fazer exercícios de gramática porque **é importante dominá-la.** Na universidade, eu não aprendi nada de gramática, mas passo para os meus alunos porque **sem base gramatical eles não se expressam bem.** O livro deles [referindo-se aos seus alunos da EJA] **traz POUCA gramática, então eu passo algumas regras no caderno.**

A *EnAp* iniciou a sua narrativa, esclarecendo a falta de direcionamentos para trabalhar com leitura, e não tratou de nenhuma vivência com a prática em sua formação, o que tornou clara a ausência de estudo específico para o ensino de leitura. Esse fato dificulta um ensino que visa à construção de sentidos, pois como afirma Kleiman (2001), o trabalho de construção de contextos de reflexão sobre e por meio da linguagem é tarefa do professor, o qual, a priori, teria fundamentação teórico-metodológica e domínio de práticas discursivas que têm como fundamento a análise da linguagem. (p. 203-204).

Quando a docente afirmou, no que tange à formação para leitura em EJA, que [...] **nós não fomos, na universidade, treinados para essa realidade.** Talvez nós tenhamos sido treinados pra uma leitura mais direcionada, **isso a gente não pode realizar na educação de jovens e adultos,** demonstrou uma falta de intimidade teórica com o ensino de leitura, pois considerou que as estratégias desenvolvidas com outros públicos não se adequam ao segmento de ensino em discussão. Quando, na verdade, o que particulariza a EJA é que, como todos os outros públicos, a instituição deve valorizar seus interesses, conhecimentos e expectativas, mobilizando conhecimentos que surjam da vida dos envolvidos. (Piconez, 2004; Pinto, 2003). O ensino na EJA deve estar organizado para a formação de sujeitos históricos, o que implica práticas reais e significativas. Daí a necessidade de o professor conhecer e entender o espaço e as vivências de EJA para a eleição de uma metodologia adequada.

Ainda, segundo a professora W, *Os fundamentos, aqueles dos teóricos, é o que tentamos aplicar, mas, assim, fugimos muito daquelas regrinhas porque a realidade da educação de jovens e adultos é BEM diferente*. Diante do comentário, percebemos que a EnAp não mostrou prioridade ao aplicar suas escolhas de estratégias para ensino, embora, em outras narrativas produzidas, mas não selecionadas para este texto, tenha relatado que realize um trabalho de práticas significativas para o ensino de leitura, mas que contrariam os eventos da prática em sala de aula, o que mostra que o trabalho prático difere daquilo que declarou na entrevista narrativa e isso, muito possivelmente, seja indício de fragilidade na formação leitora, como já mostrado nas afirmações feitas na entrevista: *“Os professores deveriam ter realizado mais discussões de como nós poderíamos trabalhar leitura na prática de sala de aula. (...)”, “Então nós não fomos, na universidade, treinados para essa realidade”*. Essa falta de prioridade para a disseminação do ensino já estava presente nas pesquisas realizadas por Martin Carnoy e divulgadas em Bortoni-Ricardo; Machado; Castanheira (2010) sobre a ausência de treino dos professores para ensinar, dominando teoria e prática. O autor afirma que, muitas vezes, o docente não domina a teoria e, quando a domina, não consegue aplicá-la na prática com os alunos. Além da ausência de encaminhamentos teóricos e metodológicos na formação das EnAp, pude constatar, pelas narrativas apresentadas neste relato de pesquisa, que outros fatores têm influências nos discursos das colaboradoras. Esses fatores mantêm relação com o contexto familiar, com o contexto que fez parte da infância e adolescência, com as influências advindas da formação escolar. Posteriormente, tratarei das aparentes contradições nas posturas assumidas nas narrativas das colaboradoras, pois ora negam a sua formação (motivas por leituras isoladas ou tendências provenientes do senso comum), ora repetem, no trabalho realizado em sala de aula, as mesmas posturas. Na verdade, esse conflito ou imprecisão mantém relação com uma falta de clareza sobre o que é mais efetivo fazer em sala de aula. As tendências familiares e da educação escolar não foram desfeitas com visões mais maduras, ou seja, trabalho teórico e metodologicamente embasado.

A EnAp narrou, ainda, que tenta em sua prática todos os meios possíveis para aproximar os alunos da leitura, para isso cita as crônicas como um gênero utilizado. Nas aulas observadas, foi possível perceber a presença dos textos, mas não foi dada aos alunos a oportunidade de eles refletirem sobre as suas realidades (contextos a que pertencem) a fim de entendê-la, questioná-la, criticá-la, ou seja, assumir postura crítica diante dos textos e da vida. Se o trabalho da colaboradora refletisse sobre os aspectos linguísticos e discursivos dos gêneros, isso, provavelmente, seria possível.

Por fim, ela relatou que tentava *fazer exercícios de gramática porque é importante dominá-la*. Entendemos que a colaboradora prioriza o ensino com base na gramática normativa, o que salienta as bases que trouxe antes de ingressar no Ensino Superior, mas que ainda persistem, uma vez que ela saiu desse nível de

ensino e ainda entende que o ensino de língua deve priorizar a gramática. Ela se manifestou dizendo que os alunos precisam *dominá-la*. Como já apresentado nesta tese em discussões anteriores, dominar a gramática normativa não garante uma boa expressão por meio da linguagem.

A EnAp manifestou sua insatisfação com o ensino na universidade, pois não foi priorizado a reflexão sobre as normas gramaticais. É possível perceber pela narrativa que ela ingressou na universidade com o anseio de aprender melhor a gramática normativa. Esse interesse marca os mitos de que É preciso saber gramática para falar e escrever bem; Português é muito difícil; as pessoas sem instrução falam tudo errado. (Bagno, 2006). Posso inferir que, pela existência desses mitos, o curso de Letras, entre outros motivos, atrai muitos alunos, cujo imediato interesse é aprender as “regras” da gramática.

Para Bagno (2006), essa gramática é apenas uma parcela do que é realmente a língua. Embora os estudos tenham evoluído, a prioridade a processos de ensino regidos pela gramática normativa ainda é uma constante em muitas salas de aula. Há uma ilusão de que fazer uso da Língua Portuguesa (em todos os sentidos: ler, escrever, falar, ouvir) é saber a gramática da língua. Essa concepção entra em discordância com aquilo que Bagno (2006) defende e, aqui, assumo o mesmo posicionamento: a língua é um “rio caudaloso, longo e largo, que nunca se detém em seu curso” e a gramática normativa é “apenas um igapó” (p. 10). Assim, não restam dúvidas de que o ensino de gramática participa do processo de ensino aprendizagem de uma língua, bem como dos processos comunicativos que se estabelecem entre as pessoas. Conceber, contudo, um modelo gramatical como único existente ou o principal, em desprezo das demais perspectivas é, no mínimo, um equívoco. A restrição a apenas uma perspectiva, certamente, não consegue abranger a meta prioritária do ensino da língua materna, a qual, segundo Travaglia (2002) é a de possibilitar que um usuário seja capaz de usar inúmeros recursos da língua para a produção de efeitos de sentido, conforme, entre outros fatores, sua intencionalidade e a situação específica de interação comunicativa de que participa.

Quando a língua é vista como “um objeto descontextualizado, inerte, congelado, morto, fora do tempo, fora do espaço, independente das pessoas que a falam”, logo a gramática normativa é a que terá lugar de destaque (Bagno, 2006, p. 102). Quando a língua é, todavia, concebida como “viva, dinâmica, em constante movimento” (p. 116), os fatores pragmáticos serão levados em conta no ensino e aprendizagem da língua, promovendo a consideração das gramáticas, ou seja, proporcionando reflexão sobre o uso de variações, das relações que se realizam entre as pessoas no momento em que elas interagem umas com as outras, do que é adequado e aceitável e o que não é de acordo com certos contextos e com certas pessoas. Por fim, a EnAp declarou que o livro utilizado nas turmas de EJA traz pouca gramática, o que a fazia copiar regras no quadro. Com essa atitude, ela repete práticas desenvolvidas ela repete práticas desenvolvidas por sua professora na Educação Básica, a qual ela manifestou avaliação negativa.

## Narrativas de experiências docentes na EJA: a prática como fonte de aprendizagem

A respeito disso, a EnAp narrou:

**EnAp:** *Lembro-me da forma como recebi a notícia que tinha sido projetada<sup>64</sup> para essa modalidade. Era pegar ou largar. Acabei enfrentando o desafio para não sair da escola que eu gostava e gosto muito, até porque tinha a promessa de voltar para o diurno no ano seguinte. Diante dessa situação, senti um impacto enorme, por notar a diferença entre alfabetizar adultos e crianças. Eu NÃO sabia como fazer!*

A entrada na carreira docente é marcada pelo choque de realidade, conforme identificado por Huberman (1992). A narrativa da colaboradora, o choque da realidade também fez parte de sua vida profissional. No entanto, ele deu-se não pela ausência de competência para relacionar a teoria estudada com a prática, mas pela ausência de dois aspectos, experiências e/ou conhecimentos. Em outras palavras, devido à falta de formação inicial em ensino de leitura e de fundamentos sobre as práticas em EJA ou mesmo de formação continuada e à falta de experiência em ensinar adultos, houve alguns conflitos ao iniciar essa prática.

Está marcado na narrativa da colaboradora que o ingresso na EJA não se deu de forma espontânea, mas, sim, para atender às carências de professores para o público, bem como garantir a lotação e a carga horária em suas escolas ou na rede municipal. Esse aspecto marca o início da experiência da maioria dos docentes com EJA.

A falta de conhecimentos, seja de ordem teórica e/ou prática, ficou claramente marcada na narrativa da colaboradora: *Diante dessa situação, senti um impacto enorme, por notar a diferença entre alfabetizar adultos e crianças. Eu NÃO sabia como fazer!* Esse quadro denuncia, infelizmente, que os sistemas de ensino não priorizam a capacitação de professores nem a sua formação continuada. Entendemos que, além disso, denota a falta de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos, no que se refere à contratação de professores específicos para a área. Essa realidade influencia tanto no processo de profissionalização dos professores como de sua profissionalidade, uma vez que, além de explicitar a desvalorização profissional dos docentes, repercute na subjetividade do professor no que se refere não apenas ao seu valor enquanto pessoa como também na qualidade de sua prática.

---

64 - Termo utilizado pela EnAp para explicitar o processo pelo qual foi transferida de uma turma do ensino fundamental para a EJA, sem ser consultada e sem ter alternativa de escolha.

## Considerações finais

A análise das narrativas de vida e de formação mostrou a forte influência dos contextos familiares, de escolarização e de formação para a docência com o ensino realizado pelas EnAp. As influências de contextos escolares e não-escolares repercute sobre as lacunas presentes no ensino proposto pelas colaboradoras, o qual ainda está permeado por noções de língua e linguagem desarticuladas dos contextos social e histórico.

As narrativas registradas nas entrevistas narrativas possibilitaram aos colaboradores não apenas a reconstrução de suas trajetórias formativas, mas principalmente a reflexão crítica sobre suas experiências formadoras, alinhando-se à perspectiva de Josso (2004, p.43), vez que “as experiências, de que falam as recordações-referências constitutivas das narrativas de formação, contam não o que a vida lhe ensinou, mas o que se aprendeu experiencialmente nas circunstâncias da vida”. As singularidades e as subjetividades das narrativas permitiram, portanto, que os professores, referenciando-se em suas memórias e lembranças, articulassem as diferentes interfaces de suas experiências formadoras às suas aprendizagens profissionais.

## Referências

ABRAHÃO, M. H. M. B. Pesquisa (auto)biográfica: tempo, memória e narrativas. *In*: \_\_\_\_\_. (org.). **A aventura (auto)biográfica**: teoria e empiria. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 201-224.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY F. M. **A pesquisa narrativa**: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução Grupo de pesquisa narrativa e educação de professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CUNHA, R. C. da. **Narrativas autobiográficas de professores iniciantes no ensino superior**: trajetórias formativas de docentes do curso de Letras-Inglês. 2014. 302f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2014.

DELORY-MOMBERGER, C. Formação e socialização: os ateliês biográficos do projeto. **Educação e Pesquisa**, v. 32, n. 2, p. 359-371, maio/ago. 2006.

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. *In*: NÓVOA, A.; FINGER, M. (org.). **O método (auto) biográfico e a formação**. Lisboa: Ministério da Saúde, 1988. p. 17-34.

FERREIRA, M. Z. Ser negra, ser mulher, ser nordestina. Afinal, como me fiz professora? *In*: VASCONCELOS, G. A. N. (org.). **Como me fiz professora**. Rio de Janeiro: DP& A, 2000.

GOODSON, I. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. *In*: NÓVOA, A. (org.). **Vidas de professores**. Portugal: Porto, 2000. p. 69-84.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. *In*: NÓVOA, António (org.). **Vidas de professor**. Tradução de Maria dos Anjos Caseiros e Manuel F. Ferreira. Porto: Porto Editora, 1992. p. 31-62.

JOSSO, M. C. **Caminhar para si**. Tradução de Albino Pozzer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

JOSSO, M. C. **Experiência de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

NÓVOA, A.; FINGER, M. **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

NÓVOA, A.. A formação tem que passar por aqui: as histórias de vida no Projeto Prosalus. *In*: A. NÓVOA; M. FINGER (org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Natal/São Paulo, EDUFRN/Paulus, 2010. p. 155-188.

PALMA, D. V.; TURAZZA, J. S. (org.). Educação linguística: reinterpretação do ensino aprendizagem por novas práticas pedagógicas. *In*: PALMA, D. V.; TURAZZA, J. S. **Educação linguística e o ensino da Língua Portuguesa**: algumas questões fundamentais. São Paulo: Terracota, 2014a. Cap. 1, p. 23-61.

PASSEGGI, M. da C. (org.). **Tendências da pesquisa (auto)biográfica**. Natal-RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

PERINI, M. A. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 2000.

PICONEZ, S. C. B. **Educação escolar de jovens e adultos**. 3. ed. São Paulo: Papyrus, 2004.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SUÁREZ, D. A documentação narrativa de experiências pedagógicas como estratégia de pesquisa-ação-formação de docentes. *In*: PASSEGGI, M. da C.; BARBOSA, T. M. N. **Narrativas de formação e saberes biográficos**. Natal/RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008. p. 101- 149.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

# **ANÁLISE DE GÊNEROS ACADÊMICOS: O RESUMO DE RELATÓRIO FINAL ENQUANTO PROPOSTA DE COMUNICAÇÃO ORAL EM EVENTO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

Genilda Vieira Rodrigues (UESPI)

John Hélio Porangaba de Oliveira (UESPI/CAPES)

## **Considerações iniciais**

Na universidade os estudantes de graduação podem concorrer e participar de programas institucionais de bolsas de iniciação científica – PIBIC, de iniciação à docência – PIBID, de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação – PIBITI, dentre outros. No curso de letras/português, os estudantes que participam do PIBIC produzem dois gêneros específicos, o relatório final e o resumo que é avaliado pelo orientador e já é inserido automaticamente como inscrição em um evento de iniciação científica – IC. Esse evento de IC constitui um contexto de socialização das atividades de pesquisa realizadas no PIBIC. O referido evento acontece para todos os participantes e envolvidos no PIBIC, abrangendo todos os cursos de graduação.

Nesta pesquisa, o resumo do relatório final produzido para participar no evento de IC constitui o objeto de estudo do presente trabalho. Sua escolha se justifica pela relevância desse gênero como uma prática de letramento acadêmico realizada por estudantes de graduação em letras/português. Conforme Bezerra e Lêdo (2018), as práticas e processos de letramentos acadêmicos acontecem a partir da produção de gêneros na universidade. Dado o objeto de estudo e justificativa, nos questionamos: de que maneira o resumo de relatório final de evento de IC é produzido e organizado? Desse modo, temos o objetivo de analisar a organização retórica do resumo de relatório final enquanto proposta de comunicação oral produzidos por graduandos do curso de Letras/Português, levando em conta sua nomeação, as orientações de produção e a realidade da atividade comunicativa.

Para esse objetivo, a presente pesquisa está organizada três tópicos centrais, além desta introdução e considerações finais. No primeiro tópico, fizemos um levantamento da literatura especializada sobre gênero, análise de gênero e interativa com o objeto de estudo. Nesta última, nos deparamos com o nome do gênero específico enquanto uma questão complexa de linguagem. No segundo tópico, apresentamos a metodológica e os procedimentos de estudo. No terceiro tópico, por fim, descrevemos os resultados das análises e o significado dos achados.

## **Da teoria para a prática de análise de gêneros**

Os estudos de gêneros têm sido desenvolvidos em diferentes correntes teóricas, proporcionando uma compreensão abrangente e multifacetada sobre como os textos são estruturados e utilizados em contextos específicos. A análise de gêneros, portanto, emerge como uma ferramenta essencial para entender as práticas discursivas em ambientes acadêmicos (Swales, 1990) e profissionais (Bhatia, 2009). Essa prática analítica surge como ferramenta de compreensão dos propósitos comunicativos que liga comunidade discursiva, gênero e tarefa de produção textual.

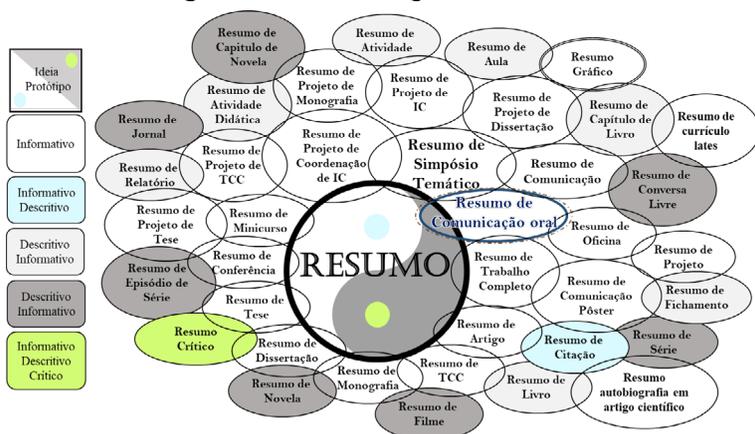
De acordo com Swales (1990, p. 9), os gêneros são “classes de eventos comunicativos que geralmente possuem características de estabilidade, reconhecimento de nomes e assim por diante”. Esses eventos comunicativos são constituídos por textos e são moderados por aspectos relacionados ao gênero, à função do texto e ao ambiente do texto. Swales enfatiza a importância da estabilidade e do reconhecimento dos gêneros, destacando que eles são fundamentais para a comunicação eficaz dentro de comunidades discursivas específicas.

Bhatia (2009, p. 161) complementa essa visão ao definir gêneros como “uso da linguagem em contextos comunicativos convencionados, que dá origem a conjuntos específicos de propósitos comunicativos para grupos sociais e disciplinares especializados”. Ele destaca três aspectos convencionais inter-relacionados que são cruciais para a discussão sobre gêneros: a recorrência de situações retóricas, os propósitos comunicativos compartilhados e as regularidades de organização estrutural. Esses elementos são essenciais para a compreensão de como os gêneros funcionam e são reconhecidos dentro de diferentes comunidades.

A análise de gêneros, segundo Bhatia (2009, p. 160-161), é “o estudo do comportamento linguístico situado em contextos acadêmicos ou profissionais”. Essa análise pode ser abordada de várias maneiras, incluindo tipologias de ações retóricas, regularidades de processos sociais orientados para um objetivo e metas, bem como consistência de propósitos comunicativos. A análise de gêneros específicos permite uma compreensão detalhada de como os textos são estruturados e utilizados para alcançar objetivos específicos em contextos determinados. No contexto internacional, Bhatia (2009) apresenta uma compreensão de colônia de gêneros, destacando o entendimento de uma variação dos gêneros em relação com o contexto, os produtores e receptores etc.

No contexto nacional brasileiro, o desenvolvimento da noção de colônia de gêneros é estudado e aplicado por Bezerra (2006; 2007; 2012; 2017) em gêneros introdutórios e Oliveira (2017; 2022) e Oliveira e Bezerra (2021) em gêneros resumo. Esses autores compreendem que há um propósito comunicativo geral que se mantém regular e outros propósitos comunicativos específicos que são diferentes na relação com o contexto, os produtores e receptores, as condições de produção e implicações metodológicas. Desse modo, o resumo, por exemplo, envolve se especifica em muitos gêneros com nomes que o qualificam, conforme podemos observar na figura a seguir.

**Figura 1:** Colônia de gêneros resumo.



*Fonte:* Oliveira e Bezerra (2021, p. 784), destaque nosso.

Podemos visualizar, nesta figura, diferentes nomes para o termo resumo em que cada nome qualifica como um gênero específico. Sem relação com os estudos de gêneros a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT já prevê uma compreensão geral e uma variação centrada em especificidades centradas no autor do texto e ligação com o documento que se resume (Oliveira, 2017). De modo geral, o resumo é definido pela ABNT (NBR 6028: 2021, p. 1) como uma “apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento”. Quando parte para a variação centrada em tipologias textuais, vemos as seguintes descrições de significado que a ABNT (NBR 6028: 2021, p. 1) oferece para: resumo indicativo como um “trabalho que indica os pontos principais do documento sem apresentar detalhes, como dados qualitativos e quantitativos, e que, de modo geral, não dispensa a consulta ao original” e do resumo informativo descrito como um “trabalho que informa finalidades, metodologia, resultados e conclusões do documento, de tal forma que possa, inclusive, dispensar a consulta ao original”. Esses conceitos destacam tanto a importância do resumo como uma ferramenta de comunicação que sintetiza informações essenciais de um documento, facilitando a compreensão e a disseminação do conhecimento, quanto a percepção do que varia em cada resumo específico.

Partindo dessa compreensão mais geral sobre o resumo, o conceito teórico de resumo como gênero utilizado em eventos de Iniciação Científica (IC) é especificamente reconhecido como resumo de relatório final de IC. Esse gênero específico constitui uma “variedade de resumo para eventos, uma vez que se trata de trabalho a ser apresentado na jornada de IC da instituição de origem do programa de onde provieram os textos” (Melo; Bezerra, 2021, p. 203). Esse tipo de resumo possui características específicas que o distinguem de outros tipos de resumos acadêmicos, pois é elaborado para comunicar os resultados de pesquisas desenvolvidas por estudantes em programas de iniciação científica. Ele deve ser claro, conciso e informativo, apresentando os objetivos, metodologia, resultados e conclusões da pesquisa de forma a permitir que o leitor compreenda o trabalho sem a necessidade de consultar o documento original.

Nesse sentido exposto, Melo e Bezerra (2021), a partir da análise de um conjunto de exemplares de resumo de relatório final de IC, desenvolveram a compreensão do que chamamos de modelo de organização retórica, conforme segue.

**Quadro 1:** Modelo de análise de resumo de relatório final de IC.

UNIDADES E SUBUNIDADES RETÓRICA
<b>Unidade retórica 1 – Apresentação da pesquisa</b>
Sub1 – Expondo o tópico principal e/ou
Sub2 – Apresentando o(s) objetivo(s) e/ou
Sub3 – Justificando a pesquisa
<b>Unidade retórica 2 – Contextualização da pesquisa</b>
Sub1 – Indicando áreas do conhecimento e/ou
Sub2 – Citando pesquisas/teorias/modelos anteriores e/ou
Sub3 – Apresentando um problema
<b>Unidade retórica 3 – Apresentação da Metodologia</b>
Sub1 – Descrevendo procedimentos gerais e/ou
Sub2 – Citando/descrevendo os métodos e/ou
Sub3 – Apresentando/detalhando o <i>corpus</i> /os sujeitos
<b>Unidade retórica 4 - Sumarização dos resultados</b>
Sub1 - Apresentando fatos achados e/ou
Sub2 – Comentando evidências
<b>Unidade Retórica 5 – Conclusões da pesquisa</b>
Sub1 – Apresentando conclusões e/ou
Sub2 – Oferecendo/apontando contribuições

**Fonte:** Melo e Bezerra (2021, p. 215), inserção de cores nossa.

Esse modelo de análise de resumo de relatório final de IC foi aplicado em outro estudo com um *corpus* semelhante em termos de contexto de produção, produtores e receptores, condições orientacionais e para participação no evento acadêmico de iniciação científica. No entanto, a nomeação do gênero como resumo de relatório final de IC apresentado por Melo e Bezerra (2021) recebeu uma nomeação diferente nos estudos desenvolvidos por Rodrigues (2023), sendo denominado como resumo de relatório final de comunicação oral em eventos de IC. Ao observarmos na metodologia, a descrição do *corpus* de estudo desses autores pesquisadores, verificamos que os exemplares têm ampla relação resumitiva com o relatório final desenvolvido para conclusão do período de experiência no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC. Em uma sequência atividades e formas de ação, o resumo desse relatório é produzido pelo bolsista e avaliado (e talvez corrigido) pelo pesquisador orientador, que automaticamente envia para compor o quadro de propostas de comunicações orais no evento de IC. Além disso, ambos os autores tiveram muitas semelhanças com as fontes teóricas que referenciam seus trabalhos.

Nesse olhar para resumo dos exemplares analisados, que constituiu o *corpus* de análise de Melo e Bezerra (2021) e Rodrigues (2023), bem como suas referências, o relatório final seria o documento fonte daquilo que foi resumido, não a proposta de comunicação. Assim podemos inferir que ambas as nomeações do resumo não são variações, mas sim a mesma coisa com uma compreensão distinta. Essa interpretação encontra fundamento ao olharmos para o estudo de linguagem como sistema adaptativo complexo, apresentado em Paiva (2019), pois podemos refletir sobre a distinção na nomeação do gênero resumo em Melo e Bezerra (2021) e Rodrigues (2023).

Um sistema adaptativo complexo se caracteriza pela reunião de elementos ou agentes, em constante interação, que se influenciam mutuamente, evoluem com o tempo e se auto-organizam, fazendo emergir novos padrões em diferentes níveis ou escalas. Esses sistemas são abertos, ou seja, recebem influência de seu meio; são dinâmicos, adaptativos e não lineares.

A linguagem é constituída por vários modos de expressão e cada um desses modos está em interação com o outro na tarefa de produzir sentido, ou seja, na semiose. Esses sistemas se compõem de outros subsistemas complexos em interação e que se influenciam mutuamente (Paiva, 2019, p. 69).

Nesse exposto, podemos perceber a relação com a influência das relações teóricas que sustentam o estudo dos autores, a dinâmica de compreensão, os processos adaptativos e não lineares que influenciam a nomeação do gênero resumo em Melo e Bezerra (2021), que no meio o seu objeto de estudo como resumo de relatório final de IC, e Rodrigues (2023), que nomeia como resumo de relatório final de comunicação oral em eventos de IC. Especulando essa questão centrada apenas na nomeação, identificamos que a diferença pode ser sutil, mas é significativa em termos de contexto e propósito. Vamos explorar essas diferenças com base na nomeação e nas características específicas de cada tipo de resumo.

O resumo de relatório final de IC é um documento que sintetiza os principais pontos de uma pesquisa realizada no âmbito de um programa de Iniciação Científica. Este resumo específico, conforme nomeado em Melo e Bezerra (2021), é geralmente preparado ao final do período de pesquisa e tem como objetivo principal apresentar de forma concisa os objetivos, metodologia, resultados e conclusões do trabalho desenvolvido, como já foi previamente destacado. Ele é direcionado principalmente para avaliadores, orientadores e outros membros da comunidade acadêmica que estão envolvidos diretamente com o programa de Iniciação Científica, geralmente o pesquisador orientador do bolsista do PIBIC.

Por outro lado, o resumo de relatório final de comunicação oral em eventos de IC, conforme nomeado por Rodrigues (2023), indica a ciência de que se refere a um trabalho elaborado especificamente para ser apresentado no evento de IC, reconhecendo a relação com outros eventos acadêmicos, como: congressos, simpósios, seminário, colóquio, jornadas ou semana de Iniciação Científica etc. Este resumo, especificado pela nomeação, indica a apreensão de sentido de que não só sintetiza os principais pontos da pesquisa, mas também a adaptação para ser apresentado oralmente em um evento. Desse modo, ele deve ser claro e conciso, com um foco particular em destacar os aspectos mais relevantes e inovadores da pesquisa para um público mais amplo, que pode incluir pesquisadores de outras áreas, estudantes e profissionais, dado o conhecimento do que é o evento de IC.

O posicionamento das diferenças apresentadas constitui um terreno pantanoso no conhecimento sobre o assunto em que a descrição processual tanto pode ser inferida com relação ao trabalho prévio, produção do relatório final, quanto em relação com o trabalho posterior, a comunicação oral no evento de IC. Vejamos no quadro a seguir, como podemos distinguir esses dois resumos conforme foram nomeados para analisar um *corpus* de mesma fonte, contexto, observando o processo de produção do PIBIC em si (com relação às ações prévias de atividade-tarefa e comunicação escrita) e de produção do evento (com relação às ações prévias de comunicação oral), embora ambos sejam enunciados na modalidade escrita.

**Quadro 2:** Principais diferenças entre os resumos.

ASPECTO	Resumo de Relatório Final de Iniciação Científica	Resumo de Relatório Final de Comunicação Oral em Eventos de Iniciação Científica
<b>Contexto</b>	Interno ao programa de Iniciação Científica	Apresentação em eventos acadêmicos
<b>Objetivo</b>	Documentar e sintetizar a pesquisa para avaliação interna	Comunicar de forma eficaz os resultados da pesquisa para um público mais amplo
<b>Público-alvo</b>	Avaliadores, orientadores e membros do programa	Participantes de eventos acadêmicos, incluindo pesquisadores de outras áreas
<b>Formato</b>	Pode ser mais detalhado, com foco em aspectos técnicos e metodológicos	Deve ser mais conciso e acessível, destacando os pontos mais relevantes e inovadores
<b>Apresentação</b>	Geralmente em formato escrito	Adaptado para apresentação oral, com ênfase na clareza e na comunicação eficaz

*Fonte:* Elaboração nossa.

Os destaques para essas principais diferenças na nomeação\*o do resumo de relatório final constituem variadas maneiras de expressão e cada uma dessas maneira “está em interação com o outro na tarefa de produzir sentido, ou seja, na semiose” (Paiva, 2019, p. 69). Conforme Bezerra (2022, p. 20) “quem conhece as ciências da linguagem não se orienta pelas noções de certo e errado”. Desse modo, a especulação que nos trouxe até aqui, neste tópico de revisão teórica, nos mostra que existem diferentes maneiras de interpretar o mesmo objeto de estudo sem que um seja mais certo que o outro, todos têm variados “modos de expressão e cada um desses modos está em interação com o outro na tarefa de produzir sentido” (Paiva, 2019, p. 69).

O exposto nos mostra a necessidade de mudança na compreensão focada na adaptação para uma nomeação, mas emparelhada e que possa ser revisitada posteriormente sem causar confusão terminológica. Assim, tomamos por ideal qualificar como “resumo de relatório final enquanto proposta de comunicação oral em anais de evento de IC”. Acreditamos que essa qualificação no nome do resumo estabeleça um entendimento mais original, real e que melhor se aplique ao objeto de estudo. Além disso, que especifique a diferença na nomeação do gênero quando tomamos a orientação processual na relação com o contexto de ações prévias e de ações posteriores que alteram e se diferenciam nos propósitos comunicativos, causando a variação do gênero e implicando outras interpretações.

A análise de gêneros acadêmicos, especialmente o resumo de relatório final enquanto proposta de comunicação oral em anais de evento de IC, que enunciaremos como resumo de relatório final de evento de IC, é fundamental para entender como a comunicação científica é estruturada e disseminada. As teorias de Swales (1990) e Bhatia (2009) fornecem uma base sólida para essa análise, destacando a importância da estabilidade, reconhecimento de nomes e propósitos comunicativos dos gêneros, incluindo é o comportamento linguístico que identificam esses gêneros em contextos acadêmicos e profissionais.

## **Descrição metodológica e procedimentos de coleta e análise**

A natureza desta pesquisa é básica com a função de aumentar o conhecimento científico sobre o gênero resumo produzido por estudantes de graduação em letras/português. Desse modo, a abordagem é qualitativa de base empírica porque no seu objetivo descritivo observa, registra, analisa e discute o significado descreve a ocorrência da distribuição organizacional das informações do resumo de relatório final de evento de IC.

Utilizamos parte do *corpus* utilizado na dissertação de mestrado de Rodrigues (2023) que foi constituído por 40 exemplares do resumo de relatório final de evento de IC, produzidos por estudantes da graduação em letras/português e em enfermagem. A parte desse *corpus* que utilizamos compõe apenas aqueles resumos de letras/português, que originalmente foi coletado dos Livros de Resumo do XIX e XX Seminário de Iniciação Científica – SIC/UESPI, 2019, 2020 (Silva et al., 2019; 2020).

Ao nos basearmos na abordagem sociorretórica de estudos de gênero em Swales (1990) e Bhatia (2009), utilizamos o modelo analítico de resumo de relatório final de evento de IC do resultado dos estudos de Melo e Bezerra (2021) no domínio dos elementos essenciais para descrição das ocorrências de unidades retóricas e subunidades (Sub) retóricas. A análise pautada nos estudos de Melo e Bezerra (2021) permite a identificação do comportamento linguístico do processo de escrita e como se dá a organização dos elementos retórico/linguísticos essenciais da elaboração de resumos que cumpriram seu papel de sintetizar e comunicar as informações exigidas no evento de IC. Tratamos os achados em relação com o entendimento apresentado no tópico anterior, enfatizando o olhar para o fato de que os resultados da nossa análise se referem a um resumo de relatório final enquanto proposta de comunicação oral em anais de evento de IC, reportando um processo em conclusão ou concluído.

### **Análise dos dados e significado dos resultados**

A análise de gêneros específicos, que ora enfrentamos, fundamenta-se na abordagem teórica de Swales (1990) e Bhatia (2009). Primeiramente, compreende-se o contexto situacional e os produtores dos gêneros. Em seguida, realiza-se a análise textual propriamente dita. Swales, com sua teoria dos movimentos retóricos, destaca a importância de entender o propósito comunicativo e a estrutura organizacional dos gêneros. Bhatia complementa essa visão ao explorar as práticas discursivas e profissionais que moldam a produção textual.

Ao considerar o contexto em que o gênero “resumo de relatório final de IC” é produzido, vários fatores são analisados. Esses fatores incluem o contexto acadêmico, o contexto disciplinar da área de Letras/Português e o contexto de experiência de um ano de bolsa de iniciação científica no PIBIC. Além disso, são considerados os objetivos dos produtores, que são estudantes de graduação participantes do PIBIC. A análise descreve a estrutura textual e destaca as convenções sociais e institucionais que influenciam a construção do discurso. Dessa forma, essa abordagem integrada, de Swales e Bhatia, permite uma análise holística e contextualizada dos gêneros. Isso revela as complexas interações entre texto, contexto e prática discursiva, incluindo as necessidades de adequação e/ou melhoria na para repensar orientações futuras na produção do gênero específico “resumo de relatório final de IC”.

Desse modo, ao olharmos para o contexto, identificamos em materiais normativas que a produção do resumo de relatório final de IC segue orientações específicas estabelecidas nos editais da UESPI. Segundo o Edital PROP/UESPI N° 005/2019<sup>65</sup> (p. 2) e o Edital PROP/UESPI N° 003/2020<sup>66</sup> (p. 3), o resumo deve conter brevemente: introdução, objetivos, métodos utilizados, resultados obtidos

65 - Este edital é material de circulação interna, na Instituição UESPI. Disponíveis em: <https://sistemas2.uespi.br/sigprop/simposio/download/edital2019.pdf>, acesso em: 03 de abril de 2024.

66 - Este edital é material de circulação interna, na Instituição UESPI. Disponíveis em: <https://sistemas2.uespi.br/sigprop/simposio/download/edital2020.pdf>, acesso em: 03 de abril de 2024.

e conclusões, sem a citação de referências bibliográficas. O resumo pode ser redigido em português, inglês ou espanhol e deve tratar de uma pesquisa científica desenvolvida ou em desenvolvimento, não sendo aceitas revisões de literatura. Esses resumos são submetidos no momento da inscrição para o Simpósio de Iniciação Científica (SIC) e são avaliados por membros do Comitê Interno de Pesquisa e pareceristas *ad hoc* para aprovação na modalidade de pôster ou vídeo-pôster.

A participação no PIBIC envolve a produção de diversos gêneros acadêmicos, incluindo o resumo do relatório final de IC que é analisado neste estudo. Este resumo, separado do relatório final, é submetido para inscrição no SIC ou evento de IC como o chamamos, sendo obrigatória a participação dos bolsistas no evento. A produção do resumo visa contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação, conforme os objetivos do PIBIC (UESPI, 2019). Além disso, o resumo deve refletir a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, estimulando o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade dos bolsistas (UESPI, 2019).

Ao que segue, nos voltamos para a análise textual dos dados nos permite uma compreensão da estrutura retórica dos resumos de relatórios finais de IC na área de Letras/Português. A análise foi dividida em unidades e subunidades retóricas, cada uma informando a quantidade de ocorrências (Oco.) observadas no total de 20 exemplares de resumos (20R). A tabela a seguir, apresentada a organização da estrutura retórica dos resumos de relatórios finais de IC.

**Tabela 1:** Organização retórica dos resumos resumo de relatório final de IC.

UNIDADES E SUBUNIDADES RETÓRICA	Letras/Português	
<b>Unidade retórica 1 – Apresentação da pesquisa</b>	<b>20R</b>	<b>19 Oco.</b>
Sub1 – Expondo o tópico principal	20R	12
Sub2 – Apresentando o(s) objetivo(s)	20R	17
Sub3 – Justificando a pesquisa	20R	4
<b>Unidade retórica 2 – Contextualização da pesquisa</b>	<b>20R</b>	<b>15</b>
Sub1 – Indicando áreas do conhecimento	20R	4
Sub2 – Citando pesquisas/teorias/modelos anteriores	20R	13
Sub3 – Apresentando um problema	20R	1
<b>Unidade retórica 3 – Apresentação da Metodologia</b>	<b>20R</b>	<b>16</b>
Sub1 – Descrevendo procedimentos gerais	20R	4
Sub2 – Citando/descrevendo os métodos	20R	9
Sub3 – Apresentando/detalhando o <i>corpus</i> /os sujeitos	20R	8

Unidade retórica 4 - Sumarização dos resultados	20R	14
Sub1 - Apresentando fatos achados	20R	14
Sub2 – Comentando evidências	20R	1
Unidade Retórica 5 – Conclusões da pesquisa	20R	10
Sub1 – Apresentando conclusões	20R	7
Sub2 – Oferecendo/apontando contribuições	20R	4

*Fonte: Organização nossa a partir de Rodrigues (2023).*

A descrição detalhada dos dados da pesquisa, nesta implicam na seguinte leitura descritiva e significado dos resultados. Nos vinte exemplares analisados, a apresentação da pesquisa (Unidade Retórica 1) se expressou com doze ocorrências do tópico principal; e com dezessete ocorrências da apresentação dos objetivos; com quatro ocorrências de justificação. Isso significa que a apresentação da pesquisa é uma unidade retórica fundamental, com todos os resumos abordando o tópico principal e os objetivos. No entanto, a justificativa da pesquisa é menos frequente, sugerindo que os autores podem não estar enfatizando suficientemente a relevância de suas pesquisas.

Em continuação, nos vinte exemplares analisados, a contextualização da pesquisa (Unidade Retórica 2) se expressou com quatro ocorrências de indicação das áreas do conhecimento; com treze ocorrências de citações de trabalhos anteriores; e com apenas uma ocorrência de apresentação de um problema. O significado disso consiste na interpretação de que a contextualização da pesquisa é abordada de maneira desigual ou de modo dinâmico. A citação de pesquisas anteriores é relativamente comum, mas a indicação das áreas do conhecimento e a apresentação de problemas específicos são menos frequentes. Isso pode ter ocorrido porque a contextualização teórica e prática das pesquisas na distribuição informativa da Sub 2, que se ocupa em descrever a citação de pesquisas/teorias/modelos anteriores, ocupa um espaço suficientemente grande para o corpo de um resumo.

Em sequência, nos vinte exemplares analisados, a apresentação da metodologia (Unidade Retórica 3) se expressou com quatro ocorrências de descrição de procedimentos gerais; com nove ocorrências de citação ou descrição dos métodos; e com oito ocorrências de apresentação ou detalhamento do *corpus* ou dos sujeitos. Isso pode ser significado na compreensão de que a metodologia consiste em uma unidade retórica bem representada, mas há variação na forma como os procedimentos, métodos e *corpus* são descritos. A descrição dos métodos e do *corpus* é mais frequente do que a dos procedimentos gerais, indicando uma possível ênfase nos aspectos técnicos da pesquisa.

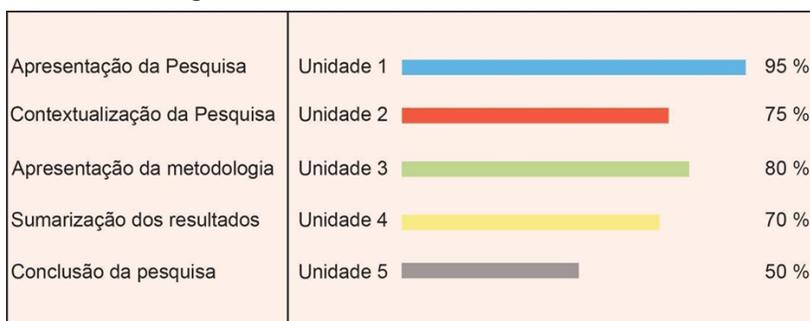
Prosseguindo, nos vinte exemplares analisados, a sumarização dos resultados (Unidade Retórica 4) se expressou com quatorze 14 ocorrências de apresentação de fatos encontrados; e com apenas uma ocorrência de comentário sobre as evidências. Isso pode significar que a sumarização dos resultados é uma

parte crucial dos resumos, com a maioria apresentando os fatos encontrados. No entanto, há uma escassez significativa de comentários sobre as evidências, o que pode sugerir uma falta de análise crítica dos resultados, bem como falta de domínio e motivação para refletirem sobre os achados da pesquisa, descrita no relatório final do PIBIC.

Finalmente, nos vinte exemplares analisados, as conclusões da pesquisa (Unidade Retórica 5) se expressaram com sete ocorrências de apresentação de conclusões; e com quatro ocorrências de apontamento de contribuições. A interpretação do significado disso é que as conclusões da pesquisa são abordadas de forma moderada, com menos da metade dos resumos apresentando conclusões e ainda menos oferecendo contribuições. Isso pode indicar uma necessidade de maior ênfase na discussão dos impactos e implicações das pesquisas realizadas, bem como fortalecer a necessidade de orientações sobre a importância dessa unidade retórica 5, de modo geral, em relação com o tratamento das informações de um relatório final.

Para aprofundar a compreensão acerca desses achados, em que descrevemos as ocorrências apenas das subunidades, destacamos o gráfico a seguir.

**Gráfico 1:** Porcentagem do resultado das ocorrências das unidades retóricas.



*Fonte: Rodrigues (2023).*

A análise da porcentagem das unidades retóricas dos resumos de relatórios finais de IC na área de Letras/Português, conforme apresentado nesse Gráfico 1, revela a ocorrência das informações. A seguir, apresentaremos a descrição dos achados sobre as unidades retóricas 1, 2, 3, 4 e 5, e sinalizaremos o significado dos resultados em relação à área de Letras/Português e à organização das informações resumitivas em relação com a ideia pressuposição de referências para o documento fonte “relatório final”.

A apresentação da pesquisa (Unidade Retórica 1) foi identificada com dezenove ocorrências na análise de 20 resumos, constituindo 95% de informações consideradas relevantes na composição do resumo de relatório final de IC. O significado disso nos mostra a alta frequência de ocorrências na apresentação da pesquisa, indicando que esta unidade retórica é considerada fundamental pelos produtores. A quase totalidade dos resumos abordada na apresentação da

pesquisa sugere uma forte ênfase em introduzir o tópico principal e os objetivos da pesquisa. Isso é crucial na área de Letras/Português, onde a clareza e a definição do escopo da pesquisa são essenciais para situar o leitor no contexto do estudo.

A contextualização da pesquisa (Unidade Retórica 2) foi identificada com quinze ocorrências na análise de 20 resumos, o que constitui 75% das informações que compuseram o *corpus* analisado. A significação da contextualização da pesquisa, em 75% dos resumos, indica que, embora seja uma unidade importante, não é abordada de maneira uniforme. A contextualização é vital para situar a pesquisa dentro do panorama acadêmico existente, citando teorias e trabalhos anteriores. Na área de Letras/Português, isso é particularmente relevante para demonstrar o diálogo com a literatura existente e justificar a relevância do estudo. A menor frequência pode sugerir uma necessidade de maior detalhamento e aprofundamento na contextualização teórica e prática. No entanto, essa unidade retórica pode se relacionar com a maneira de descrever a primeira unidade retórica, cabendo aqui neste ponto uma atenção para novas pesquisas enfrentarem a referência ao sistema complexo da linguagem de Paiva (2019) e desenvolverem uma compreensão terminológico-comparativa entre apresentação e contextualização da pesquisa.

A apresentação da metodologia (Unidade Retórica 3) foi identificada com dezesseis ocorrências na análise de 20 resumos, abrangendo 80% das informações em todo o *corpus* analisado. Isso significa que a metodologia é apresentada em 80% dos resumos reflete a importância de descrever os procedimentos, métodos e o *corpus* da pesquisa. Na área de Letras/Português, a clareza metodológica é crucial para a replicabilidade e a validade dos resultados. A variação na forma como os procedimentos são descritos pode indicar uma diversidade de abordagens metodológicas, o que é comum em estudos de natureza qualitativa e interpretativa. No entanto, a ausência de descrição metodológica em quatro resumos analisados pode indicar que os produtores privilegiaram outras informações por diversos motivos. Além disso, eles podem ter uma compreensão diferente sobre a importância da metodologia no resumo de relatório final de IC.

A sumarização dos resultados (Unidade Retórica 4) foi identificada com quatorze ocorrências na análise de 20 resumos, um registro de 70% das informações distribuídas no *corpus* analisado. Essa identificação sugere que a apresentação dos achados é uma prática comum, mas não universal. A apresentação dos resultados deveria ser essencial como destaque para a compreensão das contribuições do estudo. A menor frequência de comentários sobre as evidências pode indicar uma falta de capacidade reflexiva e análise crítica, o que é uma área a ser melhorada para fortalecer a interpretação dos dados.

A conclusões da pesquisa (Unidade Retórica 5) foi identificada com dez ocorrências em 20 resumos analisados. Isso indica que as conclusões da pesquisa, apresentadas em apenas 50% dos resumos, não tem muita visibilidade na área de Letras/Português. Embora as conclusões sejam fundamentais para sintetizar os

achados e apontar as contribuições e implicações do estudo, a baixa frequência sugere uma necessidade de maior ênfase na discussão dos impactos e na formulação de conclusões. A falta da formulação dessas informações conclusivas, na metade dos exemplares analisados, significa uma complexa relação com o que qualifica a nomeação do gênero enquanto “resumo de relatório final de IC”.

Desse modo geral, a análise dos dados revela que, embora as unidades retóricas essenciais estejam presentes nos resumos de relatórios finais de IC, há variações significativas na frequência e na consciência do significado com que cada subunidade é abordada. A justificativa da pesquisa, a apresentação de problemas, os comentários sobre evidências e as contribuições são áreas que poderiam ser mais detalhadas para fortalecer a qualidade dos resumos.

De modo específico, a análise das unidades retóricas nos resumos de relatórios finais de IC na área de Letras/Português revela uma forte ênfase na apresentação da pesquisa e na metodologia, com uma boa representação da contextualização e sumarização dos resultados. No entanto, há uma lacuna significativa na apresentação das conclusões, o que pode comprometer a compreensão completa das contribuições do estudo. Podemos interpretar que um maior detalhamento na contextualização teórica, uma análise crítica mais características dos resultados e uma ênfase maior nas conclusões e implicações da pesquisa melhorariam significativamente a qualidade dos resumos.

Ao comparar as expectativas normativas, descritas no início deste tópico de resultados e discussões, com os resultados da análise textual, observamos uma variação significativa na qualidade informativa dos resumos de relatórios finais de IC. Não esperamos que os resumos sigam rigorosamente as orientações estabelecidas nos editais, apresentando uma introdução clara, objetivos bem definidos, métodos detalhados, resultados obtidos e conclusões pertinentes. No entanto, a realidade revelada pela análise textual mostra que muitos resumos não atendem plenamente a essas exigências comunicativas e informativas.

Possíveis causas para essa variação incluem a falta de experiência dos estudantes na produção de gêneros acadêmicos, a insuficiência de orientações claras e detalhadas e a pressão temporal para cumprir prazos. Além disso, a complexidade inerente à tarefa de sintetizar uma pesquisa completa em um resumo conciso pode levar a omissões e simplificações excessivas. A abordagem integrada de Swales e Bhatia, ao revelar essas discrepâncias, destaca a necessidade de intervenções pedagógicas que reforcem a importância das convenções retóricas e das práticas discursivas adequadas. Dessa forma, é possível pensar na promoção de uma melhoria contínua na produção dos resumos de relatórios finais de IC, alinhando-os mais estreitamente às expectativas normativas e comunicativas do contexto acadêmico e da especificidade do gênero em relação ao documento fonte.

Retomando o exposto na introdução deste estudo, situamos Bezerra e Lêdo (2018). Eles concebem que as práticas e processos de letramentos acadêmicos se dão pela produção de gêneros na universidade. Podemos inferir que algo no

processo de produção dos gêneros não foi suficiente, pois isso impediu que os produtores alcançassem a compreensão necessária. Conforme observamos e descrevemos nas análises, a distribuição das informações dos resultados e das conclusões não foi amplamente significativa. Esse aspecto informativo dos resultados e conclusões é um indicativo crucial para descrever o gênero específico, resumo de relatório final de IC. Principalmente, se ele projeta a ideia de servir como proposta de comunicação oral no evento de IC, refletindo a ação de relatar resumidamente as ações da iniciação científica. Na superficialidade da apresentação, contextualização e metodologia da pesquisa, infere-se que se trata de projeto inicial de iniciação científica.

### **Considerações finais**

Este trabalho analisou a organização retórica do resumo de relatório final enquanto proposta de comunicação oral produzida por graduandos do curso de Letras/Português. Na revisão de literatura, consideramos a nomeação do gênero objeto de estudo. Na metodologia, levamos em conta as orientações de sua produção. Na descrição dos resultados e discussões, focamos na realidade da atividade comunicativa em unidades e subunidades retóricas. Refletimos sobre o significado dos achados, considerando que o objeto de estudo, denominado “resumo de relatório final de IC”, deve informar, além da apresentação, contextualização e metodologia, os resultados e conclusões da iniciação científica.

Utilizamos um *corpus* de 20 resumos de relatórios finais de IC, aplicando o modelo analítico de Melo e Bezerra (2021) para identificar as unidades e subunidades retóricas presentes. O contexto específico do estudo é o evento de Iniciação Científica (IC), onde os resumos são apresentados como propostas de comunicação oral, refletindo as atividades de pesquisa realizadas no âmbito do PIBIC. Nos baseamos nas teorias de Swales (1990) e Bhatia (2009) sobre análise de gêneros, que fornecem uma compreensão abrangente sobre a estrutura e os propósitos comunicativos dos gêneros acadêmicos para a interpretação que indicamos nos achados.

As principais descobertas indicam que a apresentação da pesquisa e a metodologia são unidades retóricas bem representadas, enquanto a contextualização e a sumarização dos resultados são abordadas de maneira desigual. As conclusões, por outro lado, são a unidade menos frequente, sugerindo uma necessidade de maior ênfase nessa área. Os resultados mostram que a apresentação da pesquisa é fundamental, com 95% de ocorrência, refletindo a importância de introduzir o tópico principal e os objetivos. A metodologia também é bem representada, com 80% de ocorrência, destacando a clareza nos procedimentos e métodos. A contextualização da pesquisa aparece em 75% dos resumos, enquanto a sumarização dos resultados está presente em 70%. No entanto, a falta de comentários sobre as evidências e a baixa frequência de conclusões (50%) indicam lacunas na compreensão do gênero específico pelos produtores.

Os dados sugerem que a apresentação e a metodologia são bem abordadas, o que é crucial para a clareza e a replicabilidade da pesquisa. Por outro lado, a falta de detalhamento na contextualização e a ausência de conclusões em metade dos resumos analisados indicam uma lacuna significativa que precisa ser preenchida para melhorar a qualidade dos resumos.

Os resultados desta pesquisa podem ser generalizados para outros contextos acadêmicos, sugerindo que a organização retórica dos resumos de relatórios finais de IC precisa ser aprimorada para garantir uma comunicação mais eficaz. A relevância deste estudo reside na identificação de campos informativos do gênero específico que precisam de melhorias, como a contextualização teórica e a formulação de conclusões, o que pode contribuir para a formação de estudantes mais críticos e reflexivos. As implicações deste estudo sugerem a necessidade de orientações mais detalhadas sobre a importância das unidades retóricas, especialmente as conclusões, para fortalecer a qualidade dos resumos de relatórios finais de IC.

Para concluir, propomos que futuras pesquisas explorem a relação entre a apresentação e a contextualização da pesquisa, bem como a importância das conclusões, para desenvolver uma compreensão mais profunda e detalhada sobre a organização retórica dos resumos de relatórios finais de IC. A análise dos resumos de relatórios finais de IC na área de Letras/Português revela uma forte ênfase na apresentação da pesquisa e na metodologia, com uma boa representação da contextualização e sumarização dos resultados. No entanto, há uma lacuna significativa na apresentação das conclusões, o que pode comprometer a compreensão completa das contribuições do estudo, visto que se trata, nomeadamente, do resumo de um relatório final, não de um resumo de relatório inicial ou parcial. Para melhorar a qualidade dos resumos, recomendamos que sejam promovidos minicursos e oficinas de produção de resumo focando na especificidade do gênero, não apenas de modo ou normativo como vimos na ABNT (NBR 6028: 2021). Isso dará uma visão sobre a relevância do detalhamento na contextualização teórica, uma análise crítica mais reflexiva dos resultados e uma ênfase maior nas conclusões e implicações da pesquisa de iniciação científica. A proposta pode ser crucial para garantir que os resumos de relatórios finais de IC cumpram seu papel de sintetizar e comunicar de forma eficaz as informações essenciais da pesquisa.

## Referências

- ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6028**: Informação e documentação — Resumo, resenha e resensão — Apresentação. Rio de Janeiro, 2021.
- BEZERRA, Benedito G. **Gêneros introdutórios em livros acadêmicos**. 2006. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, 2006.
- BEZERRA, Benedito G. Colônia de gêneros: o conceito e seu potencial analítico. *In*: IV Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais. Tubarão/SC UNISUL: **Anais do IV SIGET**, 2007, v.4, p. 715-728.
- BEZERRA, Benedito G. Gêneros acadêmicos em cursos de especialização: conjunto ou colônia de gêneros? Belo Horizonte, **Revista Brasileira de Linguística Aplicada – RBLA**, 2012, v.12, n.3, p. 443-461.
- BEZERRA, Benedito G. **Gêneros no contexto brasileiro**: questões (meta)teóricas e conceituais. São Paulo: Parábola Editora, 2017.
- BEZERRA, Benedito G. Por que a sociedade precisa de professores e professoras (bem) formados em letras. *In*: **Revista Digital Parábola**, 2022, ano 2, 14 ed., p. 19-21.
- BEZERRA, Benedito G.; LÊDO, Amanda C. O. Gêneros acadêmicos e processos de letramentos acadêmicos. *In*: PEREIRA, Regina C. M. (Org.). **Escrita na universidade**: panoramas e desafios na América Latina. João Pessoa – PB: Editora da UFPB, 2018, p. 172-204.
- BHATIA, Vijay K. Análise de gêneros hoje. Tradução de Benedito Gomes Bezerra. *In*: BEZERRA, Benedito G.; BIASI-RODRIGUES, Bernadete; CAVALCANTE, Mônica M. (Orgs.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009, p. 159-196.
- MELO, Barbara O. R.; BEZERRA, Benedito G. A escrita de resumos no quadro dos letramentos acadêmicos de estudantes de graduação. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, 2021, 21, p. 197-225.
- OLIVEIRA, John H. P. **Análise de gêneros em contextos específicos**: Organização retórica e construção de sentidos no resumo de comunicação para eventos acadêmicos. 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife – PE, 2017.
- OLIVEIRA, John H. P. **O gênero resumo**: agrupamentos, relações e inter-relações contextuais nos eventos acadêmicos. 2022. 569 f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife – PE, 2022.
- OLIVEIRA, John H. P.; BEZERRA, Benedito G. Gêneros de resumo em eventos acadêmicos: inter-relações textuais e contextuais. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, 2021, v. 60, p. 776-790.

PAIVA, Vera L. M. O. Gêneros da linguagem na perspectiva da complexidade. **Linguagem em (Dis) curso**, 2019, v.19, n.1, p. 67-85.

RODRIGUES, Genilda V. **O gênero resumo de comunicação oral em evento de iniciação Científica**: análise contextual e retórica nos cursos de Letras/português e de enfermagem. 2023. 173 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) – Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Teresina – PI, 2023.

SILVA, Ailma N. et al. (Org). **Livro de resumos do XVIII Seminário de Iniciação Científica – SIC**. Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Teresina, 2019. Disponível em: [https://sistemas2.uespi.br/sigprop/simposio/download/livro\\_sic2019.pdf?093801](https://sistemas2.uespi.br/sigprop/simposio/download/livro_sic2019.pdf?093801). Acesso em: 21 jul. 2022.

SILVA, Ailma. N. et al. (Org). **Livro de resumos do XIX Seminário de Iniciação Científica – SIC**. Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Teresina, 2020. Disponível: [https://sistemas2.uespi.br/sigprop/simposio/download/livro\\_sic2020.pdf?093710](https://sistemas2.uespi.br/sigprop/simposio/download/livro_sic2020.pdf?093710). Acesso em: 21 jul. 2022

SWALES, John M. **Genre Analysis**: English in academic and research settings. Nova York: Cambridge University Press, 1990.

# NOVOS LETRAMENTOS NA CULTURA DE CONVERGÊNCIA: O NOVO *ETHOS* NA NARRATIVA TRANSMÍDIA DE *JURASSIC PARK*

Anderson Alves da Silva Viveiros (UFPI)

Naziozênio Antonio Lacerda (UFPI)

## Considerações iniciais

A sociedade tecnológica em que vivemos na contemporaneidade proporciona novas possibilidades no que se refere ao desenvolvimento da comunicação, diversificando as formas como os interlocutores podem atuar no dia a dia em relação às manifestações da linguagem.

Essas possibilidades e metamorfoses advêm da emergência de uma cultura digitalizada e convergente, fortemente influenciada pelo desenvolvimento tecnológico. Tal emergência influencia diversos campos da atuação social, dentre eles, a construção de sentidos e discursos na significação das narrativas transmídia.

Destarte, os novos letramentos configuram-se como uma perspectiva adequada para o desenvolvimento da aprendizagem na cultura de convergência, uma vez que também surgem a partir das transformações proporcionadas pela emergência tecnológica, fomentando o desenvolvimento de novas mentalidades quanto às linguagens e os discursos.

Em uma cultura digital e convergente, as manifestações da linguagem não se limitam mais aos suportes para os quais foram inicialmente projetadas. Assim, a linguagem escrita não está mais presente apenas no papel impresso e a sonora não está somente nos rádios, que atualmente caem em desuso. A linguagem na contemporaneidade é realizada mediante relações diversificadas e hibridizadas.

Nesse contexto, surge a estratégia de narrativa transmídia, forma de desenvolvimento narrativo que contempla múltiplas linguagens e discursos por meio de suportes variados de mídia. A saber, a narrativa transmídia é uma estratégia adotada por grandes empresas do entretenimento e comunicação, mas com potencial para investigação no campo dos letramentos mediante perspectivas transdisciplinares.

Nesse sentido, justificamos a pesquisa pela necessidade de realização de um estudo sobre o novo *ethos*, característica dos novos letramentos, como uma demanda da cultura de convergência na sociedade contemporânea. Essa demanda, em seu turno, está relacionada com a necessidade de capacitação dos sujeitos em relação às manifestações da linguagem que emergem com as tecnologias e a digitalização.

Nessa perspectiva, as narrativas transmídia consistem em uma alternativa potencial para o desenvolvimento de letramentos que contemplem as emergências linguageiras decorrentes das tecnologias. A transmídia, em consonância com os novos letramentos, pode resultar na construção de novos olhares e mentalidades em relação aos discursos e no que concerne à atuação dos sujeitos na sociedade contemporânea.

Desse modo, a pesquisa é relevante para o campo acadêmico, pois constrói conhecimentos relacionados aos novos letramentos, ao novo *ethos* e às narrativas transmídia em uma cultura de convergência. Além disso, constitui novos olhares relacionados às manifestações da linguagem, assim como a atuação dos sujeitos em uma cultura digitalizada.

Essa pesquisa tem como objetivo geral investigar o novo *ethos*, como característica dos novos letramentos, na narrativa transmídia de *Jurassic Park*. Como objetivos específicos, identificar as características dos novos letramentos na narrativa transmídia de *Jurassic Park*; caracterizar o novo *ethos* na narrativa transmídia de *Jurassic Park*; e discutir o novo *ethos* na narrativa transmídia de *Jurassic Park* na cultura de convergência.

Para isso, fundamentamos a pesquisa teoricamente em Lankshear e Knobel (2006, 2007) e Takaki e Santana (2014), em relação aos novos letramentos e ao novo *ethos*; e em Jenkins (2006) e Scolari (2013), quanto à cultura de convergência e as narrativas transmídia, entre outros.

Organizamos este trabalho da seguinte maneira: inicialmente, temos três seções teóricas para discussão dos seguintes temas: novos letramentos, novo *ethos* e cultura de convergência e a narrativas transmídia. Em seguida, na seção de metodologia, apresentamos tipos, natureza, método, técnica de pesquisa, bem como etapas e procedimentos da análise do *corpus*. Na seção de resultados e discussão, discutimos os resultados obtidos com os dados gerados. Por fim, nas considerações finais, refletimos quanto aos resultados da pesquisa.

## **Novos letramentos: o sujeito letrado na contemporaneidade**

A difusão em grande escala das novas tecnologias passou a estabelecer influências significativas em relação às formas de linguagem e produção de discursos na contemporaneidade. Essa situação passou a demandar novas formas de letramento que atendessem as necessidades das emergências digitais. Nesse sentido, devido às mudanças nas formas de manifestação da linguagem, da

comunicação e da emergência das tecnologias digitais de comunicação, surgem os novos letramentos (Takaki; Santana, 2014).

De fato, as tecnologias digitais e de comunicação *per se* não proporcionam transformações, mas as suas incorporações nas atividades cotidianas diversas mediante as suas facilidades e praticidades.

Rojo e Moura (2019, p. 26) afirmam que:

As novas tecnologias, aplicativos, ferramentas e dispositivos viabilizaram e intensificaram novas possibilidades de textos/discursos – hipertexto, multimídia e, depois, hipermídia – que, por seu turno, ampliaram a multisseiose ou multimodalidade dos próprios textos/discursos, passando a requisitar novos (multi)letramentos.

Com base nessa citação, podemos entender que as novas tecnologias em geral contribuem para intensificar diferentes textos/discursos, com o surgimento do hipertexto, da multimídia e da hipermídia, ampliando as possibilidades de comunicação humana e exigindo novos letramentos.

Os seres humanos se relacionam socialmente e se comunicam por meio de textos e discursos (Marcuschi, 2010); isso, no contexto atual, envolve também aqueles mediados e produzidos pelas tecnologias digitais. Nesse sentido, tornar-se um indivíduo devidamente letrado e capacitado a compreender as novas e diversas possibilidades de textos/discursos na conjuntura de uma cultura digitalizada e convergente configura-se como uma necessidade para o estabelecimento das relações entre indivíduos. Para isso, então, surgem os novos letramentos.

Para que fique claro, o que compreendemos aqui como discurso vai ao encontro das concepções de Lankshear e Knobel (2006, 2007), que tomam como base os pressupostos de Gee (1989, 1996) e Gee e Green (1998). Nesse sentido, entendemos o discurso como as formas que se é reconhecido no mundo. Isso compreende as palavras, formas de uso da linguagem (leitura, escrita, fala, escuta) e outras semioses (imagem, sons, gráficos, sinais, códigos), ações, valores, crenças, atitudes, formas de pensar e interagir com as pessoas e coisas, gestos, olhares que nos identificam como indivíduos e sujeitos que desempenham papéis significativos. (Lankshear; Knobel, 2007; Gee, 1989).

Sob essa perspectiva, os novos letramentos em uma cultura convergente envolvem a incorporação dos aspectos do discurso para o desenvolvimento de sujeitos que desempenham papéis significativos na sociedade, sendo reconhecidos no mundo como letrados. Para isso, é necessário que esses indivíduos sejam dotados de novas formas de pensar, agir, atuar, interagir, utilizar a linguagem e semioses diversas, entre outros aspectos, de modo que estejam de acordo com os novos letramentos.

No que tange à adjetivação “novos”, aspecto que diferencia esses letramentos dos convencionais, Lankshear e Knobel (2006, p. 25) defendem que:

No sentido ontológico de 'novo', a categoria dos 'novos letramentos' se refere a práticas que são mediadas por formas de textos 'pós-tipográficas'. Os letramentos 'ontologicamente novos' envolvem coisas como o uso e construção de *hyperlinks* entre documentos e/ou imagens, sons, filmes, etc.; mensagens de texto em um telefone celular; uso de linguagens midiáticas digitais; [...] inserir textos em uma imagem ou animação digital; vincular som a uma imagem ou inserir som em uma imagem; [...] escolher, construir ou customizar um modelo de weblog.

De acordo com a perspectiva dos autores dessa citação, os novos letramentos atendem a uma demanda hodierna relacionada à construção de habilidades e competências para o contexto vigente, envolvendo a produção, distribuição, troca e recebimento de textos/discursos mediados eletronicamente. Nessa conjuntura, a vivência mediada por aparatos tecnológicos requer novos saberes relacionados às atividades a serem realizadas cotidianamente, de modo que os sujeitos sejam capacitados a lidar de forma ética com o que é referido pelos autores como textos “pós-tipográficos”.

Duboc (2011) também utiliza o termo “pós-tipográfico” para se referir ao que chama de “sujeito pós-tipográfico”. A autora defende que devido ao contato com as tecnologias digitais, ele é um indivíduo que aprende, constrói e atua no mundo de maneira aberta, pública, distribuída e colaborativa, não se prendendo aos modelos tradicionais de representação (Duboc, 2011, p. 5).

Sob essa ótica, os novos letramentos são uma perspectiva de aprendizagem desenvolvida para o sujeito pós-tipográfico vivendo em uma sociedade digital e convergente. Essa forma de capacitação e estabelecimento de saberes acaba por se dissociar das formas convencionais de letramentos, pois ela trabalha com as demandas da contemporaneidade, o que constitui esses letramentos como “novos”.

Entretanto, apesar das influências e da relação direta que os novos letramentos têm com as novas tecnologias digitais, os novos letramentos não são estabelecidos apenas com a sua utilização. Lankshear e Knobel (2006, p. 26, tradução nossa) afirmam que “a relação entre ‘novos letramentos’ e as novas tecnologias eletrônicas digitais não parece para nós ser uma relação um-a-um. [...] é possível pensar em alguns letramentos sendo ‘novos’ sem necessariamente envolver o uso de novas tecnologias eletrônicas digitais”.

Isso ocorre devido ao fato de ainda ser perfeitamente possível replicar metodologias tradicionais de letramentos mediante as tecnologias digitais (Lopes, 2018). Nesse caso, o aspecto essencial para o desenvolvimento dos novos letramentos não se encontra na incorporação das novas tecnologias, mas em um “*new ethos stuff*”, ou novo *ethos*.

## O novo *ethos* nos novos letramentos

O conceito de *ethos*, nos estudos linguísticos, pode ser compreendido de formas distintas de acordo com a área em que é abordado. Isto é, nos estudos da retórica ou análise do discurso temos o *ethos* retórico, enquanto nos novos letramentos temos um novo *ethos*. Apesar do uso do mesmo termo, não dizem respeito à mesma coisa; desse modo, é necessário diferenciá-los.

Para os estudos da retórica e da análise do discurso, o *ethos* é compreendido como a imagem que o emissor de determinada mensagem constrói de si a fim de transparecer veracidade em relação ao que é dito. Corroborando essa ideia, Barthes (1970, p. 212, tradução nossa), afirma que “*ethos* são os atributos do orador [...] são os traços de caráter que o orador deve mostrar ao público (pouco importando a sua sinceridade) para causar uma boa impressão [...]”. De modo análogo, Maingueneau (2008, p. 13), defende que “A prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança”.

Nessa perspectiva, o *ethos* presente nos estudos discursivos e retóricos difere do que é visto nos novos letramentos. No campo dos novos letramentos, compreendemos o *ethos* como deontológico, que está relacionado a um conjunto de princípios, formas de atuação e costumes que envolvem um agir ético diante das metamorfoses socioculturais decorrentes das tecnologias digitais.

O novo *ethos*, nesse sentido, diferente do que predomina nos estudos discursivos, não é vinculado apenas a um indivíduo, o enunciador, mas a um conjunto de *mindsets* (mentalidades) que associadas identificam o sujeito ou uma determinada atividade no âmbito dos novos letramentos.

Para Lankshear e Knobel (2006, p. 25; 2007, p. 9), um novo *ethos* torna os novos letramentos mais participativos, colaborativos, distribuídos, menos individualizados e focados no autor. Diante disso, compreendemos essas como as características que os diferenciam dos letramentos convencionais.

Os novos letramentos ainda podem ser ramificados em duas perspectivas no que se refere às novas tecnologias e ao novo *ethos*. A primeira, diz respeito aos casos paradigmáticos de novos letramentos, ocorrendo quando a metodologia adotada incorpora tanto as novas tecnologias, quanto o novo *ethos*. A segunda, por sua vez, está relacionada aos casos periféricos de novos letramentos, acontecendo quando apenas o novo *ethos* é incorporado, e não as novas tecnologias (Lankshear; Knobel, 2007).

A respeito dessa questão das tecnologias digitais e do novo *ethos* nos novos letramentos, os autores citados afirmam que:

[...] se os letramentos não tiverem o que chamamos de novo *ethos* não consideramos como novo letramento, mesmo que tenham as novas tecnologias. [...] Esse olhar é adotado pois é possível usar as novas tecnologias (tecnologias eletrônicas digitais) para simplesmente replicar

práticas de letramento tradicionais – como vemos *ad infinitum* em salas de aula contemporâneas, bem como em muitos locais de trabalho. (Lankshear; Knobel, 2007, p. 7, tradução nossa).

Nesse cenário, os novos letramentos não são sustentados apenas pela incorporação de tecnologias eletrônicas digitais, mas necessitam de um novo *ethos*. Esse novo *ethos* está relacionado com novas mentalidades e formas de atuação frente à sociedade contemporânea convergente, aos textos pós-tipográficos e aos discursos, de acordo com as demandas que surgem.

Diante disso, a construção de um novo *ethos* na cultura de convergência pode ser realizada mediante a instrução dos sujeitos, caracterizados como pós-tipográficos, para que se tornem capacitados a compreender as formas diversas de manifestação da linguagem e comunicação, bem como as hibridizações presentes nas narrativas transmídia, as formas de desenvolvimento narrativo não convencional e a produção de discursos a partir desses textos pós-tipográficos, tornando-se, assim, sujeitos letrados.

### **Cultura de convergência e narrativas transmídia**

O termo cultura de convergência tem sido popular desde a publicação do livro homônimo de Henry Jenkins em 2006. Seus postulados, essencialmente voltados para os campos da comunicação que envolvem os estudos de mídia, não deixam de ser fonte para o desenvolvimento de estudos inter/transdisciplinares devido às influências que a cultura de convergência estabelece em relação aos demais campos de atuação social.

Nesse sentido, Jenkins (2006, p. 30) afirma que “convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais [...]”. A expressão abrange uma série de metamorfoses sofridas pelos diversos campos de atuação social, possibilitando análises relacionadas às formas que essas mudanças afetam determinadas ações, inclusive, a de uso e significação da linguagem.

A cultura de convergência, para Salaverría (2003), contempla 4 dimensões, dentre elas a tecnológica e a comunicativa. Quanto à tecnológica, o autor afirma que “[...] corresponde à revolução instrumental que tem dado lugar nos últimos anos aos processos de composição, produção e difusão da informação” (Salaverría, 2003, p. 33, tradução nossa). Isso nos leva a refletir sobre as habilidades e competências necessárias em uma cultura convergente, pois é preciso que os sujeitos sejam capazes de lidar com as novas formas de atuação em relação à informação, bem como no que se refere à linguagem e suas manifestações.

No que tange à dimensão da comunicação, Salaverría (2003, p. 34, tradução nossa) defende que “até a chegada da internet, não existia nenhuma plataforma que permitisse difundir mensagens informativas em que se combinavam códigos textuais e audiovisuais, e com as quais, além disso, o usuário pudesse interagir”. Nessa perspectiva, essa dimensão apresenta a emergência do pós-tipográfico,

salientando as relações da cultura convergente com os novos letramentos, desde a hibridização de linguagem à interatividade. Além disso, trata das formas de linguagem que surgem com a cultura de convergência, contemplando, por sua vez, as narrativas transmídia.

A saber, as narrativas transmídia são histórias desenvolvidas mediante plataformas diversas de mídia. Nesse desenvolvimento, cada nova história é autônoma ao tempo que contribui para a ampliação do universo narrativo. As plataformas de mídia, em seu turno, devem fazer o que fazem de melhor, a fim de contribuir para que a diegese seja expandida. Ela pode ser introduzida em um livro e expandida para a televisão, cinema, histórias em quadrinhos, games, entre outros. (Jenkins, 2006).

O fato de as narrativas transmídia transitarem por meio de plataformas diversas de mídia contribui para que a linguagem adotada não seja única. O sujeito que se dispõe a consumir ou produzir uma narrativa transmídia deve ser familiarizado com os múltiplos signos, hibridizações e inter-relações que ocorrem nesse processo, o que demanda um conjunto de habilidades e competências para a sua construção e significação plena.

Jenkins (2006, p. 48) defende que

A narrativa transmídia refere-se a uma nova estética que surgiu em resposta à convergência das mídias – uma estética que faz novas exigências aos consumidores e depende da participação ativa de comunidades de conhecimento. A narrativa transmídia é a arte da criação de um universo. Para viver uma experiência plena num universo ficcional, os consumidores devem assumir o papel de caçadores e coletores, perseguindo pedaços da história pelos diferentes canais, comparando suas observações com as de outros fãs, em grupos de discussão on-line [...]”.

Sob essa perspectiva, as narrativas transmídia configuram uma alternativa potencial para o desenvolvimento de um novo *ethos* em uma cultura convergente. Ela, bem como os novos letramentos, demanda a participação e fomenta competências pertinentes ao contexto contemporâneo relacionadas à autonomia, busca e criatividade.

Corroborando essa ideia, Scolari (2013, p. 40) destaca que nas narrativas transmídia “[...] uma parte dos consumidores assume um papel ativo no processo de expansão”, reafirmando a necessidade da participação ativa e interação dos consumidores como aspecto fundamental para a construção transmídia.

Assim sendo, a cultura de convergência traz consigo um conjunto novo de possibilidades para as manifestações da linguagem, dentre eles, as narrativas transmídia. Em decorrência disso, são demandadas habilidades e competências para a sua significação, o que contribui com novos *mindsets* que constituem um novo *ethos*. Assim sendo, o trabalho com narrativas transmídia pode contribuir para a construção de um novo *ethos* dos novos letramentos para os sujeitos pós-tipográficos que vivem imersos em uma cultura convergente.

## Metodologia da pesquisa

Para a construção desta pesquisa, utilizamos uma abordagem qualitativa para a análise do *corpus*, pois não fizemos uso de métodos estatísticos ou matemáticos para a quantificação dos resultados. Nesse sentido, objetivamos a construção do conhecimento teórico em relação ao novo *ethos* em narrativas transmídia na cultura de convergência, caracterizando a pesquisa, também, como descritiva. Ainda, ela pode ser compreendida como documental, pois investigamos um *corpus* transmídia.

A pesquisa tem sua natureza aplicada, uma vez que é voltada ao novo *ethos* dos novos letramentos em narrativas transmídia para a construção de novos *mindsets* e discursos contemporâneos, contribuindo para os campos acadêmicos de estudo da linguagem e do letramento.

O contexto da pesquisa é configurado por uma investigação sobre a presença de um novo *ethos* em narrativas construídas de forma transmidiática. Isto se deu devido às necessidades de realização de estudos do novo *ethos* em narrativas transmídias mediante os novos letramentos em decorrência da cultura de convergência.

Como critérios para a seleção do *corpus*, estabelecemos: 1. Desenvolvimento da narrativa por, no mínimo, três plataformas midiáticas; 2. O uso de formas variadas de linguagem; 3. Contribuição para a expansão da história principal.

Com base nesses critérios, selecionamos para o *corpus* da pesquisa três histórias componentes da narrativa transmídia que constitui o universo *Jurassic Park*, sendo elas: 1. O livro “O parque dos dinossauros” (1990) de Michael Crichton; 2. O curta-metragem “*Jurassic World: A batalha de Big Rock*” (2019); e 3. O fórum “*Jurassic Park: Spared No Expense*”, existente sob o domínio da rede social *Reddit* e acessível por meio do endereço: <https://www.reddit.com/r/JurassicPark/>.

O instrumento utilizado para a geração dos dados foi um formulário elaborado no *Google* Documentos para anotações e salvo no *Google Drive* como um mecanismo de armazenamento das informações nas nuvens como meio para evitar perdas durante o processo.

Adotamos os seguintes procedimentos para análise do *corpus*: identificação das características dos novos letramentos nas narrativas transmídia, salientando aspectos, tais como: interação, novas tecnologias, novo *ethos* e *mindset* (nova mentalidade) e estudo dos aspectos de um novo *ethos* presentes nas narrativas transmídia que contribuem para o desenvolvimento de um sujeito letrado na cultura de convergência.

## Resultados e discussão

Discutimos nesta seção os dados gerados sobre o estudo do novo *ethos* como característica novos letramentos em narrativas transmídia. Essa análise ocorre de acordo com os pressupostos dos novos letramentos para uma cultura convergente, em busca de constatar como o novo *ethos* pode contribuir para a melhor relação dos sujeitos com as manifestações diversas da linguagem e textos e discursos pós-tipográficos.

Nesse sentido, primeiro salientamos as características dos novos letramentos no *corpus* transmídia selecionado. Depois, expandimos a discussão ao tratar especificamente do novo *ethos* na narrativa transmídia escolhida. Por fim, versamos sobre o novo *ethos* em narrativas transmídia para o desenvolvimento do sujeito letrado em uma cultura de convergência.

### **A presença dos novos letramentos na construção transmidiática de *Jurassic Park***

A narrativa transmídia de *Jurassic Park* inicia-se com o livro “O parque dos dinossauros”, publicado em 1990 e logo adaptado para o cinema. Apesar dos diversos produtos culturais oriundos do universo *Jurassic Park*, tais como filmes, videogames e parques temáticos, nem todos podem ser caracterizados como narrativa transmídia, pois alguns constituem-se apenas como adaptações.

Neste caso, além do livro, selecionamos especificamente o curta-metragem “A batalha de *Big Rock*” (2019) e o fórum “*Jurassic Park: Spared No Expense*”, como ramificações do livro e que atendem as seguintes características das narrativas transmídia: 1. Desenvolvimento em plataformas diversas; 2. Contribuição à sua maneira para a expansão do universo transmídia; 3. Demanda de participação ativa; 4. Constituídas por linguagens diversas.

Apresentamos essas características dos novos letramentos nas obras constituintes da narrativa transmídia de *Jurassic Park* no Quadro 1.

**Quadro 1:** Os novos letramentos nas narrativas transmídia analisadas

NARRATIVA TRANSMÍDIA	CARACTERÍSTICAS DOS NOVOS LETRAMENTOS			
	Interação	Novas tecnologias	Novo <i>ethos</i>	Novo <i>mindset</i>
<b>O parque dos dinossauros (1990) – Livro</b>	Apresenta a narrativa principal, proporcionando interação com as demais obras do universo.	Possui o livro como suporte, levando em consideração os digitais ( <i>e-book</i> , <i>epub</i> , PDF, entre outros).	Compreende a descentralização do autor, pois a participação do consumidor é valorizada no universo transmídia.	Desenvolve novas perspectivas quanto aos mecanismos de intertextualidade e discursividade.
<b><i>Jurassic World: A batalha de Big Rock</i> (2019) – curta-metragem</b>	Apresenta interação intertextual e discursiva com as demais obras do universo transmídia.	Possui a mídia cinematográfica como suporte.	Compreende uma atuação ética mediante as diversidades presentes nas transmídia.	Desenvolve novas perspectivas quanto às manifestações diversas de linguagem.
<b><i>Jurassic Park: Spared No Expense</i> – Fórum</b>	Apresenta interação intertextual/discursiva e entre os participantes do universo transmídia.	Possui computadores, <i>notebooks</i> , celulares e ferramentas tecnológicas como suporte.	Compreende uma menor individualização, já que os fóruns são naturalmente comunitários.	Desenvolve novas perspectivas de produção textual e discursiva mediante a interação.

*Fonte:* Elaborado pelos pesquisadores

No Quadro 1, identificamos que as três obras apresentam a característica da interação. Isso ocorre porque o desenvolvimento transmídia torna naturalmente as obras interativas mediante as necessidades de estabelecimentos de relações intertextuais para a sua significação plena (Jenkins, 2006). Logo, as obras interagem textual e discursivamente entre si e os consumidores interagem com as obras.

Isso possibilita, também, que ocorra interação entre o sujeito e a transmídia por intermédio de sua própria expansão autoral ou que o sujeito manifeste suas perspectivas em ambientes digitais naturalmente interativos, o que acontece com o fórum *Jurassic Park: Spared No Expense*. Ramificações como as que ocorrem em plataformas do tipo fórum são interativas em suas bases, pois objetivam a troca de saberes relacionados ao universo transmídia por meio da comunicação entre fãs, o que configura expansão da narrativa transmídia.

Em sequência, no que se refere às novas tecnologias, todo o *corpus* transmídia contempla esta característica. As narrativas transmídia são fruto da cultura de convergência, emergente majoritariamente em decorrência das novas tecnologias.

Apesar disso, não implica que todos os seus produtos sejam tecnológicos. Neste caso, as obras do *corpus*, como dizem respeito às narrativas transmídia (Jenkins, 2006), são desenvolvidas por meio de mídias tecnológicas diversas. A primeira obra tem como suporte o livro (e devemos considerar não apenas os físicos, mas também os digitais); o segundo artefato é um curta-metragem, constituindo-se em uma mídia cinematográfica; e o último, um fórum virtual. Desse modo, todos estão, de alguma forma, relacionados com as novas tecnologias.

Os artefatos presentes no *corpus* em análise contemplam a característica destacada por Lankshear e Knobel (2006; 2007) como um novo *ethos*, que diz respeito ao nosso de ser e agir na sociedade contemporânea.

Por fim, um novo *ethos* proporciona novos *mindsets*, que correspondem a uma nova configuração da mente a uma nova mentalidade. Encontram-se presentes no *corpus* transmidiático mediante o desenvolvimento de novas perspectivas em relação aos textos e ao desenvolvimento narrativo na atualidade. Esse fator proporciona novos olhares tanto em relação à produção de textos como a de discursos na contemporaneidade. Isso retoma, ainda, as características de interação e novas tecnologias, pois são proporcionados novos *mindsets* no que tange à relação dos indivíduos com os artefatos lidos em linguagens diversas por meio das tecnologias, uma vez que se apresenta um novo horizonte quanto à linguagem.

Nesta pesquisa, a nossa atenção recai sobre um novo *ethos* na narrativa transmídia de *Jurassic Park*. Por isso, na próxima seção deste trabalho, vamos contextualizar e analisar as contribuições das características de um novo *ethos* na construção de um sujeito letrado no universo transmídia, focalizando características tais como: uma atuação ética em sociedade, novas formas de ser, menor individualização e a descentralização do autor.

### **O novo *ethos* na narrativa transmídia de *Jurassic Park***

Constatamos que o novo *ethos* encontra-se presente nas três obras que compõem o *corpus* transmídia do universo *Jurassic Park*. Essa característica ocorre como resultado das demais particularidades dos novos letramentos, pois integra perspectivas de interação, novas tecnologias e novas mentalidades.

Uma vez constatada a presença do novo *ethos* na narrativa transmídia de *Jurassic Park*, é necessário compreender suas implicações para a formação de um sujeito compreendido no mundo como letrado. Para isso, o Quadro 2 ilustra a presença das características específicas de um novo *ethos* nas obras transmídia do universo *Jurassic Park*.

**Quadro 2:** O novo ethos na narrativa transmídia de Jurassic Park

NARRATIVAS TRANSMÍDIA	CARACTERÍSTICAS DE UM NOVO ETHOS			
	Atuação ética no mundo	Novas formas de ser	Menos individual	O autor não é o centro
<b>O parque dos dinossauros (1990) – Livro</b>	Demanda uma melhor relação com os suportes textuais digitais.	Contribui para uma melhor relação com suportes textuais diversos.	Interação com o sujeito consumidor e com os demais textos.	Contém a linha narrativa principal com a atuação do consumidor no universo transmídia.
<b>Jurassic World: A batalha de Big Rock (2019) – curta-metragem</b>	Demanda novas perspectivas quanto às manifestações de linguagem e suas hibridizações.	Contribui para uma melhor relação dos sujeitos quanto às manifestações da linguagem.	Interação intertextual e discursiva com os demais textos do universo transmídia.	Contém relação com demais textos da transmídia, bem como a participação ativa do consumidor.
<b>Jurassic Park: Spared No Expense – Fórum</b>	Demanda inserção em ambiente com posicionamentos diversificados.	Contribui para familiarização no que se refere às diversidades de opiniões e posicionamentos	Interação com outros membros contribuintes do universo transmídia.	Contém a difusão pelo consumidor das perspectivas contribuintes para o universo transmídia.

*Fonte:* Elaborado pelos pesquisadores

Os sujeitos pós-tipográficos (Duboc, 2011) atuam no mundo de forma participativa e interativa, o que também diz respeito à convergência (Salaverría, 2003), e essa atuação, naturalmente, demanda novas formas de se relacionar com os seres e as coisas.

Nesse sentido, identificamos que as obras da narrativa transmídia do *corpus* apresentam a característica de atuação ética no mundo. Isso se dá porque o novo *ethos* incorpora outras características dos novos letramentos, tais como a interação e as tecnologias digitais, propiciando novos *mindsets* em relação à linguagem, especialmente a difundida mediante as mídias. Além disso, fomenta novas formas de se relacionar no mundo de forma colaborativa e interativa, como ocorre no fórum “Jurassic Park: Spared No Expense”, já que as narrativas transmídia demandam a participação e um papel ativo dos consumidores para a sua significação e construção (Jenkins, 2006; Scolari, 2013).

Com isso, os sujeitos agem eticamente no mundo mediante os novos *mindsets* proporcionados pelas narrativas transmídia em relação à linguagem, tecnologia e colaboratividade, prezando pela diversidade de manifestações. Nesse sentido, essa é uma perspectiva necessária à contemporaneidade, visto que os aspectos mencionados são demandas da cultura de convergência (Jenkins, 2006) e de um meio pós-tipográfico (Duboc, 2011).

As narrativas transmídia do universo *Jurassic Park* também apresentam a característica que trata das novas formas de ser. Essa, por sua vez, é identificada como um produto da característica anterior, a atuação ética no mundo, pois resulta em um indivíduo com novas ações, valores, atitudes e pensamentos em relação à cultura de convergência, suas atividades e textos pós-tipográficos. Isso está fortemente ligado com as perspectivas de discurso (Lankshear; Knobel, 2007; Gee, 1989), uma vez que se relaciona com a construção identitária do sujeito no mundo, compreendido, neste caso, como letrado.

As narrativas transmídia são naturalmente participativas e interativas, nesse sentido, potencializam as trocas comunicativas entre os indivíduos a fim de estabelecer sua significação e/ou expansão (Jenkins 2006; Scolari, 2013). Sob essa perspectiva, o aspecto menos individual ocorre diante das trocas e colaborações realizadas entre os fãs, sujeitos pós-tipográficos (Duboc, 2011, p. 5), para a construção e contribuição com a expansão do universo transmidiático.

Finalmente, a descentralização do autor se dá em decorrência da valorização do papel do consumidor, que agora tem sua função reconfigurada e passa a atuar como produtor. Ele passa, então, a não mais apenas aceitar o que lhe é apresentado pelo autor e abandona a passividade em relação aos textos, conteúdos e discursos, tornando-se um sujeito ativo e participativo na construção do universo transmídia, desconstruindo a ideia do autor como centro das produções.

Portanto, o novo *ethos* em narrativas transmídia contribui para o desenvolvimento de sujeitos letrados em uma cultura convergente por meio dos novos letramentos e proporciona um conjunto de novos *mindsets*, ações, perspectivas e formas de se relacionar socialmente, com os demais sujeitos e com as diversas formas de linguagem, mídias e signos. Assim, a apresentação por um indivíduo de características, tais como o agir ético no mundo e as novas formas de ser em relação à emergência de uma cultura digital, constitui aspectos que o retratam como letrado de acordo com os novos letramentos

## Considerações finais

Diante do que foi visto, constatamos a presença das seguintes características dos novos letramentos na narrativa transmídia do universo *Jurassic Park*: interação, novas tecnologias, novo *ethos* e novos *mindsets*. Em relação às características específicas do novo *ethos*, identificamos a presença de: atuação ética no mundo, novas formas de ser, menor individualização e a descentralização do autor. Essas identificações oportunizam o desenvolvimento de novas perspectivas em relação aos aspectos que emergem da cultura de convergência, possibilitando novos horizontes no que se refere aos textos, discursos e relações, bem como no que tange às suas produções.

Destarte, a relação transdisciplinar das narrativas transmídia com os novos letramentos proporciona novos olhares quanto à manifestação de linguagem e sua significação no contexto hodierno, ao tempo que fomenta novas habilidades e competências para esses sujeitos compreendidos como pós-tipográficos. Além disso,

essa relação ainda proporciona novas mentalidades e formas de agir socialmente e no mundo, compreendendo os sujeitos como letrados.

À vista disso, concluímos que a presença de um novo *ethos* em narrativas transmídia contribui para a capacitação dos sujeitos que vivem em uma cultura de convergência, aprimorando as habilidades e competências daqueles que já são familiarizados com a tecnologia digital contemporânea, ao tempo que constrói novas habilidades e competências para aqueles que não possuem familiaridade, seja por fatores etários, econômicos ou sociais.

Diante disso, o conjunto de características proporcionadas tanto pelos novos letramentos, como, em específico, pelo novo *ethos*, contribuem para a construção de um sujeito compreendido no mundo como letrado de acordo com os novos letramentos. Esse entendimento respalda as relações transdisciplinares entre as narrativas transmídia e os novos letramentos, possibilitando a constatação das narrativas transmídia como artefatos contribuintes para os novos letramentos contemporâneos.

Nesse sentido, incorporações que relacionam o novo *ethos* dos novos letramentos em narrativas transmídia atuam como forma de integração dos sujeitos nas atividades da cultura de convergência, tornando-os aptos à devida atuação social e não os excluindo dos meios que integram ou das tarefas da atualidade que demandam saberes relacionadas à digitalidade, assim como sobre as formas diversas de linguagem que emergem em decorrência das tecnologias.

Portanto, esta pesquisa desenvolve novas perspectivas em relação ao novo *ethos* em narrativas transmídia em uma cultura de convergência, bem como constrói novos olhares em relação aos sujeitos letrados nos novos letramentos. Entretanto, ainda existem perspectivas a serem exploradas. Nesse sentido, novas pesquisas que abordem as relações dos novos letramentos com as narrativas transmídia ainda podem ser desenvolvidas, assim como novas investigações que envolvam as habilidades e competências necessárias em uma cultura de convergência e aprofundamentos relacionados ao novo *ethos* e aos novos *mindsets*.

## Referências

BARTHES, Roland. L'ancienne rhétorique. **Communications**, [s. l.], n. 16, p. 172-223, 1970. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/comm\\_0588-8018\\_1970\\_num\\_16\\_1\\_1236](https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1970_num_16_1_1236). Acesso em: 7 mar. 2024.

BATTLE at Big Rock. Direção: Colin Trevorrow. Produção: Patrick Crowley. Roteiro: Colin Trevorrow e Emily Carmichael. Estados Unidos: Universal Pictures, 2019. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=C7kbVvpOGdQ&ab\\_channel=JurassicWorld](https://www.youtube.com/watch?v=C7kbVvpOGdQ&ab_channel=JurassicWorld). Acesso em: 26 fev. 2024.

CRICHTON, Michael. **O parque dos dinossauros**. Tradução: Celso Nogueira. 6. ed. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda., 1991. 421 p.

DUBOC, Ana Paula M. O “novo” nos novos letramentos: implicações para o ensino de línguas estrangeiras. **Revista Contexturas: Ensino Crítico de Língua Inglesa**, v.18, 2011, p. 9-28.

GEE, James Paul. Literacy, discourse, and linguistics: introduction. **Journal of education**, Boston, v. 171, n. 1, p. 5-14, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42743865>. Acesso em: 22 mar. 2024.

GEE, James Paul. **Social linguistics and literacies**: ideology in discourses. 2. ed. London/New York: Routledge, 1996.

GEE, James Paul; GREEN, Judith. Discourse analysis, learning and social practice: A methodological study. **Review of research in education**, Washington, D.C., v. 23, p. 119-169, 1998. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/0091732X023001119>. Acesso em: 22 mar. 2024.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Trad. Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2006.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele (ed.). **New literacies**: everyday practices and classroom learning. Nova Iorque: Open University Press, 2006. 280 p.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. Sampling “the new” in new literacies. In: KNOBEL, Michel; LANKSHEAR, Colin (Eds.). **A new literacies sampler**. New York: Peter Lang Publishing Inc., 2007. p. 1-24.

LOPES, Jezreel Gabriel. Novos letramentos, multiletramentos e protótipos de ensino: produção e análise de um livro digital interativo. **Revista Triângulo**, Uberaba, MG, v.11, n.2 p. 231 – 251, maio/ago. 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-29. Disponível em: [https://www.corais.org/sites/default/files/10b\\_maignueneau\\_-\\_a\\_proposito\\_do\\_ethos.pdf](https://www.corais.org/sites/default/files/10b_maignueneau_-_a_proposito_do_ethos.pdf). Acesso em: 7 mar. 2024.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O papel social da atividade discursiva no exercício do controle social. **Cadernos de linguagem e sociedade**, Brasília, v. 7, p. 7-33, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/9697>. Acesso em: 22 mar. 2024.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Letramentos, mídias, linguagens**. São Paulo: Parábola, 2019 (Linguagens e tecnologias; 7).

SALAVERRÍA, Ramón. Convergencia de los medios. **Revista Latinoamericana de Comunicación**: Chasqui, Quito, n. 81, p. 32-39, 2003. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/26464573\\_Convergencia\\_de\\_los\\_medios](https://www.researchgate.net/publication/26464573_Convergencia_de_los_medios). Acesso em: 8 mar. 2024.

SCOLARI, Carlos Alberto. **Narrativas transmedia**: cuando todos los medios cuentan. Barcelona: DEUSTO, 2013. 347 p.

TAKAKI, Nara Hiroko; SANTANA, Fernanda Belarmino de. Entendendo os novos letramentos da perspectiva educacional: foco nas práticas sociais diárias. **Revista Diálogos Interdisciplinares: GEPIF**, Aquidauana, v. 1, n. 1, p. 52-66, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/567>. Acesso em: 1 nov. 2022.

# A ESCRITA COLABORATIVA EM MURAIIS INTERATIVOS, NA PERSPECTIVA DOS NOVOS LETRAMENTOS

Lílian de Sousa Sena (UFPI)

## Introdução

As novas tecnologias da informação e comunicação têm propiciado um aumento exponencial no compartilhamento de informações entre indivíduos com o objetivo de criar e compartilhar conhecimento. Com elas, vê-se também uma diversidade de práticas digitais de escrita que possibilitam a escrita colaborativa, que permite que pessoas de diferentes partes do mundo se unam para criar conteúdos diversos e enriquecedores. Nesse contexto, as pessoas não apenas consomem, mas também produzem informações online, desafiando as categorias tradicionais de autor e leitor.

Essas novas posturas que são impulsionadas pelo digital, refletem mudanças sociais, culturais e tecnológicas, que precisam ser debatidas nas escolas pois já são realidade fora dela. Assim, questões como ética, autoria e produção colaborativa são temáticas fundamentais no trabalho com a escrita e na formação do educando. Além disso, também é importante conhecer as plataformas de escrita em ambientes digitais como o *Padlet* e o *Jamboard*, que são objetos de estudo deste escrito por possibilitarem a escrita colaborativa. Como objetivo geral, tem-se o propósito de explorar a interseção entre a escrita colaborativa em murais interativos e a teoria dos novos letramentos. Para se alcançá-lo, traçaram-se objetivos específicos que são: a) analisar as plataformas *Padlet* e *Jamboard* como ferramentas de escrita colaborativa; b) elaborar atividades de escrita colaborativa nas plataformas *Padlet* e *Jamboard* e c) identificar características dos novos letramentos nas plataformas em análise.

Quando as tecnologias são aplicadas ao aprendizado de línguas, especialmente Língua Portuguesa, observamos que diversas plataformas educacionais buscam auxiliar os estudantes com o objetivo de alcançar um maior desempenho linguístico. No entanto, apesar da alta adoção de tecnologias educacionais pelos jovens, nota-se que alguns professores ainda não acompanham a inovação, permanecendo ligados aos métodos tradicionais de ensino. Nesse

contexto, esta pesquisa se justifica por investigar os novos letramentos e a importância da compreensão das novas formas de pensar o ensino de Língua Portuguesa, em conjunto com as plataformas interativas *Padlet* e *Jamboard*, no cenário tecnológico atual.

Este artigo foi estruturado em 6 seções. Na primeira, apresenta-se a Introdução ao tema, o *cópus* e o objetivo do trabalho; na segunda, tem-se o caminho metodológico percorrido na investigação; na terceira, denominada Plataformas de escrita colaborativa, faz-se uma apresentação das plataformas *Padlet* e *Jamboard* que são objeto deste estudo; na quarta, denominada Novos letramentos, novas formas de ser e interagir, são apresentadas noções conceituais e reflexões sobre as características e aspectos dos novos letramentos, à luz de Lankshear e Knobel (2007), Cope e Kalantizes (2012), dentre outros; na quinta, intitulada Escrita colaborativa: experiências interativas em educação, faz-se uma análise das experiências com as plataformas *Padlet* e *Jamboard*, a partir das características da cibercultura, considerando as aproximações com a teoria dos novos letramentos; e na sexta, apresentam-se as Considerações Finais que podem inspirar investigações futuras.

### **Percurso Metodológico**

O presente trabalho assume uma abordagem qualitativa, cuja proposta é descritiva acerca das plataformas interativas *Padlet* e *Jamboard* e suas relações com a teoria dos novos letramentos. (Lankshear e Knobel, 2007). Como delineado por Gil (2002), o objetivo primordial da pesquisa qualitativa é descrever características específicas de um fenômeno ou população, estabelecendo relações entre as variáveis envolvidas. Assim, o foco do estudo é explorar as plataformas interativas *Padlet* e *Jamboard*, na perspectiva dos novos letramentos a fim de compreender sua relevância no processo de ensino e aprendizagem, em experiências pedagógicas com professores de uma escola da rede privada, situada no município de Teresina, no estado do Piauí e alunos de uma escola pública do município de Timon, no estado do Maranhão.

Quanto às etapas da pesquisa, há dois momentos distintos: análise da experiência com *Jamboard*, realizada com alunos do 2º ano do ensino médio e análise da experiência *Padlet*, realizada com professores em um momento formativo (semana pedagógica). A escolha em estudar diferentes experiências com sujeitos de realidades também diversas, deu-se pela inquietação desta pesquisadora em compreender a contribuição das plataformas interativas tanto na aprendizagem quanto na gestão de conflitos em ambiente escolar, pois com os alunos, foi motivado por uma situação de dirimir possível preconceito linguístico<sup>67</sup> e, com os professores, melhorar as relações interpessoais no ambiente de trabalho.

Como procedimentos de análise, a partir da revisão bibliográfica e da observação empírica, pretende-se responder às seguintes inquietações: 1) Que

67 - Esta experiência é descrita no estudo de Sena e Serra (2021).

características dos novos letramentos estão presentes nas plataformas interativas *Padlet* e *Jamboard*? e 2) Como a sociedade se beneficia das referidas plataformas, na perspectiva dos novos letramentos? Para chegar aos resultados, a pesquisa constituiu-se de quatro etapas: a) Revisão da literatura, através de livros e artigos científicos, para conferir um embasamento teórico; b) Observação das plataformas interativas *Padlet* e *Jamboard*; c) Análise das produções realizadas nas plataformas escolhidas d) Discussão dos resultados da análise de como esses aspectos podem ser trabalhados no ensino de Língua Portuguesa.

A partir do aporte teórico, as análises sobre as plataformas interativas foram sendo delineadas e evidenciadas as características do novo *ethos* e da nova mentalidade percebidas, que podem ser ferramentas úteis no processo de ensino e aprendizagem de língua portuguesa.

### **Plataformas de escrita colaborativa**

O avanço da internet e das tecnologias digitais de informação e comunicação trouxeram consigo novas formas de produção e disseminação do conhecimento. Para corroborar com a democratização do acesso ao conhecimento, entre as várias plataformas disponíveis, tais como o *Padlet* e o *Jamboard* se destacam como recursos que possibilitam a escrita colaborativa entre várias pessoas, impactando na forma como as informações são compartilhadas e acessadas na era digital.

*Padlet* e *Jamboard* são duas plataformas digitais amplamente utilizadas para promover a colaboração e a escrita colaborativa em diversos contextos educacionais e profissionais. Embora tenham funcionalidades distintas, ambas oferecem recursos poderosos para a criação e compartilhamento de ideias de forma dinâmica e interativa. O *Padlet* é uma plataforma que se assemelha a um mural virtual, onde os usuários podem adicionar notas, imagens, vídeos, links e outros tipos de conteúdo em um espaço de trabalho compartilhado. Os participantes podem contribuir simultaneamente, criando um ambiente colaborativo que estimula a criatividade e o intercâmbio de ideias.

Com sua interface intuitiva e flexível, o *Padlet* permite a organização visual de informações e a construção coletiva de conhecimento. Por outro lado, o *Jamboard* é uma ferramenta desenvolvida pelo Google que simula um quadro branco interativo, permitindo que os usuários desenhem, escrevam e colem notas em tempo real. Com recursos de colaboração em tempo real e integração com o *Google Drive*, o *Jamboard* é ideal para sessões de brainstorming, reuniões virtuais e atividades de ensino-aprendizagem. Sua interface simples e acessível facilita a participação de todos os envolvidos, incentivando a contribuição ativa e a comunicação eficaz, entretanto esta plataforma deixará de ser atualizada em 1º de outubro de 2024<sup>68</sup>. A partir dessa data, não será mais possível nem criar nem editar na plataforma e, entre

---

68 - Informação completa em: <https://workspaceupdates-pt.googleblog.com/2023/10/a-proxima-fase-do-quadro-interativo-no.html> Acesso em 05 mai. 2024.

1º de outubro e 31 de dezembro de 2024, a plataforma ficará disponível apenas no modo leitura para que os usuários possam fazer *backup* de seus arquivos.

A proposta de escrita colaborativa em ambiente digital, requer habilidades e competências tanto do ponto de vista de uso das tecnologias digitais, da produção de textos escritos quanto da interpessoalidade. Tais habilidades e competências refletem-se no uso que se faz da linguagem, como pontua Koch (2007),

É preciso pensar a linguagem humana como lugar de interação, de constituição das identidades, de representação de papéis, de negociação de sentidos, portanto, de co-enunciação. Em outras palavras, é preciso encarar a linguagem não apenas como representação do mundo e do pensamento ou como instrumento de comunicação, mas sim, acima de tudo, como forma de interação social (Koch, 2007, p.128).

O envolvimento pessoal em um grupo familiar, de trabalho, de produção escrita ou social, por exemplo, inclui o reconhecimento mútuo, a garantia de habilidades, a capacidade de negociação e a disposição para a cooperação, é um dos aspectos que evidenciam o potencial de interação e criação social, por meio também da linguagem. E na esfera digital não é diferente. Há uma construção de saberes e valores que se atravessam, perpassando por diferentes sujeitos e culturas. As habilidades perceptuais demonstram variações no entendimento entre indivíduos, assim como as capacidades inferenciais de cada um. Isso leva os seres humanos a desenvolver conceitos distintos, construir representações e teorias diversas, que apliquem às suas experiências e expectativas de maneiras igualmente diversas.

Nesse sentido, os processos interativos e as linguagens são complementos um do outro. A importância dessas plataformas para a escrita colaborativa reside na sua capacidade de promover a coautoria, a revisão conjunta e o compartilhamento de ideias entre os membros de um grupo. Ao permitir que várias pessoas trabalhem simultaneamente em um documento digital, o *Padlet* e o *Jamboard* facilitam a colaboração remota e a coleta de feedback em tempo real. Além disso, essas ferramentas incentivam a participação ativa de todos os envolvidos, promovendo a diversidade de perspectivas e o desenvolvimento de habilidades de comunicação e trabalho em equipe.

### **Novos letramentos, novas formas de ser e interagir**

Os novos letramentos, conforme conceituados por Lankshear e Knobel (2007), representam uma abordagem ampliada e contemporânea da alfabetização em um mundo cada vez mais permeado pela tecnologia e pela mídia digital. Para os autores, os novos letramentos vão além da simples habilidade de ler e escrever textos impressos, abarcando uma variedade de práticas e competências necessárias para participar ativamente na sociedade da informação. Nesse contexto digital, Lankshear e Knobel (2007) afirmam que as novas tecnologias estimulam a mobilização de conhecimentos inovadores, uma vez que nos deparamos e utilizamos diferentes formas de linguagem nesse ambiente, com participação

ativa dos usuários da rede. Nesse sentido, a maneira como entendemos a leitura, a escrita e a comunicação, foi sendo redefinida com as novas práticas de leitura e escrita. Para Lankshear e Knobel,

Quase tudo que está disponível on-line se torna um recurso para diversos tipos de criação de significados. Em muitos casos, os significados que são criados não serão inteligíveis para as pessoas em geral ou, em alguns casos, para muitas pessoas. Alguns podem ser compartilhados apenas por “pessoas de dentro” de grupos de interesse ou painelinhas bem pequenas. (Lankshear, Knobel, 2007, p.5).

Entende-se, pois, que os novos letramentos não se limitam apenas ao domínio técnico de ferramentas digitais, mas incluem também a compreensão crítica dos contextos em que essas ferramentas são utilizadas e a capacidade de se engajar de forma reflexiva e criativa com a cultura digital. Os novos letramentos envolvem habilidades como a navegação na web, a avaliação crítica de fontes de informação, a produção de conteúdo multimídia e a participação em comunidades online.

Uma das principais características dos novos letramentos é a ênfase na multimodalidade, ou seja, na capacidade de compreender e produzir textos que combinam diferentes modos de comunicação, como texto, imagem, som e vídeo. Nesse sentido, os indivíduos são encorajados a desenvolver habilidades para ler, interpretar e criar textos multimodais, reconhecendo a complexidade e a diversidade de formas de expressão presentes na era digital. Além disso, os novos letramentos valorizam a noção de design como uma dimensão essencial da produção de significado. Para Cope e Kalantzis (2012), o design não se limita apenas à estética visual, mas envolve também a organização e a estruturação de informações de forma a torná-las mais acessíveis e compreensíveis para diferentes públicos. Dessa forma, os novos letramentos promovem uma abordagem mais centrada no usuário, onde a concepção e a apresentação de textos são adaptadas às necessidades e aos interesses dos leitores, além da ênfase na participação ativa e na construção colaborativa de conhecimento. Rojo e Moura (2019) assim explicam que os novos letramentos eram assim conceituados:

Esses eram definidos pela emergência de um novo ethos, uma nova mentalidade 2.0. Por isso, os novos letramentos são participativos, colaborativos, distribuídos; ou seja, menos individualizados, autorados, dependem menos de licença de publicação. Assim sendo, são menos dominados por especialistas, seguem regras e normas mais fluidas, os coletivos são as unidades de produção, competência e inteligência. (Rojo e Moura, 2019, p.26).

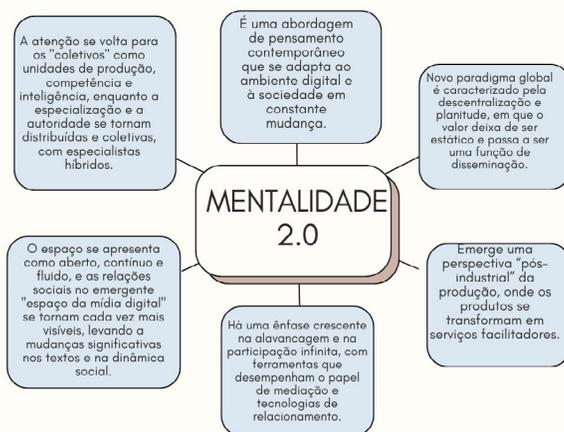
Em vez de serem meros consumidores de informações, os indivíduos são encorajados a se tornarem produtores e distribuidores de conteúdo, contribuindo para a circulação e a reconfiguração contínua da cultura digital, culminando em um novo *ethos* e uma nova mentalidade. O novo *ethos* pode ser entendido como uma mudança na forma como os indivíduos se relacionam com o conhecimento,

a aprendizagem e a comunicação. Em contraste com o paradigma tradicional de educação centrado na transmissão de informações de forma passiva, o novo *ethos* valoriza a participação ativa, a colaboração e a construção coletiva de conhecimento. Os indivíduos são incentivados a se tornarem produtores e distribuidores de conteúdo, contribuindo para a circulação e a reconfiguração contínua da cultura digital.

Entendo como Rosa (2016, p. 52), “o novo *ethos* consiste em diferentes tipos de valores, prioridades e sensibilidades mobilizados em práticas letradas que são, necessariamente, diferentes dos letramentos com os quais estamos mais familiarizados”. A autora faz referência aos letramentos convencionais, mais relacionados ao texto escrito impresso, que trazem uma abordagem diferente da experiência com textos digitais. Nesse sentido, o novo *ethos* promove uma visão mais democrática e participativa da alfabetização, onde todos têm a oportunidade de expressar suas vozes e experiências por meio de diferentes mídias e plataformas.

Já a nova mentalidade refere-se a uma mudança na forma como os indivíduos pensam e se comportam em relação às tecnologias digitais e à cultura da informação. Em vez de serem meros consumidores de informações, os indivíduos são encorajados a se tornarem usuários ativos e críticos das tecnologias digitais, utilizando-as de forma criativa e reflexiva para atingir seus objetivos pessoais e profissionais. A nova mentalidade envolve habilidades como a navegação na web, a avaliação crítica de fontes de informação, a produção de conteúdo multimídia e a participação em comunidades online. Ao adotar uma postura mais proativa e engajada em relação às tecnologias digitais, os indivíduos desenvolvem uma mentalidade adaptativa e resiliente, capaz de enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mundo digital em constante mudança. O gráfico que segue traz um resumo das características da mentalidade 2.0.

**Gráfico 1: Mentalidade 2.0**



**Fonte:** elaborado a partir de Lankshear e Knobel (2007, p. 11).

A mentalidade 2.0 se concentra em ampliar as possibilidades de publicação, compartilhamento e organização de informações, bem como na interação entre os participantes. Ela enfatiza serviços, colaboração e compartilhamento, em oposição à produção e venda de materiais para consumo privado, enquanto a mentalidade 1.0 é caracterizada por uma grande separação entre produtores de conteúdo e consumidores, onde o foco está no uso passivo do material disponibilizado. A ênfase consistiu na criação de diretórios e taxonomias no “centro”, que foram então disponibilizados aos usuários da maneira como foram criados, refletindo-se numa abordagem industrial de produção de material.

Pelo exposto, o novo ethos e a nova mentalidade, na visão de Lankshear e Knobel (2007), representam uma mudança fundamental na forma como os indivíduos se relacionam com a tecnologia, o conhecimento e a cultura na era da informação. Ao valorizar a participação ativa, a colaboração e a reflexão crítica, esses conceitos oferecem uma nova perspectiva sobre o que significa ser “letrado” e competente na sociedade contemporânea.

### **Escrita colaborativa: experiências interativas em educação**

A escrita em murais interativos como *Padlet* e *Jamboard* estimulam a escrita colaborativa. Em um ambiente educacional, por exemplo, os alunos podem se envolver em projetos de escrita de grupo, compartilhando tarefas e colaborando uns com os outros para criar um texto coeso e de qualidade. Essa experiência promove a comunicação, a negociação de ideias e a capacidade de trabalhar em conjunto para alcançar um objetivo comum. Outra vantagem da escrita colaborativa é que ela pode despertar o interesse dos alunos por diferentes temas.

De acordo com Knobel e Lankshear (2007), “uma plataforma “wiki” ou algum outro tipo de software de escrita colaborativa [...], se baseia na experiência distribuída e descentraliza a autoria. Em termos de *ethos*, celebra a inclusão”<sup>69</sup> (p. 28). Ao permitir que os usuários escolham tópicos de seu interesse para pesquisar e escrever, podendo tornar o processo de aprendizagem mais relevante e significativo. A produção colaborativa, a especialização distribuída, beneficiam todos os que contribuem, principalmente por estimular um agir ético que valida tanto os próprios interesses quanto o que é relevante para os demais colaboradores na produção.

Sobre os aspectos de experiência de escrita colaborativa com alunos e o agir ético, a imagem abaixo retrata uma interação exitosa com o uso da plataforma *Jamboard*.

---

69 - Esta é uma tradução nossa do trecho: a “wiki” platform or some other kind of collaborative writing software, builds on distributed expertise and decenters authorship. In terms of ethos it celebrates inclusion”. (Knobel & Lankshear, 2007, p. 28).

Imagem 1: Capa de mural interativo.



*Fonte: Arquivo Pessoal (2024).*

De acordo com Sena e Serra (2021), durante as aulas de Língua Portuguesa, foram observados diferentes falares entre a comunidade discente visto que alguns estudantes trazem uma bagagem linguística diferenciada de suas cidades de origem, o que torna muito enriquecedor o processo de ensino e de aprendizagem. Na experiência, alunos matriculados no 2º ano de uma escola pública da rede estadual do município de Timon, no estado do Maranhão, realizaram uma pesquisa sobre o falar maranhense da região do médio Parnaíba (Timon, Parnarama e Matões). O objetivo dessa atividade era reunir vocábulos e expressões maranhenses das referidas cidades com seus respectivos significados, promovendo, nos alunos, o gosto pela pesquisa, pelo conhecimento da sua cultura, enfatizando o respeito aos diferentes falares maranhenses. (Sena e Serra, 2021).

De acordo com Base Nacional Comum Curricular (2018), uma das competências pretendidas com o estudo da linguagem é

Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como respeitando as variedades linguísticas e agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza. (Brasil, 2018, p. 493).

A proposta de incentivar os jovens a explorarem as diferentes expressões linguísticas da região do médio Parnaíba, no estado do Maranhão, está alinhada com o propósito que orienta o trabalho com a linguagem na BNCC. A imagem seguinte mostra uma página do mural interativo com algumas palavras e seus respectivos significados.

## Imagem 2: Páginas iniciais.

<b>A</b>		<b>B</b>
Arremedar - imitar alguém de modo engraçado.		Baculejo - quando você é abordado pela polícia.
Arredear - dar a volta em algum lugar.		Baixa da égua - lugar muito longe.
Adondo - usa-se para perguntar. Ex.: "adonde tu vai?"		Brocado - muita fome
Arredar - sair da frente		Budejar - falar demais
Avexado - quando alguém está com pressa		Bafafá - briga de vizinho
Azilado - viciado em algo		
Armaria - exagero, fazer algo desnecessário		

Fonte: Arquivo Pessoal (2024).

Compreender e valorizar as distintas formas de expressão e comunicação é crucial para as relações interpessoais e a integração social. O ensino da língua materna na sala de aula envolve o desafio de motivar os alunos de maneira eficaz, por meio de atividades que ampliem seu repertório linguístico e despertem seu interesse pela leitura e escrita. Isso permite que se reconheçam como sujeitos críticos, capazes de refletir e agir de forma construtiva, com o objetivo de melhorar seu desempenho como leitores e escritores.

Nesse sentido, entende-se que o benefício da colaboração entre diferentes inteligências é bastante amplo, não somente do ponto de vista da produção escrita, mas também da formação ética dos usuários. Além disso, a nova mentalidade sobre a interação em (e a partir de) ambientes digitais requer a colaboração e a compreensão dos limites entre suas percepções e as do outro. Limites estes que não são fronteiriços, mas que revelam os interesses e opiniões acerca do amplo leque de informações que surgem rapidamente em rede.

Sobre o importante papel do humano nas produções colaborativas tanto no sentido do trabalho com a língua quanto das interações, tem-se um recorte do mural produzido com a plataforma *Padlet*, a seguir.

## Imagem 3: O que é trabalho colaborativo?



Fonte: Arquivo Pessoal (2024).

O mural interativo cujo trecho está retratado foi realizado por professores de diferentes áreas do conhecimento e séries em uma reunião pedagógica na qual o objetivo era planejar as ações do ano letivo. Em pauta, a importância do trabalho colaborativo. Como é fundamental também debater sobre o uso de tecnologias digitais em educação, principalmente oferecer formação sobre estratégias de ensino e recursos tecnológicos, o *Padlet* foi escolhido para fazer parte da proposta de escrita.

Com o avanço tecnológico, as mudanças no tecido social ocorrem constantemente, demandando dos cidadãos a capacidade de lidar com desafios e tomar decisões fora do comum. Este é um período em que a sociedade requer deles adaptações, especialmente os profissionais da educação, que precisam adotar posturas críticas, tomar decisões fundamentadas e refletir sobre sua prática pedagógica. Sobre essa questão, Lévy (2013) afirma que

Todos os estudantes têm uma habilidade extraordinária para usar esse tipo de ferramenta. Agora, os professores têm que conhecer tão bem quanto as crianças. Sobretudo, isso tem que ser utilizado numa ótica de aprendizagem colaborativa. Eu acredito que o professor precisa se capacitar, porque ele só pode ensinar aquilo que ele domina. (Lévy, 2013, *on-line*).

Para os professores, dominar as ferramentas digitais tão bem quanto os alunos, pode representar um desafio, dado que estes últimos são considerados nativos digitais. Eles tendem a ter mais familiaridade com essas ferramentas, enquanto nem todos os professores são tão versados nesse campo. Consequentemente, as dificuldades em aprender e utilizar essas tecnologias são maiores e mais complexas para os docentes. No entanto, é papel do professor como mediador do conhecimento buscar maneiras de inovar por meio das tecnologias da informação e comunicação, a fim de proporcionar aos alunos a oportunidade de adquirir novos conhecimentos.

Nesse sentido, importa, então, tomar medidas para garantir que a qualidade das informações não prejudique o reconhecimento da verdade e as complexas habilidades de tomada de decisão que dependem delas. E isso faz parte do novo *ethos*, que a cibercultura proporciona. Assim, como afirma Wolf (2019, p.69), “a formação cuidadosa do raciocínio crítico é a melhor maneira de vacinar a próxima geração contra a informação manipuladora e superficial, seja em textos ou telas”. Assim, importa tomar medidas para assegurar que a qualidade das informações disponíveis não comprometa a capacidade de discernir a verdade e de realizar decisões complexas, as quais dependem dessas informações. Isso é uma parte fundamental do novo *ethos*, ou seja, do conjunto de valores e práticas que emergem na era da cibercultura.

É possível afirmar que as tecnologias digitais, além de promoverem a interação entre professor e aluno, atendem também às necessidades de ambos. Tanto os professores quanto os alunos podem utilizar essas tecnologias para

planejar e alcançar seus objetivos, sendo o principal deles o aprendizado do aluno. Além disso, podem fazer uso dessas ferramentas não apenas no ambiente escolar, mas também em qualquer lugar, de acordo com suas necessidades. Considerando a importância de desenvolver estratégias que incorporem ferramentas digitais para um ensino estimulante que desperte o interesse dos alunos, Rojo (2013) destaca:

Em certos artefatos digitais, observamos um uso bem desenvolvido de algumas habilidades que a escola deveria, hoje, tomar como função desenvolver, tais como: letramento da cultura participativa/ colaborativa, letramentos críticos, letramentos múltiplos e multiculturais ou multiletramentos. (ROJO, 2013, p.08).

Pelo exposto, entende-se que a escola não deve assumir uma postura alheia às rápidas transformações digitais que caracterizam o mundo contemporâneo. Superar as barreiras dos antigos paradigmas na educação representa um passo fundamental para os educadores de hoje. Eles podem alcançar isso ao fazer uso das tecnologias digitais, pois essas ferramentas não apenas têm o potencial de transformar o aprendizado dos alunos, mas também podem auxiliar os professores a explorar novos métodos de ensino. As evidências das novas tecnologias indicam que elas estão contribuindo positivamente na busca por uma educação de qualidade. Assim, tanto a escola quanto o professor de Língua Portuguesa devem estar engajados em promover mudanças que visem aprimorar a interação entre professor e aluno. As aulas de português devem ser concebidas como espaços onde os alunos participam ativamente das atividades, questionam, interagem e se tornam agentes ativos do seu próprio aprendizado.

Embora as experiências apresentadas contemplem situações diferentes, observa-se o quão é pertinente discutir sobre as tecnologias no ambiente escolar e como a escrita colaborativa descortina o olhar sobre as percepções do outro e de si. As relações interpessoais e com a tecnologia refletem a nova mentalidade no tocante ao compartilhamento de ideias, ética e aprendizagem coletiva, características dos novos letramentos.

## Considerações Finais

À medida que se avança na era digital, é essencial reconhecer e promover a escrita colaborativa em plataformas digitais como espaços para a disseminação do conhecimento e a construção de um mundo mais informado. A escrita em *Padlet* e *Jamboard*, mesmo em contextos e com público diferentes, são exemplos de como a colaboração entre humanos e não-humanos pode resultar em uma rica produção textual, promovendo o compartilhamento de conhecimento e incentivando a participação ativa dos usuários.

Outro aspecto a ser considerado é que a escrita colaborativa nas plataformas mencionadas neste escrito possibilita a capacidade de usar efetivamente as tecnologias digitais para acessar, avaliar, criar, comunicar informações e modificar

as relações interpessoais. Além disso, estimula a avaliação crítica das informações produzidas e encontradas. Os usuários são estimulados a verificar a veracidade e a precisão das fontes antes de utilizá-las em suas produções. Essa capacidade de avaliar criticamente os textos é característica do novo *ethos* por envolver mudanças no modo de tratar a informação. Mudanças estas que evidenciam uma nova mentalidade com relação às arquiteturas éticas e sociais associadas ao digital e às interações homem-máquina.

Como benefícios, observa-se que o uso de plataformas interativas de produção textual, como as utilizadas nesta investigação, podem promover acessibilidade e democratização do conhecimento, atualização constante e agilidade na disseminação de informações, diversidade de perspectivas e conhecimentos culturais, estímulo ao pensamento crítico e desenvolvimento de habilidades de pesquisa. A escrita no *Jamboard*, por exemplo, oferece aos usuários uma audiência real para seus textos, pois há a certeza de que suas palavras serão lidas por outras pessoas. Isso dá um propósito autêntico à escrita e incentiva a produção de um trabalho de qualidade. Além disso, receber *feedback* da comunidade online pode ser uma experiência enriquecedora, permitindo que os usuários aprimorem suas habilidades de escrita e aprendam com os comentários construtivos. As escritas colaborativas estimulam a reflexão sobre a prática docente, promovem a colaboração entre os membros do grupo e permitem a redefinição dos conteúdos matemáticos. Elas também facilitam o debate sobre atividades e metodologias de ensino, e, acima de tudo, promovem a compreensão dos aspectos teóricos estudados.

Diante das discussões tensionadas, entende-se que não é simplesmente o aparato tecnológico que interfere na escrita colaborativa, mas sim a nova mentalidade acerca do ser/estar na cibercultura. A escrita colaborativa, por sua vez, analógica ou digital, proporciona a formação de significados pelos participantes, daí a relação com o que relevante desde a textualidade aos aspectos semânticos utilizados. E, mesmo que seja uma produção em parceria com plataformas interativas, a criticidade e a consistência das informações necessitam da inteligência humana. Os novos letramentos têm importância não tanto devido à tecnologia, mas principalmente devido ao novo *ethos* que introduzem. Eles possibilitam a distribuição da informação, o compartilhamento do conhecimento, a colaboração e a participação em discursos contraditórios, questionadores e inovadores. Isso abre caminho para outras formas de expressão identitária e para a reinvenção social.

## Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. (4th ed.) São Paulo: Atlas, 2002.
- KALANTZIS, M.; COPE, B.; CHAN, E.; DALLEY-TRIM, L.. **Literacies**, Cambridge University Press, 2012.
- KOCH, I.G.V. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2007.
- LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. Sampling the new in new literacies. *In*: C. LANKSHEAR; M. KNOBEL (eds.). **A new literacies sampler**. New York, Peter Lang, 2007.
- LÉVY, P. Internet e Escola de mãos dadas – Entrevista com Pierre Lévy. *Gestão Educacional*. 2013. Disponível em: <https://www.gestaoeducacional.com.br/internet-e-escola-de-maos-dadas>. Acesso em 04 mai. 2024.
- ROJO, R. H. R. Gêneros Discursivos do Círculo de Bakhtin e Multiletramentos. *In*: ROJO, R. H. R. (Org). **Escola Conectada: os multiletramentos e as TICS**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- ROJO, R.; MOURA, E. **Letramentos, mídias e linguagens**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.
- ROSA, A. A. C. da. **Novos letramentos, novas práticas?** Um estudo das apreciações de professores sobre multiletramentos e novos letramentos na escola. 2016. Tese (doutorado em linguística aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2016. 203 p. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1629706> . Acesso em: 20 dez. 2023.
- SENA, L. S.; SERRA, I. M. R. S. Plataformas digitais e o protagonismo estudantil no contexto do ensino remoto emergencial. **TICs & EaD em Foco**, São Luís, v. 7, n. 2, p. 46–59, 2021. DOI: 10.18817/ticsead.v7i2.561. Disponível em: <https://www.uemanet.uema.br/revista/index.php/ticseadfoco/article/view/561>. Acesso em: 2 maio. 2024.
- WOLF, M. **O Cérebro no mundo digital: os desafios da leitura na nossa era**. Editora Contexto, 2019.

# A DIDATIZAÇÃO DOS GÊNEROS ARGUMENTATIVOS EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO

Leonardo Soares do Nascimento Oliveira (UEMA)

Antonio Artur Silva Cantuário (UESPI)

## Considerações iniciais e acordos teóricos

Depois que os Parâmetros Curriculares Nacionais estabeleceram que o ensino de Língua Portuguesa fosse feito com base nos gêneros, surgiram diversos constructos que veem o gênero como um conjunto de propriedades formais a que o texto deve obedecer (Fiorin, 2022). No decorrer dos anos, os estudos dos gêneros chamaram a atenção de vários estudiosos, levando-os a discutirem alguns aspectos em volta desses estudos. Neste trabalho, visa-se analisar a transposição didática dos gêneros argumentativos em livros didáticos de língua portuguesa do ensino médio aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD-triênio 2021-2023).

Para Bakhtin (2011), os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem, a língua efetua-se em forma de enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Desse modo, os enunciados se refletem em condições específicas de cada campo, não só pelo seu conteúdo (temático), ou pelo estilo da linguagem, pela escolha de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais de língua, mas também pela construção composicional (Bakhtin, 2011). O conteúdo temático não é um assunto específico de um texto, mas é o domínio de sentido de que se ocupa o gênero; o estilo diz respeito a uma seleção de meios linguísticos, por meio dele é escolhido os meios lexicais, fraseológicos e gramaticais; e a construção composicional é o modo de organizar o texto, de estruturá-lo. Dessa forma, na produção de um gênero, haverá sempre uma interação determinada, regulada pela organização enunciativa da situação de produção (Costa, 2009).

Bakhtin (2011) aponta, também, a importância sobre as diferenças entre gêneros discursivos primários (simples) e secundários (complexos). O teórico define que os gêneros discursivos secundários (romances, dramas, pesquisas científicas e entre outros) surgem em condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (geralmente escritos), já os primários, são formados nas condições da comunicação discursiva imediata, ou seja, por meio de conversas (não especificamente orais) (Bakhtin, 2011).

Em suma, o estudo da natureza do enunciado e de sua diversidade de formas de gênero dos diversos campos da atividade humana é de enorme importância para quase todos os campos da linguística, já que em qualquer corrente especial de estudo faz-se necessária uma noção precisa da natureza do enunciado em geral e das particularidades dos diversos tipos de enunciados (inclui-se os primários e secundários), ou seja, dos diversos gêneros do discurso. Diante disso, Fiorin (2022), em sua explicação sobre os gêneros do discurso de Bakhtin, não vai teorizar sobre o gênero como produto, mas sobre o processo de sua produção, partindo do ponto de vista do vínculo intrínseco entre a utilização da linguagem e as atividades humanas, enfatizando que os enunciados devem ser vistos como função no processo de interação.

Além disso, vale destacar que Bakhtin (2011) considera que os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados, ou seja, a definição implica na ideia da historicidade dos gêneros, passando por constantes mudanças ao longo dos anos, pois à medida que as esferas de atividades se desenvolvem, gêneros aparecem e desaparecem ganhando um novo sentido (Fiorin, 2022).

Outra concepção bastante importante para os estudos dos gêneros está na proposta de Bronckart (2006), situado no Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), em que a linguagem surge a partir da diversidade e complexidade das diferentes práticas, que acarreta as adaptações da linguagem e gera espécies de textos diferentes. Sendo assim, para Bronckart (2006), os textos são produtos da prática humana que estão articulados às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais no meio em que são esses textos produzidos. Em resumo, o mesmo autor considera as produções de linguagem relacionando-as com a atividade humana em geral, sendo necessário delimitar as ações de linguagem na atividade coletiva, considerando que uma ação de linguagem exige a mobilização dos gêneros de textos.

Sobre a Transposição Didática, o termo foi criado pelo Sociólogo Michel Verret, no ano de 1975, que tinha como propósito fazer um estudo sociológico de distribuição do tempo de atividades escolares (Barros, 2012). No entanto, foi Chevallard (1985) quem conceituou com mais precisão esse termo que, adiante, passou a ser utilizado como uma categoria teórica no campo da educação. De acordo com este estudioso, a transposição didática é uma passagem do saber científico ao saber ensinado, que ocorre por meio de um processo no qual o conteúdo do saber científico sofre uma transferência adaptativa para o ensinar e aprender (Chevallard, 1985). De acordo com Machado e Cristovão (2006), a transposição se constitui a

partir de três elementos básicos: 1) Conhecimento Científico; 2) Conhecimento a serem ensinados; 3) Conhecimentos efetivamente ensinados e aprendido. Diante disso, Chevallard (1985) define que o conhecimento científico é aquele produzido pelos cientistas que irá se transformar em um ensino programado para ser inserido nos livros didáticos e, por fim, se transformará no conhecimento que aparece nas salas de aulas e metodologias usados pelos docentes.

Observa-se que o conhecimento científico passa para o conhecimento a ser ensinado e, em seguida, transforma-se em conhecimento efetivamente ensinado e aprendido, ou seja, trata-se da transformação do saber científico em saberes escolares. Em relação aos níveis externo e interno, o primeiro encontra-se nas instruções oficiais, planos de ensino e materiais didáticos que se relacionam com os saberes científicos a serem didatizados (Pontara, 2019). A transposição didática de nível interno se relaciona com o processo de intervenção didática entre os sujeitos envolvidos (docente e discente) e dos materiais de ensino que envolvem o ensinar e o aprender no ambiente em sala de aula (Barros, 2012).

Com tais observações, surgiram perspectivas de transposição didática de modo mais específico. No ensino de línguas, por exemplo, as Sequências didáticas de gêneros surgem como possibilidades de trabalho com práticas de leitura e escrita situadas a partir do estudo dos gêneros textuais/discursivos. Essa concepção recupera, nos estudos do discurso e da abordagem de textos, perspectivas sobre as práticas de escrita, leitura e oralidade no quadro dessas sequências didáticas (Machado; Cristovão, 2006), focalizando capacidades de linguagem.

A capacidade de ação corresponde ao conjunto de operações que são a base de orientação para a ação de linguagem, ou seja, para compreender o contexto de produção do gênero (Florêncio; Lima, 2021). Além disto, as capacidades de ação possibilitam ao sujeito adaptar sua produção de linguagem ao contexto em que é produzido, seja do ambiente físico, do estatuto social dos participantes e do local em que se passa a interação (Cristovão, 2001).

A capacidade discursiva é a que possibilita a escolha da infraestrutura geral do texto (Bronckart, 2007). Dessa maneira, refere-se à forma em que o gênero é organizado em relação ao conteúdo temático, apresentando-se explicitamente no processo da leitura (Vieira, 2007). Além disso, a escolha dos tipos de discurso e de sequências textuais, surgem como efeito de um texto existente e estímulo para outro que será produzido (Cristovão, 2001).

As capacidades linguísticas-discursivas dizem respeito à escolha de vocábulo apropriado, como adjetivos, frases nominais, estruturas adequadas para o contexto de produção do gênero produzido (Vieira, 2007). Segundo Florêncio e Lima (2021), a capacidade linguístico-discursiva envolve os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos. Os mecanismos de textualização se relacionam com a coerência temática e distribuem-se em três tipos: conexão (realizados por meio de organizadores textuais), coesão nominal (função de introdução e função de retomada) e coesão verbal (ajuda a manter as relações de continuidade/descontinuidade).

Os mecanismos enunciativos correspondem, então, à coerência pragmática (interativa) do texto, para o esclarecimento dos posicionamentos enunciativos (como vozes dos personagens, do autor, sociais) que se enunciam sobre o conteúdo temático em forma de julgamentos, opiniões e sentimentos (Florêncio; Lima, 2021). Na próxima seção, apresentamos a síntese metodológica da pesquisa.

## **Metodologia da pesquisa**

O estudo caracteriza-se como uma investigação descritivo-interpretativa, pois os dados foram analisados, descritos e submetidos a uma interpretação integrada ao referencial teórico. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, pois um dos objetivos específicos visou, além de contabilizar quais são os gêneros constantes nas propostas dos livros didáticos, também identificá-los à luz do campo de atuação (Brasil, 2018) ou esferas discursivas (Bakhtin, [1979] 2011) da qual participam.

A fonte em que os dados foram coletados consistem das coleções didáticas aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2021. Sendo assim, fora levado dois critérios para a realização da análise. Primeiro, a inclusão das coleções de língua portuguesa selecionadas levou em consideração a última avaliação feita pelo PNLD nas quais foram aprovadas as seguintes obras: Estações Língua portuguesa: rotas de atuação social; Multiversos: língua portuguesa; Linguagens em interação: língua portuguesa; Práticas de língua portuguesa; Se liga nas linguagens: português; Ser protagonista: língua portuguesa. Essas coleções didáticas apresentam-se em volume único, ou seja, o mesmo livro foi produzido para ser utilizado de modo sequencial durante todo o ensino médio.

Ademais, um segundo critério foi levado em consideração para a análise. Observamos na análise dos sumários dessas coleções a predominância do gênero argumentativo artigo de opinião, delimitando as análises em torno dos capítulos nos quais este gênero é o foco da produção textual da unidade de estudo. Assim, as coleções analisadas foram: Estações Língua portuguesa: rotas de atuação social (análise do capítulo 4); Linguagens em interação: língua portuguesa (análise do capítulo 7).

Delimitamos o eixo de produção textual, incluindo quadros e informações disponíveis nos capítulos e que tratavam diretamente dos gêneros argumentativos, aqui selecionado o artigo de opinião como o gênero mais saliente entre as coleções. Apresentamos os aspectos metodológicos da pesquisa e desenvolvemos, a seguir, a abordagem sobre os gêneros argumentativos no PNLD.

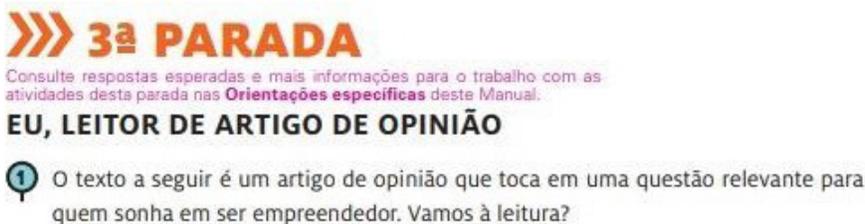
## **Análise das coleções didáticas**

Costa (2009) conceitua o artigo de opinião como um gênero no qual há uma interpretação do autor (dissertativo ou expositivo) sobre um fato noticiado ou um tema variado, seja político, científico, cultural etc. Sobre a relação composicional, o mesmo autor cita que varia, já que, o artigo de opinião não tem uma estrutura

fixa, entretanto, deve-se atentar à sua função, que é desenvolver uma opinião sobre determinado assunto, explícita ou implicitamente, como um fecho conclusivo a partir da opinião ou argumentação formados pelo escritor e num estilo de convencimento; o articulista (nome proferido a pessoa entendida do tema abordado no artigo de opinião) tem como objetivo apresentar o seu ponto de vista sobre o assunto, defendendo por meio de argumentos, exemplos e justificativas para a construção do texto (Costa, 2009, p. 26).

No livro didático “Estações língua portuguesa: rotas de atuação social”, em seu capítulo 4, há como objeto de estudo o artigo de opinião no trabalho, em especial, no trabalho com a prática de leitura e análise linguística. Em princípio, é encontrado no início da página o tema denominado “Eu, Leitor de Artigo de Opinião”, em seguida, o autor menciona no enunciado que o texto é um artigo de opinião, apresentando inicialmente um exemplar denominado “O empreendedor deve conhecer a si mesmo”, escrito por Marcos Hashimoto.

### Imagem 1: Apresentação da seção de leitura<sup>70</sup>



*Fonte: Elaborada por Barros (2020, p. 83)*

Analisando o capítulo, encontra-se o tema do assunto que será abordado no decorrer do capítulo intitulado “Eu, Leitor de Artigo de Opinião”. Ademais, partindo de outros elementos, o termo “Eu”, localizado no título do capítulo, pode indicar a posição do estudante como crítico e leitor de variadas visões de um mesmo assunto, ou seja, possibilitando a habilidade de análises críticas sobre assuntos que circulem no contexto social em que o alunado vive.

Nesta perspectiva, acreditamos que o discente deve avaliar por meio da contextualização indicada no enunciado os conhecimentos prévios sobre as características do gênero específico que será trabalhado. Outrossim, percebe-se também na imagem acima que existe uma contradição nas separações entre os termos texto e gênero, já que o texto é afirmado pelo autor como um gênero argumentativo.

Dessa maneira, entra-se em contradição no que Bezerra (2017) aborda em sua discussão sobre a diferença entre texto e gênero, já que o autor discorre de maneira resumida que o texto é construído em dada situação comunicativa, orientado pelas convenções do gênero cabível naquela mesma situação.

<sup>70</sup> - As obras utilizadas apresentam em cor rosa a possível resposta, pois trata-se de um livro destinado ao professor. Contudo não é alvo desta proposta de análise avaliar a relação pergunta-resposta dados os critérios que balizam os procedimentos metodológicos e, por sua vez, o objeto de pesquisa.

## Imagem 2: Enunciado sobre as características do artigo de opinião

- b) Agora, observe a estrutura do artigo. Para isso, relembre algumas características desse gênero.

NÃO ESCREVA NESTE LIVRO.

### BAGAGEM

Em artigos de opinião, o título e o subtítulo podem apresentar a tese a ser defendida. A introdução contém, frequentemente, a tese, uma ideia geral ou um problema. O desenvolvimento discute a tese, a ideia ou o problema, com apresentação de argumentos e a desqualificação de argumentos contrários. A conclusão é o ponto de chegada, um balanço do que se discutiu antes. O texto também pode ser concluído com a (re)apresentação da tese.



*Fonte: Elaborado por BARROS (2020, p. 85)*

Na imagem acima, o professor terá que avaliar o conhecimento do aluno em relação à estrutura do artigo, fazendo com que o discente relembra algumas características do gênero estudado. Neste sentido, o que o livro busca é o aprofundamento dos conhecimentos sobre a estruturação do gênero argumentativo estudado em anos anteriores, já que no enunciado é utilizado o verbo “relembrar” no particípio passado para o comando da questão. Além disso, é observado abaixo da alternativa um quadro denominado “bagagem” na qual o livro encaminha para uma controvérsia ao que foi descrito sobre o artigo de opinião não possuir formas fixas em sua composição. Em geral, acredita-se que, ao utilizar uma estrutura, a abordagem utilizada oferece um melhor esclarecimento nos alunos sobre a identificação do gênero por meio da composição como também no momento de produção do texto.

Em suma, a concepção de gêneros adotada pelo livro didático é de que o artigo de opinião é um gênero, entretanto, emprega termos que são utilizados para facilitar uma compreensão que tem contradição na prática teórica de gêneros, por exemplo, no uso de “texto” e “gênero” como parte de uma mesma categoria. No entanto, como apontado anteriormente, acreditamos que a metodologia utilizada pelos autores na elaboração do livro tem como objetivo nessa adoção de conceito ajudar os professores e alunos no momento do entendimento do aluno na diferenciação e características entre os gêneros textuais/discursivos, embora do ponto de vista teórico texto e gênero equivalem a categorias distintas, porém inter-relacionadas.

No livro intitulado “Linguagens em interação” em seu capítulo 7, cujo nome se manifesta em “Tecnologias de informação e comunicação”, a seção se inicia com a contextualização sobre o acesso à internet como assunto abordado no Artigo de Opinião (Imagem 3):

## Imagem 3: Início da seção de leitura

### HORA DA LEITURA

#### Artigo de opinião



Você e os colegas são considerados por diferentes pesquisadores “nativos digitais”, porque nasceram com as tecnologias digitais presentes no dia a dia.

Segundo um estudo da União Internacional de Telecomunicações (UIT) de 2018, agência das Nações Unidas (ONU), 3,9 bilhões de pessoas, equivalente a 51% da população mundial, têm algum acesso à internet.

- Você acredita que, atualmente, é possível viver desconectado da internet?
- Em sua opinião, quais seriam as vantagens e as desvantagens dessa desconexão?
- Pela análise dos títulos e subtítulos do artigo reproduzido a seguir, qual discussão você imagina que será abordada?

*Fonte: Elaborado por Chinaglia (2020, p. 182)*

Observando os três enunciados, percebe-se por meio das perguntas que o autor estimula os saberes prévios do estudante como preparação inicial para a discussão da seção. Os questionamentos dão indícios da natureza do gênero em foco, o artigo de opinião que, conduzidos com a orientação do professor, estimulam no aluno o saber genérico e o avizinhamo ou distanciamento desse gênero com outros.

Vejamos a imagem abaixo que inicia o enunciado com uma série de questionamentos (Imagem 4):

#### Imagem 4: Contexto de produção do texto

##### Estudo do texto

1. O texto que você leu é um artigo de opinião. Com base nessa informação, responda às questões seguintes.
  - a. Que tema é abordado no artigo de opinião?  
A possibilidade de não se desconectar da internet.
  - b. Quem o escreveu? É um especialista no tema? Explique.  
O advogado Fernando Lemos. Ele é especialista em mídia tecnologia e propriedade intelectual, e diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro.
  - c. Onde e quando o artigo foi publicado?  
Na edição (on-line e impressa) do jornal Folha de S. Paulo, em 11 de novembro de 2010.
  - d. Qual é o objetivo desse artigo de opinião?  
Persuadir o leitor sobre a utopia (a desconexão, a necessidade de conectar à internet os desconectados e cultivar a autonomia para a desconexão).
  - e. Quem é o leitor previsto desse texto?  
Os leitores do jornal que são interessados por discussões sobre tecnologia.
  - f. Qual é a relevância social do tema tratado?  
O artigo de opinião trata de um assunto de interesse público, pois a falta de acesso à internet é uma das principais variáveis entre os países com baixo e alto desenvolvimento humano, o que ocasiona atraso nos avanços educacionais, científicos e tecnológicos.

**Fonte:** Elaborado por Chinaglia (2020, p. 184)

Observando-se o modo e contexto em que as perguntas são feitas, o autor confirma que o texto lido pertence ao gênero argumentativo artigo de opinião, que é tratado por meios dos enunciados que focalizam sua dimensão composicional. Como exemplo, vale apontar a primeira alternativa que estabelece sobre o assunto que irá ser discutido no artigo, quem escreveu, onde será publicado e para qual objetivo e para quem se destina o gênero. O contexto das perguntas nos leva a elementos do gênero previstos na teoria bakhtiniana e isso demonstra, de certo modo, uma vinculação com os pressupostos teóricos do Sociointeracionismo que, em geral, também contempla o modelo de sequências didáticas já abordado nesta pesquisa (Machado; Cristovão, 2006).

Outra marca desses questionamentos diz respeito ao endereçamento do artigo de opinião em um lugar social e histórico, evidenciando que textos e gêneros emergem em meio a propósitos relevantes e aspectos sociais que motivam a interação entre os sujeitos. Em outras palavras, o estudante, já nessas perguntas, é levado a refletir sobre o papel da linguagem na construção social que é envolvida pela produção dos gêneros que circundam nossas interações. Saber onde, quando e para quem o artigo foi destinado auxilia na compreensão de informações relevantes do ponto de vista da leitura, bem como para a construção de estratégias de leitura.

Quanto à organização didática do trabalho do gênero argumentativo em questão, vejamos um exemplo (Imagem 5):

## Imagem 5: Dica para a realização da questão

HASHIMOTO, Marcos. O empreendedor deve conhecer a si mesmo. *Pequenas Empresas & Grandes Negócios*. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Opiniao-Empreendedorista/noticia/2017/11/o-empresendedor-deve-conhecer-si-mesmo.html>. Acesso em: 4 mar. 2020.

- 2 O artigo de opinião é um gênero jornalístico argumentativo, escrito por um articulista. Nesse caso, por Marcos Hashimoto, coordenador do Centro de Empreendedorismo, professor e pesquisador, sócio-diretor de uma empresa de consultoria e autor de livros sobre empreendedorismo.

- Por que saber quem é e o que faz o autor do texto pode ser importante para leitores de artigos de opinião? Se o leitor sabe que o autor do artigo é um especialista no assunto, ele se sentirá mais disposto a aceitar o ponto de vista defendido no texto.

Para responder, considere o objetivo de quem escreve esse gênero, que é convencer, persuadir o leitor.

**Fonte:** Elaborada por Barros (2020, p. 84)

Observa-se que ao lado da imagem há um desenho na cor laranja com um ícone de chave, o qual se refere à dica para ajudar o aluno a responder à questão relacionada. Logo nas primeiras páginas do manual, após a apresentação dos autores da obra, temos uma característica dos livros em relação ao conhecimento de seu material intitulado “Conheça seu livro”, seção que tem como objetivo ajudar o aluno a conhecer a didática de ensino do material didático, mostrando com fotos, tabelas e imagens o que o livro oferece como dicas e informações que podem ser utilizadas no capítulo.

Na segunda coleção didática, a produção textual em que se encontra o trabalho mais direto com o artigo de opinião encontra-se organizada por meio de um planejamento da produção desse gênero (imagem 6):

## Imagem 6: O planejamento da produção textual

### Planejamento

1. Estabeleça o leitor previsto, onde o texto vai ser publicado, a estrutura que vai ter e a linguagem a ser empregada. Tome nota dessas informações para nortear a sua produção.
2. Pesquise informações sobre o tema em sua comunidade, em fontes confiáveis (orais, digitais e impressas), delimitando um aspecto a ser explorado, por exemplo: falta de acesso à internet, ultracoreção de jovens aos dispositivos, doenças em decorrência da alta exposição, ensino à distância, entre outros.
3. Compare as informações e selecione algumas delas, conforme suas referências e índices de confiabilidade, coincidências, complementaridades e precisões conceituais e de dados. Tome nota das referências completas para realizar a citação em seu artigo.
4. Estabeleça uma questão controversa e uma tese, a ser sustentada ao longo do artigo de opinião.

**Fonte:** Elaborado por Chinaglia (2020, p.208)

A seção de produção textual da unidade está didaticamente organizada em três etapas da escrita: o planejamento, a elaboração, a avaliação e a reelaboração. Essas etapas constituem então a impressão didática de que a escrita é um processo e não apenas um ato mecânico de escrita. Além disso, o formato com que a produção é conduzida e organizada lembra o modelo de Sequências didáticas, com etapas específicas para a construção do gênero. Além disso, o formato didático da produção textual supõe o trabalho contextual feito com outros gêneros e textos ao longo da unidade para subsidiar ao estudante conhecimentos e conteúdos pertinentes à produção do artigo de opinião.

Didaticamente, essas etapas, a exemplo da etapa de planejamento, demonstram o passo a passo a ser seguido pelos estudantes, mas, sobretudo, indicam como a escrita do artigo de opinião se configura no plano de uma concepção teórica que concebe o processo de escrita situado e organizado. Na imagem 6, que focaliza o planejamento, observamos uma preocupação didática com o

endereçamento do gênero, o perfil leitor e o tema do gênero. A evidência a esses aspectos situa, portanto, o estudante em um universo de produção que, de algum modo simulado, procura aproximar a realidade de produção dos gêneros no nosso cotidiano. Além disso, destacam a ênfase à dimensão social do gênero e histórica.

Na abordagem da organização genérica, adotamos a perspectiva de Bakhtin (2011) sobre os gêneros do discurso, que, ao serem analisados, devem ser levados em deferência o tema, o estilo e a composição. De maneira resumida ao que já abordamos na pesquisa, o conteúdo temático é o domínio de sentido de que se ocupa o gênero; a construção composicional é o modo como toda a construção linguística se organiza no plano textual e enunciativo-discursivo; o estilo é a seleção dos meios linguísticos (Bakhtin, 2011). Posto isso, analisaremos esses três aspectos essenciais para a análise de um gênero. Em primeiro lugar, como fora mencionado na seção anterior, destacamos a ênfase ao artigo de opinião (Imagem 7):

### Imagem 7: Avaliando o assunto

- a) Comece avaliando o tema. O conteúdo temático desse artigo de opinião tem potencial para atrair os leitores de uma revista voltada para o mundo do trabalho? Justifique. Sim, pois o empreendedorismo é um assunto relacionado aos interesses de quem procura saber mais do mundo do trabalho.

**Fonte:** Elaborada por Barros (2020, p.85)

Com base no comando da questão, por mais que o discente não esteja implementado na prática em que o artigo foi escrito, o professor, por meio dos questionários, poderá fazer com que o alunado obtenha habilidades de identificar a qual atividade humana aquele gênero está vinculado por meio de seu conteúdo temático, como também a habilidade de argumentação, dando a sua justificativa sobre o assunto. Entretanto, levantamos também uma análise sobre a estrutura do texto, observe a imagem (imagem 8):

### Imagem 8: Sistematização da estrutura

2º passo: sistematização

- Reproduza e complete a tabela a seguir no caderno, indicando o conteúdo temático de cada uma das partes do texto de Marcos Hashimoto. O título e o subtítulo apresentam a tese do artigo: os empreendedores precisam se autoconhecer para saber em que precisam melhorar de fato.

Título e subtítulo	Introdução	Desenvolvimento	Conclusão

- O texto tem uma estrutura de artigo de opinião? Converse com os colegas e o professor. Sim. A estrutura do artigo de opinião de Marcos Hashimoto está adequada para a publicação, porque tem a estrutura típica desse gênero.

**Fonte:** Elaborado por BARROS (2020, p. 85)

Como apontamos, no segundo passo denominado de sistematização, observamos que os autores se preocupam se o texto se adequa à estruturação do gênero, já que ele ilustra por meio de tabelas a estruturação do artigo, apresentando uma estrutura prévia como forma didática de facilitar a compreensão do aluno sobre o assunto. No comando da questão (relacionada à imagem 8), o livro orienta que o aluno escreva em seu caderno as partes do artigo de Marcus Hashimoto. Desse modo, o aluno deverá encontrar nas partes do texto o assunto que ele aborda, fazendo assim o seu papel de editor-chefe e avaliando se o artigo de opinião segue uma estrutura tanto de composição como de conteúdo aquedado para a publicação.

Após discutirmos a questão do tema e composição do artigo de opinião, ressaltamos também o modo como o estilo é didatizado do âmbito da obra didática analisada. Vejamos (Imagem 9):

### Imagem 9: O estilo do gênero artigo de opinião

#### NOSSO LABORATÓRIO DE ANÁLISE LINGÜÍSTICA E SEMIÓTICA

Consulte respostas esperadas e mais informações para o trabalho com as atividades desta página nas **Orientações específicas** deste Manual.

1 Uma característica estilística recorrente em artigos de opinião são as figuras de linguagem. Leia este trecho do texto de Marcos Hashimoto:

Quando enfatizamos essas características, o que acontece é que uma virtude se transforma em um defeito.

- No trecho, emprega-se uma figura de linguagem caracterizada pela contraposição de palavras de sentido oposto. Qual é o nome dessa figura de linguagem? Que palavras estão contrapostas nesse trecho? A figura de linguagem é a antítese. As palavras contrapostas no trecho são **virtude e defeito**.
- A partir do quinto parágrafo do texto, torna-se recorrente o uso de oposição para articular as ideias do texto. Que efeito o uso desse recurso no artigo de opinião busca provocar no leitor?
- Em sua opinião, o excesso de virtude pode ser defeito? Discuta com os colegas e o professor. Resposta pessoal. Deixe que os estudantes expressem a própria opinião, pedindo que justifiquem o ponto de vista. Incentive-os a ouvir, com respeito, a opinião dos colegas.

Fonte: Elaborado por BARROS (2020, p. 86)

Competências gerais: 2, 7

Competências específicas de

Linguagens: 1, 4

Habilidades de Linguagens:

EM13LP01, EM13LP02,

EM13LP03, EM13LP04,

EM13LP05, EM13LP06,

EM13LP07, EM13LP08,

EM13LP09

Habilidades de Língua

Portuguesa:

• Todos os campos de atuação:

EM13LP01, EM13LP02,

EM13LP03, EM13LP04,

EM13LP05, EM13LP06,

EM13LP07, EM13LP08,

EM13LP09

• Campo jornalístico-midiático:

EM13LP05

O uso recorrente do recurso busca convencer o leitor do que está sendo defendido. Articulando termos que se opõem, **virtude e defeito**, o autor do artigo de opinião reforça a ideia de que virtudes em excesso podem se transformar em defeitos.

O enunciado 1 evidencia já no comando da questão uma afirmação sobre uma marca de estilo peculiar do artigo de opinião: as figuras de linguagem. A unidade do livro busca por meio da integração de conhecimentos sobre a língua articular os conhecimentos linguísticos aos saberes genéricos desse gênero, uma vez que, adiante, ainda no comando da questão, o estudante é orientado a ler um trecho do artigo de opinião discutido na seção anterior. Desse modo, podemos considerar que há um realce ao trabalho com a análise linguística do ponto de vista da teoria de gêneros, o que se apresenta no uso da terminologia corrente “estilo” que se situa também no âmbito da análise linguística.

Nas letras a), o estudante deve identificar em que termos a figura de linguagem se apresenta, neste caso, a antítese, tendo em vista que há uma relação com um texto que assume posicionamentos e, para tanto, faz uso de argumentos e contra-argumentos nesse gênero discursivo. Isso está reforçado, por exemplo, na letra b) que solicita do estudante uma compreensão mais discursiva sobre o efeito dessas antíteses para a construção de sentidos do artigo de opinião lido, em especial, por focalizar um tema de amplo conhecimento e bastante discutido atualmente: o empreendedorismo.

Na letra c), o estudante é convidado a assumir um posicionamento em vista das discussões feitas anteriormente e da compreensão sobre a figura de linguagem que, agora, colabora para que esse sujeito assuma no jogo de palavras a ideologia de um posicionamento. Observamos, então, que os enunciados não se limitam apenas a classificar figuras de linguagem, mas também seus efeitos discursivos na construção discursiva do artigo de opinião em questão.

Perante o título da seção, analisamos o tratamento do tema, do estilo e da composição do artigo de opinião constante no livro didático analisado. Para a realização da análise do livro, é importante introduzi-lo para um melhor entendimento sobre os pontos que serão abordados (Imagem 10):

## Imagem 10: Interior do artigo de opinião

### A utopia da desconexão

*Talvez seja preciso ser um bilionário para se dar ao luxo de não ter um smartphone.*

Esteve no Brasil na semana passada o escritor Yuval Noah Harari, conhecido mundialmente por seus livros "Sapiens" e "Homo Deus". Tive a oportunidade de conversar com ele em três eventos distintos, incluindo um realizado no Congresso Nacional, com presença massiva de parlamentares. Em uma das conversas, ele confessou que "não tem smartphone".

Essa revelação leva a pensar o que significa no mundo de hoje – para quem tem condições de pagar por conexão – não ter um smartphone.

Uma resposta a essa indagação pode ser encontrada involuntariamente no documentário sobre a vida de Bill Gates [...]. O documentário é interessante. No entanto, o que mais me chamou a atenção é o fato de que Gates vive praticamente desconectado. Ele lê livros em papel (muitos!) e dá a impressão de que raramente chega perto de um computador ou de um smartphone.

**Fonte:** Elaborado por Chinaglia (2020, p. 182)

Primeiramente, observa-se o título do Artigo, denominado de “A utopia da desconexão”, no qual é abordado sobre uma pessoa sem conexão à internet em um mundo totalmente dependente dela na atualidade. Em suma, o artigo de opinião traz uma reflexão sobre a desconexão em um mundo no qual precisa-se de internet para realizar determinadas tarefas do cotidiano, abordando ao longo do texto a dependência em que os indivíduos teriam em um mundo que necessita de internet para tudo, tema que constitui o referido artigo de opinião. Entretanto, o termo utopia indica que a desconexão seria algo impossível, pois como foi descrito, é uma ilusão/invenção.

Em destaque, apresentamos a próxima imagem para explorar a composição do gênero (Imagem 11):

## Imagem 11: Composição do Artigo de Opinião

### 3. Após ler e analisar a definição do gênero artigo de opinião, responda às questões seguintes.

- Por que o texto lido pode ser caracterizado como um artigo de opinião?  
Uma reflexão argumentativa, que se caracteriza por apresentar uma questão em foco, o desenvolvimento dela por meio de argumentos e a conclusão com retomada da ideia geral e convite à ação, com o intuito de transformar a visão do leitor em favor da conexão proposta pelo autor.
- A questão em foco, no artigo de opinião, é aquela que pode suscitar polêmica, opiniões diferentes, caso seja controversa, ou reflexões acerca do tema abordado. Qual é a questão desse tipo apresentada no artigo de opinião lido?  
A questão em foco apresentada é sobre a possibilidade ou não de desconexão por escolha do indivíduo.
- Qual é a reflexão apresentada pelo autor do artigo sobre a questão em foco? E qual é a sua opinião sobre ela? Explique.  
A reflexão apresentada pelo autor sobre a questão em foco é a de que a desconexão, por escolha, é uma utopia nos dias atuais e que, talvez, somente os bilionários possam se dar ao luxo de não ter um smartphone e viver dessa forma. Resposta pessoal.

**Fonte:** Elaborado por Chinaglia (2020, p.184)

Nos enunciados acima, observamos questionamentos que provocam o estudante a encontrar características que estabilizam a ação social e discursiva do artigo de opinião. Além disso, conduzem o discente na identificação e análise das características do artigo de opinião, com isso, o aluno precisa identificar a composição do texto, como também já saber que o Artigo de Opinião tem como objetivo apresentar uma reflexão de um dado assunto defendido por um especialista da área que irá analisar e opinar com o intuito de influenciar o leitor a ter um ponto de vista. Outra observação sobre o artigo de opinião é a estruturação das palavras que são articuladas para convencer o leitor sobre o ponto de vista do articulista (Imagem 12):

## Imagem 12: Estruturação do Artigo

Como disse Harari quando perguntei sobre isso: "O maior símbolo de status no mundo de hoje é a desconexão. Se você tem um *smartphone*, significa que você tem um chefe. Pode ser seu marido, seus filhos ou colegas de trabalho. Podem ser também os próprios aplicativos. Por meio do aparelho você está condicionado a ser acionado por alguém a qualquer momento". [...]

Perguntei também o que ele recomendaria nesse contexto de overdose de informação. Sua resposta foi justamente a importância de buscar proteger espaços de desconexão. Criar "santuários" mentais. Momentos em que temos autonomia e tranquilidade para deixar a mente livre.

**Fonte:** Elaborado por Chinaglia (2020, p. 182)

Vamos levar em consideração a análise a abordagem de Capacidade da linguística-discursiva. Nesta perspectiva, analisamos que no texto existem citações diretas, já que, o verbo, antes das citações, indica o Pretérito perfeito da 1ª pessoa do singular "disse" seguindo das aspas. Ademais, existem citações indiretas do próprio autor, como podemos ver no segundo parágrafo do texto apresentado na imagem acima. Além disso, o texto no geral é composto por 12 parágrafos de 4 a 5 linhas cada, acredita-se que essa seja uma estratégia do escritor de organização para uma melhor compreensão das ideias, deixando-a mais clara e objetiva no momento da leitura. Além de que, usa-se da norma-padrão da língua portuguesa e objetividade, ou seja, o autor compre com as características de um Artigo de Opinião, trazendo visões de argumentos para sustentar a sua tese. Retomamos uma das questões da seção anterior para focalizar, ainda, a questão estrutural e estilística do artigo de opinião focalizada na produção textual (Imagem 13):

## Imagem 13: A avaliação da produção textual

### Avaliação e reelaboração

1. Você deverá avaliar o artigo de opinião produzido por um colega, em uma dinâmica que será gerenciada pelo professor.
2. Após ler o artigo do colega, responda.
  - a. O artigo tem uma introdução (contextualização, tese e questão controversa), desenvolvimento (diferentes tipos de argumentos) e conclusão?
  - b. O desenvolvimento do tema é aprofundado por meio de diferentes argumentos com informações e dados de fontes confiáveis?
  - c. Os argumentos de autoridade e de comprovação/evidência são referenciados por meio de indicação de fonte e de citações diretas e/ou indiretas?
  - d. O texto está escrito de maneira impessoal e objetiva, sem a explicitação de opiniões pessoais?
3. Devolva o artigo ao colega e leia como o seu texto foi avaliado. Verifique também a avaliação do professor. Faça os ajustes necessários, se considerar pertinentes.
4. Digite o seu artigo de opinião no computador.
5. Compartilhe o artigo de opinião na internet, divulgando-o, preferencialmente, nas redes sociais.
6. Realize comentários de forma crítica, respeitosa e ética nos artigos de colegas de sua turma ou de outra.

**Fonte:** Elaborado por Chinaglia (2020, p.209)

Quanto ao estilo, as orientações da avaliação da produção escrita do artigo de opinião focalizam nos enunciados 2.c, 2.d e 6. Nos dois primeiros, o destaque para a construção da autoridade do argumento pela linguagem do artigo de opinião revela como fontes e citações podem contribuir não só para estruturar como também estilizar o gênero, reforçando o ponto de vista do articulista. Tendo em vista, ainda, o propósito desse gênero, revela-se como alguém que domina a temática e, para tanto, faz uso de argumentos em seu texto implica em utilizar elementos linguísticos que deixem marcas desses posicionamentos, a exemplo dos conectivos e modalizadores. Em relação ao enunciado 6, a questão estilística faz-se

presente, sobretudo, no uso da linguagem do avaliador, neste caso, não do estilo do gênero, mas de uma voz avaliadora que, de algum modo, dialoga com a voz do articulista do artigo de opinião.

O item 2.d reforça, estilisticamente, a escrita impessoal e objetiva que marca uma característica pontual do artigo de opinião já que a estratégia da impessoalidade, de algum modo, neutraliza a mera subjetividade para ceder lugar a argumentos tangíveis e observáveis não pelo articulista como também pelo leitor do artigo de opinião. Embora saibamos que boa parte dos artigos de opinião são impessoais e objetivos, não podemos teoricamente perder de vista que a subjetividade é uma característica intrínseca da linguagem e, sendo os gêneros parte desses artefatos culturais que medeiam as interações no curso da linguagem, também refletem subjetividade com marcas das diferentes vozes na enunciação.

Assim, concluímos, na próxima seção, as interpretações que dialogam com a materialidade dos dados que delineiam a configuração didática das coleções analisadas.

### **Considerações finais**

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a transposição didática dos gêneros argumentativos em livros didáticos de língua portuguesa do Ensino Médio aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD 2021 – 2023). Nesta perspectiva, foram analisados dois livros de volume único aprovados pelo PNLD: “Estações Língua Portuguesa: rotas de atuação sociais” e “Linguagens em Interação: língua portuguesa”, considerando as dimensões da concepção de gênero, da organização didática e da organização estilística-temática-composicional.

Dentre os principais resultados, destacamos a questão da imprecisão conceitual entre texto e gênero, sugerindo que os conceitos são reorganizados em termos parecidos para uma aproximação mais didática entre os saberes prévios do aluno e a definição subjacentes a essas categorias. Desse modo, o texto é definido como um sinônimo de gênero, tendo como uma possível causa os efeitos inerentes da transposição didática do saber científico para o saber didático. Neste viés, os livros abordam, ainda, quanto ao gênero artigo de opinião, por meio dos enunciados as características de um gênero argumentativo, os seus objetivos, o emissor, o interlocutor, o meio em que aquele texto irá circular de modo geral e o contexto de produção. Constatamos também que os estudos dos gêneros focalizados nas unidades didáticas focalizam, em especial, a análise da estrutura, ou seja, nos livros analisados, o gênero é tratado como uma materialização textual e formal.

Outrossim, percebe-se que o artigo de opinião é bastante utilizado como objeto de ensino nos livros. Acreditamos que, tal valorização se relaciona com as demandas externas dos vestibulares que os estudantes prestarão ao saírem do Ensino Médio. Desse modo, o gênero analisado nesta pesquisa parece contribuir, por exemplo, para o trabalho com a argumentação de assuntos da sociedade

brasileira e preparação do discente para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tal como a prova de redação demanda em sua proposta. Em outras palavras, consideramos que a própria proximidade estrutural (introdução, desenvolvimento e conclusão) consideradas pelos livros didáticos se avizinham ao padrão relativo da própria redação cobrada no ENEM.

Estes resultados levam em contribuição a visão que o professor e o alunado têm em relação à aprendizagem dos gêneros argumentativos e de como eles são abordados e transformados no processo didático para a construção da aprendizagem e do ensino dos educandos. Dessa maneira, a pesquisa também pode contribuir para que o docente avalie de forma mais crítica e didática os assuntos relacionados a construções de ideias e de como a influência de posicionamento de profissionais de determinadas áreas podem contribuir para a formação de posicionamentos críticos dos alunos por meio da escolha de livros que focalizam didaticamente saberes produtivos e socialmente relevantes, fazendo com que o alunado discorde ou concorde com a tese citada nos artigos de opiniões.

Posto fim, em relação às futuras investigações, sugerimos que mais livros didáticos sejam analisados com relação aos gêneros argumentativos, não somente os artigos de opinião, como também outros gêneros mais abrangentes ao contexto escolar, visando à preparação argumentativa dos alunos não só para os vestibulares, mas também aos processos de escrita, oralidade, interpretação e análise dos textos em práticas sociais vinculadas à cidadania desses sujeitos. Convidamos os leitores interessados nesta temática a ampliarem o assunto por meio de uma análise sobre a transposição didática no livro e sua relação com a metodologia do professor em sala de aula, analisando como o docente elabora as atividades propostas nos livros didáticos, bem como o assunto é tratado nas avaliações.

## Referências

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARROS, E. M. D. **Transposição didática externa: a modelização do gênero na pesquisa colaborativa**. Raído, Dourados, MS, v. 6, n. 11, p. 11-35, jan./jun. 2012.

BARROS-MENDES, Adélma das Neves; PADILHA, Simone de Jesus. Metodologia de análise de livros didáticos de Língua Portuguesa: desafios e possibilidades. In: COSTA VAL, Maria da Graça; MARCUSCHI, Beth (Org.). **Livro didático de Língua Portuguesa: letramento, inclusão e cidadania**. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2008. P. 119-146.

BEZERRA, Benedito Gomes. **Gêneros no contexto brasileiro: questões (meta) teóricas e conceituais**. Ed. 1. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2021. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEF, p.1-23, 2000.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

BUZEN, Clecio Santos. **Livro didático de língua portuguesa: um gênero do discurso**. 2005. 169 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. 2005.

BUZEN, Clecio; ROJO, Roxane. Livro didático de Língua Portuguesa como gênero do discurso: autoria e estilo. In: COSTA VAL, Maria da Graça; MARCUSCHI, Beth (Orgs.). **Livro didático de Língua Portuguesa: letramento, inclusão e cidadania**. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2008. p. 73-112.

CHEVALLARD, Yves. **La transposición didáctica: del saber sábio al saber enseñado**. [Título original: La transposition didactique. Du savoir savant au savoir enseigné]. Traducción de Claudia Gilman. Buenos Aires: Aique, 2005.

CHEVALLARD, Yves. On Didactic Transposition Theory: some introductory notes. Université d'Aix-Marseille II, **Institut de recherche sur l'enseignement des mathématiques**. 1985.

CHOPPIN, Allain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. Educação e Pesquisa, São Paulo. V.30, n.3 p. 549-566. 2004.

COSTA, Sérgio Roberto. Dicionário de gêneros textuais. Ed. 2. ver.ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CRISTOVÃO, V. L. L. **Gêneros e ensino de leitura em LE: os modelos didáticos de gêneros na construção e avaliação de material didático**. Tese de Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

CRISTOVÃO, V. L. L.; ARTEMEVA, N. (2018). Towards a hybrid approach to genre teaching: comparing the Swiss and Brazilian schools of socio-discursive interactionism and rhetorical genre studies. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 7, n. 2, p. 101 - 120, maio/ago. 2018.

DIAS, Eliana; MESQUITA, Elisete Maria de Carvalho; FINOTTI, Luísa Helena Borges; OTONI, Maria Aparecida Resende; LIMA, Maria Cecília; ROCHA, Maura Alves de Freitas. Gêneros textuais e (ou) gêneros discursivos: uma questão de nomenclatura? **Revista Interações**, 2011. P. 142-155.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. **Sequências didáticas para o oral e a escrita**: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, Ed.2, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946. 2007.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2022. p 67-83.

FLORÊNCIO, Deymika de Carvalho; LIMA, Paulo da Silva. **As capacidades de linguagem em gênero artigo de opinião**: uma análise textualizada à luz do interacionismo sociodiscursivo. Fólio - revista de Letras, Vitória da Conquista, v.13, n.1. 2021.

MACHADO, A. R; CRISTOVÃO, V. L. L. A construção de modelos didáticos de gêneros: aportes e questionamentos para o ensino de gêneros. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 6, n. 3, p. 547-573, set./dez. 2006.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Rev. Bras. Hist. Educ.** 2012, vol.12, n.03, pp.179-197.

OLIVEIRA, Luciano de. A política pública do livro didático (PNLD): implicações na escolha e usos do livro pelo professor. **Revista Ars Historica**. p. 272-290. 2016.

POLIDORO, L. F.; STIGAR, R. A Transposição Didática: a passagem do saber científico para o saber escolar. Ciberteologia - **Revista de Teologia & Cultura**, Ano VI, n. 27.

PONTARA, C. L. **Produção de sequência didática com base no gênero infográfico em língua inglesa**: um olhar para o processo de transposição didática. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

VIEIRA, Alessandra Junqueira. **Desenvolvendo Capacidades de Linguagem**: Uma Proposta de Sequência Didática para a Compreensão e Produção Escrita do Gênero Textual Fábula. Dissertação (Mestrado), Universidade de Taubaté, Departamento de Ciências Sociais e Letras, 2007.

# LEVANTAMENTO DE PESQUISAS SOBRE A SEÇÃO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS DO GÊNERO DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Jó Gomes da Silva (UESPI)

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considerando as pesquisas empreendidas a partir dos Estudos de gêneros, especificamente aquelas sob o viés da abordagem Inglês para Fins Específicos e da abordagem Estudos Retóricos de Gêneros, este trabalho tem como objetivo realizar um levantamento de pesquisas que analisaram retoricamente a seção Considerações finais do gênero Dissertação de Mestrado, assim como apresentar uma síntese de seus resultados alcançados. Esse objetivo surge como contribuição para as seguintes questões: 1. quais são os quadros retóricos resultantes de análises da seção Considerações finais do gênero em questão? 2. quais recorrências são menos/mais observadas na organização composicional da seção analisada? Como marco teórico-metodológico dos estudos de gênero, considera-se Swales (1990); Miller (2012, 2015) e Bazerman (2020, 2021a, 2021b); assim como Hyland (2020) quanto ao tratamento de Cultura disciplinar. Somado a isso, esta pesquisa se caracteriza como documental, uma vez que o *corpus* é composto por publicações acadêmicas – Artigos científicos e Dissertações de Mestrado – dispostas em periódicos e repositórios, com uma delimitação temporal de dez anos (2014-2024) e com concentração no gênero já mencionado. Ademais, apresenta-se como uma abordagem quali-quantitativa, visto que há descrição das ações retóricas identificadas e quantificadas. Como resultado, apresenta-se um quadro expositivo com as recorrências retóricas identificadas, de acordo com cada pesquisa analisada, como, por exemplo: alta recorrência dos passos retóricos *Apresentando descobertas/resultados da pesquisa*, *Retomando o objetivo da pesquisa*, *Recomendando/apontando pesquisas futuras* e *Retomando a metodologia da pesquisa*, respectivamente. Com esse quadro disponível, possibilita-se uma visualização comparativa de como as práticas de escrita acadêmica se desenvolvem em um específico contexto de produção e quais escolhas (con)textuais são observáveis nessa percepção.

Agora, apoiando a importância de investigar as práticas de uso e condução de passos retóricos nas seções e no gênero aqui defendidos, Bezerra (2022, p. 91) expressa uma observação fundamental para a justificativa de se analisar as seções já indicadas do gênero Dissertação de Mestrado nos distintos programas e das distintas áreas (diferentes comunidades discursivas – o que será exposto teoricamente e especificamente adiante):

As comunidades discursivas são dinâmicas, pois se situam em um mundo dinâmico, e são bastante heterogêneas, o que torna pouco produtivo falar de uma ‘comunidade discursiva acadêmica’ como se não houvesse enormes diferenças entre as áreas disciplinares. Até mesmo em um único departamento de linguística, ou em um programa de pós-graduação, por exemplo, uma eventual homogeneidade só existe do ponto de vista de um observador externo. [...]

Então esta pesquisa tem a contribuir à comunidade discursiva acadêmica por fornecer informações analíticas de dados textuais, partindo de duas culturas disciplinares distintas, por serem de áreas diferentes e por pertencerem a programas diferentes também.

Swales (2019), ao fim do seu artigo sobre percepções quanto ao futuro dos estudos de gêneros, comenta que seria útil incorporar mais informações contextuais nos estudos de gênero por aqueles que estudam e praticam gêneros, com maior atenção aos campos interdisciplinares emergentes.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Esta seção e suas subseções são dedicadas à organização teórica que proporciona o suporte básico de conceitos e apontamentos que situam a condição de produção desta pesquisa.

### **Gênero textual/discursivo e abordagens/tradições**

Somando ao panorama das reflexões sobre os estudos do gênero no âmbito (inter)nacional, Bezerra (2020, p. 59) cita que “considerando as literaturas anglófona e francófona, são quatro as principais teorias que circulam internacionalmente e que são objeto de recepção e apropriação no Brasil.” Claro, cada uma seguindo o seu contexto específico e com uma vocação específica referente à abordagem dos gêneros, observando enfaticamente que esse breve apanhado não elimina automaticamente a existência de abordagens sobre gêneros em outras perspectivas que não poderiam ser enquadradas nessas quatro teorias. Diante disso, como exemplo, tais abordagens alternativas podem ser verificadas no âmbito da Análise Crítica do Discurso, da Análise do Discurso “Francesa”, da Linguística Textual e da Análise Dialógica do Discurso.

Retomando Schryer (2002, p. 78), Bezerra (2020, p. 60) relembra que tal autor agrupa essas perspectivas em duas vertentes, referindo-se a elas como “abordagens retóricas” e “abordagens linguísticas”, as quais se distinguiriam pelo

fato de que, “se os teóricos da retórica exploram os gêneros em seus contextos, é correto afirmar que os linguistas exploram os gêneros em seus contextos”. De certa forma, os pesquisadores concordam em abordar os gêneros numa perspectiva de “texto em contexto”, podendo a ênfase recair ou sobre o texto (abordagens linguísticas) ou sobre o contexto (abordagens retóricas). O que justamente caracteriza que essas ênfases não são excludentes mutuamente, pois Schryer (2002, *apud* BEZERRA, 2020) argumenta que existe, por outro lado, uma necessidade de modelos teórico-metodológicos que permitam aos estudiosos dar conta, de forma crítica, tanto das práticas contextuais como das textuais. Analogamente, Bawarshi e Reiff (2013) apresentam dois grupos, descritos como “tradições linguísticas” e “tradições retóricas e sociológicas”, em que a ênfase das primeiras recai sobre o texto e a das segundas, sobre o contexto.

Assim como registrado por Marcuschi (2008), Bawarshi e Reiff (2013) e Bezerra (2020), entre as “tradições linguísticas”, uma abordagem ou tradição linguística é representada pela perspectiva norte-americana do Inglês para Fins Específicos, referida entre nós pela sigla ESP, do original *English for Specific Purposes*, com foco na pós-graduação e nos contextos profissionais, como consta em Swales (1990, 2004), Bhatia (1993, 2004, 2017) e outros.

Representando as tradições retóricas e sociológicas, os Estudos Retóricos de Gênero (ERG), também conhecido como Escola Norte-Americana, divergindo das áreas há pouco mencionadas, não se caracterizam especificamente por um imperativo pedagógico, ou seja, não enfatizam o ensino ou a análise dos aspectos linguísticos relativos aos gêneros, para essa área a questão principal é como ensinar gêneros sem deixar de considerar que não podem ser reduzidos a um conjunto de características a serem ensinadas explicitamente. As suas aplicações pedagógicas, por sua vez, tendem a se concentrar no ensino superior, por exemplo: disciplinas básicas oferecidas no primeiro ano da graduação universitária ou ao longo das disciplinas do curso.

Bezerra (2020, p. 67) sintetiza esse panorama bem ao escrever que: “Cada teoria se distingue pelos fatores que a originaram, pelos focos que a definiram, pelos fins a que se destina, enfim, pelo contexto em que surgiu”. O autor lembra até uma provocação interessante de Aviva Freedman (2015), para quem parece que cada teoria de gêneros também é um gênero.

Para prosseguir para os subtópicos seguintes, antecede-se aqui a compreensão da preferência por duas tradições, as quais se unem para abranger o objeto de estudo em sua realidade de uso e produção. Uma de abordagem mais contextual, e a outra com tratamento centrado no texto – sem qualquer desprezo que seja por outras faces do objeto, trata-se apenas de uma objetividade do foco de pesquisa –, respectivamente Estudos retóricos de gêneros e Inglês para fins específicos. É até normal serem tratadas sob a denominação de abordagem Sociorretórica, por considerar certamente os pontos em comum, mas serão tratadas a seguir individualmente, somando-se para apoiar o melhor tratamento possível do objeto.

## Inglês para fins específicos (ESP – English for Specific Purposes)

Nesse campo de estudos, John Malcolm Swales, professor e linguista britânico, consta como a principal referência a partir de sua obra *Genre Analysis: English in academic and research settings*, mesmo que outros pesquisadores tenham iniciado o uso da análise de gêneros como ferramenta pedagógica e de pesquisa desde 1980, como afirmam Bawarshi e Reiff (2013). Por sua vez, a definição de gênero indicada pelo pesquisador, embora revisitada em textos posteriores à sua primeira menção, permanece como base de diversas fundamentações teóricas de pesquisas que seguem o viés do ESP.

Ao expor o percurso teórico da célebre obra que marca a origem da área, Bawarshi e Reiff (2013) apontam suas primeiras observações quanto às influências do Inglês para fins específicos: as análises de ESP tornaram-se mais profundas no sentido de descrever não só os traços linguísticos, mas também os propósitos e efeitos comunicativos. Importa mencionar o que Bawarshi e Reiff (2013) citam como os três conceitos-chave quando levados em consideração a abordagem de Swales e os estudos de gênero: comunidade discursiva, propósito comunicativo e gênero, os quais são brevemente comentados a seguir.

Comunidade discursiva possui um conjunto de objetivos públicos comuns; mecanismos de intercomunicação; mecanismos usados especialmente para a troca de informações; um tipo de posse e uso de um ou mais gêneros para alcançar seus objetivos; aquisição de um léxico específico; certo equilíbrio entre novatos e veteranos, o que se dá pelo conhecimento necessário para a admissão. Ou seja, para o autor, existe esse conjunto de marcas que fazem com que reconheçamos as comunidades discursivas, tais como a existência de objetivos em comum que são amplamente aceitos, a existência de elementos de intercomunicação, o domínio e o uso de gêneros para o encaminhamento de objetivos, além do desenvolvimento de um léxico particular e sua expansão.

Importa mencionar que, assim como houve revisão feita sobre a noção de propósito comunicativo e seu caráter privilegiado para a definição do gênero, o conceito de comunidade discursiva também foi revisto. Swales (2009) modifica cinco dos seis critérios para representar esse conceito e chega a afirmar que “a verdadeira comunidade discursiva pode ser mais rara e esotérica do que eu pensava” (SWALES, 2009, p. 206).

Já o “propósito comunicativo é visto como ligado à convenção social de como o gênero funciona, para que ele serve na sociedade, e não de como é ligado às intenções psicológicas do falante/escritor, por exemplo”, descreve Pimentel (2019, p. 78). Dessa forma, partindo dessa consideração, o conceito aqui discutido não pode ser tomado sob o viés da produção ou recepção do gênero. Na mesma concepção, propósitos também não são objetivos da comunidade, pois, para cumprir tais objetivos, os membros de uma comunidade podem utilizar-se de uma série de gêneros, com diferentes propósitos.

Askehave e Swales (2009), mais tarde, referindo-se a Swales (1990) e às discussões seguidas desde então, expõem observações importante quanto ao propósito (os conjuntos de propósitos comunicativos, no caso), esse *status* de critério “privilegiado”, e que assim se mantenha, diferente do originalmente proposto por Swales (1990) da seguinte forma apenas: não mais privilegiado pela centralidade, proeminência ou clareza evidente e nem pelas crenças reportadas pelos usuários de gêneros, mas por sua posição como recompensa ou retribuição aos investigadores no momento em que chegam a completar o círculo hermenêutico.

Ainda nesta subseção, seguindo o viés do ESP e as discussões que o circundam, é o momento de emergir o conceito de Gênero na exposição desenvolvida, termo e definição clássicos nessa cultura da tradição linguística. Por sua vez, gênero “[...] compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham um conjunto de propósitos comunicativos”, como descrito por Swales (1990, p. 58).

Para melhor dirigir o foco ao gênero e a suas implicações, consideram-se as palavras de Bhatia (2009, p. 161) quanto ao assunto, pois para o autor os gêneros são definidos essencialmente em termos de uso da linguagem em contextos comunicativos convencionados, que dá origem a conjuntos específicos de propósitos comunicativos para grupos sociais e disciplinares especializados, que, por sua vez, estabelecem formas estruturais relativamente estáveis e, em certa extensão, até mesmo impõem restrições quanto ao emprego de recursos léxico-gramaticais.

Mais uma entre as significativas contribuições de Swales, que está ligada aos processos metodológicos, é o modelo CARS (*Create a Research Space*), destacado e referenciado no contexto das pesquisas a partir de seus estudos sobre as introduções em artigos de pesquisa.

O autor introduziu em seu modelo dois conceitos fundamentais, a saber: o de *move* (movimento), uma ação retórica maior realizada textualmente, e o de *step* (passo), que é uma sub-ação que realiza o movimento.

Nesse sentido, inicialmente o modelo apresentou quatro movimentos, como seguem enumerados: 1. *Estabelecendo o campo de pesquisa* (área em que se insere a pesquisa); 2. *Sumarizando pesquisas prévias* (faz referência a pesquisas já desenvolvidas); 3. *Preparando a presente pesquisa* (descreve a pesquisa, indicando objetivos, hipótese e métodos); e 4. *Introduzindo a presente pesquisa* (mostra aspectos relevantes na área desenvolvida).

Posteriormente, motivado pela dificuldade de pesquisas/pesquisadores em distinguirem os movimentos 1 e 2, Swales (1990) revisou o seu modelo inicial e o atualizou. De 4, passou para 3 movimentos retóricos de introduções de artigos de pesquisa, acrescentando, entretanto, alguns passos em cada um dos movimentos, como é possível observar no quadro a seguir.

**Quadro 1:** Modelo CARS – Descrição da Organização retórica da seção Introdução de Artigos acadêmicos

MOVIMENTO 1		ESTABELECEER O TERRITÓRIO	
Passo 1	Estabelecer a importância da pesquisa	e/ou	↓
Passo 2	Fazer generalização/ões quanto ao tópico	e/ou	
Passo 3	Revisar a literatura (pesquisas prévias)	Diminuindo o esforço retórico	
MOVIMENTO 2		ESTABELECEER O NICHU	
Passo 1A	Contra-argumentar	ou	↓
Passo 1B	Indicar lacuna/s no conhecimento	ou	
Passo 1C	Provocar questionamento	ou	
Passo 1D	Continuar a tradição	Enfraquecendo os possíveis questionamentos	
MOVIMENTO 3		OCUPAR O NICHU	
Passo 1A	Delinear os objetivos	ou	↓
Passo 1B	Apresentar a pesquisa	Explicitando o trabalho	
Passo 2	Apresentar os principais resultados		
Passo 3	Indicar a estrutura do artigo		

Fonte: Swales (1990, p. 141).

Quanto à organização retórica, o próprio termo costuma ser mais pressuposto do que conceituado objetivamente, escreve Alves Filho (2018, 136). Ainda o define da seguinte forma: “[...] modo como, de forma um tanto idealizada, mas decorrente de análise empírica, uma dada seção de um gênero se organiza em termos de movimentos e passos retóricos”. Adiante, há uma especificação, quando ele enfatiza que

[...] uma organização retórica busca oferecer um desenho de como, preferencialmente ou recorrentemente, os escritores numa dada comunidade discursiva organizam seus textos em termos funcionais e pragmáticos visando atingir certos propósitos comunicativos e retóricos (ALVES FILHO, 2018, p. 136).

Por sua vez, o movimento retórico é concebido como “[...] uma unidade funcional (de caráter discursivo ou retórico), e não formal dos gêneros” (SWALES, 2004, p. 229, *apud* ALVES FILHO, 2018, p. 136).

Alves Filho (2018) enfatiza que a influência sobre a identificação dos movimentos retóricos em relação às funções comunicativas globais do gênero indica

quão complexa é essa tarefa, por a identificação dos propósitos comunicativos de um gênero ser muito complexa também, tendo em vista que não é sempre um consenso entre os especialistas e entre estes e os analistas de gênero quanto a quais sejam os propósitos de um gênero.

## **Estudos Retóricos de Gêneros (ERG)**

Os estudos retóricos de gênero tendem a se concentrar mais em como os gêneros capacitam os usuários a realizar retórica e linguisticamente ações simbólicas situadas e, ao fazer isso, desempenham ações e relações sociais, cumprem papéis sociais e moldam realidades sociais. Ao mesmo tempo, os ERG se concentram no modo como os gêneros, através de seu uso, mantêm e ajudam dinamicamente a reproduzir práticas e realidades sociais, além de revelar suas tensões internas.

Para os ERG, portanto, o contexto fornece mais do que um valioso conhecimento de base com respeito a propósitos comunicativos, pertencimento à comunidade discursiva, nomenclatura de gêneros ou mesmo cadeia de gêneros e gêneros oclusos, como se verifica em Bawarshi e Reiff (2013, p. 81).

Antes de partir para qualquer definição, é válido interligar as áreas abordadas – ESP e ERG –, relacionando-as em um paralelo de afinidades e divergências que coincidem com a abrangência necessária como aparato para o tratamento do objeto de estudo desta pesquisa e dos fatores influentes relacionados a ele.

Recorrendo a Bawarshi e Reiff (2013, p. 76) para dirigir esse comparativo, encontra-se que, embora tanto os pesquisadores de ESP como os de ERG reconheçam a relação dinâmica entre textos e contextos, e ambos reconheçam os gêneros como ações retóricas e linguísticas situadas, são os ERG que tendem a compreender os gêneros não só como situados em contextos como as comunidades discursivas, mas também como constitutivos desses contextos.

[...] Isto é, para os ERG, o contexto fornece mais do que um valioso conhecimento de fundo com respeito a propósitos comunicativos, membros da comunidade discursiva, nomenclatura de gêneros, ou ainda, sobre cadeias de gêneros e gêneros oclusos – por mais significativo que isso seja (*idem*, 2013, p. 77).

Portanto, a partir das palavras de Bawarshi e Reiff (2013), infere-se que enquanto os estudiosos de gêneros em ESP tendem a compreender os gêneros como ferramentas comunicativas situadas em contextos sociais, os estudiosos de gêneros no campo da retórica tendem a compreendê-los como conceitos sociológicos que corporificam modos textuais e sociais de conhecer, de ser e de interagir em contextos bem determinados.

Os gêneros, portanto, na sua dimensão estrutural, “[...] são meios convencionados e altamente intrincados de concatenar recursos retóricos tais como a narração e a figuração” (MILLER, 2012, p. 55). Já na sua dimensão pragmática, “os

gêneros não apenas ajudam pessoas reais, em comunidades espaço-temporais, a fazer seu trabalho e realizar seus propósitos; eles também ajudam as comunidades virtuais a reproduzir e reconstruir a si mesmas para continuarem suas histórias”, (MILLER, 2012, p. 55).

Nesse viés, Bazerman (2020, p. 37) comenta que entender a forma e a circulação de textos nos sistemas de gêneros e nos sistemas de atividades pode até ajudar a entender como interromper ou mudar os sistemas pela exclusão, adição ou modificação de um tipo de documento, indicando a influência que a conjuntura do gênero reflete em papéis de autoridade sobre o seu tratamento. Isso pode levar a usos inapropriados do texto, assim como também oferece instrumentos para a reflexão sobre o papel da criatividade social em fazer coisas novas acontecerem de novas maneiras.

### **Gêneros em Contextos Acadêmicos**

A escrita acadêmica é uma prática situada socialmente e cada disciplina é caracterizada por particularidades que a constituem como uma cultura distinta, de acordo com o que escreve Hyland (2000). Assim, faz-se necessário que os educandos compreendam os gêneros como ações intrinsecamente ligadas aos processos sociais das comunidades nas quais estão inseridos. “Partindo do princípio de que cada cultura disciplinar compreende e constrói os gêneros acadêmicos conforme suas crenças epistêmicas, seus valores, objetos de análise e peculiaridades”, como descrevem Freitas, Bernardino e Pacheco (2020, p. 56).

Por sua vez, Hyland (2000) indica que gêneros acadêmicos são meios pelos quais pesquisadores negociam cautelosamente posicionamentos e argumentações com seus pares. Logo, a escrita acadêmica reflete e representa os discursos recorrentes em sua cultura disciplinar.

Freitas, Bernardino e Pacheco (2020, p. 58) dissertam que a construção do conhecimento acadêmico se desenvolve por meio dos diversos grupos disciplinares que compõem a academia. Dessa forma, pressupõe-se, sobre cultura disciplinar, que tal conceito nasce a partir da evidência de que cada disciplina apresenta uma forma própria de construir conhecimento.

Em Hyland (2000), compreende-se que cada cultura disciplinar expressa e conduz características específicas que a distinguem das demais áreas. Suas peculiaridades sobrepõem o léxico e o conteúdo específicos. Tais culturas diferem quanto às dimensões sociais e práticas, mostrando contrastes não apenas no campo de conhecimento, sobretudo, em seus objetivos, comportamentos sociais, relações de poder, interesses políticos, modos de falar e estruturar a argumentação.

“Nesse contexto, as particularidades que definem e formam cada cultura disciplinar influenciam diretamente na produção, na circulação e no consumo dos textos utilizados por essa cultura”, conforme Freitas, Bernardino e Pacheco (2020, p. 58).

## **Gênero Dissertação de Mestrado e seção Considerações finais**

Em Prodanov e Freitas (2013, p. 171) o tratamento do gênero dissertação inicia por sua descrição etimológica, como segue exemplificado;

A dissertação, que, no sentido etimológico de origem grega, significa *dis* (prefixo indicador de separação e afastamento) e *sertare* (ajuntar, ligar, entrelaçar), designa um estudo teórico, de natureza reflexiva, o qual consiste na ordenação de ideias sobre determinado tema.

O que é possível concordar e interessar para um entendimento específico do gênero desde a sua definição e identificação nominal. A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – (NBR 14724:2011), por sua vez, define o gênero acadêmico Dissertação como:

Documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato. É feito sob a coordenação de um orientador, visando a obtenção do título de mestre.

No mesmo viés que a NBR 14724:2011, Prodanov e Freitas (2013, p. 171) indicam as finalidades comuns do gênero, desde o seu dever de cumprir as exigências da monografia científica como de tratar da comunicação dos resultados da pesquisa e da reflexão, que deve versar sobre um tema igualmente único e delimitado, devendo ser elaborada de acordo com as mesmas diretrizes metodológicas, técnicas e lógicas do trabalho científico, como na tese de doutoramento.

Assim como há os seus propósitos e fins, há as suas caracterizações também, a depender da forma de condução da pesquisa/do estudo, o conduz a dissertação como um trabalho científico mais expositivo (descritivo) ou, de outra forma, argumentativa.

Já a seção de Considerações finais “[...] refere-se à descrição dos fatos verificados no *corpus* estudado, em volta dos pontos interpretados sobre os fatos [...]”, definem Motta-Roth e Hendges (2010, p. 126).

Motta-Roth e Hendges (2010, p. 128) resumem em oito movimentos as informações levantadas em suas leituras de outros autores que observaram recorrências na composição dessa seção e definem que a organização da discussão nessa seção segue pelo menos dois padrões retóricos: ponto a ponto (em que há comparação e contraste, sentença a sentença, entre as características de cada elemento envolvido) ou totalidade de pontos de um/de outro (há comparação e contraste entre os itens de cada um dos elementos envolvidos por blocos). Os movimentos elencados pelas autoras constam a seguir.

Motta-Roth e Hendges (2010) ainda elencam as características linguísticas da seção, tidas como expressões que apontam a organização textual para o leitor, dirigindo-o pela leitura e influenciando sua apreensão. Essas expressões são descritas como: 1. de resultados, de discussão e de conclusão; 2. expressões verbais que apontam os resultados – asseverar, concordar, discordar, comparar, contrastar, recomendar, validar, classificar, demonstrar e generalizar.

Em síntese, considerando o que Casagrande (2003) *apud* Heerdt e Leonel (2007) escreveu sobre a elaboração das considerações finais, considerado aqui como um bom espelho para esse fim de subseção: deve-se levar em conta os objetivos propostos, apontando as principais reflexões apresentadas no decorrer do trabalho, visto que nessa etapa do trabalho o acadêmico expõe claramente seu ponto de vista mais marcante na apreciação crítica, evidenciando os componentes basilares e esperados para essa etapa do texto.

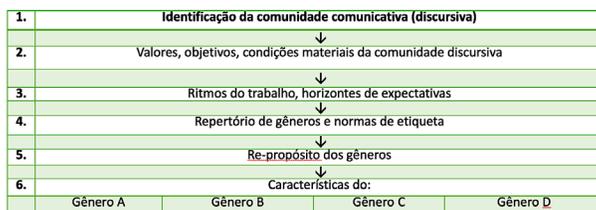
## Metodologia de Pesquisa

Nesta etapa, constam a descrição e o quantitativo dos textos selecionados para a análise, a fonte dos respectivos textos e as datas de produção. Além disso, a seguir, são apresentadas as ações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa projetada neste texto, assim como as características que resultam nas classificações descritivas do projeto.

Quanto à caracterização da pesquisa, esta define-se como documental, pois o *corpus* é composto por publicações acadêmicas – Artigos científicos e Dissertações de Mestrado (disponíveis em repositórios acadêmicos), com uma delimitação temporal de dez anos (2014-2024) e com concentração em um gênero específico.

Já sobre a abordagem, considera-se como quali-quantitativa, uma vez que há quantificação e descrição das ações retóricas identificadas.

**Quadro 2:** Esquema metodológico contextual



**Fonte:** Askehave e Swales (2009, p. 240).

Panorama de pesquisas (*corpus*): Paiva (2019) – Interdisciplinar: História e Letras (MIHL/UECE): 10 Dissertações; Paiva (2021) – Letras (MIHL/UECE): 10 Dissertações; Paiva (2022) – Letras/Linguística (PPGLinC/UFBA): 5 Dissertações; Cavalcante (2022) – Letras/Linguística (ProfLetras/UESPI): 15 Dissertações/ Matemática (ProfMat/UESPI): 15 Dissertações; Silva (2024)<sup>71</sup> – Letras/Linguística (PPGEL/UFPI): 20 Dissertações/ Matemática (PPGMAT/UFPI): 20 Dissertações.

71 - Não publicado (pesquisa de mestrado em andamento).

## Análise e Descrição

A partir do *corpus* analisados, chegou-se ao seguinte quadro (3) com as quantificações de recorrências.

**Quadro 3:** Passos e movimentos retóricos na seção Considerações finais de Dissertação de Mestrado<sup>72</sup>

MOVIMENTOS E PASSOS RETÓRICOS	Paiva (2021)		Paiva (2021)		Cavalcante (2022)		Silva (2024)	
	LL	Hiat	LL	LL	LL	Mhi	LL	Mhi
<b>MOVIMENTO RETÓRICO 1: RETOMANDO ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA PESQUISA</b>								
Passo retórico 1.1: Retomando o objetivo da pesquisa	2/10	2/10	3/10	5/5	11/15	11/15	14/20	---
Passo retórico 1.2: Contextualizando a pesquisa	2/10	2/10	3/10	5/5	12/15	13/15	9/20	1/20
Passo retórico 1.3: Confirmando/validando hipótese	---	---	---	---	8/15	---	5/20	---
Passo retórico 1.4: Apresentando a motivação da pesquisa	---	---	---	---	3/15	9/15	4/20	---
Passo retórico 1.5: Retomando a metodologia da pesquisa	---	---	---	---	2/15	---	10/20	---
Passo retórico observado 1.6: Retomando o problema de pesquisa	2/10	2/10	3/10	5/5	---	5/15	6/20	---
Passo retórico observado 1.7: Retomando o objeto de estudo	2/10	2/10	3/10	5/5	---	---	13/20	1/20
<b>MOVIMENTO RETÓRICO 2: SUMARIZANDO CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA</b>								
Passo retórico 2.1: Apresentando descobertas/resultados da pesquisa	3/10	3/10	3/5	5/5	14/15	12/15	18/20	2/20
Passo retórico 2.2: Apresentando a importância/contribuição da pesquisa	---	---	---	---	4/5	11/15	10/15	9/20
Passo retórico 2.3: Retomando justificativa de escolha para a proposta de intervenção	---	---	---	---	9/15	---	---	---
<b>MOVIMENTO RETÓRICO 3: INDICANDO DEDUÇÕES A PARTIR DA PESQUISA</b>								
Passo retórico 3.1: Recomendando/aportando pesquisas futuras	2/10	2/10	3/10	---	8/15	6/15	12/20	---
Passo retórico 3.2: Indicando recomendações práticas	---	---	---	---	---	9/15	7/20	---
Passo retórico observado 3.3: Apresentando limitação na pesquisa ou lacunas	3/10	3/10	---	3/5	---	---	12/20	---
Passo retórico observado 3.4: Apresentando conclusão	2/10	2/10	3/10	---	---	---	14/20	---

**Fonte:** autoria própria, baseado em Paiva (2019), Paiva (2021), Paiva (2022), Cavalcante (2022) e Silva (2024 – não publicado).

A partir do quadro desenvolvido e apresentado (3), algumas percepções foram alcançadas, tais como: a análise retórica é descritiva, não prescritiva, ou seja, os seus dados nos apresentam informações sobre quais informações são privilegiadas e recorrentes em determinadas culturas disciplinares, não como uma regra do que (não) deve ser considerado quanto à escrita, mas como um quadro norteador do que é recorrente em cada área/disciplina; somado a isso, observa-se também que a maioria das pesquisas sobre gêneros comuns da pós-graduação são trabalhos de Mestrado, ou seja pesquisas que dispõem de um cronograma mais abrangente e disponível para a abordagem de gêneros e pesquisas extensos. Ademais, sobre o Mestrado acadêmico e o Mestrado profissional, há diferenças entre a organização retórica, considerando uma área em comum em algumas pesquisas, a exemplo de Cavalcante (2022) e Silva (2024); por sua vez, os passos comuns entre as diferentes áreas são: *1.2 Contextualizando a pesquisa*; *2.1 Apresentando descobertas/resultados da pesquisa*; enquanto os movimentos comuns entre as diferentes áreas são: Introdução e Contribuições da pesquisa.

Os estudos sobre gêneros (ESP/ ERG) estão desenvolvendo-se, expandindo as análises por diversas áreas e gêneros e, assim, proporcionando um entendimento mais específico sobre a escrita acadêmica e seus diversos fatores co(textuais).

## Considerações Finais

Como projetado na introdução desta pesquisa, aquilo que foi apresentado como objetivo (realizar um levantamento de pesquisas que analisaram retoricamente a seção Considerações finais do gênero Dissertação de Mestrado, assim como apresentar uma síntese de seus resultados alcançados) foi alcançado a partir do desenvolvimento do quadro 3, o qual sintetiza os achados das pesquisas contempladas no *corpus*, expondo os passos e movimentos retóricos em cada pesquisa, seção e área disciplinar.

72 - A ordem correta das pesquisas: Paiva (2019), Paiva (2021), Paiva (2022), Cavalcante (2022) e Silva (2024).

Ao se apresentar o objetivo geral e específico desta pesquisa, assim como as questões de pesquisa (1. quais são os quadros retóricos resultantes de análises da seção Considerações finais do gênero em questão? 2. quais recorrências são menos/mais observadas na organização composicional da seção analisada?), foi possível conferir especificamente o que é possível analisar e comparar paralelamente entre as pesquisas e as áreas contempladas, destacando o que é menos/mais recorrente em cada área e seus possíveis contextos de produção.

Assim é possível conferir como as áreas disciplinares acabam optando por preferências de informações específicas em movimentos e passos retóricos, principalmente em se tratando da seção de Considerações finais, que, às vezes, é preenchida por retomadas de informações já apresentadas em seções anteriores.

A análise retórica contribui com possíveis discussões e percepções sobre como algumas áreas, programas e instituições organizam e propagam seus conhecimentos e sua cultura por meio daquilo que se torna recorrente e tácito entre a comunidade acadêmica, sugerindo a continuidade e o aprofundamento de pesquisas que possam abranger distintos *corpus* e contextos para se solidificar as noções quantos aos estudos de gêneros com foco nos aspectos contextuais e linguísticos.

Dito isso, reconhece-se a limitação do *corpus* e do período disponível para análise, o que pode ser retomado em pesquisas posteriores que abordem esta perspectiva e ampliem a abordagem de pesquisa, podendo enriquecer os achados também.

## REFERÊNCIAS

ASKEHAVE, Inger; SWALES, John M. Identificação de gênero e propósito comunicativo: um problema e uma possível solução. In: BEZERRA, Benedito Gomes; BIASI-RODRIGUES, Bernardete; CAVALCANTE, Mônica Magalhães (orgs.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009. p. 121-147.

ALVES FILHO, Francisco. Como mestrandos agem retoricamente quando precisam justificar suas pesquisas. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada** [online]. v. 18, n. 1, pp. 131-158, 2018.

BAZERMAN, Charles. **Gênero, agência e escrita**. Tradução: Judith Chambliss Hoffnagel. 2.<sup>a</sup> ed. Recife: Pipa Comunicação, Campina Grande: EDUFCEG, 2021.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Tradução: Judith Chambliss Hoffnagel. 2.<sup>a</sup> ed. Recife: Pipa Comunicação, Campina Grande: EDUFCEG, 2020.

BHATIA, Vijay K. A análise de gêneros hoje. In: BEZERRA, Benedito Gomes; BIASI-RODRIGUES, Bernardete; CAVALCANTE, Mônica Magalhães (orgs.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009. p. 159-197.

CAVALCANTE, Skarllethe Jardannya Batista. **Análise retórica da seção considerações finais do gênero dissertação de mestrado das áreas de letras e matemática.** 2022. 152 f. Dissertação (Programa de Mestrado Acadêmico em Letras) - Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2022.

HYLAND, Ken. **Disciplinary discourse: social interactions in academic writing.** Singapura: Pearson Education Limited, 2000.

MILLER, Carolyn R. **Gênero textual, agência e tecnologia.** Tradução: Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MILLER, Carolyn R. Gêneros evoluem? Deveríamos dizer que sim? *In*: DIONISIO, Angela Paiva; CAVALCANTI, Larissa de Pinho (orgs.). **Gêneros na linguística e na literatura: Charles Bazerman, 10 anos de incentivo à pesquisa no Brasil.** Recife: Editora Universitária UFPE e Pipa Comunicação, 2015.

PAIVA, Francisco Jeimes de Oliveira. Configuração Das Unidades Sociorretóricas Em Considerações Finais De Dissertações No Curso De Mestrado Em Letras. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 36, p. 278-300, 2021.

PAIVA, Francisco Jeimes de Oliveira. Um estudo contrastivo de considerações finais de dissertações de mestrado escritas por pesquisadores da cultura (inter)disciplinar em História e Letras. **Revista Interdisciplinar em Estudos de Linguagem**, v. 1, n. 1, 2019.

SILVA, Iraci Nobre da. Análise sociorretórica de introduções de artigos de graduandos pibidianos de áreas disciplinares diferentes. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 4, e475. 2021.

SWALES, John M. **Genre analysis: english in academic and research settings.** Cambridge/New York: Cambridge University, 1990.

# A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO CURSO DE LETRAS SOBRE PRÁTICAS DE LETRAMENTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Antonio Artur Silva Cantuário (UESPI)  
Verônica Maria Silva Cardoso (UEMA)

## Considerações iniciais

Os desafios sobre a educação científica e o espírito crítico na educação básica ainda recobrem boa parte dos problemas enfrentados pelas instituições escolares, conseqüentemente distanciando ainda mais as práticas letradas que acontecem na escola daquelas constitutivas da universidade. Nesse sentido, considera-se pertinente discutir de modo mais específico como os discursos sobre as práticas de letramentos atinentes à escola e à universidade apontam sentidos para a concepção do que sejam as práticas de leitura e escrita nesses espaços de interação. E, ainda, de que modo esses sentidos evocam aproximações e distanciamentos que muitas vezes quebram as expectativas dos graduandos ao adentrarem às práticas acadêmico-científicas.

Neste estudo, não buscamos trazer uma abordagem focada no domínio ou não de determinadas estratégias de escrita, mas sim refletir sobre os sentidos dos letramentos a na relação às práticas de letramentos na educação básica, refletindo sobre como os graduandos situam a escrita e a leitura nas práticas das aulas de português oriundas da educação básica. Assim, objetivamos neste trabalho mapear a trajetória de letramentos dos participantes por meio de suas histórias de letramentos quanto a práticas letradas na educação básica dos graduandos. O intento é trazer à baila um debate que demonstre evidências de como a ponte cada vez maior entre educação básica e universidade influenciam significativamente no modo como algumas práticas de letramentos constitutivas da educação básica ainda se distanciam do percurso de construção de um emergente sujeito pesquisador, prática esta valorizada e esperada pelas universidades. Importa não apontar problemas ou tecer críticas ao ensino básico, mas promover um diálogo reflexivo que se mova a repensar a própria estrutura educacional brasileira,

que ainda valoriza o currículo conteudista, valorizando práticas de letramentos dominantes e institucionalmente valorizadas.

Para além disso, considera-se o fato de que ainda há um grande descompasso entre os que os alunos, de fato, leem e produzem e aquilo que a escola conta usos de escrita e leitura, aventurando diretrizes curriculares que, por vezes, nem atendem às expectativas geradas no entorno da escola. É necessário também destacar a emergência de maior diálogo da universidade com a educação básica para o estreitamento de relações, horizontalizando dizeres e fomentando um debate inclusivo e democrático com os professores que vivem o chão da escola e conhecem as demandas que ecoam desse espaço de vida e interação.

O norte orientador das reflexões aqui propostas envolve os pressupostos dos Novos Estudos de Letramentos. Nesse enfoque, as práticas de leitura e escrita são processos que envolvem de modo orgânico os diferentes usos da linguagem, operando as relações não só entre a escrita e a leitura tal como as concebemos no senso comum, mas também de suas múltiplas formas de expressão na interface com outras linguagens. Além disso, a heterogeneidade e a pluralidade de materializações da língua regulam e são reguladas pelas demandas das diferentes esferas discursivas.

Mobiliza-se no contexto desta investigação a concepção de letramento, que desloca o foco dado à aquisição de habilidades, como é feito pelas abordagens tradicionais<sup>73</sup>, para uma nova visão sobre a natureza do letramento que se concentra no sentido de pensar as ações dos letramentos como uma prática social, que é sujeita às variações de fatores como o tempo e o espaço e as relações de poder que as configuram. Isso significa que os letramentos não são uma entidade estática, mas sim um conjunto de práticas sociais relacionadas à leitura, escrita e a oralidade que evoluem ao longo do tempo e refletem contextos culturais e históricos específicos.

Nesse sentido, as práticas de letramentos englobam as perspectivas sobre como os indivíduos atribuem sentidos e significam suas crenças, valores e concepções a respeito da leitura e da escrita em dado campo de atuação, como é o caso do campo acadêmico em que as práticas de letramentos desenvolvidas neste contexto envolvem-se em processos simultaneamente sociais e subjetivos que objetivam a construção do sujeito. Isso porque, ao construir para si determinadas crenças o sujeito às replica em sua interação com o outro, ou vice-versa, o sujeito pode replicar as formas de interação com as quais ele teve ou tem contato.

Gee (1999) argumenta que os indivíduos constroem suas identidades por meio do uso da linguagem, utilizando a linguagem para construir relações, atividades, identidades e papéis sociais à medida que constroem essas representações durante a enunciação. Nesse sentido, é através do Discurso (com

---

73 - Por abordagens tradicionais, compreende-se o letramento na perspectiva “autônoma”, em que a leitura e a escrita são como um conjunto de habilidades individuais, que uma vez apreendida podem ser utilizadas e aplicadas a qualquer contexto, não havendo variações de uso, ou seja algo meramente técnico (Street, 2014, p. 43).

D maiúsculo) que as linguagens sociais estão inseridas e assumem relevância e sentido. Para o autor, o Discurso distingue em dois tipos de discurso: “Discurso” com “D” maiúscula e “discurso” com “d” minúsculo. O “Discurso” refere-se à representação de certas formas de agir, pensar, avaliar e falar em momentos e contextos específicos, considerados apropriados para a sua manifestação. Já o “discurso” engloba a linguagem em uso, como aquelas encontradas em conversas e histórias. Desse modo, as linguagens sociais estão inseridas nos Discursos e assumem relevância e sentido através deles (Gee,1999).

Gee (1999) denomina os Discursos como espécies de âncoras da identidade, pois permitem a compreensão das diversas identidades sociais. De acordo com o autor, os Discursos são inerentemente ideológicos, uma vez que englobam um conjunto de valores e perspectivas sobre as relações interpessoais, a distribuição de recursos sociais, e também poderão indicar aqueles são os “*insiders*” e aqueles não são. Para Gee (1999), ser “*insider*” refere-se à posição que o sujeito assume mediante as práticas de letramentos dentro de uma comunidade discursiva, uma vez que os indivíduos que exibem sinais de pertencimento a uma comunidade de prática ou a um modelo cultural específico (Gee, 1999; Fischer, 2007).

Nesse viés, cada Discurso estabelece o que é considerado crítica aceitável e quais objetos são coerentes para uso. As posições de fala, as crenças e as decisões não se formam exclusivamente dentro de um Discurso, mas sim na interação com outros Discursos. Por fim, os Discursos estão intrinsecamente relacionados à distribuição de poder social e à estrutura hierárquica da sociedade. O controle sobre determinados Discursos pode ajudar os indivíduos a adquirir recursos sociais, como dinheiro, poder e status. Esses Discursos capacitam grupos a analisar criticamente conflitos relacionados ao uso de outros Discursos. Notavelmente, os discursos que incorporam valores socialmente estimados são chamados de Discursos dominantes, e os grupos que enfrentam menos conflitos ao utilizar esses Discursos são considerados grupos dominantes.

Portanto, a natureza dos Discursos está diretamente ligada aos campos dos letramentos que eles englobam, às dinâmicas de poder, às linguagens sociais e a todo o arcabouço ideológico que os envolve, o que leva Gee (1999) a classificá-los como Discursos primários e secundários. Conforme Gee (1999, p. 137 *apud* Fischer, 2007, p. 33), os Discursos primários são aqueles que “constituem a primeira identidade social de um sujeito”, caracterizado pelo grupo de socialização primária, que envolve “a família e/ou a comunidade de local”, ou seja, seria a base constitutiva dos sujeitos letrados. Nos Discursos secundários, são desenvolvidos em esferas públicas, que envolvem as instituições sociais (escolas, locais de trabalhos, entre outros domínios), eles “constroem e expandem os usos da linguagem, dos valores, atitudes, crenças adquiridas como parte dos primários” (Fischer, 2007, p. 33). Portanto, estas particularidades muito se aproximam das abordagens de Bakhtin (2011 [1979]) sobre gêneros primários e secundários, conforme discussões que serão desenvolvidas no próximo capítulo.

Outro importante conceito para a compreensão das análises é o de gêneros textuais/discursivos. Para Bezerra (2017), os gêneros, como uma categoria mediadora entre o texto e o discurso, desempenham um papel crucial na compreensão da relação entre esses dois elementos. Eles atuam como um ponto de conexão que permite uma análise mais profunda e abrangente da linguagem. Os gêneros não apenas transcendem a dicotomia entre o texto (visto na abordagem estruturalista como uma mera manifestação material) e o discurso (considerado muitas vezes como imaterial), mas também facilitam a integração desses aspectos com seus contextos cognitivos e sociais.

Na perspectiva de Bakhtin (2011 [1979]), a definição dos gêneros do discurso é central e é discutida no plano do enunciado. O enunciado é considerado a unidade real da comunicação discursiva, pois o discurso só pode existir na forma de enunciados, “a unidade da comunicação discursiva” (Bakhtin, 2011 [1979], p. 266). Dentro desse contexto, Bakhtin (2011 [1979]) argumenta que os gêneros são formas de enunciados que se manifestam por meio da interação verbal entre os indivíduos. Eles são influenciados e transformados pelas forças sociais que moldam as perspectivas das pessoas e a forma como elas proferem seus discursos. Por isso, dada a heterogeneidade da própria língua, assim também o são as diversas formas de constituir redes enunciativas, por meio de gêneros que, em seu caráter ora estabilizado, organizam e são organizados pelas ações sociais de uma determinada comunidade.

Na próxima seção, consideram-se os dados metodológicos da pesquisa.

## **Contexto metodológico de pesquisa**

A pesquisa adota como fonte as histórias dos letramentos de e alunos do primeiro e oitavo períodos do curso de letras da Universidade Estadual do Maranhão. A escolha dos relatos dos alunos como fonte de análise deu-se em função da necessidade de identificar na universidade os tipos de discursos que permeiam essa esfera, a fim de compreendê-los diante de suas percepções e concepções das práticas de letramentos acadêmicos na relação com os relatos sobre a educação básica. Sobre a seleção dos períodos em que estavam os participantes, optou-se pela escolha dos relatos dos graduandos do primeiro período e oitavo período do curso, visto que esses períodos proporcionam um panorama comparativo entre as expectativas dos estudantes que estão iniciando e as concepções apresentadas dos alunos graduandos na fase final de curso sobre os gêneros discursivos trabalhados no quadro dos letramentos acadêmicos.

Os passos quanto à coleta de dados consistiu de:

**Passo 1:** *Elaboração dos questionários (Q1 e Q8)* – Cada questionário consistia em 10 perguntas subjetivas. Ambas as versões (Q1 e Q8) foram específicas aos grupos correspondentes dos períodos acadêmicos selecionados. Na organização das perguntas dos questionários, as cinco perguntas focalizaram

as histórias de letramentos dos participantes ao longo da educação básica, tendo-se em vista que esses participantes estavam em outro momento histórico, agora na universidade, refletindo sobre as narrativas que os constituem, a elas atribuindo sentidos e significados sociohistoricamente situados.

A opção pelo questionário online como instrumento de coleta deve-se às especificidades do contexto acadêmico, no qual os alunos têm pouco tempo disponível e consideraram-se as adversidades, limitações inerentes a pesquisa, reconhecendo-a como um processo extenso e sujeito às demandas dos participantes. Observa-se também que os questionários poderiam fornecer informações importantes para a construção das histórias de letramentos dos sujeitos participantes.

Para o armazenamento dos dados coletados, optou-se pelo *Google Drive*, utilizando seu mecanismo de ferramenta em nuvem, o qual construiu um banco de dados por meio de planilhas do Excel das respostas coletadas nos questionários *online*, aspecto que facilitou o acesso e a organização dos dados e a garantia da segurança do armazenamento.

**Passo 2:** *O contato com os participantes* - O contato inicial com os participantes ocorreu de forma presencial em sala. Na oportunidade, os participantes foram informados sobre os riscos da pesquisa, bem como das ações que levariam à sua contribuição na pesquisa. Os estudantes tiveram a opção de participar ou não do estudo. Ressalta-se que, em decorrência do tempo, não se submeteu o projeto ao comitê de ética, mas compromete-se em pesquisas futuras mais longas a submissão da proposta. Nesse encontro presencial houve diálogos, os quais foram apresentados os objetivos da pesquisa, a relevância da participação e a garantia do anonimato das informações coletadas.

Durante essas interações, foi esclarecido que as respostas seriam tratadas de maneira anônima, sem identificação direta dos participantes. Nesse sentido, nos questionários, foi incluída a opção para que o participante pudesse fornecer um codinome que posteriormente foi utilizado nas análises. Após esses encontros, o *link* do questionário online foi disponibilizado. Mediante essa tática de conversas com os períodos, a pesquisa teve baixa participação. Por isso, estratégias adicionais foram aplicadas, incluindo a solicitação para que os participantes respondessem aos questionários através de redes sociais (*WhatsApp*), intermediados pelos líderes de turma e presencialmente em conversas com grupos isolados de alunos, fomentando a colaboração com a pesquisa.

**Passo 3:** *Critérios de seleção dos dados:* As configurações definidas para a seleção dos dados foram determinadas com base no tamanho da amostra das respostas dos participantes do primeiro período, a qual obtivesse a participação de 8 (oito) alunos. Em contrapartida, na turma correspondente ao período oitavo, foram adquiridas 20 (vinte) amostras. Dado o propósito da pesquisa, que visava a comparação entre os grupos de alunos, a amostra da turma do 8º (oitavo) período

passou por um processo de seleção de dados, resultando no refinamento da amostra para 8 (oito) participantes.

A seleção das 8 (oito) amostras foi realizada através da análise dos padrões de recorrência nas cinco primeiras questões do questionário. Nesse contexto, foi avaliado se os estudantes forneceram informações abrangentes sobre a trajetória de seus letramentos, narrando eventos com seriedade e abordando eventuais dificuldades encontradas. Além disso, observou-se a coerência das respostas em relação às questões propostas. Desse modo, chegamos a um constructo de 8 participantes do primeiro período e oito do oitavo período.

**Passo 4: Descrição dos participantes** - Quanto aos participantes, foram divididos em dois grupos, de acordo com os níveis de formação ao longo do curso de Letras. O Grupo 1 (G1) é composto por 8 (oito) estudantes do 1º (primeiro) período, identificados pelos codinomes: **Antonio, Paulo, Mindy, Ger, Sousa, Jujuba, Aurélia Camargo e Luana Andrade**. O Grupo 2 (G2) é composto por 8 (oito) estudantes do 8º (oitavo) período, identificados pelos codinomes: **Jurema, Ana, Aurina, Uma letrista, Aluna 16, Nenhum, Netuno e Lucas**. Diante desses pontos, apresenta-se a seguir as análises dos dados coletados dos participantes da pesquisa, indicado os resultados obtidos.

Em termos de análise, os dados foram organizados em quadros a partir das perguntas formuladas para cada grupo. Utilizou-se, ainda, a triangulação de dados pautada na observação entre o que todos os participantes revelem nas cinco primeiras perguntas, as respostas atinentes às demais perguntas que se diferenciam entre os grupos, bem como os pressupostos teóricos que, somados aos dados gerados nos questionários, forneceram uma reflexão em torno dessas práticas, visto que estudos situados no campo dos letramentos entendem que dados da realidade empírica provocam pressupostos teóricos em vista de revê-los e atualizá-los.

## **Práticas de leitura e escrita na escola: a percepção dos graduandos do curso de letras**

Traçou-se um panorama dos principais aspectos de recorrência entre os dois grupos (G1 e G2) dos participantes no que se refere às práticas de leitura e escrita na escola e seus sentidos e significados embutidos nos discursos desses participantes. Iniciam-se as reflexões procurando recuperar alguns traços descritivos que recordam nas respostas dos participantes como eram desenvolvidas as práticas de leitura e escrita no âmbito escolar e como eles fundamentam seus pontos de vista acerca dos gêneros textuais com os quais tiveram contato nas práticas escolares da educação básica. Nessa vertente, observa-se como os alunos compreendem as práticas escolares:

[...] o foco era **assuntos básicos como interpretação de texto, produção de poemas, ponto e vírgula e entre outros**. No ensino médio, tínhamos três disciplinas, Literatura e Gramática, que era **focada em assuntos do**

**ENEM e outros vestibulares, e também Produção textual**, esta última focada na redação. *(Participante Antonio, 1º período)*

Como uma forma de representar as visões predominantes do grupo de alunos (G1), observa-se a resposta do participante Antônio, estudante do primeiro período, mencionada acima. Ao utilizar a marcação “assuntos básicos”, ele deixa entrever informações que são básicas porque dizem respeito ao plano das próprias práticas sociais envolvidas nas ações cotidianas. No entanto, chama a atenção que essas práticas são apresentadas mais sob a ótica didática e pedagógica, da escolarização desses saberes que, de fato, de sua abrangência naturalmente social.

Isso é refletido sobre o modo como o participante localiza seu discurso historicamente “No ensino médio”, como uma forma de posicionar sua identidade de estudante, e destacando em seguida as disciplinas que reforçam, por exemplo, uma prática comum que é a fragmentação do ensino de linguagens, como identificados no trecho: “[...]tínhamos três disciplinas, Literatura e Gramática [...]”. Para Antonio, os assuntos eram abordados sob uma perspectiva de ensino e aprendizado que focalizava na instrução e na metodologia educacional, em vez de serem considerados dentro do contexto social os quais são aplicados. Tais aspectos apontam para uma prática de letramento relacionada à modelização de gêneros, sobretudo tendo a redação como parâmetro de produção que é visado tanto pela escola como por um dos maiores programas de avaliação externa ao fim do ensino médio.

O participante do grupo (G2), ao ser questionado sobre as práticas de leitura e escrita desenvolvidas no âmbito escolar, apontou que:

No ensino fundamental as aulas de língua portuguesa eram baseadas em leituras e interpretação de texto, a professora trabalhava **bastante** poemas e contos curtos, **os assuntos de gramática eram poucos, voltados principalmente para a grafia de palavras, pontuação e formação de palavras**. No ensino médio, também foi presente a leitura e interpretação, mas com **textos mais complexos por exemplo obras literárias**. *(Participante Aurina, 8º período)*

Em análise, pode-se identificar que a participante do G2, Aurina, estudante do oitavo período, posiciona-se historicamente em suas práticas de letramentos ao demarcar os níveis do fundamental e o ensino médio. Além disso, há um enfoque no advérbio modalizador “bastante”, que sinaliza para a importância dos poemas e contos na sala de aula, com apreço à literatura. Por outro lado, a participante do G2 mostrou uma inconsistência nos seus discursos ao se referir como eram as práticas de leitura e escrita, pois ela afirmar que eram poucos, na verdade, os exemplos citados mostram que não.

Há uma tensão entre a percepção da participante e o que de fato ocorria em sala de aula, pois ao colocar “textos mais complexos”, sugere que ela teve um contato com uma diversidade relativa de gêneros, visto que a participante

insinua não considerar o poema e o conto como participantes da esfera literária. Como se pode observar no caso da participante Aurina, o não compreender a utilização dos diferentes gêneros textuais poderá impactar na interação do indivíduo com as diversas esferas de atuação dos letramentos na sociedade, mas também influenciam sua capacidade de participar de maneira efetiva em contextos comunicativos diversos, por exemplo, no contexto acadêmico.

Diante das respostas dos participantes dos grupos G1 e G2, observa-se a ênfase nos aspectos relacionados às práticas que eles tiveram na escola, ou seja, os letramentos valorizados dentro do ambiente educacional. Nesse sentido, os letramentos por eles desenvolvidos evidenciam uma progressão das práticas ocorridas ao longo do ensino fundamental e médio, como são previstas nos documentos normatizados do ensino (Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs; Base Nacional Comum Curricular - BNCC).

Dessa maneira, ao mencionarem a fase do ensino fundamental, as práticas recuperadas pelos graduandos estavam envoltas pela ênfase em leitura, interpretação de texto e gêneros textuais, mas a percepção dos alunos sobre o foco assumido nas aulas orienta-se para o ensino de língua portuguesa de gramática normativa, preocupada com: a formalidade gramatical, a pontuação e a formação de palavras. Por outro lado, os sujeitos passam a identificar que há uma mudança significativa em relação às práticas, sobretudo de escrita, durante o ensino médio, as quais são complexificadas.

Diante dessa perspectiva de complexificação das práticas educacionais apontadas pela aluna, observa-se que esses sujeitos situam-se mediante as demandas impostas pela escola, ao demonstrar uma compreensão aguçada em relação à mudança de foco imposta pela escola em relação às suas habilidades. Como também observado diante da resposta do participante do G1, Paulo, estudante do primeiro período - “as disciplinas exigiam um pouco mais dos conhecimentos dos alunos”, ao destacar sua perspectiva sobre as demandas escolares, o sujeito pontua os sentidos sobre o modo como são caracterizados seus letramentos, no caso, o indivíduo profere em seus discursos, no qual as práticas de leitura e escrita não foram suficientes para responder as mudanças impostas pela escola, pois agora demandavam um novo nível de conhecimento por parte dos estudantes. Conforme Gee (1999), a utilização de discursos anteriores focaliza a aquisição e aprendizado de novos discursos, o que aponta para um “Discurso reciclado”. O aluno faz uso do discurso reciclado ao recupera as práticas da professora e faz uso em sua prática, a agora, no ensino superior.

Nota-se que, para os dois grupos de alunos (G1 e G2), a ideia persistente em suas argumentações sobre as práticas na escola, são mediadas diante da dimensão de letramento escolarizado, conforme Lea e Street (2014), são guiados em um viés do modelo de “habilidades e estudos”, o qual aprendidas as estruturas, os sujeitos estariam aptos para a inserção em práticas de leitura e escrita mais complexas. Em outras palavras, atividades desenvolvidas no ambiente escolar ganham finalidades

intrínsecas, direcionando-se exclusivamente para os propósitos da concepção de ensino que atende aos objetivos da escola, ou seja, remete ao letramento autônomo, em que há a valorização do desenvolvimento de práticas neutras da escrita.

Nesse contexto, a compreensão das práticas e modos como os estudantes situam diante delas perpassa pelo aspecto da alfabetização, bem como os significados que os alunos atribuem a tais práticas. Como observado nos relatos da participante do G1, Aurélia Camargo, estudante do primeiro período, ao mencionar sua percepção sobre como eram desenvolvidas as aulas de leitura e escrita de língua materna: “[...] no desenvolvimento das habilidades de leitura, compreensão e produção de textos. [...], aprendíamos a ler diferentes tipos de textos e a escrever de forma mais clara e coerente”. O trecho ilustra nuances do letramento autônomo, além de demonstrar como os alunos recebem os gêneros nas práticas de leitura e escrita apenas do ponto de vista técnico, o que denota uma incompreensão desses indivíduos acerca das concepções transmitidas sobre as noções dos letramentos, em que leitura e escrita são encaradas como parte de um processo social com objetivos comunicativos previamente definidos.

Dessa forma, a aplicação dos gêneros nas esferas sociais pode não ser totalmente compreendida ou experimentada de forma significativa pelos alunos, havendo uma lacuna percebida entre as atividades em sala de aula e as demandas reais do uso da linguagem. Essa discrepância evidenciada entre as atividades desenvolvidas em sala de aula e as necessidades reais associadas ao uso da linguagem em diferentes contextos sociais é apontada pelos alunos, ao expressarem uma percepção de que as práticas educacionais não conseguiram, em alguns casos, proporcionar uma orientação eficaz para a compreensão de produção dos gêneros discursivos. Como é visto na resposta da participante do G1, Mindy, estudante do primeiro período, ao mencionar que as atividades eram “de certa forma monótonas, com aquelas cópias de textos que líamos nas aulas (o que era bem ruim por sinal)”. Diante disso, a estudante ressalta a falta de dinamismo nas abordagens pedagógicas, ao descrever que as práticas recorriam as “cópias de textos lidos” em sala de aula. Ao utilizar a expressão “bem ruim”, a participante sugerir uma avaliação negativa da eficácia dessas práticas.

A visão de Mindy aponta para as discussões sobre um currículo e um planejamento escolar que muitas vezes é feito fora de um contexto social sem que haja participação dos alunos, a partir de um diagnóstico dos saberes e conhecimentos prévios passa ser impulsionador sobre as relações, identificação e intenções desses sujeitos. Tais aspectos corroboram para essa visão atenuante do sujeito, em que a ênfase dada pela escola pode não ter proporcionado uma compreensão aprofundada dos gêneros discursivos em situações reais da linguagem, prejudicando, assim, a ação dos alunos em lidar com diferentes demandas comunicativas. Identifica-se essa mesma concepção na resposta da participante do G2, Jurema, estudante do oitavo período, ao mencionar que as aulas eram “[...] Básicas.

Há apenas um repasse de repetição e uso de textos genéricos, para dizer que se trabalha com textos e escrita em sala de aula”. Ao descrever as aulas como “básicas”, a participante está indicando que o conteúdo abordado era basilar e talvez não fosse o suficiente para que os estudantes compreendessem as funções sociais dos gêneros em sua formação. Na expressão “um repasse de repetição e uso de textos genéricos” sinaliza uma preocupação com a falta de variedade e inovação nas estratégias pedagógicas, o que incidiria sobre a redundância percebida nas aulas, que evocam: a reprodução de conceitos já conhecidos.

Ao utilizar os termos “textos genéricos”, a participante traz a referência da falta de originalidade e personalização no material didático utilizado. Para esse sujeito, a implicação de materiais genéricos pode resultar em aulas monótonas e desinteressantes, as quais os alunos podem sentir que estão apenas revisando conceitos previamente adquiridos, sem a oportunidade de explorar novas perspectivas ou desafios intelectuais.

Assim, as dificuldades enfrentadas e relatadas pelos alunos indicam aspectos sociais e culturais sobre como a escrita e a leitura são encaradas, sugerindo que conhecer as práticas de letramentos desses sujeitos podem fornecer formas de encarar as dificuldades para potencializar o aprendizado, mediante os sentidos que os alunos passam a significar sobre essas práticas. Nesse caso, o estudante reflete esse discurso de *déficit* talvez motivado pela circularidade desse discurso na escola.

Dentro desse aspecto, foi observada uma particularidade diante das especificidades apontadas nas respostas dos participantes do G1, os estudantes do primeiro período, no que se refere-se aos desenvolvimentos das habilidades individuais, como é visto:

[...]melhorei significativamente, consegui amizades com essas características em comum e estudei de **forma independente** cada vez mais. (Mindy, estudante do primeiro período)

[...] o ensino só avançou **por iniciativa própria**, não tive nem uma espécie de reforço escolar por iniciativa da escola. (Paulo, estudante do primeiro período)

A iniciativa individual dos participantes sugere uma lacuna percebida entre o que é oferecido no ensino formal e as expectativas e necessidades individuais dos alunos. O primeiro estudante, “Mindy”, destaca a importância das interações sociais e do aprendizado independente, sugerindo que esses elementos desempenham um papel crucial no desenvolvimento de habilidades e na construção do conhecimento. Por outro lado, o estudante “Paulo” ressalta que o ensino só avançou por iniciativa própria, sem qualquer tipo de reforço escolar, o que implica em questões sobre a eficácia do sistema educacional em fornecer o suporte necessário para o desenvolvimento integral dos alunos.

A falta de iniciativa escolar, do ponto de vista dos estudantes, poderia ser interpretada como uma lacuna já que a falta de fornecimento de recursos e

estímulos adicionais, o que potencializam os discursos de “déficit” evidenciado nos sentidos atribuídos pelos alunos, levando-os ao aprimoramento de suas habilidades de leitura e escrita com relação aos gêneros textuais. A concretização da dimensão individual pelos participantes é evidenciada quando se observa a ênfase dos letramentos no simples domínio da leitura e da escrita, visto que a dimensão individual mantém uma relação direta com o modelo autônomo de letramento, associado a conceitos como progresso das práticas de leitura e escrita, e a mobilidade social (Dias; Mont’alverne, 2020).

Nesse sentido, as práticas evidenciadas pelos participantes refletem velhos estereótipos sobre alfabetização, que condicionam a capacidade de ler diversos gêneros como sinônimo da habilidade de escrever textos de maneira competente, sugerindo uma crença de que a habilidade técnica precede a funcionalidade dos gêneros em contextos específicos (Soares, 2009). Entretanto, obter apenas as habilidades técnicas não é suficiente para compreender os significados sociais subjacentes à produção textual dentro de uma prática social complexa. Os estudantes destacam a importância de adquirir a habilidade técnica e, ao mesmo tempo, compreendem a aplicação prática dos gêneros, pois somente construir habilidade não permite conceber a expansão do conhecimento nas práticas de letramentos em sala de aula (Dias; Mont’alverne, 2020).

Essa visão fornece reflexões valiosas sobre os significados que os participantes atribuem às práticas de letramentos. No primeiro ponto, o aprendizado não é apenas uma questão de aprender habilidades isoladas, mas sim de incorporar essas habilidades em atividades que tenham relevância e significado para a vida dos estudantes. Nesse sentido, como é observado nas recordações da participante do grupo G1, Mindy, do primeiro período, ao discorrer que “Lembro-me bem dos últimos anos da educação básica que, fazíamos leituras mais clássicas, refletíamos a respeito e estudávamos a história por trás da escrita daquelas obras.” Diante do comentário de sua experiência nos últimos anos, a participante evidencia as marcas de subjetividade que fazem uma regressão ou uma projeção no tempo, por meio dos verbos “Lembro-me”, “refletíamos”, “estudávamos”, como estratégia para trazer a inferência sobre o seu papel diante da formação de significados atribuídos às práticas de letramentos.

No relato da participante Mindy, a visão educacional lembrada contribuiu para moldar sua compreensão sobre a importância da leitura e escrita, as quais as práticas de letramentos significam desenvolver a leitura de obras clássicas, a reflexão sobre seu conteúdo e o estudo da história por trás da escrita dessas obras. Esse sentido indica uma valorização não apenas da habilidade técnica da escrita, mas também da compreensão contextual e histórica do ato de escrever, o que remeteria ao uso da linguagem para representar uma realidade que parte do concreto que ela está inserida.

Essa inferência do modo como é significado a linguagem também é apresentado nos participantes do G2, estudantes do oitavo período, com é

caso da participante Netuno, a qual destaca que “[...] as aulas de davam de maneira tradicional: repasse do conteúdo, correção e resolução de atividades e prova”. Nas observações do participante, o ensino é concebido mediante uma abordagem de repasse, a correção e resolução de atividades. Isso sugere que a participante teve o contato com uma abordagem de ensino que buscou integrar diferentes componentes dos letramentos, fornecendo uma base abrangente para o desenvolvimento de habilidades linguísticas.

Dessa forma, os participantes foram envolvidos nas atividades de leitura e de escrita, e essas práticas contribuíram para inseri-los ou moldá-los frente às estruturas sociais e às condições que lhes são dadas para participar ativamente dessas práticas. Nota-se que a forma de escrita e de leitura assumidas no âmbito escolar desempenha um papel significativo na construção de uma identidade particular dos alunos. Em consideração, a construção das identidades dos estudantes, na secção seguinte, observa-se duas condições: os elementos formadores de identidades dos sujeitos – destacando os gêneros, os quais os indivíduos tiveram contato durante seus percursos educacional-, e as concepções dos sujeitos diante a produção textual – indicam os significados atribuídos pelos estudantes sobre a produção de gêneros.

### **Considerações finais**

Neste trabalho, mapeamos a trajetória de letramentos dos participantes por meio de suas histórias de letramentos quanto a práticas letradas na educação básica dos graduandos, a partir do qual foi possível estabelecer alguns considerações: o modo como os sujeitos pontuam as histórias de letramentos de suas práticas com os gêneros discursivos, evidenciam pistas que são importantes para recuperarmos identidades, práticas e sentidos que foram sendo construídas e que moldaram as concepções desses sujeitos sobre a leitura e a escrita. A nomeação dos gêneros e de algumas práticas de linguagem foram importantes indícios para compreender esses significados e interpretações sobre o que os participantes estavam apontando em seus relatos.

O contato e interação com diferentes atores sociais em diferentes situações mostra como a natureza intrinsecamente dialógica da linguagem se reflete nas práticas de letramentos dos estudantes, pois há movimentos dialógicos no interior dos eventos apontados como refletido pelos estudantes (expectativas e concepções) e que possibilitam inferir como eles se constituem sujeitos letrados.

Conforme relatado pelos participantes da pesquisa, o modo como significam as práticas de letramentos na escola, nas aulas de portuguêsm estão relacionadas ao desenvolvimento do controle no uso de Discursos secundários e da metalinguagem que os constituem, seja por meio do Discurso reciclado e/ ou do emprego dos letramentos críticos, visando à transformação de práticas e identidades sociais.

Portanto, a visão sobre a própria linguagem pelos graduandos se constitui no quadro de uma perspectiva de letramento vinculado de modo predominante à escola, ou seja, há uma construção sociohistórica no dizer dos participantes de que os letramentos dizem respeito às práticas sociais da escola. Esta é uma concepção que escolariza as próprias práticas de linguagem como se ler e escrever estivessem relacionadas apenas às práticas escolares. Essa percepção pode ser eco de uma tradição escolar que ainda atravessa a própria prática docente, em especial nas aulas de língua materna cujo foco na forma e nos conteúdos gramaticais privilegiam a escrita pela escrita e a leitura pela leitura.

### Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [2003].

BEZERRA, B. G. **Gêneros no contexto brasileiro: questões (meta)teóricas e conceituais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

DIAS, Rutineia Silva Oliveira. MONT' ALVERNE, Clara Roseane da Silva Azevedo. Letramento e a existência de práticas letradas no ambiente escolar. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 06, Vol. 02, pp. 52-71. Junho de 2020.

FISCHER, Adriana. **A construção de letramentos na esfera acadêmica**. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. p.23-55.

GEE, James Paul. **An introduction to discourse analysis: Theory and method**. routledge, 1999.

LEA, M.; STREET, B. O modelo dos letramentos acadêmicos: teoria e aplicações. Tradução de Komesu e Fischer In: **Revista da USP** v. 16, n. 2, p. 477-493, jul./dez, 2014.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3.ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2009.

STREET, Brian. **Letramentos sociais: Abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação; tradução: Marcos Bagno**. 1.ed. Parábola. São Paulo, 2014. p.121-144.

# EXPLORANDO OS VALORES TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA ÁREA DE LETRAS EXPRESSO EM EDITAIS DE SELEÇÃO DE MESTRADO

Carlos Eduardo Mourão da Rocha (UFPI)

## Considerações Iniciais

Tem sido um interesse nosso<sup>74</sup> e de outros pesquisadores do campo da sociorretórica compreender as práticas de escrita acadêmica de estudantes de pós-graduação à nível de mestrado (Cavalcante, 2022; Fontinele, 2022; Rocha; Alves Filho, 2023; Rocha; Sousa, 2023, dentre outros). Essas pesquisas têm desvelado, nas palavras de Hyland (2018), padrões de escolhas retóricas adotados pelos acadêmicos para conectar seus textos à cultura de sua disciplina. Consta-se, por exemplo, que, para os acadêmicos da Análise do Discurso, a metodologia de uma dissertação não se restringe a uma seção específica, já que passos de tipo metodológico estão presentes em todas as seções ou capítulos da dissertação e, também, que teoria e metodologia se coadunam nessa cultura disciplinar (Rocha; Alves Filho, 2023).

Ainda com esse objetivo geral de compreender as práticas de escrita acadêmica de estudantes de mestrado, buscamos, nesta pesquisa, **explorar valores**<sup>75</sup> disciplinares subjacentes à cultura disciplinar da área de Letras acerca de seus aspectos teórico-metodológicos. Para isso, analisamos um *corpus* composto de editais de seleção de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGeL/UFPI). A escolha desse *corpus* se dá por três razões:

74 - Meu e de outros pesquisadores pertencentes ao Núcleo de pesquisa em Texto, Gênero e Discurso da Universidade Federal do Piauí (Cataphora/UFPI).

75 - Valor pode ser compreendido inicialmente como “a qualidade abstrata preferencial atribuída pelo sujeito suscitada pelas características inerentes de determinado objeto que satisfazem as necessidades e interesses daquele” (Pedro, 2014, p. 493). Contudo, ampliamos essa noção, mesmo que de modo ainda insuficiente, para considerar que o sujeito atribui uma qualidade abstrata preferencial a partir da interpretação intersubjetiva (Miller, 1984) que fazem das características inerentes à determinado bem. Assim, as convenções sociais também definem valores individuais e, em decorrência disso, podemos, inversamente, pela análise de um conjunto de manifestações reveladoras de valores pessoais, indicar os valores de uma coletividade como uma comunidade ou disciplina.

- pelo fato de os editais serem produzidos por pesquisadores experientes da área, professores universitários, o que pode revelar valores mais estabilizados;
- pela função que exercem de orientar, prescrever e sugerir, a análise de um metagênero pode nos revelar o que é mais bem estabelecido ou, ao menos, oficialmente admitido;
- por, em contexto nacional, análises de metagêneros ainda terem sido pouco desenvolvidas (Cf. Nunes; Silveira, 2018; Cantuário, 2020; Cantuário; Alves Filho, 2021; dentre outros) e reelaborações do conceito “metagênero” ainda menos (Cf. Cantuário; Lima; Alves Filho, 2023).

## Escrita acadêmica, gêneros, metagêneros ou gêneros orientacionais<sup>76</sup>

Assumimos como um pressuposto teórico importante que a escrita acadêmica funciona como algo situado e estratificado em *comunidades* e *disciplinas* através de gêneros textuais. Adotamos a concepção de que um gênero

compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham um conjunto de propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros experientes da comunidade discursiva e dessa forma constituem o fundamento lógico do gênero. Esse fundamento modela a estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas (Swales, 1990, p. 58).

Cada comunidade discursiva elabora suas metas, seus mecanismos de diálogo mobilizados para o fornecimento de *feedbacks*, gêneros próprios, léxico específico etc. O conjunto de pessoas que participam das diversas comunidades acadêmicas encontram suas maneiras de autorregular ou orientar suas próprias práticas. É comum, inclusive, que os membros dessas comunidades desenvolvam seu próprio senso em relação àquilo que é apenas tacitamente reconhecido (Swales, 2016; Hyland, 2004). Nesse contexto, emergem certos gêneros que funcionam como maneiras de regular as relações internas de uma comunidade chamados de metagêneros ou, ainda, gêneros orientacionais.

Segundo Giltrow (2002), metagêneros são como atmosferas que cercam os gêneros. Ou seja, os metagêneros estão em relação com certos gêneros,

patrulhando ou controlando a participação de indivíduos no coletivo, antevendo ou suspeitando de seus envolvimento em outros lugares, diferenciando, iniciando, restringindo, induzindo formas de atividade, racionalizando e representando as relações do gênero com a comunidade que faz uso dele<sup>77</sup> (Giltrow, 2022, p. 203)<sup>78</sup>.

76 - Embora tenhamos, por hora, optado pela noção de *metagênero* (Giltrow, 2002), agradeço ao professor Prof. Dr. John Hélio Porangaba de Oliveira, um dos coordenadores do simpósio, por ter me chamado atenção para terminologia *gêneros orientacionais* ou *contextuais*, alternativa a noção de *metagênero*, e a visão de van Dijk (2012) a respeito.  
77 - Todas as traduções são de nossa autoria.

78 - “patrolling or controlling individuals’ participation in the collective, foreseeing or suspecting their involvements elsewhere, differentiating, initiating, restricting, inducing forms of activity, rationalizing and representing the relations of the genre to the community that uses it” (Giltrow, 2022, p. 203).

A autora admite que “como conceito, o metagênero pode ser uma complicação inútil do estudo da escrita; como ocorrência, pode ser apenas epifenomenal” (Giltrow, 2002, p. 196)<sup>79</sup>. Ela se interroga: “Há algo a ganhar com o reconhecimento do metagênero?”<sup>80</sup> A provocação é válida, afinal, toda ação de linguagem típica de uma comunidade específica é possibilitada e regulada por certos mecanismos autóctones. Os mais diversos autores do nosso campo têm reconhecido isso a muito tempo. Desse modo, de fato, como conceito, metagênero pode representar um truísmo. Contudo, há ao menos três boas razões para uma análise de metagêneros enquanto certo tipo de artefato cultural, ou seja, representações do raciocínio e propósitos de uma cultura (Miller, 1984):

- embora a novidade conceitual pareça ser limitada, o estudo desse tipo de *epifenômeno* ajuda a definir a natureza dos *limites e possibilidades* de escrita de um gênero, ou seja, permite a compreensão de uma parte importante do contexto de escrita de um gênero no que diz respeito ao impacto de *gêneros preexistentes* como parte da *situação retórica* identificada com dado gênero (Devitt, 2004).
- O desvelamento da natureza e das características dos metagêneros enquanto entidades empíricas (manuais, tutoriais etc.) e do impacto dos metagêneros na escrita de gêneros específicos, na construção de propostas pedagógicas e práticas de ensino de gêneros.
- Ademais, vale a pena considerar a necessidade de análise de metagêneros inclusive como uma aposta na construção e refinamento de um conceito que pode ter grande utilidade.

Desse modo, “metagênero” se apresenta, no mínimo, como uma terminologia oportuna e como um objeto de análise que deve ser incorporado em nossas pesquisas de análise de gêneros.

## Metodologia

A abordagem desta pesquisa é *qualitativa* e, em relação a seus objetivos, trata-se de uma pesquisa *exploratória*, como buscamos evidenciar na escolha do título deste trabalho, pois desenvolvemos “um estudo preliminar voltado a familiarizar o pesquisador com o fenômeno de investigação” (Paiva, 2019). Buscamos, assim, conhecer melhor um tema ainda pouco investigado e pretendemos levantar dados, categorias, questionamentos e hipóteses que sirvam ao nosso propósito geral maior de compreender as práticas de escrita acadêmica à nível de mestrado.

O *corpus* desta pesquisa é composto de editais de seleção do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGeL/UFPI) dos anos de 2014 até 2023. Esse programa possui duas áreas de concentração: Linguística e Literatura. No edital de 2023 os candidatos poderiam direcionar seus projetos

79 - “as a concept, meta-genre may be a profitless complication of the study of writing; as an occurrence, it may be only epiphenomenal” (Giltrow, 2002, p. 196).

80 - “Is there anything to be gained from recognizing meta-genre?” (Giltrow, 2002, p. 196).

para 11 orientadores da área de Linguística e 9 orientadores da área de Literatura. A área de Linguística é composta de três linhas de pesquisa: 1. *Texto, Discurso e Gêneros como práticas sociais*; 2. *Gramática e Léxico: descrição e ensino* e 3. *Varição Linguística, Oralidade e Letramentos*. A área de Literatura, a seu tempo, é composta por um única linha de pesquisa: *Literatura, Cultura e Sociedade*.

No que se refere ao acesso ao *corpus*, os editais analisados estavam todos disponíveis em um pasta do Google Drive disponibilizado no site do Programa: [https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?lc=pt\\_BR&id=348](https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?lc=pt_BR&id=348).

Analisamos os editais buscando explorar indícios que revelem valores disciplinares subjacentes à cultura disciplinar da área de Letras acerca de aspectos teórico-metodológicos com o intuito também de melhor compreender os propósitos e valores da comunidade discursiva de mestrandos da Universidade Federal do Piauí da referida cultura disciplinar. Seguimos as seguintes etapas: (i) identificar os trechos dos editais onde eram fornecidas *orientações* ou *critérios* acerca da escrita ou da avaliação de aspectos metodológicos ou teórico-metodológicos dos projetos; (ii) observar se havia mudanças ou adaptações nos trechos ao longo dos anos; (iii) verificar o nível de explicitude (ou não) das informações fornecidas; (iii) listar hipóteses acerca da força estilizadora do metagênero.

## Análise

Buscamos nos editais a presença de *orientações* e *critérios* acerca da produção e avaliação de projetos de pesquisa e critérios de avaliação de arguições dos projetos que permitem vislumbrar *valores disciplinares* teórico-metodológicos.

Como podemos observar, além de ser avaliado a adequação do projeto a linha de pesquisa,

...o pré-projeto será avaliado quanto à relevância e/ou à justificativa para a área proposta pelo candidato(a); à clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos geral e específicos; à consistência, pertinência e atualidade da fundamentação teórica; à **adequação** e **relevância** da metodologia; ao cronograma e às referências bibliográficas; à correção de linguagem e adequação às normas da ABNT; à coesão interna e coerência entre as seções do pré-projeto (UFPI, 2014, 2015, 2016, 2017, 2019, 2020, grifos nossos).

Analisando o trecho acima é possível dizer que o texto é um tanto genérico, afinal, o que deve ser levado em conta para definir se certos procedimentos metodológicos são “adequados” e “relevantes”? Também aparecem como critérios em outros editais a “adequação e pertinência da metodologia” (UFPI, 2018) e a “consistência, pertinência e relevância da metodologia” (UFPI, 2021, 2022, 2023). O texto sofreu poucas modificações desde o edital de 2014. Na verdade, muitos termos utilizados nos editais, de alguma maneira ligados ao paradigma dos manuais de escrita acadêmica e de metodologia, são dotados, de certo modo, de alguma generalidade: por exemplo, os termos “relevância”, “clareza”,

“consistência”, “pertinência” e “atualidade”, afinal, não podemos imaginar que o que seja “adequado” na Historiografia Linguística também o seja na Semiologia ou na Linguística Enunciativa.

Sabemos que muitas dimensões da escrita de um gênero acadêmico estão “escondidas” (Cf. Street, 2010). Como defende Swales (2016), nas comunidades discursivas, inclusive, as comunidades discursivas acadêmicas, as convenções circulam tacitamente. Contudo, os membros experientes da comunidade reconhecem essas convenções tácitas (ou dimensões “escondidas”). Desse modo, o que é “relevante”, “claro”, “consistente” pode parecer óbvio para os avaliadores, mas sem dúvida nem sempre o é para os candidatos da seleção de mestrado, especialmente se as experiências desses concorrentes com a pesquisa acadêmica no contexto anterior da graduação tenham sido, por alguma razão, reduzidas.

É necessário também considerar que as orientações contidas nos editais de seleção do PPGeL/UFPI se dirigem a acadêmicos das áreas de Linguística e de Literatura. Desse modo, podemos nos perguntar: Essas orientações realmente contemplam os valores disciplinares das duas áreas? Se não, como, então, esses editais afetam os acadêmicos quando escrevem seus projetos? Como eles regulam a escrita do gênero? Algumas pesquisas sobre projetos de pesquisa dessa área buscaram analisar a escrita de candidatos de seleção à pós-graduação (Alves Filho, 2018; Oliveira; Alexandre, 2020; Alves Filho; Rio Lima, 2020; Reis, 2021, dentre outros). Por enquanto, prossigamos com a análise de outros elementos dos editais.

A partir de 2018, além de apresentar os critérios de avaliação dos projetos, o editais passaram a apresentar, em anexo, a pontuação de cada critério:

**Quadro 1:** Quadro de pontuação de análise dos projetos de pesquisa.

CRITÉRIO	VALOR	PONTUAÇÃO
Justificativa para a linha de pesquisa	0 a 0,5	
Relevância, visibilidade e possíveis contribuições da pesquisa	0 a 1,5	
Clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos geral e específicos	0 a 2,0	
Consistência, pertinência e atualidade da fundamentação teórica	0 a 1,0	
Fundamentação em pesquisas prévias relacionadas a temática da pesquisa	0 a 2,0	
<b>Adequação, pertinência e detalhamento</b> da metodologia	0 a 1	
Adequação de linguagem ao gênero pré-projeto de pesquisa	0 a 1	
Adequação as normas da ABNT	0 a 0,5	
Coesão interna e coerência entre as seções do projeto	0 a 0,5	
Total obtido	10,0	

Fonte: Adaptado de UFPI, 2018

O que é mais importante, motivo pelo qual reproduzimos a tabela de 2018, é evidenciar a pontuação atribuída aos critérios sobre a metodologia para compreender o valor que esse aspecto tem para a área. Observamos que as ‘pesquisas prévias’ e os ‘objetivos’ são as duas categorias com maior peso (até 2,0 pesos). A metodologia, por outro lado, em 2018, tem um peso menor, um peso intermediário. Como tendência geral, esses critérios de avaliação revelam que a área valoriza mais aspectos ideacionais do que formais, observe que apenas três critérios podem ser de algum modo ligados mais diretamente à forma do texto: “Adequação de linguagem ao gênero pré-projeto de pesquisa”, “adequação as normas da ABNT”, “coesão interna e coerência entre as seções do projeto”. E mesmo esses critérios não são puramente formais. Embora o trecho anteriormente analisado aluda a “correção de linguagem”, o que podemos entender como correção em relação à “norma culta” e não adequação à linguagem do gênero, o peso desse critério na tabela acima indica que não se trata do critério mais valorizado, ao menos não no discurso oficial.

Se anteriormente descrevemos as orientações gerais e critérios como um tanto genéricas, é preciso considerar que os editais também fornecem um quadro, bem mais sugestivo, em anexo, nomeado como “Orientações para o Pré-projeto de Pesquisa”, em que se indica o que deve aparecer em cada seção. Nesse quadro, acerca da metodologia, diz-se que:

Esta seção é pensada para **descrever** explicitamente, com base em abordagens adequadas ao problema de pesquisa, o modo **como** a investigação será desenvolvida. Deve conter: a caracterização e justificativa da abordagem teórico-metodológica escolhida; a descrição dos procedimentos de pesquisa que serão utilizados, a etapa de coleta dos dados; descrição da etapa de análise dos dados (UFPI, 2014, 2016)<sup>81</sup>.

Essa orientação indica com clareza, inclusive, cada elemento que deve conter na seção: caracterização e justificativa da abordagem, descrição de procedimentos, coleta de dados etc. Além de indicar qual a função/propósito da seção: “descrever explicitamente, com base em abordagens adequadas ao problema de pesquisa, o modo como a investigação será desenvolvida”. Assim, como já indicou Motta-Roth e Hendges (2010), o pesquisador, nesta seção, descreve ou narra, principalmente, seus procedimentos ou métodos. Esse quadro é o elemento com as orientações mais explícitas dos editais. Nele, também se valoriza explicitar aspectos ideacionais e não formais (repetimos: ao menos é assim no discurso oficial).

Monteiro e Alves Filho (2018), ao analisar seções de metodologia de projetos de pesquisa da área de Linguística, identificou a presença de todas essas informações exigidas no edital, o que nos evidencia que os acadêmicos tenderam a seguir as orientações do edital. Assim, constatamos que o edital, neste caso, funciona como um metagênero que, sendo elaborado pelos membros experientes da comunidade (os professores/orientadores), possuem uma grande força de estabilização do gênero projeto de pesquisa e, não seria exagero, possivelmente também com repercussões nas dissertações.

81 - Este quadro, em que se apresenta o que deve constar em cada seção do projeto, se repete, sem alterações, em todos os editais analisados.

Vejamos como os resultados de Monteiro e Alves Filho (2018) e de Reis (2021) evidenciam que as orientações dos editais repercutem na organização retórica dos projetos de pesquisa elaborados pelos candidatos da seleção. Confira os modelos propostos pelos autores:

**Quadro 2:** Organização retórica da metodologia de projetos de pesquisa na área de Linguística.

<p><b>MOV. 1: Apresenta a abordagem teórico-metodológica da pesquisa</b> Passo 1.1 – Caracterizando a abordagem metodológica da pesquisa Passo 1.2 – Justificando a escolha da abordagem metodológica Passo 1.3 – Indicando a filiação teórica da pesquisa Passo 1.4 – Retomando o(s) objetivo(s) da pesquisa</p>
<p><b>MOV. 2: Descreve a etapa de revisão bibliográfica</b> Passo 2.1 – Indicando os temas enfocados na revisão bibliográfica Passo 2.2 – Descrevendo o(s) procedimento(s) de revisão bibliográfica</p>
<p><b>MOV. 3: Descreve a etapa de coleta dos dados</b> Passo 3.1 – Delimitando o <i>corpus</i> e/ou fonte do <i>corpus</i> da pesquisa Passo 3.2 – Justificando seleção do <i>corpus</i> Passo 3.3 – Descrevendo o(s) procedimentos e/ou instrumento(s) de coleta Passo 3.4 – Identificando o perfil dos sujeitos participantes da pesquisa Passo 3.5 – Descrevendo o cenário da pesquisa</p>
<p><b>MOV. 4 – Descreve a etapa de análise dos dados</b> Passo 4.1 – Descrevendo o(s) procedimentos de análise dos dados Passo 4.2 – Indicando a(s) categoria(s) de análise</p>

*Fonte: Monteiro e Alves Filho (2018).*

**Quadro 3:** Organização retórica da seção de metodologia de projetos de pesquisa da área de Literatura

<p>Passo 1 – Citando a(s) obra(s) a ser(em) analisada(s) Passo 2 – Justificando a escolha da(s) obra(s) literária(s) Passo 3 – Caracterizando a abordagem metodológica da pesquisa Passo 4 – Justificando a escolha da abordagem metodológica Passo 5 – Indicando a filiação teórica Passo 6 – Retomando o(s) objetivo(s) da pesquisa Passo 7 – Descrevendo o(s) procedimento(s) da revisão bibliográfica Passo 8 – Indicando as categorias de análise Passo 9 – Descrevendo os procedimentos de análise de dados</p>
---

*Fonte: Reis (2021).*

Como observamos nos quadros acima, muitos passos retóricos que aparecem em projetos da área de Literatura não ocorrem em Linguística e o número de passos é bem diverso. Apesar da diferença na proposta metodológica de Monteiro e Alves (2018) e Reis (2021), já que este não adotou na noção de movimento retórico na elaboração do modelo de organização retórica dos projetos, as diferenças podem

ser atribuídas a variações disciplinares. Assim podemos considerar que, além de outros intervenientes, a elaboração dos projetos considera a tensão entre as orientações dos editais e os valores disciplinares particulares de área, o que sugere que a força normativa dos metagêneros em certos contextos de escrita na esfera acadêmica é relativa. Mesmo a elaboração de dissertações pode também resultar parcialmente dessa tensão, já que muitos passos retóricos de metodologias de dissertações da subárea de Análise do Discurso produzidas no PPGeL/UFPI entre 2020 e 2021 repercutem práticas retóricas relacionáveis com as orientações que constam nos editais que analisamos (cf. Rocha; Alves Filho, 2023). Vejamos o modelo de organização retórica dessas metodologias:

**Quadro 4:** Modelo da organização retórica dos passos retóricos de tipo metodológico de dissertações na subárea de Análise do Discurso.

Passos	Frequência	Status de descrição
P1 – Indicando a filiação teórica da pesquisa	75%	Monteiro e Alves Filho (2018).
P2 – Indicando a(s) categoria(s) de análise	62,5%	Monteiro e Alves Filho (2018).
P3 – Caracterizando a abordagem metodológica da pesquisa	87,5%	Monteiro e Alves Filho (2018).
P4 – Delimitando o <i>corpus</i> /arquivo e/ou fonte do <i>corpus</i> /arquivo da pesquisa	50%	Oliveira (2002), Bernardino e Abreu (2018) e Monteiro e Alves Filho (2018).
P5 – Justificando seleção do <i>corpus</i> /arquivo	75%	Monteiro e Alves Filho (2018)
P6 – Descrevendo o(s) procedimentos de análise dos dados	87,5%	Oliveira (2002), Bernardino e Abreu (2018) e Monteiro e Alves Filho (2018).
P7 - Descrevendo a identificação dos componentes do <i>corpus</i> /participantes da pesquisa	50%	Não descrito na literatura consultada.
P8 – Identificando o perfil dos sujeitos participantes da pesquisa	37,5%	Oliveira (2002), Bernardino e Abreu (2018) e Monteiro e Alves Filho (2018).
P9 – Descrevendo o cenário da pesquisa	12,5%	Monteiro e Alves Filho (2018).
P10 – Indicando aprovação por Comitê de Ética	12,5%	Bernardino e Abreu (2018).
P11 – Justificando a escolha da abordagem metodológica	62,5%	Monteiro e Alves Filho (2018).
P12 – Explicando procedimento ou abordagem	12,5%	Não descrito na literatura consultada.
P13 – Descrevendo o(s) procedimentos e/ou instrumento(s) de coleta	50%	Oliveira (2002), Bernardino e Abreu (2018) e Monteiro e Alves Filho (2018).

**Fonte:** elaborado pelos autores (2023).

Nos resta uma indagação final: Os projetos e dissertações ecoam os editais por que este metagênero possui uma força estabilizadora considerável ou os editais apenas representam aquilo que já está tão bem estabelecido na área que, apesar que dele, constariam em seções de metodologia na área de Letras? Nenhuma hipótese parece implausível. Mas o dilema revela um tipo de investigação muito relevante para nossas pesquisas futuras.

## **Considerações Finais**

Observamos ao longo dos editais critérios genéricos (no caso dos critérios de avaliação do projeto expostos no corpo do texto e expressos em tabelas anexas nos editais mais recentes), mas também orientações com maior explicitude (no caso da tabela nomeada “Orientações para o Pré-projeto de Pesquisa”). Assim, algumas dimensões da escritas são “escondidas”, “obscurecidas”, e outras explicitadas de modo até pouco comum no caso de editais de seleções. Um hipótese é que essa tensão resulte do paradoxo de processo avaliativo desse tipo, já que nem sempre valoriza um alto nível de explicitude para não “facilitar” o processo, mas em que também é essencial que se forneça, ao menos, informações básicas para que o processo seletivo seja considerado minimamente “justo”.

Também observamos uma provável repercussão das orientações que constam no quadro com Orientações para o Pré-projeto de Pesquisa nos projetos de pesquisa de seleção de mestrado do Programa das áreas de Linguística e Literatura analisados respectivamente por Monteiro e Alves Filho (2018) e Reis (2021) e até nas dissertações da subárea de Análise do Discurso produzidas no mesmo Programa (Rocha; Alves Filho, 2023). Essas orientações, contudo, repercutem de modo estratificado por variações disciplinares. Assim, consideramos que os editais funcionam como metagêneros que repercutem na produção de projetos de pesquisa já que repercutem certos valores teórico-metodológicos que de fato incidem na escrita acadêmica no contexto da pós-graduação, mesmo que de modo relativo.

Ao longo trabalho levantamos as seguintes hipóteses, questionamentos e implicações pedagógicas: Vejamos nossas hipóteses: os critérios e orientações se equilibram entre generalidade e explicitude; os critérios e orientações genéricos estão ligados ao paradigma dos manuais de escrita e de metodologia; a área de Letras, ao menos no discurso oficial, expresso nos editais, valoriza mais aspectos ideacionais do que formais. Já nossos questionamentos para pesquisas futuras são os seguintes: Como os candidatos interpretam termos genéricos como “relevância”, “clareza”, “consistência”, “pertinência”, “atualidade” etc.? Os editais tendem a ser mais generalistas ou disciplinares? Qual a real força estabilizadora do gênero, afinal, é evidente que os candidatos se baseiam no edital para escrevem seus projetos de seleção de mestrado, mas também possuem suas experiências prévias de pesquisa (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, Iniciação Científica etc.), leem manuais, consultam pessoas etc.?

## Referências

- ALVES FILHO, F. Como mestrandos agem retoricamente quando precisam justificar suas pesquisas. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 18, n. 1, p. 131-158, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6398201812071>. Acesso em: 9 jun. 2024.
- ALVES FILHO, F.; RIO LIMA, C. Estratégias sociorretóricas para proposição de pesquisa na cultura disciplinar de química: uma análise de projetos de pesquisa de experts. **Revista Da Anpoll**, v. 51, n. 2, p. 139–152, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18309/anp.v51i2.1393>. Acesso em: 9 jun. 2024.
- CANTUÁRIO, A. Tutoriais do YouTube que orientam a produção da seção de introdução de TCC: um metagênero acadêmico. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 16, n. 25, 2020. Disponível em: Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/revistaich/article/view/21594>. Acesso em: 9 jun. 2024.
- CANTUÁRIO, A.; ALVES FILHO, F. Metagêneros em contexto acadêmico: o ensino do TCC a partir de tutoriais em vídeos de Youtube. **Diálogo das Letras**, v. 10, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/2886>. Acesso em: 9 jun. 2024.
- CANTUÁRIO, A.; LIMA, C.; ALVES FILHO, F. (Meta)gêneros: retomando a discussão. **Caminhos em Linguística Aplicada**, v. 29, n. 2, p. 288-308, 2023. Disponível em: <http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/caminhoslinguistica/article/view/3561>. Acesso em: 9 jun. 2024.
- CAVALCANTE, S. **Análise retórica da seção considerações finais do gênero dissertação de mestrado das áreas de letras e matemática**. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Piauí, Programa de Mestrado Acadêmico em Letras, 2022.
- DEVITT, J. **Writing genres**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2004.
- FONTINELE, S. **Estratégias retóricas: uma análise da seção de introdução do gênero dissertação de mestrado nas áreas de letras e matemática**. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Piauí, Programa de Mestrado Acadêmico em Letras, 2022.
- GILTROW, J. Meta-genre. In: COE, R.; LINGARD, L.; TESLENKO, T. (Org.). **The rhetoric and ideology of genre: strategies for stability and change**. Cresskill: Hampton, 2002. p. 187-205.
- HYLAND, K. Disciplinas e discursos: interações sociais na construção do conhecimento. In: DIEB, M. (Org.). **A aprendizagem e o ensino da escrita: desafios e resultados em experiências estrangeiras**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2018. p. 83-111.
- HYLAND, K. **Disciplinary identities: individuality and community in academic discourse**. Cambridge Applied Linguistics, 2004.

MILLER, C. Genre as Social Action. **Quarterly Journal of Speech**, v. 70, p. 151–67, 1984.

MONTEIRO, B.; ALVES FILHO, F. Organização retórica da seção metodologia do gênero projeto de pesquisa: uma análise de projetos na área de Linguística. **Linguagem em Foco**, v. 10, n. 1, p. 13-26, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/1185>. Acesso em: 9 jun. 2024.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. **Produção textual na universidade**. Parábola Editorial, 2010.

NUNES, V.; SILVEIRA, M. O papel dos metagêneros na construção do gênero: um fator de estabilidade genérica? **Calidoscópico**, v. 16, n. 2, p. 303-314, 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2018.162.12>. Acesso em: 9 jun. 2024.

OLIVEIRA, J.; ALEXANDRE, L. Como mestrandos de linguística agem retoricamente quando elaboram sua identificação do problema de pesquisa. **LETRAS EM REVISTA**, v. 11, n. 1, p. 219-235, 2020. Disponível em: <https://ojs.uespi.br/index.php/ler/article/view/235>. Acesso em: 9 jun. 2024.

PAIVA, V. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

PEDRO, A. P. Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum. **Kriterion**, v. 55, n. 130, p. 483-498, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-512X2014000200002>. Acesso em: 8 ago. 2024.

REIS, J. **Organização Retórica da Seção de Metodologia de Projetos de Pesquisa de Mestrandos em Literatura**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras). Universidade Federal do Piauí, Coordenação de Letras Vernáculas, 2021.

ROCHA, C.; ALVES FILHO, F. Estratégias retóricas utilizadas por mestrandos da subárea de Análise do Discurso quando escrevem a metodologia de suas dissertações. **Revista Cocar**, v. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6696>. Acesso em: 9 jun. 2024.

ROCHA, C.; SOUSA, C. Como mestrandos escrevem as seções de considerações finais nas áreas de Linguística e Políticas Públicas. **Entrepalavras**, v. 13, n. 2, p. 25-46, 2023. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/2651>. Acesso em: 9 jun. 2024.

STREET, B. Dimensões “escondidas” na escrita de artigos acadêmicos. **Perspectiva**, v. 28, n. 2, p. 541-567, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2010v28n2p541>. Acesso em: 9 jun. 2024.

SWALES, J. **Genre Analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWALES, J. Reflections on the concept of discourse community. *Asp*, v. 69, p. 7-19, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/asp.4774>. Acesso em: 9 jun. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Edital nº 01/2014: Edital de inscrição seleção e matrícula para o programa de pós-graduação em letras (PPGEL)*. UFPI, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Edital nº 01/2015: Edital de inscrição seleção e matrícula para o programa de pós-graduação em letras (PPGEL)*. UFPI, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Edital nº 01/2016: Edital de inscrição seleção e matrícula para o programa de pós-graduação em letras (PPGEL)*. UFPI, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Edital nº 01/2017: Edital de inscrição seleção e matrícula para o programa de pós-graduação em letras (PPGEL)*. UFPI, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Edital nº 01/2018: Edital de inscrição seleção e matrícula para o programa de pós-graduação em letras (PPGEL)*. UFPI, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Edital nº 03/2019: Edital de inscrição seleção e matrícula para o programa de pós-graduação em letras (PPGEL)*. UFPI, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Edital nº 03/2020-PPGEL/UFPI: Edital de inscrição seleção e matrícula para o programa de pós-graduação em letras (PPGEL)*. UFPI, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Manual de normalização de monografia, dissertação e tese**. UFPI, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Edital nº 01/2021: Edital de inscrição seleção e matrícula para o programa de pós-graduação em letras (PPGEL) – MESTRADO – 2022-2024*. UFPI, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. *Edital nº 2/2022: Edital de inscrição seleção e matrícula para o programa de pós-graduação em letras (PPGEL) – MESTRADO – 2023.1-2024.2*. UFPI, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. (2023). *Edital nº 2/2023: Edital de inscrição seleção e matrícula para o programa de pós-graduação em letras (PPGEL) – MESTRADO – 2024-2026*. UFPI, 2023.

VAN DIJK, T. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2020.

# O CALDEIRÃO DAS ESTÓRIAS E O MODO DE ORGANIZAÇÃO ARGUMENTATIVO EM “ON FAIRY-STORIES” DE J. R. R. TOLKIEN<sup>82</sup>

Nycolas Gustavo de Sousa Aires (UFPI)

## Fantasia: definição e paradoxo

Em “O Poeta e o Fantasiar” ([1908] 2021), Sigmund Freud (1856-1939) investiga quais seriam as origens psíquicas do exercício artístico que eleva o homem ordinário à assombrosa classe dos poetas. Para o psicanalista austríaco, é na infância que podemos observar os primeiros traços da atividade poética, pois, ao brincar, toda criança age como um poeta. No ato de fazer de conta, a criança constrói para si um mundo próprio, reconfigurando elementos de sua realidade em uma atividade de fruição na qual investe todas as suas energias, mas que, contudo, ainda distingue perfeitamente do que seria o nosso mundo real.

A diferença entre o homem comum e o poeta estaria no fato de que, como indivíduo adulto, o poeta expõe suas fantasias, levando outros a compartilhar da mesma fruição (Freud, [1908] 2021).

Ao se debruçar sobre como se daria o processo imaginativo da criação poética, Samuel Taylor Coleridge (1772-1834) aponta que a criação a partir da imaginação seria algo natural, seguindo a fundamentação da ideia cristã de que o homem foi criado à imagem de um Deus criador e, portanto, faz parte da sua natureza também buscar criar. Assim, para Coleridge ([1795] 1969), pode-se estudar a imaginação humana a partir de sua divisão em dois processos, ou “tipos”, diferentes.

---

82 - O presente trabalho surge como parte do plano de Iniciação Científica Voluntária (ICV) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Augusto Carvalho de Moura, intitulado “All hail The Powers of Arda: a study on the Valar within Tolkien’s mythopoeia”, que na oportunidade do I Colóquio Internacional de Argumentação, Retórica e Discurso (CIARD), buscou-se estabelecer uma ponte entre os estudos literários e a Análise do Discurso Semiolinguística.

O primeiro tipo de imaginação, a Imaginação Primária, seria responsável por coordenar e interpretar os dados sensoriais que são captados pelos sentidos humanos, para então transformá-los em percepção que dá sentido ao mundo primário, o que acontece de forma inconsciente. Já o segundo tipo de imaginação, a Imaginação Secundária, seria responsável por transformar, de forma consciente, o material processado pelo primeiro tipo de imaginação em algo novo.

Todavia, como foi apontado por George MacDonald (1824-1905), para que a Imaginação Secundária funcione de forma adequada na criação de algo como um mundo, é preciso que haja limitações. MacDonald (1893) entendia que, assim como o mundo primário é regido por leis, sejam elas divinas, físicas ou humanas, para que desta forma não entre em caos, um mundo secundário também precisa de leis que devem ser postuladas e seguidas pelo seu autor para que faça sentido e seja crível e imersivo do ponto de vista do público.

De forma bem ampla, as conjecturas de Freud, Coleridge e MacDonald nos levam a entender que o ato da criação literária e, por conseguinte, o ato da criação literária de Fantasia se dá através de uma atividade natural psíquica humana de reconfiguração do nosso mundo em um formato artístico poderoso. Não há, contudo, consenso entre a crítica especializada sobre qual seria o limite do espectro do gênero de Fantasia, sua definição específica ou sua origem.

Para o estruturalista Tzvetan Todorov (1939-2017), podemos mapear o espectro do fantástico na relação entre três gêneros “puros”. O “fantástico puro” seria um gênero fronteiro entre o “estranho” e o “maravilhoso”. Os três gêneros trazem em suas narrativas o surgimento de um fenômeno aparentemente sobrenatural (Todorov, [1970] 2017). Mas, enquanto no estranho sempre há uma explicação racional e lógica para o fenômeno sobrenatural em foco, e no maravilhoso, o evento sobrenatural está além de qualquer explicação, sendo de fato sobrenatural, no fantástico puro deve haver uma eterna hesitação sobre a real natureza do fenômeno abordado:

O fantástico, como vimos, dura apenas o tempo de uma hesitação: hesitação comum ao leitor e à personagem, que devem decidir se o que percebem depende ou não da “realidade”, tal qual existe na opinião comum. No fim da história, o leitor, quando não a personagem, toma, contudo, uma decisão, opta por uma ou outra solução, saindo desse modo do fantástico. Se ele decide que as leis da realidade permanecem intactas e permitem explicar os fenômenos descritos, dizemos que a obra se liga a um outro gênero: o estranho. Se, ao contrário, decide que se devem admitir novas leis da natureza, pelas quais o fenômeno pode ser explicado, entramos no gênero do maravilhoso (Todorov, 2017, p. 47-48).

Com o avanço dos estudos relativos ao gênero, bem como a evolução na forma como o próprio texto literário, a partir do século XX, passou a tratar o fenômeno sobrenatural, tal definição se tornou bastante limitada. O próprio Todorov entende que o fantástico, de fato puro, estaria limitado a um pequeno número de textos do século XIX (Todorov, 2017). A partir disso, definições mais amplas do

texto fantástico, ou do texto de fantasia, passaram a ser adotadas. Para o contexto deste trabalho, uma definição que segue nesse sentido, como a adotada por John Clute e John Grant em sua “*The Encyclopedia of Fantasy*”, que mais se aproxima do gênero maravilhoso segundo a definição todoroviana, se faz mais primordial:

Um **texto** de Fantasia é uma narrativa auto-coerente. Quando ambientado em nosso mundo, conta uma história que seria **impossível no mundo como o percebemos** [...]; quando ambientado em outro mundo, esse outro mundo seria impossível, ainda que as histórias ambientadas ali sejam possíveis segundo suas próprias leis (Clute, 1999, p. 338, trad. livre, grifo nosso).<sup>83</sup>

Nessa definição de Clute e Grant, dois pontos se fazem mister para a nossa discussão. Primeiro, um **texto** de Fantasia pode ser entendido como qualquer formato em que uma história fantástica é contada, o que inclui o próprio texto literário, mas também os quadrinhos, graphic novels, ilustrações, cinema, televisão, música etc. A Fantasia, portanto, transcende a literatura. Em segundo lugar, o que podemos chamar de **percepção do impossível** servirá para Clute e Grant como um norte para a divisão entre o que podemos chamar de “texto realista” ou “literatura mimética” e uma obra de Fantasia. Essa questão impacta em uma maior: qual é a origem do texto de Fantasia? Para Clute e Grant

Antes do início da revolução científica na Europa Ocidental no século XVI, a maioria da literatura ocidental continha grandes quantidades de material que os leitores do século XX considerariam como fantástico. No entanto, não é uma questão simples determinar o grau em que vários escritores antigos distinguiram, antes do surgimento da ciência, entre o que chamaríamos de fantástico e o que chamaríamos de realista. Nem é possível determinar com certeza quanto diversos escritores antigos percebiam histórias que aderiam a eventos possíveis e histórias que não o faziam sendo diferentes. Não há uma divisão fácil entre realismo e fantástico em escritores antes de 1600 ou algo assim, e nenhum gênero de literatura escrita, antes do início do século XIX, parece ter sido constituído de forma a confrontar ou contradizer deliberadamente o “real”. Embora a fantasia certamente tenha existido por muitos séculos antes, sempre que histórias eram contadas e entendidas por seu autor (e leitores) como sendo impossíveis, é algo completamente diferente sugerir que a impossibilidade percebida dessas histórias era o seu ponto - que elas se apresentavam como declaração contrária a uma visão de mundo dominante (Clute e Grant, 1999, p. 338, trad. livre).<sup>84</sup>

---

83 - A fantasy text is a self-coherent narrative. When set in this world, it tells a story which is impossible in the world as we perceive it [...]; when set in otherworld, that otherworld will be impossible, though stories set there may be possible in its terms (Clute, 1999, p. 338).

84 - Before the beginning of the scientific revolution in Western Europe in the 16th century, most Western literature contained huge amounts of material 20th-century readers would think of as fantastical. It is, however, no simple matter to determine the degree to which various early writers distinguished, before the rise of science, between what we would call fantastical and what we would call realistic. Nor is it possible with any certainty to determine how much various early writers perceived stories which adhered to possible events and stories which did not as being different. There is no easy division between realism and the fantastical in writers before 1600 or so, and no genre of written literature, before about the early 19th century, seems to have been constituted so as deliberately to confront or contradict the “real”. Though fantasy certainly existed for many centuries before, whenever stories were told which were understood by their authors (and readers) as being impossible, it is quite something else to suggest that the perceived impossibility of these stories was their point - that they stood as a counter-statement to a dominant world-view (Clute, 1999, p. 338).

Podemos entender, então, que para Clute e Grant, a percepção do que é impossível moldada pelo surgimento do pensamento científico seria a chave para determinarmos a definição e a origem cronológica do gênero, que, para os autores, seria por volta do século XVII. Qualquer coisa antes disso se torna passível de dúvida ao apontarmos como Fantasia. Contudo, tal entendimento não é compartilhado por Brian Stableford e seu “*Historical Dictionary of Fantasy Literature*”, para o qual podemos tranquilamente voltar no tempo até Homero e seu épico ao traçarmos uma linha do tempo que defina o que é fantasia e qual a sua origem:

Não há dúvida de que Homero era um fantasista, em todos os sentidos da palavra. Independentemente de ele ou seus inventores acreditarem na existência real dos deuses que eles introduziram em seus relatos canônicos da queda de Troia ou dos monstros encontrados por Odisseu, eles sabiam perfeitamente bem que havia uma diferença entre os aspectos sobrenaturais das histórias e os naturalistas. Eles entendiam conceitos como simbolismo e metáfora, porque sabiam - como poderiam possivelmente não saber? - que a mente pode produzir imagens, bem como reproduzi-las, imaginar coisas que não têm existência real, assim como coisas que têm. Eles sabiam, mesmo que ainda não tivessem história, que o passado mítico era de fato mítico. Eles sabiam, mesmo que ainda não tivessem ficção naturalista com a qual contrastá-los, que a *Ilíada* e a *Odisseia* eram obras de literatura fantástica. A coisa mais importante a entender sobre a natureza da fantasia - em suas formas literárias como em suas formas psicológicas - na visão adotada por este dicionário é que sua definição não tem nada a ver com crença. [...] A medida em que contadores de histórias antes do século XVIII podiam ou não acreditar em magia, adivinhação, fadas, bruxas, fantasmas, heróis lendários ou deuses míticos não é um fator significativo na decisão de classificar histórias sobre tais ideias e indivíduos como fantasia (Stableford, 2005, p. xli e xlii, tradução nossa).<sup>85</sup>

Assim, do ponto de vista de Stableford, fantasiar, no sentido artístico, remonta ao período da Antiguidade e não teria ligação com a crença dos autores e contadores de histórias. Portanto, sua origem não dependeria do surgimento do pensamento científico, mas sim da capacidade natural humana de criar imagens e símbolos mentais, algo que mais se aproxima das ideias supra adotadas por Freud. Neste ponto, se faz válido destacar que definições mais positivas do texto fantástico, como as de Todorov, Clute, Grant e Stableford, só começaram a ganhar mais espaço no meio acadêmico e na sociedade em geral por volta dos anos 1970.

---

85 - There is no doubt that Homer was a fantasist, in every sense of the word. Whether or not he or his inventors believed in the real existence of the gods they intruded into his canonical accounts of the fall of Troy or of the monsters encountered by Odysseus, they knew perfectly well that there was a difference between the supernatural aspects of the stories and the naturalistic ones. They understood such concepts as symbolism and metaphor, because they knew-how could they possibly not? - that the mind can produce images as well as reproduce them, imagine things that have no actual existence as well as things that do. They knew, even though they had as yet no history, that the mythical past was indeed mythical. They knew, even though they had as yet no naturalistic fiction with which to contrast them, that the *Iliad* and the *Odyssey* were works of fantasy literature. The most important thing to understand about the nature of fantasy - in its literary forms as in its psychological ones - in the view adopted by this dictionary is that its definition has nothing at all to do with belief. [...] The extent to which storytellers prior to the 18th century may or may not have believed in magic, divination, fairies, witches, ghosts, legendary heroes, or mythical gods is not a significant factor in the decision as to whether to classify stories about such ideas and individuals as fantasy (Stableford, 2005, p. xli e xlii).

Exemplos que melhor situam como a Fantasia foi vista ao longo dos séculos estão nos trabalhos de Geoffrey Chaucer (século XIV) e Charles Perrault (século XVII).

Chaucer é apontado como o primeiro escritor que utilizou uma língua reconhecidamente semelhante ao inglês moderno e utilizava o termo fantasia para se referir a situações estranhas e bizarras, que fogem do dia a dia, não só no campo literário, mas também trazendo em si uma carga pejorativa atrelada a fenômenos psicológicos que ainda hoje se faz presente (Stableford, 2005). Perrault foi autor de “*Histoires ou contes du temps passé, avec des moralités*” ou “*Contes de ma mère l’Oye*” (Contos da Mamã Gansa), antologia de fábulas e contos de fadas publicada em 1697, obra que compilou contos da tradição oral francesa, mas que Perrault, visando sua posição social na elite francesa, preferiu se manter afastado.:

A coletânea de contos de fadas de Perrault inclui histórias que vieram a integrar o cânone clássico: A Bela Adormecida, Chapeuzinho Vermelho, Barba Azul, O Pequeno Polegar, As fadas, Riquet, o Topetudo e O Mestre Gato ou O Gato de Botas. Transplantando contos populares de suas origens camponesas para uma cultura cortesã que valorizava uma forma literariamente estilizada e toques extravagantes, Perrault produziu um volume com um apelo popular sem precedentes. Histórias que antes haviam sido vistas como vulgares e grosseiras, com efeitos grotescos e burlescos, foram implantadas no centro de uma nova cultura literária, uma cultura que pretendia socializar, civilizar e educar crianças. [...] Ignorando o grau em que estava aproximando a cultura popular e a de elite, embora plenamente consciente de que um cortesão sofisticado não podia associar seu nome a contos de fadas, Perrault renegou duplamente sua autoria, atribuindo os contos primeiro ao filho e finalmente a Mamã Gansa [personagem fictício]. Talvez sem intenção, homenageou tanto as velhas comadres que deram origem a muitos dos contos quanto as crianças, cujo desejo de histórias acalentou os contos desde sua publicação em 1697 (Tatar, 2013, p. 409-410).

É diante do status quo de aceitação social do gênero, fruto do cenário histórico supra exemplificado por Chaucer e Perrault, que Peter Hunt (2001) descreve a visão paradoxal ainda vigente do público para com a Fantasia, que ou é levada a sério ou seriamente rejeitada. Nessa conjuntura, Hunt descreve e rebate as opiniões de que o gênero seria formulaico demais, infantil demais e “escapista” demais como as principais críticas levantadas contra o gênero e que povoam a dualidade da percepção dos leitores para com a Fantasia. Foi diante dessa dualidade que a obra de J. R. R. Tolkien (1892-1973) foi recepcionada (Hunt, 2001; Auden, 1956). Para Cláudio Moura (2021), no caso de Tolkien, o preconceito foi, inicialmente, agravado

[p]elo fato do autor, Tolkien, ser um filólogo e professor de uma universidade mundialmente renomada como Oxford, alguém de quem se esperaria uma posição mais conservadora e alinhada ao cânone literário. Uma expectativa baseada em uma causalidade meramente circunstancial, embora ainda muito presente e forte dentro dos muros da academia, que acaba por servir como farol para uma parcela do público leigo num ciclo de retroalimentação que tende a marginalizar aquilo que se afasta do clássico ou da vanguarda (Moura, 2021, p. 20).

É neste espaço de meados do século XX que Tolkien publica a palestra, transformada em ensaio, «*On Fairy-Stories*» (Tolkien, [1964] 2020), originalmente advogando pelo mérito de sua obra, mas depois vindo a se tornar um marco de defesa acadêmica e social do gênero de Fantasia como um todo, sendo referência para a discussão de incontáveis estudiosos da Terra das Fadas e criação de mundos (Clute e Grant, 1999; Shippey, 2000, 2005; Hunt, 2001; Stableford, 2005; Wolf, 2012; Attebery, 2014; Moura, 2021; Bettelheim [1976] 2022). Neste contexto, onde os estudos da Literatura e Sociedade se encontram, este trabalho propõe o uso da Teoria Semiociológica de Patrick Charaudeau ([2008] 2014).

Assim, entendendo a Teoria Semiociológica como um escopo teórico que transcende uma análise pautada apenas em conceitos puramente linguísticos, englobando também o texto em seu contexto (Xavier, Rebello e Monnerat, 2021), a partir de uma metodologia que se caracteriza como qualitativa e de natureza básica (Kauark, Manhães e Medeiros, 2010), essencialmente bibliográfica (Gil, 2007), de método de análise indutivo (Marconi e Lakatos, 2017) e do tipo descritivo e explicativo (Gil, 2007), a seguinte análise objetiva compreender a argumentação de Tolkien sobre qual seria a origem das histórias de fadas, além de identificar o modo de organização argumentativo utilizado por Tolkien para a construção e transmissão de suas ideias.

### **O modo argumentativo em *On Fairy-Stories***

O ensaio «*On Fairy-Stories*» (Tolkien, [1964] 2020), inicialmente apresentado ao público como palestra em 1939, na Universidade de St. Andrews, foi publicado pela primeira vez em 1964 como parte do livro «Árvore e Folha» do renomado autor John Ronald Reuel Tolkien. Desta forma, «*On Fairy-Stories*» foi escrito na mesma época em que o clássico «O Senhor dos Anéis» começava a ganhar corpo, uma época em que a elite intelectual europeia ainda entendia o gênero de Fantasia como uma literatura menor, de teor «escapista» em um sentido pejorativo, o que o autor procurou rebater. Essas são as circunstâncias do discurso presente no ensaio aqui em análise.

No início do ensaio, que aqui será tomado como ato de linguagem (Charaudeau, [2008] 2014; Xavier, Rebello e Monnerat, 2021), Tolkien levanta três questões principais relacionadas ao gênero em destaque, deixando claro que tentará respondê-las, ou dar pistas sobre as respostas, a partir, primariamente, das histórias que conhece. As questões, em suma, são: O que são histórias de fadas? Qual é a sua origem? Qual é o uso delas? É, então, objetivo deste trabalho analisar a argumentação do autor para a resposta apontada para a segunda das indagações levantadas.

Tolkien tem como inspiração para seu argumento a metáfora do tradutor britânico George Webb Dasent (1817-1896), que disse: «Temos de ficar satisfeitos com a sopa que é colocada diante de nós, e não desejar ver os ossos do boi com os quais ela foi preparada» (Dasent *apud*. Tolkien, 2020, p. 32). Mesmo sendo crítico

à metáfora de Dasent, para Tolkien, com “sopa” pode-se entender a história como é “servida” por seu escritor/contador, enquanto “os ossos” podem ser entendidos como as fontes e o material de inspiração para a história. Inferindo que a história das histórias de fadas é tão complexa quanto a história da linguagem e até mais complexa que a história física da raça humana, Tolkien utiliza a metáfora da sopa para argumentar que:

Falando da história das estórias e especialmente da história das estórias de fadas, podemos dizer que a Panela de Sopa, o Caldeirão das Estórias, sempre esteve fervendo, e a ela foram continuamente adicionados novos ingredientes, refinados e não refinados. [...] Parece razoavelmente claro que Arthur, antes uma figura histórica (mas talvez, como tal, sem grande importância), também foi colocado na Panela. Lá ele cozinhou por muito tempo, junto com muitas figuras e emblemas mais antigos da mitologia e de Feéria e mesmo com alguns outros ossos perdidos da história [...] até que emergiu como um Rei de Feéria. [...] Desejo apontar algo mais que essas tradições contêm: um exemplo singularmente sugestivo da relação do “elemento de conto de fadas” com deuses e reis e homens anônimos, ilustrando (acredito eu) a visão de que esse elemento não se eleva ou cai, mas está lá, no Caldeirão das Estórias, esperando pelas grandes figuras do Mito e da História e pelos ainda anônimos Ele ou Ela, esperando o momento em que eles são lançados no caldo borbulhante, um por um ou todos juntos, sem consideração de classe ou precedência. [...] A história frequentemente lembra o mito, porque ambos são, em última instância, do mesmo estofo. Se, de fato, Ingeld e Freawaru nunca viveram, ou pelo menos, nunca amaram, então é, em última instância, do homem e da mulher anônimos que eles obtiveram sua estória, ou melhor, foi na estória deles que entraram. Foram colocados no Caldeirão, onde tantas coisas potentes jazem borbulhando por eras no fogo, entre elas amor à primeira vista (Tolkien, 2020, p. 38-42).

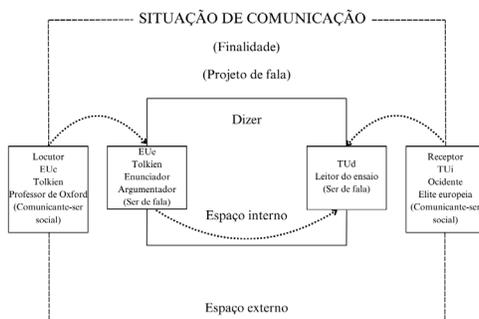
A partir do exposto, de forma resumida, pode-se concluir que o autor credita a origem das histórias de fadas (entendidas aqui como romances, novelas, contos etc. de Fantasia) a um grande “Caldeirão das Histórias”. Se, na metáfora proposta por Dasent, a sopa servida pelo escritor ao leitor pode ser entendida como a história em si e os ossos como seus elementos internos, na metáfora de Tolkien, o Caldeirão das Histórias pode ser entendido (por mais que o autor pudesse ser crítico a essa comparação) como um conceito próximo ao da Memória Coletiva (Halbwachs, 1990) ou ao do Inconsciente Coletivo da psicanálise (Jung, 2000).

Neste sentido, o Caldeirão possui a função de um entreposto de símbolos como a própria língua, eventos e figuras históricas, arquétipos, temas, mitos, outras histórias, situações do cotidiano, fauna, flora, espaços, religiões, etc., dos quais os autores retiram e acrescentam novos itens (que se misturam) no seu processo de criação, de acordo com as necessidades de cada lugar e época (Tolkien, 2020). Tendo essa resolução em mente, inicialmente pode-se dizer que, dentro do quadro comunicacional proposto por Charaudeau ([2008] 2014), o ensaio do autor se apresenta como um ato de linguagem em que se configuram um circuito externo e interno de comunicação.

No primeiro, no círculo externo, Tolkien cumpre o papel de sujeito comunicante (EUc), não só na condição de um autor de fantasia com sucesso já consolidado, ainda que na época questionado no meio literário, mas também como um filólogo e professor universitário que hoje é reconhecido como referência teórica para o estudo do gênero. Como tal, tendo como veículo para o seu discurso um ensaio que discute todo um gênero literário, Tolkien destina a sua argumentação ao Ocidente como um todo, mas, mais especificamente, à elite intelectual europeia das primeiras décadas do século XX (TUj), que via o gênero como uma paraliteratura, algo para crianças e de pouco valor literário e cultural.

Voltando então a atenção para o circuito interno do quadro comunicacional, onde de fato se concretiza o espaço do dizer, Tolkien assume o papel de enunciador-argumentador (EUe). Nesse papel, a partir de suas leituras e experiências com o gênero, o EUe observado busca legitimar e credibilizar o seu entendimento, ponto de vista e a si mesmo no contexto da questão levantada, para assim captar o leitor (TUd) que irá ter acesso ao ensaio.

**Figura 1:** Situação de comunicação.



**Fonte:** elaborado pelo autor a partir de Charaudeau ([2008] 2014).

Neste arranjo, a argumentação de Tolkien sobre a origem das histórias de fadas também pode ser analisada sob o ponto de vista das suas configurações internas, através dos modos de organização em que o seu discurso se apresenta, quais sejam: o modo enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo (que será de maior relevância para esta análise).

No primeiro deles, no modo enunciativo, a seção em foco do ensaio, mormente, se mostra como um ato elocutivo, que revela o ponto de vista do autor/locutor sobre a origem do gênero com base nos seus conhecimentos. Modalizando subjetivamente a realidade proposta no enunciado através de uma construção linguística na qual se faz presente, o autor/locutor faz uso de pronomes pessoais na primeira pessoa implícitos e explícitos, que revelam a personalidade e subjetividade da sua posição, sem que o interlocutor seja nela implicado: “podemos dizer”, “desejo apontar”, “acredito eu”.

No tocante ao segundo dos modos de organização, a construção do modo descritivo do texto se dá de forma complexa, pois, além de nomear, localizar e qualificar os personagens que usa de exemplo para a sustentação de seu argumento, como é o caso do Rei Arthur, Tolkien faz o mesmo para os conceitos abstratos e metafóricos do Caldeirão das Histórias e o seu conteúdo. O nomeado “Caldeirão das Histórias” é descrito e situado de forma atemporal em algum ponto onde “sempre esteve fervendo”, enquanto seu conteúdo é qualificado como um misto de itens “refinados” e “não refinados” e de “coisas potentes” que “jazem borbulhando por eras”.

Nesse sentido, a argumentação do autor está mais próxima do entendimento de Stableford (2005) do que de Clute e Grant (1999), pois, ao datar o surgimento das histórias de fadas, o autor não limita a sua origem ao surgimento e avanço do pensamento científico.

Assim como o modo descritivo, o modo narrativo também se faz presente principalmente através dos exemplos utilizados pelo autor. No exame do primeiro exemplo acima transposto, o autor descreve uma sucessão de ações que, em uma lógica narrativa, contam como, de forma “razoavelmente clara”, uma figura histórica como o Rei Arthur, cumprindo o papel de actante, passou pelos processos de ser colocado e cozido na panela de histórias, resultando na sequência em que a figura histórica se transforma em um rei encantado. Desta forma, não só na seção em foco, mas em todo o ensaio, o autor faz uso desta e de diversas estratégias organizacionais de enunciação, descrição e narração para embasar seu argumento para as questões levantadas sobre o gênero.

Para a questão da origem das histórias de fadas, em específico, tem-se como a asserção de partida a necessidade de buscar a valorização do gênero de Fantasia, marginalizado ao longo de séculos por uma elite intelectual, o que só pode acontecer a partir do esclarecimento de sua origem como algo de valor cultural ímpar (A1). Isso ocorre na asserção de chegada da argumentação, que, através da metáfora do caldeirão, revela as histórias de fadas como o resultado de um processo cultural e psicológico que reúne uma pluralidade de símbolos em si, do qual derivam os diversos elementos que se apresentam em histórias do gênero (A2).

Como asserção de passagem, pode-se entender que a origem das histórias de fadas frequentemente pode ser (e popularmente é) confundida com o mito. Mas não só os mitos se fazem presentes como ingredientes na receita onírica da panela de sopa das histórias, como também elementos tais como a língua, figuras históricas e situações como o amor à primeira vista. Nesse sentido, para que de A1, Tolkien chegue a A2, o autor/locutor faz uso de mecanismos linguísticos diversos que dão coesão e coerência à sua argumentação. Estes são os modos de encadeamento, que na análise do excerto supracitado do ensaio se destacam os presentes no quadro abaixo:

## Quadro 1: Exemplos de modos de encadeamento em destaque no excerto de Tolkien

Modos de encadeamento	Exemplo
Conjunção	“[...] e a ela foram continuamente adicionados novos ingredientes, refinados e não refinados”
Disjunção	“[...] pelos ainda anônimos Ele ou Ela, esperando o momento em que eles são lançados no caldo borbulhante, um por um ou todos juntos, sem consideração de classe ou precedência.”
Causa	“[...] A história frequentemente lembra o mito, porque ambos são, em última instância do mesmo estofo.”
Consequência	“[...] Se, de fato, Ingeld e Freawaru nunca viveram [...], então é, em última instância, do homem e da mulher anônimos que eles obtiveram sua estória...”

*Fonte: elaborado pelo autor.*

A partir disso, de forma mais ampla, pode-se apontar o modo causal como predominante, pois em suma, o discurso do autor pode ser entendido como “Pode-se entender a origem das histórias de fadas como algo de valor cultural ímpar (A1) porque resulta de um processo cultural e psicológico que reúne uma pluralidade de símbolos em si, do qual derivam os diversos elementos que se apresentam em histórias do gênero (A2)” (A1 porque A2).

Nessa conjuntura, a argumentação do autor/locutor (ainda que fundamentada em estudos teóricos, leituras de obras literárias e prática com o gênero) se dá a partir da sua visão pessoal. Assim sendo, a resposta de Tolkien para a questão levantada se dá dentro do eixo do possível. Atestando tal designação, o próprio Tolkien revela no início do seu ensaio o caráter não conclusivo do trabalho ao dizer “Tentarei dar respostas a essas questões, ou algumas pistas de respostas como as que tenho colhido – primariamente das próprias histórias, as poucas de toda a multidão delas que conheço” (Tolkien, 2020, p. 17-18).

É válido destacar então que, mesmo que o autor/locutor diga que tenha como base para suas respostas as “poucas” histórias que conhece, e haja uma frequente particularização nos exemplos utilizados pelo autor durante todo o ensaio, de forma ampla, o escopo do valor de verdade no discurso de Tolkien aponta para a generalização. Isso se dá pelo fato de Tolkien não buscar dar respostas sobre a origem de uma única história, mas para todo um gênero no qual histórias se inserem.

A partir disso, tendo ciência que a argumentação do autor/locutor se dá dentro do eixo do possível e que o escopo do valor de verdade de seu discurso tende à generalização, pode-se concluir que, quanto aos procedimentos da lógica argumentativa (modos de raciocínio), impera a explicação por cálculo a partir da predominância do modo de encadeamento causal (A1 porque A2). Tendo em si tal modo de organização para sua lógica argumentativa, o discurso do autor/locutor se configura como uma situação de troca linguística monologal, na qual Tolkien se faz

voz única na evidenciação da proposta, proposição e persuasão em um contrato de comunicação que apresenta uma argumentação, em geral, explícita, mas que por vezes se dá de forma implícita, como, por exemplo, através do uso de metáforas.

Direcionando a análise para os procedimentos da encenação argumentativa, tornam-se passíveis de observação, tanto na seção em destaque, bem como em todo o ensaio, qualidades semânticas dos domínios Estético e Hedônico, comuns em obras que tratam de manifestações artísticas como a literatura, ou a respeito da construção de um gênero literário. Por fim, tratando-se especificamente da seção que busca responder qual a origem dos contos de fadas, verifica-se principalmente a descrição narrativa (de qual seria a origem das histórias de fadas) e acumulação (de exemplos e processos de construção) como principais procedimentos discursivos adotados.

Conclui-se que a resposta dada por Tolkien para qual seria a origem das histórias de fadas, bem como todo seu ensaio em análise mais ampla, se constitui como um ato de linguagem que busca valorizar o gênero de Fantasia e derrubar pressupostos de dimensão pejorativa relacionados ao gênero durante séculos. Assim, considerando a completude da cena enunciativa, isto é, suas circunstâncias de discurso e quadro comunicacional, observa-se o autor/locutor em posição elocutiva, dispondo de argumentos que trazem em si lógica e encenação discursiva condizentes com o que fora proposto.

### **Considerações finais: o Caldeirão das Estórias em um contexto ampliado**

Com base na discussão proposta e na análise realizada, torna-se evidente que o gênero de Fantasia, como um todo, representa mais do que um amontoado de textos fruto de mentes que não suportam a realidade que os circunda ou que deviam estar, limitadamente, destinados aos berçários. Ao contrário disso, com a metáfora do Caldeirão das Estórias, como Tolkien, dentre outros, argumenta, o gênero se constitui a partir do tecido da nossa realidade em um amálgama de elementos culturais, sociais, mitológicos, históricos e linguísticos em constante fervura ao longo das eras.

Ainda que Tolkien baseie sua argumentação em suas próprias experiências e leituras, principalmente em defesa do seu corpus literário, como apontado por diversos dos estudiosos que o sucederam, sua visão, defesa e legado se estendem para o gênero como um todo. O EUE-Tolkien, reconhecendo a limitação de sua argumentação como baseada nas estórias que conhecia, tem, como EUC-Tolkien, seu entendimento ampliado e aceito para todo um campo de estudos, que transcendeu suas próprias experiências individuais.

Neste processo de encenação argumentativa na qual o autor busca persuadir o seu leitor, empregando também estratégias narrativas e descritivas para fundamentar seu ponto de vista, através de uma argumentação que predomina o

modo causal, em uma explicação por cálculo que sugere a origem das histórias de fadas como um fenômeno psicocultural natural, vemos Tolkien se conectar, seja conscientemente ou inconscientemente, a outros que o precederam e o sucederam em favor dessa ideia. Desta forma, *On Fairy-Stories* se constitui como um ato de linguagem imerso em um contexto bem mais amplo.

Concluimos que o ensaio de Tolkien representa um esforço significativo para elevar o status da Fantasia ao gênero como o conhecemos hoje, desafiando preconceitos e destacando a riqueza e profundidade das histórias de fadas. Sua abordagem meticulosa, rica em exemplos e de argumentação convincente, contribuiu para uma nova perspectiva sobre a origem e relevância cultural do gênero, promovendo, principalmente a partir dos anos de 1970, uma apreciação mais profunda e abrangente da Fantasia na literatura e na sociedade contemporânea.

## Referências

ATTEBERY, B. **Stories about stories: fantasy and the remaking of myth**. New York: Oxford University Press: 2014.

AUNDEN, W. H. "At the end of the quest, victory". **The New York Times**, Nova Iorque, 22 jan. 1956. *The New York Times Book Review*, p. 226. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1956/01/22/archives/at-the-end-of-the-quest-victory.html>. Acesso em 06 de junho de 2024.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2014.

CLUTE, J.; GRANT, J. **The Encyclopedia of Fantasy**. Londres: Orbit, 1999.

COLERIDGE, Samuel Taylor et al. **The Collected Works of Samuel Taylor Coleridge**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1969.

FREUD, S. O Poeta e o Fantasiar. In: **Arte, literatura e os artistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 53-56.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HALWBACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HUNT, P; LENZ, Millicent (Ed.). **Alternative worlds in fantasy fiction**. London: A&C Black, 2001.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Perrópolis: Vozes, 2020.

KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

MACDONALD, G. **The Light Princess and other Fairy Tales**. New York: G. P. Putnam's Sons, 1893. Disponível em: <https://archive.org/details/lightprincessoth00macd/page/n7/mode/2up>. Acesso em 06 de junho de 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MOURA, C.A.C. Ao final da jornada, vitória? Ou sobre as percepções polarizadas acerca da fantasia. In: FRITSCH, V.H.C.; ROCHA, F.Q.; ZILBERMAN, R. (Org) **Aspectos do romance de fantasia: motivos míticos e maravilhosos na literatura**. Rio Grande: EdFURG, 2022. p. 16-40.

SHIPPEY, Tom. **J.R.R. Tolkien: author of the century**. Houghton Mifflin, 2000.

\_\_\_\_\_. **The road to Middle-Earth**. Houghton Mifflin, 2002.

STABLEFORD, B. **Historical dictionary of fantasy literature**. Maryland: Scarecrow Press, 2005.

TATAR, M. **Contos de Fadas: edição comentada e ilustrada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

TODOROV, T. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

TOLKIEN, J.R.R. Sobre estórias de fadas. In: **Árvore e folha**. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2020a. p. 17-90.

XAVIER, Glayci; REBELLO, Ilana da Silva; MONNERAT, Rosane (org.). **Semiolinguística Aplicada ao Ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

Com grande entusiasmo, apresentamos o registro escrito do I Colóquio Internacional sobre Argumentação, Retórica e Análise do Discurso (I CIARD), realizado na Universidade Federal do Piauí (UFPI), em abril de 2024. Sob o tema "Sujeitos, Discursos e Pós-Verdade", este evento reuniu quase 200 participantes e promoveu diálogos e reflexões sobre as práticas discursivas e sociais na contemporaneidade. Com conferências, mesas-redondas, minicursos e apresentações científicas, o I CIARD se consolidou como um marco no campo dos estudos discursivos. Este livro digital reúne 26 capítulos que refletem a troca de saberes e o compromisso acadêmico de pesquisadores nacionais e internacionais, celebrando o avanço das pesquisas em Argumentação, Retórica e Análise do Discurso. Que esta obra inspire novas investigações e discussões, fortalecendo o conhecimento nas ciências da linguagem.

João Benvindo de Moura (UFPI-PPGEL)  
Maraisa Lopes (UFPI-PPGEL)  
Max Silva da Rocha (UFPI-PPGEL)  
Patrícia Rodrigues Tomaz (UFPI-PPGEL)  
**Os organizadores**

